

ABRALIN
BOLETIM DA
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE LINGÜÍSTICA

**Associação Brasileira de Linguística
(ABRALIN)
Gestão 91/93**

Diretoria

Presidente: Diana Luz Pessoa de Barros

Secretária: Esmeralda Vallati Negrão

Tesoureira: Leonor Lopes Fávero

Conselho

Adair Palácio (UFPE)

Leda Bisol (PUC-RS)

Lúcia Maria Lobato (UnB)

Maria Bernadette Marques Abaurre (UNICAMP)

Miriam Lemle (UFRJ)

Myriam Barbosa da Silva (UFBA)

Endereço para correspondência

**Departamento de Linguística
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo
Caixa Postal: 8.105
05508 - São Paulo - SP**

APRESENTAÇÃO

O Boletim 14 da Associação Brasileira de Linguística reúne trabalhos apresentados durante a 44ª Reunião Anual da SBPC, realizada de 12 a 19 de julho de 1992, na Universidade de São Paulo.

A ABRALIN agradece ao CNPQ e à direção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em especial aos Professores Adilson Avansi de Abreu, diretor, Izidoro Blikstein, vice-diretor, Hudinilson urbano, assistente técnico para assuntos de informática e gráfica, e Zilda Maria Zapparolli de Castro Melo, presidente da Comissão de Informática, pela publicação deste Boletim.

São Paulo, julho de 1993.

SUMÁRIO

Apresentação

Atividades da ABRALIN durante a 44ª Reunião Anual da SBPC

Conferência: Adjetivos: tipologia e interpretação semântica Lúcia Maria Pinheiro Lobato	09
Simpósio 1: Fases históricas do Português Clóvis Barleta de Moraes: Diferenças entre a sintaxe do Português clássico e a do moderno	27
Simpósio 2: Tópico: Algumas perspectivas Zilda Gaspar Oliveira Aquino: As relações inter-tópicas: uma abordagem discursiva	31
Simpósio 3: As línguas indígenas e as teorias fonológicas contemporâneas Léo Wetzel: Prevowels in Maxacali: where they come from	39
Mesa-redonda 1: Sintaxe e pontuação Maria Carlota A. P. Rosa: Renascimento: a pontuação de impressos Rosa Virgínia Mattos e Silva: O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses Edwaldo Cafezeiro: Pontuação: do caos ao cosmos Maria Cecília Mollica: Sintaxe e pontuação no Português contemporâneo Carlos Mioto: Negação sentencial no Português brasileiro	65 75 87 97 105
Mesa-redonda 2: Historiografia linguística Leonor Lopes Fávero: A Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa - definição e divisão Maria Helena Moura Neves: A contribuição de Apolônio Discolo	113 119
Mesa-redonda 3: Perspectivas atuais de descrições fonológicas do Português Carmen Lúcia Hernandorena: Uma leitura auto-segmental das substituições consonantais na aquisição do Português	129

Derneval da Hora de Oliveira: A palatalização das oclusivas dentais: uma abordagem não-linear	139
Leda Bisol: Uma análise métrica do acento	153
Mesa-redonda 4: Culturas em contato	
Eni Orlandi: A língua brasileira	157
Marionilde D. Magalhães: O imigrante alemão no discurso literário e a questão da integração nacional	165
Mesa-redonda 5: Informática e interdisciplinaridade	
Francis Henrik Aubert: Informática e tradução: limitações da "tradução automática"	177
Edgard José Casaes: Sinal digital: detecção de glides por parâmetros robustos	181
Mesa-redonda 6: Alfabetização: algumas reflexões	
Lélia Erbolato Melo: Cartilhas: ruim com elas pior sem elas?	195
Marieta Lúcia Machado Nicolau: Alfabetização: algumas considerações	199
Mesa-redonda 7: Discurso e história: missionários, inconfidentes e outros	
Helena Nagamine Brandão: Catequese e colonização no "diálogo..." de Nóbrega	205
Diana Luz Pessoa de Barros: Discurso e história: heróis nacionais	215
Mesa-redonda 8: Analisando a metodologia da pesquisa em Língua Portuguesa	
Anna Maria Marques Cintra: Analisando a metodologia da pesquisa em Língua Portuguesa	225
Sueli Cristina Marquesi: Abordagem instrumental e pesquisa em Língua Portuguesa: percurso em revisão	233
Mesa-redonda 9: Análises textuais em diferentes perspectivas teóricas	
Freda Indursky: A interpretação do clítico se: uma fronteira entre sintaxe e discurso	243
Eleni Jacques Martins: Uma perspectiva pragmática de análise de texto	253
Terezinha Favero: Tautologia textual	261
Mesa-redonda 10: A gramática das expressões referenciais	
Ana Lúcia de Paula Müller: A que referem e correferem os sintagmas nominais?	273
José Borges Neto: Algumas observações sobre os nomes próprios	283
Mesa-redonda 11: Capacidades metalingüísticas: o estado da arte	
Leda Verdiani Tfouni: "É de mim que eu quero falar!" - A subversão da lógica pela narrativa em adultos brasileiros não-alfabetizados	293

Sessão de comunicações 2: Aspectos organizacionais do texto falado	
Maria Lúcia da Cunha Victório O. de Andrade: A digressão e a organização do texto falado	425
Luiz Antônio da Silva: Estratégias de gestão de turnos	435
Marli Quadros Leite: A relevância do porquê na organização do texto conversacional	443
Sessão de comunicação 3: Teses recentes de doutorado	
Marisia Teixeira Carneiro: Papel temático: valor de diferenciação de discursos políticos	451
Ângela Maria da Silva Corrêa: Erros em tradução do Francês para o Português: do plano lingüístico ao plano discursivo	459
Kati Eliana C. Ketanabaro: Literatura, sociedade e história: Gobseck e Falcão. Duas faces de uma moeda	467
Painel: Paulino Vandresen : Projeto VARSUL	477

ADJETIVOS: TIPOLOGIA E INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA.

Lucia Lobato (UnB)

0. INTRODUÇÃO

O objetivo desta conferência é tratar da tipologia e da interpretação semântica dos adjetivos, nas línguas que têm essa categoria de palavra.

Por tipologia estou entendendo a ordem em que os adjetivos ocorrem nas línguas, de acordo com a sua interpretação. Com relação à tipologia, estarei então me perguntando o que rege a ordem em que os adjetivos ocorrem, e por que essa ordem varia nas diferentes línguas. A proposta será que a ordem dos adjetivos varia de acordo (a) com a direção da regência na língua e (b) com o modo como a língua fixou o parâmetro sobre o uso denotativo dos adjetivos, que apresentaremos mais adiante.

Com relação à interpretação semântica, procurarei mostrar que em muitos aspectos depende diretamente da estrutura sintática.¹

1. ESTRUTURAS SINTÁTICAS E INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA

1.1. Adjetivos [+D] em português e em inglês

Os adjetivos são palavras que expressam uma propriedade semântica que não leva à identificação de uma certa classe de referentes.² Em outras palavras, expressam somente um atributo. Por exemplo, o adjetivo feroz expressa um atributo que por si só não identifica nenhuma classe natural de referentes.

Os substantivos comuns, por sua vez, são palavras que expressam propriedades semânticas que em geral levam à identificação de uma dada classe natural.³ Por exemplo, ao substantivo cachorro associa-se a propriedade CANINO, e é essa propriedade que leva à identificação dos animais do mundo extra-lingüístico que designamos como cachorros.

Vou rotular de uso denotativo esse uso da propriedade CANINO para designar um dado conjunto de animais do mundo extra-lingüístico. Considerando a denotação como a relação entre as propriedades semânticas abstratas de uma expressão (i.e., a sua intensão) e o conjunto de referentes em potencial dessa mesma expressão (i.e., a sua extensão), o conjunto de propriedades semânticas de um substantivo que o leva a ter a referência que tem pode, por sua vez, ser apropriadamente denominado de um conjunto de propriedades denotativas.

As diferenças essenciais entre adjetivos e substantivos comuns denotativos podem então ser reduzidas à duas: (a) a sua pertinência a diferentes categorias de palavras (dos A e dos N, respectivamente), o que leva a diferentes distribuições

sintáticas, e (b) o fato de os substantivos comuns denotativos terem referentes potenciais próprios, ao passo que os adjetivos não têm.

Resumindo, aos membros de ambas as categorias se associa um conjunto de propriedades semânticas abstratas (denominadas componentes semânticos ou marcadores semânticos ou semas ou predicados), que constitui sua intensão. Mas só para os substantivos a intensão pode levar à identificação da extensão.

Voltando aos adjetivos, observemos que nem todo adjetivo é predicativo. Cf.:

- (1) ciências naturais, cirurgião plástico, deputado estadual,
engenheiro civil, engenheiro florestal, sistema nervoso.

Em 'João é um engenheiro florestal', por exemplo, florestal não é uma propriedade de João, de modo que esta frase não pode ser parafraseada como 'João é um engenheiro que é florestal'. Em outras palavras, estes adjetivos não atribuem uma propriedade ao referente da expressão nominal, e é por isso que são não-predicativos. É exatamente por não serem predicativos que não podem ser usados num contexto sintático predicativo, como a posição de complemento do verbo ser. O que acontece é que em tais exemplos o papel do adjetivo é acrescentar uma nova propriedade às propriedades denotativas do substantivo. Assim, do conjunto resulta a denotação de uma outra classe natural, cuja extensão é um subconjunto da extensão do substantivo sozinho.

Vou passar a denominar esse uso de denotativo (+D). A função [+D] do adjetivo pode ser caracterizada informalmente como em (2):

- (2) Função [+D] de um adjetivo

Um adjetivo usado em função [+D] acrescenta uma dada propriedade semântica às propriedades denotativas da expressão nominal a que ele se refere, daí resultando uma leitura com conjunção de predicados.

Sintaticamente, o uso [+D] dos adjetivos em exemplos como (1) é retratado com a estrutura em (3):

- (3)
- | |
|-------------------------------|
| N ^o |
| Λ |
| N ^o A ^o |
| engenheiro florestal |

Isto é, estou propondo que há um processo sintático de adjunção de núcleo adjetivo a núcleo substantivo, em que se forma uma nova unidade designadora de classe natural, cuja extensão é um subconjunto da extensão do substantivo original.

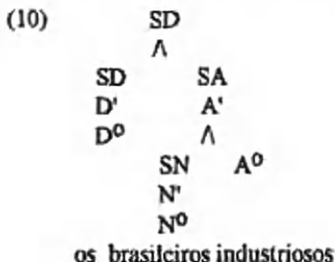
1.2. Adjetivos [+P, -D] em português

1.2.1 Estruturas apositivas

Existem adjetivos com uso estritamente predicativo ([+P]) e nenhum valor [+D]. Isto ocorre, por exemplo, em estruturas apositivas como (9):

(9) Os brasileiros, industriais, vencerão a crise.

Nesse uso apositivo a propriedade expressa pelo adjetivo não é adicionada às propriedades denotativas da expressão nominal com a qual se combina, e sim predicada diretamente do referente denotado por essa expressão. Daí resulta uma expressão com a mesma extensão da expressão nominal original. Uma estrutura sintática que retrata a interpretação semântica de (9) é a em (10):



Podemos caracterizar informalmente o uso [+P] dos adjetivos como em (11):

(11) Função [+P] de um adjetivo

Um adjetivo em função [+P] atribui uma dada propriedade semântica ao referente denotado pela expressão nominal que ele modifica, daí resultando uma leitura proposicional.

Semanticamente, a seqüência terminal em (10) é interpretada como em (12):

(12) [[x [OS BRASILEIROS]] INDUSTRIAIOS]

Nessa representação, x corresponde à extensão a que se aplica o conjunto de propriedades semânticas OS BRASILEIROS, o que significa que simboliza o conjunto total de brasileiros do mundo real. Como a propriedade INDUSTRIAIOS incide sobre [x [OS BRASILEIROS]], predica então do conjunto total de brasileiros do mundo real. A razão de termos denominado essa leitura de proposicional está no fato de termos agora uma relação de predicação do tipo sujeito/predicado: o predicado INDUSTRIAIOS predica do sujeito [x [OS BRASILEIROS]].

Em resumo, concluímos até agora que os adjetivos têm um uso [+D] e outro [+P]. Um adjetivo [+D] acresce uma propriedade às propriedades denotativas da expressão nominal com a qual se combina. Daí se segue que necessariamente tem efeito sobre a denotação dessa expressão nominal e a expressão resultante tem extensão necessariamente menor do que a da expressão nominal original. Um adjetivo [+P] predica uma propriedade diretamente do referente denotado pela expressão nominal com a qual se combina. Daí decorre que não tem efeito sobre a denotação dessa expressão. Na seqüência apositiva acima, por exemplo, o adjetivo não altera a extensão original da expressão nominal.

O fato de um adjetivo em adjunção a um N^o ser estritamente [+D] está relacionado com o próprio conceito de substantivo comum denotativo, do mesmo modo que o fato de um adjetivo em adjunção a um SD ser estritamente [+P] está relacionado com o próprio conceito de SD. No caso da adjunção a um núcleo nominal comum denotativo não há a possibilidade de haver uso [+P] porque um tal núcleo nunca tem referência real e somente denota a classe natural in abstracto. No caso de adjunção a um SD não se pode ter uso [+D] porque um SD necessariamente denota uma extensão especificada de membros de uma classe, e portanto, a propriedade expressa pelo adjetivo tem de predicar desses referentes, e para se manter a mesma extensão de referentes o adjetivo não pode alterar as propriedades denotativas nominais.⁴ Em resumo, a partir da conceituação de N^o e SD como em (13a,b), podemos explicar automaticamente a interpretação do adjetivo como [+D] ou [+P].

- (13) a. Um N^o comum denotativo denota uma classe natural.
b. Um SD denota um conjunto especificado de membros de uma classe natural.

Com relação ao inglês, observe-se que usa a mesma ordem que o português para o SA apositivo, mas não aceita que esse SA mantenha a forma nuclear:

- (14) a. The Brazilians, industrious as always, will overcome the crisis.
b. *The Brazilians, industrious, will overcome the crisis.

Portanto, compartilha com o português a estrutura (10), apesar de restringir as ocorrências no interior do SA nessa estrutura.

1.2.2. Estruturas não-apositivas

Consideremos agora exemplos como os em (15), em que se tem um adjetivo de tipo avaliativo numa seqüência de ordem AN.

- (15) a. Os industriosos brasileiros vencerão a crise.
b. Meus bons alunos passarão no exame.
c. A exuberante vegetação brasileira encanta os estrangeiros.

Os dados empíricos, que o tempo não me permitia apresentar aqui (mas cf. Lobato (em preparação)), apontam para uma estrutura de complementação para os adjetivos pré-nominais em ambas as línguas. Assim, a os industriais brasileiros corresponderá a estrutura em (16):



Nesse tipo de estrutura em português, o atributo adjetival nunca pode ser interpretado como ajudando o SN a denotar, o que quer dizer que o adjetivo será sempre [-D] no português, e nunca se obterá uma leitura com conjunção de predicados. Mas o adjetivo predica do referente denotado pela expressão nominal na posição de seu complemento estrutural, e portanto tem uso [+P] e a leitura que se obtém é a proposicional. Em resumo, o SA em (16) é interpretado exclusivamente como em (17):

(17) [INDUSTRIOSOS [x [BRASILEIROS]]]

Como veremos na Subseção 1.4, o inglês pode atribuir aos adjetivos nessa estrutura os traços [+D, +P]. Portanto, o que diferencia o português do inglês, com relação a essa estrutura, é que, diferentemente do inglês, o português não aceita que nela o adjetivo receba uma interpretação [+D], atribuindo-lhe os traços [-D, +P].

Dado que no inglês os adjetivos em questão são [+D, +P], as seqüências em que ocorrem recebem dupla interpretação, como veremos na Subseção 1.4.

A interpretação desses exemplos em português é interessante, pois não é ambígua (dado que só a leitura proposicional é derivável), mas assim mesmo é variável. Com efeito, o adjetivo é considerado restritivo por alguns falantes, e não-restritivo por outros, como demonstrado em Machline-Silva (1992), podendo uma sentença como (15b) tanto ser interpretada como se referindo ao total de alunos, quanto a parte deles.

Os resultados alcançados nos testes de Machline-Silva parecem indicar que os falantes/ouvintes levam em conta suas crenças ao atribuir uma interpretação a esse tipo de exemplo. Nessa ótica, (15c) receberá uma leitura não-restritiva dos falantes/ouvintes que consideram que a vegetação brasileira de modo geral é exuberante, e uma leitura restritiva dos falantes/ouvintes que levam em conta que essa vegetação às vezes não é exuberante.

Assim, a explicação para a maioria de leituras restritivas atribuídas aos exemplos (15a,b) nos testes de Machline-Silva estaria no fato de os brasileiros terem a fama de não serem industriais e de se saber que em geral nem todos os alunos de uma classe são bons, respectivamente.

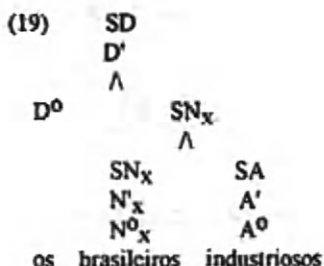
Em resumo, os adjetivos avaliativos que ocorrem na estrutura (16) em português são [-D, +P], e portanto só aceitam uma leitura proposicional. A sua interpretação como restritivos ou não-restritivos ultrapassa o nível gramatical, e parece estar ligada às crenças dos falantes/ouvintes. De qualquer modo, essa variação na interpretação decorre de uma possibilidade deixada em aberto pela estrutura (16), e essa é uma questão que deve ser analisada, apesar de não o fazermos aqui.

1.3. Adjetivos [+D, +P] em português

Nossa análise até agora prevê uma leitura de conjunção de predicados, como em (5), para adjetivos [+D], e uma leitura proposicional, como em (12), para adjetivos [+P]. É interessante notar que em construções como (18) o adjetivo é simultaneamente [+D] e [+P].

(18) Os brasileiros industriais vencerão a crise.

De acordo com Lobato (em preparação), a estrutura associada a os brasileiros industriais, com o índice denotacional de N já inserido, é (19).



Nessa estrutura, há duas possibilidades lógicas: (a) o índice denotacional nominal é interpretado como compartilhado pelo SN e SA, ou (b) é interpretado como específico do SN encaixado, e o atributo adjetival é predicado desse [[SN]_x] encaixado. No primeiro caso o adjetivo é visto como [+D] e obtém-se a interpretação em (20a). No segundo caso o adjetivo é visto como [+P] e obtém-se a interpretação em (20b).

- (20) a. x [BRASILEIROS, INDUSTRIAIOS]
 b. [[_x [BRASILEIROS]] INDUSTRIAIOS]

Da associação de cada traço a uma dada leitura decorre a ausência de contradição entre o fato de haver uso [+P] e o fato de o adjetivo estar restringindo a extensão do SN: a restrição da extensão ocorre exclusivamente no uso [+D].

Em exemplos como (21) essa ambigüidade é mais evidente.

(21) Dr. Paulo é um médico bom.

Nesse exemplo, pode-se estar dizendo que Dr. Paulo é um médico que é uma boa pessoa, ou que é um médico competente. Aquela leitura corresponde à interpretação do SN médico bom segundo a função [+D] do adjetivo, e esta à interpretação do SN segundo a função [+P] do mesmo adjetivo. Usando uma representação mais detalhada das propriedades semânticas teríamos:

- (22) a. médico bom
b. [+D] = x [HUMANO, EXERCE A MEDICINA, BOM]
c. [+P] = [[x [HUMANO, EXERCE A MEDICINA]] BOM]

Com efeito, em (22b) [BOM] é uma propriedade que se acresce às propriedades denotativas de médico, e por isso ajuda a denotar o referente x, enquanto em (22c) é atribuída à denotação de médico, que representamos como [x [HUMANO, EXERCE A MEDICINA]].

Com relação ao inglês, recusa consistentemente qualquer uso de adjetivo [+D, +P] na estrutura (19), e só aceita esse tipo de estrutura em casos bem específicos, como para SAS que prediquem da situação em que está o referente real, como veremos na Subsecção 1.7. Quando o inglês quer fazer uso de um adjetivo [+D, +P], tem de usar o adjetivo pré-nominalmente, como veremos na Subsecção 1.4.

Em resumo, na estrutura (19) os adjetivos do português são ambíguos (i) entre o uso [+D], como em (23a), e (ii) um uso [+P], como em (23b):

- (23) a. [x [[propriedades semânticas]_N & [propriedade semântica]_A]]
b. [[x [[propriedades semânticas]_N] [propriedade semântica]_A]]

Em (23a), há um referente x que é denotado pelas propriedades semânticas de N e de A, simultaneamente, ao passo que em (23b) há uma relação de denotação entre um referente x e as propriedades semânticas nominais que o designam, e a propriedade semântica de A é atribuída a essa relação.

1.4. Adjetivos [+D, +P] em inglês

A mesma ambigüidade que o português associa a seqüências na ordem NA em que o adjetivo tem os traços [+D, +P], o inglês associa a seqüências na ordem AN, em que o adjetivo tem esses mesmos traços. Assim, a sentença (24) pode ser interpretada como significando que 'ela é uma dançarina bonita' ou que 'ela dança lindamente'.

(24) She is a beautiful dancer.

A primeira leitura corresponde à interpretação do SN segundo a função [+D] do adjetivo, como em (25b), e a segunda à interpretação do SN segundo a função [+P] do mesmo adjetivo, como em (25c):

- (25) a. beautiful dancer
b. [+D] = [x [BEAUTIFUL, DANCER]]
c. [+P] = [BEAUTIFUL [x [DANCER]]]

Logo, seqüências de AN como industrious Brazilians em (26), que são associadas a uma estrutura similar a (16), também são ambíguas em inglês entre uma leitura [+D] e uma leitura [+P], como em (27).

- (26) The industrious Brazilians will overcome the crisis
(27) a. [+D] = [THE [x [INDUSTRIOUS, BRAZILIANS]]]
b. [+P] = [THE [INDUSTRIOUS [x [BRAZILIANS]]]]

1.5 Adjetivos [+P, -D] em inglês

Certos adjetivos têm um conteúdo essencialmente avaliativo e necessariamente não contribuem para a denotação do referente nominal. Mero/mera fazem parte dessa classe. Logo, são [-D].

Esses adjetivos também se distinguem dos adjetivos [+P] apositivos que analisamos, porque a propriedade que expressam não se aplica ao referente real denotado pela expressão nominal modificada: "uma mera criança" não é "um [x criança] que é mero". O atributo que esses adjetivos expressam é predicado da pertinência à classe natural denotada pela expressão nominal. Por exemplo, "uma mera criança" é um x que não é mais do que um membro da classe natural criança".

Na nossa perspectiva de análise, o que faz com que um SA apositivo a um sujeito predique dos referentes reais é o fato de nesse caso o adjetivo predicar de um SD (que por definição denota uma extensão delimitada da classe natural) ou um SN referencial (como os nomes próprios) e a posição de sujeito levar à interpretação do SD ou SN como expressões referenciais. E o que faz com que em exemplos como uma mera criança o adjetivo predique da pertinência à classe natural é o fato de ele estar então predicando de um SN cujo núcleo é um N⁰ comum denotador de classe natural (Sobre o conceito de SN, cf. Stowell (1989) e Lobato (em preparação)).

- (28) Um SN cujo núcleo é um N⁰ comum denotador de classe natural denota a propriedade de pertinência à classe.

Portanto, esses adjetivos podem ser tratados como [+P], atentando-se para o fato de que o referente do qual um adjetivo [+P] predica nem sempre é um referente real.

Tanto no inglês quanto no português, tais adjetivos só podem ocorrer pré-nominalmente.

Podem ainda ocorrer que um mesmo adjetivo aceite tanto uma interpretação [+P, -D] quanto uma interpretação [+P, +D], como *great/grande, poor/pobre, simple/simples*, etc. Nesse caso o inglês exige o uso pré-nominal para ambas as interpretações, mas o português requer a posição pré-nominal na leitura [+P] e a posição pós-nominal na leitura [+D].

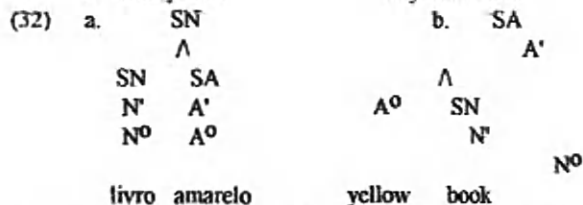
Logo, as duas línguas usam na posição pré-nominal um adjetivo que tenha os traços [+P, -D], como em (29a), no uso não-dimENSIONAL do adjetivo. Nesse caso, a sequência de AN receberá exclusivamente uma interpretação proposicional.

- (29) a. a great man / um grande homem
 b. [GREAT [x [MAN]]] / [GRANDE [x [HOMEM]]]

1.6. Adjetivos [+D, -P] nas duas línguas

Os adjetivos que designam propriedades absolutas dos indivíduos (sexo, cor, nacionalidade, por exemplo) são interpretados como [+D, -P] quando se associam com substantivo comum denotativo. Esses adjetivos são sempre pós-nominais no português, e sempre pré-nominais no inglês, como ilustrado em (30)-(31). Logo, ocorrem numa estrutura de adjunção em português, e numa estrutura de complementação no inglês, como em (32).

- (30) a. livro amarelo
 b. *book yellow
 (31) a. *amarelo livro
 b. yellow book



Mas em ambas as línguas só a leitura com conjunção de predicados é aceita.

Desde que o substantivo não seja denotativo, o português também aceita a estrutura de complementação, como o mostra a gramaticalidade de (33b).

- (33) a. uma tez branca
 b. uma branca tez

Nesse caso, tem-se uma leitura proposicional: [BRANCA [TEZ]]. O próprio fato de *ter* ser uma palavra poética, que como tal não tem a função de denotar, e portanto não tem referente em potencial, elimina a possibilidade de uma leitura de conjunção de predicados com função denotadora: não havendo um referente x para ser denotado, não se pode ter tal leitura.

1.7. Adjetivos [oD, oP] nas duas línguas

Estamos usando os traços [D] e [P] para traduzir diferentes usos do atributo adjetival: no uso [+D], o atributo ajuda uma expressão nominal a denotar um referente, e no uso [+P] o atributo é predicado do referente denotado por uma expressão nominal. No primeiro caso obtém-se uma leitura com conjunção de predicados, no segundo uma leitura proposicional.

Mas pode ainda ocorrer de o atributo não estar sendo usado nem para ajudar a denotar nem para atribuir uma propriedade adicional a uma denotação, como em (34).

- (34) a. The only computer available in this room is that one.
b. The only stars visible are those ones.

Nesse tipo de exemplo o atributo expresso pelo adjetivo é predicado do referente nominal real, mas como uma propriedade ligada à situação em que ele se encontra. Isso fica evidente no contraste em (35a,b), que corresponde ao contraste em (36a,b), respectivamente.⁵

- (35) a. The only visible stars are Aldebaran and Sirius.
b. The only stars visible are Aldebaran and Sirius.
(36) a. As únicas estrelas que são visíveis são Aldebaran e Sirius.
b. As únicas estrelas que estão visíveis são Aldebaran e Sirius.

Esses adjetivos que não são nem [D] nem [P], e que identificaremos como [oD, oP], ocorrem pós-nominalmente nas duas línguas.

2. UM PARÂMETRO SOBRE O USO [+D] DOS ADJETIVOS.

2.1. O parâmetro

Os dados que acabamos de examinar mostram que a ordem dos adjetivos só é diferente em português e em inglês caso o adjetivo tenha o traço [+D]. Nesse caso, o adjetivo terá de ocorrer pré-nominalmente em inglês e pós-nominalmente em português. Quando o adjetivo é [-D] ou não há o traço [D] em jogo, as duas línguas adotam a mesma ordem para os adjetivos. Parece então que a diferente ordem dos adjetivos nessas duas línguas está ligada a um parâmetro sobre o uso denotativo dos adjetivos, tendo as duas línguas feito diferentes escolhas no âmbito desse parâmetro.

O primeiro fato empírico que leva a crer que há efetivamente um parâmetro sobre o uso denotativo dos adjetivos é o contraste entre a própria ordem dos adjetivos

[+D] no português e no inglês: enquanto o português exige que estejam à direita do substantivo, o inglês exige que estejam à esquerda, quer no nível de N⁰ (engenheiro civil/*civil engenheiro, civil engineer/*engineer civil) quer no nível de SN (livro amarelo/*book yellow, yellow book/*amarelo livro).

O segundo é o fato de o inglês admitir SA restritivo pós-nominal, desde que a forma fonética do SA manifeste o estatuto de não-núcleo, e só não admitir essa ocorrência caso o SA se expanda somente em seu núcleo, como ilustrado em (37).

- (37) a. *a father proud
b. a father proud of his children
(38) a. *a book yellow
b. a book yellow with age

Ora, o fato de o inglês aceitar SA expandido em mais que o núcleo, com função restritiva, em posição pós-nominal, atesta o fato de esta língua aceitar adjunção a SN. Mas por que então não aceita SA expandido somente em seu núcleo com função restritiva? É óbvio que não é por razão estrutural, uma vez que aceita estrutura com SA em adjunção a SN. Como já se sabe que parâmetros dizem respeito a núcleos, o fato de a restrição do inglês à ocorrência de adjetivo restritivo pós-nominal dizer respeito somente a núcleo favorece a conclusão de que há um parâmetro em jogo.

Esse parâmetro pode ser, numa análise inicial, formulado como em (39):

(39) Parâmetro do uso [+D] dos adjetivos

A propriedade predicada por um adjetivo a pode ser acrescida às propriedades denotadoras do constituinte nominal b em c-comando mútuo com a, sse:

- (i) a está à direita de b.
(ii) a está à esquerda de b.

Dado este parâmetro, uma diferença essencial entre o português e o inglês é que o português escolheu a opção (i), e o inglês a opção (ii).

Que dados ficam explicados por este parâmetro? Ficam explicados os contrastes em (6)-(7) de um lado e (30)-(31) de outro. Nos exemplos portugueses, o adjetivo, cuja propriedade é acrescida às propriedades denotativas da expressão nominal em c-comando mútuo com ele, tem de vir à direita desta expressão, dada a escolha feita por esta língua no parâmetro sobre o uso [+D] dos adjetivos, de modo que são agramaticais as seqüências em que tal adjetivo vem à esquerda. Nos exemplos ingleses ocorre exatamente o inverso, dado que o inglês não fez a mesma escolha que o português no parâmetro em questão, e isso explica a agramaticalidade dos exemplos ingleses em que o adjetivo vem à direita.

Ficam igualmente explicados os contrastes abaixo:

- (40) a yellow book (41) a. *amarelo livro

- b. *book yellow
c. book yellow with age

- b. livro amarelo
c. livro amarelecido com o tempo

Em inglês um adjetivo só pode contribuir para a denotação de um constituinte se ocorre à esquerda desse constituinte. Por isso, a geração de (40a) é permitida, e a de (40b) é bloqueada. Mas como parâmetros só dizem respeito a núcleos, o parâmetro em questão não tem como bloquear (40c), e então essa sequência é gerada. Em português, um adjetivo só pode contribuir para a denotação de um constituinte se ocorre à direita desse constituinte. A geração de (41a) é bloqueada exatamente porque nesse exemplo o adjetivo só pode ser interpretado como tendo uso [+D], e então, dada a escolha do português no parâmetro do uso [+D] dos adjetivos, teria de ocorrer na posição pós-nominal. A geração de (41b) é permitida precisamente porque foi respeitada a escolha do português dentro deste parâmetro. Com relação à geração de (41c), ela é permitida independentemente do parâmetro em questão, pois parâmetros só dizem respeito a núcleos.

Será que este parâmetro explica também por que em português uma sequência de adjetivo e nome na ordem AN só pode ser interpretada como um constituinte predicativo, e em inglês pode ser interpretada como um constituinte predicativo ou um constituinte denotativo? Isto é, explica por que as sequências industrious Brazilians e industriosos brasileiros podem ser interpretadas como um constituinte predicativo, mas só a sequência inglesa pode ser interpretada como um constituinte denotativo?

O parâmetro em questão explica automaticamente porque o inglês pode associar uma interpretação denotativa a uma tal sequência, mas o português não. Mas como explicar que o inglês possa também interpretar uma tal sequência como um constituinte predicativo? Ora, quando o inglês interpreta esta sequência como um constituinte predicativo, está simplesmente interpretando o adjetivo pré-nominal como [+P], e não como [+D]. Neste ponto então, já que não há parâmetro em questão, as duas línguas se comportam exatamente de modo igual.

Resumindo, o inglês pode interpretar uma sequência na ordem AN do mesmo modo que o português, caso interprete o adjetivo e o sintagma que ele projeta (SA), como categorias predicativas. Mas pode também interpretar o adjetivo como [+D], sem que do conjunto se obtenha uma categoria predicativa. Neste caso, tanto o adjetivo quanto o SA que ele projeta serão interpretados como denotativos.

Portanto, o parâmetro sobre o uso [+D] dos adjetivos é realmente capaz de explicar por que os adjetivos pré-nominais do português e do inglês têm interpretações semânticas diferentes.

2.2.

Esta análise paramétrica tem algumas conseqüências interessantes. Uma delas é a previsão de que nos casos em que há ambigüidade entre leitura [+P, +D] no inglês, a ambigüidade não existe no português, e vice-versa. Por exemplo, (42a) é uma sequência ambígua em inglês, podendo significar que ela é boa em medicina, ou que é

(44) a. Português:

$\overline{[+P, -D]} \quad N^0 \quad \overline{[+D] \quad [-P, +D] \quad [+P, +D] \quad [\emptyset P, \emptyset D]}$

b. Inglês:

$\overline{[+P, -D] \quad [+P, +D] \quad [-P, +D] \quad [+D]} \quad N^0 \quad \overline{[\emptyset P, \emptyset D]}$

Essas diferentes distribuições estão ilustradas em (45).

(45) a. Português:

$\overline{[+P, -D]} \quad N^0 \quad \overline{[+D] \quad [+D] \quad [-P, +D] \quad [-P, +D] \quad [+P, +D] \quad [+P, +D] \quad [\emptyset P, \emptyset D]}$
pobre funcionário civil federal brasileiro canhoto competente exigente disponível

b. Inglês:

$\overline{[+P, -D] \quad [+P, +D] \quad [+P, +D] \quad [-P, +D] \quad [-P, +D]} \quad N^0 \quad \overline{[+D]} \quad [+D]$
great spacious beautiful old white American-colonial residential house available

Dessas distribuições podemos inicialmente concluir que:

- (i) os adjetivos [+P, -D] ocupam a mesma posição nas duas línguas, ocorrendo antes dos demais;
- (ii) os adjetivos [øP, øD] ocupam a mesma posição nas duas línguas, ocorrendo depois dos demais;
- (iii) os adjetivos [+D], [-P, +D], [+P, +D] ocupam posições diferentes nas duas línguas, mas sua ordem numa língua é exatamente a imagem espelhada da ordem na outra língua;
- (iv) dentre os adjetivos com ordem espelhada, os [+D] ocorrem mais perto de N^0 , os [+P, +D] ocorrem mais longe de N^0 , e os [-P, +D] entre aqueles dois.

Acrescentando a análise paramétrica que sugerimos, temos, com relação à ordem dos adjetivos em português e inglês:

- (46) a. Adjetivos [+P, -D] = ordem da regência na língua
- b. Adjetivos [+D] = ordem da escolha no parâmetro e adjacência a N^0
- c. Adjetivos [-P, +D] = ordem da escolha no parâmetro e seguindo imediatamente os [+D]

- d. Adjetivos [+P, +D] = ordem da escolha no parâmetro e seguindo os [+P, +D]
 e. Adjetivos [oP, oD] = ordem inversa à da regência na língua

Essas conclusões colocam em relevo a importância de dois fatores na ordem dos adjetivos: a direção da regência na língua e a escolha no parâmetro em (37).

Dado que todo adjetivo que tenha o traço [+D], independentemente de ter traço [P], sempre ocorre na ordem da escolha da língua no parâmetro, parece realmente que o que norteia a colocação desses adjetivos é essa escolha, que, como alertamos, pode se reduzir a um certo uso de um traço de Caso abstrato. Explica-se assim a colocação dos adjetivos [+D], [-P, +D], [+P, +D].

Por sua vez, o fato de se exigir adjacência da colocação dos adjetivos [+D] em relação a N^o explica-se como uma decorrência de se adjungirem a N^o.

No entanto, a análise aqui apresentada descreve mas não explica (a) a ordem dos adjetivos [-P, +D] e [+P, +D] entre si, (b) a razão de os adjetivos [+P] ocorrerem na ordem da regência se são [+P, -D] e na ordem da escolha do parâmetro se são [+P, +D], e (c) a ordem dos adjetivos [oP, oD], que em inglês e português se colocam na ordem inversa à da regência, mas não em alemão e holandês. Portanto, nossa análise ainda não consegue explicar toda a tipologia dos adjetivos.

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Meu objetivo nesta conferência foi tratar da tipologia e da interpretação semântica dos adjetivos, nas línguas que têm essa categoria de palavra. Com relação à tipologia, procurei mostrar que ela parece estar na dependência de dois fatores até agora não considerados nas análises já propostas sobre adjetivos: (a) a ordem da regência na língua e (b) a escolha que a língua faz no parâmetro sobre o uso [+D] dos adjetivos. Com relação à interpretação semântica, procurei mostrar que em muitos aspectos ela é simplesmente a leitura da própria estrutura sintática.

REFERÊNCIAS:

- BOLINGER, D. (1972). "Essence and Accident. English Analogs of Hispanic Ser-Estar". In Kachru, B. et alii (eds.). Issues in Linguistics. Papers in Honor of Henry and Renée Kahane, Urbana, University of Illinois Press.
 BORGES NETO, J. (1991) Adjetivos. Predicados Extensionais e Predicados Intensionais. Campinas, Editora da Unicamp.
 LOBATO, L. (em preparação). Adjectives: syntactic structures, semantic interpretation and typology.

DIFERENÇAS ENTRE A SINTAXE DO PORTUGUÊS CLÁSSICO E A DO MODERNO.

Clóvis Barleta de Moraes.
Faculdade de Ciências e Letras
de Araraquara - UNESP.

Pode-se conceituar o português clássico, em contraste com o arcaico e o moderno, como sendo a linguagem dos grandes escritores situados aproximadamente entre 1550 e 1800. É de notar a uniformidade histórica e geográfica do português, que não se alterou tanto no tempo como o francês e o inglês, nem tem dialetos tão numerosos e diferenciados como o italiano e o alemão. As diferenças sintáticas entre o português de hoje e a linguagem clássica não são numerosas nem profundas: limitam-se ao desaparecimento de certas construções (das quais algumas já eram, aliás, pouco frequentes), e ao surgimento de construções criadas pela língua moderna. Diante de um texto de Vieira, por exemplo, um leitor moderno desprevenido pode não se dar conta de que está lendo uma obra de mais de trezentos anos.

Luis de Camões, Fernão Mendes Pinto, Jacinto Freire de Andrade, Luis de Sousa, Antônio Vieira, Manuel Bernardes, Antônio Pereira de Figueiredo, são os principais modelos de linguagem literária culta conhecida como português clássico.

Aqui mencionaremos umas poucas diferenças. O total estará um pouco acima das três dezenas.

ARTIGO COM POSSESSIVOS. A presença do artigo definido antes de possessivos, limitada no português arcaico (seus cabelos, vossa ajuda), tornou-se, de Camões para cá, cada vez mais frequente, atingindo um índice enorme no século passado. Apesar disso, os escritores brasileiros continuam a tradição antiga de usar moderadamente do artigo nesse caso. No início do século um gramático português já notava a diferença. Hoje em dia a presença obrigatória do artigo é tão característica do português lusitano que a construção sem artigo é considerada pelos portugueses como um brasileirismo típico. Nesse caso Portugal afastou-se completamente da tradição clássica.

Quando o possessivo plural vem precedido de todos, a língua clássica dispensava o artigo, a moderna usa-o obrigatoriamente: "os demônios () punham em uma balança TODOS SEUS pecados". (Bernardes, Os Últimos Fins do Homem, p. 230)

INDICATIVO NAS CONCESSIVAS. As orações concessivas podem indicar um fato real ou irreal. O latim e o português clássico distinguem as duas noções com o uso do indicativo e do subjuntivo, respectivamente: "A gente que esta terra possuía, / Posto que todos etíopes ERAM, / Mais humana no trato parecia". (Camões, Os

Losíndia, VI, 62) - "Mas ainda que Samaria TEM em si tão pouco espaço de terra (), é sobremaneira boníssima." (Pantaleão de Aveiro, *Itinerário*, cap. LXXXI, p. 464)

MAIS-QUE-PERFEITO NO PERÍODO HIPOTÉTICO. Sempre foi possível usar o imperfeito do subjuntivo na oração condicional, e o futuro do pretérito ou o imperfeito do indicativo na principal: "- Se me desprezasses, morreria, matava-me." (Camilo, *A Neta do Arcebispo*, cap. I, p. 13) No português clássico era comum o uso do mais-que-perfeito simples em ambas as orações - construção que, se usada hoje, causaria a impressão de preciosismo e pedantismo: "Se Deus PUSERA na ruína do homem nascer, quem HOUVERA, por bom que fosse, que não se fizesse muito melhor?" (Vieira Serrões, vol. III, p. 150)

CONCORDÂNCIA EM PESSOA NAS ADJETIVAS. "Eu sou o pão vivo que DESCI do céu." (Figueiredo, *João* 6.51) O português clássico e o francês herdaram do latim a construção em que o verbo da adjetiva concorda com o sujeito da principal. Mas já no fim do período clássico começam a aparecer exemplos da nova concordância. Do mesmo autor: "Acaso és tu o primeiro homem que NASCEU ()?" (Figueiredo, *Jó* 15.7) Tão completa foi a mudança que um gramático português, Rodrigo de Sá Nogueira, tacha de erro a concordância antiga.

CONCORDÂNCIA COM UM DOS QUE. Nossas gramáticas continuam impensadamente admitindo como correto o uso do verbo no singular, e algumas fazem malabarismos para encontrar diferenças sutis que nunca existiram. É verdade que vários autores já notaram que o singular é do passado, e que hoje o plural é de regra. Antigamente o singular era possível, embora menos freqüente que o plural. A linguagem moderna, mais coerente, mais exigente, optou decididamente pelo plural, e Epifânio Dias condenava com veemência o uso do singular. É que nesse caso UM nunca pode ser antecedente do que. Mas há uma distinção que tem passado despercebida e que foi apresentada com muita clareza por Joseph Hanse no seu *Dictionnaire des difficultés grammaticales*: quando há um substantivo na expressão (Um dos CESTOS, que), e a adjetiva é explicativa (com pausa antes do relativo), o antecedente pode ser UM, e então o singular é a única opção: "Também eu sonhei que tinha três cestos de farinha sobre a minha cabeça; e que em UM DOS CESTOS, que ESTAVA mais alto, levava todos os manjares que os padeiros fazem" (Figueiredo, *Gênesis* 40,16-17) - "UMA DAS FILHAS, que ERA bonita, casou com um lavrador rico" (Camilo, *Vinte Horas de Liteira*, cap. XI, p. 102) - "Voltou-se então para UM DE SEUS MINISTROS, que meio afastado não HAVIA TESTEMUNHADO a cena". (Fernando Sabino, *A Falta que Ela me Faz*, p. 75)

ADJETIVA ALATINADA. Na linguagem moderna o antecedente vem imediatamente antes do relativo: "É justo AQUELE que não lesa a ninguém." Ou então a subordinada se intercala na principal: "AQUELE que agradasse a todos, morreu antes de nascer." (Pedro Chaves, *Rifoneiro Português*, p. 81) O português arcaico e clássico usava às vezes a ordem direta na oração principal, como acontecia em latim, e deixava o antecedente afastado do relativo: "ó padre, a cujo império / Tudo AQUILO obedece, que criaste". (Camões, *Os Lusíadas*, I, 38) Exemplos modernos são raríssimos. Porém

alguns adágios portugueses conservam a sintaxe antiga: "Aquele ave é má que em seu ninho suja." - "Aquele é bem casada que não tem sogra nem cunhada." - "Aquele é boa e honrada que está viúva sepultada." (Pedro Chaves, op. cit.) Encontram-se referências a essa construção em Epifânio Dias, Mário Barreto, E. Bechara, Sílvia Elia, Matoso Câmara. Como coincidência curiosa podemos citar o inglês: "The gate is wide that leads to perdition". (New English Bible, 1970, Matthew 7.13)

O SEGUNDO TERMO DA COMPARAÇÃO: Que ou do que podem ser usados para introduzir o segundo termo de uma comparação; do que é mais freqüente que o simples que. Primeiro se supôs que esse do que fosse o resultado do cruzamento de de e que (o que não explicava a presença do o); mas num trabalho lúcido e interessante o Prof. Teodoro Maurer mostrou que esse do que proveio de uma construção em que o o era um demonstrativo (=aquitó), e o que um pronome relativo. O complemento da comparação era introduzido, portanto, por um simples de: "Historiador e pregador hei-de ser hoje; dobrada obrigação de dizer verdade. Deus me ajude a que não sejam mais DAS QUE vós quiséreis." (Vieira, Sermões, vol. VIII, p. 197) A construção ainda aparecia, embora excepcionalmente, em autores do século passado que liam os clássicos: "ler o meu livro com alguma atenção mais DA QUE lhe exigir o preço do exemplar". (Machado de Assis, Dom Casimiro, cap. XCII, _ 916, p. 185) A generalização de do que invariável, porém, já é antiga: "vendo-o na páscoa com mais forças e melhor cor de rosto DO QUE entrara na quaresma". (Luís de Sousa, História de S. Domingos, I parte, livro I, cap. II, p. 27) Quando é necessário exprimir o demonstrativo, os autores recorrem a DO QUE O QUE, naturalmente: "Se () não receber mais DO QUE O QUE emprestou, () esse tal é justo". (Figueiredo, Ezequiel 18.8-9) - "necessidades não menos inevitáveis DO QUE AS QUE nos são comuns". (Rui Barbosa, Cartas de Inglaterra, p. 211)

TEXTOS CLÁSSICOS.

- Luís de Camões, Os Lusíadas.
- Fernão Mendes Pinto, Peregrinação.
- Jacinto Freire de Andrade, Vida de D. João de Castro.
- Antônio Vieira, Sermões.
- Luís de Sousa, Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires.
- História de S. Domingos.
- Manuel Bernardes, Nova Floresta.
- Sermões e Práticas.
- Estímulo Prático.
- Exercícios Espirituais.
- Luz e Calor.
- Os Últimos Fins do Homem.
- Vários Tratados.

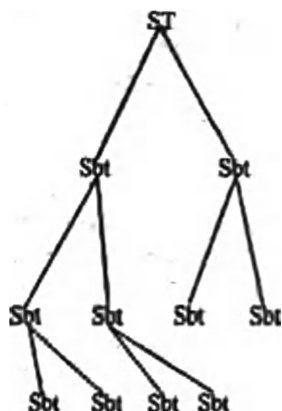
BIBLIOGRAFIA.

- ALT, M. Saíd - Gramática Histórica da Língua Portuguesa. 3ª edição. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- BARRETO, Mário - Fatos da Língua Portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954.
- BECHARA, Evanildo - Lições de Português Pela Análise Sintática. 13ª edição revista. Rio de Janeiro, Padrão, 1985.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso - Dicionário de Linguística e Gramática. 7ª edição, Petrópolis, Vozes, 1977.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva - Sintaxe Histórica Portuguesa. 1ª edição. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1918.
- ELIA, Sílvia Edmundo - Dicionário Gramatical. Porto Alegre, Livraria Globo, 1962.
- FIGUEIREDO, Cândido de - Gramática Sintética da Língua Portuguesa. 3ª edição, corrigida e aumentada. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920.
- HANSE, Joseph - Dictionnaire des difficultés grammaticales et lexicologiques. Amiens, Les Éditions Scientifiques et Littéraires, 1949.
- MAURER JÚNIOR, Teodoro Henrique - "A Origem da Locução Conjuntiva "do que" Introdutora do Segundo Termo da Comparação em Português". Separata dos Estudos Filológicos em homenagem a Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- MORAIS, Clóvis Barleta de - As Formas Simples e Compostas do Mais-que-Perfeito do Indicativo. Inédito.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá - Dicionário de Erros. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1969.
- TEYSSER, Paul - História da Língua Portuguesa. Lisboa, Sá da Costa, 1984.

A noção de centração norteia a delimitação do tópico de tal forma que uma porção se diferencia da outra no momento em que se observa uma nova centração, a qual se distingue da centração da porção tópica anterior.

De fato, torna-se possível a segmentação do texto falado em porções tópicas detectáveis tanto ao nível horizontal - correspondente à linearidade discursiva, à distribuição temporal, quanto ao nível vertical - da hierarquização de assuntos, para o qual prevalece uma noção relacional entre os tópicos.

Convém, ainda, salientar que observam-se camadas hierárquicas na organização tópica vertical, como se ilustra a seguir:



sendo que ST (Supertópico) e Sbt (Subtópico) nunca correspondem a um número fixo de ocorrências, já que são determinados pelo grau de abrangência do assunto e podem variar de acordo com o interesse dos interlocutores.

O que se pode relatar é que Centração (concernência, relevância, pontualização) e Organizabilidade (horizontal e vertical) se constituem em propriedades características do tópico discursivo.

Além dos elementos apontados, os marcadores conversacionais merecem destaque especial no que diz respeito à organização do tópico e podem ser representados por diferentes recursos lingüísticos, sejam verbais ou não.

Pelo seu teor ocasional, os marcadores não apresentam valor fixo quanto a sua posição no tópico discursivo, podendo ser detectados no início, desenvolvimento e fim/saída do mesmo. Esses elementos podem-se constituir num dos mecanismos extremamente fortes que auxiliam na demarcação do tópico, por avisarem o que vai ser feito e por se apresentarem nos limites tanto das menores porções - os Subtópicos, quanto das porções mais abrangentes - os Supertópicos.

No que se refere aos elementos não verbais, a prosódia destaca-se como um dos recursos que co-ocorrem para se detectarem os contornos tópicos. Entre os marcadores prosódicos destacam-se a entonação, o tom de voz, a pausa, o silêncio, etc.

Pelas análises efetuadas em inquéritos do Projeto NURC-SP, de tipo D2, corpus mínimo estabelecido para as análises do Subgrupo da "Descrição Textual-Interativa", foi possível observar que o Tópico possui um aspecto absolutamente dinâmico, fato que permite apontar para seu caráter prospectivo e retrospectivo, suas relações. Constatou-se que os tópicos interagem entre si, motivados pela negociação conversacional.

Saliente-se, ainda, que ao se trabalhar com o tópico discursivo não se pode prescindir da utilização das noções de Coesão e Coerência. Com referência à Coesão, parece importante registrar que, embora se coloque como propriedade do texto, ela pode não se explicitar por meio de marcas linguísticas, dadas as características do texto conversacional que possibilita a ocorrência de elipses. Além disso, deve-se lembrar que os laços coesivos não existem apenas na continuidade do tópico, mas ainda quando este é deslocado, reintroduzido, mudado, etc.

Em relação à Coerência, muitas vezes o analista pode-se deparar com textos que, num primeiro momento de análise, lhe pareçam desprovidos desse componente, entretanto, com o auxílio do contexto, torna-se possível conferir sentido a esse mesmo texto. Além disso, a noção de Frame, da maneira como foi apontada por Fávero(1991), também se revelou como um elemento importante, possibilitando que se conferisse coerência a determinadas ocorrências em que nem marcas linguísticas, nem mesmo o auxílio do contexto davam conta da análise.

Por esta razão, pode-se dizer que os princípios de organização conversacional não são de uma só ordem. Muitas vezes a Coesão e a Coerência podem se ordenar por princípios culturais, sociais e não puramente lingüísticos e, ao se privilegiar um só desses aspectos, pode-se correr riscos.

O segmento a seguir, que trata da conversação entre marido (L1) e mulher (L2), ilustra o quanto o texto falado se organiza localmente, inclusive a partir do grau de intimidade/ familiaridade entre os interlocutores. O casal estava para sair e, mediante a demora da mulher, o marido resolve chamá-la por meio de uma pergunta que ela toma como retórica e sente-se, assim, agredida, formulando uma outra pergunta, mudando o tópico:

- (1)
- L1 perdeu alguma coisa?
- L2 tá com muita pressa é?
- L1 eu só queria te ajudar...
- L2 só se eu não te conhecesse

Embora Gardner(1987) tenha adotado uma classificação para os tipos de desenvolvimento tópico:

Introdução, Continuidade, Deslocamento
e para os subtópicos deste último:
Término, Sombreamento, Enfraquecimento,
Reciclagem, Reintrodução e Mudança

esta pesquisa aponta apenas para o aspecto "Mudança de Tópico" subdividindo-a em Mudança Local- quando ocorrem a nível de subtópico- e Mudança Global- detectadas a nível de supertópico.

A partir da análise de textos orais dialogados, pode-se verificar como mudam os tópicos e o quanto mudam. Segundo Marcuschi(1988), uma das razões que se pode indicar para a ocorrência das mudanças é o fato de que cada segmento tópico não precisa estar ligado diretamente ao próximo, já que não há transferência de propriedade entre eles.

As mudanças detectadas no material sob análise foram decorrentes de problemas contextuais, de esgotamento de assunto, de associações, ou se constituíram em estratégias utilizadas pelos interlocutores quando não se queria mais falar sobre determinado assunto.

A mudança de tópico pode não estar relacionada ao problema da descontinuidade tópica, constituindo-se inclusive em elemento que promove a progressão da conversação. O D2/360 se constitui em exemplo significativo a este respeito, já que nesse inquérito, embora se verifiquem 63 mudanças de tópico (locais), o texto flui exatamente porque tais mudanças ocorrem.

Como resultado da referida pesquisa, pode-se salientar que o tópico pode mudar com a tomada de turno, às vezes pontuando-se o que foi dito com uma exclamação, outras vezes, apropriando-se do último segmento de fala do interlocutor, ou até com sobreposição de vozes se a conversação ocorrer num nível elevado de tensão.

Planalp e Tracy(1980) observam que não é suficiente que a informação introduzida com a mudança de tópico seja comum aos interlocutores, mas é preciso que ela seja relevante para ambos e concluem, por essa razão, que a máxima da Relevância de Grice deve dominar os estudos sobre mudança de tópico.

A possibilidade de serem encontradas marcas de mudança de tópico refere-se ao fato de que "o que o falante diz está diretamente ligado ao como ele diz" (Brown e Yule, 1983). E, assim, a combinação de marcas formais pelos falantes indica a mudança na direção do que eles estão falando. Como exemplo, pode-se apontar que muitas vezes o falante usa uma expressão introdutória para anunciar aquilo sobre o que pretende falar e essa expressão é fonologicamente proeminente.

Embora não se tenha elaborado uma relação quantitativa dos dados, pôde-se observar grande frequência de marcadores conversacionais empregados com a finalidade de mudar o tópico. Entre eles destacam-se ocorrências no D2 360-SP, com o marcador "agora":

com o marcador "realmente", mudando o subtópico:

- (6)
- L1 o futuro
- L2
- 60 L1 pertence...
- L2 ah
- L1 a Deus e não... a nós
- L2 [realmente deve ser uma delícia ter uma família gran/ bcm grande com bastante gente...

As perguntas também funcionaram, com frequência, como marca de mudança de tópico. Fato observável no segmento:

- (7)
- quando a: a arte é muito
- 280 grande ou eles estão brincando então... acusam o pai ou a mãe aquele que não estiver presente foi aquele que fez...
- L1 é
- Doc. seus filhos estão com que idade H.?
- L2 com três e cinco anos
- 285 Doc. eles têm noção de ho::ras... noção de :: horário?

Já as repetições (tanto *auto* quanto *hetero*) revelaram o esgotamento do tópico nos inquéritos analisados, servindo como marca indicativa, para o interlocutor, de que o tópico iria mudar. O exemplo a seguir, também referente ao D2 360-SP, aponta para esse fato:

- (8)
- 1100 L1 é uma tarefa difícil né?
- L2 Á::rea específica...
- L1 é difícil...
- L2 é difícil porque tem que manter... do dos dos próprios clientes não pode ser feito isso... é uma questão de ética
- 1105 L1 (certo)...
- L2 [(então a firma) não pode tirar das pessoas... dos seus próprios clientes não pode tirar:::.. elementos
- L1

Convém salientar que, como marca auxiliar e indicativa de término de tópico, inúmeras foram as ocorrências de pausa, hesitação e entonação descendente, como ilustra o segmento do D2 360-SP:

(9)

- | | | |
|------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | L2 | |
| 1155 | | ... algumas vezes consegue... mas depende sempre mais:... do cliente... do que do candidato não é?... embora as duas coisas se combinem... |
| | L1 | para conciliar os dois |
| | | [|
| | L2 | ()... para conciliar os dois |
| 1160 | Doc. | o seu marido sempre exerceu essa profissão que ele tem agora? |

em que ocorreram concomitantemente: mudança de ritmo, de velocidade, entonação descendente e pausa de 1,5'.

Deve-se enfatizar em relação a essas marcas apontadas que não se tratam de regras, mas representam traços que podem ser usados pelos falantes para organizar seu discurso. Além disso, saliente-se o fato de que a negociação conversacional possui um aspecto local, tornando-se impossível a predição de sequências conversacionais.

Na pesquisa realizada buscou-se detectar e descrever as relações inter-tópicas sob o prisma das mudanças, como estratégias de que os falantes se utilizam ao se envolverem conversacionalmente, interagindo e, muitas vezes, a elas recorrendo na tentativa de preservação de suas faces.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDEZ, E. (1982) *Introdução a la Linguística del texto*. Madrid, Espasa-Calpe. S.a.
- BROWN, G. e YULE, G. (1983) *Discourse Analysis*, Cambridge, University Press.
- FÁVERO, L. L. (1991) *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo, Ática.
- GARDNER, R. (1987) "The identification and role of topic in spoken interaction". In *Semiotica* 65:129-141.
- KOCH, et alii (1990) *Organização Tópica da Conversação*. Xerox de inédito.
- MARCUSCHI, L. A. (1990) "A Repetição na língua falada e sua correlação com o tópico discursivo". Recife, UFPE. Xerox de inédito.
- PLANALP, S. e TRACY, K. (1980) "not to change the topic but...: a cognitive approach to the management of conversation". In *Communication Yearbook*, 4 ed., J. Dan Nimmo, New Brunswick, Transaction Books, p.238-256.

PREVOWELS IN MAXACALI: WHERE THEY COME FROM

W. Leo Wetzels

Universidade Livre de Amsterdam

0. Introduction¹

From a cross-linguistic point of view, it is not uncommon for consonants to develop a vocalic prearticulation. For example, in some dialects of modern Brazilian Portuguese a palatal glide emerges before word-final /s/ (phonetically [s] or [ʃ]) after a stressed vowel, as in *arroz*[j]z 'rice', *luz*[j]z 'light', *rapaz*[j]z 'boy'². The extraordinary property of Maxacali³ is that all coda consonants may develop a vocalic prearticulation, which may take on the stature of a full vowel and entirely replace the consonant. Full vocalization is the normal case when coda consonants are followed by a homorganic consonant in the onset of the following syllable, but it may also occur when the vocalic element derives from a coronal or palatal consonant. Moreover, between the (pre)vowels originating from palatals or coronals and the underlying syllable peak a phonetic transition is optionally created, as in [kɪ^ht] from /kɪt/ 'louse', or [kɪs] from /kɪs/ 'end'. The complexity of the relation which exists in Maxacali between underlying and surface structure, and which, to the best of our knowledge, has never been the object of a formal analysis, represents a challenge for any type of phonological theory. Since Maxacali is the only language known to date where consonants massively and productively alternate with vowels, this language provides us with the opportunity to gain deeper insight into the autosegmental organization of phonological representations. It will be argued here that the phenomenon of prevocalization is best

¹ This paper has been written during a stay at the Instituto de Estudos de Linguagens of the University of Campinas (Unicamp) Brazil, made possible by the Netherlands Organization for Tropical Research (WOTRO). I am thankful to the IEL of Unicamp for the academic hospitality offered to me and to WOTRO for its financial assistance. I also wish to thank Aryon Dall'Igna Rodrigues, Nick Clements, and Jerom van de Weyer for commenting upon an earlier draft of this paper. Special thanks are due to Harold Popovich for generously giving me access to unpublished material, and for his detailed comments on the prefinal draft of this paper. Needless to say that I remain responsible for all errors of interpretation that this paper may contain.

² In some dialects the rule does not apply if /s/ is the plural morpheme: *gãz* 'shovel' from /gã-s/, *babás* 'babysitters' from /bãbã-s/, or *pãz* 'fox' from /pã-s/ do not yield [gãz], [babãz] or [pãz] in the Paulistana dialect. A more general version of the rule exists in the dialect of Rio de Janeiro (Carioca), where stress is irrelevant to the rule's application (cf. Brito (1993)).

³ Maxacali is an American Indian language spoken by the approximately five hundred members of the Maxacali tribe, who live in the reserves of *Agua Boa* and *Pradinho* in the northeastern part of Minas Gerais (Brazil), near the border of Bahia. Drawing on material collected by Harold and Francis Popovich, Davis (1968) classified Maxacali as a member of the so-called Macro-Jê stock of South American Indian languages. For a more recent report of the classification of Brazilian Indian languages, which confirms Davis' original hypothesis, see Rodrigues (1986). Information about the history and the people of the Maxacali can be found in Rübinger, Amorim & Marcato (1980).

described as a process of *root formation*, which promotes the secondary articulation of a consonant to an independent vocalic sub-segment.

1. The data

A detailed description of Maxacall, and the most detailed to date as far as the phonology is concerned, became available with the publication of a paper by Gudschinsky, Popovich and Popovich in *Language* 46,1 (1970) (henceforth referred to as GPP)⁴. Many of the examples on which our analysis is based are taken from this study. A further source of information is the unpublished paper Popovich (1983). A more extensive discussion of the prosody of Maxacall, with little attention to the segmental and syllable levels, is presented in Popovich (1985), which also contains seventy-five pages of phonetic transcription, from which further examples have been taken. Examples have also been taken from a study by Rodrigues (1981), in which an analysis of nasalization in Maxacall is proposed which differs fundamentally from the one presented in GPP (see section 1.2 below), and which is based upon data drawn from two unpublished papers by Popovich and Popovich, as well as from Popovich (1971) and GPP.

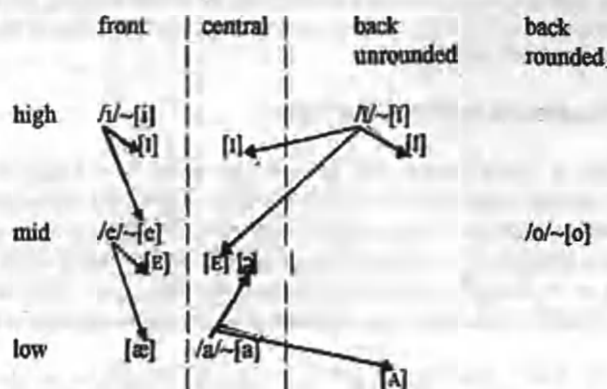
1.1 Vowels

Maxacall distinguishes five oral vowels underlyingly, which are front high /i/, back high (non-labial) /ɨ/, front non-high /e/, back non-high (labial) /o/, and the low vowel /a/. All vowels may appear nasalized. According to GPP nasality is contrastive for vowels. Both oral and nasal vowels show a wide range of surface variation. In GPP (1970:80-81) examples are provided for the allophones schematized in (1):⁵

⁴ All subsequent work focusing on the theoretical interpretation of the Maxacall facts is based directly or indirectly on GPP. In McCawley (1967) and in Hyman (1975: 46,191) mention is made of the process of prevocalization. In Reighard (1972:540-1) glide formation and prevocalization are briefly discussed. Drawing on Reighard (1972), Clements (1989a) uses glide formation as one more illustration for his proposal to define place of articulation in consonants and vowels with a single set of articulator features.

⁵ In GPP (1970:80) the low vowel /a/ is assigned to the same aperture class as /e/ and /o/ at the contrastive phonological level. Anticipating upon the discussion in section 3.1, we will treat /a/ as the sole member of an independent aperture class.

- (1) Maxacali Vowel Inventory (phonological segments are represented between slashes //, allophones between brackets [], capitals represent more open qualities)



1.2 Consonants

According to GPP, Maxacali contains ten consonantal segments at the contrastive phonemic level. The system includes two laryngeals, the glottal stop /ʔ/ and the fricative /h/, which are both irrelevant to our discussion, because they do not interfere with the process of (pre)vocalization. As for the supralaryngeal consonants, GPP posit two series of underlying segments, voiceless and nasal stops, each of which realize four distinctive places of articulation, as is shown in (2) below (see GPP, 1970:80):

(2)	Labial	Alveolar	Palatal	Velar
Oral	p	t	c	k
Nasal	m	n	ɲ	ŋ

At the phonetic level, voiced non-nasal consonants and prenasalized consonants may occur, as in [mbay] from underlying /mac/ 'good' and [ɲjokɔɲa] from /ɲokoma/ 'below'. Both types of consonants are analyzed by GPP as surface variants of underlying nasals, which are completely or partially denasalized by contiguous oral vowels. A different approach to nasality is taken by Rodrigues (1981) who posits an underlying opposition between voiced and voiceless stops, deriving surface nasality for both vowels and consonants from voiced stops. According to Rodrigues' analysis, which

We consider to be essentially correct, voiced stops become nasalized when they occur at the right edge of the word, and spread their nasal feature from right to left within the word domain, until spreading is blocked by a voiceless non-laryngeal consonant: /baʃod/ → [baʃon] 'sun', /kokod/ → [kokon] 'to breathe difficulty'⁶. Since the underlying representation of surface nasality has no crucial bearing upon the processes of prevocalization and glide formation, we will not discuss the details of the phonology of nasalization in Maxacali here.

1.3 (Pre)Vocalization and Glide Formation

The number of segments that may occur in the rhyme of a Maxacali phonological syllable is limited to two: a short vowel followed by at most one consonant. To GPP we owe the basic insight that, under certain conditions, 'disyllabic sequences of the shape [CVCV] are interpreted as ... [underlying: LW/WS] monosyllables of the shape /CVC/' (1972:77), as in [kɔwɛ]⁷p], from /kol/ 'manioc' and /tɛp/ 'new'. This, however, is just one of the possible outcomes of a general process of (pre)vocalization to which we turn now.

The truly puzzling aspect of Maxacali phonology is the behavior of consonants in the syllable coda. These consonants are realized as vowels or otherwise develop a prevowel. According to GPP, this prevocalization is most prominent in 'stressed or prolonged⁷ syllables' (1970:82). More concretely, in unstressed syllables the prevocalization never acquires the status of a full-fledged vowel, whereas this does happen when the syllable is stressed (and if some further conditions are satisfied, as we will see below). If a coda consonant is followed by a homorganic onset, whether word-internally or across word boundaries, it is always vocalic, and very often no consonantal closure takes place in the coda. The quality of the vocalic element that develops is the same, and predictable from the nature of the underlying consonant, whether nonsyllabic prevocalization or complete vocalization occurs. The surface quality of the prevowels as they develop before coda consonants is represented as follows:⁸

⁶ Rodrigues (1980) also permits for a limited use of contrastive nasalization on vowels in those cases where the nasal quality of the vowel cannot be obtained from a following nasalized consonant, as in /sa/ 'manner' vs. /sã/ 'is'. Prenasalized consonants are considered positional (word- or morpheme- initial) variants of underlying voiced consonants. In Wetzels (to appear 1993) it is argued that nasality in Maxacali emerges from a voiced consonant in the syllable coda.

⁷ Syllables are prolonged under emphatic stress as in calling or pedantic repetition (cf. GPP:81). Also, as Harold Popovich points out (p.c.), the concept of 'augmentation' is signaled by stress and length realized either on the nuclei of all the syllables of the word or on the last syllable only.

⁸ All prevowels are unrounded. Before a nasal consonant, or when derived from a nasal consonant, the prevowel always surfaces with nasal quality.

In both GPP and in Popovich (1983), the prevowel appearing with velars is defined as back, whereas in Popovich (1985) it is defined as central. For reasons which will be given below, we will assume that the core quality of this vowel is back.

(3) The Quality of the Prevowels

		Front	Central	Back
High	Close	i/_ {c,ɸ}		ɨ/_ {k,ŋ}
	Open			
Mid	Close			ɘ/_ {p,m}
	Open			ʌ/_ {l,n}

Below, the conditions under which the different surface manifestations of underlying coda consonants develop are defined and examples are provided. The symbols T,P,K and T' are used to represent underlying coronals, labials, dorsals (velars), and palatals, respectively.

(4) Prevocalization (C)VC→(C)VVC

Domain: coda of stressed or unstressed syllables

Conditions: when followed by heterorganic consonant or pause

a. Coronals

T→ʌT Examples:

/patktɸ/ → [paʌtkʰɸ] 'rib'
/toman/ → [tomaʌn] 'tomato'

b. Labials

P→ɘP Examples:

/paptɸ/ → [paɘpɸ] 'drunk'
/mihim/ → [miɘm] 'wood'

9 If Rodrigues (1981) is correct, the representations between slashes are derived rather than underlying, and, wherever nasal consonants occur word-internally or word-initially, these would be represented as voiced stops. What is crucial for our purposes here is the environments in which (pre)vocalization and glide formation apply. The quality of (pre)vowels emerging from nasal consonants is exactly the same as that of (pre)vowels which originate from oral consonants, except that the former are always nasalized. For ease of reference, we will keep the underlying representations proposed by GPP.

10 In this form the transitional sound η is inserted between the underlying syllable peak and the syllable created by vocalization. Anticipating upon a detailed discussion which will follow shortly, transitional glides are [j,w], which are nasalized if the (pre)vocalized consonant is a nasal consonant. η is pronounced [ɰ] when nasalized.

11 The underlying form of this word is given as bisyllabic [mihim] in GPP (1970:78). Rodrigues (1981:82) proposes /bɸ/ as the underlying form. Popovich (1983:2) suggests /mim/. Popovich (1985:45) states: "There are words which shorten by one syllable under certain conditions. One type consists of words that contain CV₁ɸ/V₂C which shortens to CV₁C." It is not easy to decide on the basis of the examples given in Popovich (1985) which of the two alternatives must be considered the underlying one. If the short form is underlying, one would expect 1) that the transitional laryngeal consonant (h or ?) is either predictable from the quality of the surrounding vowels, or else that h and ? are in free variation, and 2) that the class of words containing syllables which surface with a split nucleus can be predicted on the basis of linguistically significant categories. The data

c. Dorsals

K → ^fK Examples:

/kəkop/ → [k^fks^fo^fp]¹² 'child'
 /niməŋ to/ → [nimə^fŋkto^fc] 'long wing'

d. Palatals

T → ^jT Examples:

/kokac/ → [koka^jc]¹³ 'dog'
 /ma?aŋ/ → [ma^jaŋ] 'alligator'

(5) Partial/Full Vocalization (C)VC → (C)VV(C)

Domain: coda of stressed syllables

Conditions:

1. when followed by a heterorganic consonant or pause¹⁴

and: a. the prevowel is [ʌ], i.e. it derives from a coronal consonant, except when [ʌ] is preceded by /e/, or

b. the prevowel is [i], i.e. it derives from a palatal consonant, except when [i] is preceded by /a/, /e/ or /i/.

Note: The prevowel never develops into a full vowel if it derives from a labial or dorsal consonant.

transcribed in Popovich (1985) show that the long forms are used when the words are pronounced in isolation, or before a pause. Compare [maha^fm] 'fish' with [ma^fmsaci^fa] 'fish cut (p.ʃ)'. However, some long forms seem not to alternate, like the word for 'Maxacal' which is phonetically [tʰkmi^fŋ] or [tʰkmi^fʃŋ], or the word for 'non-indian', [ʔaʃihik]. At first sight, the existence of nonalternating long forms suggests that for the alternating ones, the short forms must be underlying. However, not all syllables (not even all monosyllabic words) have their nuclei split before pause, and we have not been able to find a property common to the ones that do alternate which cannot occur also in the class of words that is not affected by an alleged rule of nuclear split. Also, whereas we have not detected a single case of a glottal stop inside words containing front (coronal) vowels (*C^fiVC or *C^feVC, but [mi^fh^fm] 'word', [ihehɛ] 'rain storm', [iɬuɛ] 'man'), for words containing back (dorsal) vowels the occurrence of /ʃ/ vs /ʔ/ is not predictable: compare [pihik] 'honey' with [kɔpʰik] 'axe', which both have short forms. We will therefore assume that the absence of contrast between /ʃ/ and /ʔ/ in long forms containing coronal vowels is only due to the limited corpus which we had at our disposal. We will consequently follow GPP in considering the long forms to be underlying and suppose that there is a shortening rule which applies to a lexically defined set of words of the type (C)V_i(h,ʃ)V(C).

12 In GPP (1970:83) it is claimed that /p/ does not develop a prevowel after /o/. This would be an unexplainable gap in the data, all the more so because /m/ is regularly prevocalized, even after /o/. As this example shows, as well as others in Popovich (1985), GPP's original claim was probably due to the limited set of data available at that time.

13 The phonetic shape of underlying palatals shows a wide range of variation. The construction of /c/ in coda before non-homorganic oral consonant varies from a fricative realization /s/ to voiceless semivowel /ɲ/ (cf. GPP:84).

14 As Harold Popovich points out (p.c.), T more easily vocalizes than ^fT, and for both classes full vocalization is more common before a pause than before a heterorganic consonant.

(7)

- (i) If any coda consonant is followed by a heterorganic (oral or nasal) consonant or by a pause, a prevowel develops while consonantal closure is maintained.
- (ii) If any coda consonant is followed by a homorganic (nasal or oral) consonant, it surfaces as a vowel, and there is no consonantal closure left in the coda.
- (iii) If a coronal or palatal consonant is followed by a heterorganic consonant or pause, it usually surfaces as a vowel, and there is no or hardly any consonantal closure left in the coda.

One general observation which can be derived from (7) is that the realization of the prevowel as a full-fledged vowel has two different sources: its appearance is either triggered by the presence of a homorganic following consonant, or it develops from an underlying coronal or palatal consonant, in which case the righthand environment is irrelevant. Coronal and palatal consonants are peculiar in another respect. They condition a process of epenthesis which creates a phonetic transition between the underlying vowel and the (pre)vowels [ʌ, i], which are derived from these consonants by the process of prevocalization. The transitional element is usually a glide, but after a back unrounded vowel a velar fricative occurs which surfaces as a nasal stop in case the prevowel originates from a nasal consonant. The relevant contexts are illustrated below:

(8) (a) Underlying Coronals (b) Underlying Palatals

peak vowel	glide oral/nasal	(pre)vowel (<T)	peak vowel	glide oral/nasal	(pre)vowel (<T)
/i/	[j] / [j̃]	[ɪ]	/i/	-	[i]
/a/	[ɹ] / [ɹ̃]	[ʌ] ¹⁶	/a/	-	[ɪ]
/u/	[ɥ] / [ɥ̃]	[ʌ]	/u/	[ɥ] / [ɥ̃]	[i]
/o/	[w] / [w̃]	[ʌ]	/o/	[w] / [w̃]	[i]
/e/	-	[ɪ]	/e/	-	[i]

Note: No transitional sound develops between an underlying vowel and a vowel derived from an underlying labial or velar consonant, not even when derived [e] (<p/) or [i] (<k/) are fully vocalic (i.e., when [e, i] originate from a sequence of homorganic consonants)

¹⁶ Quite astonishingly, after nasal [a] before [-] the appearance of a transitional glide is rare. If it develops, it is phonetically realized as expected: /nahan/ → [nahaːn] or [nahaːñ] 'urucum'.

In the foregoing we have consciously highlighted the fact that prevowels which derive from labial and dorsal consonants never develop into a full vowel before heterorganic consonants or a pause (cf. the note under (5)) and that, at the same time, they fail to trigger the insertion of an epenthetic element before them (cf. the note under (8)). Moreover, whenever glide formation fails to apply, even the prevowels derived from coronals and palatals never acquire the status of full vowels¹⁷. It seems to us that an adequate account of the Maxacali facts must provide an explanation for why glide formation and full vocalization of coronal and palatal consonants occur together. Before this question can be properly dealt with, it must be decided how prevocalization and glide formation are to be represented formally. In the following section we will therefore make explicit the relevant aspects of the theoretical framework that we have adopted in order to study the different processes illustrated and commented on in this section.

2. Theoretical Framework

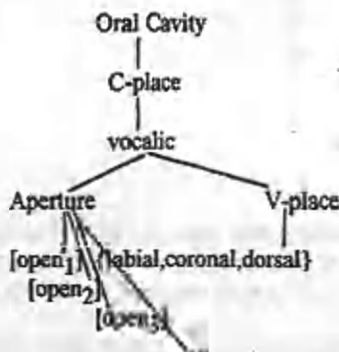
It will be argued below that the notion of phonological timing plays a key role in the development of full vocalization in the case of underlying coronals and palatals. This is why the descriptive framework adopted here is one which recognizes the existence of timing units as part of the structure of the phonological segment. Of course, most current models of autosegmental phonology provide some means to account for phonological timing. For reasons which will become clear as we proceed, the present analysis is cast within the variety of autosegmental phonology that has recently been proposed by Clements (1989 a,b; 1991 a,b). The essentials of Clements' proposals can be summarized by way of the feature geometries given as (9) and (10).

¹⁷ Glide formation is not a necessary condition for full vocalization if the vocalic element is derived from a homorganic cluster.

place features for consonants are directly situated under a C-place node, and the place features for vowels, which are identical to the ones used to define the place features for consonants, are situated under a V-place node. The resulting geometry predicts that assimilation of the complete set of vocalic features may take place across consonants, because no crossing of association lines would result from such an operation. Inversely, for consonants only individual place features are allowed to communicate across vowels.

Another innovation made by Clements (1989b, 1991a) concerns the existence of an independent aperture node for vowels, which is linked to the vocalic tier. In (10) the place of the aperture node in the feature tree is indicated.

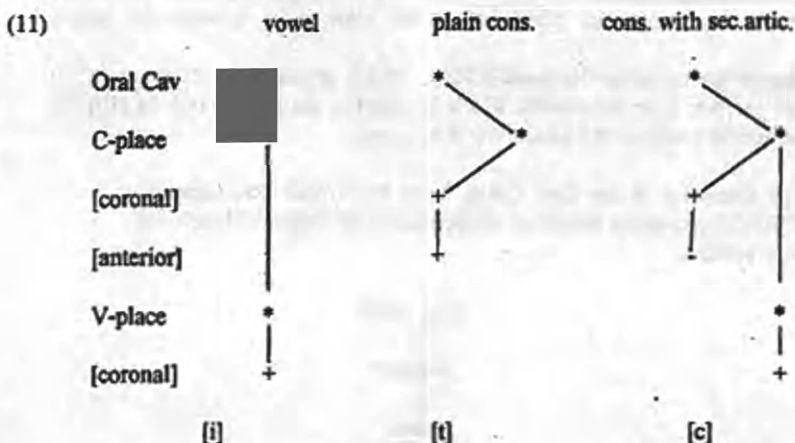
- (10) The Geometry of the Oral Cavity Node for Vowels (cf. Clements 1989b:23); structure irrelevant to the rules to be discussed below has been omitted)



The aperture node dominates one or more [open] tiers, the precise number of which depends upon the number of vowel height distinctions within a given language. According to Clements, only vocoids bear the feature [open] contrastively. The unmarked basic height distinction is obtained by specifying all but the lowest vowel(s) as [₋open] at the primary [open] tier and the lowest vowel(s) as [+open]. Further distinctions are created on subsequent [open] tiers, in such a way that the resulting system reflects the phonological solidarity of segments as shown by the rules of the language which are sensitive to height. Below (cf. rule (12), we will see that there are rules in Maxacali which confirm the independence of the aperture features with regard to place of articulation.

One important aspect of Clements' proposals, which will play a crucial role in the description of Maxacali prevocalization, is the way secondary articulation on consonants is described. We have seen in (9) that Clements (1989a) develops a geometrical model in which the place nodes of plain consonants and vowels constitute

distinct autosegmental tiers, C-place and V-place respectively. Secondary articulations on consonants are represented by way of a vocalic node linked to the C-place tier. In (11) the geometry of place-features for /i/, /t/ and /c/ is schematically represented:

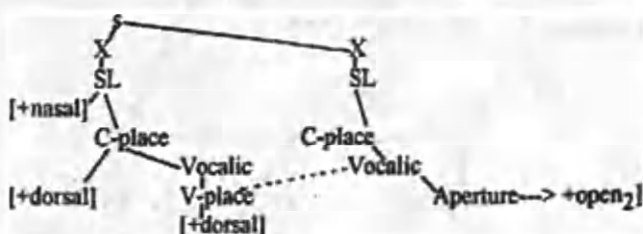


In Clements (1989a) palatal consonants are defined as nonanterior coronal consonants without a (secondary) V-place articulation. In (11) we have assumed that palatal /c/ in Maxacall has a secondary coronal articulation, for which evidence will be provided later.

It is important to observe that not only C-place and V-place constitute distinct autosegmental tiers. The articulator feature [+coronal], if linked to a C-place node, resides on a tier that is different from that on which the feature [+coronal] resides if linked to a V-place node. As a matter of fact, the way of representing place-of-articulation features as illustrated in (11) enables a considerable reduction of the number of place-features: the separation of the place tiers for consonants and vowels clears the way for using a single set of phonological primitives to define the major places of articulation for both consonants and vowels. As a consequence, the phonetic interpretation of the individual features can be somewhat more general than the definitions used in previous frameworks. For example, the feature [coronal] is interpreted as involving 'the raising of the tongue tip or blade' (Clements 1989a). Similarly, the feature [labial] refers to lip activity, the precise phonetic realization of which depends upon other independently necessary feature specifications (major-category features or type of constriction), which are simultaneously present in the segmental structure. Besides allowing a considerable reduction of the amount of articulator features, Clements' proposal of identifying vocalic place features with

consonantal place features permits an elegant formalization of natural distributions of consonants and vowels. For example, it is predicted that, when co-occurrence restrictions exist between consonants and vowels, dorsal vowels tend to co-occur with dorsal consonants, coronal vowels with coronal consonants, etc. Maxacali provides an illustration of exactly this phenomenon. As has been observed by GPP, when *ɲ* occurs in the onset of a syllable, it "is found preceding /a/, /a/, and /o/ only" (1970:79). This distributional restriction could be expressed by the redundancy rule (12):

(12)



In (12) we have assumed that vowels following a tautosyllabic velar nasal consonant are underspecified for aperture and place of articulation in underlying representation, because these features are entirely predictable. We have also assumed that, at some late point in the derivation, Maxacali consonants are redundantly specified for V-place features. As Clements (1991b) proposes, consonants may interact with vowels through a mechanism which he calls 'feature projection', which, if applied, creates a V-place node on a consonant and which copies the C-place features to the V-place, in our example [+dorsal]. Given the geometrical properties of the model, the V-place feature of *ɲ* can subsequently interact with that of the following vowel. According to Yip (1988:73, fn.7), the unmarked way of filling in unspecified feature values is through spreading. If this is correct, we expect that the predictable place features of the vowel represented in (12) will be derived from the preceding consonant, as indicated by the dotted association line, rather than by an arbitrary feature-filling rule. The further fact that no high dorsal vowels are found following *ɲ* can be captured by considering the position $s_5(C)_5$ as a position of aperture neutralization, which is specified for the [open₁] tier only (cf. table (14) below). The feature filling rule indicated as a dotted line in (12) provides the missing [+open₂] specification which cannot be derived from the consonant.

In the following section we will use Clements' way of representing place of articulation to define the segment inventory of Maxacali.

18 The prediction that blank features are preferably derived from the lefthand segment can probably be considered as an effect of the 'Left Precedence Clause' (cf. Clements and Sauer (1982)).

3. The Feature Definition of Maxacali Segments.

We will assume that the features [coronal], [labial], and [dorsal] are necessary and sufficient to define the different places of articulation for both consonants and vowels in Maxacali. For reasons of clarity, we have in (13) defined these features in terms of a more traditional vocabulary.

- | | | |
|------|------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| (13) | [+labial] | under C-place: defines labial consonants
under V-place: defines rounded vowels |
| | [+coronal] | under C-place: defines coronal consonants
under V-place: defines front vowels |
| | [+dorsal] | under C-place: defines velar consonants
under V-place: defines back vowels |

3.1 Vowels

The analysis of the vowel system which we will adopt differs in several respects from the one proposed in GPP (1972:80). First, we have defined /a/ as a dorsal vowel, rather than as [-dorsal,-coronal], which would probably better match the central quality GPP consider its basic property. Our reasons for disagreeing with GPP are the following:

a. /a/ patterns with /ʌ/, which is a dorsal vowel, in the process of glide formation,
b. /a/ patterns with /o/, which is a dorsal vowel, with regard to the distribution of the velar nasal *ŋ* (cf. rule 12).

c. According to GPP, the most backed varieties of /a/ occur in the environment of alveolar (=coronal) consonants. As we have shown earlier, the prevowel developed by coronals has a lower central mid quality. If one were to assume that /a/ is underlyingly a central vowel, we must explain its surface quality in the environment of a coronal consonant as resulting from a process of dissimilation. Although this would be a possible analysis, we can dispense with such a rule by assuming that /a/ is underlyingly dorsal.¹⁹

d. Centralization is a typical property of /ʌ/ and derived [ɛ]. The phonetic area of [a] also varies between back and central. By treating /a/ as a dorsal vowel, we can explain its tendency towards centralization as a more global property of non-labial dorsals.

One further difference between the classification of vowels proposed here and the one given by GPP concerns the degree of aperture of the low vowel /a/. More precisely, we have decided to assign /a/ to a separate aperture class, independent of /e,o/. Our main reason for this decision is based upon the observation that all non-central allophones of /a/ are always lower than those of /e,o/. Since centralization is an independent property

¹⁹ Notice that we would expect that the non-central allophones of /ʌ/ would also be used more consistently in the environment of coronal consonants. Although this fact is not explicitly mentioned by GPP, it is true that all the examples provided which contain /ʌ/ before /T/ show the back variant rather than the central one.

relatively stable place of articulation, which is completely independent from that of the preceding nuclear vowel, it seems obvious that its phonetic shape is intimately related to the quality of the underlying consonant, as was also explicitly stated by GPP and Popovich (1983).

GPP suggest that the vocalic allophones of coda consonants in Maxacali "have the same horizontal tongue body position as the consonantal allophones, and [that they; LW/WS] differ from them only in degree of closure" (1970:88)20. In Clements' model, which contains a single set of features to define both consonantal and vocalic places of articulation, the surface shape of vowels derived from consonants could be expected to follow from the consecutive application of feature projection and C-place deletion. Feature projection would create a copy of the C-place articulator on a V-place node, predicting that deletion of the C-place node give rise to a vowel with the same place of articulation as the underlying consonant. From this perspective, (pre)vocalization is treated as the (partial) vocalization of primary consonantal stricture. However, the proposed procedure would only partially account for the facts as observed in Maxacali. Although the prevowel of a palatal consonant is, indeed, a front vowel, and that of a dorsal consonants a back vowel, coronal and labial consonants behave differently. In (16) we have compared the attested qualities with those generated by feature projection.

(16)		Secondary (V-place) articulations of Maxacali consonants			
Feat. Proj.		P	T	T'	K
Attested		labial	coronal	coronal	dorsal
	dorsal	noucor/	coronal	dorsal	
			nondors		
		[ɛ]	[ɯ]	[i]	[ɨ]

In the case of palatals and dorsals, the quality of the secondary articulation is predicted as attested. On the other hand, the prevowel of a labial consonant shows up as a non-labial dorsal, contrary to expectation. Similarly, whereas feature projection predicts that vocalization of palatals and coronals must cause the neutralization of the coronal and alveo-palatal articulations – notice that the feature 'anterior' is irrelevant for the definition of place of articulation in vowels—, we observe that in Maxacali the opposition is maintained in the prevowels. We conclude therefore that, although feature projection might represent the unmarked way to define (vocalic) secondary articulations in consonants, languages may choose other options. As it turns out, the range of secondary articulations that languages allow with coronal consonants is quite wide. Well known is the example of *l*-coloring in continental Portuguese, where dark *l*, which has an *ɯ*-resonance, is found in the syllable coda, whereas clear *l*, with the resonance of

20 Cf. also Austin (1957) who predicted the same type of correlation although he knew "of no language which has both vowels and consonants in the same allophonic range" (1957:343).

i, is found in all other positions²¹. In some dialects of contemporary English, a variety of the /-sound is heard with the resonance of schwa (cf. Westerman and Ward 1949:69). In Maxacali, coronal consonants also have a secondary schwa-like articulation, as shown by the quality of the prevowel. If the secondary articulation defines the horizontal position of the tongue body, we must for labial consonants assume a derived structure which consists of a primary (consonantal) labial constriction and a secondary dorsal articulation defining the raising of the back of the tongue body during labial stricture. More generally, what both (pre)vocalization of labial and coronal consonants show is that we are indeed witnessing the surfacing of a secondary articulation, rather than the mere vocalization of a C-place articulator. More evidence for this view will be provided in section (4). We consequently propose that Maxacali consonants are assigned the following derived representations:

(17)	P	T	T'	K
C-place	[+labial]	[+coronal]	[+coronal]	[+dorsal]
		[+anterior]	[-anterior]	
V-place	[+dorsal]	[-dorsal]/	[-coronal]	[+dorsal]
		[-coronal]		

We will assume here that the secondary articulations of P and T are derived by rule. Subsequently, feature projection applies to those consonants which do not have a V-place node assigned to them by rule.

4. On the height of the derived (pre)vowels

In the process of prevocalization every prevowel acquires its own set of aperture features. If the details of the appropriate redundancy rules are worked out, we find some striking evidence for the view that secondary articulations in Maxacali define tongue-body positions, and cannot simply be identified with the distinctive primary articulations of the underlying consonants. The problem centers around the nature of the (pre)vowel [e], derived from a labial consonant. In Reighard (1972:540) it is observed that vocalization of labial consonants cross-linguistically results in a (back) labial vowel, as would also be predicted by Clements' principle of Feature Projection. The unexpected outcome of the (pre)vocalization of labial consonants in Maxacali is explained by Reighard as the consequence of two rules. The first is a redundancy rule, which formalizes the correct generalization that Maxacali lacks front labial vowels. We provide the rule in (18) (cf. Reighard 1972:541):

²¹ In Brazilian Portuguese the secondary dorsal articulation has entirely replaced /i/, as can be seen in alternations like *brasil* [braziw] 'Brazil' → *brasileiro* [brazileiru] 'Brazilian'.

$$(18) \left[\begin{array}{c} \text{v} \\ +\text{labial} \end{array} \right] \rightarrow [+back]$$

Rule (18) presupposes an intermediate stage at which prevowels derived from labial consonants are themselves labial. The dorsal articulation of the prevowel is thus explained by the redundancy rule (18). Delabialization of the derived labial vowel is subsequently obtained by the application of an *ad hoc* rule which Reighard (1972:541) formulates as in (19):

$$(19) \left[\begin{array}{c} \text{v} \\ -\text{stress} \end{array} \right] \rightarrow [-\text{labial}] / _ C$$

Notice first of all that (19) does not really explain why vowels derived from labial consonants surface as nonlabial. Therefore, an analysis in which such a stipulation can be avoided must be preferred. Furthermore, in the way it is stated rule (19) is inadequate²², because prevocalization is an optional rule. If it fails to apply to an unstressed /oC/ rhyme, /o/ does not turn into [ɛ], contrary to what (19) predicts.

A slightly different, observationally adequate, but equally stipulative account of the quality of [ɛ] is given in Clements (1991b, 88 and 117 fn.3). Taking his lead from the quality of the prevowels derived from /k/ and /c/, Clements observes that the "epenthetic vowel [=prevowel; LW/WS] agrees in place of articulation with a following high consonant" (1991b:88). He then suggests that this generalization may extend to prevowels derived from labial consonants. Under this view, labial consonants generate the intermediate high labial (pre)vowels [u u]. The fact that Maxacali has /o/ but not /u/ motivates a redundancy rule which makes labial vowels nonhigh. A further rule which requires all extra-short vowels to be nonlabial maps derived [o o] into the corresponding nonlabial vowels [ɛ ɛ]. Clements' proposal also raises a number of nontrivial questions. First, one wonders what the independent motivation is for the labial consonants being [+high]²³. Second, it is unclear what the formal status is of the notion 'extra-short'. Third, even if 'extra-short' can be formally expressed, a rule referring to that property would not explain why these vowels are treated differently from other vowels. We will show next that a truly explanatory account can be provided, if, first, the proposal that place of articulation for consonants and vowels is defined by a unitary set of features is taken seriously, and, second, the idea is given up that prevowels are the surface correlates of primary consonantal places of articulation. Let us, to see this, reconsider the underlying vowel inventory of Maxacali. Combining Reighard and Clements' observations we may state the following redundancy rule which is true for all surface vowels in Maxacali, derived (pre)vowels included:

²² That is, even if C in (19) is interpreted as a coda consonant, as it should be.

²³ Recall that Chomsky and Halle (1968:307) classify labial and dental (coronal) consonants as [-high], palatal and velar consonants as [+high].

$$(20) \quad [\text{labial}] \longrightarrow \begin{bmatrix} \text{dorsal} \\ -\text{open}_1 \\ +\text{open}_2 \end{bmatrix}$$

The input definition of the redundancy rule (20) crucially lacks major-category features. What it actually states is that all labial segments, whether consonants or vowels, involve a secondary dorsal articulation, whose degree of aperture corresponds to the Maxacali mid vowels. In other words, the entire definition of the vocalic node for labial consonants can be derived through a generalized version of an independently necessary rule for vowels. The rule type exemplified by (20) is, of course, exactly what we expect to exist in phonological grammars if place-of-articulation for consonants and vowels is expressed by a single set of features. What we must assume is that secondary articulations on consonants do not surface with complete closure in the unmarked case, or, in terms of the descriptive model used here, that they are usually realized as vocalic (co)articulations²⁴. Consequently, if the (pre)vowels are viewed as prearticulated secondary articulations, as defended here, there is nothing mysterious about the nonlabial nature of derived [ɛ̃ ẽ].

Independent evidence for the productivity of rule (20) comes from loan phonology. We have seen that /a/ is the only labial vowel of Maxacali. Depending on what underlying feature definition for this vowel is chosen, one can predict its redundant properties by way of the rule given in (20) above, which is based upon the distinctiveness of the feature [labial], or by the following rule, which presupposes a lexical definition involving the features [open_{1/2}] and [dorsal].

$$(21) \quad \begin{bmatrix} \text{dorsal} \\ -\text{open}_1 \\ +\text{open}_2 \end{bmatrix} \longrightarrow [\text{labial}]$$

Confronted with the Portuguese word *chapéu* [ʃap u] 'hat', we would expect this word to be nativized as /capel/ if only dorsality and vowel height are contrastive for back vowels. However, the word appears as /capeo/, following rule (20).

With regard to the (redundant) height specification of /c/ and /k/ Maxacali confirms the traditional view according to which these consonants are universally specified as [+high]. In Clements' framework, aperture features are explicitly treated as vocalic features, because they are located under the vocalic node, which is distinctively present for vowels only.

Let us close this part by speculating upon the question why it is that coronal and labial

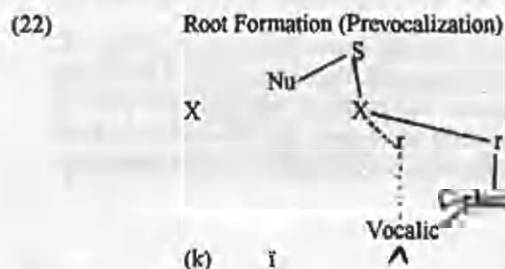
²⁴ This assumption is motivated by the fact that consonants with simultaneous multiple stricture are typologically rare. Moreover, Sagey (1986), studying the representation of complex segments, states: "The surface degrees of closure for the various articulations in a complex segment can vary quite widely..." (p. 276), and "A segment consisting of two stops is less common, or more marked, than complex segments in which at least one segment is more sonorant..." (p. 278).

consonants should take on tongue-body positions which are realized in a language-specific way. During labial and coronal constriction either the entire tongue, or the main part of it is not involved in primary articulation. Therefore, the tongue or tongue body is free to adopt quite a range of different positions, which are at the basis of the different 'colorings' attested cross-linguistically.

5. The Rule Analysis of Maxacali Prevocalization, Glide Formation, and Full Vocalization

5.1 Prevocalization

Primary and secondary articulations are usually pronounced simultaneously. In Maxacali, there must therefore be a rule which accounts for the fact that the V-place articulator is independently pronounced and immediately follows the syllable peak. I propose the following rule to account for prevocalization:



It is claimed in (22) that the basic mechanism which accounts for prevocalization is a process of root formation, in which the secondary vocalic articulation of the consonants is promoted to an independent subsegment which, in the case at hand, precedes the consonantal constriction²⁵. The timing tier remains untouched, expressing, first, the fact that the melodic change does not affect the global timing properties of the underlying string, second, that the emergence of the prevowel goes hand in hand with the reduction of the length of the consonantal constriction, and, third, that the length of the peak vowel remains unaffected²⁶.

5.2 Glide Formation

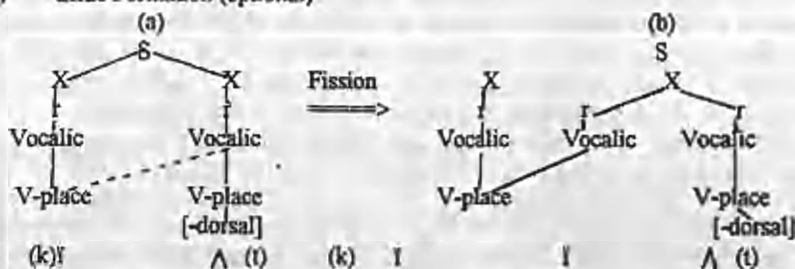
We will now look at the process of glide formation. Let us recall that only prevowels

²⁵ We will assume that in (22) the structure intermediate between the Vocalic node and root, as well as the projection of the adequate set of major-category features are provided by some universal principle.

²⁶ For a detailed justification of the formalism proposed and of the implicit phonetic predictions, see Wetzels and Sluyters (forthcoming).

originating from coronal and palatal consonants trigger the epenthesis of a transitional glide. We have also seen that the prevowel of a palatal consonant is [i], and that of a coronal consonant [ɨ]. Both vowels share the property of being [-dorsal], contrary to the prevowels derived from labial and dorsal consonants, which are both [+dorsal] (cf. (16) above). Since Maxacali has no syllable-internal vowel sequences other than the ones derived by prevocalization, the presence of a tautosyllabic [-dorsal] vowel following the syllable peak represents an important condition on the application of glide formation. Some other restrictions on this rule are more difficult to account for. Here I will not discuss all the intricacies of this rule, nor formalize the consonantalization of the dorsal glides, all of which are treated in detail by Wetzels and Sluyters (forthcoming). I formulate glide formation as in (23) below:

(23) Glide Formation (optional)



Condition: vowel in peak is not [+coronal;+open₂]

In (23) glide formation is described as the spreading of the V-place features of the nuclear vowel to the Vocalic node of the prevowel. The branching Vocalic node triggers fission, as a result of which the epenthetic glide acquires its own root node as part of the coda segment. Crucial with respect to (23) is the fact that the place of articulation of the transitional sound is determined by that of the peak vowel. This of course falls out naturally from Clements' proposal that consonants and vowels share the same set of place features. The condition on rule (23a) roughly expresses the fact that /c/ never triggers glide formation. Apparently the crucial properties of the peak vowels responsible for the generation of the transitional sounds are height, labiality and dorsality.

5.3 Full vocalization: Phonetic Decrowding and Degemination

We have seen earlier that full vocalization of coda consonants in Maxacali has two different sources. They can derive from coronal or palatal consonants or from any consonant which is followed by a homorganic onset inside the word or across the word boundary.

boundary.

5.3.1 Phonetic Decrowding

In itself it seems puzzling why in heterorganic sequences only consonants containing a consonantal coronal component can fully vocalize. However, if we take a closer look at those particular instances where even coronals and palatals fail to trigger the elimination of the consonantal constriction, we notice that there is an undeniable connection between glide formation and consonant deletion. Only when glide formation applies, consonant deletion may occur. This means that full vocalization never takes place in those cases where the OCP or any of the rules discussed above bleed the rule of glide formation. Moreover, since glide formation is optional, its non-application rescues the consonant from deletion. We can then answer the question why dorsals and labials never fully vocalize before a heterorganic consonant in phonological terms: because they never trigger glide formation. In turn, glide formation is conditioned by a non-dorsal V-place articulator typical of coronal consonants.

Given the causal relation between glide formation and full vocalization we formalize the latter process as in (24) below:

(24) Phonetic Decrowding (Full Vocalization I)



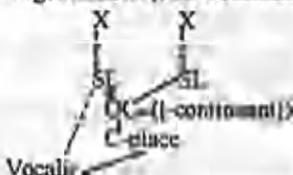
As a consequence of root formation and glide formation, the timing unit of the coda consonant has come to dominate three different root nodes: the first dominates the epenthetic glide, the second dominates the prevowel and the third dominates the consonant. Rule (24), which is intrinsically ordered after the rules of root formation (prevocalization) and glide formation²⁷, deletes the consonantal component only if glide formation has applied, which is, of course, the result desired. One way to look at this phenomenon is to consider Maxacali a syllable-timed language, in which all segments (including contour segments) are realized in a given time span the length of which depends upon their prosodic position inside the syllable. Peak elements are a little longer than non-peak elements, but both tend to be stable, irrespective of the complexity of their melodic make-up. When a timing slot becomes phonetically overcrowded it simplifies by sacrificing its consonantal constriction.

²⁷ Notice that Glide Formation and Phonetic Decrowding could be easily collapsed into a single rule schema. However, Glide Formation is optional, and Phonetic Decrowding optionally applies iff Glide Formation is applied.

5.3.2 Degemination

Let us finally look at the process of degemination, which is the second source of full vocalization in Maxacali. In sequences of homorganic consonants, full vocalization of the coda consonant is obligatory, and independent of stress or of the presence of an epenthetic glide. In our view of this process, the stricture features and the consonantal place features of the coda consonant are timed in such a way that their phonetic realization coincides with the articulation of the same features of the following onset consonant. At the same time, the timing unit of the underlying coda is phonetically filled by the secondary vocalic features. In Maxacali, homorganicity between consonants neglects differences in laryngeal quality, nasality and major class features, which are all located above the oral-cavity node. We will take this as evidence for the fact that, in this language, the OCP is active at the oral-cavity tier²⁸, creating shared oral-cavity nodes as in (25) below:

(25) Degemination (Full Vocalization II)



Notice that, since the presence of word boundaries does not block degemination of homorganic consonants, it follows that in Maxacali the OCP is active postlexically (for discussion cf. Odden (1986)). In (25) the shared oral-cavity node is dissociated from the supralaryngeal node of the coda consonant. At the same time, the vocalic node is reattached to the supralaryngeal tier²⁹. As before, we will assume that the missing intermediate structure is automatically created, and that the appropriate laryngeal and major-category features are projected upon the root.

6. Conclusion

In Clements' model of autosegmental phonology segment-sized timing units can be associated to root nodes in a one-to-many fashion. It is this fact which we have used to provide an explanation for the consonant-(pre)vowel alternations in Maxacali.

²⁸ In Maxacali, morpheme-internal consonant sequences do not exist. Clusters only arise through the concatenation of morphemes or across word-boundaries. So, if McCarthy (1986) is correct in assuming that the OCP manifests itself in underlying representations as a (universal) mechanism of fusion, this would not conflict with the facts of Maxacali.

²⁹ In Clements (1989a) it is proposed that the vocalic node depends directly from the supralaryngeal node. In such a geometry, Degemination as formulated here would automatically lead to the independent timing of the vocalic node.

Through the mechanism of root formation we have been able to define prevocalization as the emergence of a vocalic subsegment derived from the secondary articulation of the coda consonant, exploiting Clements' idea that secondary articulations are represented as independent Vocalic nodes. The additional complexity caused by glide epenthesis turned out to be the clue to the understanding of full vocalization of underlying coronal and palatal consonants. Furthermore, the fact that the transitional glides/consonants realize the same place of articulation as the preceding vowels provides strong support for the hypothesis that consonants and vowels share the same set of major articulator features. We have also shown that Feature Projection does not necessarily provide the adequate secondary vocalic place of articulation for consonants, which can be language specific.

BIBLIOGRAPHY

- Austin, William, M. 1957. Criteria for Phonetic Similarity. *Lg*, 33: 538-44.
- Brito, Helena, 1993. Palatalização de /s/ no Português do Brasil. Leo Wetzels and Bernadette Abaurre (eds.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. IEL/Unicamp.
- Chomsky, Noam and Morris Halle. 1968. *The Sound Pattern of English*. New York. Harper & Row.
- Clements, George, N. 1989a. *A Unified Set of Features for Consonants and Vowels*. (Preliminary draft) Cornell University/ Institut de Phonétique, Paris.
- Clements, George, N. 1989b. *On the Representation of Vowel Height*. (Preliminary version) Cornell University.
- Clements, George, N. 1991a. Vowel Height Assimilation in Bantu Languages. *Phonetic and Phonological Studies on Vowel Features. Working Papers of the Cornell Phonetic Laboratory*, no. 5:37-76.
- Clements, George, N. 1991b. Place of Articulation in Consonants and vowels: A unified Theory. *Phonetic and Phonological Studies on Vowel Features. Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, no. 5:77-121.
- Clements, George, N. and Engin Sezer. 1982. Vowel and Consonant Disharmony in Turkish. Harry van der Hulst and Norval Smith (eds.) *The Structure of Phonological Representations*. Dordrecht, Foris: 213-255.
- Davis, Irvine. 1968. Some Macro-Jê Relationships. *International Journal of American Linguistics*, vol. 34:42-47.
- Goldsmith, John. 1979. *Autosegmental Phonology*. New York, Garland Press.
- Gudschinsky, Sarah, C., Harold and Francis Popovich. 1970. Native Reaction and Phonetic Similarity in Maxacali Phonology. *Lg*, 46:77-88.
- Hayes, Bruce, P. 1986. Inalterability in CV Phonology. *Lg*, 62:321-352.
- Hyman, Larry, M. 1975. *Phonology, Theory and Analysis*. New York, Holt, Rinehart and Winston.

RENASCIMENTO: A PONTUAÇÃO DE IMPRESSOS

Maria Carlota Rosa
(UFRJ)

1. Nesta comunicação focalizamos um aspecto da pontuação de textos impressos em português no Renascimento, em período pouco posterior à introdução da imprensa de tipos móveis em Portugal. Propomos que a pontuação então utilizada - que pode parecer estranha ou perturbadora nos olhos de um leitor moderno - constituía um sistema baseado numa análise lingüística elaborada, que não tomava a sentença como unidade básica, mas o próprio texto. Abordaremos aqui apenas um dos contextos propiciadores do uso de um único sinal, o *cólon*.

1.1. As obras utilizadas na constituição do *corpus* foram impressas em português pela oficina tipográfica de Valentim Fernandes ou Valentino de Morávia, impressor de origem germânica que trabalhou em Lisboa entre 1495 e 1518, ano provável de sua morte. Valentim Fernandes foi o mais importante impressor que trabalhou em Portugal no período palcotípico, tendo editado não somente em português, mas também em latim e em espanhol. As obras incluídas no *corpus* foram as seguintes: *Prohemial epistola* (1495), *Vita Christi* (1495), *Regimento proueytoso contra ha pestenença* (s.d.), *Estoria de Vespasiano* (1496), *Liuro de Marco paulo* (1502), *Liuro de Nicolao venelo* (1502), *Carta de hu genoues* (1502), *Cathecismo pequeno da doutrina & instruçam ...* (1504) e as *Ordenações manuelinas* (1512-13).

1.2. Os sinais de pontuação empregados nessas obras foram o *cólon* (:), a *coma* (;), o *caldeirão* (☉) e, muito raramente, o *ponto de interrogação*, o *parênteses* e os *colchetes*. A interrogação, embora já com o desenho com que a conhecemos, era raramente empregada: em seu lugar, o comum foi a utilização do *cólon*. O *parênteses* têm nessa fase emprego apenas marginal, pela raridade com que a figura de que recebeu o nome e que ele veio a assinalar aparecia nos textos. Quanto aos *colchetes*, encontramos-os empregados, em combinação com letra de corpo maior que a do restante do texto, apenas na transcrição de trechos da *Bíblia* na *Vita Christi*¹. Em uso regular nos textos impressos encontram-se apenas três sinais: *cólon*, e *coma*, marcas de coesão, e o *caldeirão*, indicador da quebra de textura.

¹ Era ainda relativamente rara a vírgula em formato de barra oblíqua (/); encontramos-na na gramática de Casteleiro (1516), mas em nenhuma das obras em português editadas por Fernandes ou por outros tipógrafos do mesmo período em Portugal. A vírgula, tal como a conhecemos, teria de esperar por meados do século XVI.

A exclamação, por sua vez, teria de esperar pelo final do século XVI (Bischoff 1986:169), embora já mencionada em gramáticas bem anteriores.

1.3. Focalizamos apenas impressos por três razões. Primeiramente porque, no período em estudo, as escritas manuscritas perdiam espaço para a letra impressa em dois terrenos importantes: o livro e, em menor grau, os documentos oficiais². Como consequência, entre os profissionais da escrita, *i.e.*, entre os escribas e os notários, acentuava-se um certo relaxamento na "escritura de mão" - relaxamento que se iniciara no fim da Idade Média - que tornava a escrita manuscrita irregular, mais pessoal e rápida (Higounet 1955: 114-5).

Em segundo lugar, a pontuação nos impressos submetia-se rigorosamente a aspectos da configuração da mancha tipográfica. A exiguidade do espaço na linha a ser preenchida autorizou, além do uso das abreviaturas, que sinais de pontuação não fossem empregados, para que a justificação da margem direita não ficasse prejudicada. Assim sendo, o colón foi substituído pela utilização de maiúscula na palavra que iniciava a linha subsequente, como exemplificamos a seguir, indicando a mudança de linha com o sinal #:

E achando que o meirinho da corte faz o que nom doue em seu officio. amoesta lo a que se emende. & quando se nom correger nos fara saber seus vicios. pera nisso mandarmos o que ouuermos por beam # Pero quanto aos homens que ouuer de tect. se achar que nom som taes como deuem. aquelles que taes nom forem. & de que boa enformaçam nom ouuer. lhos mandara lançar fora. (OrdVf)

Por fim, utilizamo-nos apenas de impressos porque, além de variações na pontuação devidas a uma certa flexibilidade que parece ter sempre existido no emprego dos sinais em textos manuscritos, distinguíam-se estes dos textos impressos na medida em que a pontuação de ambos não se fazia necessariamente com os mesmos sinais. Na segunda metade do século XVI, em 1576, Duarte Nunes de Lião observava a existência de sinais empregados em qualquer escrito, e anotava, ao lado de sinais utilizados em impressos, aqueles usados pelos "scriptores de mão" (Lião 1576: fol.74^v-78^v).

2. Para compreender melhor essa pontuação, na ausência de obras gramaticais sobre o português, recorreremos às gramáticas latinas então conhecidas em Portugal que dedicaram espaço à pontuação.

Nos textos gramaticais dos séculos XV e XVI, *coma*, *cblon*, *perlado* são empregados, nitidamente, como denominação para sinais de pontuação e não mais para formas de construção do texto. Na exposição de seu emprego não há qualquer menção ao jogo de sílabas longas e breves que, na prosa latina clássica, diferenciara os tipos de *clausula* (lat. 'fim, término') - entendida como uma seqüência que finalizava um

² Para o território português, recorde-se a empresa a que se propôs D. Manuel (1492-1523), de colligir e mandar imprimir todo o material jurídico que governaria seus domínios.

Quadro 1

A pontuação segundo VAZ e segundo CAVALEIRO

João VAZ

SINAL O QUE MARCA

ponto sus- / antes que se
pensivo possa depre-
vírgula ender qual-
ou quer sentido
subdistincio e de aparecer
verbo

coma : depois de enun-
ciados com verbo,
mas sem acabamento

cólon . enunciado com verbo e
sentido comple-
to, mas a que algo
pode ser ajuntado;
assíndeto

e do discurso,
de modo que
o que se segue pa-
reça começar de novo

parênteses () oração inter-
calada
a uma oração ainda
incompleta

interrogação ? depois de palavra
ou oração inter-
rogativa

Estêvão CAVALEIRO

SINAL O QUE MARCA

ponto sus- / antes que se
pensivo possa depre-
vírgula ender qual-
ou quer sentido
subdistincio e de aparecer
verbo

coma : depois de enun-
ciados com verbo,
mas sem acabamento

cólon . enunciado com verbo e
sentido comple-
to, mas a que algo
pode ser ajuntado;
assíndeto

e do discurso,
período ; fim da cláusula
de modo que
o que se segue pa-
reça começar de novo

parênteses () oração inter-
calada
a uma oração ainda
incompleta

interrogação ? depois de palavra
ou oração inter-
rogativa

Cavaleiro afirma que o emprego do *periodo* indica não só que o significado está completo, mas também que aquilo que for acrescentado "pareça começar de novo"; por outro lado, parte dos sinais referidos são utilizados quando "falta acabamento" num enunciado. Essas explicações, em geral mal interpretadas porque equacionam *sentido completo e frase, sentença*, indicam que aquilo que está em questão é a pressuposição da existência de um elemento no texto, vinculado a outro, também aí presente. Tais lições tratam, portanto, não de fronteiras de sentenças ou de orações, mas de *coesão*, que se pode dar no interior da oração, mas que pode transcender o nível da sentença, e que pode ser compreendida como

.... a semantic relation between an element in the text and some other element that is crucial to the interpretation of it. This other element is also to be found in the text [...]. The two elements, the presupposing and the presupposed, may be structurally related to each other, or they may not; it makes no difference to the meaning of the cohesive relation.

(Halliday & Hasan 1976:8)

3. Um dos contextos que favoreceu o emprego de cólon foi o espaço que antecedeu os conectivos *porem, porende, pero, empero, pollo qual, portanto, por isso* e também *ca e ergo*. No *Quadro 2* abaixo apresentamos os totais dessas partículas ao longo das 3675 linhas de texto que constituíram o *corpus*. Como dissemos anteriormente, questões tipográficas permitiram que o cólon não fosse empregado em alguns casos (representados no *Quadro 2* por # e por M).

Quadro 2

	cólon	#	M	—	total de ocorrências
(&) porem	26	—	—	—	26
porende	1	—	—	—	1
(&) portanto	14	—	—	—	14
pollo qual	15	1	1	1	18
por isso	12	—	—	—	12
empero	14	—	—	—	14
(&) pero	11	1	—	1	13
ergo	13	1	1	—	15
ca	17	—	1	1	19

Sem cólon, em fronteira de linha.

M Maiúscula, sem cólon, no interior da linha.

— Sem qualquer pontuação.

Cabe observar que *porem*, *porende*, *portanto*, *pollo qual*, *empero*, *pero* equivaleram, em fases anteriores do português, a '*por isso*'. Em comum, portanto, todos esses conectivos têm o fato de terem tido, pelo menos em dada fase, valor causal e referência anafórica, de todos pressuporem algo já anteriormente enunciado. Mais ainda: todos esses conectivos, ao equivalerem a '*por isso*', ou a '*porque*', funcionavam no desenvolvimento de um tópico e assinalaram sua manipulação retórica (Hartnett 1986: 145).

Em comum ainda, mais um traço: à exceção de *por isso*, todos os demais elementos foram afetados pelas mudanças que se completavam nessa fase. Parte deles caiu em desuso (*porende*, *empero*, *ergo*, *ca*), parte mudava de significado (*porem*, *portanto*, *pollo qual*, *pero*). Desse conjunto de mudanças advieram algumas conseqüências para a pontuação.

Assim, a adversativa *mais mas*, que, diferentemente de *porem*, *porende*, *empero* e *pero*, nunca equivalera a '*por isso*', na *Vita Christi* (1495) era assinalada com cólon apenas em estruturas correlativas (*não ... mas*):

E acostuma te asy hires per este caminho que he do spiritu sancto porque sejas cheo do seu femor em tanto que nom solamente ajas em ellas paciencia. mas que ajnda as desejes por amor de jesu christo.

no entanto, já a partir do *Vespasiano* (1496) passa a ser sempre antecedida por cólon como aqueles conectivos:

porque vos dou de conselho que vos defendaes & o desauiees & nom ajas medo delle. mas faça quanto poder que bem sabees vos que el Rey herodes naquelle tempo que fez matar os jinoçentes. nom ousou aquy de vijr.

Assinaladas as adversativas e conclusivas (como já no século XVI é o caso de *portanto*), também começam a sê-lo as condicionais e as temporais. Assim, a pouco e pouco, passa-se de uma pontuação que indicava a coesão do texto, para outra, que começa a assinalar as fronteiras de constituintes.

5. A Prof. Rosa Virginia focalizou, no início de sua participação nesta Mesa, o papel de intermediador do editor-filólogo de textos medievais. Esse editor, em geral, moderniza a pontuação, com o argumento, tradicionalmente empregado, de que ela é

inacessível ao "leitor moderno". Gostaria de finalizar minha participação deixando três questões para reflexão:

(a) como se pode modernizar algo cuja função não foi compreendida?

(b) mesmo que se compreenda, será justificável a modernização da pontuação? Em caso afirmativo, para que "leitor moderno"?

(c) seriam confiáveis, para qualquer tipo de pesquisa em Lingüística, edições que não as paleográficas ou fac-similadas (ou, em último caso, as fotocópias obtidas de microfilmes, os próprios microfilmes ou ainda fotografias, em que pese o alto custo destes materiais)? Para se ter a medida das intervenções do editor a que nos referimos, apresentamos a seguir um pequeno exemplo, em que as modificações limitaram-se, basicamente, à pontuação, embora saibamos que a intervenção do editor pode estender-se a diferentes níveis da gramática e ao léxico¹:

(a) *Regimento proveytoso contra ha pestenença*. Lisboa: Valentim Fernandes. s.d. fol. a3v.

E por tão muytos medicos em os fermos soomte esguardã as ourinas superficialmente falã, & lygeyramte san ganados.

(b) Roque, Mário da Costa. 1979. *As pestes medievais europeias e o "Regimento proveytoso contra ha pestenença"*. Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496]. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português. p.320.

E portanto muitos médicos que em os enfermos somente esguardam, as urinas superficialmente, falam e ligeiramente são enganados.

O advérbio *superficialmente* não pode referir-se a *esguardar*, 'examinar com atenção', e, menos ainda, ao substantivo *urinas*. A intervenção do editor tornou o trecho

¹ Um pequeno exemplo, extraído do *Vespasiano* editado por Fernandes:

E como pilatus achey archileus se començarb de armar com toda a causalaria.

Na edição preparada por Hook e Newman (1983:28) lê-se:

E como Pilatus [e elRey] Archileus se començarom ão armar com toda a causalaria.

Em nota explica-se que *achey* era "a misreading of the Tironian sign as a, e as c, and ir as h ..." (Hook & Newman 1983: 84). Na verdade, *achey* é título aplicado ao rei de Achem, Dachein ou Achey, porto ao norte de Sumatra, com o qual os portugueses mantiveram guerras constantes pela defesa de Malaca. Sua inclusão no texto não se constituiu num erro de leitura de um original de imprensa utilizado por Fernandes, mas sim numa indicação de que já se havia tomado conhecimento dessas novas terras.

incompreensível ao alterar apenas a pontuação. Como utilizar na pesquisa linguística textos tão alterados?

BIBLIOGRAFIA

- VC 1. LUDOLFO DE SAXÓNIA. 1495. *De vita Christi*. Trad. Frei Nicolau Vieirá e Frei Bernardo de Alcobaça. Lisboa: Nicolau de Saxónia e Valentino de Morávia. 14/08 (Livro primeiro), 07/09 (Livro segundo); 20/11 (Livro terceiro) e 14/05/1495 (Livro quarto).
BNL Inc. 566-567
- RP 2. [JACOBI, Johannes?]. s.d. *Regimento proveytoso contra ha pestenença*. Trad. Frei Luis de Rás. Lisboa: Valentino de Morávia.
BPÉvora Inc. 210.
- Vesp 3. ANÓNIMO. 1496. *Estoria do muy nobre Vespesiano emperador de Roma*. Lisboa: Valentino de Morávia. 20/04/1496.
BNL Inc. 571
- MP,NV,CG4. PAULO, Marco; NICOLAU VENETO; JERÔNIMO DE SANTO ESTÊ-VÃO. 1502. *Ho liuro de Marco paulo. Ho liuro de Nicolau veneto. O trallado da carta de hu genoues das ditas terras*. [trad. Valentim Fernandes?]. Lisboa: Valentim Fernandes alemão. 04/02/1502.
BNLRes.431V
- Cath 5. ORTIZ DE VILLEGAS, Diogo. 1504. *Cathecismo pequeno da doutrina & instruçam que os christãos ham de creer & obrar pera conseguir a benaenturança eterna*. Lisboa: Valentim Fernandes alemão e João Pedro Bonhomini de Cremona. 20/07/1504.
BNL Res. 163A
- OrdVf 6. PORTUGAL. 1512-3. *Os çinco liuros das ordenações de el-Rey D. Manuel*. Lisboa: Valentim Fernandes alemão. 27/12/1512 (Primeiro livro), 19/11/1513 (Segundo livro).
BNL Res. 2342A.
- GP 7. PASTRANA, Juan de; ROMBO, Pedro; MARTINS, Antônio, 1497. *Compendium breue & utile: sive tractatus intitulus: Thesaurus pauperum siue speculum puerorum editum a magistro Johãne de pastrana. Materiarum editio ex baculo cecorum a Petro Rombo in artibus baccalario breuiter collecta. Antonij martini primi quondã huius artis pastrane in alma universitate Ulixbonensi preceptoris. materiarum editio a baculo cecorum breuiter collecta*. Lisboa: Valentim Fernandes de Morávia. s.d., ".vj. kalendas Iunij" [27/05], 20/06/1497.
BNL Inc. 1425, 1426, 1427.

NG 8. ESTEVÃO CAVALEIRO, 1516. *Nova Grammatices Martis Matris Dei virginis ars*. Lisboa: Valentim Fernandes da Nação dos Germanos. "Sole in septima cancri parte existente" [ca. 20/06], 1516.

BUCoimbra R.31.5.

ALI, M. S. 1931. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7a. ed. melhorada e aum. de *Lexeologia e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*. Rio de Janeiro: Acadêmica/Melhoramentos. 1971. 375p.

BISCHOFF, B. 1986. *Latin Palaeography: Antiquity and the Middle Ages*. Transl. by D. Ó Cróinin & D. Ganz. Cambridge: The University Press. 1990. 291p.

COUTURE, B., ed. 1986. *Functional Approaches to Writing: Research Perspectives*. London: Frances Printer. 271p.

HALLIDAY, M. A. K. & R. HASAN. 1976. *Cohesion in English*. London: Longman. 1987. 374p.

HARTNETT, C. G. 1986. Static and dynamic cohesion: signals of thinking in writing. In B. COUTURE, ed. p.142-153.

HIGOUNET, Ch. 1955. *L'écriture*. 7ème. éd. mise à jour. Paris: Presses Universitaires de France. 1986. 126p.

HOOKE, D. & NEWMAN, P., eds. 1983. *Estoria do muy noble Vespe siano emperador de Roma*. Exeter: University of Exeter. 109p.

LAUSBERG, H. 1963. *Elementos de retórica literária*. Trad., pref. e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. s.d. 294p.

LIÃO, Duarte Nuncz do. 1576. *Orthographia da Lingoa Portuguesa. Obra util, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhola como a Latina, E quaisquer outras, que da Latina tem origem. Item hum tractado dos pontos das clausulas*. Lisboa: João de Barreira. fol.74-78^v.

MATTOS E SILVA, R. V. 1980/81. Sobre a mudança lingüística: uma revisão histórica. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa. 26,1-4.83-99.

_____. 1981. Contribuição para a leitura crítica de textos medievais portugueses: sintaxe e grafia. In: *Critique textuelle portugaise. Actes du Colloque. Paris, 20-24 Octobre 1981*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais. p.85-98.

_____. [1989]. *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. 870p.

VAZ, J. [15--]. *In grammaticae rudimentis comentarii*. Lisboa: Hermão de Campos. BUCoimbra. R-10-13.

WOLFF, P. 1971. *Histoire de la pensée européenne 1: L'éveil intellectuel de l'Europe*. Paris: Seuil. 246p.

O QUE NOS DIZ SOBRE A SINTAXE A PONTUAÇÃO DE MANUSCRITOS MEDIEVAIS PORTUGUESES

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Univ. Federal da Bahia - UFBA
CNPq Proc. 300004/90

1. DAS EDIÇÕES CONTEMPORÂNEAS PARA OS MSS. MEDIEVAIS

Em geral, qualquer trabalho que se baseie na documentação medieval, sobretudo por razões de ordem prática, terá como intermediador edições modernas que podem ser de vários tipos, tarefa essa que cabe ao filólogo-editor de textos, preparador do campo, tanto para trabalhos lingüísticos, como literários, históricos ou outros, que podem vir a ser realizados ou por ele próprio ou por outros.

Tomarei, para iniciar as reflexões que seguem, as palavras de I. Castro e M. A. Ramos sobre a questão de transcrição de textos medievais:

"Sob pena de incoerência interna, a transcrição será modernizadora ou conservadora em conformidade com as exigências gerais da edição. Assim o editor optará por uma transcrição muito fiel ao testemunho se a relação texto-público prenunciar uma leitura muito erudita (foi o que Cintra fez com os Foros de Castelo Rodrigo); ou por uma transcrição tão modernizadora quanto possível se quiser "vender" a um público não iniciado um texto de amplo interesse literário (como Lapin nas Cantigas de Escárnho), o mesmo podendo fazer-se do mesmo texto já existir uma edição suficientemente conservadora (como Cintra, de novo, na Lenda do rei Rodrigo).

A transcrição, fenômeno tático, depende pois de razões estratégicas que a transcendem: será conservadora, modernizadora ou de compromisso, em obediência a fatores que lhe são externos e que se situam essencialmente na esfera da relação de leitura a estabelecer entre o texto e o seu público." (1986:101)

A argumentação desenvolvida no trabalho citado se fundamenta em estratégias e táticas de editores de textos medievais portugueses ao longo do século XX; centra-se, quase que com exclusividade, na questão da modernização/ conservação de grafias medievais e nas intervenções, de vária ordem, dos editores. Não trata da modernização/ conservação da pontuação. Qualquer leitor de edições, tanto críticas como diplomáticas

ou paleográficas, todavia, sempre encontrará, entre as normas ou critérios da edição, um item referente à pontuação. Poderia dizer, parafraseando Castro e Ramos, que, a depender das razões estratégicas do editor, a sua tática irá por um dos caminhos indicados - pontuação modernizadora, conservadora ou de compromisso.

Uma breve resenha da questão, a partir de normas editoriais conviventes, no campo das edições de manuscritos medievais portugueses demonstra isso. Há editores que, explicitamente, adotam a norma de "pontuar à moderna", é o caso de J. J. Nunes, nas suas edições da década de 20 (Castro et alii 1983:12); outros, implicitamente, adotam a tática modernizadora, como S. da Silva Neto no seu manual sobre textos medievais (1956:27); já outros como A. Houaiss nos Elementos de Bibliologia (1967:269) e os pesquisadores do antigo Centro de Estudos Filológicos de Lisboa (M. H. Castro et alii 1964-1971:424) adotam a atitude de compromisso, que pode ser assim formulada - na medida do possível respeitar a pontuação dos textos originais. Há ainda os conservadores absolutos, em edições diplomáticas, como Allen Jr. na edição da Vida de Santo Aleixo (1953), a que voltarei depois (3.), e os conservadores que chamarei de parciais, como I. Castro et alii, na edição diplomática das Vidas de santos de um manuscrito alcobacense, onde expressam:

"A pontuação limita-se aos casos em que a manutenção do texto tornaria a sua leitura muito difícil para um leitor moderno; quanto possível, é mantida a pontuação do manuscrito" (1983:12)

Para não me colocar de fora do problema, devo declarar que na minha experiência pessoal com edições de textos medievais, incluo-me na categoria de "conservador parcial", na "tática" utilizada na edição do Livro das Aves (Rossi et alii 1965), em que colaborei e na categoria de "modernizador implícito" na edição crítica da versão mais antiga portuguesa dos Diálogos de São Gregório (1971), a ela voltarei adiante (2.2).

Fica assim transparente que, para o estudo linguístico com base em manuscritos medievais - nesse caso o problema da pontuação se avulta quando se trabalha sobre certos aspectos da sintaxe - o linguista, a não ser que volte aos manuscritos ou que disponha de edições diplomáticas "conservadoras absolutas", tem como intermediador do seu trabalho as interpretações do filólogo-editor.

2. A PONTUAÇÃO EM MANUSCRITOS MEDIEVAIS

2.1. Sobre o conhecimento da pontuação em mss. medievais

Como bem expressa A. Houaiss, "a história da pontuação no mundo ocidental revela uma lenta conquista" (1967:90): da escrita contínua ao espaço em branco, chega-se ao ponto, em alturas diversas, que corresponde, grosso modo, à noção de parágrafo. Já dos alexandrinos vêm "signos de pausa respiratória", além de realces materiais na

composição do texto. A tradição medieval continua os alexandrinos e prossegue, no Renascimento, utilizando os mesmos recursos, "embora empregando-os num sentido progressivamente lógico-gramatical, enquanto antes se fazia preferentemente subordinado ao perfil melódico da cadeia falada e às pausas respiratórias mais nítidas" (ibid.:91-92).

A explicitação dessas duas orientações refletidas em teorizações sobre a pontuação dos meados do século XVI ficam bem exemplificadas nos dois casos seguintes:

No primeiro trabalho em francês sobre pontuação, datado de 1540, de Etienne Dolet, organizado em diálogo, forma comum naquela época para textos de caráter pedagógico, o discípulo diz ao mestre:

"...pela maneira que se pontua, dá-se uma ajuda não só a quem lê para si mesmo, mas igualmente ao que lê em voz alta e ao mesmo tempo ao ouvinte."

responde o mestre:

"...os pontos colocados adequadamente separam as partes do texto que devem estar separadas, descansam a respiração de quem lê, distinguem e mostram aos ouvintes os sentidos do enunciado."

Transcrevo esse breve e elucidativo diálogo, traduzido de artigo de Christiane Marchello-Nizia (1978:35), em que discute a pontuação em manuscritos medievais franceses, porque nele se explicitam claramente as duas coordenadas para a pontuação no Renascimento, e que continuam, destacadas por Houaiss: a lógico-gramatical e a do débito rítmico-respiratório.

Já o primeiro normativizador da língua portuguesa, João de Barros, também em 1540, trata da pontuação ao finalizar a sua Ortografia. Nele, contudo, fica clara, desde o título do capítulo, a sua orientação - Dos pontos e distinções da oraçam, o que logo em seguida explicita*:

"Ua das cousas principais da ortografia, pela qual entendemos a escritura, é o apontar das partes e cláusulas...sendo cousa que impórta muito, porque às vezes fica a oraçam anfibológica sen eles, donde nãçem duvidas." (Buescu 1971:387)

Arrola, em seguida, os "pontos e sinães", seguindo os "latinos". São eles: coma (:), cólo (.), as vergas ou zeburas (,), o perêntesis e interroaçam (ibid.:387-388).

Diferentemente, portanto, de E. Dolet, João de Barros investe na coordenada "lógico-gramatical".

Que dizer da orientação da pontuação nos manuscritos medievais em

2.2. A pontuação e a sintaxe nos Diálogos de São Gregório

Para a leitura crítica do ms. da mais antiga versão portuguesa conhecida dos Quatro livros dos 'Diálogos de São Gregório' adotei, como disse antes, o critério que aqui classifiquei de "modernizador implícito", assim formulado:

"Pontuamos o texto e indicamos os diálogos por travessões. Quando vem indicado no ms. de quem é a fala, usamos P (ms. Pedro) ou G (ms. Gregório)" (1971, vol. I:106)

Na elaboração da análise linguística desse corpus, publicada no livro Estruturas trecentistas (1989), ao iniciar a parte referente à análise do enunciado, vi-me diante do problema da relação entre a sintaxe e a pontuação, sobretudo na análise do enunciado complexo. Declarei, então, deixando claro ao leitor o meu percurso:

"A análise do enunciado complexo refletirá antes a realidade interpretada pelo editor e não a realidade expressa pelo autor (tradutor) do texto original. É de notar que a interpretação da pontuação feita pelo editor crítico procurou, a partir do conteúdo veiculado no texto, espelhar a intenção do escriba medieval responsável pelo manuscrito que serviu de base à edição crítica." (1989:487)

Antes disso, chamo a atenção para o fato de que no manuscrito estão indicados por sinal de pontuação os parágrafos, podendo ser marcados pelo sinal, chamado de caldeirão, eventualmente por pontos que podem ludicar parágrafos ou não, também eventualmente pelo sinal de interrogação e nunca por vírgulas, ponto-e-vírgulas, dois pontos, reticências e exclamações que são indicadores, no texto escrito de hoje, para análise linguística do enunciado. Em alguns momentos, no trabalho referido, na análise do enunciado, chamei também a atenção, em nota, para fatos da pontuação do manuscrito, refletidos na minha leitura crítica, que julguei poderem causar estranheza ao leitor da análise; por exemplo: e pero pode ora ocorrer depois de ponto, no ms., ora não (pág. 676, n. 3); ergo está sempre precedido de ponto (pág. 680, n. 4); portanto pode ocorrer precedido de ponto ou não (pág. 681, n. 5); ca explicativo, muito frequentemente precedido de ponto (pág. 691). As observações assim feitas se deveram, sobretudo, à perplexidade que poderia causar ao leitor encontrar, nos exemplos ilustrativos, os itens destacados ora seguindo ponto ora não, algumas vezes em uma mesma sequência apresentada.

Para esta comunicação, voltei a uma amostra, aleatoriamente escolhida, do ms. em causa. Sobre ela tecerei algumas considerações sistematizadas sobre a sua pontuação em relação à sintaxe. Trata-se do fólio 78 (reto e verso) do qual, por acaso, possuo uma reprodução do ms. que facilita a observação da pontuação, por sua dimensão e clareza.

O sinal de pontuação que ocorre no códice, na sua totalidade, como disse, é o

ponto; eventualmente a interrogação. O ms., contudo, apresenta outras informações textuais fundamentais, como por exemplo: em tinta vermelha estão indicados o início e o fim de cada um dos quatro livros; também a vermelho estão os títulos que compõem os livros, ainda desta cor estão indicadas as falas de Pedro e de Gregório responsáveis pelos diálogos, forma sobre a qual está construída a obra. Estes indicadores criam uma "diagramação" textual apropriada. Além disso, cada livro é iniciado por uma letra capital ornada e muitas das histórias contadas são iniciadas por maiúsculas superdimensionadas, por vezes ornadas, em relação às maiúsculas no interior do texto. Enquanto a abertura das falas de Gregório e Pedro estão indicadas, os diálogos, ou discursos diretos, que se processam no interior das narrativas, não são marcados por nenhuma sinalização.

Concentrando-me agora na amostra referida, procurarei analisá-la para em seguida discuti-la, em relação ao observado no ms. do Foro Real.

O ponto ocorre seguido de maiúscula (27 vezes) e seguido de minúscula (36 vezes). O ponto seguido de maiúscula pode ser sempre interpretado como o fim de um enunciado simples ou de um enunciado complexo, seria o nosso ponto parágrafo. O ponto seguido de minúscula pode ser interpretado como ponto de seguimento, ou como vírgula e, em três casos, como dois pontos. No exemplo que segue vêm-se as possibilidades descritas. Nesta e nas transcrições seguintes desenvolvo as abreviaturas do manuscrito:

- (1) E porede mandey chamar o preposto do meu mosteiro e dixilhi uy e di aos frades queisse não achegue nenhuu a aquel frade que iaz pera morrer e nõ receba palavra de conforto de ne huu deles mais quandoosse chegar aa morte e demandar os frades que uenhã a ele digallhi seu irmão carnal queos frades o suorrece e nõsse queere chegar a ele polos ijj soldos en ouro que ouue ascondudamente E.....

Nos três casos em que ocorre o ponto, que podemos interpretar como dois pontos, segue-se o discurso direto, sem outra indicação, como no exemplo acima (...dixilhi).

Enquanto os 27 casos de ponto seguido de maiúscula representam o fim de um enunciado, o ponto seguido de minúscula, contudo, representa várias possibilidades e, tudo indica, que se opõe ao ponto seguido de maiúsculas. Poderia dizer então que a pontuação do texto joga, fundamentalmente, com a oposição - ponto+maiúscula e ponto+minúscula, sendo assim usados dois recursos constantes na pontuação do texto.

Não podendo aqui me alongar na análise detalhada dos pontos seguidos de minúsculas (33 ocorrências), excetuados os três referidos equivalentes aos atuais dois pontos, apresentarei, em síntese, as conclusões a que cheguei:

a maior freqüência do ponto é antes do e, aditivo e também encadeador discursivo, e do e seguido de um adverbial, tanto advérbio, como sintagma preposicionado (e porende, e en esto, e per esto, e depola morte);

- embora a coordenação sindética, marcada por e seja o mais usual, o ponto sozinho marca o assíndeton;
- precede o ca, tanto explicativo como encadeador discursivo;
- separa orações subordinadas circunstanciais, relativas explicativas, marca também a principal quando precedida de subordinada e/ou coordenada;
- destacam - ponto no início e ponto no fim - sintagmas circunstanciais e orações intercaladas.

Em todas as ocorrências do ponto, quer seguido de maiúscula, quer de minúscula, marcam-se sempre seqüências que podem ser analisadas como unidades sintáticas - enunciados, orações, sintagma.

Há um único caso em que o verbo e objecto direto estão separados por ponto, mas tudo indica que o ponto não está separando o verbo do seu complemento, mas marcando o fim de um sintagma circunstancial intercalado:

(2) ... e rogoou que recebesse de bõs talã aqueilo que ...

Dos pontos que ocorrem, é esse o único caso, nessa amostra, em que se poderia dizer, com olhos de hoje, que a pontuação está sintaticamente inadequada. Todos os outros casos seguem, o que chamaríamos, repetindo a expressão de A. Houaiss, orientação "lógico-gramatical", que, de resto, também podem ser situações próprias às pausas respiratórias.

Quero, com isso, dizer que não encontrei "incoerências" no uso dos sinais utilizados em relação às estruturas sintáticas. Isso é o primeiro aspecto que marca a pontuação analisada nessa amostra. O outro que se destaca é a ausência de ponto, onde seria de esperar, pelo que se viu usado no próprio ms. Isso indica que a pontuação não é regulada por princípios obrigatórios, como aliás seria de esperar já que essa sistemática "ortográfica" só se definirá mais tarde. As duas seqüências seguintes, quase contíguas no texto, demonstram essa inconstância no uso do sinal de pontuação: a primeira está "adequadamente" pontuada (3), a segunda (4) sem nenhum sinal, entre os possíveis, de pontuação:

(3) Contou ainda San Gregorio e disse, non he pera calar lua cousa que me nebra, que acaeceu no meu moesteiro aida nõ ha tres anos. Huu mõje que auia nome Justo que era be entendudo na arte dafisica uiuia comigo e en minhas enfermidades que eu auia amendi geruiame may be e may de talã Aqueste mõje

(4) E pois mho a mi disserõ nõ pudi soffrer ne alamarar tã gram mal do frade que nosco uiuia comunalmente porque era proprietario contra arrega do seu moesteiro que eu prometera a guardar en que diz que todos los frades do mõeiteiro dene auier do comu e nchuu nõ dene a auer ne hua cousa propria Entõ comecey

Confrontando essas informações com os dados de Azevedo Ferreira vemos que há algumas coincidências e uma diferença fundamental.

Tanto o Foro Real como os Diálogos têm como marcador universal da pontuação o ponto, seguido de maiúscula ou de minúscula; o q se apresenta como item privilegiado para ser precedido de ponto; os usos do sinal de ponto não são obrigatórios.

A diferença fundamental está na diversa orientação da pontuação que se pode observar em cada um dos manuscritos: no Foro Real, segundo Ferreira, a função do ponto, ali, é antes "coordenar que separar" o que lhe permitiu ver no texto "segmentado linearmente uma sequência de unidades (de sentido e de respiração) não organizadas, não hierarquizadas" (1986:356). Nessa amostra dos Diálogos de S. Gregório, e a experiência com o ms, na sua totalidade me ajuda a afirmar, verifiquei que, onde o ponto ocorre, ele separa seqüências de sentido, talvez de respiração, sintaticamente hierárquicas. Remete, portanto, para a segunda orientação de pontuação que Christiane M-Nizia encontrou nos mss. que analisou, atrás referidos (cf. 2.1).

Esse breve confronto indica que nos dois manuscritos analisados a orientação para a pontuação é, na sua base, distinta, embora apresente coincidências, que podem ser consideradas superficiais.

3. UMA REFLEXÃO FINAL

Estaria a diferença encontrada nas duas orientações de pontuação nos dois mss. por provirem eles de centros de produção de textos diferentes?

Na realidade, a origem de ambos os mss. considerados é desconhecida. Supõem os que estudaram o ms. do Foro Real que teria sido traduzido e escrito dos fins do século XIII para o XIV, provavelmente na corte de Afonso III ou de D. Dinís. Já o dos Diálogos, as hipóteses levam para estar a sua origem em algum mosteiro do norte de Portugal e é, muito provavelmente, anterior a 1380. Não proviriam, portanto, de um mesmo scriptorium e não são contemporâneos.

Para a questão colocada acima, contudo, a resposta possivelmente só será encontrada com o estudo sistemático de centros de produção de textos medievais portugueses, nos mss. remanescentes aí produzidos. Nesse caso, poder-se-á verificar se há orientações constantes na sistemática neles utilizada.

Dado interessante, e que vai contra a hipótese acima levantada - cada centro de cópia teria orientação constante - é o que se observa em dois mss. produzidos em Alcobaça na primeira metade do século XV, sobre a Vida de Santo Aleixo, códices 36 e 266. Provavelmente, conforme o seu editor (Allen Jr. 1953), o segundo é cópia do primeiro.

A pontuação, contudo, utilizada no original, não é exatamente repetida na cópia. Allen Jr., que edita as duas versões em edição "diplomática absoluta", explicita que o cod. 266, a cópia, apresenta pontos esporádicos e infreqüentes, sem padrões perceptíveis; o original, por sua vez, apresenta pontos marcando nomes próprios e

títulos e ainda, segundo o editor, parecem os pontos "servir para marcar orações, cláusulas, frases, perguntas diretas" (1953:40, tradução minha). Sugere também que marcariam unidades respiratórias e conclui admitindo que não seria de surpreender que o ms. 36 tenha sido escrito para ser lido em voz alta para a comunidade de Alcobaça.

Observando a leitura diplomática rigorosa de Allen Jr. das duas versões, fica evidente uma outra característica do cod. 266, para a qual ele não chama atenção: o cod. 266, quase sem sinais de ponto, como ele ressaltou, apresenta uma profusão de maiúsculas que, como se pode ver na transcrição do início de cada um dos códices, 36(5) e 266(6), correspondem quase na totalidade dos casos, aos locais em que ocorre o ponto no cod. 36:

(5) Cod. 36:

Em Roma foy huu home por nome chamado Eufemyano nobre e rico mujto E era dos grandes e dos priuados em casa do emperador. Este tijña tres mil moços uistidos todos de uistidura de sirgo. e cingian todos cintas douró. Aqueste era home iusto e misericordioso.e daua mujtas smollas por amor de deus aos pobres.Cada dia...

(6) Cod. 266

Em Roma foy huu home por nome chamado eufemiano nobre e Rico mujto E era huu dos grandes e dos priuados em casa do emperador E este tijña tres mil moços uestidos todos de uesteduras de sirgo E çingiam todos çintlas douro Aqueste era home justo e misericordioso E daua mujtas esmollas pollo amor de deus aos pobres Cada dia...

Tudo indica que o uso da maiúscula no cod. 266 assinala a pontuação do código que lhe serviu de modelo, embora esse procedimento não se apresente sem exceções.

No caso das duas versões da Vida de Santo Aleixo, está-se diante de dois mss., produzidos no scriptorium alcobacense e, muito provavelmente, contemporâneos. Esse exemplo desconfirmaria, portanto, a hipótese de que centros de produção de mss. teriam orientações constantes na sistemática de escrita utilizada.

Até que se tenha um conhecimento global e sistematizado do mss. medievais portugueses, em função do problema aqui focalizado, a fim de se obterem respostas objetivas sobre a questão, não descartaria a opinião de Christiane M-Nizia de que cada ms. medieval, em si, constitui uma "edição" (1978:35). Sendo assim, pode-se pensar, que os escribas/editores medievais poderiam, como os editores atuais, ter "estratégias" e "táticas" próprias, dentro de um conjunto de possibilidades, para alcançar os objetivos finais dos textos que produziam. Possivelmente não seriam as mesmas se se tratasse de um documento jurídico, de um texto histórico, de um texto religioso, de um texto para ser lido em voz alta, de um texto para ser lido silenciosamente ...; adaptariam enfim à natureza e à função do manuscrito "editado" orientações de pontuação distintas.

As observações aqui apresentadas dos fatos encontrados no Foro Real, nos Diálogos de S. Gregório e nas duas versões da Vida de Santo Aleixo, um pequeno corpus face ao conjunto da produção manuscrita remanescente, sugere não só que a questão tem de ser estudada amplamente e em profundidade, mas já permite ter a certeza de que é essa uma questão muito mais complexa do que à primeira vista se pode supor, tanto pela diversidade de possibilidades evidenciadas, como pelas coerências e incoerências próprias a cada manuscrito.

NOTA

* Deixou-se de representar o til sobre as letras i, u e e nas seguintes palavras, nas citações de textos antigos: ua, porçde, nenhuu, ne huu, ne, aurorre, quer, hua, nebra, ajda, huu, bc, entედudo, mj, deug, conju, nchju, homg.

REFERÊNCIAS

- ALLEN JR., J. H. D. (1953). Two old versions of the life of Saint Alexis (cod. alc. 36 e 266). Urbana, Univ. of Illinois Press.
- BUESCU, M. L. (1971). João de Barros. Gramática da língua portuguesa (Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem, Diálogo da viçosa vergonha). Lisboa, Faculdade de Letras.
- CASTRO, I. e RAMOS, M. A. (1986). Estratègia e tática da transcrição. Actes du Colloque de Critique Textuelle Portugaise (out. 1981). P. 99-122.
- CASTRO, I. et alii (1983). Vidas de santos de um manuscrito alcobacense. Revista Lusitana (Nova Série), 4-5-51.
- CASTRO, M. H. et alii (1964-1973). Normas de transcrição para textos medievais portugueses. Boletim de Filologia, XXII (3-4):417-425.
- FERREIRA, J. A. (1987). Afonso X. Foro Real. Vol. I. Lisboa, INIC.
- HOUAISS, A. (1967). Elementos de bibliologia. Vol. I. Rio, INL.
- MARCHELLO-NIZIA, C. (1978). Ponctuations et 'unités de lectures' dans les manuscrits médiévaux ou: je ponctue, tu lis, il théorise. Langue française, 40:32-44.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1971). A mais antiga versão portuguesa dos 'Quatro livros dos Diálogos de São Gregário'. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, Mimeo.
- IDEM (1989). Estruturas trecentistas, elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa, IN-CM.
- ROSSI, N. et alii (1965). Livro das aves. Rio, INL.
- SILVA NETO, S. (1956). Textos medievais portugueses e seus problemas. Rio, INL.

PONTUAÇÃO: DO CAOS AO COSMOS

Edwaldo Machado Cafezeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Não há dúvidas que o comportamento verbal resulta de aspectos da atividade psíquica e que esta atividade instaura no mundo o texto. Ele é, pois, a primeira relação homem/mundo, isto é, psico-social. Há um contexto, configurações, variações supostas ou pressupostas, intermediação entre o homem e o seu caos, de que resulta o texto: itinerário de Hermes ou interpretação, cujo saber é a Hermenêutica. Neste sentido, pensar, falar e escrever são os primeiros atos do conhecimento. A primeira leitura é já uma organização em que o caos se cosmifica, analisando o discurso e pontuando-o. Paul Ricoeur¹ afirma que é preciso um conceito preliminar para marcar a distinção entre língua falada e língua escrita, dada a necessidade da fixação do discurso, pois a fala é um ato fugidivo e carecemos estabelecer as normas desta fixação.

- Por que caos e cosmos? - Caos não há propriamente. Ele é o primeiro. O que instaura o mundo de todos e de cada um. Mas, como diz Hesíodo, além de primeiro, é, também, cissor e transformador:

Sim bem primeiro nasceu Caos,
(Teogonia, 116)²

Entretanto, é preciso notar que, ao se fixar, o discurso não só foge, como se reproduz, encampando a função de cissor, própria de Caos. O discurso perde e ganha ao mesmo tempo nos âmbitos fonético, prosódico e melódico, por um lado; e por outro, nos campos lógico, sintático e semântico. Ou melhor, não perde nem ganha, modifica-se. A primeira cisão de Caos é a instauração de Cosmos (ou de um cosmos), através de um ato de captar e codificar, ou, como quer Condillac³, ver, sentir, pensar, isto é, uma gramática que seja, antes, arte de pensar.

Os alfabetos descartam a maioria dos fatos suprasegmentais do discurso, como o ritmo e a entonação. É que eles tentam ser o equivalente gráfico dos fonemas, mas como os suprasegmentos sugerem interpretações, os copistas medievais criavam ou estabeleciam normas de pontuação para seus scriptoria, a fim de identificar suas lições de textos por marcas próprias.

Antônio Houaiss⁴ assinala três estágios na história da pontuação no mundo ocidental, tomando por base o sânscrito. No primeiro, dá-se a separação por ponto colocado na linha, no meio, ou acima do final do vocábulo, ou então o "espaço branco funcional"; no segundo, volta-se a usar "o ponto em altura variável, separação correspondente grosso modo, à noção atual de parágrafo"; no terceiro - o dos "gramáticos, filólogos, glosadores alexandrinos" - sinais de pausa respiratória, "numa aproximação do débito declamatório do texto".

A nossa investigação restringiu-se ao estudo da pontuação em língua portuguesa a partir dos primeiros gramáticos do século XVI. Embora todos eles estivessem preocupados com o bem-falar e o bem-escrever a língua, é Duarte Nunes de Leão⁵ o detonador de um sistema de pontuação que, de certa maneira, chega aos nossos dias. Em sua Ortografia e origem da língua portuguesa, propõe:

Porque os espaços ou balizas fazem parecer o caminho mais pequeno, e ser mais fácil, e o que não está dividido, é mais comprido e enfadonho. Os pontos que neste tempo se usam, no partir e dividir as cláusulas, assim na escritura de mão como na estampada, são três: virgula, coma, cólon, que têm estas figuras:

Virgula —,

Coma ---:

Cólon ---.

E a diferença que há entre estes três pontos é que a virgula se põe e faz distinção quando ainda não está dito tal coisa que deu sentido cheio, mas somente descansa para dizer mais.

O segundo se põe quando está dito, tanto que dá sentido, mas fica ainda mais para dizer, para perfeição e acabamento da sentença. O qual ponto se chama coma, que quer dizer cortadura.

O terceiro se põe quando temos cheia a sentença, sem ficar dela mais que dizer. Chama-se cólon que quer dizer membro, porque ele é parte do período, que é a cláusula ou matéria acabada, de que abaixo diremos mais.

Observa que numa cláusula pode vir uma coma ou mais sem nenhuma virgula e o contrário também, muitas virgulas sem coma alguma. Em outras não entram virgulas nem comas, mas só ponto final. Além disso:

Para saberdes usár destes pontos em seu lugar, haveis de notar que a virgula se põe para distinguir não somente uma oração da outra, mas ainda para distinguir umas dicções de outras.

Continua a analisar virgulas separando substantivos, blocos de adjetivos junto a substantivos, advérbios, verbos simples, "verbos" que regem casos, que a oração é perfeita e acabada.

Coma, "se põe sempre em sentença suspensa e não acabada" ou quando fazemos referência a palavra de outrem, ou quando convertemos as palavras em alguém.

Cólon e período "tudo se assinala com um ponto, e nisso há pouco que dizer". Enfim: coma pode compreender muitas vírgulas; cólon muitas comas e período muitos cólons.

Estuda ainda os seguintes pontos: interrogativo, admirativo, parágrafo, parêntese, meio círculo, ápices (trema), hífen, asterisco, obelisco, bráquia, divisão, ângulo e outros mais de representação complicada.

Para o século XVII, estudamos as gramáticas de Vera⁶, Barreto⁷ e Pereyra⁸, sem grandes novidades, mas quando observam o cólon e o período, apresentam informações mais precisas: assim, no cap. LIV da Ortografia de Barreto, encontramos:

Ponto e vírgula - que chamamos cólon imperfeito, usamos, quando, a vírgula não basta, e os dous pontos sobejam; quero dizer, quando está dito tanto que se haja de por vírgula; mas é coisa muito difícil; ainda que Duarte Nunez a chama invenção de pouca utilidade, e desnecessária, a que ele diz, não imitaria sendo tão nímio, em outras cousas menos importantes. Tem lugar entre palavras e sentenças contrárias, como nos seguintes exemplos se pode notar. Nenhuma coisa é para o homem mais que o nascer; e nenhuma melhor que depressa morrer.

Seguem-se outros exemplos e volta a explicar o cólon perfeito:

Dous pontos - o colon perfeito, usaremos quando temos cheia a sentença, mas não acabado o período; e parece que o animo do que ouve fica suspenso, esperando outra coisa mais, que depende do que está dito, como: O medo da lei não encobre a maldade, mas tira o atrevimento a licença.

[...]

Também usamos de dous pontos quando na prática que fazemos referimos palavras de outrem, como diz Santo Agostinho: Ignorancia é blasfemar das cousas não entendidas.

Ponto final - Se põem na conclusão de alguma sentença ou oração quando o que diremos, e a razão que damos, está de todo concluída e acabada: no que não há que errar e a si são usados os exemplos: mas se há de saber, que sempre despoys de ponto se hade escrever letra grande.

Bento Pereyra e Álvaro Ferreira de Vera praticamente repetem, às vezes com as mesmas palavras e exemplos, as regras. Outros pontos como interrogação,

exclamação (admirativo), parênteses nada apresentam de importante. Vera refere-se ao parágrafo (artigo, apartado) como: "um ponto de distinção; não de cláusula à outra, mas de um tratado a outro ou de uma matéria à outra".

Todos eles misturam sinais ortográficos como hífen, divisão silábica, acentuação com os sinais da pontuação moderna e incluem também outros que hoje usamos apenas na revisão de textos e/ou anotações como o asterisco, obelisco, o ângulo.

Em todas estas regras, seguindo opinião dos gramáticos, Houaiss à frente, se arrolam dois grupos sistemáticos que às vezes são coincidentes:

a) ritmo, melodia, respiração

b) lógico-gramatical

mas, para realizar o sistema a), às vezes prejudica-se b). Outras vezes, para resolver b), põe-se vírgula antes de "e" ou "&", coincidindo a) e b), especialmente quando conectivo oracional; além disso, coloca-se vírgula em "que", quer seja conjunção ou pronome, o que faz ora concomitância dos fatos, ora não. Não raro, observa-se também a separação do sujeito e o verbo.

Desta forma, excetuando-se alguns casos individuais - e as modificações introduzidas pelos gramáticos de Port-Royal - estas regras chegam ao século XX.

Dentre as contribuições dos iluministas, chamamos atenção para a posição de Condillac, que, considerando o homem intérprete do mundo, classifica a gramática como a primeira parte da regra de pensar e a análise da linguagem como análise do pensamento. Mas é preciso ficar claro que sua análise é uma decomposição em que se admite ordem e sucessão (I,1). Então, a primeira tarefa da linguagem é analisar o pensamento:

Com efeito, as idéias que coexistem em nossa mente, só as podemos mostrar, sucessivamente, aos outros, enquanto saibamos mostrá-las também sucessivamente a nós mesmos; quer dizer, só sabemos falar aos outros quando sabemos falar a nós mesmos. (II,6)

Desta forma, as línguas são métodos analíticos e a sua primeira tarefa de analisar o pensamento se realiza pela análise do discurso, onde buscamos os signos necessários para uma gramática geral que nos descobrirá os elementos da linguagem e as regras comuns a todas as línguas, pois:

Se todas as idéias que compõem um pensamento estão simultâneas na mente, no discurso se apresentam sucessivamente. São as línguas que nos proporcionam meios de analisar nossos pensamentos (I,3)

Entretanto, no capítulo da Grammaire que consagra à "linguagem de ação" (I,1), Condillac admite que na linguagem da ação natural cada pensamento se expressa como um todo, inteiro e sem sucessão. A ação é um quadro complexo, que expressa

tanto o juízo que o sujeito faz como os sentimentos que experimenta. Logo, tanto é psíquico quanto social.

Neste caso, a análise das partes tem um componente que é a pontuação elemento que, formalmente, organiza as sucessões dos componentes da frase, unidade mínima do pensamento.

Voltaremos aos gramáticos e agora observaremos dois participantes da ótica gramatical de Port-Royal, um português, Soares Barbosa⁹, e um brasileiro, Carneiro Ribeiro¹⁰ e já prevenimos que não teremos novidades.

Barbosa define a pontuação como:

a arte de na escriptura distinguir com certas notas as diferentes partes e membros da oração, e a subordinação de uns e outros, a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores que deve fazer, e o tom e a inflexão da voz com que as deve pronunciar.

Como vimos, estas regras enquadram-se plenamente nas duas sistematizações a) e b) anteriores. Entretanto, Soares Barbosa apresenta alguns fatos de base: primeiro, faz observações sobre a importância do uso do espaço em branco; segundo, diz que um ponto simples é obrigatório após toda oração de sentido perfeito e independente gramaticalmente de outra; se interrogativo ou exclamativo, pode vir facultativamente no início, mas obrigatoriamente no final da oração, e

Nunca use de ponto e vírgula, sem que antes haja vírgula; nem também use dois pontos, sem que antes preceda ponto e vírgula: porque a pontuação mais forte supõe d'antes a mais fraca.

Além disso:

orações que se podem distinguir com vírgulas somente, não se deve pontuar com ponto e vírgula; as que se podem distinguir só com ponto e vírgula, não se devem pontuar com dois pontos: porque a pontuação nunca deve ser supérflua.

A cobra morde o rabo e voltamos ao mesmo ponto: tudo depende de melodia e pausa.

É tanto errada a regra da pontuação que alguns dão, mandando pôr sempre vírgula antes do que, quanto pelo contrário nunca se deve pôr senão quando a oração principal e a incidente são tão extensas, que vêm a exceder a medida de uma pausa ordinária que é a de um verso de 13 a 17 sílabas.

O brasileiro Carneiro Ribeiro repete as definições das regras das gramáticas de Soares Barbosa e Port-Royal:

A pontuação é a arte de indicar por meio de certos sinais convencionais a proporção das pausas que faz quem fala ou lê.

Os fundamentos da arte de pontuar são praticamente uma cópia das normas de Beauzée¹¹:

Primeiro: a necessidade de respirar; segundo: distinção dos sentidos parciais; terceiro: distinção dos sentidos totais; quarto: ligação de uns sentidos com outros, sua dependência recíproca, sua coordenação e subordinação.

Os sinais também são os mesmos:

A vírgula indica a pausa mais breve; o ponto e vírgula, a pausa intermediária; o ponto, a pausa mais longa.

De tudo que vimos, resulta que a frase é, a unidade básica da pontuação e do pensamento ou sentença. É constituída de uma ou um grupo de palavras limitadas à esquerda por letras maiúsculas e à direita por um ponto. Como unidade mínima, manifesta-se em três planos; semanticamente, uma estrutura profunda; depois, um ato de comunicação e, por fim, como organização sintática. A recursividade é o desempenho funcional em sua atuação e podemos defini-la como o conjunto composto de um sintagma nominal e um sintagma verbal. Mas tanto o sintagma nominal (SN) quanto o sintagma verbal (SV) podem tornar-se em frase com o restabelecimento de um contexto sintático-semântico elíptico. É o caso de frases como: Farmácia. Há alunos, em que sem o elemento contextual, passam a ter atividade gramatical de substantivo e verbo. A recursividade, como recriação, é sempre uma abstração do elemento físico real para análise do seu contexto. É por este motivo que, mesmo quando falta o branco, embora complice, não se perde o sentido de frases como:

parafazersuajornadaaAngola¹²

logoqtenhaisuistadelle¹³

Falecendo no Brasil deixo a domingos gomes forro depois de servir sinquo annos no engenho de serecipe ou no dos ilheos des o dia que me deus levar desta vida comessarão os sinquo annos he o mesmo tempo dos sinco annos depois de meu fallecimento me servira

antonio nunes e depois o deixo forro ficando amigo como declaro no livro das dividas e obrigações que tenho.¹⁴

O entendimento da ausência do espaço em branco se faz pelo conhecimento da palavra, marcada por regras morfológicas através do reconhecimento prosódico, silábico ou da frase. Pois todos estes elementos participam de uma base que se apóia, facultativamente, em constituintes marginais e o resultado é concebido através de uma regra recursiva. Assim:

	MARGINAL	BASE	MARGINAL
prosódia	(proparoxitona)	paroxitona	(oxitona)
silaba	(consoante)	vogal	(consoante)
palavra	(prefixo)	raiz	(sufixo)
frase	(substantivo)	verbo	(substantivo)
parágrafo	(frase complementar)	frase principal	(frase complementar)

Resta-nos salientar que a Hermenêutica deve ser solicitada para decidir nestes domínios da pontuação, uma vez que ela transita do caos ao cosmos. E nestas plagas de itinerários cruzados é sempre possível o desvio do caminho. Na frase, tanto o ponto pode desprezar a maiúscula como a maiúscula desprezar o ponto. O intervalo branco das palavras, assim como a sintaxe e/ou a regência podem desprezar pontuação. Tais fatos foram exemplificados em textos dos séculos XVI a XIX, mas é com um texto do século XX que queremos justificá-los.

O doutor Sampaio e a filha chegam hoje, disse Salvador, alegre como se lhe tivessem prometido alyssaras e merecidamente as ganhasse, gajeiro na varanda da recepção, que vê avançar ao longe, entre a bruma da tarde o comboio de Coimbra, pouca terra pouca terra, caso este muito contraditório, porque a nau está fundeada no porto a criar limo, chegadinha ao cais, é o Hotel Bragança, e a terra é que vem andando para cá, deitando fumo pela chaminé, quando chegar a Campolide mete-se por baixo do chão, depois surgirá do negro túnel resfolegando vapor, ainda há tempo para chamar Lidia e dizer-lhe. Vai aos quartos do doutor Sampaio e da menina Marcenda ver se tudo está em ordem, os quartos, já ela sabe, são o duzentos e quatro e o duzentos e cinco, Lidia pareceu nem reparar que estava ali o doutor Ricardo Reis, subiu diligentissima ao segundo andar, Quanto tempo ficam, perguntou o médico, é costume serem três dias, amanhã até irão ao teatro, já lhes marquei os bilhetes. Ao teatro, qual, O D. Maria, Ah, esta interjeição não é de surpresa, soltamo-la para rematar um diálogo que não podemos ou não queremos continuar, e, na

SINTAXE E PONTUAÇÃO NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Maria Cecília de Magalhães Mollica (UFRJ)

INICIANDO A INVESTIGAÇÃO PELOS SUPRA SEGMENTAIS DE FRONTEIRA

Ao integrar esta mesa-redonda sobre a relação entre Sintaxe e Pontuação, cumpre-me antes de tudo justificar a minha participação. Diferentemente dos demais pesquisadores aqui presentes, o percurso que tracei até chegar a investigação de sinais gráficos no português atual e sua relação com a dimensão sintática da língua teve início com a análise de supra-segmentais de fronteira sintagmática na língua falada (Cf. Leonor et alii, 1979).

Já em 1984 a e b (vide bibliografia), mostrei evidências, traduzidas em quantitativos, que a pausa no intervalo sintático entre SNI e SV não é aleatória, mas controlada por alguns fatores especialmente. Em outros textos, a exemplo de Mollica 1986, procurei provar que a entonação ascendente sobre o SNI, conjuntamente com a pausa na referida fronteira sintagmática, possuem motivações tais, que é possível apontar-lhe funções de ordem discursivo-pragmática e de natureza psicolinguística, a saber:

(1)mecanismo de coesão entre referentes do discurso e/ou de falas entre interlocutores em situação interacional; (Cf. Givon, 1979);

(2)estratégia discursiva de topicalização e de contrastividade, (Cf. Chafe, 1976 e Keenan, 1976);

(3)recurso psicolinguístico de facilitação do processamento quando os sintagmas nominais sujeitos são longos e sua estrutura sintagmática é complexa, isto é, quando são "pesados" para processar, (Cf. Pawley et alii, 1977), ver exemplos 1, 2 e 3, em anexo.

Em Braga e Mollica (1986), essas idéias foram aplicadas à relação entre o processo de deslocamento para esquerda do sujeito e a possibilidade variável da emergência de anáfora pronominal.

Como desdobramento natural, esses achados foram testados para o intervalo sintagmático SV/SN2, podendo ser encontrados em Mollica (1987). Neste segundo estágio da investigação, pude reiterar especialmente o princípio segundo o qual quanto mais complexo e/ou longo acha-se estruturado o sintagma nominal, posicionado em qualquer configuração sintagmática da sentença, tanto mais provável a sua demarcação por meio de supra-segmentais do tipo pausa e/ou entonação em suas fronteiras (Cf. exemplo 4).

O INTERESSE PELA DIMENSÃO ESCRITA.

Num dado momento, então, como prosseguimento da pesquisa, passei a interessar-me pela investigação da modalidade escrita da língua. Luz das descobertas que havia feito para a língua falada, desejava detectar os equivalentes gráficos dos supra-segmentos exclusivos à escrita (Cf. Mollica, 1985).

É exatamente essa interface do estudo que dá sentido e justifica a minha presença nesta mesa. Iniciei a pesquisa acerca da língua escrita movida então pela idéia de que os supra-segmentais de fronteira, marcas exclusivas da dimensão oral das línguas, pudessem estar presentes na sua dimensão escrita. As questões principais seriam: (a) A língua escrita, apesar de possuir características próprias, possui procedimentos de captação de marcas de nível prosódico, próprias à oralidade? (b) Até que ponto a pontuação, enquanto um dos candidatos naturais à função mencionada, não estaria regulada pelos mesmos fatores que explicam as marcas supra-segmentais da língua falada?

A resposta a essas questões encontra-se em todas as gramáticas e em todos os manuais sobre ortografia. Nada há de novo em afirmar-se que a pontuação é o principal recurso da escrita para marcar pausas, limites de sentenças e de constituintes, inversões proposicionais de sintagmas, ou mesmo o meio de indicar padrões entonacionais, como os de interrogação, suspense etc.

Mas admitir-se que vírgulas e pontos marcam pausas da língua falada não significa assumir a existência do pressuposto de que toda a pausa da língua oral esteja realmente refletida na escrita por meio de recursos ortográficos. Tanto assim que a tradição gramatical proscrive veementemente a vírgula entre sujeito e predicado e entre o predicado e complemento e não admite vírgulas com a conjunção e, a não ser em casos excepcionais (Cf. Bechara, 1968; Cunha, 1972). No entanto, tais ocorrências existem no português escrito contemporâneo, não categoricamente mas variavelmente. Isso nos conduz a pensar que o padrão de pontuação da norma gramatical, embora conceitue os sinais gráficos a partir de funções pautadas na língua falada, impõe restrições que contrariam essas mesmas funções, configurando decisões arbitrárias na base de critérios nem sempre aplicados.

INVESTIGANDO AS VÍRGULAS PROSCRITAS

Na primeira fase da investigação voltada para a língua escrita, preocupava-me em especial traçar um paralelo entre a pausa e/ou a entonação ascendente entre SN1 e SV e a ocorrência de vírgula no referido intervalo sintagmático encontrada, ainda que proscrita, com frequência, em textos de alunos.

Em Mollica e Quental (1983) e em outros textos posteriores (Mollica, 1985 e 1986), mostrei as similaridades funcionais existentes entre os supra-segmentais de língua oral e a vírgula que eventualmente ocorre na escrita entre o sujeito e o predicado.

Nos artigos mencionados, demonstrei que tal desvio à norma ortográfica não constituía mero erro gramatical, antes apresentava-se fortemente motivado.

Novamente, as razões psicolinguísticas e discursivas evidenciaram-se como as mais plausíveis. Sintagmas pesados, de grande dimensão, têm mais chance de escandir-se por meio de vírgulas, compreendidas portanto como um recurso de facilitação do processamento. No nível do discurso, as chances de a vírgula entre SN1 e SV ocorrer são maiores quando o referente é topicalizado, é contrastado ou conectado a outros no discurso. Nesses trabalhos, caracterizo a vírgula como dêixis altamente eficaz, como processo anafórico e catafórico, abrangendo pois os limites do texto ou extrapolando o universo textual.

Durante todo o percurso dessa investigação, observei outras "infrações de pontuação tomando como parâmetro a tradição gramatical. Um fato, contudo, registrou-se marcadamente e serviu de mola mestra para o desenvolvimento posterior da pesquisa. De todos os dados observados, não houve um caso sequer de vírgula no interior da estrutura e sintagmas como:

*os cachorros da, fazenda;

*ele foi até o, alto da montanha.

Exemplos como esses, se existentes, constituiriam situações em que um sinal gráfico se interpenetra dentro unidade do constituinte, refletindo uma quebra na sua identidade.

Eles não se encontraram nas amostras de escrita pesquisadas. Na língua oral, igualmente, não houve casos de entonação ascendente em fronteiras desse tipo; as pausas possivelmente ocorrentes foram precedidas de um alongamento da última sílaba anterior à fronteira, fenômeno comum e claramente responsabilizado por eventuais questões de processamento, ou por ênfase propositalmente impressa na emissão de enunciados orais.

O PONTO EM RELEVÔ.

Essas conclusões nos levaram a sustentar a tese de que marcas orais supra-segmentais e marcas de escrita preservam a identidade dos sintagmas, como mecanismo de parçamento altamente poderoso e possivelmente inato. Ora, segundo Chomsky já se encontra na GU o princípio de que as regras se aplicam sobre constituintes. Esse saber inato constitui operador eficiente na estrutura sintático-lexical da gramática, exteriorizando-se igualmente na dimensão supra-segmental dos enunciados. Lanço aqui a hipótese de que ele viabiliza-se também nos sistemas de escrita, principalmente no que tange aos princípios reguladores de um sistema de pontuação.

Na busca de comprovação desta tese, passei a analisar outras amostras de língua escrita, observando agora a estrutura de pontuação, com vistas à existência de seus princípios de imanência.

Utilizei-me novamente de produções de escrita de alunos, desta vez de 5a a 8a. séries, entre 15 e 18 anos, da rede municipal do Rio de Janeiro. Engajados no Projeto Maré, de aceleração da escolarização, desenvolvido por um grupo da UFRJ, esses

alunos pertencem majoritariamente à classe baixa e média baixa e habitam a zona suburbana especialmente. Essa amostragem foi controlada por sexo e idade.

Trabalhei também com o que chamei de amostra totalmente aleatória: dados tomados ao acaso tanto da mídia de jornais, revistas, quanto de qualquer texto escrito de outra natureza. Introduzi na amostra tanto escrita de ouvintes quanto de surdos. Nesse último caso, o material é variado: há redações, cartas pessoais, boletins e estatutos de associações de surdos.

O ponto de vista da descrição levou em conta ocorrência variáveis de sinais ortográficos: não só a ausência mas a presença de sinais foram considerados. Dessa análise, proponho uma generalização, ao considerar empregos de vírgulas nas diferentes fontes de dados e ao desconsiderar a norma gramatical como ponto de partida. Distingo aqui os usos de vírgula dentro de sentenças simples e entre sentenças complexas (Cf. os exemplos em 6).

A utilização de vírgula entrevista nos exemplos em 6, mesmo que variavelmente, não revela qualquer violação ao princípio da identidade dos constituintes. Essa constatação fornece sustentação à tese de que o sistema de pontuação é regido por princípios universais da GU, semelhantemente ao sistema de marcas supra-segmentais de fronteiras, bem como o de operação de regras gramaticais no nível segmental dos enunciados.

Exemplo mais contundente para reiterar a hipótese foi encontrado nas fontes de dados de escrita por surdos. Ao conferir a utilização da vírgula em (7), observo a quebra na identidade dos constituintes em questão. De todos os dados em análise, este é o caso mais contundente de "violação sintagmática". Na escrita de ouvintes, não encontrei nada semelhante como em (7), onde o quantificador acha-se escandido e separado do nome a que se refere. Observe-se também o exemplo (8) em que a perifrasticverbal é "partida" pela marca gráfica da vírgula onde, na língua oral, seria difícil imaginar a emissão com presença de traços prosódicos.

O surdo não tem acesso a percepção da substância fônica das línguas, embora possa emitir sons e, em alguns casos, oralizar-se lingüisticamente em grau satisfatório. É fato, porém, que dificilmente conseguirá apreender a complexidade de que se reveste a dimensão prosódica dos sistemas lingüísticos.

Este parece ser o motivo que explica a utilização de marca gráfica no interior de um sintagma quebrando a sua unidade, pois esta preserva-se, oralmente, sob uma única curva prosódica, mantendo a identidade sintagmática do constituinte. Nas fontes de dados de ouvintes, encontram-se casos raros como (9). Não me parece porém que este seja um exemplar de violação absoluta de identidade sintagmática, tal como em (7) e (8) especialmente. Note-se que é possível emitir-se o enunciado (9), produzindo-se uma entonação ascendente marcando a fronteira entre V/Sprep. Tal não se verificaria nos sintagmas vinte, anos e quero, falar.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES.

Ao examinar um volume razoável de produção de diferentes fontes do português escrito, sou levada a supor que:

(a) haja um aumento de marcas gráficas nos intervalos sintáticos dos constituintes principais da sentença, especialmente do sujeito; desta forma, a pontuação parece assumir claramente a função de marcar categorias sintáticas e/ou discursivas, como é o caso de tópico da sentença e de tópico do discurso, especialmente quando estão em jogo o grau de definitude e o traço de contrastividade das entidades nominais, (Cf. Prince, 1979).

(b) o ato de pontuar parece calcar-se em princípios mais gerais da Gramática Universal ao preservar as unidades constitutivas sentenciais;

(c) o respeito às unidades sintagmáticas é violado em escrita de não ouvintes, o que me conduz a supor uma relação paralelística +entre o sistema de pontuação e o de *padr_es* melódicos, bem como o das demais marcas orais de natureza semelhante;

(d) uma das funções, senão a principal, do sistema de pontuação é a de parsear unidades sintáticas de sentenças simples e complexas;

(e) se somente a escrita de surdos apresenta a pontuação que transgride o princípio da identidade sintagmática, pode-se sugerir a existência de um sistema de parseamento que se aplica simultaneamente a enunciados orais e a enunciados escritos.

(f) diferentemente das demais propostas apresentadas nesta mesa, a minha visão de um sistema de pontuação considera necessariamente a relação oral/escrito. Por trabalhar com português contemporâneo e dispor da língua oral para material de análise, dimensão não palpável em pesquisas sobre o português de outros estágios de tempo, suspeito que a relação sintaxe/pontuação é diretamente proporcional à diade modalidade falada/modalidade escrita da língua.

Esta proposição não exclui porém a análise da pontuação em si mesma, estabelecendo-se *padr_es* próprios em diferentes séculos da língua, gêneros de textos, tipos de narrativas.

EXEMPLIFICAÇÃO (1)

(1) "F: É. E ele teve paralisia com um ano, na perninha esquerda.

E: Mas ficou bom?

F: Ficou bom, mas ele tem que no joelho ... sabe? Aquela pezinho dele/ não ... faz assim não. Aquela pezinho/ desde que operou é assim".

(2)a) E: Bom! Dona Lourdes, é vamos começar pelas suas, não é?

F: É

E: Uma de três, uma de cinco. Fala sobre elas.

F: Cinco. Elas são lindas

E: Lindas!

F: Uma / é moreninha, outra / é clarinha

E: Ah! Que engraçado.

F: Mas a menor / é tão sabida.

E: É?

F: Mais sabida do que a outra. A outra / é mais.

(ML - Amostra Censo)

b) E: Ah, é! Como é que isso, o negócio da formatura?

F: O negócio da formatura / é o seguinte: cada ... a gente ia começar a pagar por mês, cada um, cem cruzeiros para gente se formar.

(FAT - Amostra Censo)

(3)a) F: ... Bom, aqui, bom ... eu digo assim nos grandes centros, não é? Agora, no interior não. O negócio modifica um pouco, que realmente lá existe, porque ... sei lá, o povo não participa o povo das grandes cidades, não é?"

(CLAU - Amostra Censo)

b) F: O Brasil mandou a primeira tropa para a Itália, já em 44, não é isso? Durou o quê? Talvez um ano mais ou menos, logo após um ano, não chegou um ano, nove meses e pouco veio o término da ... da guerra, que ela terminou em maio de 1945. Mas, antes, o Brasil então / tomou uma providência, né?

(FAT - Amostra Censo)

(4) Os alunos fizeram / um grande número de perguntas

(FAT, casa 37)

5)a) "Pornografia é uma opção de quem assim escolher e aqueles que ainda desejam preservar a moral, não têm a obrigação de consumi-la em igualdade de condições".

b) o imoral e o proibido, estão nas limitações de cada um (redação de vestibular, PUC/1983)

(1) A barra inclinada (/) é a convenção aqui utilizada para simbolizar presença de pausa.

a) "a aquisição da linguagem dos surdos, ocorre espontaneamente..."

(trabalho de pós-graduando)

b) "decidir () em reunião conjunta com a diretoria, sobre a aquisição, venda ou permuta"

c) "assinou juntamente com o vice-presidente financeiro e o secretário geral, todos os cheques e documentos"

(Estatuto dos surdos)

Entre sentença complexa

- d) "Esses estudos abordam, que, a aquisição da linguagem dos surdos ocorre espontaneamente"
(trabalho de aluno surdo)
- e) "Ai eu descí do avi/Éo, e não morreu ninguém ... era todo coloridinho, e ele nos levou"
(redação de aluno ouvinte)
- f) "Apresentar sugestões inerentes ao seu cargo à apreciação, dos demais membros da diretoria"
(Estatuto de Associação de Surdos)
- g) "Eu não gosto do que faço () pois o que eu queria ..."
(redação de aluno ouvinte)
- h) "... comprou muitas fazendas () construiu várias riquezas () então comprou muitas fazendas."
(redação de aluno ouvinte)
- (7) "O Conselho Deliberativo será composto de vinte, membros"
(Estatuto dos surdos)
- (8) "Quero, falar com você sobre residência"
(bilhete pessoal de um surdo para um ouvinte)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BECHARA, Evanildo. 1968. Moderna Gramática Portuguesa. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- BRAGA e MOLLICA, Maria Luiza e Maria Cecília M. Marcas Segmentais e/ou Supra segmentais entre o Sujeito e o Predicado e sua função Discursiva". In: Q Histórico e o discursivo. Série Estudos, - 12.
- CHAFE, Wallace L. 1976. "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and point of View". In: Subject and Topic. Ed. by Charles Li, 25 - 26, NY; Academic Press.
- CHAFE, Wallace L. Cognitive Constraints on Information Flow. Spring Discourse Conference, University of Oregon, junho, 1984.
- CLARK & CLARK, Hébert H. and Eve V. Psychology and Language An Introduction to Psycholinguistics. Harcourt Brace Jovanovich, IIC, 1977.
- CUNHA, Celso. 1972. Gramática do Português contemporâneo. Ed. Bernardo Alvares S/A, Belo Horizonte.

NEGAÇÃO SENTENCIAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Carlos Miotto
Universidade Federal de Viçosa

Esta comunicação apresenta minha tese de doutorado (Miotto,1992), um estudo sintático da negação sentencial no português brasileiro (PB). Trata-se de averiguar como a negação sentencial é expressa e quais questões o PB levanta quando se considera o assunto. O referencial teórico é fornecido pela gramática gerativa em seus desenvolvimentos mais recentes.

No que diz respeito ao PB, uma análise sintática da negação sentencial deve ser capaz de explicar, pelo menos, os seguintes fenômenos:

1. o fato de o *não* preceder o verbo flexionado, formando junto com ele (e com o clítico, quando existe um) um complexo;
2. o fato de o *não* ser proibido de coocorrer com um quantificador ou advérbio negativo pré-verbal (em configuração adequada);
3. o fato de os advérbios e modificadores negativos pós-verbais exigirem a presença de um item negativo apropriado precedendo o verbo;
4. o fato de em certos tipos de orações subordinadas ser permitido ocorrer um quantificador negativo pós-verbal, licenciado por uma negação da sentença subordinante.

São estas e outras questões correlatas que a tese aborda, procurando fornecer um sistema capaz de lidar com elas.

Capítulo I

Na primeira parte do Capítulo I são apresentadas análises desenvolvidas recentemente para a sentença negativa: Pollock(1989), Chomsky(1989), Laka(1990), Belletti(1990), Ouhalla(1990) e Zanuttini(1991). São enfocados três aspectos principais. O primeiro diz respeito à determinação do estatuto categorial do(s) elemento(s) negativo(s) que responde(m) pela negação sentencial em várias línguas. Pode-se afirmar, de modo geral, que os autores estudados admitem a existência de uma categoria funcional NegP que define a sentença negativa. Entretanto, não há consenso quanto ao que figura como especificador, núcleo ou complemento desta categoria.

O segundo aspecto diz respeito aos mecanismos envolvidos na derivação da

O segundo aspecto diz respeito aos mecanismos envolvidos na derivação da sentença negativa. Neste particular, o movimento dos núcleos funcionais e lexicais ganha destaque central. Além disso, é dada importância aos elementos negativos que preenchem o *Spec* de NegP e à forma como isto é feito.

O terceiro aspecto abrange os parâmetros invocados para dar conta das variações interlinguísticas. Um parâmetro decorre das propriedades de subcategorização de Neg (Laka, 1990): no inglês, *tense* (T) subcategoriza NegP, ao passo que no basco e no espanhol é Neg que subcategoriza TP. Outros parâmetros envolvem a natureza das categorias funcionais: Zamutini (1991) distingue NegP-1 e NegP-2 de acordo com a capacidade de uma língua apresentar (italiano) ou não (inglês) o fenômeno da Concordância Negativa; Pollock (1989) distingue Agr quanto à propriedade de ser ou não transparente, de que decorre a capacidade de uma língua permitir (francês) ou não (inglês) movimento dos verbos temáticos para Agr.

Na segunda parte do Capítulo 1, a discussão se volta para saber qual ou quais dentre as palavras negativas devem preencher o núcleo e para quais está disponível o *Spec* de NegP. As discussões abriram duas possibilidades quanto ao núcleo: ou ele é vazio, ou é preenchido por *nao* que deve ser entendido como o *nao* átono que ocorre invariavelmente junto a um verbo; por sua vez, os advérbios negativos (*nunca, jamais*) podem ocupar a posição *Spec* de NegP, posição definida como não-A.

Para estabelecer que apenas o *nao* é o núcleo de NegP recorreu-se a vários argumentos. O primeiro se constituiu a partir da relação *Spec*-núcleo. Fenômenos associados à negação sentencial podem encontrar explicação plausível se esta relação é levada em conta. Assim, se explicaria a ausência do *nao* quando uma palavra negativa precede o verbo:

- (1) a. Ninguém viu Maria
- b. *Ninguém não viu Maria

Outro argumento se constituiu a partir da observação de que o *nao* forma um complexo indestrutível com o verbo. Se admitimos que o complexo se forma por incorporação de núcleos (Baker, 1988), a conclusão é que *nao* tem propriedades de núcleo. Assim, o *nao* não pode ser separado do verbo pela interveniência de outros elementos:

- (2) a. *Maria não provavelmente visitou os avós
- b. Maria nunca provavelmente visitou os avós

Outro argumento derivou da interação de *nao* com os clíticos. Em certas

situações, o clítico pode aparecer agregado a um verbo de que ele não representa um papel temático, como o *te* em (3.b):

- (3) a. Maria pode te ajudar
- b. ?Maria te pode ajudar
- c. *Maria te pode não ajudar
- d. Maria não te pode ajudar

Mas, isto não pode ocorrer em (3.c), dada a interveniência de *não*. Por ser um núcleo, o *não* barra, em termos da minimalidade relativizada, a subida de *te* para o verbo finito.

Capítulo II

A primeira parte do Capítulo II busca suporte para estabelecer a estruturação das categorias funcionais no PB. Tendo em vista o desmembramento de IP em AgrP e TP, são consideradas três possibilidades de ordenação estrutural, a categoria da esquerda dominando a da direita:

- (4) a. AgrP » TP » NegP
- b. AgrP » NegP » TP
- c. NegP » AgrP » TP

Após breve discussão, admite-se que (4.c) é a ordenação estrutural adequada para o PB. Sendo NegP a categoria funcional mais alta, encontra-se resposta para várias questões, como será mostrado adiante.

Na segunda parte do capítulo, é apresentada a derivação de uma sentença negativa. No que diz respeito aos núcleos, a Estrutura Profunda (EP) será (irrelevante que IP se desdobre em dois núcleos flexionais):

- (5) (Neg (I (V)))

O verbo V se move para I, movimento rotulado de acordo com Roberts(1990) de substituição selecionada: há uma lacuna à esquerda do afixo flexional para alojar o radical verbal. Forma-se, assim, a estrutura intermediária, onde *v* marca o vestígio:

- (6) (Neg (I + V (v^V)))

Depois, (I + V) se move para Neg, movimento atribuído as propriedades de clítico de *não*, de que resultaria a seguinte Estrutura Superficial (ES):

- (7) (Neg + V + I (v^{V+I} (v_V)))

Uma sentença simples para exemplificar:

(8) *Maria não viu o carro*

Outra questão envolve o movimento dos especificadores. Se o Spec de NegP é uma posição não-A e NegP é a categoria "flexional" mais alta, *Maria* não está ocupando uma posição A em (8). Entretanto, a posição ocupada por *Maria* deve ser A pela necessidade de ser marcado por caso nominativo.

Para resolver o impasse, estipulou-se que posições nucleares que recebem outros núcleos tornam-se híbridas facultando a duplicação dos especificadores. Assim, do movimento de (V + I) para para Neg resulta um categoria híbrida com dois especificadores: um especificador não-A de NegP e um especificador A de IP. O primeiro fica vazio por não haver uma expressão negativa não-A para preenchê-lo; o segundo será preenchido por *Maria*. A representação pertinente é

(9) (SpecIP *Maria* (SpecNegP (Neg não viu)))

No caso de haver um preenchimento para o Spec de NegP, digamos o advérbio negativo *nunca*, como na sentença (10.b), a representação será (10.a):

- (10) a. (SpecIP *Maria* (SpecNegP *nunca* (viu)))
b. *Maria nunca viu o carro*

Note-se que o *não* está ausente da sentença e da representação. Como veremos adiante, a ausência do *não* decorre do fato de o Spec de NegP conter uma expressão negativa.

O *não* estará ausente também se o SpecIP for preenchida por um quantificador negativo como vemos em

- (11) a. (SpecIP *Ninguém* (SpecNegP (viu)))
b. *Ninguém viu o carro*

Ou ainda com os dois Spec preenchidos:

- (12) a. (SpecIP *Ninguém* (SpecNegP *nunca* (viu)))
b. *Ninguém nunca viu o carro*

Capítulo III

O propósito deste capítulo é estudar a interação das palavras negativas no PB. A preocupação principal se volta para o fenômeno conhecido como *Concordância Negativa*, ou seja, o fato de ocorrer numa sentença duas negações e, ainda assim, esta sentença ser interpretada como uma negativa simples.

d. Ninguém viu nada

Em (16), *ninguém* aparece antes do verbo e *nunca* pode coocorrer com ele. Porém, o mesmo não acontece com o *não* (pelo menos em alguns registros), donde a agramaticalidade de (16.c) e (16.d). Em (17), os IPN ocorrem depois do verbo e (17.a) é agramatical por não apresentar uma negação pré-verbal.

O que se pergunta em primeiro lugar é: que tipo de elemento negativo é capaz de licenciar os IPN pós-verbais? Se deixamos de lado a preposição *sem*, pode-se dizer que é a categoria funcional NegP que licencia os IPN depois do verbo. Numa sentença negativa esta deve ser explícita: ou seu núcleo ou seu especificador deve ser obrigatoriamente preenchido (mas não ambos). De fato, não é qualquer tipo de negação que licencia um IPN pós-verbal:

- (18) a. *É impossível ver nada
b. Não é possível ver nada

(18) mostra que um prefixo negativo não é capaz de licenciar *nada* após o verbo, ao contrário do que acontece com *não*.

Então, temos a condição para que um IPN seja licenciado em posição pós-verbal: que estes sejam c-comandados por NegP, num certo domínio.

Para a ocorrência pré-verbal destes itens, também lança-se mão da categoria NegP: um IPN é licenciado em posição pré-verbal pela relação Spec-núcleo. Assim, os IPN são licenciados em posição pré-verbal se ocupam (ou ocuparam, no caso de serem tópico ou foco) o SpecNegP ou o SpecIP (ver (9), (10) e (11)).

Esta condição explicaria a agramaticalidade de uma sentença como

- (19) *O livro de ninguém está em cima da mesa

onde ninguém não ocupa a posição de Spec. Note-se que nem a presença de um NegP salvaria a sentença:

- (20) *O livro de ninguém não está em cima da mesa

(20) é agramatical apesar da presença do *não*.

Esta forma de conceber a negação possibilita abordar problemas como os que são observados em

- (21) a. Eu não quero que você prejudique ninguém
b. *Eu não disse que você prejudicou ninguém

Em (21), vemos que um NegP na sentença principal às vezes é capaz de licenciar IPN após o verbo da sentença subordinada, como em (21.a); outras não, como em (21.b).

A partir de Raposo(1985), buscou-se explicação para o fenômeno apontando que a sentença subordinada em (21.a) constitui um domínio "premeável" à atuação do NegP da sentença principal. Verbos como *querer* selecionam um domínio (-tempo) que não se constitui como barreira para a liberação de um IPN pós-verbal. Por sua vez, verbos como *dizer* selecionam um domínio (+tempo) impermeável ao NegP da sentença principal.

Para que *ninguém* seja licenciado em (21.b) é necessário um NegP na sentença subordinada:

- (22) Eu não disse que você não prejudicou ninguém

Mas, agora a sentença contém dupla negação. Em (21.a), a sentença contém apenas uma negativa, ou seja, apenas um NegP.

Efeito interessante desta explicação surge quando o IPN aparece antes do verbo da sentença subordinada:

- (23) a. Eu não quero que ninguém prejudique você
b. Eu não disse que ninguém prejudicou você

De modo semelhante a (22), (23.b) é interpretado como contendo dupla negação, ou dois NegP, um para cada sentença. Por sua vez, (23.a) é interpretado como contendo apenas uma negação, um NegP:

- (24) Não existe x, tal que eu quero que x prejudique você

Em decorrência, *ninguém* em (23.a) ocupa simplesmente a posição de Spec de IP.

Capítulo IV

O Capítulo IV se ocupa do estudo dos advérbios negativos. Os dois fenômenos de interesse relacionados com estes itens concernem às posições que eles podem ocupar na sentença e à interação deles com as palavras negativas. Ambos os fenômenos estão refletidos em

- (24) a. Nunca o João visitou a Bahia

- b. O João nunca visitou a Bahia
- c. *O João visitou nunca a Bahia
- d. *O João visitou a Bahia nunca

- (25) a. *Nunca o João não visitou a Bahia
- b. *O João nunca não visitou a Bahia
 - c. O João não visitou nunca a Bahia
 - d. O João não visitou a Bahia nunca

Como vimos no Capítulo III, (24) e (25) mostram que *nunca* se comporta exatamente como um IPN na interação com o núcleo de NegP.

Ao mesmo tempo, (24) e (25) mostram que *nunca* (o mesmo para *já*) desfruta de grande liberdade de posicionamento. Se acrescentamos ao quadro descritivo os exemplos de

- (26) a. *Mais João (não) visitou a Bahia
- b. *João mais (não) visitou a Bahia
 - c. João não visitou mais a Bahia
 - d. João não visitou a Bahia mais

vemos que as posições disponíveis para o advérbio *mais* restringem-se às que são pós-verbais.

A GRAMMÁTICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA - DEFINIÇÃO E DIVISÃO

Leonor Lopes Fávoro
Universidade de São Paulo

1.0 INTRODUÇÃO

A *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicada à Nossa Linguagem*, publicada em Lisboa em 1823 (mas escrita pelo menos duas décadas antes), insere-se no movimento de renovação pombalina e, embora surgida quase quatro décadas após a morte de D. José I, apresenta-se favorável à reforma do ensino empreendida por Pombal como mostra o Prefácio, datado de 1803, em que aplaude a iniciativa do rei em outorgar o Alvará de 30 de setembro de 1770, através do qual a gramática portuguesa deveria ser ensinada antes da latina:

"O que o mesmo zeloso escriptor (João de Barros) tanto desejava 'que nas villas nobre e nas cidades pozesse o governo mestres capazes que pudessem ensinar a mocidade a grammatica de sua propria lingua' executou felizmente em nosso tempo o senhor rei D. José I de gloriosa memoria..." (p. XIV).

E, mais adiante, continua:

"Para esta instrução se propunha, então, a gramática de Antônio dos Reis Lobato. Mas depois d'aquelle tempo tem saído outras artes à luz e esta agora para o público escolher o que melhor lhe parecer" (ibid.)

Como Verney, defende o princípio de que se deve partir do ensino da gramática da língua materna, pois os alunos aprenderão a gramática latina com mais facilidade e menos tempo, já que têm a prática da língua portuguesa como materna. Apesar de esta maneira de ver não ser original (nos séculos anteriores Barros e Roboredo já a haviam defendido), enfatiza que os que o antecederam não conseguiram tornar o aprendizado mais fácil porque seguiram um método "errado" que consistia em moldar a gramática portuguesa pela latina.

Valoriza o domínio da norma culta como fator de prestígio, pela imitação e assimilação de usos e costumes da corte:

"Entre as diferentes pronunciações de que usa qualquer nação nas suas diferentes provincias, não se pode negar que a da côrte e território em que a mesma se acha, seja preferível ás mais, e que lhes deva servir de régra...o uso porém da côrte não é o uso do povo; mas sim o da gente mais civilizada e instruida. Entre aquelles grassam pronunciações não menos viciosas que nas provincias, mas que os homens polidos estranham... e por isso não as emendam senão com o trato da Côrte, ou de pessoas que fallam tão bem como n'elle". (p. 35-36).

menos a de falar e escrever correctamente a sua lingua..." (p. XIII).

Mas, diz também:

"Toda a gramática particular e rudimentar...deve ter por fundamento a gramática geral e razoada..." (p. XI).

Aqui Soares Barbosa aceita a divisão metodológica que Swiggers (1984: 9) considera "o aspecto mais original da teoria gramatical dos enciclopedistas: a distinção entre gramática geral e gramática particular".

Enquanto a gramática geral trata das estruturas universais da análise do pensamento, a particular se ocupa dos meios particulares e historicamente variáveis de que dispõe cada língua para traduzir a análise do pensamento em palavra. Resumindo, pode-se dizer que "a gramática geral se ocupa do universal no arbitrário e a gramática particular, do arbitrário no arbitrário" (ibid.).

A primeira é uma ciência que tem como objeto os princípios imutáveis e gerais da palavra, a segunda é uma arte.

Assim, dois tipos de enfoque são possíveis: um orientado para os universais da linguagem e outro, para os sistemas gramaticais das línguas particulares.

O primeiro não é puramente especulativo, pois a gramática geral é a busca empírica dos princípios universais da língua:

"(...) é um sistema metódico de regras que resultam das observações feitas sobre os usos e factos da língua" (p. 14).

Soares Barbosa partilha da posição dos Enciclopedistas para os quais:

"La Science grammaticale est antérieure à toute les langues, parce que ses principes sont d'une vérité éternelle à qu'ils ne supposent que la possibilité des langues; l'Art grammatical au contraire est postérieur aux langues, parce que les usages des langues doivent exister avant qu'on les reporte artificiellement aux principes généraux" (*Grammaire Encyclopédie*, p. 190).

Mas, diferentemente de Chomsky os princípios universais são adquiridos e não inatos.

O objeto material da gramática é a palavra (falada ou escrita) não enquanto tal, mas em sua função de "quadro do pensamento"; a palavra deve exprimir a análise do pensamento e a gramática é "o processo de tradução do pensamento em palavra, de acordo com as leis da lógica" (Swiggers, ibid.).

Soares Barbosa endossa essa posição dos gramáticos iluministas ao afirmar:

"Os elementos da oração, como são sinais das idéas, não podem ser nem mais nem menos em numero, nem outra especie que não sejam os elementos do pensamento que os mesmos exprimem" (p. 68).

E continua:

"As línguas não são outra coisa senão uns instrumentos analyticos que separam as idéas simultaneas do painel confuso do pensamento, que as põem em ordem, e as fazem suceder umas as outras no discurso para se verem distinctamente e poderem ser vistas por aquelles a quem fallamos" (p. 69).

1.2 A Divisão da Gramática

A organização da *Grammatica Philosophica* remete-nos a Aristóteles, através da tradição latina (deve-se a Prisciano a nomenclatura adotada para as classes gramaticais e a ordem dos componentes: Fonologia, Morfologia e Sintaxe) e medieval; está dividida, assim como a gramática geral e a particular em duas partes: uma trata da parte mecânica e material da língua e outra, da parte "lógica", isto é, estuda a expressão do pensamento em palavras.

A primeira subdivide-se em Orthoepia e Orthographia propriamente dita. Nas trinta e oito páginas da Orthoepia (8 capítulos) estabelece a separação entre língua oral e escrita, diferenciando vocábulo (segmento sonoro) de palavra (segmento significativo, representado na escrita por espaço ocupado). Distingue vozes e consonâncias (sons) de vogais e consoantes (letras do alfabeto), toma como modelo "o uso da gente civilizada e instruída" (p. 36); é o falar de Lisboa e o da corte, daí não incluir, como bem observa Malaca Casteleiro (s.d., p. 105), "o ditongo ou por não notar diferença entre ouco e osso".

Cagliari (1985) já apontou o fato de que a *Grammatica Philosophica* opera essencialmente com a língua falada, mas precisa da escrita para poder falar da primeira.

Na Orthographia dedica vinte e sete páginas ao "escrever certo" e, como Beauzée o fizera para o francês, esforça-se por mostrar que a escrita deve se adaptar ao inventário fonético do português e que o sistema gráfico deve representar os sons e os acentos da língua. Para exemplificar, escreve um capítulo em grafia fonética (orthographia da pronúncia) para uso da gente letrada. Note-se que Verney já fizera esta proposta que não obteve, no entanto, repercussão alguma.

Ainda no dizer de Cagliari (ibid., 96) a *Grammatica Philosophica* apresenta:

"... não só os comentários específicos, quando necessários, mostrando o que ocorre na fala e o que ocorre na escrita, como deixa registrado um tratado sucinto e perfeito sobre a natureza e o uso da escrita, passando por um resumo sobre a sua história, e chegando mesmo a propor um sistema de transcrição fonética baseado na ortografia e na pronúncia".

Além disso, uma ortografia "razoada" exige um alfabeto cuja ordem reflita a classificação dos sons (as vogais vêm primeiro e as consoantes depois, segundo os critérios adotados no artigo *Articulação da Enciclopédie*).

Jerônimo Soares Barbosa considera essencial esta parte, lamentando o descaso a que foi relegada em outras gramáticas.

A segunda parte subdivide-se em Etymologia (= Morfologia) e Sintaxe e Construção. Na primeira, estuda as palavras - sinais de nosso pensamento: estudo extenso onde são propostas as partes do discurso (remontam às categorias de Aristóteles, transmitidas por Donato), organizadas em duas classes: interjectivas ou exclamativas e discursivas ou analíticas. Na segunda, estuda as palavras combinadas entre si na expressão do pensamento.

Separa, como as gramáticas filosóficas (Port-Royal e os Enciclopedistas),

sintaxe de construção, considerando a construção "uma ordem local auctorizada pelo uso das linguas" e a sintaxe, "uma ordem systematica das palavras fundada nas relações das coisas que ellas significam" (p. 254) e, ainda:

"é a parte da Grammatica que, das palavras separadas, ensina a formar e compor uma oração, ordenando-as segundo as relações ou de conveniência ou de determinação em que suas idéias estão umas para as outras".

À página 288:

"Sintaxe não consiste senão nos signaes escolhidos por qualquer lingua para indicar as correlações e relações das idéias exprimidas pelas palavras".

A construção varia nas diferentes linguas e na própria lingua; já a sintaxe é imutável:

"(...) alors que la construction concerne l'ordre des mots dans une phrase, la syntaxe décrit le système abstrait des rapports existant entre les mots. Or, ces rapports correspondent à des relations qui existent entre les idées constituant une pensée. La syntaxe s'apprend donc directement sur les relations logiques (et semantiques) entre les idées; elle est explicative alors que l'étude de la construction (qui est une partie de la syntaxe; cf. Grammaire, E. M., tome II, p. 193-194) est partiellement explicative (quand il s'agit de la construction analytique) et partiellement descriptive (dans le cas de la construction usuelle) (Swiggers, op. cit., p. 35).

A conceituação de sintaxe permite a divisão em sintaxe de concordância e sintaxe de regência: a primeira mostra a relação de identidade entre as idéias e a segunda, a relação de determinação entre as mesmas.

Soares Barbosa trata, ainda, das construções direta e invertida, isto é, da "sintaxis regularis" oposta à "sintaxis figurata", tal como Port-Royal.

Tem-se, assim, um "modelo" gramatical indo da fonética à morfologia e à sintaxe. Em linhas gerais este modelo é o mesmo dos Enciclopedistas, das gramáticas estruturalistas e, até hoje, das gramáticas escolares.

Segundo Swiggers (op. cit., p. 27), o termo "modelo gramatical" pode ser tomado em duas acepções:

- modelo usado para a elaboração de uma gramática
- modelo do objeto de estudo

Nesta última acepção o modelo seria (como para os Enciclopedistas): sintaxe - morfologia - fonética. Soares Barbosa partiria do pensamento, como fazem os gerativistas; mas examinando-se ainda mais cuidadosamente a *Grammatica Philosophica* observa-se que a unidade fundamental da descrição gramatical é a palavra, já que é ela que exprime as idéias; a fonética não constitui um domínio autônomo - os sons compõem as palavras - e a sintaxe é a combinação sistemática das palavras: "Estes elementos da oração, são signaes das idéas..." (p. 68).

"Ora não sendo as palavras senão signaes dos nossos pensamentos, não podem constituir outras classes geraes que não sejam os d'estes mesmos pensamentos..." (p. 74).

Observe-se que esta conceituação é mais de natureza semiótica do que

gramatical: refere-se à palavra como signo de uma idéia mais do que como forma linguística e já se encontra nos Enciclopedistas:

"Mots - instruments de la manifestation de nos pensées" (mot, E.M., II, 570).

"Um mot est le signe d'une idée totale" (Ibid., p. 583).

Mas à página 68, Soares Barbosa afirma:

"A Etymologia tem por objecto averiguar a verdadeira natureza de cada palavra por ordem e representação analytica do pensamento, os seus differentes misteres e usos na enunciação de nossas idéas...".

Assim, apesar de afirmar que, pela própria origem (do grego *etymon* = verdade), a "Etymologia" seria a busca da verdade, da essência da coisa representada pela palavra (correspondendo ao termo *veriloquium* em latim), na prática adota, como se pode observar, uma concepção morfológica ("differentes misteres e usos"), ainda que não trate da formação das palavras (apenas de forma superficial da derivação dos adjetivos), ocupando-se unicamente da caracterização das formas e flexões.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras gramaticais de J. S. BARBOSA

_____ (1796). *Eschola popular das primeiras letras dividida em quatro partes*.
Imprensa da Universidade de Coimbra.

_____ (1807). *As duas linguas ou Grammatica philosophica da lingua portuguesa, comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*.

_____ (1875). *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. 6a. ed., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

2. Obras de Referência

CAGLIARI, L.C. (1985). "A Escrita na Gramática de Jerônimo Soares Barbosa".
Grupo de Estudos Lingüísticos, Campinas, 10(1), p. 93-97.

FALCON, F.J.C. (1982). *A Época Pombalina*. São Paulo, Ática.

LOPES, E. (1989). "Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Barbosa". *Estudos Gramaticais*. Série Encontros, III n^o. 1, UNESP, Araraquara.

MALACA CASTELERO, J. (s.d.) "Jerônimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII". Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

SWIGGERS, P. (1984). *Les Conceptions Linguistiques des Encyclopédistes*. Louvain, Verlag.

A CONTRIBUIÇÃO DE APOLÔNIO DÍSCOLO

Maria Helena de Moura Neves
FCL-C.Ar.UNESP / CNPq

Apolônio Discolo viveu na primeira metade do século II d.C., na época de Adriano e Antonino Pio. Ele e seu filho Herodiano, cuja obra se perdeu, foram considerados os gramáticos mais importantes da sua época. Segundo Paulys Wissowa (1905, s.v. Apollonius, 81), repetido por Sandys (1915, p.80), Apolônio teve suas opiniões reconhecidas como de autoridade, por toda a Idade Média e até o pleno Renascimento, com Teodoro de Gaza (1400-1475) e Constantino Lascaris (1434-1501). E em toda a tradição gramatical do Ocidente, mesmo modernamente, se repetiram suas idéias e procedimentos. Botas (1987, p. 61) cita a *Gramática de la lengua castellana* de Nebrija, que abre o seu Livro IV, sobre sintaxe, do mesmo modo que Apolônio abre a sua obra *Da sintaxe*, afirmando que em obras anteriores já havia tratado a doutrina relativa às palavras, separadamente, e que passava ao estudo do relacionamento entre elas, ou seja, ao estudo da sintaxe. Segundo Botas (1987, p. 62) um comentarista dirá que Nebrija está traduzindo Prisciano; mas sabemos que Prisciano a tal ponto repetiu Apolônio que sua obra *Institutiones grammaticae* é considerada fonte para estudo do gramático alexandrino.

A obra de Apolônio é extensa. Parece que ele tratou praticamente todos os fatos de língua. Realmente, dizer que a ele se deve atribuir, especialmente, a introdução da sintaxe nos estudos gramaticais não significa entender que ele estudou apenas a combinação dos termos. Ele tratou: questões diacrônicas (*Dos acidentes*, onde se estudam alterações que afetam a forma das palavras, como a apócope, a sinérese, etc.); questões estilísticas (*Das figuras*; *Das figuras homéricas*); tratou, ainda: a ortografia (*Da ortografia*); a prosódia (*Da prosódia*); os dialetos (*Das dialetos dórico, jônico, eólico, ático*). E tratou tanto os elementos (*Dos elementos*) quanto as partes da oração, (*Da divisão das partes do discurso*; *Dos nomes*, *Dos verbos*, *Dos participios*, *Do artigo*, *Do pronome*; *Da preposição*; *Dos advérbios*; *Das conjunções*).

O que temos de Apolônio Discolo para estudo, porém, são apenas quatro obras: *Do pronome*, *Das conjunções*, *Dos advérbios* e *Da sintaxe das partes do discurso*¹. Mas sua doutrina se reconstitui facilmente com a leitura de Prisciano, que, como observei acima, o cita e retoma em toda a sua obra. Lembre-se que Prisciano diz claramente que segue a autoridade de Apolônio (*Institutiones grammaticae* XVII 1 e 2: "in plerisque Apollonii auctoritatem sumus secuti"). E sabemos, pela leitura de Apolônio, que Prisciano, muitas vezes, na verdade, o estava traduzindo, simplesmente. Além disso, Apolônio se repete bastante na exposição de seus princípios, o que tem

permissão apontarem-se as regras de seu método. Algumas delas são, segundo Egger (1854), que Neves (1987, p. 119-120) resume, as seguintes:

• Para classificar ou definir uma palavra, leva-se em conta a forma, ou o som, e o sentido (*Dos advérbios*, p. 529). Sendo o sentido, unido ao papel das palavras na frase, que determina a que classe a palavra pertence, é o sentido que tem prevalência sobre a forma (*Do pronome*, p. 85; *Da sintaxe* I,19; *Dos conjunções*, p.480,481; *Dos advérbios*, p. 564,575). Entretanto, a forma é um índice útil e nela o que mais importa é a terminação (*Da sintaxe* II,2; *Do pronome*, p. 36, 39,46,81).

- O fato de uma palavra se empregar, às vezes, por outra não significa que ambas sejam a mesma parte do discurso (*Do pronome*, p. 6,7,80).

- Um emprego accidental (sentido figurado) não decide da atribuição de uma palavra a uma determinada classe (*Da sintaxe* I,21; *Do pronome*, p. 88). Também não prova nada a simples variação de forma ou de acentuação (*Dos advérbios*, p. 544,575). às vezes, pelo sentido que se lhes dá, algumas palavras passam de uma classe a outra (*Da sintaxe* II,8; II, 12; *Dos advérbios*, p. 592,593).

- Não há regularidade completa na gramática; ela não tem séries completas (*Do pronome*, p. 63,91,14; *Da sintaxe* II,29; III,30).

Apolônio Discolo deixa sempre clara sua intenção de compor uma obra de sistematização completa, abrangendo todo o conjunto de fatos gramaticais. No seu livro *Da sintaxe*, ele faz entender que oferece um instrumento de consulta seguro para as questões sintáticas: "a presente investigação sobre a congruência sintática servirá para corrigir quaisquer erros no âmbito da oração". (I,60). Diz, ainda, que alguns estudiosos apenas amontoam exemplos, não oferecendo o estudo sistemático (*Idem emmethódos lógon*) (II,113) que ele apresenta.

Na verdade, o importante lugar que Apolônio Discolo ocupa na história das idéias gramaticais no Ocidente assenta-se, especialmente, no seu tratamento da sintaxe, que até então não merecera a atenção dos gramáticos alexandrinos. No manual de Dionísio o Trácio, por exemplo, a sintaxe está totalmente ausente, já que o que constitui objeto de investigação não é o relacionamento dos termos do discurso, mas, sim, o seu isolamento, com vistas a uma classificação e ao estabelecimento de paradigmas. Em Apolônio, pelo contrário, a sintaxe abarca todos os níveis, uma vez que a língua é considerada uma série de elementos relacionados, e a sintaxe é vista como o conjunto de regras que regem a síntese dos elementos.

O próprio estudo dos chamados elementos (as vogais e as consoantes) vem abrigado no livro *Da sintaxe*, embora se deva supor que ele estivesse também abrigado no livro específico sobre os elementos, que, entretanto, se perdeu. E no *Da sintaxe* o que se vê é a teoria dos elementos considerada paralelamente à teoria das partes do discurso. O percurso, que vem resumido em Neves (1987, p. 130-131), é o seguinte: Os elementos indivisíveis da linguagem se unem em ordenação regular para a formação das sílabas; assim também, as sílabas, para a formação das palavras; da mesma maneira, os conceitos que estão nas palavras entram em construção, se encaixam como dentes de um engenho, para a formação de frases (*lógon*) (I,2), embora haja exceções

6.o) a preposição: não pode ser enunciada antes das partes do discurso anteriormente nomeadas, porque "por origem é posterior" a elas, já que existe para se lhes antepor, seja por composição (síntesis) seja por simples aproximação (paráthesis) (I,26);

7.o) o advérbio: é uma espécie de adjetivo do verbo; e, do mesmo modo que o verbo é segundo do nome, o advérbio é segundo da preposição, a qual precede o nome (I,27).

8.o) a conjunção: é a última das partes do discurso (I,28), porque nada poderia significar sem "a matéria (hyle) das palavras".

Essa classificação já distingue, pois, palavras essenciais e palavras acessórias.

Essa preocupação de ver arranjo (σύνταξις) em todos os níveis da língua não significa que não seja a oração o domínio considerado específico da sintaxe, na obra de Apolônio. Com efeito, o objetivo último do estudo da sintaxe é a "oração completa" (αυτοτέλης λόγος), na qual existe aquela congruência, ou coerência (καταλληλιότης), que só a junção de nome e verbo obtém. A sintaxe por excelência é, pois, a σύνταξις του λόγου.

Ao mesmo tempo que diz que o αυτοτέλης λόγος se constitui da "congruência dos significados" (*Da sintaxe* I,2; IV 16), Apolônio afirma que a congruência ou a não-congruência gramatical não reside nos conteúdos, mas na construção das palavras (σημεία σύνταξεως τὸν λέξεων), que vão tendo sua forma adequadamente transformada, enquanto mantêm os conteúdos básicos (*Da sintaxe* III,10). A congruência da oração deriva, pois, da adequação formal (κατὰ φωνήν) (*Da sintaxe* III,27) dos elementos da oração, segundo os acidentes: gêneros, números, casos e pessoas (*Da sintaxe* III,13). Vêm somadas, na verdade, na oração, as determinações dos elementos formais das palavras (κατὰ τὰς ἰδιὰς θέσεις), que são as determinações da seqüência adequada (ἀκολουθία) (*Da sintaxe*, III,22) e as determinações do significado/da função, que são as determinações da congruência do conjunto.

Na verdade, segundo a primeira das regras do método de Apolônio citada no início deste trabalho, há dois níveis que devem ser considerados, o do conteúdo e o da forma. Merece referência, aqui, sua discussão da oposição entre, de um lado, construções em que existe uma conexão incongruente de palavras, um "solecismo" e, de outro lado, construções que são congruentes mas abrigam impropriedades referenciais. Um exemplo do primeiro caso é ele ofende: falta dizer, aí, a quem, isto é -diríamos- falta um argumento do verbo; um exemplo do segundo caso é ele me pegou, em referência a uma mulher; desse último exemplo diz Apolônio que a oração em si mesma é correta, o equívoco está na "dêixis" efetuada pelo pronome (*Da sintaxe* III, 9-10). Na verdade, está aí uma distinção entre gramaticalidade e aceitabilidade da frase.

Nas relações oracionais, é fundamental a διάθεσις, a "disposição" dos corpos em relação à ação: o ser como agente ou como paciente. Porque o que os nomes designam são os corpos (concepção que já estava na tradição gramatical), e, como diz Apolônio, é próprio dos corpos o atuar e o sofrer (τὸ διατιθέναι καὶ τὸ διατίθησθαι). É deles que nasce a propriedade dos verbos, isto é, a ação e a paixão. Atividade e passividade marcam, pois, as relações dos nomes com os verbos: à primeira corresponde o nominativo como caso do sujeito (agente); à segunda corresponde o acusativo como

caso do objecto (paciente). Essa relação se mantém mesmo se a diátese (a "disposição") é mudada. Isto é, se se passa da construção ativa para a passiva. Diz Apolônio que "as ações inerentes ao nominativo-sujeito se dirigem quase sempre sobre um acusativo-objecto, dando lugar, em consequência, à pessoa agente e à paciente (por exemplo, "te golpeio", "te honro"), passando, na passiva, as pessoas pacientes a nominativo e as agentes a genitivo com *hypó*". (*Da sintaxe* III,159). O que ele afirma, pois, é que as relações semânticas básicas não se alteram mesmo que se disponham diferentemente os termos da oração. Outra observação interessante é que há verbos que intrinsecamente significam passividade, e, portanto, não admitem a formação de passiva, como *ophthalmiô*. ("poder da vista") (*Da sintaxe* III,150). Ainda outra afirmação, no que diz respeito à questão das vozes verbais, é a de que um verbo que se construa com sujeito no nominativo, mas não traga um complemento, não pode ser enunciado na passiva (*Da sintaxe* III, 157). Entretanto, um mesmo verbo que aparece construído com acusativo (podendo, pois, apassivar-se) pode aparecer usado absolutamente (ex.: *ele lê*), nesse caso equivalendo a um intransitivo (e não podendo, pois, apassivar-se) (III, 156).

Liga-se à grande atenção dada às relações de atividade e passividade a posição de Apolônio quanto à consideração de estatuto do infinitivo, que, para ele, tem caráter verbal, diferentemente do que diz ele- indicavam algumas concepções anteriores, que colocavam esse elemento na classe dos advérbios (*Da sintaxe* III,55), sob alegação de que ele não faz indicação da disposição mental, dos números e das pessoas. Para Apolônio, a propriedade fundamental do infinitivo é indicar a diferença de tempo e de voz (III,60); o próprio dele é indicar atividade e passividade (I,16). Ele só exprime o fato, que é único e invariável, sem pessoas, o que as pessoas fazem é tomar parte no ato indicado pelo verbo. E são as pessoas que possuem número e disposições de alma, não o infinitivo. O infinitivo é, na verdade, para Apolônio Discolo, o verbo por excelência, "o modo mais geral" (*Da sintaxe* III,59), sem acidentes: número, pessoa e disposição de alma. Todos os modos que existem são "espécies" desse modo mais geral, o infinitivo (III,60).

Se o nome e o verbo são os elementos fundamentais na congruência da oração, resta às outras palavras uma catalogação dependente de seu funcionamento em relação àquelas palavras essenciais: "As demais partes da oração entram em relação sintática seja com o verbo seja com o nome, e daí recebem sua denominação". Podem-se detectar em Apolônio Discolo três categorias de agrupações sintáticas propostas para as palavras que entram em relação com o nome e/ou o verbo, já que "é preciso considerar em cada uma delas a que se usa com e a que se usa em substituição ao nome e ao verbo, ou, ainda, em ambas (as funções)" (*Da sintaxe* I,36). Os exemplos dados para essas palavras ao mesmo tempo com (acompanhantes, periféricas) e pro (substitutas) são: "os pronomes, que se usam em lugar dos nomes e com os nomes, e os participios, que se usam em lugar dos verbos e com os verbos" (*ibidem*). Essa "substituição" se refere à possibilidade de funcionamento no mesmo ponto do enunciado. Assim, da possibilidade de substituição do nome diz Apolônio que a oração continua perfeita se se substitui o

nome sujeito por um pronome (*Da sintaxe* I,15). Da exposição de Apolônio, pode-se chegar à seguinte classificação das relações das palavras com nomes e/ou verbos:

1. Relação com: - artigo → nome/ verbo (o infinitivo)

(e com qualquer outra palavra, "contanto que dela não se indique mais que a forma pura e simples"; um exemplo é ho mén, que constitui um sintagma formado pelo artigo definido seguido de uma simples partícula);

- nome → verbo;

- verbo → advérbio.;

2. Relação pro: - pronome → nome.

3. Relação com e pro: - pronome → nome

- participio → verbo.

O nome, representando a ousia, não se constrói com as outras palavras; são elas que se constroem com ele. Daí que, por exemplo, não se estude a *sintaxe do nome* por si, mas a *sintaxe do artigo em relação ao nome*, assim como em relação ao pronome e ao verbo/infinitivo (relação com). Por isso, o primeiro lugar no estudo da *sintaxe das partes do discurso* cabe ao artigo: ele precede o nome. Na verdade, a *sintaxe do artigo* é discutida no Livro I do *Da sintaxe*, logo após a determinação do número e da ordem das partes do discurso (na qual se atribui precedência ao nome e ao verbo). A seguir (Livro II) vem tratada a *sintaxe do pronome*. O Livro III começa com as regras de "congruência" e suas exceções, e, em seguida, trata a *sintaxe do verbo*. O Livro IV, do qual nos resta uma pequena parte, inclui a *sintaxe das preposições, dos advérbios e das conjunções*.

Ao mesmo tempo que trata a *sintaxe dos termos da oração*, Apolônio Discolo vai oferecendo sua teoria das classes de palavras.

O estabelecimento do estatuto do nome e do pronome se baseia numa distinção entre as duas classes e na sua colocação em distribuição complementar. Observe-se, inicialmente, a indicação de Apolônio de que o pronome, tendo todas as pessoas, supre, na construção, o nome, que só é de terceira pessoa (*Da sintaxe* I,18); entretanto, o pronome de terceira pessoa não é supérfluo (*Da sintaxe* I,19); na verdade a natureza de nome e a de pronome são diferentes: ambos indicam a existência (ousia), mas o nome expressa, além da essência, também a qualidade (poiotes) (*Da sintaxe* I,120; II,47; II,24; I,138; *Do pronome*, p. 293). Para Apolônio, a coisa, na verdade, se designa por meio de suas qualidades, e essa indicação nada mais representa do que atribuir-se ao nome a propriedade de uma definição descritiva. O pronome (classe que inclui apenas os pessoais, os possessivos e os demonstrativos), por sua vez, indica a coisa de dois modos: com a coisa presente (deixis) ou com a coisa ausente (anaphora). O pronome sempre determina as pessoas, porque, se há deixis, o que é mostrado é, por isso mesmo, determinado, e se há relação (anáfora), supõe-se uma noção pré-existente, isto é, algo já determinado. (*Do pronome* p.10). Essa propriedade de determinar os objetos nem o nome próprio possui, já que, pela homonímia, um mesmo nome pode aplicar-se a mais de uma pessoa (*Da sintaxe* I,121; *Do pronome*, p. 10).

O estudo do artigo constitui uma das partes mais importantes na obra de Apolônio, ocupando todo o Livro I do *Da sintaxe*. A base de sua teoria é considerar o artigo como o elemento que se coloca diante de palavras cujo sentido é bem determinado no espírito de quem fala. A *anaphoré* ("relação") é considerada, pois, a característica básica do artigo (tanto o protático -hoje, "artigo definido"- como o hipotático -hoje, "pronomes relativos") (*Da sintaxe* I,25). Apolônio insiste sempre nessa "relação" (*Da sintaxe* II,10; I,43; I,58; IV,59; *Do pronome*, p. 6, 10, 16). Tal consideração, que é muito fecunda, contraria o ponto de vista -que é dos estóicos e é de Dionísio o Trácio- de que o artigo é um meio de distinguir os gêneros. Para Apolônio (*Da sintaxe* I,38), isso é um erro, já que nenhuma parte do discurso tem como função resolver a ambigüidade de outra. Diz ele que a distinção dos gêneros pode muito bem ficar clara sem o uso do artigo, e, por outro lado, pode também não ficar clara com seu uso, o que prova que essa não é sua função (*Da sintaxe* I,40). Se um nome tem gênero duvidoso, a ambigüidade se resolve no conjunto da construção. Por outro lado, algumas formas do artigo (por exemplo, as do genitivo plural) são iguais para os diversos gêneros. E, finalmente, se a função do artigo fosse essa, ele só se colocaria antes dos nomes de gênero duvidoso (como *theós*, "deus" ou "deusa"), e os nomes que marcassem claramente seu gênero não teriam artigo (*Da sintaxe* I, 40). Quanto à diferenciação entre os dois tipos de artigo (o protático e o hipotático, que ele coloca na mesma classe exatamente pelo caráter de "anáfora" de ambos), diz Apolônio que ela não é apenas de forma e colocação, mas é também sintática: o artigo protático e o nome que ele acompanha formam frase com o mesmo verbo; o hipotático requer outro verbo (*Da sintaxe* I,142).

Outro importante estudo de Apolônio Discolo se refere à classe das conjunções, às quais ele atribui um significado que não é autônomo, isolado, mas obtido a partir das relações que elas estabelecem. Assim, a conjunção não somente significa (*semánci*) (diferentemente do que julgava Dionísio o Trácio), como co-significa (*synsemánci*), isto é, tira seu significado da relação (*Da sintaxe* I,12).

Voltemos, finalmente, à consideração de Apolônio sobre o modo de decisão na classificação das palavras, a qual constitui, na verdade, uma das regras de seu método que indiquei no início. Para ele, as palavras, "transferidas de sua função sintática", podem "cumprir as funções específicas de outras, adotando a denominação delas" (*Da sintaxe* II, 33). Diz ele, em última instância, que é o uso contextual que determina a que classe pertence a palavra que ali está. Os participios, por exemplo, embora designando, de início, uma ação, podem construir-se como substantivos (*Da sintaxe*, I,122-123: II,33); e, inversamente, nomes (certas formas neutras de plural) constroem-se como advérbios (que ele chama de "advérbios de origem nominal") (*Da sintaxe* II,33).

Concluindo, devemos dizer que Apolônio Discolo não oferece uma gramática filosófica, especulativa, mas um trabalho filológico, na linha dos alexandrinos, que freqüentemente ele cita. A finalidade do livro *Da sintaxe* é, declaradamente, a necessidade de interpretação das obras literárias. Apolônio assenta sua doutrina exclusivamente sobre a observação da língua grega. Seus princípios e regras foram

buscados, segundo o que ele diz (*Da sintaxe* I,60 e *Do pronome*, p.91) na observação da linguagem em sua tradição, partindo de uma pluralidade de exemplos e considerando, especialmente, a analogia das formas entre si. Com efeito, ele contrasta a aprendizagem isolada das formas das palavras com a aprendizagem "do acervo da tradição literária helênica e da analogia que lhe é inerente" (*Da sintaxe*, I,60). Mas deveria ser objeto de análise "a língua comum, qualquer que seja, ou a mais fina composição em prosa", já que a sintaxe poética se permite elipses e pleonasmos (*Da sintaxe* II,49). Assim, Apolônio baseia-se nos textos, mas afirma que, para prescrever formas, não se apóia só no uso, mas também nas razões expostas (*Da sintaxe* III, 46). Na verdade, Apolônio Discolo não fica na superfície dos fatos; com efeito, diz ele que quem não busca as causas dos fatos e não oferece uma teoria que mostre a congruência e as suas transgressões, apenas se conforma com os textos transmitidos e permite que eles sejam corrompidos. (*Da sintaxe* II,59).

NOTAS

1. As obras supérstites de Apolônio Discolo estão editadas por B.G. Teubner, em *Grammatici graeci*, 1867-1910, com aparato crítico e comentários de G. Uhlig e G. Schneider. As obras *Das conjunções* e *Dos advérbios* também estão editadas por I. Bekker, em *Anecdota graeca*, 1965. Nessa edição se encontram, ainda, os escólios sobre Dionísio o Trácio

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras citadas

- BEKKER, Immanuelis - *Anecdota graeca*. Graz, Akademische Druck u. Verlagsanstalt, 1965.
- BOTAS, Vicente Bécares- Apolônio Discolo. *Sintaxis*. Introducción, traducción y notas. Madrid. Editorial Gredos, 1987.
- EGGER, E. - *Apollonius Dyscole*. Éssai sur l'histoire des théories grammaticales dans l'antiquité. Paris, Auguste Durand, 1854.
- NEVES, Maria Helena de Moura- *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, Hucitec-Ed. Universidade de Brasília/Fapesp, 1987.
- PAULYS-WISSOWA - *Real Encyclopädie der classischen Altertumwissenschaft*. Stuttgart, J.B. Metzlersche. Buchhandlung, 1905.

UMA LEITURA AUTO-SEGMENTAL DAS SUBSTITUIÇÕES CONSONANTAIS NA AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS

Carmen Lúcia Matzenauer Hernandorena
Universidade Federal de Pelotas

O processo de aquisição da linguagem tem-se evidenciado uma área de fundamental relevância na consideração e sustentação de aspectos relativos à teoria lingüística. Ao tratar-se do componente fonológico, tem-se verificado que os diferentes processos fonológicos identificados nos diversos estágios de aquisição da língua, assim como as regularidades observadas nesse curso de desenvolvimento, podem ser eloqüentes explicitações tanto da natureza e do funcionamento do sistema, como da validade de modelos lingüísticos propostos para descrevê-lo e explicá-lo.

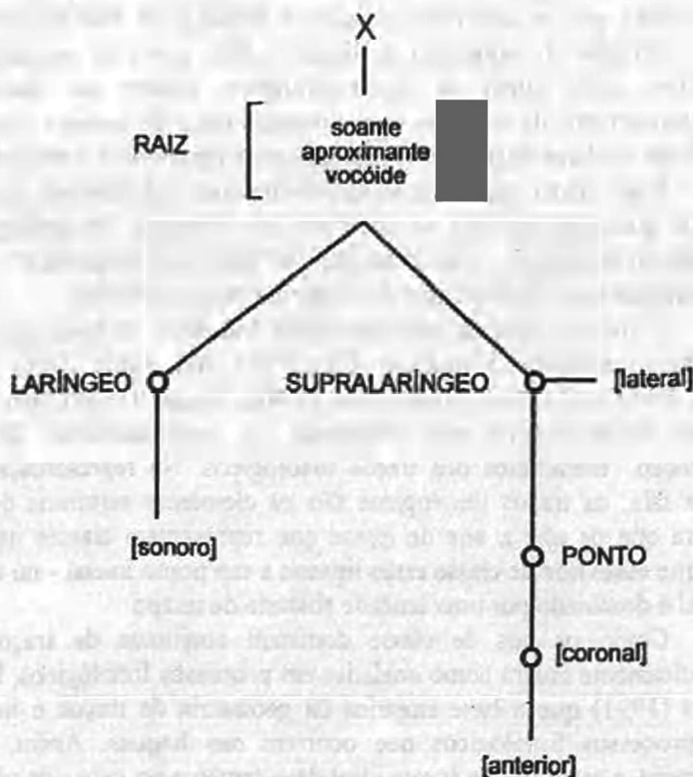
Neste texto, registram-se as substituições consonantais livres de contexto que regularmente se observam no processo de aquisição da fonologia do Português - aqui chamadas de "substituições-padrão" - e faz-se uma análise com fundamentos da fonologia auto-segmental.

O modelo teórico enfocado neste trabalho - a fonologia auto-segmental -, conforme apresentam Clements (1985, 1989, 1991), Sagey (1986), Archangeli (1985), Pulleyblank (1988), Mester (1988), tem, como um dos embasamentos mais relevantes, o reconhecimento de uma organização hierárquica dos traços fonológicos. Na representação dos sons da fala, os traços fonológicos são os elementos terminais de uma estrutura que os une a nós de classe que representam classes naturais, sendo que esses nós de classe estão ligados a um ponto inicial - nó de raiz -, o qual é dominado por uma unidade abstrata de tempo.

Como os nós de classe dominam conjuntos de traços que sistematicamente atuam como unidades em processos fonológicos, lembra Wetzels (1991) que a base empírica da geometria de traços é formada pelos processos fonológicos que ocorrem nas línguas. Assim, como decorrência, a estrutura de árvore ideal deve também ser capaz de oferecer um procedimento de avaliação que possa distinguir regras fonológicas naturais de regras não naturais: as regras que se referem a traços

individuais ou a nós de classe são mais naturais do que as regras que se referem a conjuntos arbitrários de traços.

Nessa teoria, portanto, sob os nós estruturais devem ficar os conjuntos de traços que são solidários em regras fonológicas. Ao mesmo tempo, há o entendimento de que cada traço também pode ser manipulado independentemente. Para a verificação das implicações desse fato, no presente trabalho parte-se da geometria de traços que aparece na Fig. 1, a qual registra traços que são pertinentes na análise dos dados deste trabalho.



Ao se voltarem os estudos para a aquisição da fonologia, tem de ser destacado que, embora seja incontestável que as crianças podem apresentar grande variação não só quanto à idade em que se tornam capazes de realizar sons e usar fonemas, mas ainda quanto à ordem na qual essas unidades são empregadas, o que a literatura tem verificado é a também incontestável existência de regularidades nesse encaminhamento gradual em direção ao sistema fonológico considerado alvo a ser atingido.

A observância dos processos fonológicos que se mostram como regularidades no decorrer da aquisição da fonologia pode ter implicações quanto à sua naturalidade e quanto a uma geometria de traços que possa explicitar essa naturalidade.

Os dados da aquisição da fonologia aqui interpretados são de 134 crianças, com idade entre 2:0 e 4:3, falantes de Português, monolíngües. Os sujeitos foram divididos em 14 faixas etárias (FE), englobando, cada uma, o período de 2 meses.

Adotando-se o percentual de 85% como critério de aquisição, consideraram-se substituições de alta frequência todas aquelas registradas numa percentagem acima de 15%. A essas decidiu-se chamar "substituições-padrão" na aquisição do Português, porque integraram o desenvolvimento fonológico de 100% dos sujeitos da pesquisa até a FE-3 (até 2:5) e 95% dos sujeitos até a FE-8 (até 3:3).

As substituições-padrão - que apresentaram percentual superior a 15% e que, portanto, efetivamente alteraram os sistemas fonológicos das crianças - foram apenas 14, conforme mostra a Tabela 1. A tabela explicita também a faixa etária mais alta em que cada substituição ocorreu num percentual superior a 15%.

TABELA 1 - Substituições-padrão na aquisição da fonologia do Português

SUBSTITUIÇÕES	FE	SUBSTITUIÇÕES	FE
(1) b → p	1	(8) _ → z	até 12
(2) g → k	1	(9) _ → š	1-6-10
(3) k → t	1	(10) l → y	1-2
(4) š → š̃	1	(11) _ → l	até 5
(5) z → _	até 4	(12) _ → y	até 5
(6) z → s	10	(13) r → l	até 9
(7) š → s	até 12	(14) r → y	até 6

Observando-se essas substituições com base na fonologia linear clássica, verifica-se que os segmentos envolvidos em cada uma delas são semelhantes, uma vez que diferem por poucos traços, sendo que, num percentual majoritário dos casos, os segmentos envolvidos na substituição diferem por apenas um traço. Explicar-se-iam, pois, as substituições com base na métrica de simplicidade: com base no número de traços necessários para a descrição das regras que as representam. A partir desse argumento, poderiam não ser consideradas naturais algumas das substituições que se registram na classe das líquidas (como, por exemplo, a substituição l → y), quando se reconhece serem essas substituições comuns nas línguas e no processo de aquisição de diferentes línguas.

Com essa fundamentação, o que seria possível também concluir-se diz respeito à existência de uma distinção - nos dados referidos na Tabela 1 - entre as substituições que envolvem consoantes com o traço [- soante] e as que contém o traço [+ soante], pois as substituições registradas com consoantes do último tipo tendem a alterar um número maior de traços. Esse fato pode apontar um comportamento diferenciado das consoantes no tocante a substituições, em se tratando do traço [soante].

Diferentemente, ao se observarem essas substituições à luz de um modelo que estabeleça uma hierarquização entre os traços, uma nova leitura tem de ser feita. Pelos princípios que norteiam essa organização hierárquica, desde logo tem de focalizar-se a natureza do(s) traço(s) alterado(s) na substituição, a posição que ocupa(m) na geometria dos traços e, conseqüentemente, as relações (de dependência ou de independência) que mantêm como os outros traços de todo o conjunto.

Tendo como base a geometria de traços adotada neste trabalho e retomando a separação das consoantes quanto ao traço [soante], vê-se que as substituições-padrão na aquisição do Português que envolveram as consoantes com a propriedade [- soante] implicaram a alteração de traço(s) de natureza específica, o que resultou ser atingido um único nó de classes:

- 1º) as substituições (1) b → p, (2) g → k, (6) z → s, (9) _ → š atingiram o *nó laringeo*;
- 2º) as substituições (3) k → t, (4) s → š, (5) z → _, (7) š → s e (8) _ → z atingiram o *nó de ponto*.

Esse dado inicial já vem ao encontro do reconhecimento pela fonologia auto-segmental não só da hierarquia dos traços, mas dos variados graus de independência entre eles, representados pelas categorias de ramificações.

As substituições do 1º grupo acima representam regras fonológicas que afetam um traço laringeo - o traço [sonoro] -, sem afetar qualquer traço de outra natureza. Por essa independência do nó laringeo, pode-se entender o fato de esse tipo de regra ser aplicado por muitas crianças até idade bem mais avançada no processo de aquisição (FE-10 - 3:6, 3:7).

As substituições do 2º grupo, ao atingirem o nó de ponto, na verdade afetam todas (com exceção da nº (3)) somente o traço [anterior], que é entendido por Clements, Pulleyblank e Mester como uma subcategorização do traço [coronal], no sentido de que dele é dependente.

Se esse modelo de traços retrata a produção da fala, como refere Clements (1985), e as relações mútuas entre as ações simultâneas nela envolvidas, o fato de o traço [anterior] mostrar-se uma subcategorização de um outro traço ligado ao nó de ponto (o traço [coronal]) pode representar uma ação periférica que ele traduz na composição do

segmento que apresenta a propriedade de ser [+ coronal]. Esse fato pode conduzir à explicação de as substituições (7) $\xi \rightarrow s$ e (8) $_ \rightarrow z$ constituírem a regra de aplicação mais prolongada no processo de aquisição da fonologia do Português (até a FE-12 - 3:10, 3:11). Ou, por outro lado, a ocorrência freqüente e prolongada dessas substituições pode significar a explicação da subcategorização do traço [anterior] em relação ao traço [coronal] em razão do fato de que apenas a coronalidade seria, num primeiro momento, adquirida pela criança - o traço [coronal] é o não-marcado para a categoria de ponto -, ficando a distinção quanto ao traço [anterior] para uma etapa subsequente.

Com referência à substituição (3) $k \rightarrow t$, ainda aqui não analisada, essa também atinge o nó de ponto, pois altera os traços [coronal] e [anterior]. O que se tem é a alteração de apenas um traço ligado ao nó de ponto - o traço [coronal] - com a conseqüente modificação do valor de seu dependente. O fato de essa substituição representar uma regra cedo descartada no processo de aquisição da fonologia (já na FE - até 2:1), diferenciando-se das outras há pouco referidas, talvez se dê exatamente por constituir a alteração de um traço mais elevado na ramificação do agrupamento hierárquico dos traços ou, melhor ainda, por implicar a modificação de um traço não-marcado.

No tocante às consoantes que apresentam o traço [+ soante], vê-se, na Tabela 1, que são representadas pelas substituições numeradas de (10) a (14), sendo que atingem especificamente a classe das líquidas. Como grande diferença das substituições-padrão há pouco discutidas, estas podem implicar também a alteração de traços diretamente ligados ao nó supralaríngeo - o que efetivamente ocorre, envolvendo o traço [lateral], como se verifica nas substituições (10) $l \rightarrow y$, (12) $_ \rightarrow y$ e (13) $r \rightarrow l$ - e, mais ainda, as substituições com líquidas podem implicar problemas com traços integrantes da própria raiz: é um problema com os traços [aproximante] e [vocóide] que se verifica nos chamados processos de semivocalização das líquidas. Esses processos, cuja freqüência é alta na aquisição de diferentes línguas - conforme referem, entre outros, Locke (1983), Stoel-Gammon & Dunn (1985) e Ingram (1989) -, representam, segundo Wetzels (1992), uma distinção adquirida tardiamente, pelas

crianças, entre os traços [aproximante] e [vocóide]. O problema, nesse caso, seria mais de categorias maiores do que da própria geometria.

Um fato que também tem de ser referido é que essas substituições, como as da classe [- soante], quando implicaram a alteração de um traço do nó de ponto, tiveram afetado especificamente o traço [anterior]: foi o que ocorreu nas substituições (10), (11) e (14).

Retomando-se todas as substituições-padrão na aquisição da fonologia do Português que afetaram traços do nó supralaríngeo - (3), (4), (5), (7), (8), (10), (11), (12), (13) e (14) -, pode-se verificar que os segmentos afetados apresentam o traço [+ coronal] e, quando tiveram o nó de ponto atingido, houve alteração do traço [anterior]. Esse comportamento pode levar à corroboração mais uma vez de que o traço [anterior] é dependente do [coronal], como também pode ser indicio de que as consoantes coronais são subespecificadas⁽²⁾ quanto ao traço [anterior], isto é, na subiacência não são especificadas quanto a esse traço. Essa posição - que exige, sem dúvida, maior estudo - explicaria a razão por que as substituições $\xi \rightarrow s$ e $_ \rightarrow z$ são as últimas eliminadas no processo de aquisição da fonologia do Português.

O que se observa neste estudo preliminar é que os aspectos aqui levantados vêm comprovar a organização hierárquica dos traços na composição da estrutura dos sons da fala, como também mais uma vez vêm mostrar o poder explicativo da fonologia auto-segmental. Ao lado desses pontos, pode concluir-se que, por esta análise, fica também explicitada a naturalidade das regras aplicadas durante o processo de aquisição do Português, o que, numa implicação de reciprocidade, pode atribuir à geometria de traços mais uma evidência de sustentação no que se refere aos graus de independência fonológica encontrados entre os traços como também no tocante à solidariedade dos traços agrupados em nós estruturais. Se a organização da fala é a organização do conhecimento fonológico, o processo de aquisição da linguagem pode testemunhar que esse conhecimento se faz gradativamente, com interferência tanto do fato de os traços poderem ser manipulados independentemente como do seu funcionamento solidário em determinadas regras fonológicas.

REFERÊNCIAS

- ARCHANGELI, D. (1985) Yokuts Harmony: evidence for coplanar representation in nonlinear phonology. *Linguistic Inquiry* 16.
- CLEMENTS, G. N. (1985) The geometry of phonological features. In: *Phonology Yearbook*, 1.
- CLEMENTS, G. N. (1989) *On the Representation of Vowel Height*. Preliminary version.
- CLEMENTS, G. N. (1991) Place of articulation in consonants and vowels: a unified theory. In: *Working Papers of the Cornell Phonetics Laboratory*, 5.
- INGRAM, D. (1989) *First Language Acquisition: method, description and explanation*. Baltimore, University Park Press.
- LOCKE, J. (1983) *Phonological Acquisition and Change*. New York, Academic Press.
- MESTER, R. A. (1988) Dependent tier ordering and the OCP. In: Hulst, H. van der & N. Smith. *Features Segmental Structure and Harmony Processes (Part II)*.
- PULLEYBLANK, D. (1988) Vocalic underspecification in Yoruba. *Linguistic Inquiry*, 16.
- SAGEY, E. (1986) *The Representation of Features and Relations in Nonlinear Phonology*. PHD dissertation.
- STOEL-GAMMON, C. & DUNN, C. (1985) *Normal and Desordered Phonology in Children*. Baltimore, University park Press.

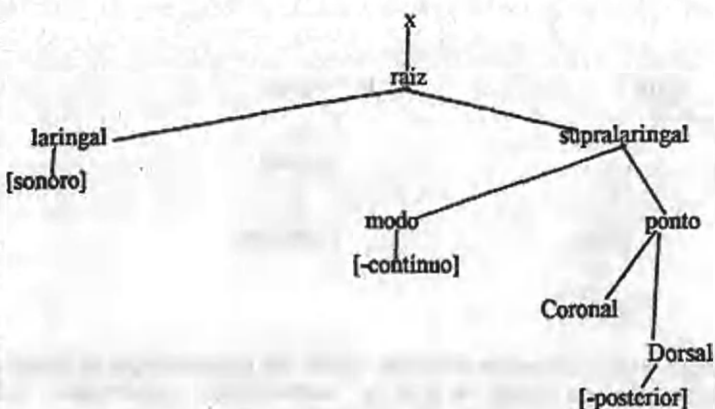
WETZELS, L. (1991) Uma análise não-linear das alternâncias vocálicas do sistema verbal do Português do Brasil. *Cadernos de Linguística*, 21.

WETZELS, L. (1992) Curso sobre *Análise auto-segmental do Português*. ABRALIN/44ª SBPC, São Paulo.

NOTAS

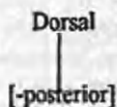
- (1) Os traços [soante], [aproximante] e [vocóide] são traços maiores, que integram a raiz: derivam diretamente dos traços fonéticos e nunca espriam (Wetzels, 1992).
- (2) Para maiores esclarecimentos sobre a "subespecificação" leia-se PULLEYBLANK (1988) - citado nas referências deste trabalho e ARCHANGELI (1984):
ARCHANGELI, D. (1984) Underspecification in Yawelmani Phonology and Morphology. PHD Dissertation.

(2)



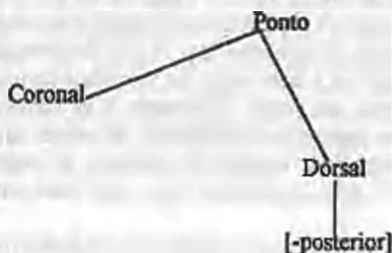
Nesta visão, a palatalização é concebida como resultante de um nódulo Dorsal mais o traço [-posterior], equivalendo a 3:³

(3)



associado ao nódulo de ponto do segmento, ainda que a Dorsal o traço [+posterior] também se ligue, apresentando como resultado um segmento complexo com dois articuladores:

(4)



No entanto, se o objetivo for expressar que na palatalização se dá a interação de uma articulação primária (coronal) com uma secundária³, essa abordagem é falha.

De acordo com Mester & Itô (1989, p. 286), (4) não expressa a relação estreita entre a palatalização e a coronalidade. A partir de uma análise de várias línguas,

Maddieson (1984, p. 38) observou que as coronais são mais suscetíveis à palatalização do que outras consoantes. Esta relação também é atestada por Keating (1988, p. 78), para quem, à luz da Geometria dos Traços, não há dificuldade para esta representação. Tal afinidade, entretanto, não se torna evidente pelo modelo acima, já que a coronal palatalizada apresenta o mesmo grau de complexidade que uma labial, como expresso em (5):

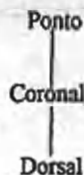
(5)



Por conseguinte, esta análise não tem o poder de mostrar que a palatalização das labiais, nas línguas em que ocorre, seja diferente da palatalização da oclusiva dental.

Uma forma adequada de considerar a conexão coronal-palatal, típica da palatalização da oclusiva dental, pode ser expressa pela ancoragem dos traços de palatalização no nódulo Coronal. Tal solução encontra justificativa na teoria da ordenação do tier dependente, desenvolvida por Mester (1986;1988), cuja idéia é que um traço ou nódulo possa ocupar certas posições diferentes na geometria do traço. Assim, pode-se assumir que Dorsal (agindo como [-ant]) é dependente de Coronal, porém, na ausência de um nódulo Coronal ele é automaticamente ligado ao nódulo Ponto. A palatalização da coronal, então, significa associar-se Dorsal ao nódulo Coronal, resultando:

(6)



que, por sua vez, diferencia-se da palatalização das não-coronais, como no caso da labial:

(7)



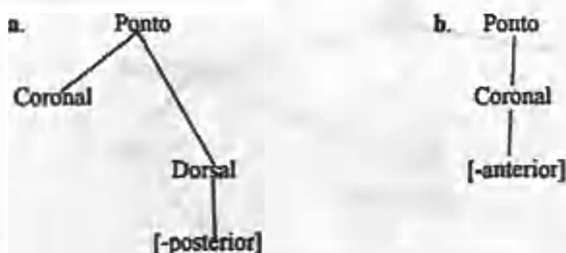
A partir das representações acima, é possível, segundo Mester & Itô (1989, p. 288), captar a assimetria entre a palatalização das coronais e das não-coronais.

Feito isto, cabe agora caracterizar o portador da palatalização como [-ant], dependente, por sua vez, de [coronal], segundo a localização da constricção no articulador passivo. Para McCarthy (1988), os segmentos que são coronais são produzidos com a lâmina ou ponta da língua, e os segmentos que são anteriores são produzidos com qualquer articulador, desde que possível fisicamente, apresentando uma constricção primária na parte anterior da região palato-alveolar. Assim, [+cor,+ant] caracteriza as labiais, e [+cor,-ant] caracteriza as palato-alveolares.

Outro aspecto acerca do traço [anterior] que vale a pena ressaltar é o fato de ser, em alguns casos, considerado problemático, isto porque não pode ser definido nem em termos acústicos nem em termos articulatórios. Além disso, [anterior] parece funcionar apenas em seu papel definicional de caracterizar as distinções de ponto; por si só, ele não caracteriza uma classe de segmentos do processo fonológico, conforme observam Kenstowicz & Kisseberth (1979, p. 230-48).

Admitindo que [anterior], não definido para outro ponto de articulação, ancore no nódo [coronal], aparentemente se chega a entender a palatalização como regra que opera com a coronalidade. Contudo, considerando que [-anterior] é, por definição, incapaz de expressar a palatalização das não-coronais, esta proposta prevê, incorretamente, que o portador da palatalização não ancore nos segmentos não-coronais. Isto, entretanto, é facilmente corrigido. Basta acrescentar que o portador da palatalização ainda não-associado a segmentos pode sofrer uma metamorfose radical, de modo que [-anterior] reapareça, como [-posterior], podendo associar-se às consoantes não-coronais. A este tipo de processo, dá-se o nome de reanálise (Sagey apud Mester & Itô, 1989, p.287). Assim, o que é fonologicamente uma coronal palatalizada, isto é, um segmento complexo, em (8a), é reanalisado em (8b) como álveo-palatal, ou seja, um segmento simples com [-anterior] dependente de Coronal.

(8)



Por conseguinte (8b), a proposta defendida, mostra que a palatalização da oclusiva dental é um processo que ocorre na área da coronalidade, convertendo /t,d/ [+anterior] em [t,d] [-anterior], ambos, porém, coronais.

A reflexão que, como se viu, pode auxiliar nessa compreensão, diz respeito ao fato de as coronais palatalizadas serem fonologicamente não-complexas, diferindo, portanto, das labiais e das velares palatalizadas (cf. 10ab, respectivamente). Tal consideração encontra respaldo se for considerada a máxima *Palatalização é Coronalização* (cf. Mester & Itô, 1989, p. 287). A idéia desenvolvida é que o gesto articulatório acrescentado consiste no levantamento da lâmina da língua. De forma geral, a coronalização consiste no acréscimo de um componente coronal, ou, se esse componente já existe, em seu apagamento ou aplicação no vazio, convertendo, por sua vez, [+anterior] em [-anterior].

3. A PALATALIZAÇÃO DA OCLUSIVA DENTAL EM PORTUGUÊS

A proposta de Mester & Itô, que não se coaduna com o modelo de traços do SPE, é de que o traço que caracteriza as vogais frontais esteja no nódulo Coronal, e não no nódulo Dorsal. Tal posição encontra argumentos convincentes em Clements (1976, p. 97-8), segundo o qual uma forma de captar o fato de que certas vogais e consoantes formam uma classe natural é ligá-las a uma categoria individual de traços. Assim, com base nos processos assimilatórios, as vogais posteriores e as consoantes posteriores pertencem à classe natural de segmentos [+posterior]; as vogais arredondadas e as consoantes labiais, à classe natural de segmentos [+labial]; as vogais frontais e as consoantes coronais pertencem a uma categoria de traço individual, onde o [+coronal] é o mais plausível.

No SPE, sem nenhuma discussão, as vogais frontais são excluídas da classe dos sons coronais. Contudo,

(...) se a vogal neutra é vista como [] (como é tradicional), então as vogais frontais, ou pelo menos, as vogais frontais não-baixas, recaem

automaticamente na definição de som coronal. Na verdade, a única forma de excluí-las desta categoria seria estipular que a própria vogal neutra é frontal... (Clements, 1976, p. 97)⁵

A única forma de caracterizar, consistentemente, a palatalização como assimilação, segundo Clements (1976, p. 97), é admitir que os traços que caracterizam as vogais frontais estejam no nódulo coronal.

Considerando que [i, y, e] são vogais frontais, cabe distinguir entre [i, y] e [e], já que é antes das primeiras, portanto, as frontais altas, que se dá a palatalização estudada, não antes da última.

Clements (1989a, p. 21) explora a idéia de que a altura da vogal tem a mesma estrutura formal da altura do tom. Sob esta perspectiva, as vogais são divididas em duas alturas primárias (altas e baixas), cujo traço, posto em termos de [aberto] está ligado ao nódulo de abertura, que, como outros traços relacionados à sonoridade, caracteriza o nódulo supralaríngeo:

Esta divisão cria um sistema de duas alturas como /i,a/ ou /i,u,a/. O registro mais alto (ou mais baixo) pode ser mais subdividido, dando sistemas com duas ou três alturas vocálicas, como /i,u,e,o,a/. Mais subdivisões criam quatro ou cinco alturas para as vogais. (Clements, 1989a, p. 21)⁶

O nódulo de abertura domina tantas aberturas (1, 2, 3) quantas forem necessárias para expressar as distinções de altura em uma língua. Assim, em um sistema de quatro graus de altura como o português, o que distingue a vogal frontal /i/ de /e/ é que a primeira é caracterizada sempre pelo traço [-aberto], enquanto a última, pelos traços [+aberto], [-aberto].

As regras de redundância relativas à altura da vogal são similares às exigidas pelos traços de sonoridade ([vocêide], [aproximante], [sonorante]) (cf. Clements, 1989a, p. 14-7), deixando bastante claro que a concepção hierárquica de abertura da vogal pode ser integrada à teoria da sonoridade de forma bastante natural. Assim, os traços de sonoridade ficam: [aberto], [vocêide], [aproximante], [sonorante]. Desses, o traço [aberto] é tão hierárquico quanto o [tom alto], e é capaz de subdivisões ilimitadas, restringidas apenas pelas limitações na habilidade humana para descrever as alturas vocálicas.

Cada divisão de [aberto] cria um novo passo na escala de sonoridade (...). Isto nos dá um conjunto expandido das escalas de sonoridade, diferindo de acordo com o número de ocorrências de [aberto] no nódulo de abertura. (Clements, 1989a, p. 24)⁷

A escala de sonoridade em uma língua com um sistema vocálico de quatro alturas é caracterizada assim:⁸

(9)

O	N	L	I	E	ε	A	
			-	-	-	+	Aberto 1
			-	-	+	+	Aberto 2
			-	+	+	+	Aberto 3
-	-	-	+	+	+	+	Vocóide
-	-	+	+	+	+	+	Aproximante
-	+	+	+	+	+	+	Sonorante
<hr/>							
7	6	5	4	3	2	1	Escala de Sonoridade

O = obstruinte, N = nasal, L = líquida, I = vocóide alto, E = vocóide médio fechado, ε = vocóide médio aberto, A = vocóide baixo.

O que se observa a partir deste exemplo é que os valores [aberto] são atribuídos apenas aos vocóides. Deduz-se, pois, que tais valores não funcionam como distintivos de consoantes, e que as consoantes não formam classes naturais com os vocóides [-aberto].

Para Clements (1989a, p. 25), uma forte alegação para o fato de a maioria das consoantes não carregarem os valores fonológicos dos traços de abertura resulta da observação de que elas, normalmente, não bloqueiam as regras de assimilação da altura da vogal. Visto que as consoantes não têm o nódulo de abertura, elas não são caracterizadas por [aberto], e são, portanto, transparentes às regras de assimilação da altura vocálica.

A substituição do traço [alto] por [aberto], segundo Clements (1989b, p. 25), integra este traço ao conjunto dos traços de sonoridade. Caso se utilizasse [alto] em vez de [aberto] para distinguir a vogal alta da vogal média e até da baixa, [alto] seria o único traço de sonoridade em que a especificação positiva corresponderia ao valor com o grau de sonoridade mais baixo.

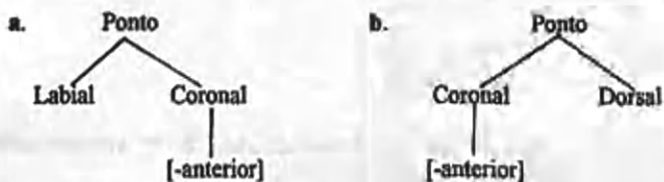
Com o nódulo de abertura dominando uma ou mais ocorrências do traço [aberto], podem ser feitas algumas provisões acerca dos possíveis tipos de regras fonológicas. Uma dessas provisões diz respeito às regras de assimilação de ponto, em que a posterioridade e arredondamento podem se espalhar, enquanto a abertura da vogal permanece a mesma.

Em relação à regra de palatalização, interessa observar que dos traços que caracterizam a vogal frontal diante da qual ocorre a palatalização, apenas se espalha o traço localizado no nódulo de ponto da vogal [+coronal], enquanto aquele que caracteriza a altura, [-aberto], localizado no nódulo de abertura, não está envolvido, uma vez que a palatalização é um processo de assimilação que envolve o ponto de articulação, mas não traços ligados ao nódulo de abertura (cf. 11).

Sob esta perspectiva, a palatalização das coronais é corretamente caracterizada

como uma mudança na articulação primária, embora o contexto de aplicação exija referência à vogal como se vê em (12), enquanto a palatalização das não-coronais é o acréscimo de uma articulação coronal secundária, como se apresenta em (10ab):

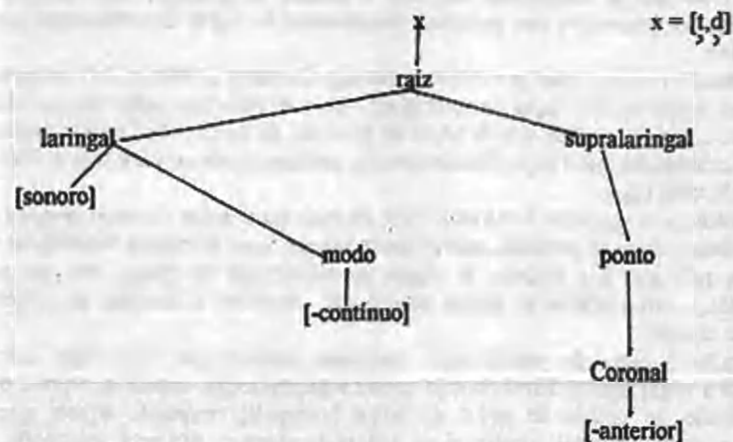
(10)



Conseqüentemente, a proposta apresentada incorpora formalmente a intrínseca relação entre a palatalização e a coronalidade.

A representação arbórea para a palatalização das coronais /t/ e /d/, apresentada no início desta seção, assume agora a seguinte geometria:

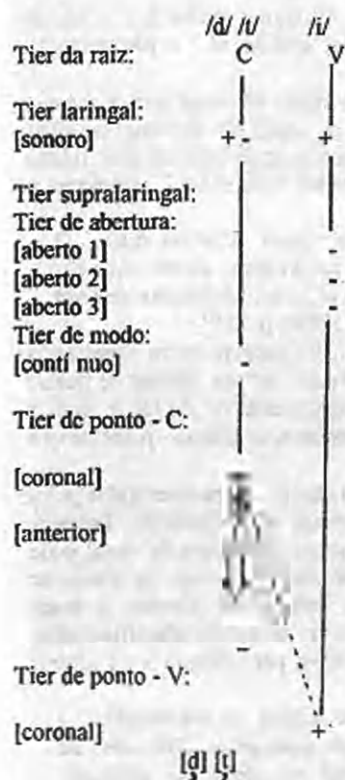
(11)



Vista sob esta perspectiva, a regra fonológica de palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ antes de /i/ deve-se a um processo de assimilação regressiva⁹, resultante do

espraiamento de um traço [+coronal], e a conseqüente conversão de [+anterior] das consoantes coronais /t/, /d/ em [-anterior], ocasionando o aparecimento das coronais palatalizadas [tʃ], [dʃ], como se representa em (12):

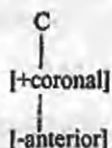
(12)



Como se pode observar, o traço (secundário) coronal da vogal /i/, ao espraiar-se para a consoante, encontra o *slot* ocupado e aplica no vazio, porém tem o efeito de converter [+anterior] em [-anterior], visto que toda vogal é inerentemente [-anterior]. O resultado, pois, é:

(13)

[d] [t]



Considerando que, nos dados analisados, o fenômeno linguístico acima representado, embora bastante geral, apresenta opcionalidade, na seção seguinte procurar-se-á estabelecer a sua relação com a despalatalização.

4. RELAÇÃO ENTRE A PALATALIZAÇÃO E A DESPALATALIZAÇÃO

No dialeto estudado, é muito comum serem encontradas, convivendo lado a lado, formas como:

(14)

[xeđi]	~	[xedi]	(rede)
[psti]	~	[p sti]	(poste)
[mohđida]	~	[mohdida]	(mordida)
[mějira]	~	[mětira]	(mentira)
[điretu]	~	[diretu]	(direto)
[tjolu]	~	[tizolu]	(tijolo)
[tja]	~	[tia]	(tia)
[đia]	~	[dia]	(dia)

Tais ocorrências, variavelmente, dependem de uma série de fatores contextuais, tanto de ordem extralingüística como de ordem lingüística. Enquanto alguns contextos favorecem o aparecimento de uma ou outra realização em nível de superfície, outros inibem-na; muitas vezes, entretanto, no mesmo contexto, é possível a ocorrência das duas realizações.

Embora a palatalização, comprovadamente através dos dados, represente a norma na comunidade estudada, por ter ocorrido mais vezes (62%) do que a despalatalização (38%), pode-se afirmar, diante dos fatos, que se está frente a uma perda de regra.

Schane (1971, p. 505-7) observou vários casos similares, em que os efeitos de determinada regra assimilatória foram invertidos nos mesmos contextos.

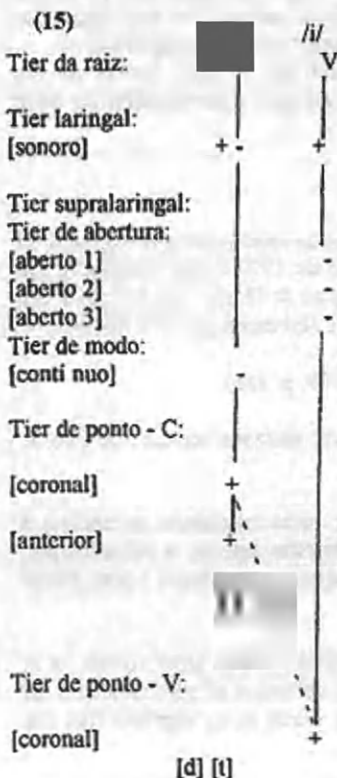
Considerada abstratamente na teoria *standard*, a despalatalização, para Leben &

Robinson (1977, p. 16-7), é uma inversão completa da palatalização ocorrida anteriormente, e pode ser descrita como uma perda de regra.

A partir dos exemplos em (14), verifica-se que, independentemente da posição em que se situa o segmento a ser palatalizado/despalatalizado, quer inicial, medial ou final, a perda de regra pode ser efetuada.

À luz da fonologia atual, a despalatalização pode ser vista como desligamento de traço, ocorrendo de forma variável.

Assim concebida, a despalatalização pode assumir a seguinte representação:



Fica claro a partir dessa representação que o espriamento do traço [+coronal] da vogal pode ser variavelmente desassociado, implicando, por sua vez, também

⁷ "Each subdivision of [open] creates a new step on the sonority scale. (...) This gives us an expanded set of sonority scales, differing according to the number of occurrences of [open] under the aperture node." (Clements, 1989a, p. 24)

⁸ Exemplo retirado de Clements (1989a, p. 24).

⁹ Os dados demonstraram que a palatalização das oclusivas dentais resulta não só de assimilação regressiva, mas também de progressiva e de bidirecional. Por ser a mais comum no dialeto analisado, escolheu-se representar a regressiva, muito embora as outras duas também possam ser representadas de acordo com o modelo não-linear.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOMSKY, Noam, HALLE, Morris. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CLEMENTS, G. N. *Palatalization: linking or assimilation?* Papers from the twelfth regional meeting. CLS, p. 96-109, 1976.
- _____. *The geometry of phonological features*. Phonology Yearbook, n. 2, p. 225-52, 1985.
- _____. *On the representation of vowel height*. Não publicado, 1989a.
- _____. *A unified set of features for consonants and vowels*. Não publicado, 1989b.
- GOLDSMITH, John A. *Autosegmental phonology*. Tese de Doutorado, MIT, 1976.
- KEATING, Patricia A. *Palatals as complex segments: X-ray evidence*. UCLA Working Papers in Phonetics, n. 69, p. 77-91, 1988.
- KENSTOWICZ, Michael, KISSEBERTH, C. *Generative phonology*. New York: Academic Press, 1979.
- LEBEN, William R., ROBINSON, Orrin W. *Upside-down phonology*. Language, v. 53, n. 1, p. 1-20, 1977.
- MADDIESON, Ian. *Patterns of sound*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- McCARTHY, John J. *Feature geometry and dependency: a review*. Phonctica, v. 43, n. 45, p. 84-108, 1988.
- MESTER, R. Armin. *Studies in tier structure*. New York: Garland, 1986.
- _____. *Dependent tier ordering and the OCP*. In: HULST, Harry von der, SMITH, Norval (eds.) *Features, segmental structure and harmony processes*. Dordrecht: Foris, 1988.
- MESTER, R. Armin, ITÄ, Junko. *Feature predictability and underspecification: palatal prosody in Japanese mimetics*. Language, v. 65, n. 2, p. 258-93, 1989.
- SCHANE, Sanford. *The phoneme revisited*. Language, v. 2, n. 47, p. 503-21, 1971.
- SLOAT, C., TAYLOR, S. H., HOARD, J. E. *Introduction to phonology*. Londres: Prentice-Hall, Inc., 1978.

UMA ANÁLISE MÉTRICA DO ACENTO

Leda Bisol
UFRGS/PUCRS

Este estudo segue o modelo de Halle & Vergnaud (1987), que, nas linhas da Fonologia Métrica, interpreta o acento como o resultado da combinação das sílabas em pés métricos, onde a relação dominante/dominado tem papel importante. Chamemos ao dominante cabeça de constituinte. É sobre ele que deve incidir o acento. E vamos admitir que o português, no que diz respeito ao acento primário, é sensível ao peso da sílaba.

A análise se desenrola em três níveis ou linhas. Na linha 0, os portadores de acento, representados por asteriscos, formam constituintes, cuja cabeça é projetada na linha 1, onde a relação dominante/dominado fica esclarecida, na representação "asterisco e ponto". Na linha 2, a Regra Final assinala a posição do acento, copiando o último asterisco.

Antes de dar início à análise, temos de considerar o domínio da regra e o locus da extrametricidade. O domínio da regra de acento é a palavra morfológica definida em (3):

- (3) a. Radical + VT] [-verbo]
b. Radical + VT + MTA + NP] [+verbo]

Disso decorre uma diferença: em verbos, a regra se aplica somente quando a palavra está pronta. Não é cíclica. Em não-verbos, é uma regra cíclica que torna a aplicar-se à medida que se acrescentam sufixos. E conseqüentemente um tratamento diferenciado da extrametricidade: em não-verbos, a extrametricidade é uma propriedade lexical, que atinge minorias como palavras proparoxítonas ou palavras acabadas em consoante sem acento final; em verbos, entra no paradigma acentual na forma de regra:

- (4) Extrametricidade em verbos

Marque como extramétrico:

- i. A sílaba final da primeira e da segunda pessoa do plural das formas de imperfeito;
ii. Nos demais casos, marque a coda que porte elementos com status de flexão.

Passemos à análise. Partimos da hipótese de que o acento primário é atribuído pela seguinte regra:

- (5) Regra do Acento Primário

Domínio: a palavra morfológica.

- i. Atribua um asterisco (*) à sílaba pesada final, i.é, à sílaba de rima ramificada.

- ii. Nos demais casos, forme um constituinte binário de cabeça à esquerda, do tipo (* .), junto à borda direita da palavra.

Começemos com o acento em paroxítonas, que cobre a maioria das palavras do português: *cáza, bonéca, crocodilo, borboléta*, etc.

(6)	/kaz+a/	/borbolet+a	domínio
	ka za	bor bo le ta	silabação
	(* *)	(* *)	linha 0 (5ii)
	(* .)	(* .)	linha 1
	(*)	(*)	RF (1c)
	[káza]	[borboléta]	

O segundo conjunto de dados que recebe o acento na sílaba final, também reflete a regra geral, recebendo acento por incêrncia (5i): *funil, tambór, pomár, barril, carretél, animál*, etc.

(7)	/taNbot/	/animál/	domínio
	taN bor	a ni mal	silabação
	(*)	(*)	linha 0 (5i)
	(*)	(*)	linha 1
	(*)	(*)	RF
	{tambór}	{animál}	

Os dois casos de aparente exceção são resolvidos lexicalmente. Trata-se de palavras (*fósforo, abóbora, fácil, nível*) que recebem marca de extrametricidade lexical, apresentando-se com sílaba ou simplesmente elemento de coda invisível. No primeiro caso, a Regra de Adjunção de sílaba Perdida (ASP) da autoria de Hayes (1982) incorpora a sílaba invisível ao pé métrico mais próximo como sílaba leve, tão logo tenha a regra de acento operado. No caso de invisibilidade da consoante, essa reaparece sem o auxílio de regra, após o acento, pois a sua presença não mais altera a constituição métrica da palavra. Observe-se que nos dois casos o acento é atribuído pela Regra de Formação de Constituintes (5ii), a regra geral.

Exemplifiquemos:

(8)	EX{sil}	EX{c}	domínio
	/abobor+a/	/nível/	silabação
	a bo bo ra ni vel		extram.
	<ra>	< >	linha 0 (5ii)
	(* *)	(* *)	linha 1
	(* .)	(* .)	ASP
	(* . .)		RF
	(*)	(*)	
	[abóbora]	[nível]	

Com respeito às oxítonas acabadas em vogal, esta análise as interpreta como palavras acabadas em sílaba pesada, que recebem acento por incêrncia (5i). Em virtude de um artifício morfológico, as regras de acento visualizam a consoante registrada no léxico que somente se superficializa em derivações: *araçá, araçazeiro; café, cafeiteiro*;

(11)	/falar/	/ci/	/falar/	/emo<S>/
	(*)	(*)	(*)	(* .)
	(*)	(*)
	[falaréy]		[falarémos]	

Resumindo:

1. Palavras acabadas em rima pesada recebem acento por inerência.
2. Todas as demais formam um constituinte binário de cabeça à esquerda.
3. Palavras oxítonas acabadas em vogal possuem sílaba final pesada, recebendo acento por inerência, em virtude de uma consoante final que o léxico registra e que este parâmetro visualiza.
4. Palavras que viriam a constituir exceções são incorporadas à regra geral por intermédio da extrametricidade que tem o papel de ajustar a palavra prosódica ao domínio do acento.
5. O sistema acentual é o mesmo para verbos e não-verbos. A diferença reside apenas no seu caráter cíclico em não-verbos e não-cíclico em verbos.

A LÍNGUA BRASILEIRA

Eni Puccinelli Orlandi
Depto de Linguística IEL
Unicamp

Os objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país são de muitas e variadas naturezas. E é da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam tanto os sentidos atribuídos ao país como aqueles que dão sentidos a esses sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de "seu" país, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história.

Como sabemos, na perspectiva discursiva, o sujeito, ao significar, se significa. Desse modo é que podemos dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo.

Da mesma maneira é que vemos na construção da língua nacional um paralelo dessa relação de tal modo que podemos dizer que na construção do imaginário social, a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sócio-político que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado.

Há diferentes processos discursivos que (se) estabelecem (nas) diferentes concepções de sociedade. São momentos expressivos desse estabelecimento, na formação do Brasil, o período colonial, o século XVIII (e a legislação sobre a escravidão), o Iluminismo (em Portugal e no Brasil) e o pensamento político liberal positivista do século XIX, entre outros.

Este nosso estudo procura mostrar processos de significação que produzem sentidos para a língua nacional no contexto de culturas em contato - a europeia e a ameríndia - na construção do país-Brasil.

Nem é preciso afirmar a importância, nesses casos, da construção imaginária da unidade e da homogeneidade como pre-requisitos básicos para se ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua (nacional).

LÍNGUA IMAGINÁRIA E LÍNGUA FLUIDA

Em 1984, a partir da noção de "Índio imaginário" (G.Thérien, UQAM, Canadá) (1), e do contato mais efetivo que tive com as culturas indígenas brasileiras, propus a distinção entre língua imaginária e língua fluida (2).

A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas.

Teoricamente, esta distinção tinha apoio naquela feita por Pêcheux e Gadet (1983) como "o corpo pleno da linguagem" e "os processos de construção das gramáticas". Na prática histórica, al eu inclua o "tupi jesuítico" (Orlandi e Souza, 1988 e Orlandi, 1987). No trabalho de 1987 ("A dança das Gramáticas) já inclua como objeto de reflexão no domínio da noção de língua imaginária a construção da língua nacional, em nosso caso, o português standard.

Considerar o contato histórico e cultural entre as línguas, coloca, para mim, necessariamente em jogo a relação entre estas duas noções: a de língua fluida e a imaginária.

HETEROGENEIDADE LINGÜÍSTICA

J. Authier estabelece o conceito de heterogeneidade enunciativa para descrever o fato de linguagem que consiste em que todo dizer tem necessariamente em si a presença do Outro. Aproveitamos o impulso desse conceito, embora ele ganhe em nosso uso outras determinações, para falar em heterogeneidade lingüística toda vez que, no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que eu chamaria de dupla. Expliquemo-nos.

A definição de formação discursiva, segundo Courtine (1982), faz com que possamos afirmar dos discursos em geral que se possa falar a mesma língua mas falar diferente. É assim que palavras como *democracia* significam "x" para um partido e "y" para outro. Estabelecendo um paralelo com esse jogo que define as formações discursivas, podemos afirmar o mesmo, agora, pensando línguas que são consideradas as mesmas mas que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a "mesma" língua mas falamos diferente. Consideramos pois a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em "nossa" língua um fundo falso em que o "mesmo" abriga no entanto um "outro", um "diferente" histórico que o constitui embora na aparência da "mesmidade": o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos. Significam diferentemente. Discursivamente é possível vislumbrar esse jogo de prestidigitação pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Nós, brasileiros, ao falarmos o português estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada. A nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas se filiam a interdiscursividades distintas como se fossem uma só. Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização.

São muitas as conseqüências desse fato. Uma delas, já evocada por S. Gallo (1991) se refere à relação escrita-oralidade no Brasil, já que a relação do português de Portugal com a escrita (o latim, inicialmente, e depois o romance português) é

determinado historicamente de forma totalmente diversa da do português do Brasil (latim escrito, nhengatu e português escrito). Este fato, não visível na história gramatical produzirá no cunhão efeitos importantes na escolarização em suas propostas de ensino de escrita (e de "fracasso" escolar): há uma oralidade que nunca se legitimará e que permanece como resistência à escolaridade. Nessa concepção de heterogeneidade linguística, que proponho, este seria um de seus efeitos.

Esta heterogeneidade é tanto mais importante quanto sua ação é menos detectável já que os processos históricos não são diretamente visíveis na língua. É assim que funcionam os objetos simbólicos em sua historicidade. No caso do português, podemos dizer então que são distintos sistemas simbólicos (o do Brasil e o de Portugal) com distintas histórias (lingüísticas) mas apresentando a mesma materialidade empírica. Daí os equívocos. A observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica.

Estas formas de presença da alteridade nos levam a considerar que o modo de existência das relações de confronto entre culturas não se apresentam apenas como disputa, mas também como indistinção, ou seja, nem sempre se pode estar certo de qual porção nos cabe nos diferentes processos de significação identitária. Em outras palavras: a identidade não é idêntica a si mesma, não é sempre discernível em sua especificidade (3). Depende da história de sua constituição. E isto nos leva à questão mais interessante para essa nossa reflexão: a do funcionamento da memória na constituição da identidade das línguas.

MEMÓRIA E POLÍSEMIA.

Um fato que analisei (1992a) como discurso fundador da brasilidade compreendia o enunciado "Em se plantando tudo dá" formulado por Pedro Vaz de Caminha. Ao verificar sua ocorrência no texto original (fac similar: "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo"), surpreendi-me com a forma que lá encontrei e que se distanciava bastante desta que repetimos em nossa memória escolar. O que me levou a concluir que não é o enunciado em sua forma empírica que fica na memória mas a sua imagem enunciativa, ou seja, sua forma histórica. Isto por si já nos indica que em se tratando do simbólico a memória não tem de ser fiel, nem caminha em linha reta. A relação é indireta e permeada por fatores histórico-contextuais, ou seja, deriva das condições de produção do enunciado, das relações de sentido e de forças que o caracterizam, em formações imaginárias. São espaços de memória. Descontínuos. Constituem-se em trajetos das redes de filiação histórica que enformam (dão forma) às interpretações. São parte do nosso imaginário social de ser brasileiro. Compõem as coisas a saber, no funcionamento histórico do simbólico: aquele que delimita o dizível, o significável, na relação com o interdiscurso (memória do dizer).

À indistinção possível se agrega então esta outra característica de memória, seu caráter indireto, que trabalha não com empirias mas com imagens enunciativas. Estas imagens atestam, por sua vez, o caráter descontínuo da memória simbólica.

O que funciona pois em nossa memória linguística, na identidade nacional, são as imagens construídas para nossa relação com a língua portuguesa, nossa "versão" brasileira dessa relação.

A estes fatos vem se juntar um outro: o que diz respeito à incompletude e à polissemia. Descontínua e também incompleta, a memória não tem um caráter fechado e acabado, mas disperso e polissêmico.

Para compreender como se constitui a polissemia discursivamente vamos recorrer a um universo simbólico distinto do verbal, isto é, ao que caracteriza o estético.

Uma coisa é você ter um sentido e produzir e, pela arte, "figurá-lo". Este é um sentido da arte. Nesse caso, um sentido reclama figuração. Isto é o estético. Outra coisa é você ter o belo reclamando "um" sentido. Aqui a figura reclama sentido. Isto é o histórico.

Podemos então ter aí diferentes sentidos de beleza: a. a beleza que configura a obra de arte. E aí a beleza é "universal", unânime; aquela que define a arte. Por exemplo, a definição de uma pintura como a *Monalisa* enquanto obra de arte. E, por outro lado, podemos ter b. alguém que goste mais (aprecie, prefira) um quadro de Renoir à *Monalisa*. E aí a beleza é transitiva, particular, sem negar no entanto o sentido de beleza "universal" do estético.

Isto se dá porque o mesmo objeto é afetado por dois (e pode haver mais) movimentos de sentido. Isto é a polissemia: é a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. Na polissemia o que há é composição (com + posição) de sentidos. E a memória sustenta esta composição. A memória é, por princípio, polissêmica.

Esta concepção de movimento de sentidos, de polissemia como composição pode dar conta das diferenças entre linhas que chamaríamos de ideológicas na aferição dos distintos valores dos objetos simbólicos. Daí se distinguem por exemplo as tendências formalistas das sociologistas, ou as que distinguem o concretismo, o realismo etc. Elas atuam no interior da distinção entre forma e conteúdo e funcionam sob uma concepção conteudística de polissemia. Desse modo elidem o movimento de sentidos, a polissemia, e se fixam em conteúdos já efetos de historicidade. Em nossa perspectiva não separamos forma/conteúdo. Trabalhamos a materialidade do objeto simbólico. E a definição de polissemia que enunciamos é desta natureza, ou seja, é uma definição discursiva, não conteudística.

Estes comentários no entanto só nos servem como metáfora para podermos situar a questão da polissemia em relação a nosso objeto de reflexão, ou seja, a língua brasileira.

Se pensarmos esta questão sob o modo não conteudístico, mas discursivo, podemos compreender algo bastante relevante do ponto de vista da sua identidade.

Quando, mais acima, nos referimos ao modo de funcionamento do português-brasileiro sob o modo da disjunção obrigada, falávamos da indistinção, mas falávamos também da polissemia, tal como acabamos de concebê-la. Há uma composição de sentidos, se pensamos a relação de colonização, que funcionem simultaneamente, em movimentos simbólicos distintos, quando falamos a língua brasileira. Isto não significa que para distinguirmos nossas línguas devamos medir empiricamente os sentidos em suas diferenças. Isto significa que há uma marca de distinção na materialidade histórica desses sistemas simbólicos que carrega o português brasileiro dessa composição de sentidos. Isto quer dizer que o brasileiro significa diferentemente do português ao significar em português. Eis a duplicidade constitutiva, a heterogeneidade, a polissemia na própria base do exercício da língua. Ou, ainda melhor, isto quer dizer que o português e o brasileiro não têm o mesmo sentido. São línguas materialmente diferentes. E esta diferença trabalha em sua invisibilidade. O que atesta a diferença visível são "acidentes" (notasque, rodícios sintáticos) empíricos, ultrapassáveis do ponto de vista da identidade lingüística (língua imaginária). O que as distingue no entanto profundamente (língua fluida) são propriedades inscritas na diferença de constituição de seus distintos processos de significação inscritos em sua materialidade lingüístico-histórica. Aí o que não é atestado pela observação empírica vale no entanto como traço de identidade. A relação de colonização é um "acontecimento lingüístico" (cf. J. Guillaumou, 1989) assim como também o é a proclamação da independência (4). A relação de colonização produz uma clivagem - disjunção obrigada - que afeta a materialidade da língua brasileira. Marca de nascença que é trabalhada de muitas e variadas maneiras ao longo de sua história.

Esta história da identidade da língua nacional se alongará assim através de acontecimentos múltiplos, como acordos, fundação de academias, regulamentos escolares e outros. É esta história que começamos a querer conhecer. E este texto é apenas um passo muito pequeno em direção a esta forma de conhecimento que é também uma tomada de posição em relação à história do conhecimento sobre a língua e sobre a constituição da língua nacional no Brasil.

ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS FUNDAMENTAIS

Há conseqüências teóricas e práticas que decorrem desta perspectiva - discursiva - de pensar a língua em sua história e funcionamento. Gostaríamos de destacar duas delas, uma do domínio teórico e outra do domínio que chamamos prático.

Em termos teóricos não é pequena a contribuição de tal perspectiva quando pensamos que a própria maneira de se encarar a constituição da língua nacional, de concebê-la em sua historicidade, produz uma maneira de nos inscrevermos, com nossos métodos, em um domínio específico da história das ciências. E ao tomarmos um lugar determinado nessa história, estamos produzindo uma forma de conhecimento sobre a língua que constitui, por si, um modo de relação com a linguagem e uma posição teórica definida: a que vê a produção dos objetos simbólicos em movimento, como parte

de uma história em que sujeitos e sentidos se constroem. Não se está aí, pois, no domínio de uma epistemologia positivista mas histórica, isto é, onde não há separação e hierarquia entre sujeito-objeto, dado-construído, interior-exterior, abstrato-concreto, e onde a história não é evolução e continuidade mas descontinuidade e funcionamento.

No domínio prático, resta a observação de que na relação de ensino-aprendizagem na escola, muito se tem falado do fracasso no ensino da língua (seja gramática, interpretação, ou escrita) que se reconhece pela constatação de que há conhecimentos que não são consistentes, não duram: o aluno aprende na hora e logo depois "esquece". Na realidade o que se passa é que não houve aprendizagem, porque falta a inscrição do sujeito no processo histórico. Ou seja, aquilo que não faz sentido na história do sujeito ou na história da língua para o sujeito não "cola", não "adere". Mais especificamente, como se contraria (ao invés de se inscrever) a relação do sujeito, a sua filiação histórica à memória do objeto simbólico em que ele se constitui, aquilo não faz sentido para o sujeito, não faz sentido em sua história. Logo, está fora de seu discurso. E, aqui, fora não significa no exterior, mas excluído, apagado, silenciado.

Não levar em conta, por exemplo, que há duas formas de oralidade que derivam de duas histórias diferentes, faz com que se queira fazer o aluno passar, com violência, de uma oralidade que faz parte da história de sua língua para uma escrita que tem uma oralidade que corresponde a uma "outra" história. Isto é impossível. E o resultado não é fracasso, mas inconsistência histórica, resistência ao que não faz sentido. Por outro lado, observar esses aspectos históricos pode não só fazer compreender melhor essas passagens, se elas são necessárias, como também nos ensinar como fazê-las.

Desconhecer - como em geral desconhecemos - que houve um momento de nossa história em que a língua falada no país era a "língua geral" (o nhengatu) e a língua escrita foi inicialmente o latim e depois o português, não tendo o nhengatu merecido a legitimação de uma sua escrita, faz com que não tenhamos em conta esse fato fundamental da cultura brasileira que é sua relação com sua tradição oral. Forte traço de nossa história cultural esse da tradição oral, que mostra porque os brasileiros têm - diferentemente dos europeus - uma relação frouxa com a escrita e um apego forte à oralidade. Na comunicação administrativa, por exemplo, as pessoas lêem os papéis mas "acreditam" mais no que lhes é dito oralmente, confirmado verbalmente. E daí por diante. Esse traço histórico tem certamente seu peso na passagem, que o aluno deve fazer, na escola, da oralidade para a escrita. No entanto, o imediatismo das relações escolares, o peso da ideologia colonizadora europeia (que "naturaliza" a relação com a escrita) e o apagamento dos percursos históricos produzidos pela redução do ensino da língua à dominância da perspectiva gramatical, conduzem preferentemente não à uma passagem mas a um impasse na relação do aprendiz com a escrita. Daí em grande parte a resistência que é chamada de "fracasso" escolar.

Essas considerações de ordem pedagógica são apenas um esboço rápido de implicações da questão histórico-discursiva que se apresenta na própria concepção da

língua nacional (5). Há implicações de diferentes ordens e natureza, todas elas igualmente dignas de reflexão.

Não há pois como desconhecer a história do sujeito e da língua na produção do conhecimento do sujeito sobre a língua.

Notas

(1) Bem mais recentemente tomei conhecimento, no México, da publicação de um livro sobre a questão do confronto de culturas de B. Batalla, cujo título é *México Profundo*. Ele também distingue, nesse caso, o país imaginário do país profundo, mostrando como a própria noção de "Índio" é uma noção imaginária produzida pela necessidade eudocia na relação com as descobertas.

(2) Colóquio (das 5as feiras) apresentado no Depto. de Linguística, IEL, 1985.

(3) Vale aqui lembrar a anedota que se conta do motorista de táxi português que levava, em Lisboa, dois turistas brasileiros em seu carro que conversavam animadamente. Em certo momento o motorista português voltou-se para os dois brasileiros e disparou: "mas que raios de língua estão a falar que eu compreendo tudo?". O mesmo e o diferente, a familiaridade e o estranhamento aí jogam o jogo da indistinção na história e na memória.

(4) Sob esse aspecto, devo referir a trabalhos apresentados, em 1991, em um nosso Colóquio realizado na Universidade de Paris VII, tendo como interlocutores os historiadores e com o tema "A cidadania no Brasil e na França". Os textos, que falam sobre a história da língua e suas rupturas com o português de Portugal no século XIX são parte de uma coletânea que está sendo publicada na França (atas do colóquio) e está programada para publicação na Brasilense com o nome "Os sentidos da Cidadania". São autores destes textos, pesquisadores que fazem parte do projeto sobre a História das Ideias Linguísticas no Brasil, notadamente, Fernando Tarallo, Bethania Mariani, Tania de Souza, José Horta, Suzy Lagazzi, Ednardo Guimarães, Solange Gallo, Freda Indursky, Marisa Lajollo, e eu mesma.

(5) Em um projeto amplo de pesquisa que coordeno no Brasil em convênio com a Universidade de Paris VII, sob a coordenação de Sylvain Auroux, desenvolvemos um trabalho extenso sobre o tema "História das Ideias Linguísticas no Brasil" que inclui tanto aspectos da constituição histórica da língua nacional como da construção de um saber metalinguístico em nosso país. Vários estudos, nessa perspectiva, já estão feitos e outros em pleno desenvolvimento, por uma numerosa equipe que congrega pesquisadores franceses do projeto URA 381 e pesquisadores brasileiros do projeto "Discurso, Significação, Brasilidade", sediado pelo IEL, na Unicamp.

O IMIGRANTE ALEMÃO NO DISCURSO LITERÁRIO E A QUESTÃO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Marionilde Dias Brephol de Magalhães

Doutora em História.

Professora da Universidade Federal do Paraná

Nesta comunicação, procurarei trabalhar com diversas elaborações discursivas realizadas pela intelectualidade brasileira, principalmente no campo da literatura, acerca do imigrante alemão. A partir de alguns instrumentais da análise de discurso, e dos estudos históricos vinculados à análise dos usos sociais do poder, procurarei compreender como os contatos entre a "sociedade luso-brasileira" e os "teuto-brasileiros" cooperaram para a afirmação de ambas as identidades sociais, bem como para a discriminação da segunda em favor do fortalecimento da primeira.

O cenário; a emergência do ideário nacionalista, a veiculação do mito do perigo alemão no Brasil, a campanha de nacionalização de ensino, a afirmação de um sistema econômico moderno, vale dizer, urbano-industrial.

Os personagens; autores vinculados à literatura e às ciências humanas, profundamente comprometidos em desvendar a nação, sua cultura, seu povo, seus mitos de unidade.

O período; as três primeiras décadas deste século, ou seja, desde a afirmação do regime republicano até a instalação do Estado Novo, quando o nacionalismo cultural se torna o conteúdo mesmo da política, e a nação, uma entidade abstrata que passa a falar em nome de todos, e em nome do que todos os demais interesses devem se subordinar.

Os alemães de Aranha, Andrade e Veríssimo

Em 1902, Graça Aranha publica *Canaã*, um romance que o destacaria como um dos precursores do Modernismo no Brasil; nele, é narrada a experiência de dois imigrantes alemães que vieram para o Brasil em busca da "terra prometida", estabelecendo-se em uma região de colonização agrícola, no município de Porto Cachoeiro, Espírito Santo.

Os dois alemães que protagonizam o romance não provêm, entretanto, das mesmas classes sociais da maioria dos emigrados, nem estão presos às preocupações a eles inerentes. Aranha os reveste de uma bagagem cultural profundamente intelectualizada, através da qual vivenciam a realidade que os circunscreve, ao mesmo tempo em que refletem criticamente acerca de seu passado na Europa.

Milkau, figura central de *Canaã*, é filho de um intelectual, tendo exercido na

Alemanha a atividade de crítico literário. Trata-se de um personagem idealista e contemplativo, que abandonou sua terra natal por desiludir-se com a Europa, uma civilização excessivamente presa ao passado e orientada por valores decadentes. Veio para o Brasil em busca de um novo mundo, "a sua Canaã", descoberta num país onde integração harmoniosa entre os povos ainda era possível. Assim, ele representa o almejo que com seu idealismo constrói uma colônia limpa e organizada, ao contrário dos nativos, regidos por instintos, como se percebe na descrição de uma mulata da localidade:

No batente da porta sentava-se uma mulata moça. Toda ela era a própria indolência. Os cabelos não penteados faziam pontas como chifres, a camisa suja caía à toda no colo desencarnado e os peitos de muxiba pendiam moles sobre o ventre.⁰

Já entre os camponeses alemães, tenazes e obedientes, via-se estampado o pensamento único de cumprir o dever prático, de caminhar para a frente no conjunto harmonioso de um só corpo.¹

Imagens como estas conduziram vários leitores de Aranha a identificá-lo como um admirador da cultura germânica e defensor da imigração deste povo para o Brasil. Mas há um outro personagem que nos leva a duvidar de tais conclusões, trata-se do segundo personagem, o amigo Lentz, que encarna uma outra espécie de germânico, orgulhoso de sua própria raça, cujo sonho de vitória sobre o mestiço provoca, às vezes, atitudes de desespero diante da humilhação a que se submete em suas tarefas cotidianas de trabalhador. Enquanto Milkau se dedica à arte e ao bem, Lentz pensa em construir um império branco no Brasil, pois, segundo ele,

Ilá que se aceitar a lei da vida, onde o mais forte atrai o mais fraco; o senhor arrasta o escravo, o homem, a mulher. Tudo é subordinação e governo.²

Lentz, como Milkau, amava sua terra natal e via nela o paradigma da civilização; como o amigo, distinguia-se dos demais imigrantes por ser um aventureiro solitário e por possuir um espírito mais elevado do que os seus compatriotas de Porto Cachoeiro - homens que sacrificaram a liberdade do espírito pela ambição material (p. 39). Professavam ambos uma fé irrestrita nas concepções evolucionistas da história, bem como na supremacia da raça branca. Distanciavam-se, porém, um do outro, pela forma como entendiam virem cumpridas suas utopias: para Milkau, a civilização era um estágio que só seria atingido com o acréscimo constante da solidariedade e amor entre os homens, constituindo-se o progresso uma condição para a liberdade; já em Lentz, é somente no exercício do poder dos mais fortes sobre os mais fracos que se cumpre a missão civilizadora dos alemães no Brasil. Para ele, a cultura dos mulatos será sempre inferior, pois o negro traz em seu sangue a bestialidade e o servilismo, necessitando

⁰ ARANHA, Graça. *Canaã*. São Paulo, Ouro, 1954. p. 32.

¹ idem, p. 39

² idem, p. 63

sempre de um líder que os conduza.

O conflito existente entre Milkau e Lentz - amor e poder - percorrerá todos os capítulos de *Canaã*, um microcosmos por onde caminham os dois imigrantes e cujas impressões e relatos dão conta de realizar a urdidura do romance.³

Mas se pensarmos nos dois alemães como dois corpos de uma única consciência, podemos vislumbrar alguns aspectos do imaginário coletivo construído na virada do século acerca do imigrante alemão. Ao elaborar diversas situações contrastivas entre este grupo e o outro, Aranha desenha alteridades irreduzíveis, não consentindo em qualquer sorte de amalgamentos; assim, o mulato, para sempre preguiçoso, antepõe-se à operosidade inata do germânico; a simplicidade do povo nativo impossibilita sua comunicabilidade com o complexo raciocínio do europeu; e a malícia e sensualidade na economia de gestos do brasileiro escandalizam a postura quase assexuada daqueles protestantes, cujo rigor ascético lhes determina um pragmático desenvolvimento econômico.

Um outro romance que guarda uma determinada similitude com a obra de Graça Aranha foi publicado por Mário de Andrade em 1927: *Amar verbo intransitivo*.⁴ Nele, a protagonista do romance, Fräulein Elza, é uma imigrante de 35 anos contratada como governanta na casa de uma família luso-brasileira, representante da burguesia ascendente de São Paulo.

Ao descrevê-la em seus primeiros contatos com os demais personagens, o narrador a apresenta como uma mulher culta, de gestos precisos e frases previsíveis, com uma sobriedade tal que não se permite a manifestação de quaisquer sentimentos. Dividida entre dois "eus", o "homem-do-sonho", romântico e idealista, porém oculto em si mesmo, e o "homem-da-vida", espécie prática que se adapta a qualquer situação, Elza nos parece encarnar o mesmo "espírito alemão" construído por Aranha nos dois personagens Lentz e Milkau.

Fräulein chega à casa dos Souza Costa trazendo em suas bagagens os retratos de Wagner e de Bismarck, além de "uma pença de livros". Ao entrar, assume imediatamente seu papel, sem perguntas ou rodícios, indiferente a quaisquer movimentos e ações que não lhe dissessem respeito. Incapaz de perceber sutilezas, nem ria, nem chorava; seu ritmo era calmo e compassado; ao exercer regularmente suas funções, fazia-o com um único intuito, que era o de acumular alguma renda para poder retornar à Alemanha.

A mulher atiana, metaforizada na imigrante Elza, é a heroína da narrativa - figura antitética da imagem feminina romântica, representação recorrente na obra de Andrade, um autor inspirado na estética expressionista. Nem feia, nem bonita, porém saudável, limpa e possivelmente fecunda, nela não se presencia qualquer atitude fragilizada; em

³ PAES, José Paulo. As idéias filosóficas em *Canaã*. *REVISTA DA USP*, São Paulo, n.3, p. 169-75, 1989.

⁴ ANDRADE, Mário. *Amar verbo intransitivo*. 10. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. 155 p.

público, comporta-se com uma rigidez militar, estando seu homem-do-sonho encarcerado, a rondar apenas a sua própria imaginação, falando-lhe de amor, da pátria de origem, da natureza, de um lar para si.

Fräulein tinha uma outra tarefa a desempenhar naquela residência; seria responsável pela iniciação sexual do adolescente Carlos, o filho mais velho, o que realizará, em princípio, com o mesmo senso prático com que ministra as aulas de piano ou de alemão. Mas, aos poucos, ela se deixa envolver pelo garoto, e quase cede aos seus jogos de sedução. Nestes momentos de delírio, o autor a descreve como uma criatura dilacerada, diferente de si, em suas próprias palavras,

*Estava muito pouco Fräulein neste momento. Porque Fräulein, a Elza que principiou este idílio era uma mulher feita, que não estava disposta a sofrer. E a Fräulein deste minuto é uma mulher desfeita, uma Fräulein que sofre. E porque sofre está além de Fräulein, além de alemã: é um pequenino ser humano.*⁵

E quando ela goza,

*Os olhos dela pouco a pouco se fecharam, cega duma vez (...). Das partes profundas do ser lhe vinham apelos vagos e decretos fracionados. Se misturavam animalidades e invenções geniais. E o orgasmo. Adquiria enfim uma alma vegetal. E assim perdida, assim vibrando, as narinas se alastraram, os lábios se partiram, contrações, rugas, esgor, numa expressão dolorosa de gozo, ficou feia.*⁶

Contudo, findo o idílio, Fräulein sublima seus sentimentos mais íntimos, e seu eu exterior triunfa em toda a sua germanidade; Elza recusa-se à miscigenação. É Bismarck (o homem-da-vida) e não Wagner (o homem-do-sonho) quem a conduz para fora daquela casa, e para dentro de outras, para ministrar a outrem as mesmas lições de amor.

Temos aí a imagem do alemão como personificação da germanidade; forte, guerreiro, homem civilizado que sacrifica quaisquer sentimentos em nome da razão, homem branco a prevalecer sobre uma cultura mestiça, sensual, passível de ser seduzida pelo conquistador.

Dediquemo-nos ainda a um terceiro exemplo destas formulações, qual seja, o romance *Um lugar ao sol*, de Erico Veríssimo,⁷ em que se observa a descrição de um episódio

⁵ *idem*, p. 119

⁶ *idem*, p. 120

⁷ O romance narra a vida de uma família pequeno-burguesa que deixa a cidadezinha imaginária de Jacarecanga e se fixa

extremamente sugestivo; trata-se de um rápido relacionamento amoroso que um dos protagonistas do romance mantém com uma mulher alemã, chamada Annelise, cuja profissão ou situação social não são reveladas. Seu passado também é desconhecido, tanto quanto os detalhes de sua vida presente.

Vasco, um desempregado vindo do interior para Porto Alegre encontra acidentalmente Annelise, uma mulher que "parecia de mármore, de gelo, de gesso, de qualquer coisa, menos da matéria de que ele fora feito"⁸. Embora a deseje instantaneamente, é ela, a loura de olhos azuis, quem o conduz à relação amorosa. Sem que ao menos soubesse uma única palavra em língua portuguesa, Annelise o chama para si com gestos, olhares, abraços, incitando-o à aventura. Após alguns dias de tensos e rápidos encontros, ela o leva à sua casa, uma edificação tipicamente alemã, que embora espaçosa, parecia habitada somente por ela.

No quarto da amante, à sua espera,

*Vasco apanhou distraidamente uma revista (...) eram prospetos das olimpíadas de Berlim. Folheou a revista. Vistas da Colônta, de Francofort, de cidades das margens do Reno (...) Tudo aquilo pertencia a um mundo sonhado mas nunca visto. Annelise pertencia a esse mundo: a sua figura esbelta, os seus cabelos louros eram produto daquela paisagem fria, daquela terra onde caía neve no inverno. Vasco sentiu-se estrangeira.*⁹

Desta experiência de um rapaz de 22 anos que acabara de chegar à capital, ele guardaria um estranho sentimento, em que se mesclavam sensações eróticas, culpa, paixão, ódio e vergonha por pertencer a uma condição social inferior à de sua amante. Após aquele encontro, Vasco se sentia um traidor de seu povo, de seu país, do espírito de

em Porto Alegre, instalando-se na pensão de propriedade de uma parenta afastada. Após a morte do chefe da casa, seus filhos estão à procura de emprego, pretendendo o auxílio de vários amigos e parentes, melhor situados econômica e socialmente. Esta luta pela manutenção de um certo padrão de vida, que constitui o foco narrativo, é entremeada por diversos acontecimentos, dos quais o episódio aqui mencionado é um exemplo. De certa maneira, esta obra é a continuidade de dois outros romances, *Clarissa*, publicado em 1933, e *Caminhos cruzados*, de 1934, ao mesmo tempo em que prepara alguns personagens da futura e mais conhecida obra de Veríssimo, *O tempo e o vento*.

⁸ VERÍSSIMO, Erico. Um lugar ao sol, in: *Obras completas* (vol 1). Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. p. 667

⁹ idem, p. 714

seu grupo (p. 714). Apaixonado, não resistiu entretanto em procurá-la mais vezes, e talvez até ficasse para sempre em sua companhia, não tivesse a moça, a despeito da agradável aventura, retornado à Alemanha, desiludida com este país.

Vidas sem passado, incomunicabilidade entre pessoas por desconhcerem o idioma de seus interlocutores, o exílio voluntário de Annelise, os sentimentos de culpa e paixão de Vasco, configuram cenas secundárias de um romance maior, escritas como que para um rociro cinematográfico, uma linguagem que fascinava Veríssimo desde a sua infância. E como um menino que assiste a um filme proibido, o autor nos fala de pessoas que circulavam à noite por lugares às vezes suspeitos e sombrios, onde as mulheres, quando presentes, despertavam desejos necessariamente fugazes. Logo, a narrativa retoma seu curso privilegiado, que era o da monótona vida de pessoas honestas e convencionais.

Annelise, a estrangeira. Vasco, um amante de nível social inferior, um mestiço, um homem desprezado após alguns momentos de prazer. Romance escrito nos anos de 1935 e 1936, Annelise, esta figura feita de gelo, encarnava, muito provavelmente, o espírito frio e calculista de um povo que elegera um militar como seu principal líder. Mas também, e não de forma excludente, Veríssimo quisesse aludir sobre o choque entre duas culturas, (a saber, a luso e a teuto-brasileira), que embora convivessem lado a lado por quase um século, passaram a se estranhar como rigidamente distintas¹⁰. Ou ainda, um sentimento que refletisse a utopia do branqueamento da raça brasileira, elaborada por intelectuais brasileiros neste mesmo período, os quais traduziriam para a linguagem científica as mesmas ambigüidades face à imagem do alemão: oproso, racional, forte e branco - o outro da cultura brasileira, por quem se nutria um sentimento de hostilidade, mas ao mesmo tempo uma certa admiração - à medida em que, porque branco, era necessariamente ordeiro e disciplinado, capaz de desempenhar plenamente o seu papel enquanto promotor do progresso: estava em causa o mito da operosidade do imigrante europeu, raça superior à dos negros, trabalhador que construiria, com maior zelo, a nação.

E ao falarmos na utopia do branqueamento, temos que nos aproximar das doutrinas eugenistas, veiculadas no Brasil por Oliveira Vianna, um dos principais cientistas sociais a discorrer sobre o imigrante alemão no período entre guerras.

Do discurso literário ao discurso científico.

Oliveira Vianna, sociólogo, jurista, colaborador de jornais importantes para a formação da opinião pública, como *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo*,

¹⁰ Referimo-nos aqui à influência do movimento nacional-socialista entre diversos grupos de origem alemã no sul do Brasil. Sobre esta temática, ver: BREPOHL de MAGALHÃES, M.D. *Alemanha mãe pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil*. Campinas. 1992. Tese. (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 320 p.

Nesse livro, elaborado à mesma época em que o pensamento anarquista informa diversos movimentos sociais no Brasil, encontra-se uma epígrafe altamente sugestiva:

*Um país governado pelos proprietários está no estado social; aquele onde os não proprietários governam, está no estado da natureza.*¹³

Ao dissertar sobre o povo gaúcho, Vianna não enfatiza imigrante alemão, ali estabelecido desde o Império. O mito ariano, ao contrário, está permanentemente presente, como ideal a ser alcançado na construção do *ethos* nacional.

Sobre os gaúchos, considera que,

*Os elementos brancos tiveram a preponderância; e os elementos arianos, (...) eram mais puros do que qualquer núcleo nacional (...) tudo indica no gaúcho (...) o homem dotado de uma pretora de vida, um equilibrado, um forte, um eugênico, enfim.*¹⁴

Ainda, ao fazer referência à aristocracia das populações setentrionais, em outra parte do livro, Vianna indica ser o português nórdico, e não o mestiço do sul, bem como os elementos arianos de outros estados europeus, os que colonizaram o país;

*Em Pernambuco (...) a nobreza local é inumerável, como procedida de nobíllimas casas de Portugal, Castella, França, Itália e Alemanha.*¹⁵

Nessa obra, sua única referência aos teuto-brasileiros é modesta, porém sugestiva: limita-se a comparar a prática associativa dos teutos no Paraná e Santa Catarina a partir do século XX, identificando nela sua cultura política de origem, pautada no solidarismo. Contrapõe a esta mentalidade o individualismo do luso-brasileiro, motivo pelo qual concluirá pela impraticabilidade da democracia no Brasil.

Como se pode depreender destes comentários, não se tratava de menosprezar ou mesmo ignorar a presença do elemento germânico, mas de colocar em evidência apenas as camadas que exerciam, e deveriam continuar exercendo o poder, desde a época colonial.

Claro está que, à semelhança de outros nacionalistas como Sylvio Romero¹⁶, Vianna preferia o imigrante luso, pois, além de branco, possuía o domínio sobre a língua nacional; não obstante, as características raciais do germânico desempenhariam um

13 VIANNA, O. *Populações meridionais no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. [1918]. cf. Boissy D'Anglas, 1^o vol., p. 51)

14 *idem*, 2^o vol., p. 333-5

15 *idem*, 1^o vol., p. 33

16 ROMERO, Sylvio. O elemento português. In *Discursos*. Porto, Cnadron, 1904.

papel de peso na tarefa de arrianização, bem como para o desenvolvimento econômico do país, em virtude de sua inata operosidade.

A figura do imigrante alemão é retomada com maior atenção na década de 30, momento em que Vianna encontrará um clima ainda mais propício para seus estudos acerca do branqueamento da população brasileira.

Ao verificar a desejada predominância do elemento branco no Sul e Sudeste, num ensaio intitulado *O tipo brasileiro e seus elementos formadores*,¹⁵ o autor reitera a necessidade de se forçar uma política migratória que evite a concentração regional desta etnia, em favor do caldeamento das raças em todas as regiões do país. A propósito, demonstra ainda seu otimismo em vista dos desdobramentos do processo imigratório, apesar de seu caráter até então espontâneo e desordenado; constata que, naqueles anos, o ingresso de imigrantes de origem italiana e alemã (cuja nobreza étnica é, para ele, indiscutível) perfaz o contingente mais expressivo sobre as demais levas. Estes números representam uma enorme vantagem: segundo ele, o tipo alemão se caracteriza pela aversão ao trabalho subalterno e pela tendência ao expansionismo e dominação. Embora enclausurado no meio rural, seus filhos, já adaptados ao novo país, quando emigrassem para as cidades, logo exerceriam as funções que exigissem tais características, entendidas por ele como inerentes à raça germânica.¹⁶

Em virtude do processo imigratório e da maior taxa de fecundidade dos brancos, segundo seu raciocínio, em um tempo muito breve o país possuiria uma população totalmente branca. Para comprovar suas idéias, contrasta as taxas de crescimento vegetativo das camadas brancas com as outras, onde diferenças centesimais já lhe são suficientes para comprovar suas conclusões, como se pode verificar no quadro que segue, por ele mesmo apresentado:

Quadro nº 3: Taxa de mortalidade e natalidade por grupos étnicos - Brasil - 1921

Grupos étnicos	Natalidade ‰	Mortalidade ‰
Brancos	4.04	2.83
Mulatos	3.67	2.75
Índios	4.08	3.70
Negros	4.76	5.38

Fonte: VIANNA, 1991, apud ENCHUTTE, 1921, p. 33

¹⁵ VIANNA, O. *Ensaio inédito*. Campinas: EDUNICAMP, 1991, p. 15 e ss.

¹⁶ Estas idéias, elaboradas à época da ascensão do nacional-socialismo, só seriam por ele mesmo rejettadas na década de 40, com o advento da Segunda Guerra. Neste momento ele recupera o mito do perigo alemão, referindo-se à hipótese de anexação do sul do país à Alemanha hitlerista, em virtude da força daquele exército, contraposta à fragilidade do povo brasileiro, ainda não regenerado pela "grande raça" (...) (VIANNA, *op. cit.*, p. 119-120)

Torna-se até banal apontar para a fragilidade de seu raciocínio face a dados como estes: além das irrelevantes diferenças das taxas de natalidade entre os grupos mencionados e da imprecisão dos registros demográficos no Brasil à década de 20 do século XIX, mencione-se que a taxa de mortalidade dos escravos era obviamente maior do que a dos homens livres, devido a fatores de ordem econômica, e não biológica ou climática, como considerou o autor.

Em um outro quadro estatístico, Vianna se vale novamente da demografia para comprovar que a miscigenação já se tornou uma realidade:

Quadro nº 4: Número de casamentos conforme a nacionalidade dos contruentes no Rio Grande do Sul - 1918-1920

Nacionalidade	1918	1920
Alemães com alemãs	22	29
Alemães com brasileiras	63	91
Italianos com italianas	38	60
Italianos com brasileiras	138	167
Espanhóis com espanhóis	4	7
Espanhóis com brasileiras	38	59
Portugueses com portuguesas	9	12
Portugueses com brasileiras	108	97

Fonte: VIANNA, 1991, apud Relatório da Repartição Estatística do Rio Grande do Sul, 1991, p. 37

Estes dados estatísticos são igualmente questionáveis; em primeiro lugar, o critério de nacionalidade adotado pela Repartição Estatística do Rio Grande do Sul não permite que se evidencie um comportamento necessariamente exogâmico, pois todos os filhos de imigrantes nascidos em território nacional são considerados brasileiros, mesmo que se casem com membros de sua etnia; em segundo, os casamentos endogâmicos registrados continuam a perfazer um percentual raticamente idêntico aos compreendidos como

mistos. Contudo, ainda que considerando tais equívocos, o quadro semiotiza uma tendência com certo efeito de verdade: na medida em que o único elemento constante a ser permutável é o brasileiro, os casamentos mistos indicam, para leitores de boa vontade, o sucesso da política de branqueamento por meio da miscigenação. Restava, portanto, aos poderes públicos, não adotar senão medidas que favorecessem este comportamento, como a campanha de nacionalização e a proibição de concentração regional de uma mesma etnia - o que se regulamentaria tanto na Constituição de 34, quanto em legislação ordinária ou decretos-lei, alguns dos quais de autoria do próprio Vianna.

Embora não se explicita aí o tipo de brasileiro a se miscigenar, em outra passagem do mesmo texto o autor critica o casamento com mestiços resultantes do casamento de brancos com negros, dadas as características psicológicas de tais indivíduos:

O mulato (...) é explosivo, rebelde, desordenado e agressivo; é ele que se faz o fator principal da desordem e da anarquia em nossa história (...) (isto se explica porque) a servilidade, característica do negro, não se transmite ao mulato. Este, ao contrário, é extremamente susceptível e altivo; mas, a sua altivez reveste um caráter altaneiro, cheio de arrogância e insolência, sem esse traço de gravidade e nobreza, próprio à altivez do selvagem e do mameluco.¹¹

Por este conjunto de razões - a servilidade do negro, a indolência e arrogância do mulato, a inaptidão do índio ao mundo civilizado (p. 46) - tais elementos não deveriam compartilhar do espaço da cidadania brasileira. Mas tampouco o imigrante, pois que lhe faltava o sentimento de brasilidade; somente seus filhos e netos, quando plenamente integrados à cultura brasileira.

Nestas passagens, vislumbramos não apenas a imagem do imigrante alemão formulada pelo discurso científico, mas também da nação a ser construída, da cultura luso-brasileira, a identidade lingüística; dos imigrantes, os caracteres biológicos, da Europa, o modelo de civilização, da cultura alemã, o espírito empreendedor. Sonhos de um cientista que se solidariza, a partir de 1934, aos poderes oficiais com o intuito de transformar o discurso nacionalista em prática política.

Considerações finais

Nesta comunicação, selecionei alguns fragmentos do falar literário e do discurso científico dedicados à construção de uma determinada imagem dos imigrantes teuto-brasileiros, entendidos como um corpo harmonioso e coeso, estando a reproduzir permanentemente sua identidade de origem. Ao analisá-los como autores profundamente solidários ao imaginário coletivo de sua época, notadamente no que se refere às suas leituras sobre a cultura alemã, detectei alguns elementos recorrentes em seus discursos, os quais, quer revestidos da linguagem científica, quer da ficção,

11 *idem*, p. 49

passaram a ser introjetados como verdadeiros; de um modo geral, podemos afirmar que em diversas situações, a figura do imigrante alemão é representada como um elemento estrangeiro, o que enunciava não apenas sua origem histórica, mas também sua condição de "outro" da cultura brasileira. Assim, a despeito de sua hostilidade ou afeição pelo Brasil, Milkau, Lentz, Elza ou Annelise eram personagens descritos como indivíduos desnaturalizados, incapazes de se integrarem ao seu novo ambiente social, distanciados emocionalmente dos acontecimentos que vivenciavam.

Por outro lado, não se pode deixar de levar em conta que a imagem do imigrante alemão é quase sempre elaborada em contraposição à do brasileiro, cuja identidade coletiva ainda estava, segundo eles, por se definir. Interessava portanto esquadriñar as características de um e de outro grupo, buscando, em suas diferenças, a essência mesma de seu caráter. E, independentemente dos supostos amalgamamentos, previam ou desejavam uma assimilação em favor da cultura luso-brasileira.

Todavia, com a emergência do nacional-socialismo e da Segunda Guerra Mundial, o mito do perigo alemão será reeditado por diversos nacionalistas, fossem eles ligados à literatura, às ciências sociais ou ao jornalismo político. Aí, o nacionalismo cultural formulado desde a virada do século é traduzido em ação; os imigrantes teutos e seus descendentes são alvo de diversas ações repressivas dos poderes oficiais, e mesmo da sociedade civil: muitos são presos, suas associações são fechadas, seus jornais colocados sob censura.

Mas, quando os aliados vencem as tropas do *Reich*, esses trabalhadores são chamados "novamente" a integrarem o conjunto da população brasileira. E como outros grupos de imigrantes, passarão a ser enunciados, tanto nos discursos literários como científicos, como um dos exemplos da democracia racial existente no Brasil, bem como da integração harmoniosa entre povo e nação, entre cultura e política, entre razão e emoção.

INFORMÁTICA E TRADUÇÃO: LIMITAÇÕES DA "TRADUÇÃO AUTOMÁTICA"

Francis Henrik Aubert
DLM/FFLCH/USP

A informática e a tradução mantêm entre si um relacionamento intenso, misto de conflitos e atrações, já a partir da inceptção, por volta de finais da II Guerra Mundial, do que até há vinte anos atrás ainda se denominava cibernética. Visto da perspectiva dos dias atuais, tem-se a nítida impressão de que, desde quando o computador era uma máquina que ocupava um galpão inteiro, fortemente iluminado por válvulas dos mais variados tamanhos e das mais precárias durabilidades, o mito da tradução automática vem perseguindo os sonhos dos engenheiros da computação. Após um interregno algo longo, particularmente na década de 70, caracterizado pelo desânimo diante das dificuldades aparentemente intransponíveis com que os pesquisadores se depararam, a informática voltou a atrair-se com o problema da tradução nos anos 80 e hoje já se dispõe de numerosos sistemas, bastante poderosos, que efetuam, ou afirmam efetuar, a tradução de textos. Destes, vários sequer exigem o suporte de um hardware dispendioso, mas operam em máquinas do tipo PC-386 e 486.

Não faz parte das intenções destas considerações detalhar os diversos sistemas atuais, nem retomar o percurso histórico para demonstrar como, a partir de uma revisão teórica dos conceitos de língua e linguagem tal como utilizados pela engenharia da computação, foi possível superar as limitações das primeiras propostas e tornar realidade sistemas e programas que efetivamente dão conta de um certo processamento automático, ou semi-automático, de textos em um processo tradutório. O foco primordial de atenção a ser aqui considerado diz respeito ao conceito de tradução subjacente a esses sistemas.

Desde os tão populares "tradutores eletrônicos de bolso", na realidade dicionários lexicais e fraseológicos bi ou multilingües, até os programas complexos como o Systran, Caliope, e outros, todos os sistemas computacionais de tradução interlingual parecem fundamentar-se, se não na sua concepção, ao menos em sua execução, em dois pressupostos: (1) a tradução é uma operação essencialmente lingüística; (2) em um ou mais níveis, particular mas não exclusivamente no nível do léxico específico do domínio das terminologias técnicas, é possível estabelecer relações biunívocas de língua a língua: *Sauerstoff* será sempre *oxigênio* e *oxigênio* será sempre *Sauerstoff*.

É verdade que a tradução é uma operação lingüística. Mas não é apenas lingüística, se por tal termo entendermos, restritamente, a soma dos componentes grafo-fonológico, lexical, morfosintático e semântico. Talvez sequer seja primordialmente

efeitos práticos, os mesmos. Ora, nem uma nem outra encontra apoio na realidade. Mesmo no domínio técnico-científico (ou melhor, "técnico e/ou científico", na medida em que os textos técnicos e os textos científicos pertencem a tipologia textuais distintas), nem os referentes extra-lingüísticos são sempre os mesmos, nem os conceitos/noções apresentam intersecções totais, a 100%, afora alguns domínios muito limitados, objetos de convenções internacionais, tais como a nomenclatura dos elementos químicos e do sistema métrico universal. Demonstram este fato, entre incontáveis exemplos, situações e episódios tais como: (i) os problemas enfrentados pelos consumidores norte-americanos de veículos de fabricação japonesa; (ii) a importação vultuosa de feijão preto do Extremo-Oriente que se revelou, em análise laboratorial, constituir, na verdade, uma variante escura de soja (mas era tudo *ing.* "bean"); (iii) as discrepâncias entre os formulários de solicitação de cartão-de-crédito alemão e brasileiro; (iv) os problemas de adequação da campanha brasileira de prevenção contra a AIDS, originariamente baseada em modelos vigentes nos E.U.A.

Apenas, enquanto as interferências do texto de partida sobre o texto traduzido são, quase sempre, evidentes, desde o nível morfossintático até o estilístico, as interferências dos esquemas conceituais e referenciais originais sobre os esquemas correspondentes prevalentes na recepção o são bem menos. Dito de maneira mais explícita, o leitor de um texto qualquer, inclusive de textos traduzidos, tenderá a efetuar a sua leitura sob a ótica dos *seus* referentes e dos *seus* esquemas conceituais, e suas ações posteriores - seus comportamentos verbal e não-verbal resultantes deste ato de leitura - fundamentar-se-ão em tal leitura, efetuada com pressupostos referenciais e conceituais distintos daqueles que prevaleceram no primeiro ato comunicativo (a interação social resultante do texto original).

Essas constatações, bastante evidentes para quem milita cotidianamente na atividade tradutória, não invalidam, é óbvio, a tradução automatizada. Questionam, isto assim, a pertinência de sua designação e, por decorrência, as expectativas que se pode licitamente entreter em relação à mesma. Sem pré- ou pós-edição, sem interação, sem revisão e reescrita, o que se tem é uma operação de mera transposição lingüística, o estabelecimento de uma correlação lexical, morfossintática e de "semântica de superfície", uma operação interna, palavra por palavra e sintagma por sintagma, mas não de texto a texto, posto que a operação é conduzida de forma dissociada do seu contexto de produção e recepção. A tradução propriamente dita resulta da inserção de todos os demais componentes comunicativos, sociais e subjetivos que compõem a realidade da produção de mensagem e da expressão e transmissão de idéias e sentimentos. Nestes termos, a forma mais apropriada para designar os sistemas atualmente disponíveis seria algo como "sistemas auxiliares da tradução" e o processo correspondente "a tradução assistida por computador". Com tal redefinição, o valor efetivo e as limitações inerentes aos sistemas disponíveis permitirá sua utilização mais eficaz como instrumento de trabalho dos tradutores.

SINAL DIGITAL: DETECÇÃO DE GLIDES POR PARÂMETROS ROBUSTOS

Edgard José Casaes
Departamento de Linguística - USP

1 PRELIMINARES

Pretendemos aqui apresentar alguns princípios e usos paramétricos do exame do sinal de voz, bem como uma leitura lingüística desses dados, sem, no entanto, sermos exaustivos.

O uso do computador para análise dos sons da voz permite-nos a manipulação de uma grande quantidade de dados, inclusive os cálculos paramétricos, com extrema rapidez. Se, por um lado, permite a amostra do sinal de voz, por outro, efetua os cálculos dos parâmetros desejados, o que facilita enormemente a análise.

O programa computacional foi arquitetado em linguagem "C" pela equipe de estudos de sinal de voz do Departamento de Engenharia Eletrônica da EPUSP, visando à possibilidade de um reconhecedor de voz pela máquina.

Após a exposição dos parâmetros acústicos utilizados, apresentaremos a análise dos dígitos, isto é, qualquer dos algarismos arábicos de 0 a 9.

2 PARÂMETROS DE ANÁLISE

O sinal eletro-acústico contém muito mais informações do que acreditam muitos pesquisadores (ZUE, 1985: 1602).

Para uma leitura dos dígitos, usamos tanto o sinal elétrico respectivo a cada dígito, quanto os parâmetros robustos(1): energia e taxa de cruzamento de zero.

(1) Os parâmetros robustos compreendem a análise de energia, taxa de cruzamento de zero, frequência de predição linear de ordem dois e erro de predição linear de ordem dois (SAMBUR, 1975: 87).

2.1 Energia

O exame da energia do sinal de voz revela-se um ótimo parâmetro para separar segmentos vocálicos e não-vocálicos, pois a energia de segmentos vocálicos é relativamente maior do que a de segmentos não-vocálicos. (ATAL, 1976: 204)

2.2 Taxa de cruzamento de zero

Ao contrário do parâmetro de energia, a taxa de cruzamento de zero revela-se como bom indicador dos segmentos não-vocálicos no sinal de voz.

3 ANÁLISE DOS DÍGITOS

O interesse na pesquisa da eletro-acústica dos dígitos se deve ao fato de possibilitarem a comunicação com o computador através do som da voz, bem como seu emprego nas telecomunicações. Sobre tais estudos muitos pesquisadores, principalmente da Área de Eletricidade, têm procurado soluções.

Assim, nas últimas duas décadas, a pesquisa da acústica dos dígitos tem despertado o interesse de muitos pesquisadores na Área de Eletricidade e Eletrônica, em todo o mundo (SAMBUR, 1975: 87). Por sua vez, o Departamento de Eletricidade da EPUSP tem empreendido várias pesquisas com esse intuito.

De nossa parte, o interesse na análise dos dígitos se deveu ao fato de possibilitar o exame da unidade toda, isto é, a palavra. Desse modo, permite examinar sua composição sonora, bem como uma classificação lingüística dos sons em combinatória.

A correta descrição eletro-acústica dos dígitos possibilita, de um lado, o aperfeiçoamento na engenharia de processamento de voz; de outro, permite a descrição sonora dos sons em combinatória.

Com o uso de parâmetros robustos, é possível caracterizar o sinal de voz, apesar das diferenças de geometria do trato vocal, portanto independente da pessoa (SAMBUR, 1975: 87).

Assim, pudemos perceber na análise desse vocabulário que tais parâmetros se revelam como ótimos para detectar glides, de forma que a seguir apresentamos, em função do espaço disponível, tão-somente a análise dos dígitos: dois, quatro, seis, oito e zero, apesar de termos analisado os demais.

Acrescentamos, finalmente, que a gravação (aquisição de voz pelo computador) foi realizada em sala normal, sem isolamento acústica, procurando-se manter o ruído ambiente o menor possível.

3.1 O dígito dois

Na análise do sinal elétrico do dígito "dois" (fig. 1), podemos perceber um segmento inicial de baixa amplitude (parte (a) da figura), referente à consoante oclusiva [d], seguido de um segmento de alta amplitude, referente ao ditongo "oi" (vide partes (a) e (b) da figura). Inicia-se com alta amplitude, devido à vogal oral [o] e se atenua a

seguir com o glide [j]. Após, partes (c) e (d), há um segmento de baixíssima amplitude, portanto com alta frequência, referente à consoante constritiva [s].

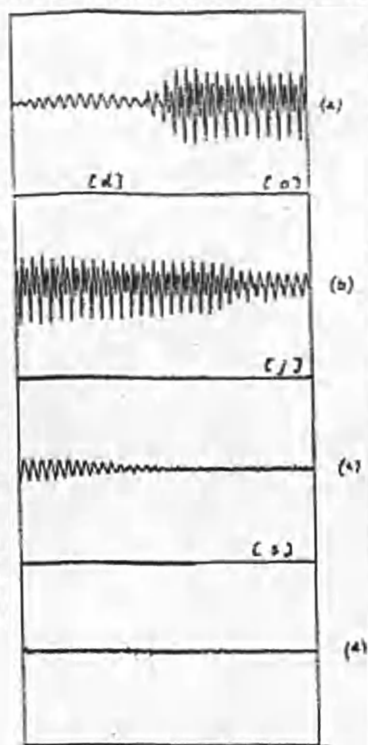


Fig. 1 - Sinal elétrico do dígito "dois".

Podemos perceber em (a) da fig. 2, a partir do parâmetro de taxa de cruzamento de zero, que há um pico inicial revelando a presença de uma consoante oclusiva [d], diminuindo a seguir, pois há som vocálico (o ditongo [oi]), havendo, ao final, uma curva de alta taxa de cruzamento de zero, revelando a presença do som constritivo [s].

No (b) da fig. 2, a partir do parâmetro de energia, percebemos uma curva de ampla energia, correspondente ao segmento vocálico, o ditongo [e].

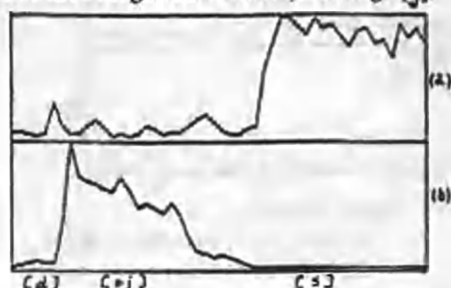


Fig. 2 - Dígito "dois".

- a) Curva de taxa de cruzamento de zero;
- b) Curva de energia.

3.2. O dígito três

Na análise do sinal elétrico do dígito "três" (fig. 3), podemos perceber um segmento inicial de média amplitude, referente à consoante oclusiva [t], seguido de outro segmento de menor amplitude, referente ao glide [f]. A seguir, há um segmento de alta amplitude, referente ao ditongo [e]: um segmento vocálico [e] e um período curto do glide [j]. Finalmente, existe um segmento de maior duração, de baixíssima amplitude, portanto com alta frequência, referente à consoante constritiva [s].

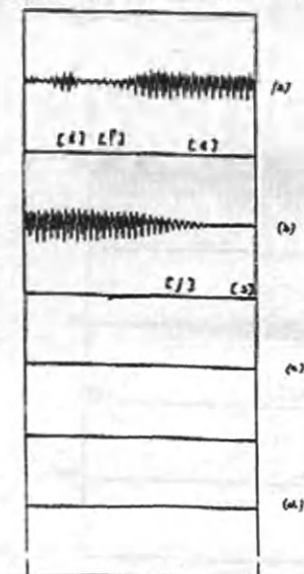


Fig. 3 - Sinal elétrico do dígito "três".

Podemos perceber em (a) da fig. 4, a partir do parâmetro de taxa de cruzamento de zero, um pico alto de curva, inicial, referente à consoante oclusiva [t], e outro pico de curva menor, em seguida, revelando a presença do glide [ɹ]. Ao final, uma curva de alta taxa de cruzamento de zero revela a presença da consoante constritiva [s].

Em (b) da fig. 4, podemos perceber um pico de curva de pequena energia, referente ao glide [j] e, em seguida, uma alta curva de energia, revelando a presença de som vocálico, o ditongo [eɪ].

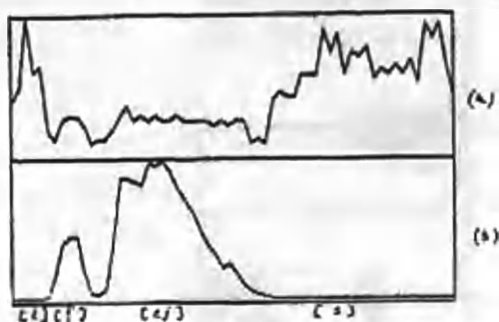


Fig. 4 - Dígito "três".

- a) Curva de cruzamento de zero;
- b) Curva de energia.

3.3 O dígito quatro

Na análise do sinal elétrico do dígito "quatro" (fig. 5), podemos perceber um segmento inicial de baixa amplitude, com pequena duração, referente à consoante: [k], seguido de um segmento de altíssima amplitude, referente ao som vocálico, o ditongo [wa]. O glide [w] encontra-se nesse segmento (parte inicial), com menor amplitude e curta

duração, seguido da vogal [a] com ampla amplitude. O segmento subsequente refere-se à consoante oclusiva [t], com duração média e baixíssima amplitude, seguido por um segmento de curta duração de média amplitude, referente ao glide [ʃ] (à semelhança do que ocorre o dígito "três"). Finalmente, há um segmento de alta amplitude, referente à vogal [o].

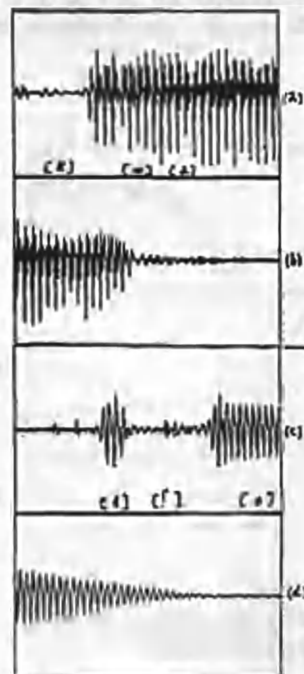


Fig. 5 - Sinal elétrico do dígito "quatro".

Podemos perceber em (a) da fig. 6, a partir do parâmetro de taxa de cruzamento de zero, um pico de curva inicial, revelando a presença de um som consonantal, no caso a oclusiva [k]; a seguir, outro altíssimo pico de curva, referente à consoante oclusiva [t], seguido de outro referente ao glide [ʃ].

Em (b) da fig. 6, a partir do parâmetro de energia, podemos perceber uma curva de alta energia, inicial, referente ao som vocálico, o ditongo [aw]. A seguir, um pico de energia, referente ao glide [w], seguido por nova curva alta de energia, referente à vogal [a].

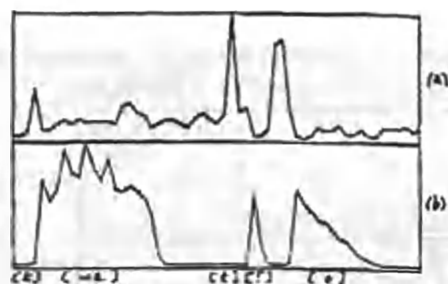


Fig. 6 - Dígito "quatro".

- a) Curva de cruzamento de zero;
b) Curva de energia.

3.4 O dígito seis

Na análise do sinal elétrico do dígito "seis" (fig. 7), podemos perceber um segmento inicial de baixíssima amplitude, portanto com alta frequência, referente à consoante constrictiva [ʃ]. A seguir, outro segmento de média amplitude, referente ao ditongo [ej]. Inicia-se pelo segmento de maior amplitude, referente à vogal [e], seguido do glide [j], com menor amplitude. Finalmente, há um segmento de baixíssima amplitude, portanto com alta frequência, referente à consoante constrictiva [ʃ].

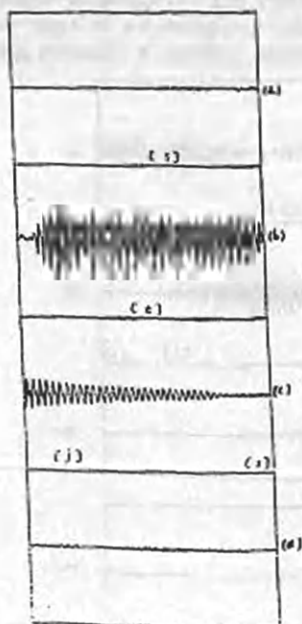


Fig. 7 - Sinal elétrico do dígito "seis".

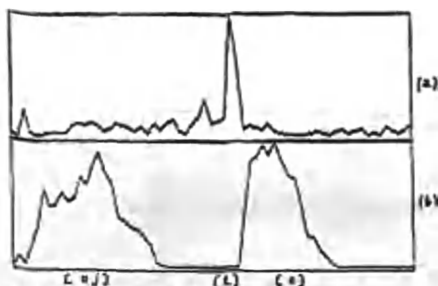


Fig. 10 - Dígito "oito".

- a) Curva de cruzamento de zero;
b) Curva de energia.

3.6. O dígito zero

Na análise do sinal elétrico do dígito "zero" (fig. 11), podemos perceber que seu início apresenta curva de onda de pequena amplitude, portanto de média frequência, característica do som constitutivo [z], porém com modulação sonora (vibração das cordas vocais), seguida de curva alta de alta amplitude, portanto com baixa frequência, referente ao som da vogal [ɛ]. A seguir, há uma curva de pequena amplitude, relativa ao som do glide [j]. Finalmente, existe uma curva de média amplitude, referente à vogal oral [o].

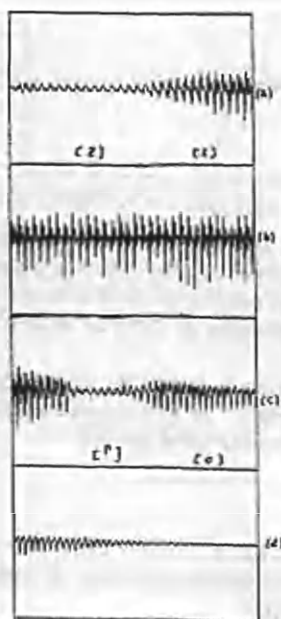


Fig. 11 - Sinal elétrico do dígito "zero".

Podemos perceber em (a) da fig. 12, a partir do parâmetro de cruzamento de zero, que há uma curva de pequena altitude, referente ao início da consoante constritiva [ʒ]. A seguir, há uma curva de onda de alta taxa de cruzamento de zero, que, na verdade, se refere à modulação sonora (vibração das cordas vocais). A seguir, existe um pequeno pico de onda, referente ao glide [ʃ].

Tal parâmetro torna-se ineficiente para o exame das regiões consonantais, iniciadas por constritiva sonora.

Em (b) da fig. 12, a partir do parâmetro de energia, podemos perceber uma curva de alta energia, correspondente à vogal oral [ɛ], seguido pelo som de glide [ʃ], no fim de tal curva. A seguir, há um pico de onda, de energia, referente à vogal [o].

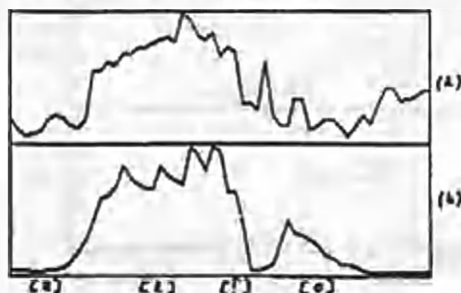


Fig. 12 - Dígito "zero".

- a) Curva de cruzamento de zero;
- b) Curva de energia.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Notemos que, em todos os dígitos em que ocorre os glides [j] e [ʃ] há um pico de energia seguido de um espaço, semelhante a um "vale", marcando a transição entre som consonantal e vocálico, ou vice-versa. Isso ocorre nos dígitos: "dois", "três", "quatro", "seis", "oito" e "zero".

Através de programas específicos, o uso do microcomputador, na atualidade, permite-nos analisar os sons da voz, com grande versatilidade, seja na manipulação dos dados, seja na grande quantidade de dados a serem tratados, ou ainda nos cálculos paramétricos desejados.

Para a análise e compreensão dos segmentos vocálicos e não-vocálicos dos dígitos, podemos valer-nos tanto do sinal elétrico respectivo, quanto de dois parâmetros robustos: a energia e a taxa de cruzamento de zero.

O parâmetro de energia do sinal de voz indica os segmentos vocálicos e o de taxa de cruzamento de zero indica os segmentos não-vocálicos.

A escolha da análise dos dígitos se deveu ao fato de possibilitar o exame da unidade toda, isto é, a palavra, examinando-lhe a composição sonora; no intuito de uma classificação lingüística.

Na análise do sinal elétrico dos vários dígitos, podemos perceber que os segmentos correspondentes aos sons de consoante oclusiva apresentam pequena amplitude, enquanto os das consoantes constritivas apresentam baixíssima amplitude. Para os segmentos correspondentes às vogais, percebemos amplitudes altas, com uma pequena diferença para os sons nasais. Nestes últimos, por se realizarem com ressonância nasal, portanto com saída livre pelas narinas, a amplitude dos referidos segmentos é menor do que aqueles com ressonância oral. Constitui exceção o caso do dígito "um", realizado por uma única vogal nasal [ũ], um som grave e com ressonância nasal, que apresenta altíssima amplitude.

Com o uso dos parâmetros robustos - taxa de cruzamento de zero e energia, podemos perceber:

1) o parâmetro de taxa de cruzamento de zero se revela como bom indicador dos segmentos não-vocálicos, exceto quando há ressonância nasal ou a palavra é iniciada por sons constritivos com modulação sonora (vibração das cordas vocais). É o caso dos dígitos "um", "cinco", "nove" e "zero";

2) o parâmetro de energia, ao contrário do de taxa de cruzamento de zero, revela-se ótimo indicador de segmentos vocálicos pelas curvas de alta energia, permitindo, inclusive, separar os segmentos não-vocálicos pela baixa energia.

Assim, podemos afirmar que ao ocorrer um glide há sempre a presença de um pico de curva tanto no cálculo paramétrico de energia quanto no de cruzamento de zero, de forma que ao conjunto de glides: iode e vai é possível acrescentar o vibrante simples [ʃ], que há nos dígitos: "três" e "quatro".

5 BIBLIOGRAFIA

- ATAL, B.S. (1976b) Automatic recognition of speakers from their voices. Proceedings of the IEEE. Vol. 64, nº 4, abril/76, New York, p. 460-487
- CASAES, E. J. (1990) Descrição acústico-articulatória dos sons da voz. Para um modelo dos sons do português. [Tese de Doutorado], São Paulo, FFLCH-USP
- _____ (1992) Classificação fonética dos sons da língua falada no Brasil. Noções de fonética para o estudo do processamento do som da voz. [Coordenador: Edgard J. Casaes]. São Paulo, Depto. de Lingüística/Curso de Fonoaudiologia/DEpto. de Engenharia Eletrônica-USP, 1993, p. 56-76.
- FLANAGAN, (1972) Speech analysis synthesis and perception. 2ª ed. New York, Spring-Verlag.
- JAKOBSON, R. (1980) Charpente phonique du langage. [trad. par Alain Kihm]. Paris, Minuit.

- KIELCZEWSKI, G. (1978) Digital synthesis of speech and its prosodic features by means of a microphonemic method. Speech communication with computers. London, Carl Hanser Verlag.
- LADEFOGED, P. (1982) A Course in phonetics. 2^o ed. New York, Harcourt B.J.,
- MALMBERG, B. (1974b) Manuel de phonétique générale, Introduction à l'analyse scientifique de l'expression du langage. Paris, Picard.
- MARTINS, M. R. D. (1988) Ouvrir falar. Introdução à fonética do português. Lisboa, Caminho.
- PETITOT-COCORDA, J. (1985) Les catastrophes de la parole. Paris, Maloine.
- RABINER, L. R. et SAMBUR, M. R. (1975) An algorithm for determining the endpoints of isolated utterances. The Bell system technical journal. Vol.54, n^o 2, fevereiro/75, New York, p. 297-313.
- RABINER, L. R. et SCHAFER, R. W. (1978) Digital processing of speech signals. New Jersey, Prentice-Hall Inc.
- SAMBUR, M. R. et RABINER, L. R. (1975) A speaker-independent digit-recognition system. The Bell system technical journal. Vol. 54, n^o 1, janeiro/75, New York, p. 81-103.
- SANCHES, I. (1989) Reconhecedor de dígitos isolados independente de locutor. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Departamento de Engenharia de Eletricidade-Escola Politécnica-USP.
- SAYED, A.H. (1989) Simulador de reconhecedores de palavras isoladas. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Departamento de Engenharia de Eletricidade- Escola Politécnica-USP.
- SCHAFER, R. W. et RABINER L. R. (1975) Digital representations of speech signals. Proceedings of the IEEE. Vol. 63, n^o 4, abril/75, New York, p. 662-677.
- SILVEIRA, R. C. P. da (1982) Estudos de fonética do idioma português. São Paulo, Cortez.
- STRAKA, G. (1979) Les sons et les mots. Choix d'études de phonétique et de linguistique. Paris, Klincksiek.
- ZUE, V. W. (1985) The use of speech knowledge in automatic speech recognition. Proceedings of the IEEE. Vol. 73, n^o 11, novembro/85, New York, p. 1602-1615.

" CARTILHAS: RUIM COM ELAS, PIOR SEM ELAS?"

Lélia Erbolato Melo
Departamento de Linguística
FFLCH-USP

Inicialmente, gostaria de colocar algumas indagações que nortearão a abordagem das duas facetas contidas no título da presente comunicação. E que pretendem, na verdade, desencadear uma reflexão e, sobretudo, uma discussão. Buscarei inspiração (por ordem de entrada): num artigo de autoria de Mary Julia Dietzch (1991); num artigo de minha autoria (Melo, 1991); e, finalmente, no artigo de Bárbara Freitag (1990).

Algumas Indagações:

Serão (1) as cartilhas o grande mal de nossa alfabetização? (2) Para "quem" falam as cartilhas? (3) Que "sentido" tem o que dizem a crianças que, "suave" ou "amargamente", são impelidas a seguir seus caminhos, ou melhor, a se pautarem por suas linhas? (4) A solução seria abolir o uso da cartilha?

Respondendo à primeira questão: lembraria que a cartilha ou a falta dela não é o mais angustiante nem o maior problema da educação no país, mas melhorá-la e atualizá-la deveria constituir uma meta urgente, antes que seja tarde demais. E tudo isso se explica pelo fato de os autores das cartilhas, de um modo geral, restringirem o seu objetivo à alfabetização, ignorando que a alfabetização é um passo, embora indispensável, para se chegar à "leitura". Quando as crianças têm em suas casas outros materiais de leitura não é tão grave que, na escola, se use um único texto. É grave, no entanto, quando o ambiente escolar é praticamente o único ambiente alfabetizador. Na opinião de uma professora paulista, "se a cartilha for o único livro que a criança tem acesso, ela passa a acreditar que ler é uma tarefa chata e sem interesse". (Revista "Veja", 1986:80) O que se deve evitar, portanto, é que a cartilha se transforme no único livro ao alcance dos alunos.

Quais seriam as razões implícitas nesta argumentação? Várias. Apontarei apenas algumas.

A mensagem que os textos das cartilhas transmitem às crianças da escola de 1º grau não se modificou, não acompanhou as mudanças efetivamente ocorridas na sociedade. Isto se observa, por exemplo, quando comparadas as diferentes edições de uma mesma cartilha.

E também: a nossa realidade escolar está longe de considerar os aspectos sócio-funcionais da língua escrita na forma como prepara uma criança para ser alfabetizada.

Respondendo à segunda questão: provavelmente, neste momento, já não seja perturbador afirmar que a cartilha é um espaço de ausência: nela, falta um texto, um

leitor, e será que existe, na cartilha, um escritor? Ainda que em algumas lições se pretenda construir narrativas e deixar despontar um texto, o que prevalece na cartilha é a justaposição de enunciados desconexos, o desfile de entidades anônimas e as ordens a serem cumpridas. É assim que o autor tenta aproximar o leitor em uma malha de artifícios.

Respondendo à terceira questão: confesso que quando tive uma visão de conjunto dos textos de três cartilhas que examinei (*No Reino da Alegria, Caminho Suave e Pipoca*), adotadas em algumas escolas da rede pública pensei, num primeiro momento, que não seria possível que elas tivessem alguma influência na vida da criança. Em outras palavras: ou não deixariam rastros, ou passariam sem dificuldades nem glória.

Respondendo à quarta questão:

A partir de problemas estruturais apontados em relação à "cartilha", parece, então, que, à primeira vista, a solução imediata seria abolir o seu uso.

Mas, abolir o uso da cartilha não seria um contra-senso? Como se pode atribuir-lhe a responsabilidade pelo fracasso da alfabetização, sem antes examinar o espaço mais amplo (da escola) e do sistema de ensino (onde acontece esse processo). Ou então: como querer que os professores passem uma borracha em sua história profissional e mudem de repente sua prática, ou seja - que todos virem "construtivistas", da noite para o dia, como pretende a moda atual?

Nesse sentido, parece oportuno mencionar o depoimento de uma professora da rede pública (colhido por Mary Julia, e não por mim) a respeito do sério e inteligente trabalho de Emília Ferreiro, ou porque não lhe foram facilitadas condições suficientes para entedimento das idéias da autora, ou porque no momento não estivesse ainda preparada para uma leitura mais profunda de sentido da pesquisa de Ferreiro. O certo é que [na pressa e no modismo], a professora vem trazendo problemas sérios para o trabalho com seus alunos, pensando que tudo está resolvido, quando diz: "Então deixei de lado a cartilha e tô seguindo o "método de Emília Ferreiro". Primeiro, eu aplico "as sondagens" e vejo em que fase a criança está: na pré-silábica, na silábica ou na alfabética. Depois, eu trabalho o nome delas, deixo elas irem como elas entendem e faço os exercícios da "boquinha" e ela logo vai mudando a fase. (O exercício da "boquinha", como explica a professora, consiste em apresentar palavras escritas à criança que ela deve ler e marcar, seguindo os sons da fala e as letras da escrita).

Estou entrando, agora, na segunda parte de minha apresentação, quando tentarei resgatar, em linhas gerais, o estudo longitudinal que analisa o impacto de dois programas de alfabetização sobre a psicogênese e o rendimento escolar de 20 crianças matriculadas em escolas públicas de Ceilândia, cidade-satélite de Brasília, durante três anos. Abrangeu os anos letivos de 1985, 1986 e 1987, acompanhando os alunos desde a matrícula na 1ª série até a 3ª série. Dos dois programas de alfabetização analisados, um baseava-se em livro didático ("tradicional") e o outro não adotava livro algum ("experimental").

Alguns esclarecimentos complementares:

Os 20 alunos compunham-se de duas subamostras diferentes: 10 alunos (grupo experimental) estavam matriculados (em 1985) em uma escola que aplicava o programa experimental de alfabetização, e os outros 10 (grupo tradicional) estavam matriculados, na mesma ocasião, em uma escola da rede que adotava o programa tradicional.

Os alunos do grupo tradicional possuíam a cartilha - Caminho Suave de (Branca Alves).

Os alunos do grupo experimental estavam sendo alfabetizados segundo o "método experimental" (de Ivonilde Morroni). Ivonilde Morroni e algumas de suas colegas dispensaram o livro didático e procuraram elaborar seu próprio material didático. (a partir de 1978, em Brasília)

Como, segundo Freitag, o programa experimental fora introduzido com a intenção de inovar e melhorar a alfabetização nas cidades-satélite, ela formulou a hipótese central de seu estudo nos seguintes termos: as crianças submetidas ao programa experimental apresentam, depois de 3 anos de escolaridade regular, um desempenho cognitivo (segundo critérios piagetianos) e um rendimento escolar (segundo os critérios de avaliação da própria Fundação Educacional de Brasília) superiores aos das crianças submetidas ao método de alfabetização tradicional.

Ao final do trabalho, no entanto, os dados coletados não confirmaram a "hipótese central".

Conclusões a que chegou a pesquisadora:

(1) O estudo longitudinal das 20 crianças (durante os três primeiros anos de sua escolarização) permite descartar a hipótese de que o baixo rendimento escolar das crianças tenha sido devido à deficiência cognitiva das crianças.

(2) O estudo também descartou a hipótese de que o programa de alfabetização experimental do DF, hoje chamado vivencial, fosse superior ao tradicional, tanto em termos psicogenéticos quanto em termos de rendimentos escolar. Ao contrário, o programa tradicional (apesar de seus conhecidos defeitos) ainda revelou ser "superior" ao experimental, cuja introdução no DF teve a intenção de reverter as altas taxas de evasão e reprovação dos alunos.

Contudo, seria uma falácia aplaudir incondicionalmente o Programa do Livro Didático Ensino Fundamental (PLIDEF), que se propunha a distribuir gratuitamente o livro didático (para todo o 1º grau) em todas as escolas públicas do país. A verdadeira causa para as reprovações em massa no DF se encontra no fluxo excessivo de professores durante um ano escolar.

Portanto: não cumpriram com sua parte as instituições escolares que permitiram a rotatividade do professor e a mudança dos métodos e materiais de alfabetização nos momentos menos oportunos.

Reflexão final:

Mais que "palavras de ordem", importa a compreensão de que a concepção de leitura e escrita que

ALFABETIZAÇÃO: algumas considerações.

(*) Marieta Lúcia Machado Nicolau
FEUSP

Nesta oportunidade queremos pôr em relevo dois aspectos que revestirão nossa fala: o primeiro é o de que recorreremos à lingüística sempre que sentirmos necessidade de iluminar a nossa compreensão sobre a linguagem infantil e sobre a aprendizagem da leitura e da escrita embora nos consideremos aprendiz principiante neste campo do conhecimento; o segundo é o de que focalizaremos a alfabetização desenvolvida na escola, entendendo, no entanto, que a criança se alfabetiza dentro e fora do âmbito da escola, isto é, no contexto sócio-político-econômico-cultural em que se encontra.

A alfabetização é um processo dinâmico e contínuo que envolve, entre outros elementos, o alfabetizando, o alfabetizador, as condições da instituição, os métodos e recursos didáticos utilizados, bem como as funções e os usos que a cultura faz da linguagem. A aprendizagem da leitura e escrita é sempre um processo único que se renova a cada nova situação sendo que a teoria apóia a prática e esta é um permanente desafio àquela.

A partir desta compreensão, faremos considerações gerais sobre alfabetização e sobre o trabalho que realizamos na nossa pesquisa de doutoramento, em 1986, que consistiu em orientar, sem o uso de cartilhas, o processo de alfabetização de crianças de 1ª série, em duas escolas de 1º grau - uma pública e outra particular. (Nicolau, 1987)

Ao focalizar o alfabetizando, estaremos considerando as suas condições de aprender, o seu nível operatório de pensamento, os modelos de representação cultural que interferem no seu processo de socialização, as suas condições motivacionais, afetivo-sociais e psicomotoras. Desejamos abordar o conceito de prontidão, na sua acepção ampla.

A nosso ver, uma criança está "pronta" para se alfabetizar quando está num "estado de alerta", o que significa também um estado de interesse duradouro e pleno para interagir com o material simbólico da alfabetização, processando as suas respostas no nível afetivo-social, psicomotor e cognitivo. Isto decorre de um longo e gradual processo que depende tanto de aspectos maturacionais quanto daqueles que foram produto da estimulação ambiental.

Ao destacar o alfabetizador, nós evidenciamos o educador que desafia, ativa e cria condições para fortalecer a prontidão do aluno e que compreende que a sua

(*) Profa. Dra. de Psicologia da Educação da FEUSP.

forma de atuação pode favorecer ou dificultar o desempenho dos alfabetizandos. Sempre fomos de opinião que existe uma relação significativa entre a qualidade da estimulação que a escola propicia e o desenvolvimento pedagógico dos alunos.

Cabe ao alfabetizador permitir à criança exercer plenamente a sua atividade. *"Cada momento deve constituir vivências, buscar, experimentação, descobertas, levando-se em conta a criança, ser que tem características próprias, necessidades e possibilidades ilimitadas para se desenvolver"*. (Nicolau, 1986, p. 49).

Estimular não implica absolutamente assumir uma visão simplista, numa perspectiva de estímulos condicionadores de respostas. Significa, isto sim, considerar a criança como ser único e singular para oferecer-lhe oportunidades crescentes de desenvolvimento. Vygotsky em sua obra destaca a importância da aprendizagem no desenvolvimento e nós concordamos com o eminente pesquisador.

Embora reconhecendo a relevância do potencial cognitivo da criança, nossa postura também é a de dar importância à aprendizagem como fator de desenvolvimento e de integração à vida social. Entenda-se aqui aprendizagem como tudo aquilo que é construção do homem e, portanto, fortemente condicionada por fatores de ordem sócio-cultural onde se desenvolve. Trabalha-se, nesta acepção de aprendizagem, com a perspectiva que considera a influência cultural sobre as formas de pensamento.

A crença neste princípio e em seus desdobramentos leva, conseqüentemente, a postular que é possível, portanto, melhorar as condições de aprendizagem da criança, desde que se lhe ofereça uma estimulação de boa qualidade e que se transforme mesmo que, parcialmente, condições de estrutura e funcionamento da escola e se aprimore a qualidade da ação docente.

Wadsworth (1984, p. 160) focaliza com clareza a interação entre o processo de desenvolvimento e o de estimulação, tentando aplicar as idéias de Jean Piaget à pré-escola e Ensino de 1o. Grau. Referindo-se à aprendizagem da leitura e escrita, aponta para a sua complexidade e, portanto, a necessidade de serem percebidas as relações que a envolvem. *"A leitura envolve processos de percepções (tanto visuais quanto auditivos), processos cognitivos, motivação e significação. Os educadores precisam compreender todos esses processos nas suas relações complexas para que aprender a ler seja compreendido"*. Entendemos que o citado autor quis fazer referência ao fato da aprendizagem da leitura e escrita ser significativa e não simples decifração.

Para este pesquisador (1984, p. 161) *"prontidão para a leitura refere-se a saber se a criança adquiriu as competências cognitivas e as habilidades perceptuais necessárias para aprender a ler: começar a dar significados às palavras e sentenças escritas. Mas prontidão para ler inclui muito mais"*.

Apoiando-se em Piaget e Inhelder (1969), Wadsworth (1984, p. 162) faz referência à inclusão de classe que exige a compreensão das relações entre as classes e subclasses dos objetos para explicar que as letras têm uma classe de pronúncias regulares e uma de pronúncias irregulares.

Quando o ato na escrita é reduzido única e exclusivamente à mecânica do traçado, esta assume um caráter meramente figurativo, sofrendo uma dupla limitação: de um lado, pela desconsideração do amadurecimento psicomotor que possibilita a evolução grafo-motora; de outro, pela marginalização da escrita em função do desenvolvimento humano como um todo, onde, naturalmente, se incluem as variantes afetivas e intelectuais. Privada de qualquer um dos fatores mencionados, a preparação para a escrita torna-se um exercício de aprisionamento da mão e da idéia. Mas, se ao contrário, a atividade gráfica foi inserida num contexto mais amplo de desenvolvimento (envolvendo as esferas psicomotora, emocional e cognitiva), a oposição entre aspectos construtivos e figurativos deixa de existir, porque, afinal, ato e significado fazem parte de uma mesma conquista, de um mesmo esforço no sentido de garantir ao homem o uso inteligente da linguagem e do corpo, a possibilidade de expressão e o domínio das idéias".

Entendemos que a criança constrói o seu conhecimento e somos de opinião também que o domínio da escrita tanto depende da motricidade gráfica quanto da elaboração mental.

A seguir, destacaremos, de maneira sintética, alguns aspectos da pesquisa que se constituiu em nossa tese de doutoramento e o que se observou no processo de alfabetização das crianças de 1ª série sem a utilização da cartilha. (Nicolau, 1987)

Em decorrência da postura interacionista adotada, centramos a atenção sobre a criança, seus professores e o processo de ensino-aprendizagem considerado em si mesmo. Eis alguns princípios relevantes para a construção global desse paradigma de intervenção pedagógica: a valorização da identidade da criança, o atendimento de suas necessidades e expectativas; a interação da criança com o ambiente, com os outros, e principalmente, com o objeto de seu conhecimento; a importância da linguagem como forma de interação e de construção desse conhecimento; a importância necessária, mas não de todo suficiente, da percepção no processo de ensino-aprendizagem da leitura - escrita.

Fechando o circuito dos princípios e fundamentos que informam o paradigma da intervenção pedagógica, cuidamos de explicitar qual ponto de vista norteou os caminhos que levaram o grupo de crianças à apropriação da linguagem escrita. Aqui, defendeu-se uma visão dialógica da relação oral-escrito, sem contudo deixar de marcar as diferenças entre ambas as modalidades, focalizando-se, em decorrência, a dimensão da variação linguística. E aí considerou-se a importância do papel da oralidade; do tratamento não estanque da palavra e do texto, unidades estas trabalhadas sempre dentro de um contexto significativo e situacional, de forma a valorizar a capacidade expressiva da criança. Todo este tratamento dialógico e interativo entre ambas as modalidades tinha como objetivo pontuar o caráter gradual do processo de aquisição da leitura-escrita.

Nosso plano de atividades em relação ao desenvolvimento das "*habilidades de interação*" nas crianças, abrangeu os seguintes aspectos, baseados em

Saville - Troike, 1986:

- percepção de características relevantes observadas nas situações comunicativas;
- seleção e interpretação de formas apropriadas para situações, papéis e relações sociais particulares (regras para o uso da fala);
- normas de interação e interpretação;
- estratégias para alcançar os objetivos.

As frases trabalhadas no processo de alfabetização surgiram do trabalho

oral.

No processo de alfabetização, evidenciaram-se para nós as vantagens do trabalho centrado na oralidade e no tratamento da palavra e do texto num contexto significativo e situacional.

As atividades de escrita no início da alfabetização são sempre restritivas em relação à rica oralidade das crianças. Para que não se perca o caráter mais amplo da linguagem como representação de experiências e de reflexão sobre experiências e a natureza representativa da escrita é preciso estimular as atividades de linguagem oral e inserir as atividades de escrita numa situação comunicativa.

O que se pôde observar foi que a contextualização dos primeiros fragmentos de escrita numa situação de comunicação (atividade oral) favoreceu sobremaneira a interação da criança com a escrita, a percepção de sua função, de seu uso.

A outra vantagem desta pedagogia do oral para a aquisição da escrita é tornar significativa a atividade de produção de fragmentos ou textos pela criança a partir de suas experiências de vida.

Este percurso exigiu que o material de escrita sobre o qual se trabalhar no processo de alfabetização fosse produzido pela criança em atividades dialogadas das quais ela participava intensamente a partir de suas experiências ou de ouvir/contar histórias.

Este é um referencial para o trabalho diferente daquele que se oferece nas cartilhas em que uma ordem rígida e pré-estabelecida de oportunidades de leitura e de apresentação de "pseudo-textos" restringem ainda mais as atividades de recepção e de produção pela criança além de afastá-la das verdadeiras funções, usos e significados da linguagem.

BIBLIOGRAFIA

- COLELLO, S. de M. G. *Emília Ferreiro e Jean Le Boulch: um confronto de teorias*. São Paulo, FEUSP, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização*. Cortez Autores Associados. São Paulo, 1985.
- _____. *A representação da linguagem e o processo de alfabetização*. Cad. de Pesq. São Paulo, n. 52, p.7-17, fev. 1985.
- _____. & TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.
- FREINET, C. *As técnicas Freinet da escola moderna*. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.
- _____. *O método natural I - A aprendizagem da língua*. Lisboa, Editorial Estampa, 1977.
- LE BOULCH, J. *A educação pelo movimento. A Psicocinética na idade escolar*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- NICOLAU, M. L. M. *Educação Pré-Escolar. Fundamentos e Didática*. São Paulo, Ótica, 1985.
- _____. & MAURO, M. A. F. *Alfabetizando com sucesso*. São Paulo, EPU, 1986.
- _____. *A integração de atividades no processo de alfabetização, sem cartilha, em duas escolas de 1o. Grau - uma pública, outra privada*. São Paulo, FEUSP, 1987. (Tese de Doutorado)
- _____. *Textos Básicos de Educação Pré-Escolar*. São Paulo, Ótica, 1991.
- _____. & MAURO, M. A. F. *Alfabetização e Contexto* (Inédito), 1992.
- SAVILLE - TROIKE, M. *Antropological considerations in the study of communication*. In: TAYLOR, O.L. (Ed.). *Nature of communication disorders in culturally and linguistically diverse populations*. San Diego, California, College-Hill Press, 1986.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. Lisboa, Antídoto, 1979.
- WADSWORTH, B. *Piaget para o professor da pré-escola e 1o. Grau*. São Paulo, Pioneira, 1984.

CATEQUESE E COLONIZAÇÃO NO "DIÁLOGO ..." DE NÓBREGA

Helena Hathsue Nagamine Brandão
(FFLCH-USP)

Do ponto de vista histórico-cultural, dentre as experiências mais marcantes que o descobrimento da América trouxe para o homem tanto europeu quanto ameríndio foi o defrontar-se com um novo mundo; um mundo de culturas completamente estranhas para ambas as partes.

O que vou me propor a fazer é arriscar uma leitura da leitura que o europeu fez do mundo ameríndio nos primeiros anos desse contato. Do vasto campo discursivo proferido pelo conquistador, farei um recorte que levará em conta apenas o discurso dos primeiros missionários jesuítas no Brasil, cuja experiência evangelizadora se destacou das demais.

Apesar do espírito pioneiro de busca de convivência com os índios e do esforço meritório dispendido no seu apostolado, enfrentando os maiores obstáculos, os jesuítas, na sua atuação objetiva sobre a realidade, como não poderia deixar de ser, mostraram-se homens de sua época, principalmente na maneira de pensar e ver o mundo recém-descoberto. Acrescente-se a essa contingência histórica, o fato de eles para cá terem vindo nas mesmas caravelas dos colonizadores, provenientes de um horizonte europeu que trazia no seu bojo um projeto de conquista e colonização. Seus discursos refletem, portanto, a ambivalência da realidade conflitual em que atuaram e viveram.

Para ilustrar essa ambivalência, apresentarei a minha leitura de um texto significativo da época, provavelmente de 1558: **DIÁLOGO SOBRE A CONVERSÃO DO GENTIO** do Padre Manoel da Nóbrega, Superior da Ordem no Brasil que aqui chegou na mesma armada do Governador Geral em 29/03/1549, trazendo os primeiros missionários jesuítas.

O "**DIÁLOGO...**" é uma peça didática. Ele tem como objetivo ensinar aos jovens catequistas o sentido da ação missionária, com que espírito ela devia ser levada adiante. Para tanto o autor utiliza-se da estratégia discursiva do diálogo, em que o eu do narrador se afasta da cena enunciativa e faz emergir ficionalmente a fala de dois missionários:

- o Irmão Gonçalo Álvares, dotado de grande talento no domínio da língua, e
- o Irmão Mateus Nogueira, ferreiro que não prega com palavras, mas com obras.

Ambos sintetizam o lema do trabalho missionário: **palavra e fé**. Não basta apenas uma ou outra, mas ambas constituem a dupla face do trabalho jesuítico. Para Gonçalo Álvares, **falar é ação**, segundo os preceitos que lhe foram transmitidos.

Como profundos humanistas que eram, os jesuítas prezavam o estudo e o domínio das letras, da palavra, da pregação. Para executarem a tarefa missionária, era preciso saber convencer, era preciso dominar a retórica. Para eles, falar é *convencer* e convencer é *converter*. É mover o outro a uma ação, a uma mudança de atitude. Mas, todo esse conhecimento do aparato retórico de nada servia diante da rudeza e resistência do gentio. Aqui é que entra a contraface cristã: só a palavra não basta. Segundo Mateus Nogueira, para converter é preciso muito mais do que a palavra, é preciso fé.

O texto começa com Gonçalo Álvares reclamando da rudeza e bestialidade dos índios e do trabalho catequético que lhe parece insano e inútil. Ele pergunta a Mateus Nogueira, mais experiente no trabalho da catequese, o que acha dos gentios. No fundo, ele quer saber se é possível convertê-los. Mais adiante, ele indaga: "Os índios são nossos próximos? São homens como nós? O que leva os Padres a prosseguir no trabalho de catequese apesar de tantos obstáculos?"

A princípio, Mateus Nogueira parece comungar da mesma opinião de seu companheiro, mas aos poucos, sobre um primeiro plano em que se constrói uma imagem do índio como selvagem, primitivo, rude, bestial, vai emergindo um outro plano em que se constrói uma imagem do índio como ser humano, como tendo alma, portanto, como elemento que pode e deve ser catequizado.

A forma dialogada que assume o texto permite forjar um discurso polêmico em que se representa de forma didática a fronteira entre o *Um* e o *Outro*, entre o *mesmo* e o *diferente*, o *dado* e o *novo* constitutivos de nossa composta experiência e modos de encarar a realidade. É o método dialético que faz emergir as contradições que povoam nossas visões de mundo, nosso código de valores, determinam nossa prática e produzem discursos. Gonçalo Álvares e Mateus Nogueira são a dupla face de uma só personagem: o missionário jesuíta. O primeiro é a representação da voz da dúvida, do ceticismo que devia assaltar todo catequizador diante das dificuldades com que se defrontava. O segundo é a voz da experiência missionária, do saber alicerçado na fé.

Mas, indo mais a fundo no problema colocado, podemos dizer que, na verdade, o diálogo que se trava é entre duas vozes sociais: a do colonizador e a do missionário. Entendendo por discurso social "tudo o que se diz, tudo o que se escreve em um dado estado da sociedade (...) tudo o que se narra e se argumenta; o narrável e o argumentável em um determinado grupo social, num determinado momento histórico" (Angenot, p. 20), para nós, a dúvida, o ceticismo que assalta G. Álvares está todo contaminado por um amplo discurso social colonialista em voga na Europa do século XVI. Lembremo-nos que Nóbrega veio ao Brasil em 1549 e já nessa época a questão da conquista da América Espanhola que se fez na ponta da baioneta e do bacamarte acendera polémicas que culminaram, em 1550, na disputa de Valladolid entre Bartolomeu de Las Casas e Sepúlveda. Sepúlveda era um especialista em Aristóteles em cuja obra *POLÍTICA*, encontra-se o seguinte trecho:

"La intención de la naturaleza, por tanto, es hacer también los cuerpos de los libres y de los esclavos distintos: los últimos fuertes para el servicio necesario; los

primeros, erectos e inservibles para tales ocupaciones, pero útiles para la vida de ciudadanía (...) Es evidente, portanto, son libres y otros esclavos por naturaleza, y para esas personas la esclavitud es una institución conducente y justa". (p. 1418).

Baseando-se na tese aristotélica de que há homens que nascem naturalmente para serem escravos, Sepúlveda defendia a conquista dos territórios indígenas e a escravização destes pela força, por meio das "guerras justas".

Considera-se, hoje, o descobrimento da América um fato de grande importância para a história da humanidade por ter provocado uma série de deslocamentos não só do ponto de vista geográfico mas também pelo fato de levar o europeu, no confronto entre culturas diferentes, a se interrogar sobre a identidade do outro e de si mesmo; embora essa indagação tivesse sido feita geralmente de forma etnocêntrica.

Uma memória discursiva (explicitada em dois momentos: "ouvi dizer que estes não eram próximos..." (p. 82) e "A pessoas mui avisadas ouvi eu dizer..." (p. 89)) agencia a fala de G. Álvares trazendo à tona as grandes indagações que o europeu se fazia na época sobre a natureza dos índios: era o índio um ser humano como ele?

G. A.: - "Dizei-me, Irmão Nogueira, esta gente são próximos?"

- "Estes têm alma como nós?"

No fundo, eram essas as questões que se debatiam - com maior sofisticação retórica e exacerbação de ânimos - em Valladolid. Como elemento produzido num determinado contexto sócio-histórico-social, não podemos negar que o discurso de Nóbrega, principalmente pelas intenções objetivadas, apresenta fortes vinculações com as preocupações que dominavam a mentalidade da época. Ele é atravessado por um interdiscurso que apreende uma espécie de espírito do tempo, um rumor social que a todos inquietava frente ao novo, ao estranho. É esse estranhamento que leva G. Álvares a indagar:

"Pois (se) assim é, que todos temos uma alma e uma bestialidade naturalmente, e sem graça todos somos uns; de que veio estes negros serem tão bestiais, e todas as outras gerações, como os romanos e os gregos e os judeus, serem tão discretos e avisados?"

É o caráter constitutivamente heterogêneo da linguagem que nos permite depreender no "DIÁLOGO..." a presença de duas formações discursivas. Uma, referente a um discurso social, geralmente, laico - o do colonizador branco, outra, referente ao discurso missionário.

A Formação Discursiva Colonizadora:

Atribuo à filiação a uma formação discursiva colonizadora trechos como os que se seguem:

G.A.: - "Por demais é trabalhar com estes! São tão bestiais, que não lhes entré;

representa os "gentios" e Y, comutativamente: brutos animais/ cães/ porcos/ corvos/ víboras. Trata-se de metáforas zoológicas em que esses substantivos expressam julgamentos de valor e, como no outro paradigma, são também depreciativos, investidos axiologicamente de qualidades negativas.

Esse tipo de investimento axiológico que se observa nas unidades lexicais se deve, sobretudo, à competência cultural e ideológica que tais unidades passam a refletir. É solidário com os sistemas de apreciação do locutor, ou melhor, se mostra coeso com a especificidade do sistema de valores do lugar ideológico de onde fala o locutor.

E o lugar ideológico de onde fala o locutor nessa parte inicial do "DIÁLOGO..." é o do branco colonizador. Enquanto porta-voz de um discurso social, esse locutor produz sua fala no interior de uma formação ideológica que apresenta uma visão do novo mundo e de sua gente apoiado num sistema que opõe um "nós" (os brancos) a um "eles" (os índios). Ao paradigma caracterizador de "eles", investido axiologicamente de negatividades, está implícito um paradigma caracterizador de "nós" que, por oposição, está carregado de positividades. Nesse sistema, "nós" e "eles" não são pares na interlocução. O "eles" constitui (para lembrar Benveniste, 1966, no seu estudo sobre os pronomes) a não-pessoa, está fora do circuito da fala; eles são delocutários, aqueles de quem se fala. São falados, geram, produzem discursos mas não são agentes de discursos que se façam ouvir. Aliás, seu discurso tem sido, até hoje, o silêncio ou o seu silenciamento.

Perguntamos qual seria o objetivo dessa estratégia enunciativa nesta primeira parte do "DIÁLOGO..." em que a presença do sistema opositivo "nós X eles" expressa nítida demarcação de fronteiras. Podemos levantar duas hipóteses: 1a. - atuação de um objetivo externo: mostrar quão duros são os índios para valorizar o trabalho missionário dos jesuítas;

2a. - atuação de um objetivo interno: mostrar que, embora duros, os índios são possíveis de serem catequizados.

A FORMAÇÃO DISCURSIVA MISSIONÁRIA

Como o objetivo do texto é pedagógico, o enunciador vai se deslocando da formação discursiva do colonizador para a do missionário de cujo lugar passa a falar. Na produção desse discurso o locutor mobiliza dois tipos de argumentos pertencentes à esfera religiosa e que configuram respectivamente:

1. um engajamento pessoal: o trabalho de conversão feito com amor, persistência é o meio para se curtir os próprios pecados, é condição de salvação individual do próprio catequista:

M.N.: - "Hemos de cansar de balde? A minha forja, de dia e de noite, e o meu trabalho não me renderá nada entre eles para levar diante de Cristo, quando nos vier julgar, para que ao menos curta alguma parte de meus pecados muitos?"

G.A. - Disso, Irmão, estai seguro que vós não perdeis nada.

Se Cristo promete por um púcaro de água fria, dado9 por seu amor, o reino dos céus, como é possível que percaís vós tantas marteladas, tanto suor, tanta vigília, e a paga de tanta ferramenta como fazeis? As vossas foices, machados, muito bons são para roçardes a mata de vossos pecados, no qual o Espírito Santo plantará muitas graças e dons seus, se por seu amor trabalhais" (p. 77)

2. um engajamento social ditado pela Ordem: Deus é o centro de todas as coisas, as ações humanas devem estar para ele voltadas; servi-lo é estar em estado de graça e é para esse estado que ele quer trazer o gentio. A causa da conversão é, portanto, missão: urge tirar o gentio do seu estado de miséria espiritual:

M.N.: - "(...) E como saberei eu que trabalho por seu amor, se eu vejo que trabalho para quem não-no ama, nem-no conhece?

G.A.: - Conhece logo o Senhor, por quem vós jurcis de fazer, que desejais vós que o conheçam, amem e sirvam todos, estes e todo mundo.

M.N.: - Desejo certo, e sempre lhe peço, que ele seja santificado, de todos conhecido e amado, pois é muita razão que a criatura conheça a seu Criador, pois todo o ser e perfeição ele lhe comunicou e a criatura racional sobre todos o conheça e honre. Para elas foram criadas e feitas todas as coisas e é obrigada a ser a boca de todas para louvar a Deus por tamanho bem, que de tudo o fez senhor. (p. 78)

(...)

G.A.: - E que concluem, ou em que se determinam, os mais dos que nesse ofício andam, das partes que acham nestas gentes para virem à nossa santa fé?

M.N.: - Todos remetem o feito a Deus e determinam de morrer na demanda, porque a isso são obrigados, assim10 porque a obediência lho manda, como porque não fique nada por fazer a esta gente". (p. 82/3)

No projeto missionário, substitui-se o sistema opositivo "nós X eles" por um aditivo "nós e eles". Este "eles" que está fora do redil ("ovelha perdida") deve ser trazido para a esfera do "nós". Como oferecem resistência, o melhor caminho para se conseguir esse objetivo talvez seja mesmo a *sujeição*. Isto é, trazê-los à força e pela força.

G.A.: - Por amor de Deus, que me digais algumas da razões que os Padres dão para esses gentios virem a ser cristãos; que alguns têm acertado que trabalhamos de balde ao menos até que este gentio não venha a ser mui sujeito e que com medo venha a tomar fé.

M.M.: - E isso que aproveitaria, se fossem cristãos por força e gentios na vida e nos costumes e vontades?

G.A.: - Aos pais, dizem os que têm esta opinião, que pouco; mas os filhos, netos e daí por diante o poderiam vir a ser, parece que têm razão.

M.M.: - E a mim sempre me pareceu este muito bom e melhor caminho, se Deus assim fizesse, que outros. Não falemos em seus segredos e potência e sabedoria, que não há mister conselheiros, mas humanamente como homens assim falando, este parece o melhor e o mais certo caminho" (p. 85).

São "ferros duros" que devem ser moldados, "amolentados" pelo fogo da fé e da caridade. Figurativamente, todo texto é atravessado pela metáfora do ferreiro na sua forja a trabalhar o ferro, aquecendo-o e transformando-o em massa para ser moldado ("a caridade tudo desfaz e detrete, como o fogo ao ferro muito duro amolenta e faz em massa", p. 85).

Verifica-se uma convergência entre o discurso missionário e o discurso colonizador, embora movidos por objetivos diferentes. Etnocêntricos, ambos vêem o Índio sempre da perspectiva do branco, dos valores de sua civilização. Para o missionário, se os Índios não são inferiores enquanto natureza humana ("posto que têm alma e são próximos"), são, entretanto, carentes sócio-culturalmente e, sobretudo, do ponto de vista religioso. É preciso suprir essa carência. É preciso "reduzi-los" (daí, o termo "redução") ao cristianismo. Como homens de sua época, a despeito de lutarem contra a escravização do Índio, estavam os jesuítas engajados num projeto colonizador, tendo ido, muitas vezes, à cruz à frente das expedições de conquista do governo.

CONCLUSÃO

As estratégias discursivas mobilizada pelo locutor neste texto permitem decodificar três instâncias dialógicas:

a) num nível superficial em que diálogo é, *stricto sensu*, a manifestação mais empírica da troca de turnos conversacionais entre interlocutores. Didaticamente, há uma cisão do locutor em dois actantes que assumem pontos de vista diferentes ou simulam questionamentos e polemizam o tema a fim de conduzir o leitor nos meandros do seu raciocínio. Constituiria esse nível o da heterogeneidade mostrada do discurso (Authier - Revuz, 1982);

b) num nível mais profundo: considera-se como dialógico não apenas aquilo que vem marcado formalmente por trocas de turnos (manifestação concreta da heterogeneidade mostrada do texto), mas pela presença - não explicitada gramaticalmente - de elementos de outra(s) formação(ões) discursiva(s). Assim, a presença, por ex., da formação discursiva do colonizador permeia o discurso de Nóbrega o qual tem como dominante a formação discursiva missionária. Aquela, presente sobretudo na parte inicial do texto, apresenta um sistema de categorias semânticas originárias do senso comum, em circulação na época, que dava do Índio uma visão negativa. Por uma operação de refutação que inverte o sistema de qualificação, dando

uma visão mais humana do índio, à formação discursiva do colonizador vai-se sobrepondo a formação discursiva do missionário, sem entretanto, negá-la. São duas formações discursivas que convivem paralelamente sob a dominância de uma mesma formação ideológica: a ideologia colonizadora. Assim é que, constitutivamente, todo discurso é dialógico na medida em que, convivendo com outras formações discursivas, com elas entram em relação ou de aliança ou de antagonismo ou simplesmente porque, partilhando o mesmo espaço histórico-sócio-cultural, partilham determinados valores, crenças. Constituiria este nível o da heterogeneidade constitutiva do discurso em que atua a noção de interdiscursividade.

c) deslocando a questão para outro nível, verificamos que o movimento ativado pelo texto não é autenticamente em direção ao outro, para o outro, mas contra o outro. Dominado pela formação ideológica do colonizador, fazendo parte, portanto, de um projeto de colonização, a formação discursiva missionária tem com a colonizadora, pontos de intersecção:

- incorporando uma voz social, o índio é visto como o diferente e, "animalizado", julgado como inferior;
- para bem e mais rápido cristianizar, era bom que os índios fossem "sujeitados", dominados pela força.

O caráter polêmico, polifônico do texto, fica prejudicado por uma espécie de monofonização emunciativa. Num aparente movimento para o outro, ditado por motivos humanitários e religiosos, verificam-se nos interstícios da linguagem, resíduos de uma voz social contrária ao índio.

BIBLIOGRAFIA

- ANGENOT, Marc.(1984) "Le discours social: problématique d'ensemble". In: *Le discours social et ses usages*. Cahiers de recherche sociologique. Vol. 2, no.1, avril 1984.
- ARISTÓTELES. *Politica*. In OBRAS. Trad. Francisco Saramanch. Madrid, Aguilar Ed., 1964.
- AUTHIER-REVUZ, J.(1982). Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". In: *DRLAV. Revue de Linguistique*, 26.
- (1984). Hétérogénéité(s) Énonciative(s). In: *Langages* 73. Paris, Larousse.
- et alii (1984). "La place de l'autre dans un discours de falsification de l'histoire". In: *Mots*, 8.
- BAKHTIN, M.(Voloshinov, 1929). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. M. Lahud et alii. S. Paulo, Hucitec, 1979.
- BENVENISTE, E.(1966) "O homem na língua". In: *Problemas de lingüística geral*.

DISCURSO E HISTÓRIA: HERÓIS NACIONAIS

Diana Luz Pessoa de Barros
Universidade de São Paulo

Este ensaio retoma parte dos resultados e das reflexões de uma investigação mais ampla sobre Discurso e História. Estão sendo examinados, primeiramente, os livros de História do Brasil, do primeiro grau (de quinta a oitava séries), na perspectiva da Teoria semiótica da narrativa e do discurso. O objetivo principal da pesquisa é verificar como os textos utilizados na escola constroem discursivamente o imaginário nacional ou, ao menos, parte dele, qual seja, a visão nacional de nossa História.

Apresenta-se aqui uma etapa da investigação em desenvolvimento, a dos heróis nacionais que o discurso constrói. Foram analisados os textos sobre D. Pedro I e Tiradentes, da História do Brasil para 1º grau. Pedro I e Tiradentes são, em geral, considerados os dois maiores heróis nacionais.

A Teoria Semiótica propõe que se examinem os textos em três níveis de organização:

a) nível das estruturas fundamentais, em que se estabelecem as relações semânticas a partir das quais os textos se produzem;

b) nível das estruturas narrativas, entendidas como o simulacro das relações entre o homem e o mundo e entre o homem e os outros homens;

c) nível das estruturas discursivas, em que se observam os procedimentos e estratégias empregados pela enunciação para fazer da narrativa um discurso.

Neste ensaio expõem-se apenas alguns aspectos da organização narrativa e discursiva dos textos analisados.

1. ESTEREÓTIPOS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE HERÓI NACIONAL

Dois traços das definições de estereótipo (Novo Dicionário Aurélio) devem ser ressaltados, no exame dos textos de História: o de repetição e duplicação, o de coisa conhecida, "velha" e portanto, banal, trivial.

1.1. Nivel narrativo

1.1.1. Os heróis nacionais como sujeitos da ação

A semiótica distingue dois tipos de relações actanciais: as relações entre sujeitos (Destinador e Destinatário) e as relações entre Sujeito e Objeto. O Destinador, como já se sabe, estabelece as regras, determina os valores em jogo, manipula o sujeito, faz com ele acordos, levando-o à ação, julga a ação do sujeito e seus resultados. O sujeito age e transforma estados ou situações, seus objetos.

Pedro I e Tiradentes cumprem os papéis actanciais de sujeito e não de destinador. Agem, mas não tomam decisões.

Tiradentes caracteriza-se como um divulgador das idéias, um agitador, mas não é um dos idealizadores do movimento.

"Embora não tenha sido o idealizador do movimento, Tiradentes teve um papel importante na divulgação das idéias revolucionárias e na tentativa de conseguir o apoio do povo."

Pedro I é sempre pressionado: para ficar no Brasil (o Dia do Fico), por abaixo-assinado, pela aristocracia, pelo pai, por José Bonifácio, por D. Leopoldina, de quem recebe cartas no dia sete de setembro.

Em outras palavras, os heróis nacionais não são nunca destinadores, mas sim sujeitos que agem, que transformam. Esse primeiro elemento da caracterização narrativa dos dois heróis reproduz o traço ideológico de valorização da ação sobre as idéias. Trata-se já de um estereótipo do heroísmo.

1.1.2. A competência modal dos heróis

A competência modal distingue os dois heróis. Tiradentes caracteriza-se como

sujeito virtual, ou seja, que quer fazer, pois está sem dinheiro, revoltado com o governo português e não aceita opressão, e que deve fazer, do ponto de vista social. Faltam-lhe, porém, o poder-fazer e o saber-fazer que lhe completariam a competência. Define-se como sujeito pobre, modesto, de baixa condição social, simples e ignorante. Os demais membros da conjuração, todos da elite, ricos, letrados, poetas, são os portadores do saber e do poder que lhe faltam.

Já Pedro I define-se pelo poder-fazer: é filho do rei, pertence à elite, é um aristocrata.

"Era preciso ganhar o apoio de D. Pedro para que ele defendesse os interesses da aristocracia brasileira, que era a classe social dominante."

"Era preciso avisar D. Pedro, que se encontrava em São Paulo, para onde havia partido no dia 14 de agosto de 1822."

Sujeito que pode e sabe, Pedro I não possui, no entanto, as modalidades do querer e do dever-fazer, que lhe são dessa forma atribuídas pelos destinadores mencionados (aristocracia brasileira, D. João VI, José Bonifácio, D. Leopoldina e outros).

Separaram-se, assim, dois tipos de heróis: de um lado os bem intencionados, os que querem fazer, mesmo que não o consigam, heróis loucos ou santos como Tiradentes; de outro, os poderosos, que operam as mudanças pretendidas, como D. Pedro I.

Tiradentes e Pedro I completam-se, dessa forma, no quadro dos "valores heróicos" do imaginário nacional.

1.1.3. As paixões dos heróis

As definições modo-passionais de Tiradentes e Pedro I são também bastante diferentes.

Tiradentes é confiante, esperançoso, ou seja, quer ser e crê no outro. Mesmo quando decepcionado com a traição do coronel Joaquim Silvério dos Reis e dos companheiros, que atribuíram a ele toda a culpa, ele não se mostra um sujeito desesperado, inseguro ou tomado pelas paixões malevolentes (querer fazer mal) do ódio, da irritação, ou ainda revoltado contra os destinadores que não cumpriram o acordo ou vingativo em relação ao anti-sujeito que o venceu. Na verdade, as paixões que o caracterizam nos textos examinados são a benevolência (querer fazer bem), pois assume a culpa e não delata os companheiros; a generosidade e o desprendimento com que abre mão até da vida; a resignação e a conformação.

"Apenas Tiradentes assumiu a responsabilidade da liderança e morreu por isso."

Determinado pelas paixões distensas ou relaxadas da benevolência, da generosidade, do desprendimento, da conformação e da resignação, Tiradentes completa o tipo narrativo de herói louco ou santo.

D. Pedro I, por sua vez, define-se pelas paixões contrárias. Com muita frequência é caracterizado, nos textos, pela irritação, paixão complexa que pressupõe um sujeito que esperava e confiava, que se frustrou e se decepcionou e que, aflito e desesperado, procura sanar a falta que o acometeu, por meio da revolta ou da vingança. Tem-se dessa forma um sujeito malevolente, ou seja, que quer fazer mal ao Destinador (Portugal - pai), que não cumpriu sua parte no acordo, ou ao anti-sujeito (Portugal - oponente), que com ele disputa os mesmos valores, isto é, o poder e as riquezas do Brasil. A independência do Brasil pode ser considerada tanto como uma revolta contra os Destinadores, quanto uma vingança contra o Anti-sujeito.

A irritação é uma das paixões da malevolência, com o ódio, a raiva, a cólera:

"Mas, de súbito, amassa o papel que tem nas mãos, pisa-o e brada visivelmente irritado: É preciso acabar com isto!"

1.1.4. A ação dos heróis

Os dois heróis, definidos acima por sua competência modal e existência modal-passional, realizam ações em que ressalta o caráter lingüístico.

Tiradentes prega a liberdade:

"Tiradentes continuaria incansavelmente a pregar o levante. Em cada canto, pousada e estalagem, chamava os conhecidos para lhes falar dos 'novos tempos'."

Pedro I separa o Brasil de Portugal com um ilocutório, com um performativo:

"Independência ou morte seja a nossa divisa, o verde e o amarelo sejam as nossas cores nacionais."

Isto posto, está o Brasil independente."

Ações lingüísticas parecem ser um traço genérico dos heróis nacionais, embora se diferenciem pelo caráter dessas ações. Elas se opõem do ponto de vista da aspectualização: a ação de Tiradentes é aspectualmente contínua, repetida ("no dia-a-dia", "continuava", "incansavelmente", "em cada canto"); a de D. Pedro I, descontínua, pontual, única, extraordinária. Que se pense na Proclamação da Independência, acima citada, e no Dia do Fico:

"Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico."

Pedro I é o sujeito das frases de efeito e seu caráter heróico depende, em grande parte, desses pronunciamentos. Tiradentes realiza o trabalho rotineiro da pregação. Os versos de Cecília Meireles, salientaram, por oposição, o caráter verbal de sua ação:

"Já lhe vão tirando a vida,
Já tem a vida tirada.
Agora é puro silêncio,
repartido aos quatro ventos,
já sem lembrança de nada." (p. 820)

1.1.5. A sanção dos heróis

Se o julgamento, o reconhecimento ou a sanção criam o herói, é preciso examinar como os textos cumprem essa função.

Ambos, Tiradentes e D. Pedro I são reconhecidos como heróis, mas a sanção tem modos e momentos diversos.

Tiradentes é sancionado negativamente pelo governo português e punido para servir de exemplo. Sua morte assume a finalidade didática da intimidação. No seu tempo, não é reconhecido como herói, antes tido por louco. O reconhecimento que todos os textos fazem é o da História:

"Mataram Tiradentes, mas não a idéia da libertação colonial."

Tornado herói, posteriormente, com a República, Tiradentes tem, sem dúvida, seu caráter heróico reconhecido principalmente pela violenta sanção negativa que sofre, pela morte. Os traços modais de competência e paixão, que lhe foram atribuídos, seriam antes garantia de piedade, não fosse a morte. A sanção negativa, o martírio é um dos fatores do reconhecimento posterior, pois se incorpora aos méritos a serem julgados.

D. Pedro I, ao contrário, é aclamado herói, declarado rei, na sua época:

"Volta D. Pedro a São Paulo, onde a população o recebe ardentemente. Compõe o hino da independência que é orquestrado e cantado no teatro quando o padre Ildefonso Ferreira, subindo numa cadeira, deu gritos de vivas ao primeiro rei do Brasil."

Marcam-se dois tipos de heróis: aqueles que são reconhecidos como heróis no momento da "ação heróica", aqueles cuja "ação heróica" é sancionada negativamente e, só depois, a História faz deles heróis. Em outra palavras, o herói bem sucedido deve ser reconhecido na sua época, o mal sucedido necessita de tempo para que seu insucesso seja lido como uma injustiça a ser historicamente sanada. São outros tantos estereótipos da construção dos heróis.

Com a análise narrativa deprecenderam-se características comuns aos heróis nacionais e outras que os dividem em dois grupos;

- todos os heróis são sujeitos da ação e não destinadores;
- os heróis realizam ações verbais ou lingüísticas;
- todos os heróis são, em algum momento, reconhecidos como heróis;
- há dois tipos de heróis, os santos ou loucos e os fortes e poderosos: os

primeiros caracterizam-se pela virtualidade de competência (são bem intencionados, querem fazer), pela continuidade ou iteratividade aspectual da ação (ação rotineira do dia-a-dia), pelas paixões da benevolência, da generosidade, do desprendimento, da resignação e da conformação; realizam ações verbais, mas não produzem frases de efeito; sofrem violenta sanção negativa (em geral a morte) e, também, graças a essa "injustiça", são reconhecidos como heróis pela História; os segundos definem-se pela atualidade de competência (são poderosos e fortes, podem fazer), pela descontinuidade pontual da ação extraordinária, pelas paixões tensas da malevolência que leva à revolta e à vingança, pela produção de frases de efeito e de ações ilocutórias e pela recompensa em sua época; são mantidos como heróis pela História.

1.2. Nivel discursivo

1.2.1. Estratégias discursivas de construção de heróis nacionais

Para a construção dos heróis são utilizadas estratégias discursivas, algumas próprias dos textos históricos em geral, outras específicas de textos de herói. Das últimas será ressaltada apenas uma, qual seja o recurso empregado para salientar e marcar o heroísmo do sujeito.

O procedimento utilizado é o da comparação com o "vilão" ou com os que não são heróis, dando assim ênfase ao caráter único e exemplar do herói. Os textos que seguem mostram esse procedimento, usado sobretudo com Tiradentes:

"Tiradentes foi preso no Rio de Janeiro, para onde foram enviados os outros inconfidentes, que negaram a participação no movimento. Apenas Tiradentes assumiu a responsabilidade da liderança e morreu por isso."

"Pobre e sem propriedades não era um grande poeta como o Velho Cláudio Manuel da Costa ou um grande teórico como Tomás Antônio Gonzaga, nem conhecia profundamente leis e os livros clássicos com as idéias novas, mas era praticamente o único, entre todos os que conspiravam contra a dominação portuguesa, que possuía as qualidades de um grande agitador."

"Onze dos réus são condenados à morte pela força; uma carta régia, porém, autoriza o tribunal a transformar a pena em degredo perpétuo na África; o tribunal comuta todas as condenações à morte, confirmando apenas a de Tiradentes."

1.1.2. Temas e figuras do herói nacional

A oposição semântica fundamental dos textos sobre Tiradentes e D. Pedro I é a de liberdade versus opressão ou dominação. A partir dessa estrutura de base, os textos desenvolvem os temas da independência colonial, da exploração da metrópole e da formação da consciência nacional. São temas que, claramente, mantêm laços intertextuais com os grandes temas do mundo ocidental da época.

Os traços semânticos que caracterizam tematicamente Tiradentes e Pedro I podem ser considerados estereótipos.

Nos textos sobre Tiradentes repetem-se as configurações temáticas definidoras dos heróis santos ou loucos: modéstia, pobreza e simplicidade, em oposição à riqueza, importância e prestígio intelectual; coragem, dignidade, traição por dinheiro, caráter público da morte:

"No grupo dos conspiradores, como os poetas Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, encontrava-se um homem modesto. Este homem era o alferes Joaquim José da Silva Xavier: o Tiradentes."

O discurso sobre Pedro I retoma as linhas temáticas do herói poderoso, impulsivo, dramático:

"Mas, de súbito, amassa o papel que tem nas mãos, pisa-o e brada visivelmente irritado: é preciso acabar com isto!

Salta sobre o cavalo e marcha em direção do riacho Ipiranga, ..."

Entre as figuras usadas nesses textos, devem-se salientar as da espacialização, o cromatismo e os efeitos sonoros. A espacialização diferencia os textos de Tiradentes dos de D. Pedro I. Nos textos sobre Tiradentes, a espacialização é sobretudo horizontal, dada pelos contínuos deslocamentos por ocasião da pregação, da prisão e pela divisão do corpo em quatro cantos. A verticalidade só marca o momento da morte, com a força e as partes do corpo colocadas em lugares altos:

"Pois agora é quase um morto,
partido em quatro pedaços,
e - para que Deus o aviste -
levantado em pontos altos."

(Cecília Meireles)

Nos textos sobre D. Pedro I, por sua vez, impers a verticalidade, pois o poder é, em geral, representado verticalmente:

"Salta sobre o cavalo..."

"Caem no mesmo instante todos os laços portugueses."

"Ergueu-se no selim, puxou da espada e, entre solene e dramático, bradou..."

"... quando o padre Ildefonso Ferreira, subindo numa cadeira, deu gritos de vivas ao primeiro rei do Brasil." (os gritos são nossos.)

Há ainda a verticalidade do herói em seu cavalo e a da espada.

A independência do Brasil é fortemente figurativizada, visual e sonoramente, pelos laços que caem, pelas cores (verde e amarelo), pelos gritos e pelo hino.

Ainda que herói verbal, Tiradentes é marcado pelo silêncio (da não-delação, da voz que é calada, do isolamento na prisão). Os textos, ao contrário do que ocorre com Pedro I, raramente dão-lhe voz em discurso direto.

É preciso mencionar também que as imagens, as ilustrações dos livros didáticos mostram uma representação visual também estereotipada do herói.

Tiradentes é representado por longos cabelos soltos, em contraposição com os outros homens que usam as perucas da aristocracia, e de barba. As pesquisas recentes indicam que Tiradentes nunca usou barba, nem mesmo na prisão. Seu olhar é difuso e a expressão séria, de quem não encara a vida como brincadeira. A imagem condiz, portanto, com os traços apontados de herói santo ou louco e vem contribuir para a construção desse tipo de herói.

D. Pedro I é apresentado como um jovem, magro, elegante, bem vestido, compondo a imagem do vencedor, do conquistador. Seu filho, D. Pedro II, por exemplo, que não é herói, aparece sempre como um velho sábio. Também nesse caso, a representação visual passa os mesmos valores apontados do herói forte e poderoso.

Resta mencionar que os traços narrativos, discursivos e visuais de caracterização de Tiradentes aproximam-no da figura de Cristo. Repetem-se as características do herói louco ou santo, os temas ou figuras, a horizontalidade de vida e a verticalidade da morte, a apresentação visual. Ora, é dessa forma, que os mineiros sincretizam suas comemorações da Semana Santa com a morte de Tiradentes, também em abril.

2. OS HERÓIS DOS TEXTOS HISTÓRICOS

Mostrou-se a construção discursiva estereotipada do herói nacional, em diferentes níveis de descrição. Os sujeitos da enunciação dos textos partem de valores conhecidos, repetidos, mas também formam valores, ou seja, produzem no imaginário

nacional simulacro do herói. Em outros termos, o herói deve caracterizar-se pelos traços estereotipados acima assinalados para ser considerado herói. Passa-se da reprodução e da duplicação de valores nos textos, para a produção e formação nos sujeitos dos valores repisados de uma mesma visão da História, obtida de uma única perspectiva ideológica.

Trata-se da História centrada no herói que, com um gesto ou uma palavra, é capaz de mudar o rumo dos acontecimentos. Essa concepção da História distancia-se tanto de um ponto de vista marxista, quanto das visões atuais da História do cotidiano, menos arrogante e onipotente.

Em quaisquer dessas concepções, marxista ou da História do cotidiano, os heróis estão desaparecendo. Nos livros didáticos, mesmo que mais lentamente, isso também acontece, embora ainda hoje, Tiradentes e Pedro I sejam heróis nacionais.

Os textos da História do Brasil para primeiro grau fabricam heróis, "santos" ou poderosos, e constroem, dessa forma, a perspectiva histórica do imaginário nacional.

*. Este trabalho, com pequenas modificações, será publicado nos Anais da Reunião da ANPOLL de Porto Alegre.

processo contínuo que se alimenta na crença das possibilidades, em que uma solução alcançada já prepara terreno para novo problema e portanto para um novo desafio.

Acreditamos com Bresser Pereira (1992) que o que distingue o indivíduo realista do utópico seja exatamente a crença numa possibilidade de solução. Contrariamente, o homem realista afoga-se na crueldade dos dados e acaba se colocando ceticamente diante da realidade. Assim, assumindo nossa utopia, não abstrairmos os problemas num faz de conta que eles não existem, não disfarçamos os momentos de impotência diante do cotidiano. Apenas aceitamos o trabalho como um processo contínuo de busca.

Nessa perspectiva é que nos propusemos à análise de pesquisas institucionais que têm como objeto a língua portuguesa. No momento estaremos tratando de resultados parciais a partir de uma coleta de teses e dissertações defendidas, nos últimos quinze anos, em São Paulo, na PUCSP e na USP.

É nosso intuito iniciar um "balanço" das pesquisas em Língua Portuguesa e uma reflexão metodológica, tendo em vista tornar conhecidas as operações científicas que estão sendo usadas e assim contribuir para uma reflexão crítica, através da ampliação do conhecimento da própria área no que se refere a seus procedimentos, seu campo de ação, seu potencial.

Embora "a priori" seja possível dizermos que na década de setenta as pesquisas eram voltadas para a palavra e para a frase, e que na década de noventa a prioridade tem sido o texto e o discurso, insistimos na investigação, para, através do mapeamento dos trabalhos realizados, identificarmos a diversidade teórico-metodológica que permeia a produção do conhecimento na área de Língua Portuguesa, pois como assinala Lopes (1990:30), ao estudar os paradigmas científicos na área de Comunicação Social, "essa diversidade não aparece por azar ou destino nem por autoria de gênios ou criadores isolados, mas é antes de tudo resultado de uma relação dinâmica entre o estado do conhecimento de uma ciência e o seu contexto social".

Mais que uma hipótese inicial de trabalho, nos assalta certo temor diante da possibilidade de ver que as pesquisas sobre a língua materna estariam sendo gradadas por paradigmas importados, o que, explicaria algumas evidências em nossa área de pesquisa: importamos os problemas e juntamente com eles as soluções.

Se confirmado esse temor, isso poderia estar demonstrando nossa dificuldade em olhar para nós mesmos, ou nosso compromisso com uma ideologia cientificista capaz de difundir uma falsa imagem de consenso que, de alguma forma, nos colocaria na busca do aperfeiçoamento científico pela via da repetição de percursos construídos nos países ricos ou naqueles países onde os órgãos governamentais ainda respeitam a pesquisa.

A questão metodológica

A análise das pesquisas desses quinze anos apresenta grande variação terminológica em relação ao uso dos termos "método", "metodologia" e "teoria".

Embora haja quem pretenda definir esses termos de forma unívoca, na prática o que se vê, tanto nos dicionários de filosofia, quanto nos trabalhos de filosofia da

ciência e nas próprias pesquisas, é grande diversidade, marcada, obviamente, por concepções diferenciadas em relação à própria ciência.

Neste estudo o termo "método" será entendido como percurso racional da inteligência, feito para atingir o conhecimento de um dado objeto. Neste sentido, o método compreende os meios pelos quais se consegue chegar ao fim desejado. Isso faz com que um método possa ser mais adequado que outro, na medida em que conduz melhor a investigação, dando conta não só de conhecer o objeto, como também de abrir novos caminhos, percurso natural da ciência.

A tentativa de inventariar os métodos utilizados na área nos parece pouco adequada, porque, sendo o método, como dissemos, um percurso racional da inteligência, liga-se, indissociavelmente a vias do pensamento e tentar inventariar essas vias, como bem assevera Moles (1956) seria, no mínimo pretencioso, pois as próprias regras da produção científica mostram que o pensamento é evanescente. Na prática, o que encontraríamos seriam tantas variáveis que o resultado de uma sistematização acabaria nos levando a divisões pouco produtivas, do tipo método dedutivo, método indutivo, método abduutivo.

Com efeito, nas considerações que fazemos, temos evitado falar em pesquisa dedutiva, indutiva ou abduativa, uma vez que essa classificação se justifica para teorias de base e, portanto, para a discussão da pesquisa básica.

O termo metodologia, que a rigor pode indicar conjunto de métodos utilizados numa investigação, costuma abranger também as etapas de demonstração, ou o percurso da investigação como um todo, razão pela qual é muitas vezes um adjetivo que caracteriza os procedimentos de pesquisa.

Para efeito deste trabalho, adotamos o termo metodologia como "teorização" de produção de conhecimento e como "investigação da investigação". (Cf. Lopes, 1990:77)

Mais especificamente, usando a perspectiva de Kaplan (1975*) dizemos que a metodologia abrange a descrição, a explicação e a justificativa dos métodos e não os próprios métodos.

Sabemos que, na pesquisa científica, a teoria tem por função subsidiar o cientista para tarefas de manipulação e operacionalização, ou para explicar as coisas em si. Isso faz com que toda teoria reconhecida como tal seja um sistema dedutivo. Graças à teoria, o conhecimento científico é uma reflexão crítico-metódica que se funda na investigação, na demonstração. No nível do objeto, o conhecimento científico aspira ao conhecimento completo da realidade e a um alto grau de certeza.

Desta forma vemos que uma teoria científica constitui uma opinião doutrinária que busca explicar de um modo tanto quanto possível completo e em harmonia com os fatos experimentais, os fenômenos regulares da natureza. Logo tende ao universal, ao objetivo.

Análise preliminar das pesquisas

A primeira observação sobre pesquisas na área de Língua Portuguesa nos leva a admitir três níveis de procedimentos teóricos em ciência da linguagem: o da real

criação científica, onde ficam poucos como, por exemplo, Saussure, Hjelmslev ou Chomsky; o da renovação científica que constitui uma forma de atualização de um corpo teórico, que é o que nos parece ter ocorrido com vertentes atuais dos estudos lingüísticos, tais como a pragmática, a teoria da enunciação, a lingüística de texto, a análise do discurso; e o da aplicação que, praticamente tem poder descritivo e não explicativo.

Assumimos com Lopes (1990:30) que o paradigma de uma ciência pode ser entendido como "a visão de mundo partilhada por uma comunidade científica, que se expressa através do trabalho teórico". Assim, é o paradigma da área que determina quais problemas merecem ser investigados, quais dados são considerados pertinentes, quais técnicas são aconselhadas e que tipos de soluções são admitidas para os problemas.

Assim, observa-se que há verdadeiros modismos em pesquisa, levando a posições rígidas de adesão e rejeição a paradigmas.

Por outro lado, sendo as teorias explicações sobre fenômenos, elas estão sempre subordinadas a paradigmas teóricos que sofrem frequentes atualizações ou adaptações, como pode ser observado, por exemplo, na pesquisa sobre redação que passou de uma fase inicial de aplicação dos conhecimentos da frase para uma fase posterior em que se estudam categorias textuais.

A análise das pesquisas mostrou como possibilidade inicial de sistematização, agrupar as que se valeram, fundamentalmente, de um arcabouço teórico metodológico, ou seja, de teorias pré-existentes.

Neste grupo encontramos pesquisas que se valem de métodos como: aplicação de teorias, crítica, adaptação de teorias, transferência de domínio teórico. São pesquisas que, do ponto de vista metodológico, pouco exigem do pesquisador, uma vez que o arcabouço teórico-metodológico está pré-estabelecido. (Cf. Moles, 1956)

Num outro grupo reunimos pesquisas que constituem uma verdadeira aventura científica, pois o estudioso tem de trabalhar com o objeto sem um arcabouço teórico prévio, exigindo o que Moles chama de a capacidade do "espanto".

Do conjunto de pesquisas analisadas, a grande maioria se situa no primeiro grupo, ou seja, são pesquisas apoiadas em arcabouços teóricos previamente estabelecidos e a maior parte corresponde à utilização de uma teoria ou de teorias combinadas.

Como observa Moles, esses estudos não permitem muitas surpresas e constituem verdadeiros jogos de paciência do pesquisador, já que o caminho de pesquisa estava pronto antes do início do trabalho. A ele cabe "olhar" seu objeto frente ao traçado já dado pela ou pelas teorias e analisar os resultados obtidos.

A junção de mais de uma teoria aumenta a probabilidade de impasse, de dificuldades, especialmente enfrentados pelo cientista ao passar de uma teoria para outra. Essa prática muito freqüente em nossas pesquisas também aumenta seu caráter de originalidade.

Por outro lado, a frequência de estudos descritivos torna praticamente inexistentes estudos de poder explicativo. Os poucos até agora encontrados ficaram por conta da utilização do método fenomenológico, segundo o qual o pesquisador se desvencilha de explicações racionalizadoras, redutoras e busca educar seu "olhar" para a essência do objeto em toda sua complexidade.

Fazer descrições adequadas, extensivas e bem circunstanciadas nos parece ter sido a tarefa dos estudiosos da língua materna. Isso provavelmente se explica por força do nosso subdesenvolvimento cultural e científico, uma vez que atende à ansiedade de que as investigações possam melhorar o ensino da língua, o conhecimento do instrumental básico para a expressão de nossas relações com o universo que nos cerca.

Fato que nos chamou atenção foi a baixa presença de pesquisas quantitativas. Quando o pesquisador busca dados quantitativos, normalmente, trabalha com parâmetros muito frágeis.

Também é pouco presente a pesquisa puramente bibliográfica. O método da revisão bibliográfica faz parte das pesquisas dentro das etapas do procedimento metodológico.

A maioria absoluta das pesquisas analisadas, relativas a uma amostra dos últimos quinze anos é qualitativa, dividindo-se entre pesquisas experimentais de ação, participação ou observação, ou em pesquisas apenas descritivas, preferencialmente sincrônicas.

Com relação às áreas pesquisadas, observamos, como mostra o quadro a seguir, que de 1976 a 1979 as pesquisas se ocuparam, basicamente, da palavra e da frase; ocorrentes, mas com fraca presença, foram as investigações mais globais sobre ensino/aprendizagem da língua materna.

Já na década de oitenta, encontramos uma distribuição equilibrada entre as pesquisas sobre palavra ou frase e sobre texto ou discurso. Também representando casos isolados ficaram pesquisas sobre a história da gramática da língua portuguesa e pesquisas globais sobre o ensino/aprendizagem da língua materna.

Neste início dos anos noventa, a incidência ficou por conta de pesquisas voltadas para o texto/discurso.

Pesquisas centradas na palavra ou na frase

Áreas	Pesquisas centradas na palavra ou na frase		
	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Fonética/Fonologia	4	3	0
Morfologia	1	0	0
Morfofonologia	0	0	1
Sintaxe	12	15	0
Sintaxe-Semântica	6	5	0
Semântica	1	0	0
Lexicologia	0	2	0
Estilística	2	0	0
Análise de erros	0	1	0
Leitura	0	0	0

Redação	5	4	0
Aquisição/Pré-escola	1	8	0
sub-total	32	38	1

Pesquisas centradas no texto ou no discurso

Áreas	Déc. 70	Déc. 80	Déc. 90
Estilística	0	1	0
Leitura	0	11	2
Redação	0	9	2
Aquisição/Pré-escola	0	3	0
Análise do Discurso	0	2	2
Análise da Conversação	0	4	1
Narrativa	0	4	1
sub-total	0	34	8

Outras pesquisas

Áreas	Déc. 70	Déc. 80	Déc. 90
História da Gramática	0	4	0
Ensino/aprendizagem	3	8	0
sub-total	3	12	0
Total	35	84	9

Naturalmente, essa primeira divisão em décadas terá de ser revista, já que ela marca diferenças sensíveis no número de anos. Entretanto, mesmo com essas diferenças evidencia-se que na década de 70 sobressaem pesquisas sobre aquisição de linguagem/pré-escola, sobre descrições lingüísticas no nível das disciplinas gramaticais e sobre redação.

Avaliando especificamente esses trabalhos, verificamos que as pesquisas sobre aquisição de linguagem tiveram-se, preferencialmente, à retestagem de procedimentos utilizados para outras línguas; as descrições lingüísticas prenderam-se ao conhecimento de fenômenos pontuais de sintaxe e fonologia da língua portuguesa, normalmente voltados para aplicações pedagógicas; e as pesquisas sobre redação foram tentativas de utilizar estudos de frase em exercícios estruturais, pois se acreditava na sua potencialidade para melhorar o desempenho de estudantes.

Na década de 80, as pesquisas mostram divisão equilibrada entre palavra/frase e texto/discurso. Vale assinalar que nessa década observa-se a presença de estudos sociolingüísticos permeando análises de conversação, estudos de redação e de leitura. A leitura ganha impulso com estudos específicos sobre a habilidade de ler e sobre a busca de subsídios para a redação. A preocupação com o ensino/aprendizagem parece ter se intensificado com a pesquisa do texto/discurso.

Neste início da década de 90, praticamente, desaparecem os estudos descritivos de disciplinas gramaticais e toda a força se concentra na análise do discurso, na análise da conversação e na linguística textual.

Seria o caso de indagarmos: estaria a língua suficientemente descrita, ou o pesquisador atual desacredita dessa prática?

Um aspecto é particularmente interessante em todas as três décadas: a quantidade de pesquisas que enfocam a escola do primeiro ao terceiro grau, passando mesmo pela pré-escola.

Essa marca das pesquisas na área nos leva a perguntar se ao longo desses quinze anos teria ocorrido alguma mudança no ensino, ou se permanece o fosso entre as fontes produtoras do conhecimento científico e os centros responsáveis pelo ensino da língua.

Embora não estejamos ainda em condições de conclusões, uma vez que falta analisar cerca de cinquenta por cento das pesquisas institucionais, arriscamos dizer que a problemática teórica que define o campo conceitual das pesquisas sobre a língua portuguesa vem pronta dos países centrais, assim como a metodologia e as técnicas de pesquisa que acompanham essa problemática. Mais frequentemente os pesquisadores locais fazem adaptações de teorias, transferências de domínio teórico, aplicações, chegando quase sempre a resultados equivalentes aos dos países centrais.

A forte incidência das pesquisas em aplicações pedagógicas parece tentar apaziguar a consciência do pesquisador brasileiro, insatisfeito com sua total dependência científica.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- CONTRERAS, H. (1972). *Los fundamentos de la gramática transformacional*. México: Siglo Veintiuno, p. 5.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1992). "A utopia para Caio Graco". *Folha de São Paulo, Tendências/Debates*, 9 de julho de 1992.
- FERRETER MORA, J. *Diccionario de filosofia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 5a. ed., 1975.
- KAPLAN, A. (1975)*. *A conduta na pesquisa*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.
- LOPES, M.I.V. (1990). *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola.
- MOLES, A. (1956). *Criação científica*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ZIMAN, J. (1968). *Conhecimento público*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.
- *A data refere-se à publicação brasileira.

diferentes situações de comunicação, assegurando-lhes, assim, um desempenho satisfatório na produção - leitura e/ou redação (Cf. Dias & Marquesi, 1989).

Neste sentido, a abordagem instrumental focaliza em primeiro plano a comunicação, e este fato evidencia dois princípios gerais, direcionados para a atitude e a motivação de aprendizes e mestres, a saber:

- é um ensino baseado nas finalidades do curso;
- é um ensino centrado no aprendiz.

Na prática, os desdobramentos do primeiro princípio podem ser assim elencados:

- definição a priori das finalidades do ensino;
- estabelecimento de metas claras e alcançáveis;
- planejamento de atividades.

O sucesso da abordagem depende, pois, em grande parte de um planejamento feito para atender às necessidades reais do grupo, bem como da utilização de estratégias adequadas, definidas em função dos objetivos específicos (Cf. Cintra, Fonseca & Marquesi, 1992).

Comparando-se o ensino geral de língua com o ensino instrumental, pode-se afirmar que, no primeiro, o conteúdo decidido pelo professor assume posição central, enquanto, no segundo, parte-se de conhecimentos prévios do aprendiz, levando-se em conta, durante o processo, as idéias e experiências que cada um traz consigo e as situações de comunicação do sujeito.

Assim, o conhecimento prévio do aluno é fundamental para seu aprendizado e, para que ele possa desenvolver habilidades de comunicação, trabalha-se concomitantemente a leitura e a redação.

No que se refere à leitura, ressalto seu tratamento enquanto processo de interação leitor/texto, para o qual contam o texto enquanto mensagem organizada, o universo de experiência do leitor e as condições de produção.

Quanto à redação, enfatizo seu tratamento enquanto processo de registro das idéias do autor, para o qual contam os conhecimentos acumulados sobre o mundo biossocial, sobre a área específica a que se refere o texto, sobre a língua, no que diz respeito à comunicação, e também sobre as condições de produção.

Sob este prisma, leitura e redação, mesmo sendo processos que exigem habilidades diferentes, devem ser trabalhadas de forma integrada.

Ao trazer para a discussão essa síntese teórica, considero importante enfatizar que a pesquisa sob o enfoque instrumental, embora tenha por objetivo atender diretamente as necessidades e/ou interesses de grupos, não pode se limitar à busca de estratégias e, neste sentido, ressalto que o conhecimento prévio do grupo bem como a análise de necessidades e interesses têm por objetivo orientar o trabalho do pesquisador, tanto no que diz respeito à busca de um referencial teórico adequado, quanto no que diz respeito ao estabelecimento de procedimentos metodológicos e à delimitação do objeto em cada etapa da pesquisa.

E é desta forma que minha pesquisa tem caminhado: analiso as necessidades e/ou interesses do grupo, tomo contato com os textos que o referido grupo lê e redige e, assim, definido o objeto, busco na Teoria de Texto - Lingüística de Texto, Psicolingüística e Análise do Discurso - os fundamentos para tratamento do problema.

2. PERCURSO DA PESQUISA E DELIMITAÇÃO DESTA APRESENTAÇÃO:

Para tratar deste percurso e justificar a delimitação desta apresentação, considero imprescindível situar as áreas que se constituíram em etapas da pesquisa e meu objetivo inicial de trabalho.

Como já afirmei, a pesquisa está em desenvolvimento há dois anos, as áreas já trabalhadas foram: Ciências Contábeis (1990 e 1991) e Engenharia (1992), sendo que em cada uma delas, inicialmente, o objetivo era o mesmo: chegar a uma proposta de curso de Língua Portuguesa adequada a cursos de graduação das referidas áreas e, portanto, os grupos alvo da pesquisa também eram da mesma natureza - alunos universitários (no primeiro caso, da PUCSP e no segundo, da USP).

Entretanto, a dinamicidade, que caracteriza a atividade de pesquisa, definiu um trajeto complementar para a etapa relativa às Ciências Contábeis, o que a tornou mais completa, pois se estendeu além dos muros da Universidade.

Este fato, associado à necessidade de uma delimitação para esta apresentação, justifica minha opção por, aqui, tratar apenas do percurso relativo às Ciências Contábeis, percurso este que, em função de seus desdobramentos e do contexto em que se desenvolveu, exigiu, no segundo ano de seu desenvolvimento, a presença de mais um pesquisador.

Para explicitar este percurso específico e discutir os procedimentos metodológicos estabelecidos, bem como os resultados, divido-o em dois momentos:

- 1) intra-muros (na PUCSP);
- 2) extra-muros (no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo).

No que se refere ao primeiro momento, origem da pesquisa propriamente dita, o ponto de partida foi a reforma curricular do curso de Ciências Contábeis da PUCSP que previa, para o seu terceiro ano (a partir de 1991), a inserção de "Português Instrumental" como disciplina obrigatória.

Por outro lado, uma experiência anterior minha, da época em que ensinava "Comunicação e Expressão Verbal" como disciplina básica para todos os cursos da Universidade, durante oito anos, me dera como conhecimento prévio que os alunos do curso de Ciências Contábeis tinham muita dificuldade, tanto na compreensão, quanto na produção de textos.

Assim, a alteração do currículo do curso, associada à minha experiência anterior, acabou por definir a primeira etapa de pesquisa dentro da abordagem instrumental, para a qual tracei dois grupos de procedimentos:

08. Quais as dificuldades que você encontrou para redigir o texto?

.....
.....

09. Como se deu a elaboração de seu texto?

() fez primeiro um plano, com todas as idéias possíveis;

() redigiu direto;

() redigiu primeiro os parágrafos e depois os organizou numa seqüência.

10. Com relação à revisão do texto, você:

() preocupou-se com a correção ao mesmo tempo em que escrevia;

() reviu-o apenas após tê-lo concluído;

() não se preocupou com a revisão.

Quanto aos resultados:

O primeiro grupo de procedimentos possibilitou-me o contato com um conjunto bastante variado de textos técnicos, tais como: ofícios, atas, correspondências comerciais e diferentes tipos de relatórios.

Diante de uma análise inicial desses textos, verifiquei que o relatório técnico se oferecia como tipo mais complexo, por envolver, em termos superestruturais, a tipologia do descritivo e do dissertativo.

Procedi, então, a uma análise da estrutura global de diferentes relatórios, tendo constatado que todos eles apresentavam: uma exposição geral do trabalho, incluindo a fase de planejamento, a delimitação, os objetivos e a metodologia empregada; uma análise de dados; e um parecer final.

Essas constatações evidenciaram a importância do "Descritivo" na produção de relatórios objetivos, coerentes e completos, vindo, pois, complementar a pesquisa anterior, de doutorado, quando analisei textos literários, enciclopédicos e publicitários, na medida em que comprovaram a superestrutura do Descritivo a que eu havia chegado então: também o texto técnico, do ponto de vista descritivo, apresentava as três categorias: Designação, Definição e Individuação.

O segundo grupo de procedimentos, por sua vez, confirmou minha experiência anterior em relação às dificuldades dos alunos quanto à leitura e redação, indicando: 1) na leitura, dificuldades quanto à localização da idéia central do texto e à retirada de idéias principais para a elaboração de esquemas e resumos; 2) na redação, dificuldades quanto à construção de parágrafos, ao relacionamento entre orações e à escrita de forma clara e concisa, bem como quanto à expansão de um tema proposto. Evidenciaram-se, também, muitos problemas gramaticais, tais como: regência, colocação, concordância, emprego de pronomes de tratamento e pontuação.

A comparação entre os resultados dos dois grupos de procedimentos possibilitou-me a montagem do programa de curso, cujos objetivos e conteúdo foram assim formalizados:

- Objetivos:

a) preparar o aluno quanto aos procedimentos de leitura que facilitam o processo de compreensão e interpretação de textos;

b) desenvolver, no aluno, a habilidade de redigir textos claros, coerentes, objetivos e completos, dentro da área específica de sua atuação profissional;

c) solucionar problemas gramaticais que dificultam a produção escrita.

- Conteúdo Programático:

. Princípios de coerência textual e mecanismos de coesão.

. Adequação e níveis de linguagem na produção escrita.

. A leitura como um processo na produção textual: leitura consensual, leituras específicas, elaboração de esquemas e de resumos.

. As superestruturas textuais e a organização do texto técnico contábil.

. Gramática aplicada.

Refletindo sobre essa última etapa do trabalho, constato que, ao mesmo tempo em que ela me possibilitou um resultado prático, voltado para a sala de aula, levou-me também à pesquisa de um objeto com o qual não havia me preocupado até então: o texto técnico, e, ao analisar cientificamente o referido tipo de texto, além do conhecimento de sua superestrutura, pude conhecer também as diversas possibilidades de suas manifestações discursivas, dependendo do texto tratar-se de um relatório de auditoria, de perícia, de fiscalização, especificamente no campo do contador, ou de ofício, ata, requerimento, procuração, genericamente no campo de atuação de contabilistas e/ou profissionais que trabalham com o texto técnico.

Concluí, assim, este trabalho, com a abertura de perspectivas para um novo momento da pesquisa. O que de início eu havia estabelecido como objetivo final do trabalho acabou por se constituir em ponto de partida para o desenvolvimento do segundo momento da pesquisa, desta feita extra-muros da Universidade.

No que se refere a este segundo momento, caracterizou-se o mesmo por um trabalho para o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo. O estudo feito anteriormente foi divulgado por um de nossos alunos da PUC e, a partir dessa divulgação, atendi a um convite para proferir uma conferência naquela entidade e, em seguida, aceitei elaborar um curso para profissionais e ela associados.

Diante do último convite, a pesquisa, anteriormente individual, transformou-se em pesquisa conjunta. Para tanto, convidei a Profa. Anna Maria Marques Cintra - uma das iniciadoras no Brasil dos estudos sobre o ensino instrumental de língua materna - a participar comigo do trabalho para o CRC.

Segundo os mesmos procedimentos metodológicos e fundamentando-nos nos mesmos princípios teóricos do momento anterior, desenvolvemos, a partir de então, a análise de necessidades e interesses do grupo, analisamos seus textos, criamos um material didático destinado à área e ministramos o curso, cujo conteúdo versou sobre leitura e redação do texto técnico contábil, bem como sobre aspectos gramaticais.

Os dois momentos da pesquisa possibilitaram, portanto, um produto do trabalho realizado, marcando-se, também, por atividades dele decorrentes, tais como participação em encontros científicos, publicações e formação de um grupo de pesquisa, como sintetizo a seguir.

3. PRODUTO DA PESQUISA E ATIVIDADES DELA DECORRENTES:

Enquanto caminhei individualmente, elaborei, como resultado do trabalho desenvolvido, dois artigos:

1) "Um Estudo da Organização Textual de Relatórios da Área de Ciências Contábeis", apresentado no IV Seminário do CELLIP (Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná), realizado em Ponta Grossa, em outubro de 1990 e publicado em seus Anais, pp. 119-127.

2) "Leitura do Texto Técnico em Língua Portuguesa", apresentado no II - Simpósio de Letras e SEB da PUCSP, em maio de 1991 e publicado em seus Anais, pp. 163-168.

No momento em que comecei a trabalhar com a Profa. Anna Maria, a interlocução possibilitou um trabalho mais completo, cujo produto inicial foi o livro *Português Instrumental*- 104 p., editado em fevereiro de 1992, pela Editora Atlas - SP.

Este livro foi um incentivo para que prosseguíssemos a pesquisa do instrumental e, assim, propusemos uma nova etapa, agora destinada à área de Economia, cujo cronograma foi estabelecido em 1992.

Paralelamente à nossa proposta conjunta de pesquisa, e em decorrência dela, criamos um grupo de estudos para o qual estamos prevendo um cronograma de atividades ligadas ao programa de pós-graduação em Língua Portuguesa, para o segundo semestre de 1992. Este grupo, formado por docentes do programa (2), alunos do programa (5), mestres já formados pelo programa (2) e alunos da graduação (2) para os quais o projeto foi aprovado como Iniciação Científica/CNPq, marca, a meu ver, o quanto a pesquisa inicialmente proposta em 1990 cresceu, e aponta para uma nova fase do trabalho, que, na verdade, me permite fechar esta apresentação com uma reflexão final:

O percurso de uma pesquisa exige clareza quanto à delimitação do objeto em cada uma de suas etapas, bem como a escolha de um referencial teórico e o estabelecimento de procedimentos metodológicos adequados à investigação.

Analisando o percurso de minha pesquisa em seus diferentes momentos, vejo, hoje, que cada um deles, ao mesmo tempo em que possibilitava um dado novo como produto, marcava-se como ponto de partida para um novo trajeto. Este percurso aqui apresentado me leva também a concluir que a atividade de pesquisa deve ser vista como um conjunto de etapas que se constitui não só da elaboração do projeto e de seu desenvolvimento (marcados por uma fundamentação teórica consistente), mas também da elaboração de produtos que possibilitem a divulgação e discussão de seus resultados. É neste sentido que coloco esses resultados de meu percurso, para que, da discussão, novas perspectivas surjam.

NOTA

(1) Os princípios aqui retomados já foram tratados em trabalhos anteriormente publicados: Dias & Marquesi (1989); Cintra, Fonseca & Marquesi (1992).

BIBLIOGRAFIA

- BEAUGRANDE, R. A. & DRESSLER, W. U. (1981). *INTRODUZIONE ALLA LINGUISTICA TESTUALE*. Bologna, Il Mulino, 1984.
- CINTRA, A. M. M. (1981). "Português Instrumental para Fins Técnicos". ANAIS DO II SIMPÓSIO DE LETRAS E SEB - PUCSP, São Paulo.
- CINTRA, A. M. M., FONSECA, J. I. & MARQUESI, S. C. (1992). *PORTUGUÊS INSTRUMENTAL*. São Paulo, Atlas.
- DIAS, A. R. F. & MARQUESI, S. C. (1989). "Uma Abordagem da Leitura sob o Enfoque do Ensino Instrumental". ANAIS DO II SEMINÁRIO DO CELLIP. Londrina, Universidade Estadual, pp. 93-115.
- DUCROT, O. (1984). *O DIZER E O DITO*. Campinas, Pontes, 1987.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). *L'ÉNONCIATION: DE LA SUBJETIVITÉ DANS LE LANGAGE*. Paris, Colin.
- LUNA, S. (1989). "O Falso Conflito entre Tendências Metodológicas". In FAZENDA, I. (Org.). *METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL*. São Paulo, Cortez.
- MARQUESI, S. C. (1990). *A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO DESCRITIVO EM LÍNGUA PORTUGUESA*. Tese de Doutorado. PUCSP.

- _____ (1990). "Um Estudo da Organização Textual de Relatórios da Área de Ciências Contábeis". ANAIS DO IV SEMINÁRIO DO CELLIP. Ponta Grossa, Universidade Estadual, pp. 119-127.
- _____ (1991). "Leitura do Texto Técnico em Língua Portuguesa". ANAIS DO II SIMPÓSIO DE LETRAS E SEB - PUCSP. São Paulo, pp. 163-168.
- VAN DIJK, T. A. (1972). "Nota sulle Macrostrutture Linguistiche". In: CONTE, M. E. LA LINGUISTICA TESTUALE. Milano, Feltrinelli Economica, 1977.
- _____ . (1977). TESTO E CONTESTO. Bologna, Il Mulino, 1980.

A INTERPRETAÇÃO DO CLÍTICO SE: UMA FRONTEIRA ENTRE SINTAXE E DISCURSO

Freda Indursky
UFRGS

A PROPOSTA

O presente trabalho propõe-se, inicialmente, examinar o clítico SE em construções pronominais à luz da gramática tradicional e de interpretações da lingüística contemporânea, com o intuito de avaliar seu duplo funcionamento lingüístico - o de pronome apassivador e de indeterminador. Tal exame será estendido, a seguir, para o nível textual e discursivo, com vistas a reavaliar tais funcionamentos e seus efeitos de sentido.

A ANÁLISE GRAMATICAL

Relembremos brevemente a abordagem gramatical tradicional. Como sabemos, SE exerce a função de pronome apassivador em construções transitivas. Para exemplificar, tomemos uma passagem do texto de Gilberto Dimenstein, intitulado "O Brasil está muito bem", publicado à página 1.2 - da Folha de São Paulo de 04/08/91.

- (1) Por falta de medicina preventiva, *gastam-se bilhões* nos hospitais públicos.
E por falta de planejamento familiar, *torram-se fortunas* em programas assistenciais que, de fato, pouco ajudam.

Nesse recorte, segundo a gramática tradicional, SE exerce a função de pronome apassivador, por estar inserido em uma construção passiva cujo verbo é transitivo direto. Por essa razão, as formas verbais *gastam* e *torram* encontram-se no plural, concordando com *bilhões* e *fortunas* que exercem a função de sujeito posposto ao verbo.

(2) alugam-se casas (2a) (expl) alugam-[se]ac. [casas]nom.

pe. pi

(3) aluga-se casas (3a) pro aluga-[se] [casas]ac

pe po pi

Em (2), por ter sido a posição-sujeito detematizada, o clítico SE absorve o papel temático do argumento externo e caso acusativo, enquanto o SN *casas* recebe o papel temático do argumento interno e caso nominativo, razão pela qual há concordância verbal. Já em (3), o SN *casas* continua absorvendo o papel temático de argumento interno, recebendo, entretanto, caso acusativo. Essa hipótese é comprovada pela ausência de concordância verbal. Por conseguinte, a posição-sujeito continua inalterada, nela ocorrendo um pronome referencial nulo que absorve o papel temático do argumento externo e o clítico SE não recebe caso, nem absorve papel temático. Em (2), o clítico SE funciona como pronome apassivador, enquanto em (3), como pronome indeterminador. Ou seja, a frase *alugam-se casas* pode ser parafraseada por *casas são alugadas*, enquanto *alguém aluga casas* pode ser a parafrase de *aluga-se casas*.

A partir dessa hipótese, percebe-se que a única marca formal que distingue o SE apassivador do SE indeterminador reside na concordância verbal.

No entanto, nas construções transitivas em que verbo e argumento interno encontram-se no singular, a concordância verbal perde esta propriedade opositiva. Para a gramática tradicional, nestes casos, a resposta é simples e única: o SE das construções pronominais transitivas sempre é apassivador. Para Nunes, entretanto, o SE de construções pronominais transitivas com verbo e argumento interno no singular pode receber uma dupla interpretação: tanto pode ser apassivador como indeterminador.

A ANÁLISE DISCURSIVA

Essa dupla possibilidade de interpretar tais construções traz desdobramentos importantes para o trabalho que toma o texto em sua dimensão discursiva e não mais a frase como objeto de análise, pois faculta duas leituras teoricamente autorizadas, mas com efeitos de sentido diversos. Se adotarmos a primeira interpretação, que coincide com a da gramática tradicional, nossa leitura salienta a voz verbal. Já se admitirmos a interpretação do SE como indeterminador do papel temático do argumento externo, nossa leitura ilumina uma *elipse frasal* que na primeira interpretação fica fora de foco.

Para melhor apreciar tais desdobramentos, vejamos dois exemplos extraídos do artigo "Crime e Castigo" de Fernando Henrique Cardoso, publicado na Folha de São Paulo, p. 1.2, de 01/08/91, onde o autor examina os sintomas de degenerescência da sociedade brasileira.

Eis o primeiro deles:

- (4) Os casos [de violência e corrupção] são tantos e tão frequentes que se está criando um clima de susto, de descrença.

Uma interpretação do SE como apassivador pode ser assim parafraseada.

- (4a) Um clima de susto, de descrença está sendo criado.

Esta leitura passiva limita-se a uma interpretação frasal do SE que põe em evidência a forma verbal cuja voz é passiva.

Mas uma outra análise pode ser feita:

- (4b) Alguém está criando um clima de susto, de descrença.

Esta segunda leitura põe em evidência que o agente de tal ação está indeterminado e instiga o leitor a questionar o texto para preencher a lacuna produzida pelo pronome indeterminador: *Se alguém está criando tal clima, quem é esse alguém?* Essa pergunta orienta o leitor em suas investigações ao longo da superfície textual e nas relações que o texto estabelece com sua exterioridade.

Vejam os segundo recorte:

- (5) Quanto aos crimes ditos de "colarinho branco", não há "justiceiros", nem se está pedindo o enforcamento de seus autores.

Segundo a interpretação passiva, obtém-se a seguinte paráfrase:

- (5a) O enforcamento dos autores dos crimes de "colarinho branco" não está sendo pedido.

Essa é uma análise que permite ao leitor progredir no texto, dele retirando informações gramaticais quanto à voz do verbo e seu sujeito lingüístico.

Vejam o que ocorre com a interpretação indeterminadora:

- (5b) Quanto aos crimes ditos de colarinho branco, não há "justiceiros" e ninguém está pedindo o enforcamento de seus autores.

Essa segunda leitura enfatiza o estado de letargia da sociedade e sua indiferença com aqueles que a leram. Tal leitura desacomoda o leitor, obrigando-o a refletir sobre a atual conjuntura do país, bem como conduz seu questionamento sobre as causas de tal indiferença, fazendo-o sair do texto.

Nossa análise limitou-se, até o presente momento, a examinar as construções transitivas a partir de frases simples, constituídas estruturalmente por SE + Verbo transitivo direto + SN. Examinaremos, a seguir, a mesma questão lingüística, a partir de estruturas frasais mais complexas.

Iniciemos pela construção transitiva pronominal, inserida em uma relativa. Para tanto, vejamos um recorte extraído do artigo "A lógica na loucura", de Clóvis Rossi (Folha de São Paulo, p. 1.2, 5/10/91):

- (6) ... o eleitorado aprovou um programa e a ação do governo é totalmente diferente do que se aprovou ...

A interpretação passiva dessa construção autoriza a seguinte paráfrase:

- (6a) ... o eleitorado aprovou um programa e a ação do governo é totalmente diferente do que foi aprovado ...

Essa paráfrase tem respaldo na teoria sintática, correspondendo sua análise ao SE apassivador.

No entanto, essa construção está inserida em uma estrutura frasal mais complexa, mais exatamente, em uma relativa. Observando-a, percebemos que o antecedente de seu nexos relativo (um programa) está um pouco distanciado, o mesmo ocorrendo com o agente (o eleitorado), que não se segue ao verbo, como ocorre nas estruturas básicas anteriormente examinadas. Tal distanciamento acarreta uma diluição das relações, dificultando a interpretação dessa construção como passiva. Em seu lugar, ocorre a interpretação do SE como pronome indeterminador, cujo efeito de sentido pode ser assim representado:

- (6b) ... o eleitorado aprovou um programa e a ação do governo é totalmente diferente do que ele (o eleitorado) aprovou.

Ou seja, essa interpretação, ao por em relevo o sujeito temático do verbo, indica que o leitor não é sensível à voz passiva, interpretando o *se* como um anafórico que estabelece relações coesivas textuais.

A próxima estrutura frasal que examinaremos envolve uma construção transitiva infinitiva. Para tanto, estabelecemos outro recorte no mesmo artigo de Clóvis Rossi:

- (7) ... basta examinar sua plataforma eleitoral,
para se verificar que entre o que disse que
se faria e o que fez há um intransponível
abismo.

Inicialmente, vejamos a interpretação passiva do SE:

- (7a) ... basta examinar sua plataforma eleitoral, para que seja verificado que entre
o que disse que faria e o que fez há um intransponível
abismo.

Essa é a única leitura que a gramática tradicional autoriza, a qual se limita a refletir sobre a função do SE e a voz do verbo.

No entanto, se a examinarmos mais atentamente, vemos que nela a construção transitiva pronominal apresenta-se sem o SN posposto, da mesma forma que este também não a antecede, como ocorreu em (6). Tais características conduzem à interpretação do SE como pronome indeterminador do sujeito temático e seu efeito de sentido pode assim ser representado:

- (b) ... basta examinar sua plataforma eleitoral, para que o eleitorado verifique
que entre o que disse que faria e o que fez há um intransponível
abismo.

Nossa interpretação encontra respaldo em um estudo sobre as infinitivas, realizado à luz da Teoria de Regência e Vinculação por Galves (1986), onde a autora conclui

que o SE de tais construções é um pronome nulo de interpretação referencial arbitrária (*pro*) responsável pela indeterminação. Trata-se, salienta a autora, de construções próprias do português do Brasil.

Essa interpretação põe em relevo, não a voz verbal, mas o agente deste verbo. Assim procedendo, salienta a tendência à interpretação indeterminadora do SE em construções transitivas pronominais e revela o trabalho de construção de relações coesivas que tal análise proporciona. Se compararmos as frases básicas que examinamos no início deste trabalho, com as frases complexas que acabamos de analisar, vemos que há dificuldades crescentes. Dito de outra forma: quando V e SN encontram-se no plural, marcam fortemente seu vínculo e a interpretação passiva é

preponderante. Quando V e SN encontram-se no singular, a dupla interpretação é possível, segundo as análises de Nunes, com as quais concordamos. Quando a construção pronominal está inserida em estruturas frasais complexas, como, por exemplo, nos recortes (6) e (7), as relações diluem-se e surge com muita força a interpretação indeterminadora.

Para finalizar, examinaremos um último recorte. Trata-se da introdução do artigo de Clóvis Rossi:

(8) Se se parar para pensar ...

O verbo desta construção, sendo intransitivo, não está sujeito à operação passiva. Por outro lado, não há registro de *parar-se* com o sentido construído no texto. Na gramática tradicional SE é considerado um expletivo. No entanto, os estudos de Charlotte Galves (1986) indicam ser esta uma tendência do Português Brasileiro, onde SE ocorre como um pronome nulo de interpretação referencial arbitrária (*pro*), funcionando como um indeterminador.

Com base nisso, seu efeito de sentido pode ser assim representado:

(8a) Se o eleitorado parar para pensar ...

Ou, se preferirmos,

(8b) Se pararmos para pensar ...

Tais paráfrases indicam que SE indetermina o sujeito temático do verbo *parar*.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O presente trabalho permite várias conclusões. A primeira, de caráter conservador, dirá que SE estabelece uma fronteira entre uso culto e não-culto. A segunda, de postura inovadora, com base nos trabalhos de Galves e Nunes, ergue uma fronteira entre Português do Brasil e Português de Portugal. Mas há uma terceira perspectiva e é nela que nos fixaremos para encerrar esta reflexão.

O funcionamento do SE também interessa para a Análise do Discurso. Neste âmbito, SE institui uma fronteira agora, porém, entre Sintaxe e Discurso. Ao privilegiar a interpretação passiva do SE, o analista permanece no campo da sintaxe. Ao considerar sua interpretação indeterminadora, ultrapassa essa fronteira para refletir a partir do discurso. Dito em outras palavras: a interpretação passiva resolve as questões sintáticas, ao projetar argumentos, distribuir casos e papéis temáticos.

Neste quadro, não há espaço para refletir sobre a indeterminação, pois mesmo quando o constituinte agentivo não se realiza lexicalmente, seu papel temático fica preservado ao ser absorvido por SE. É a interpretação indeterminadora que permite por em relevo a ausência do referido constituinte. É ela que conduz o exame para verificar se o agente está implícito² no texto, tal como vimos em (6) e (7) ou se dele está elidido, como ocorre em (4) e (5). Neste último caso, estamos diante de uma indeterminação. Para tentar preenchê-la, devemos recorrer ao contexto, pois o contexto não é mais suficiente.

Assim, a interpretação indeterminadora, ao por em destaque a indeterminação do sujeito temático, promove o deslocamento do plano sintático para o plano semântico e seus processos de significação, estabelecendo uma fronteira entre o funcionamento lingüístico e o funcionamento discursivo do clítico SE.

NOTAS

Jaeggli (1986) trabalhou com as construções passivas perifrásticas, buscando prover uma explicação para as construções em que o constituinte agentivo não se realiza lexicalmente. Para este lingüista, quando o constituinte agentivo realiza-se lexicalmente, isto é, quando a frase apresenta um agente da passiva, este absorve o papel temático de argumento externo. Contudo, nos casos em que este constituinte não está lexicalmente realizado, seu papel temático é absorvido pelo sufixo DO.

Assim procedendo, Jaeggli distingue o constituinte agentivo do papel de argumento externo que lhe corresponde, de modo que mesmo quando o referido constituinte não se realiza na estrutura frasal, seu papel temático fica inteiramente preservado.

²No trabalho "A quantificação na análise do discurso: quantidade equivale a qualidade?" (1990) distingo implicação e indeterminação: implicação é uma elipse frasal que pode ser preenchida pelo contexto, enquanto indeterminação é uma elipse frasal que permanece lacunar porque o contexto não possui elementos para preenchê-la.

BIBLIOGRAFIA

- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht.
- GALVES, Ch. (1986). *Aluga-se casas: um problema de sintaxe portuguesa na teoria de regência e vinculação*. Campinas, UNICAMP, IEL. Preedição - 2.
- INDURSKY, F. (1990). A quantificação na análise do discurso: quantidade equivale a qualidade? *Delta* 6 (1).
- JAEGGLI, O. (1986). Passive. *Linguistic Inquiry*, 17 (4).
- NUNES, J. (1990). *O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com SE passivador*. (Dissertação de Mestrado). Unicamp, Campinas.
- ORLANDI, E. (1983). *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, Brasiliense.

UMA PERSPECTIVA PRAGMÁTICA DE ANÁLISE DE TEXTO

Eleni Jacques Martins
UFRGS

Quando afirmo que vou apresentar uma perspectiva pragmática de análise de texto, se poderá objetar que estou incorrendo numa generalidade, ou afirmando o óbvio, visto que toda análise de texto poderá ser entendida como pragmática em sentido amplo. Isso porque num texto sempre se configurará a relação de um dizer com seu sujeito e suas condições de produção, elementos que naturalmente serão definidos de acordo com os múltiplos contextos teóricos em que se inserem as análises. Os pré-requisitos de coerência de um texto ou discurso passarão por essas relações que são de natureza pragmática, embora, dependendo da análise, se possam priorizar outros níveis de relação como o semântico.

Entretanto, se, em sentido genérico, a pragmática como relação da linguagem com seus usuários e contextos engloba grande número de teorias do texto, não é bem assim quando nos reportamos a linhas específicas de investigação na área. Ao termo pragmática estão associados conceitos como os de dêixis, ato ilocucional, implicatura, que não são objetos privilegiados no estudo de texto por estarem geralmente restritos à análise de enunciados.

Do que foi dito acima, extraio dois argumentos sobre minha proposta de trabalho. O primeiro é favorável, pois afirma a possibilidade de uma pragmática de texto, embora, pela natureza do próprio texto, tal argumento possa ser entendido como uma redundância. O segundo argumento seria negativo para meus propósitos, colocaria em cheque minha proposta, visto que teorias pragmáticas lidam prioritariamente com enunciados em sentido estrito e não com textos. Entretanto, é no segundo argumento que, apesar de adverso, me apoio para desenvolver meu ponto de vista de análise. Adoto a perspectiva de grande número de teorias pragmáticas e proponho realizar minha análise a partir do enunciado, só que redefinido a partir de um esquema particular de enunciação, no qual ele assume uma concepção diversa daquela que geralmente tem nas teorias pragmáticas.

Não tomo o enunciado no sentido que ele assume em oposições como tipo-ocorrência, nem a partir de critérios de segmentação que tenham por base a sentença como no caso dos atos ilocucionais e proposicionais. Evito esses critérios semânticos e sintáticos e defino o enunciado num esquema de enunciação constituído triangularmente. Para isso, busquei elementos de reflexão em Benveniste, mais especificamente em sua divisão entre os níveis pragmático e sintagmático da linguagem, estabelecida a partir da separação pessoa/não pessoa. Segundo o autor, o *eu* e o *tu* propiciam o nível pragmático da linguagem, o da intersubjetividade e do diálogo,

das características semântico-pragmáticas dos enunciados, como sujeito.

Entendo o diálogo como uma qualidade possível de certas relações enunciativas, qualidade essa que não deve ser tomada em sentido valorativo. Não caberia afirmar que algumas enunciações, as dialógicas, são mais eficazes ou merecem mais respeito que outras. Esse é o ponto de vista do senso comum e que obedece a critérios sociais ou psicológicos, e, por isso, fora de meu interesse, que é lingüístico. A qualidade a que me refiro é a de um equilíbrio de poder da palavra, que deverá ser avaliado a partir do conteúdo lingüístico do enunciado.

Com essa noção, fica claro que me afasto do conceito de diálogo do senso comum, mas de certo modo me reaproximo de Benveniste, já que, na alternância do *eu* entre os sujeitos, preconizada pelo autor, não havia também indícios de desequilíbrio. Uma coincidência de ponto de vista com o autor seria, entretanto, ilusória. Em Benveniste o equilíbrio era o pressuposto de um conceito de diálogo identificado com o de enunciação. Enquanto, na minha perspectiva, esse equilíbrio dependerá da configuração semântico-pragmática do enunciado.

O objeto de minha investigação é, então, o texto enquanto enunciado, mas considerado este numa relação enunciativa triangular, em que o diálogo e a intersubjetividade são uma possibilidade de ocorrência. Entretanto, o acréscimo de um terceiro elemento no esquema da enunciação é insuficiente para estudar o diálogo, se o considero como avaliável a partir das características semântico-pragmáticas do enunciado. Isso porque o exame do enunciado como um elemento me colocaria minha análise na perspectiva de outros estudos de texto e discurso e não na perspectiva pragmática que pretendo, que é a de uma dialética interna ao próprio processo de enunciação. Para trabalhar o texto de meu ponto de vista, foi, então, preciso determinar os termos da dialética a que me referi. Em vista disso, formulei a hipótese de que o enunciado pode ser metodologicamente dividido em dois contextos lingüísticos: o discursivo e o da ação linguística.

No contexto discursivo, o *eu* e o *tu* se constituem como dois lugares sociais e nele estabelecem sua relação, que poderá ser de equidade de poder da palavra, ou um jogo de conflitos e dominação, dependendo de como se constitui o contexto discursivo em cada evento de enunciação. A relação *eu-tu*, neste nível, pode dar-se num contexto discursivo de maneira partilhada e remeter a um universo discursivo de domínio e aceitação comuns, estabelecendo-se, então lugares sociais com igual poder da palavra. Mas pode ocorrer que um contexto discursivo seja unilateralmente imposto, não sendo da aceitação ou domínio de um dos implicados na relação. Nesse caso, o interlocutor desfavorecido perderá o poder da palavra pela perda do direito de instaurar seu próprio contexto, sendo-lhe usurpada, em consequência, a prerrogativa de constituir-se como lugar social, pois será, nesse caso, constituído como tal, a partir do universo semântico-ideológico do outro.

Os contextos discursivos se constituem a cada evento de enunciação, mas são suscetíveis de uma classificação, ou pelo menos de uma qualificação semântica, na medida em que, pelo significado do que é dito, remetem a discursos possíveis ou em

circulação na sociedade. É o conteúdo semântico desses discursos que configura cultural e ideologicamente uma classe, um grupo étnico ou etário, uma categoria social, um posicionamento científico ou filosófico, etc, que se atualizam pelo contexto discursivo como lugares sociais. Evidentemente, as relações entre discursos e lugares sociais não são unívocas. Os discursos se interpenetram ou se opõem e, da mesma forma, os lugares sociais se confundem ou se confrontam.

Ao segundo contexto linguístico da enunciação chamei de contexto da ação linguística. Nele, o *eu* e o *tu* assumem o papel de enunciadores e agem ou interagem linguisticamente, constituindo uma relação, de cujo equilíbrio vai depender também a qualidade dialógica ou não da enunciação.

O que diferencia o ponto de vista da análise do enunciado neste nível é que o *eu* e o *tu* já não serão abordados como lugares sociais constituídos a partir do conteúdo semântico-ideológico do enunciado, visto que esse aspecto já terá sido analisado no nível anterior. No nível da ação linguística, os interlocutores vão ser considerados como enunciadores e sua relação será abordada do ponto de vista das ações que realizam. Ações como as de afirmar, ordenar, interrogar, fazer ironias, etc, que podem constituir formas de abertura em relação à posições estabelecidas no nível discursivo, ou constituir manobras para radicalizar tais posições. As ações dos enunciadores podem configurar-se também como um trabalho semântico sobre os contextos discursivos. Tal trabalho pode visar a um deslocamento dos contextos discursivos de suas fontes de constituição a partir da manipulação dos significados do que é dito, o que afetará o equilíbrio das relações *eu-tu* estabelecidas no nível anterior. Por outro lado, esse trabalho poderá constituir-se num reforço à configuração semântica do contexto discursivo, resultando numa ratificação das relações já estabelecidas anteriormente.

Apresentando o enunciado na perspectiva metodológica de dois níveis, o discursivo e o da ação linguística e criados, portanto, os elementos para o estudo da enunciação do ponto de vista de uma dialética interna, resta explicar como se configuraria o diálogo. Pela minha hipótese, ele ocorreria, quando, na relação dos dois níveis pragmáticos, se configurasse um contexto linguístico de equilíbrio de poder da palavra.

O contexto dialógico é um contexto significativo comum, no qual, havendo divergências semântico-ideológicas no nível discursivo, elas são respeitadas e no qual os interlocutores interagem com igual direito à palavra no nível da ação linguística. Num contexto desse tipo, cada participante de uma relação enunciativa mantém sua autonomia discursiva e igual poder da palavra, podendo ambos representarem-se como sujeitos de seu dizer. Concluindo, o diálogo é uma qualidade da enunciação que se avalia a partir das possibilidades de intersubjetividade linguística, constituída num contexto semântico de domínio comum, possibilidade essa que não é bloqueada a partir da correlação de forças estabelecida no nível da ação linguística, nem por um trabalho de deslocamentos semânticos dos contextos discursivos.

Ao afirmar que o diálogo é uma relação de equilíbrio do poder da palavra, não estou imbuída da crença de que tal evento é possível ou comum. Ele é um ponto de

referência marcada na relação *eu-tu/ele* e deprecável do estudo da relação entre os dois níveis pragmáticos do enunciado. Na verdade, os conceitos de diálogo e subjetividade têm para mim um valor metodológico. Constituem um parâmetro a partir do qual analiso as relações enunciativas. Na verdade, a partir de meu conceito de diálogo, o que proponho é um procedimento dialógico para a análise do texto como enunciado. O que defendo é uma dialogia do método de análise. A expectativa da realidade do diálogo como pleno equilíbrio linguístico seria, talvez, um ponto marcado em nosso desejo de harmonia e entendimento e isso pertence ao plano do imaginário social, fora do âmbito da investigação linguística na minha perspectiva.

É frequente a afirmação de que o discurso pedagógico é autoritário. Em um de seus primeiros trabalhos publicados, Eni Orlandi (1987) já afirmava que "O autoritarismo está incorporado nas relações sociais. Está na escola está no discurso". E sustenta tal afirmação com argumentos que eu não contradiria por serem convincentes na perspectiva teórica do discurso, em que ela os desenvolvia. Contudo, vou abordar a questão de um ponto de vista diverso que é o do enunciado enquanto integrante da enunciação em seu esquema triangular, apresentado acima. Para isso utilizo o trecho de carta que segue.

"Não escreva poesias de amor. Evite de início as formas usuais e demasiado comuns: são essas as mais difíceis, pois precisa-se de uma força grande e amadurecida para se produzir algo de pessoal num domínio em que sobram tradições boas, algumas brilhantes. Eis por que deve fugir dos motivos gerais para aqueles que a sua própria existência cotidiana lhe oferece; relate suas mágoas e seus desejos, seus pensamentos passageiros, sua fé em qualquer beleza - relate tudo isto com íntima e humilde sinceridade. Utilize, para se exprimir, as coisas de seu ambiente, as imagens de seus sonhos e os objetos de suas lembranças. Se a própria existência cotidiana lhe parecer pobre não a acuse. Acuse a si mesmo, diga consigo que não é bastante poeta para extrair as suas riquezas. Para o criador, com efeito, não há pobreza nem lugar mesquinho e indiferente." (1984, p. 23)

Escolhi esse texto, que me parece impregnado de sinceridade e boas intenções porque, apesar disso, a relação linguística que ele configura se afasta de um equilíbrio de poder da palavra. E, assim, fica claro que o diálogo como o defino é um conceito ligado às relações linguísticas internas à própria enunciação e não ao caráter da relação social ou afetiva que lhe deu origem. Em decorrência disso, meu exemplo deixará claro que o autoritarismo da relação pedagógica é determinado pelas características semiótico-pragmáticas do enunciado embora eu não afaste a hipótese de que o tipo de vínculo social tenha seu papel nisso. Dito de outro modo, quero, sobretudo, mostrar, com meu exemplo, que o autoritarismo da relação pedagógica pode ser determinado

pelas relações que o *eu* e o *tu* estabelecem no nível discursivo e no nível da ação linguística e de como se dá a relação entre esses dois níveis.

Na minha perspectiva de análise, esse fragmento de texto é integrado por um único contexto discursivo, o do locutor. Nels Rijke se constitui como o mestre, constituindo o outro como discípulo. Trata-se de um contexto discursivo ligado à literatura, e que para qualificar, seria preciso caracterizar o discurso teórico ao qual está vinculado, o que demandaria uma pesquisa sobre as idéias estéticas e literárias do início do século, tarefa descabida nos limites deste trabalho. Para os propósitos desta análise, basta, portanto, afirmar que os dois lugares sociais envolvidos nesta relação enunciativa são constituídos a partir de um único contexto discursivo, que se desenvolve na forma de um conjunto de princípios que devem nortear o fazer poético. Pelo modo imperativo como são formulados esses princípios, observa-se que constituem um corpo de regras que não dá abertura para a contraposição de outros princípios ligados a outro discurso teórico, ou a outra poética. Pode-se, portanto, afirmar que o contexto discursivo no qual se desenvolve a relação *eu-tu* é fechado num determinado saber que não dá abertura à refutação ou à contraposição.

Dessa forma, fica configurado aquilo que, numa análise de discurso se denominaria de um discurso autotitular. Em termos de relação pedagógica, existe um só saber, o do mestre. Do meu ponto de vista, entretanto, o autoritarismo se configura pelo fato de haver um único contexto discursivo, a partir do qual o discípulo é constituído como lugar social. Sendo-lhe bloqueada a possibilidade de constituir outro contexto, o *eu* é a parte desfavorecida no que se refere às relações de poder da palavra neste nível.

No segundo nível, o da ação linguística, o discípulo também é a parte desfavorecida do ponto de vista do poder da palavra. Neste nível, o mestre desenvolve sua fala através de atos imperativos e de afirmação, e, assim, o que se tem é um conjunto de ações linguísticas inequivocamente autoritárias, que confirmam o conteúdo semântico-ideológico do contexto discursivo e a relação assimétrica estabelecida no nível anterior. Desse modo, o domínio do mestre no primeiro nível é ratificado no segundo por um conjunto de ações linguísticas que bloqueiam a ação do aluno. Nessas circunstâncias, só o rompimento com o contexto discursivo dominante, através de uma ação linguística com igual força à empregada, permitiria reverter a situação autoritária, mas isso certamente ocasionaria um rompimento da relação pedagógica.

Nesse texto, o que se observa, então, é uma relação linguística de caráter pedagógico com uma orientação absolutamente contrária ao diálogo e à intersubjetividade linguística, ou, dito de outra forma, uma relação de absoluto desequilíbrio de poder da palavra. No nível discursivo, um dos participantes da relação, o discípulo, é destituído da prerrogativa de constituir-se como lugar social a partir de um contexto próprio ou compartilhado e bloqueado, por um conjunto de atos linguísticos prescritivos em sua possibilidade de agir no contexto da ação linguística. Em vista disso, dificilmente poderá agir nesse nível a não ser por atos de aquiescência, que não lhe permitirão trabalhar semanticamente o contexto discursivo para deslocá-lo para um universo discursivo que possa ser compartilhado ou próprio, e, assim,

constituir-se como lugar social e representar-se como sujeito de seu dizer.

Ao final deste trabalho, quero, ainda, assumir o ponto de vista de que nem todas as relações enunciativas terão, no plano pedagógico, o mesmo grau de autoritarismo, e que tal variação depende, sobretudo de como se configura o contexto da ação linguística. Na relação professor-aluno é previsível um domínio do professor no nível discursivo, visto que institucionalmente é a ele que é atribuído o dever de instaurar um contexto cultural, científico, ou de outra natureza, no qual vai desenvolver-se a relação pedagógica. Porém, no nível da ação linguística, o desequilíbrio de poder da palavra poderá ser amenizado ou não, dependendo do tipo de contexto que o professor instituir. Seus atos serão sempre afirmativos e de ordem, ou serão também de questionamento e apelo?

Se, pela natureza de sua ação linguística, o professor der ao aluno a oportunidade de agir com igual poder da palavra, estará reforçando-o como enunciador. E nesse caso o aluno poderá, aos poucos, inserir-se no contexto discursivo implantado e dele compartilhar, tornando-o seu na medida em que programam as relações enunciativas. Só desse modo o aluno poderá representar-se como sujeito de seu dizer e de seu aprendizado.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J.L. *How to do things with word*. Harvard University Press, 1975.
BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo, Editora Nacional, USP, 1976.
MARTINS, E. *Enunciação e diálogo*. Campinas, UNICAMP, 1990.
ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. Campinas, Pontes, 1987.

TAUTOLOGIA TEXTUAL

Teresinha O. Favero¹

1 - PODER DIZER: O DIZER DO PODER

Sempre me fascinou o ruído que determinados discursos fazem, a ponto de fazê-los permanecer, sobrepondo-se a outros de uma mesma época.

Como o assunto me atrai, ao tomar contato com a Teoria do Discurso Social de Marc Angenot e, quase na mesma época, com a Teoria do Poder Simbólico de Bourdieu, pareceu-me que casavam, numa confluência coerente de explicação do fenômeno, levando-me a cair em tentação de elaborar a reflexão que se segue.

Este trabalho é, pois, uma tentativa, mesmo incipiente, de mostrar como e por que se instaura o processo de construção do Discurso Social, apoiando-me em dois textos dos autores citados: o primeiro, Espaço Social de Bourdieu (1989) e o segundo, Por uma Teoria do Discurso Social (1992).

O que é dizível em cada época? O que garante a lisibilidade das falas entrecruzadas de um determinado tempo? A quem é dado o direito de proferi-las? Que força e poder são conferidos às pessoas a partir do espaço por elas ocupado? Por que o espaço social se caracteriza como um campo de forças? Que papel tem a linguagem nesses espaços?

Essas e outras questões suscitam reflexões com aporte nos autores citados. Com esse fim, usaremos o capítulo seis, de Bourdieu, do livro "O Poder Simbólico" e as idéias da aula inaugural proferida no Curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, nos dias 8 e 9 de março de 1991, ministrada pelo professor Marc Angenot, da Universidade de Quebec, aula esta publicada no Caderno do Instituto de Letras, n. 7, 1992.

Apesar do cruzamento de muitas idéias dos dois autores, suas teorias, inicialmente, serão tratadas em separado: em primeiro lugar, Bourdieu; em segundo, Angenot. Após, discutirei alguns aspectos do discurso social a fim de relacioná-lo às lutas simbólicas que se estabelecem no incessante jogo de forças entre os indivíduos de uma mesma época.

Em seguida, a título de exemplo, analisarei um texto de publicação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul dirigido ao magistério gaúcho, publicado em jornal de Porto Alegre. Finalmente, pretendo relacionar os resultados dessa análise à luz das teorias em questão como alternativas contra-hegemônicas.

¹Prof. do Instituto de Letras da UFRGS.

"lutas simbólicas anteriores, exprimindo, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica" (Bourdieu: 140).

Os objetivos do mundo social são percebidos e enunciados de diferentes modos, pois, assim como os objetos do mundo natural, comportam, na sua estruturação, parcelas de opacidade, por isso relativamente indeterminados, como origem nas diferentes visões de mundo. Sua determinação passa a ocorrer em função do resultado das lutas simbólicas, no momento em que, desse embate, uma visão de mundo se impõe como a legítima. Esse processo ocorre em função de estratégias cognitivas que Bourdieu chama de preenchimento.

Tais estratégias podem ser tácitas ou explícitas, buscando-se a invocação do passado (como construção retrospectiva) e do futuro (como previsão criadora), na tentativa de definição determinadora e delimitadora do presente, em contínua abertura.

Em consequência, trabalham os agentes para que se tome o mundo social tal como é concebido e para aceitá-lo como natural, mais do que a rebelar-se contra ele.

O objetivo da luta é, portanto, o privilégio do conhecer melhor o mundo social, isto é, poder fabricar categorias que o tornem possível. Essa é uma luta tanto teórica como prática, pois visa a conservar ou transformar as categorias de percepção do mundo social e, logo, o próprio mundo.

"A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível, e, até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido a existência objetiva e coletiva, permaneceria em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, construindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo."

Para Bourdieu, torna-se imprescindível a prioridade para instaurar a percepção legítima, porque não é automática essa passagem do implícito, pois as diferenças objetivas de uma mesma experiência do social podem ser expressas de diferentes maneiras.

"Apropriar-se das palavras em que se acha sedimentado tudo o que o grupo reconhece é ter a garantia de uma vantagem considerável nas lutas pelo poder" (Bourdieu: 143).

A grande batalha é, assim, fazer conhecer e reconhecer algo como óbvio para a grande massa silenciosa. Na ciência, na religião, na política, na educação, enfim,

em todos os espaços sociais, os agentes que falam devem deter um poder à proporção do seu capital, que é o reconhecimento que recebem de um grupo para fazê-lo.

Entre os agentes, segundo Bourdieu, um mandatário do Estado possui o privilégio da nomeação oficial (Bourdieu: 146), pois pode ter a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, por ser detentor do monopólio da violência simbólica legítima. Constitui-se num porta-voz autorizado, o que o arma de um modo desigual em relação a outros agentes.

Finalizando, segundo Bourdieu, todas "as formas de identidade reconhecida, as classes operárias, os sindicatos, etc., só existem em função de uma longa e lenta elaboração coletiva" (Bourdieu: 156) e que vêm a constituir-se como o produto de lutas que coexistiram no centro do espaço político social, ocupando espaço nos vazios periféricos que vão se apresentando.

Mas esse não é um processo natural. É preciso, pois, não esquecer tal questão, reconstruindo, a cada momento e em cada caso, o trabalho histórico que gera as divisões e visões sociais.

1.2 - A Teoria do Discurso Social de Marc Angenot

Segundo Marc Angenot, a discurso social corresponde

"... tudo que se diz e escreve em um estado de sociedade: tudo o que se imprime, tudo o que se fala publicamente ou que se representa em um dado tempo na mídia. Tudo o que se narra e argumenta, entendendo-se que narrar e argumentar são os dois grandes modos de constituição do discurso". (Angenot: 8).

Entretanto, para ele, o discurso social deve estar impregnado, neste dado momento, de aceitabilidade e charme que irão garantir a eficácia social em públicos de antemão conquistados, cuja permeabilidade possibilitará seu trânsito, além da capacidade para aceitá-los, deixando, ainda, a sensação de que sua enunciação foi imprescindível. A esse efeito do discurso social, Angenot chama de efeito de massa sincrônica porque sobredetermina o modo de leitura dos textos particulares que o formam.

Relacionando idéias e modos de falar, o autor tenta mostrar que, às vezes, uma simples fraseologia pode levar o leitor a deixar-se absorver pela ideologia que lhe é imanente.

Para que o leitor permaneça menos imune a esse tipo de ocorrência, é mister que se inocule e passe a perceber que todo enunciado, oral ou escrito, possui marcas de sua condição de produção. O fim em vista para o qual todo texto é elaborado deve ser reconhecido em sua organização e estratégias linguísticas.

A luta que se estabelece em uma dada época e em um dado espaço social ocorre relacionada ao modo como os fetiches (pátria, exército, ciência) e os tabus (sexo, loucura, perversão) são produzidos pelo discurso social, em função do representante legítimo que se outorga esse direito.

A hegemonia pode então ser percebida "como uma nova pragmática, definindo em seu centro um enunciador legítimo, arrogando-se o direito de falar sobre alteridades, determinadas em relação a si" (Angenot: 17) - no nosso caso (o governador) brasileiro, gaúcho, adulto, macho, letrado, urbanizado e detentor da maioria dos votos da comunidade do Rio Grande do Sul (eleitores legitimamente outorgados para tal) - para isso ele deverá estar, como afirma Angenot, "em pleno acordo cúmplice com a estratégia das tensões dominantes" (Angenot: 17).

1.3 - Vozes que se Cruzam

As teorias dos dois autores do velho e do novo mundo, ambos de língua francesa, completam-se, possibilitando uma visão mais aguçada e crítica da realidade social.

Ao privilegiar as relações mais do que as substâncias, Bourdieu abre espaço para análises mais pontuais, uma vez que é nesse espaço interativo que se constrói o relacionamento. Ele desvela a disputa do poder pela representação no âmbito dos campos sociais, disputa essa que se configura entre agentes posicionados em pólos opostos. Nessa verdadeira guerra, quem ocupa o poder de Estado já possui de antemão vários pontos de vantagem. Outros grupos que quiseram disputar espaço necessitam primeiro instaurar-se, o que só ocorre, segundo Bourdieu, depois de "longa elaboração coletiva".

Já Angenot, como estudioso da linguagem, vê o discurso social como elaboração simbólica. Segundo ele, da multiplicidade e redundância de discursos, nasce a isotopia, responsável pela apreensão de uma visão de mundo comprometida ideologicamente com determinados grupos sociais representados por seus agentes enunciadores. Nessa perspectiva, o discurso social caracteriza-se como produto monopólico, pois concretiza-se como um filtro através do qual é visto o momento histórico. Sendo aquele que permanece, relega ao esquecimento inúmeras vozes e discursos que não se constituíram, ou que, mesmo o tendo feito, não alcançaram ressonância.

Angenot também dá destaque aos lucros simbólicos originados das legitimidades produzidas e fixadas, envolvendo estereótipos que se colocam entre o homem e o objeto. Para ele, o verdadeiro instrumento da censura não é a política, é a endoxa.

Enfim, existe uma confluência teórica entre os dois autores, baseando-se no princípio de que, nos diferentes espaços sociais e entre eles, existe luta incessante pelo prestígio e poder, e que à linguagem, nesse contexto, é prática fundadora.

Por isso selecionamos um texto do nosso tempo, parcela discursiva de um segmento de um determinado campo social, enunciado por um agente oficial. Tentaremos mostrar como é usado o poder simbólico na construção do discurso social, traduzido nas estratégias linguísticas com que se organiza o texto.

2 - O DIZER DO PODER: O PROCESSO DE DESQUALIFICAÇÃO DO INTERLOCUTOR

Nesta parte, analisarei o texto do Governo do Estado, Mensagem ao Magistério Gaúcho².

Em relação ao interlocutor, apesar da "Mensagem" dirigir-se explicitamente ao "Magistério Gaúcho", o texto fala a um destinatário implícito que é a "comunidade gaúcha". Para Angenot, o melhor modo de legitimar um destinatário é dar-lhe o "direito de olhar" sobre aqueles que não têm direito à palavra "nas costas" de quem o discurso fala: "... os loucos, os criminosos, as crianças², as mulheres, as plebes camponesas e urbanas³, os selvagens e outros primitivos". (Angenot: 17).

O texto nomeia três vezes o sujeito em nome de quem e para quem fala: "a comunidade gaúcha" (1.1), "as nossas crianças" (1.3) e "o nosso estudantado" (1.29). Além disso, legitima seu enunciado quando escolhe como tema a educação (E), pois

"... todo o debate em um determinado setor, por mais ásperas que sejam as discordâncias, supõe um acordo prévio sobre o fato de que o sujeito existe⁴, que ele merece ser debatido, que um denominador comum serve de base às polêmicas⁵" (Angenot:18).

A hegemonia apresenta-se, então, como uma temática, os chamados "saberes de aparato", trazendo à tona problemas pré-construídos, com interesses comunitários presos a objetos cuja existência e consistência são indiscutíveis, uma vez que educação de qualidade é consenso.

²No texto em questão, o Governo fala em nome das crianças.

³Povo em geral.

⁴O sujeito, no caso, é a educação.

⁵Educação de qualidade.

Da multiplicidade dos discursos autorizados das mais diversas origens, gêneros e tendências, passa-se a apreender uma visão de mundo, uma hermenêutica da conjuntura de um sistema de valores e seus respectivos imperativos de ação. Angenot nos diz que:

"Veremos emergir uma série de predicados que supostamente caracterizam todos os aspectos da vida social e que se difundem com insistência, tanto nos lugares-comuns do jornalismo quanto nos domínios privilegiados da palavra artística, filosófica ou sábia, predicados que se constroem uns em relação aos outros como cointeligíveis, parcialmente redundantes, insotópicos, isto é, formando uma massa como visão de mundo". (Angenot: 18).

Ao tomar a palavra para "descrever" a educação de qualidade, o governo faz menção à repasse de verbas, permitindo liberação de pagamento de taxas pelos pais, recuperação e manutenção de escolas, aquisição de equipamentos e material pedagógico, além de atualização de professores e propósito de implantação de uma política salarial gratificante aos docentes, instaurando, assim, a representação da sua realidade.

É no discurso social que esta representação contribui amplamente para a construção da realidade, assim como para a construção da história. Por se tratar de "monopólio" é que o discurso social parece mais "adequado" como reflexo do real, pois todos vêem o real e o momento histórico mais ou menos do mesmo modo através dele (Fossaert, apud Angenot: 120).

Portanto a unidade relativa que se tem sobre a visão de mundo se apreende do discurso social que "resulta dessa cooperação fatal do ordenamento das imagens e dos dados" (Angenot: 20). Além disso, "todo discurso social é também um conservatório da memória, e é esta memória que chamamos cultural (...) mas esta memória seletiva e inerte nada mais é do que o contraponto de um imenso e fatal esquecimento" (Angenot: 21).

Por isso a luta contra-hegemônica pelo direito de produzir e fixar legitimidade, validações e publicações (no sentido de tornar públicas) os gostos, as opiniões e as informações que estarão contribuindo para tornar legítimas as práticas que irão produzir lucros simbólicos que, por sua vez, originarão outras práticas e assim por diante. É a eterna luta pelo prestígio e poder.

"O poder legitimante do discurso social é ele próprio a resultante de uma infinidade de micro-poderes, de arbitrários formais e temáticos. A hegemonia funciona como censura e autocensura: ela diz quem pode falar, sobre o que e como" (Angenot: 21).

Para isso o discurso social se faz presente, mediatizando as relações de massa, interpondo-se entre o homem e o objeto. Dessa maneira, o discurso social é condutor ótico (representa e identifica), axiológico (valoriza e legitima) e pragmático ou proerético (sugere e faz agir). No texto do Governo do Estado, há uma tentativa de fazer calar outros Sujeitos que têm também o direito de falar em educação de qualidade: outros partidos, o magistério e o sindicato. Isso ocorre num processo de qualificação do eu-locutor-governo e de desqualificação dos outros partidos (leia-se governos anteriores), magistério e sindicato.

Vejam os alguns predicados qualificadores positivos auto-atribuídos ao eu-locutor-governo:

Trabalhador (título) - isento de culpa pelos confrontos entre magistério e governo (1 e 2); imparcial - ("não cabe julgar") - (3 e 4); firme - (não se deixa governar sob pressão - (5); honesto, sincero e justo - (reconhecem que falta uma coisa) - (15); esforçado e incompreendido - ("tem sido uma luta constante") - (16 a 18); inteligente - (descobriu "a única forma") - (16); correto - (apoiado pela maioria 70%) - não apoiado pela minoria teimosa e burra) - (19 e 20); conciliador ("não quer o consenso" que ofereço) - (22); legítimo - (para tomar as atitudes devidas) e legal, pulso firme (não permite as atitudes que o Sindicato quer tomar - (23 e 24); sensível, impedido de fazer todo o bem e justiça que desejava ("e que o Governo possa então oferecer um salário básico que gratifique ao docente" (28); criativo - ("estimulando novas técnicas e novas práticas") - 29 e 30); inovador - ("dentro de uma proposta que é inovadora e visa à melhoria...") - (30 e 31); salvador da escola pública - ("recuperando a escola pública e a consciência ética do professor", conselheiro (amigo) do professor (32).

Na construção da imagem dos outros partidos, em contraposição aos predicados positivos do eu-locutor-governo, aparecem os predicados negativos dos governos anteriores (desde 1979):

Sujeitos ligados a confrontos com o magistério insensíveis - causando prejuízos à E e principalmente "às nossas crianças" (1 a 3); fracos - por se terem deixado governar sob pressão (4 e 5); incompetentes (onde se lê mau uso do dinheiro público, pode-se ler também: ladrões (?), corruptos (?)) - Para onde foi a verba da E? em onze anos não fizeram o que eu fiz em um: não repassaram verbas, deixaram os pais pagando indevidamente, deixaram ruir 2880 escolas (todas), não se importando com o desempenho dos professores (desatualizados há dez anos) - (7 a 14); injustos e insensíveis - permitiram que o salário dos professores fosse baixo - (15); desonestos (?) - enganaram, distribuindo o salário de forma injusta - (18); falta de inteligência - não acharam a "única forma" - (15 a 18); frouxos - permitiram ao sindicato tomar atitudes indevidas - (19 a 24); insensíveis - não ofereceram ao magistério um salário básico que gratificasse o docente - (27 e 28); irresponsáveis - permitiram que a escola pública falisse e perdesse a credibilidade - (32).

3 - PODER DIZER: POR UM LEITOR QUALIFICADO

Segundo Marx, "a ideologia, mais do que oferecer representações, passa também a orientar práticas e comportamentos" (apud Angenot: 24).

Os discursos sociais, exaustivamente repetidos, passam a conformar o real, transmutando-o na realidade dizível, levando os indivíduos a pensarem, julgarem e agirem conforme essa "consciência coletiva".

"O Discurso Social constrói uma coexistência e une em uma aquiescência muda aqueles a quem ele recusa o direito à fala. A lógica da hegemonia dóxica é o consenso, o senso comum, a opinião pública, o espírito cívico. Os grandes ideologemas políticos _ o progresso, a pátria, o inimigo externo _ realizam de modo vibrante esta unanimidade." (Angenot: 24)

Ora, educação de qualidade está inevitavelmente ligada a progresso, que se une à noção de prática desenvolvida e autônoma que todos queremos e, em decorrência, representa um instrumento poderoso na luta pela liberdade cultural, econômica e política contra o inimigo externo.

Ao desqualificar outros partidos (governos anteriores) por incompetência, magistério, por falta de discernimento e ética, e sindicato, por ilegalidade, ilegitimidade e interesses anarquistas, outorga-se o eu-locutor-governo como o locutor privilegiado com direito a falar legitimamente sobre educação de qualidade (foi eleito por esta plataforma), o único que pode ser reconhecido e respeitado pelo magistério e pela comunidade, em nome de quem fala, para destituir o sindicato que não trabalha e só atrapalha.

Perceber o poder dos discursos em sua tentativa de onipresença e de onipotência é também perceber suas brechas, vazios onde outros discursos possam buscar vez e voz para constituir-se (preenchimento).

Porém não é na imanência de um só texto que se poderá explicar a curiosa perda de eficácia perlocutória. Mesmo assim, textos como esse fazem parte de um processo mais amplo de disputa pela construção do discurso social, na busca pela hegemonia discursiva. Analisá-lo é ter a chance de desvelar as estratégias linguísticas de que o autor se utiliza.

Como afirma Bourdieu: "A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos" (p. 159).

Nesse sentido, Angenot defende seu princípio heurístico de que é preciso "... pensar historicamente o discurso social para percebê-lo em sua totalidade, fazer enumerações tão completas e revisões gerais cada vez mais amplas até ficarmos assegurados de nada omitir" (Angenot: 27).

Para tanto, poderíamos cotejar, por exemplo, textos científicos e jornalísticos publicados na mídia sobre educação de qualidade, e, ainda, os outros textos do Governo do Estado, do sindicato e de outros partidos, relacionados com o assunto, o que, evidentemente, não cabe neste espaço.

É preciso, entretanto, saber que, a cada momento, existem vozes que se somam e tautologicamente se repetem, acabando por instaurar-se como verdades absolutas para a grande maioria silenciosa.

"É por isso que é preciso proceder a uma crítica da razão política, intrinsecamente dada a abusos de linguagem que são abusos de poder, se se quer pôr a questão pela qual toda a Sociologia deveria começar, a saber, a da existência e do modo de existência dos coletivos." (Bourdieu: 159)

O Sindicato, historicamente constituído, e o Magistério, por ele representado, passam a não-Sujeitos, anulados pelo trabalho discursivo do eu-locutor-governo, que se autoqualifica como único Sujeito legítimo para falar de educação de qualidade.

Desse modo, só essa voz se faz ouvir, uma vez que as outras inexistem. Sua repetição exaustiva é tautológica, se não ocorrer o contraponto, é aquela que permanecerá.

Por isso a necessidade da constante ação discursiva, arena da luta pelo poder simbólico, que constrói, através do discurso social, as realidades e visões de mundo, a cada momento, no âmbito de cada campo de forças.

Nossa topologia global não é mais que um mundo discursivo social e historicamente organizado, em cada época, com a finalidade de poder dizer, poder fazer crer e, enfim, poder fazer fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGENOT, Marc. O discurso social. *Cadernos de Letras*, Porto Alegre, UFRGS, Instituto de Letras, n. 7, 1991, p. 8-27.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 133-61.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Mensagem ao magistério gaúcho; o magistério sabe discernir sobre quem trabalha e quem atrapalha. *Zero Hora*, Porto Alegre, 29 maio 1992, p. 42.

A QUE REFEREM E CORREFEREM OS SINTAGMAS NOMINAIS?

Ana Lúcia Müller
USP

I. INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de um projeto maior chamado "A Gramática da Referência", onde se pretende estudar a semântica das relações anafóricas entre sintagmas nominais e as os limites impostos pela sintaxe e pela semântica ao estabelecimento destas relações.

Em particular, este artigo faz uma primeira delimitação do campo de estudo, esclarecendo a noção de referência e realizando uma primeira investigação empírica sobre as denotações possíveis para sintagmas nominais do português e dos tipos semânticos de relações anafóricas encontradas entre estes sintagmas.

O estudo da referência é extremamente interessante e relevante para o linguísta, pois levanta questões que se situam numa região de interface entre diferentes áreas do estudo da linguagem como a semântica, a pragmática e a sintaxe. É, conseqüentemente, uma área bastante adequada para um diálogo entre modelos que se ocupam de diferentes áreas do estudo da linguagem. Este trabalho situa-se dentro dos paradigmas da Semântica Formal e da Gramática Gerativa.

II. A QUESTÃO DA REFERÊNCIA

Quando se trabalha dentro dos paradigmas da Semântica Formal e da Gramática Gerativa - paradigmas fortemente influenciados pela Filosofia Analítica (e que atualmente também influenciam esta filosofia), falar de referência é trabalhar com uma noção que tem sido exaustivamente discutida e que adquiriu dentro destes paradigmas um significado bastante preciso e talvez um tanto distante de sua utilização mais usual.

Para a Filosofia Analítica, referir significa apontar para uma entidade/objeto/indivíduo determinado no "mundo" através do uso de "expressões referenciais". Este "mundo", que contém os objetos sobre os quais falamos, pode ser "o mundo real" ou mesmo qualquer mundo sobre o qual somos capazes de falar, qualquer "mundo possível"¹.

As chamadas "expressões referenciais" são sintagmas nominais considerados capazes de realizar esta função tão específica que é a de referir a entidades

1. A noção de mundo possível é formalmente definida em Lógica. Ver Kripke (1971).

determinadas no mundo - os nomes próprios, os pronomes, as descrições definidas (os sintagmas nominais definidos) e, algumas vezes, os sintagmas nominais indefinidos. Expressões referenciais típicas discutidas dentro deste paradigma ocupam usualmente a posição de sujeito em sentenças afirmativas cujo predicado é formado pelo verbo *ser* usado predicativamente e são exemplificadas em (1)-(3) abaixo.

- (1) Napoleão ordenou a execução do Duque de Enghien (cf. Strawson, 1971)²
- (2) O rei da França é careca (cf. Russell, 1950)
- (3) O assassino de Smith é louco
(cf. Donnellan, 1966)

A discussão sobre a referência é introduzida na filosofia moderna por volta do início deste século por G. Frege. Este autor dedica-se a explicar porque enunciados de identidade como os exemplos (4) e (5) podem trazer informação relevante sobre a "realidade".

- (4) A Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã
(cf. Frege, 1985)
- (5) $2+2=4$

Note-se que Frege está interessado no uso da linguagem para descrever fatos ou estados de coisas externos à linguagem - fatos do "mundo real" como é o caso na sentença (4), e fatos matemáticos, que para ele tem uma existência própria, como na sentença (5). Para ele, as sentenças (4) e (5) contém informações sobre a organização de fenômenos, fenômenos estes cuja descrição independe da organização interna da linguagem. Para este filósofo, portanto, são inúteis soluções lingüísticas como o uso do conceito de sinonímia para a explicação do uso da identidade.

A solução de Frege é postular para as expressões referenciais uma diferença entre seu sentido (*Sinn*) e sua referência (*Bedeutung*). O sentido seria o modo de apresentação através do qual uma expressão indica sua referência, o modo como uma expressão nos mostra a entidade a qual nomeia.

A discussão sobre a referência surge, portanto, vinculada à questão do conteúdo informativo de um enunciado, do estado de coisas que ele descreve. Surge, consequentemente, vinculada à questão da verdade ou falsidade de um enunciado. E, ainda mais especificamente, surge dentro de uma visão para a qual dizer verdades ou falsidades sobre o mundo - emitir "juízos" - constitui-se de duas atividades fundamentais: a primeira é a de referir/apontar/individualizar uma entidade no mundo e a segunda, a de predicar sobre ela.

O referente da Filosofia Analítica é visto como constituído por seres individuais, o

2. Traduções minhas.

que parece implicar numa ontologia da realidade "... vista como uma quantidade, como uma coleção de coisas separadas umas das outras..." (Ducrot, 1984, p. 429). Para se descrever uma realidade assim concebida é natural que sejam suficientes predicacões sobre suas entidades ou, no máximo, uma descrição das relações que se estabelecem entre estas entidades.

É como se para, se descrever aspectos do mundo, bastassem uma lista das entidades envolvidas e suas posições iniciais e finais no espaço-tempo. Por exemplo, uma sentença como (6) é interpretada como uma descrição de que a tripla <Jorge, a bola, Pedro> pertence, em algum ponto do espaço-tempo, ao conjunto definido por *jogar*, ou seja, ao conjunto das triplas cujo primeiro elemento *joga*, o segundo é *jogado* e o terceiro *recebe o objeto jogado*.

(6) Jorge jogou a bola para Pedro

Toda a discussão sobre a referência dentro da Filosofia Analítica se dá basicamente dentro de parâmetros colocados inicialmente pelos famosos artigos "On Denoting" de B. Russell (1950) e "On Referring" de P. F. Strawson (1971). A questão que preocupa ambos os filósofos nestes artigos diz respeito ao conteúdo informativo de uma sentença declarativa cuja expressão referencial não possui referente. A questão se torna extremamente relevante para a Filosofia Analítica porque seu pano de fundo é o uso da linguagem para fazer afirmações sobre o mundo - afirmações estas que podem ser julgadas verdadeiras ou falsas e que têm, portanto, um valor informativo potencial.

A questão de como as expressões lingüísticas são capazes de referir ao mundo é tão importante e tão presente para uma filosofia ou semiótica preocupada com a verdade ou a falsidade de uma sentença que chega-se muitas vezes como que a atribuir, ainda que implicitamente, um poder mágico à linguagem - é como se as expressões referissem por si próprias, como se o simples proferimento de uma sentença contendo uma expressão referencial fosse capaz de atingir a referência.

É fácil perceber que isto não é verdadeiro, sentenças como (1)-(6) acima, apresentadas completamente fora de contexto, dificilmente levarão o leitor/ouvinte à identificação de algum indivíduo determinado no mundo. Aliás, esta nem era a intenção da autora/falante. Mas, mesmo quando o falante tem a intenção de referir, pode ocorrer que sua audiência não identifique a entidade por ele apontada, ou até que a identifique erroneamente; ou mesmo, que a audiência não identifique a intenção de referência do falante e que a questão de identificar um referente nem se coloque.

Um ato de referência também pode falhar no caso clássico discutido por Russell e Strawson - o caso em que inexistente um referente para o sintagma nominal utilizado. O exemplo clássico seria a sentença (2) proferida em qualquer momento deste nosso século.

Coisas mais "estranhas" podem acontecer com as expressões referenciais - elas podem servir para fazer referência a entidades que na verdade não correspondem à descrição que a expressão referencial faz delas (cf. Donnellan, 1966). Como poderia ser

o caso da sentença (3), usada para apontar para um certo indivíduo sentado no banco dos réus ao qual a maioria das pessoas atribui o assassinato de Smith, mas que é, na verdade, inocente. (Este caso é chamado por Donnellan de uso referencial de uma descrição definida.)

Existem também usos de expressões referenciais que parecem ser muito mais descritivos do que referenciais, como seria o caso da mesma sentença (3) se utilizada por um locutor que a única coisa que conhece do assassino de Smith é que ele é o assassino de Smith e que o julga louco pela maneira como o assassinato foi cometido. (É o que Donnellan chama de uso atributivo das descrições definidas.)

Parece, portanto, relevante separar entre a(s) entidade(s) a que uma expressão lingüística pode potencialmente se referir - potencial este que está determinado lingüisticamente pelos itens lexicais que a compõem e pela sua estrutura interna - e o uso destas expressões para apontar uma entidade determinada no mundo, para efetivar um ato de referência. Para evitar esta confusão entre "referência potencial", que é uma propriedade da expressão lingüística, e "referência efetiva" que é o resultado do uso de uma expressão lingüística, vou usar o termo *denotação* para indicar as entidades a que uma expressão teria o potencial de referir, e reservar o termo *referência* para a(s) entidade(s) apontadas por uma expressão lingüística dentro de um determinado contexto de uso.

Por outro lado, as palavras "referir" e "referência" têm normalmente um sentido mais amplo. *Referir* aplicado ao uso de uma expressão lingüística significa usualmente *falar sobre* (cf. Ducrot 1984). E, este algo sobre o que se fala pode ser desde um indivíduo determinado - um referente no sentido clássico, até um evento, ou até mesmo um modo de se fazer alguma coisa. As expressões em negrito nas sentenças abaixo imaginadas dentro de contextos apropriados ilustram alguns "atos de referência" bastante usuais. Em (7) a expressão poderia estar sendo usada para referir a um evento, no caso, o subir do balão. Em (8) o falante refere-se provavelmente a uma pessoa. Já na sentença (9), o falante pode estar se referindo ao modo como um indivíduo dança.

(7) **O subir do balão** foi lindo!

(8) **O homenageado** está vestindo terno e gravata

(9) Repare! Ela dança como um elefante

E mais, descobrir sobre o que fala um enunciado, a que ele refere, não depende apenas do enunciado proferido, mas também do contexto, o qual inclui as intenções do falante. A sentença (8) acima, por exemplo, ao invés de estar sendo usada para referir ao *homenageado*, poderia estar sendo enunciada para referir à maneira que o homenageado está vestido, ou mesmo sobre o caráter um tanto formal do homenageado! Estas "referências possíveis" são referências a entidades extra-lingüísticas, mas não são, certamente, referências a objetos ou indivíduos particulares de "algum mundo".

É verdade que nossos enunciados usualmente falam de coisas exteriores à linguagem, sejam elas consideradas parte do "mundo real" ou de outros mundos

possíveis. As "coisas" sobre as quais falamos, entretanto, não se restringem apenas a objetos individualizados em algum mundo. Ou seja, a linguagem é utilizada para falar sobre/fazer referência a muito mais do que a entidades individualizadas do "mundo exterior". A linguagem pode até ser usada para referir-se a si mesma, como na sentença (10) ou possibilitar uma auto-referência do falante como em (11), onde o referente entra dentro do próprio enunciado.

- (10) "Resulta numa falsidade quando precedida por sua citação" resulta numa falsidade quando precedida por sua citação

(cf. Hofstadter, 1989)

- (11) Eu sou mentirosa

A possibilidade de auto-referência cria *loops* interpretativos - paradoxos que tornam impossível a determinação do valor de verdade de certas sentenças. O fato da linguagem natural gerar paradoxos como estes é imensamente problemático para a Lógica, para a Matemática ou para um modelo formal de interpretação semântica, mas os falantes de qualquer língua parecem conviver com ele sem maiores problemas e até tirar certas vantagens destas possibilidades.

Por outro lado, não parece ser relevante para um estudo da semântica das línguas naturais saber como o mundo realmente é, ou se uma descrição do mundo apenas em termos de relações entre entidades individualizadas é suficiente para representá-lo. O que seria relevante para a semântica é o estudo de como a linguagem fala do "mundo", como esta linguagem possibilita certos tipos de interpretação deste e de outros mundos. Neste sentido é que podemos dizer que a semântica faz uma "ontologia da linguagem", ou, em outras palavras, uma investigação sobre as entidades às quais as expressões lingüísticas nos permitem referir.

III. DENOTAÇÕES DOS SINTAGMAS NOMINAIS

Se, num primeiro momento, restringirmos a noção de referência à individualização de entidades extra-lingüísticas, provavelmente concordaremos com o fato de que a categoria lingüística mais adequada a esta função é o sintagma nominal. No entanto, um exame empírico inicial das denotações dos sintagmas nominais mostra que mesmo estas expressões não denotam apenas entidades individuais do "mundo", mas também outros tipos de entidades³.

Observe as sentenças (12)-(18):

3. Neste breve levantamento me atorei aos sintagmas nominais que possuem determinante, o que exclui, por exemplo, o sintagma *computadores* na sentença *Joana odeia computadores*.

- (12) **Eu sou lingüista**
- (13) **Borges falará sobre a referência dos nomes próprios**
- (14) **A secretaria da ABRALIN entregou o certificado ao Diretor do IEL**
- (15) **Um senhor muito rico financiou o evento**
- (16) **Jorge nos deu um livro**
- (17) **Todos os lingüistas presentes são membros da ABRALIN**
- (18) **Alguns sócios da ABRALIN não pagaram a anuidade**

Numa leitura bastante usual destas sentenças, por exemplo, no contexto de um congresso de Lingüística, os sintagmas nominais em **negrito** tem como referência indivíduos concretos do mundo. E mesmo no caso das sentenças (15), (17) e (18), onde ocorrem o artigo indefinido *um* e os quantificadores *todos* e *alguns* respectivamente, penso que estas sentenças proferidas neste contexto poderiam ser interpretadas como falando sobre indivíduos determinados, sendo capazes, portanto de alcançar a "referência" no sentido clássico.

Observe agora as sentenças (19)-(21):

- (19) **O diretor do IEL é eleito entre seus pares**
- (20) **Um cão é sempre um companheiro fiel**
- (21) **Graham Bell inventou o telefone**

Em (19)-(21), mesmo imaginando-se que sejam proferidas em um contexto idêntico ao das sentenças (12)-(18), já não se poderia dizer que os sintagmas nominais referem no sentido clássico. Se considerarmos que estes sintagmas denotam alguma coisa, não serão certamente as entidades individualizadas e concretas que pertencem ao conceito clássico de referência. E, sem nos preocuparmos com os compromissos ontológicos de nossa afirmação, poderíamos dizer que, nestas sentenças, os sintagmas nominais podem ser usados para referir a entidades como espécies, tipos ou talvez classes.

IV. RELAÇÕES ANAFÓRICAS ENTRE SINTAGMAS NOMINAIS

A Teoria da Ligação, um dos módulos da Gramática Gerativa, mostra que existem coerções sintáticas para o estabelecimento de relações anafóricas intra-sentenciais entre sintagmas nominais. Os exemplos (22)-(26) ilustram o fato de que nem todas as relações anafóricas logicamente possíveis entre sintagmas nominais resultam em

x, sua referência será uma entidade (de algum mundo possível) e será, evidentemente, idêntica à de qualquer outra ocorrência da variável dentro da mesma sentença. Exemplificando: no caso de Fernando substituir a variável x, teremos em (28^m) a instanciação de (28^r) e em (29^m) a instanciação de (29^r).

(28) *Todo mauricinho* acha que *0* é o máximo⁵

(28^r) $\forall x$ (mauricinho $x \rightarrow x$ acha que x é o máximo)

(28^m) (mauricinho *Fernando* \rightarrow *Fernando* acha que *Fernando* é o máximo)

"Se *Fernando* é mauricinho, então *Fernando* acha que *Fernando* é o máximo"

(29) *Aguns pais* tem o filho que *eles* merecem

(29^r) $\exists x$ (pai x & x tem o filho que x merece)

(29^m) (pai *Fernando* & *Fernando* tem o filho que *Fernando* merece)

"*Fernando* é pai e *Fernando* tem o filho que *Fernando* merece"

Um tipo de relação anafórica que foge à relação clássica de coreferência está representado nas sentenças (30)-(31). Elas contêm exemplos do que se costuma chamar de "uso genérico" do artigo definido e exemplificam relações que se poderia chamar de uma relação de coreferência entre tipos⁶.

(30) Turing inventou o computador que *0* é hoje um instrumento indispensável

(31) Tem o tigre que *ele* é um animal muito feroz que *0* mora na selva

Já nas sentenças (32)-(34), as relações anafóricas estabelecidas entre os sintagmas nominais nestas sentenças dificilmente poderiam ser chamadas de relações de coreferências, pois cada uma das ocorrências dos sintagmas nominais refere-se a entidades de tipo semântico diferente. No caso de (32) temos uma relação entre um tipo e algumas de suas ocorrências. Em (33), temos esta mesma relação só que em ordem inversa, o que parece ser bem menos usual. Já em (34), o que parece ocorrer é uma

5. O símbolo '0' está sendo usado para marcar uma posição lexicalmente vazia que é interpretada como possuindo um papel semântico.

6. O termo tipo ("type") é definido por oposição a ocorrência ("token"). Ocorrências são entidades físicas únicas, situadas num lugar particular no espaço ou no tempo. São identificadas como ocorrências do mesmo tipo em virtude da sua similaridade com outras entidades físicas únicas e também da sua conformidade com o tipo de que são casos particulares. (Lyons, 1977, p.21)

relação anafórica entre duas "ocorrências" diferentes de um mesmo tipo.

(32) Dante odeia *os guardadores de carro* porque
eles roubaram seu toca-fitas

(33) Não atire *no mico*: *ele* está em extinção⁷

(34) A lagartixa tinha perdido *o rabo*, mas *ele*
já cresceu de novo⁸

V. PRIMEIRAS CONCLUSÕES

As questões e os exemplos levantados neste artigo são ainda insuficientes para a apresentação de uma hipótese mais definitiva sobre a denotação dos sintagmas nominais no português. Por outro lado, ficam aqui registradas certas "pistas" que poderiam guiar esta investigação:

(i) A distinção *tipo x ocorrência* parece bastante importante para esclarecer tanto as denotações do *uso genérico x uso referencial* do sintagma nominal definido quanto usos que também poderiam ser chamados de "genéricos" de, pelo menos, os sintagmas nominais indefinidos. Esta distinção (*tipo x ocorrência*), no entanto, não me parece ser fixa, mas sim relativa a um contexto. Exemplifico com o pequeno texto em (3).

(35) "As máquinas são muito úteis ao ser humano. O computador, por exemplo, nos presta inúmeros serviços. O PC ("personal computer") torna possível o uso cotidiano desta máquina..."

Neste breve texto, o sintagma nominal *o computador* denota uma instanciação do sintagma nominal *as máquinas*. É, portanto, uma *ocorrência* em relação à denotação do sintagma anterior. Por outro lado, este mesmo sintagma - *o computador* - pode ser considerado um *tipo* em relação ao sintagma *o PC*.

(ii) A semântica não parece impor uma exigência estrita de coreferência às relações anafóricas sintaticamente permitidas entre sintagmas nominais. Como se pode perceber mesmo no levantamento inicial feito na seção IV, não existe necessidade de que dois sintagmas nominais em relação anafórica denotem objetos semânticos idênticos. Neste sentido, o antecedente de um sintagma nominal dentro de uma mesma sentença parece ser retomado apenas sintaticamente pelo seu conseqüente.

7. Este exemplo foi citado pelo colega Eronides em uma aula de R. Ilari no IEL-UNICAMP.

8. Exemplo adaptado de um que me foi citado por José Borges Neto, a quem agradeço.

REFERÊNCIAS

- DONNELLAN, K.(1971)[1966]. "Reference and Definite Descriptions". In: D. Steinberg & L. Jakobovits (eds.), *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge:University Press.
- DUCROT, O.(1984). "Referente". In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2. *Linguagem-Enunciação*. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FREGE, G. (1985)[1892]. "On Sense and Reference". In: P. Geach & M. Black (eds.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell.
- HOFSTADTER, D.R.(1980). *Gödel, Escher, Bach: an eternal golden braid*. N.York: Vintage Books.
- KRIPKE, S.A.(1971). *Identity and Necessity*. In: M.K. Munitz (org.). *Identity and Individuation*. N.York: N.York Academic Press.
- LYONS, J.[1977](1980). *Semântica-I*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.
- RUSSELL, B.(1950)[1905]. "On Denoting". In: R. C. Marsh (ed.) . *Logic and Knowledge*. London: G.Allen & Unwin Ltd. .
- STRAWSON, P.(1971)[1950]. "On Referring". In: *Logic-Linguistic Papers*. London: Methuen & Co. Ltd..

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE OS NOMES PRÓPRIOS

José Borges Neto
(UFPR)

1. INTRODUÇÃO.

Digamos, de início, que "termos singulares" são expressões referenciais que "identificam" referentes singulares no mundo, ou seja, são expressões que usamos para nos referirmos a indivíduos. De um ponto de vista gramatical, podemos dizer que os nomes próprios, os pronomes pessoais, os demonstrativos e as descrições definidas são termos singulares.

Os nomes próprios são as expressões mais obviamente "singulares" (seriam os termos singulares "típicos"). Um nome próprio, como Sócrates, Curitiba, Everest ou Europa, claramente é uma expressão usada para referir um indivíduo do mundo, seja esse indivíduo uma pessoa singular, uma cidade singular, uma montanha singular ou um continente singular.

Os nomes próprios são, também, as expressões singulares de mais difícil tratamento pela semântica e as que mais polêmica têm conseguido suscitar. Há mais de cem anos discute-se o que seria o significado de um nome próprio e estamos ainda diante de duas propostas alternativas "irredutíveis": uma proposta que diz que o significado de um nome próprio o indivíduo que ele refere (proposta que poderíamos chamar de "extensional") e uma proposta que diz que o significado de um nome próprio o conjunto de propriedades que determina a sua referência (proposta "intensional").

Sem tentar resolver essa longa e interminável discussão, e creio que poderia ser interessante uma excursão pelo pensamento grego em busca das motivações que levaram os primeiros gramáticos a incluir essa classe de palavras no rol das classes reconhecidas. Para isso vou me valer do trabalho de Jacques Brunschwig (BRUNSCHWIG 1984) que apresenta uma intrigante interpretação do pensamento dos estoicos sobre a natureza dos nomes próprios.

2. A TEORIA DOS NOMES PRÓPRIOS DOS ESTÓICOS(1).

A origem da noção de nome próprio pode ser encontrada no pensamento dos filósofos estoicos, especificamente no pensamento de Crisipo (sc III a.C.). Crisipo toma a classe dos nomes, presente no sistema aristotélico (classe que reunia o que hoje conhecemos por nomes próprios, nomes comuns e adjetivos), e distingue o "noma (nome propriamente dito ou nome próprio) da prosgoria (nome apelativo ou comum e adjetivo)(2). interessante observar que Crisipo não estabeleceu uma subdivisão na classe dos nomes (próprios vs. comuns), como a tradição acabou por considerar, mas distinguiu, de fato, duas partes do discurso autônomas, sem outras afinidades entre si além das que compartilhariam com qualquer outra das partes do discurso e identificadas (artigos, verbos ou conjunções).

Fica claro que a tradição acabou por reunir essas duas classes de palavras numa só porque fundamentou - seguindo o procedimento dos alexandrinos - a noção de "parte do discurso" nas marcas morfológicas (caso e tempo, especialmente) presentes nos termos e em determinados comportamentos sintáticos. Do ponto de vista da morfo-sintaxe, os nomes próprios e os nomes comuns, em grego, não se distinguem: (i) morfológicamente, todos os dois se declinam; (ii) sintaticamente, todos os dois podem ser acompanhados de artigo. Os estoicos, entretanto, fundamentavam sua distinção entre "noma e prosgoria" por critérios essencialmente lógicos ou semânticos.

O fato de os nomes próprios em grego poderem ser acompanhados ou não de um artigo permite algumas reflexões relevantes. Tipicamente, num discurso, a primeira ocorrência do nome próprio aparece sem o artigo e as ocorrências seguintes aparecem com o artigo(3). Duas coisas podem ser ditas a partir daqui. A primeira delas, que é era conhecida dos estoicos e que já tem sido levantada por vários lingüistas contemporâneos, que o artigo (definido) tem valor anafórico. A segunda conclusão seria:

"Podemos supor, então, que a possibilidade de construir o nome próprio com ou sem artigo lhes sugeriu a análise seguinte: do mesmo modo que ho peripatn designa aquele, quem quer que seja, que passeia, ho Skrats designa aquele, quem quer que seja, que Sócrates; do mesmo modo, o nome próprio Skrats, considerado isoladamente, deve designar a propriedade que ser Sócrates equivale a possuir.

(...) Se ho Skrats designa o indivíduo que, por si só, constitui uma espécie, é pausível interpretar Skrats como a designação da propriedade característica dessa espécie."

(BRUNTSCHWIG 1984, p. 5)

De certa forma, encontramos nos estoicos uma antecipação do problema básico da semântica dos nomes próprios, a questão de saber se ele tem ou não um sentido. Encontramos também uma resposta: sem o artigo, o nome próprio designa uma propriedade; apenas quando acompanhado do artigo (provavelmente por fora das

impropriedades anafóricas deste) o nome próprio irá referir. Quero crer que esta solução merece ser investigada nos dados do português, língua em que a presença/ausência de artigo acompanhando os nomes próprios tem parecido "misteriosa" a muitos lingüistas, e em que coexistem dialetos que admitem e dialetos que não admitem a coocorrência de artigo e nome próprio.

Mais interessante, entretanto, é a classificação que os estóicos dão a proposições simples. As proposições simples pertenceriam a três espécies distintas: (i) determinadas; (ii) indefinidas; e (iii) intermediárias. Vejamos a caracterização que o Sexto Empírico dá às três espécies, nas palavras de Brunschwig:

"As proposições determinadas são aquelas que são enunciadas de um modo ostensivo' (kata deixín ekpheromena), acompanhadas do gesto de mostrar, por exemplo: 'Este passeia' (houtos peripatei). Ao enunciar essa proposição, diz Sexto, 'eu mostro (deiknumi) um homem particular'. (...) As proposições indefinidas são aquelas nas quais uma 'partícula indefinida' rege o enunciado, por exemplo: 'Algum indicado' (tis kathtai). Entre os diferentes indivíduos aos quais o predicado convém, o indivíduo de quem dito que o predicado convém não é determinado, de modo que o enunciado pode ser verdadeiro de muitos estados de coisas diferentes.

(BRUNSCHWIG 1984, pp. 9-10)

Quanto às proposições intermediárias, Sexto Empírico não as define. Ele simplesmente diz que "não são nem determinadas nem indefinidas e fornece dois exemplos(4). Voltando ao texto de Brunschwig:

"Os dois exemplos fornecidos parecem pouco homogêneos. No primeiro, o sujeito um nome comum, construído sem artigo: anthros kathtai, que significa 'um homem indicado'; no segundo, o sujeito um nome próprio, também construído sem artigo: Skrats peripatei ('Sócrates passeia')."

(BRUNSCHWIG 1984, p. 10)

O problema saber porque esses dois exemplos são considerados exemplos típicos de uma mesma classe de proposições quando o primeiro parece ser claramente indefinido e o segundo claramente determinado. Sem maiores explicações, Sexto Empírico vai dizer que elas não são indefinidas porque "determinam a espécie" qual pertence o sujeito e não são determinadas porque sua enunciação não acompanhada de um gesto ostensivo.

Segundo Brunschwig, o único modo de entender que a proposição anthros kathtai ("um homem indicado") difira de proposições indefinidas como "Algum indicado" considerar que na primeira proposição a "espécie" do sujeito está determinada, embora o sujeito não esteja. Na medida em que os estóicos consideravam homogêneos os dois exemplos, pode-se pensar que o mesmo raciocínio pode ser aplicado ao exemplo Skrats peripatei ("Sócrates passeia"), ou seja, o nome

3. PARA UMA SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS.

Seguindo as propostas de tratamento do significado das expressões numa semântica de modelo teórico, por meio da noção de intensão, surgidas nos últimos vinte anos, tentemos apresentar uma análise semântica dos nomes próprios, procurando ver até que ponto é possível usar as intuições dos estoicos sobre o assunto como guia. Como este é um trabalho absolutamente preliminar, vou-me apoiar basicamente em LEWIS (1972).

Uma intensão é uma função que nos permite associar um objeto lingüístico a um objeto não-lingüístico. Explico. A intensão apropriada para um nome próprio é a função que nos permite associar esse nome próprio (objeto lingüístico) a um indivíduo no mundo (objeto não-lingüístico). A intensão apropriada para uma sentença é a função que permite associar a sentença a um valor de verdade. A intensão apropriada para um termo singular (descrição definida, pronome pessoal, demonstrativo ou nome próprio) é a função que nos permite associar o termo singular a um indivíduo no mundo e assim por diante.

Segundo Lewis, as intensões não fazem essas associações de um modo direto, elas necessitam de "informações contextuais para realizar sua tarefa: as intensões são funções que vão de índices a denotações. Talvez um pequeno exemplo seja esclarecedor para quem não conhece o trabalho de Lewis. Tomemos a sentença (1).

(1) Eu estou aqui falando de nomes próprios.

A intensão apropriada para a sentença (1) é uma função que deve associar (1) a um valor de verdade (verdadeiro ou falso). Parece claro que para se saber se (1) é verdadeiro ou falso, preciso saber quem é o falante, preciso saber de que lugar o falante fala e preciso saber em que tempo o falante fala. Em outras palavras, preciso, no caso, preencher os déicticos. Informações como falante, ouvinte, lugar, tempo, discurso prévio, objetos indicados, mundo possível, etc. constituiriam os tais índices que as intensões tomam como seu domínio para fazer a associação com os objetos não-lingüísticos requerida.

Usando uma terminologia mais técnica, eu poderia dizer que (1) vai ser verdadeira em alguns modelos e falsa em outros. Vai ser verdadeira no modelo em que o falante de (1) é o indivíduo que também pode ser referido pela expressão José Borges Neto, que o lugar de onde ele fala é a sala onde se desenrola a mesa-redonda "Gramática das Expressões Referenciais e que o tempo é 16 de julho de 1992; vai ser falsa, no entanto, em todos os modelos em que algum desses índices seja alterado. Por exemplo: mantenha o tempo e o lugar e fixe para o índice "falante" o indivíduo "Noam Chomsky", ou mantenha falante e lugar e altere o tempo para 15 de julho de 1992.

Generalizando o caso de (1), gostaria de dizer que uma sentença vai ter seu

valor de verdade estabelecido sempre para um modelo e que a intensão apropriada para uma sentença precisa ser sensível a isso.

Ora, isso não deve se dar apenas com as sentenças, mas com os termos singulares também (talvez até fosse possível dizer que isso se dá com as sentenças porque se dá com os termos singulares anteriormente). Podemos nos perguntar, então, em que consistiria a intensão adequada a um pronome pessoal, um demonstrativo, um nome próprio ou uma descrição definida.

Como já vimos, a intensão adequada a um termo singular dever ser uma função que toma índices como argumento e dá um indivíduo como valor. Assim, a intensão associada a um demonstrativo depende essencialmente dos índices "objeto indicado" e "discurso prvio", conforme o demonstrativo seja um dêitico, no sentido estrito, ou um anafórico. Só é possível entender que a sentença (2) não uma contradição se imaginarmos o falante, ostensivamente, indicando objetos distintos enquanto fala (se só houver um objeto indicado, (2) conter uma contradição).

(2) Isto é branco e isto preto.

Os pronomes pessoais de terceira pessoa, na medida em que são dêiticos ou anafóricos, terbo comportamento idêntico aos demonstrativos. Os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, no entanto, dependerão crucialmente dos índices falante e ouvinte, respectivamente. A intensão apropriada para uma descrição definida depender, composicionalmente, das intensões apropriadas das expressões que constituem a descrição (artigo, nome comum, adjetivos, orações relativas, etc.).

Como seria, então, a intensão apropriada para os nomes próprios? Independentemente do nome próprio em questão e independentemente do preenchimento concreto dos índices, a intensão apropriada para um nome próprio ser uma função que ir de índices a um indivíduo. Ou seja, dado um nome próprio qualquer, sabe-se, de saída, que seu referente um indivíduo.

Creio que aqui encontramos algo como a determinação da "espécie" de que falavam os estóicos e recuperamos a primeira característica do uso de nomes próprios em proposições: "uma informação quanto espécie cuja propriedade característica o nome designa: a saber, que essa espécie não vazia, que existe um indivíduo, e só um, que dela membro".

Mas isso não basta. Pensemos, então, que o uso do nome próprio envolve também um tanto de dêixis. Em primeiro lugar, parece-me claro que o uso de artigos com nomes próprios em português poderia levar a um significado semelhante ao que Brunschwig diz terem os estóicos reconhecido em grego, ou seja, a indicação de que o indivíduo nomeado conhecido de ambos o falante e o ouvinte. Sem o artigo, no entanto, o que significaria o nome próprio, além da indicação de que um indivíduo? Uma resposta possível dizer que significaria o próprio indivíduo, mas identificado a partir dos índices. Pensemos numa sentença como a seguinte:

(3) Sócrates gostava de vinho.

Ela vai ser verdadeira em todos os modelos em que o indivíduo referido pelo nome próprio "Sócrates" tenha gostado de vinho. Agora, de que Sócrates eu estou falando? Se os nomes próprios sempre fossem unívocos, não teríamos nenhum problema de referenciabo. Mas, como os nomes podem ser ambíguos - e frequentemente o são -, deve haver algum mecanismo que nos permita referir com eles apesar da ambigüidade.

Como os falantes agem diante de situações de ambigüidade dos nomes próprios como a que temos em (3)? Creio que há dois procedimentos comuns, o primeiro tomado pelo falante consciente da ambigüidade, como meio de evitá-la, e o segundo assumido pelo ouvinte, como estratégia heurística: (i) transformação do nome próprio em nome comum (construção de uma descrição definida) e (ii) referência a partir dos índices.

Pelo primeiro procedimento, para evitar a ambigüidade do nome próprio "Sócrates", o falante poderia construir sua sentença dos seguintes modos:

(3') O Sócrates filósofo gostava de vinho.

(3'') O Sócrates que jogou no Corinthians gostava de vinho

Parece claro, no entanto, que em (3') e (3'') não temos mais nomes próprios na posição de sujeito, mas descrições definidas. Parece claro, também, que "Sócrates" nesses dois casos não é mais um termo singular (embora possa continuar sendo considerado um nome próprio, de um ponto de vista morfo-sintático).

É possível, por outro lado, que dados os índices do domínio da intensão, a ambigüidade inexistia. Vejamos.

Se o índice discurso prvio trazer informayes sobre futebol, o mais provvel que o "Sócrates" de que se está falando seja o jogador de futebol. Se o discurso prvio tratar da vida de filósofos ilustres, certamente o nome próprio estar se referindo ao mestre de Platão. Do mesmo modo, se o falante da sentença (3) um indivíduo ilustradíssimo em matria esportiva - mas profundamente ignorante de filosofia, jamais pensarei que ele est se referindo ao filósofo, mas sim ao jogador de futebol(5).

Quer me parecer que com o uso extensivo dos índices, não só para obter o referente dos termos claramente dêiticos, mas também para obter o referente dos nomes próprios, acabamos por recuperar uma certa natureza "dêitica" dos nomes próprios.

Outra resposta possível seria propor que tanto os nomes próprios quanto os nomes comuns denotam classes, as classes denotadas pelos nomes próprios são necessariamente singulares, enquanto as classes denotadas pelos nomes comuns são indeterminadas quanto ao número. Note-se que esta posição é coerente com o que vimos do pensamento estoíco sobre os nomes próprios.

Na medida em que os nomes próprios remetem a classes singulares, com o

simples uso do nome próprio a referência j est, em principio, determinada, o que dispensaria outros mecanismos de referenciabo (talvez seja esta a explicabo para a existencia de linguas e/ou dialetos que não admitem a coocorrência de artigo e nome próprio). A existencia de linguas e/ou dialetos que admitem a coocorrência do artigo com o nome próprio, por outro lado, talvez estivesse ligada a uma necessidade de distinguir lingüisticamente a referência classe da referência ao individuo que a constitui (algo como o que Lesniewski propõe em sua Mereologia). As linguas e os dialetos que admitem nomes próprios determinados pelo artigo definido estariam gramaticalizando essa distinção semântica, ignorada pelas outras linguas e/ou dialetos. A referência ao individuo que constitui a classe seria feita por meio do artigo e, nesse sentido, a diferenca entre o nome próprio e o nome comum deixaria de ser relevante para essas linguas(6): a presença do artigo determinaria a classificação da expressão como uma descrição definida, fosse ela constituída por um nome próprio ou um nome comum.

Eu não saberia, no momento, como optar por uma ou por outra resposta. Creio, no entanto, que tenho aqui um ponto de partida para algumas reflexões que poderiam vir a trazer mais luzes sobre a questão da semântica dessas expressões tão "ariscas".

NOTAS:

(1) Baseio-me no trabalho de Jacques Brunschwig (BRUNSCHWIG 1984) que apresenta uma intrigante interpretação do pensamento dos estoicos sobre a natureza dos nomes próprios.

(2) Em grego, como em português, a "substantivação" do adjetivo muito frequente. Boa parte dos nomes só se define como substantivo comum ou como adjetivo no contexto de uma sentença.

(3) Notável a semelhana de comportamento entre o nome próprio sem e com artigo em grego e as descrições indefinidas e definidas em português. Note-se que, em português, a primeira referência feita por meio de descrição num discurso usa uma descrição indefinida, enquanto as referências seguintes usam descrições definidas. frequente encontrar, por exemplo, numa história infantil, seqüências como: "Era uma vez um rei. O rei tinha uma filha. A filha do rei...".

(4) Todas as proposições que têm um nome próprio como seu sujeito são consideradas proposições intermediárias.

(5) Reconheço que estou fazendo um uso pouco ortodoxo da noção de índice de Lewis. Não creio que isso seja um pecado muito grave, a não ser na medida em "pragmatiza" a semântica. Não tenho condições de espaço para discutir melhor esse ponto aqui, mas creio que a noção de "modelo de interpretação", inerente nas teorias formais como a de Lewis, permitem, com certo conforto, essa "pragmatização" da semântica.

(6) Preciso deixar claro que a classe dos artigos, tal como reconhecida nas gramáticas tradicionais, essencialmente heterogênea. O artigo definido um dêitico que remete o ouvinte ao discurso prvio ou ao contexto, enquanto o artigo indefinido simplesmente um quantificador.

REFERÊNCIAS:

BRUNSCHWIG, Jacques. 1984. Remarques sur la theorie stocienne du nom propre. *Histoire, pistémologic, Langage* 6 (1), pp. 3-19 (número monográfico *Logique et grammaire*).

LEWIS, David. 1972. *General Semantics*. In LEWIS, D. *Philosophical Papers I*. Oxford: Oxford University Press, 1983, pp. 189-232.

"É DE MIM QUE EU QUERO FALAR!" - A SUBVERSÃO DA LÓGICA PELA NARRATIVA EM ADULTOS BRASILEIROS NÃO-ALFABETIZADOS

Leida Verdiani Tfoani
FFCLRP - USP

I - INTRODUÇÃO

Neste trabalho, faço um estudo do funcionamento discursivo de um grupo de adultos brasileiros analfabetos diante de uma tarefa de compreensão de raciocínios lógico-verbais (silogismos). O silogismo, um tipo de organização discursiva que frequentemente, associado a culturas "letradas", visto que pressupõe distanciamento do conhecimento factual e da experiência pessoal para ser entendido, e estas características, por sua vez, são apontadas como produtos da aquisição da escrita. Para investigar como adultos analfabetos reagem ... estrutura lógico-dedutiva do silogismo, foi aplicada a um grupo com essa característica (analfabetismo) uma tarefa de compreensão de raciocínios lógico-verbais, cuja estrutura era a seguinte: Premissa maior; premissa menor; conclusão na forma interrogativa (ex: "Todas as frutas têm vitamina / A maçã é uma fruta / Ela tem vitamina, ou não?"). Os adultos passaram por três etapas durante a tarefa: 1§) Resposta ... pergunta; 2§) Justificativa da resposta dada; 3§) Repetição do silogismo. Surpreendentemente, ao ler as transcrições, percebi que muitos adultos engajaram-se em atividades discursivas que podem ser descritas como narrativas: relatos, histórias de ficção, e uma mistura dos dois (em português, "casos"), emergiam em uma situação interacional que teoricamente exigia uma descentração do sujeito com relação ao conteúdo do seu discurso.

A seguir, apresentarei alguns exemplos, antes de passar a uma discussão sobre esses fatos.

II - APRESENTAÇÃO DE DADOS

Esse processo de produção de narrativas durante a testagem de compreensão de silogismos ocorreu com muitos dos adultos investigados, e em diversos lugares da atividade interacional estabelecida. Muitos deles, por exemplo, começavam a narrar eventos de experiência pessoal, em virtude de um processo metonímico que estabeleciam entre "maçã - vitamina - doença - saúde", quando lhes era apresentado o silogismo seguinte:

"Toda fruta tem vitamina
A maçã, uma fruta.
Ela tem vitamina, ou não?"

Um dos adultos disse o seguinte:

"Ah, tem vitamina, sim, porque... eu acho que ela tem vitamina porque a gente sempre, né quando que fazê alguma coisa qualquer pr'uma criança, não tem que tá correndo, e eu mesmo já dei muita fruta... de maçã pro meus filho... Então... daí eu acho que ela tem vitamina, porque alimenta muito os bebês, né? Assim pras pessoa quando tá fraca (s/i) dá maçã né primeira coisa que eu vejo, quando não é banana, tem que sê a maçã Então eu acho que ela tem muita vitamina."

Vejam os(as) leitores(as) o relato seguinte, produzido por uma mulher, a qual, após a apresentação desse mesmo silogismo, passou a comentar sobre o preço da maçã e se ela podia ou não comprar essa fruta:

"Não, eu posso, sim... Graças a Deus, gente, graças a Deus, não posso tê queixa, sabe? Eu sou uma mulher que é assim: eu vivo sozinha com Deus. Meu marido me tocou o pé por causa de uma menina nova... Ele tinha um dinheirinho... Todo mundo ficou muito "ganjin" porque achou que ele era grande coisa, juntô co'essa minina. Eu fiquei quietinha no meu canto, trabalhando, sofrendo, tudo, né? A gente passa aquele desgosto porque a gente viveu cinqüenta e quatro ano junto, né? Agora, a menina - acabou o dinheiro - socô o pé no rabo dele... Gostei!"

Observem o seguinte "caso", produzido por uma outra mulher durante a justificativa para o silogismo:

"Os animais selvagens livres moram na
floresta
O tigre é um animal selvagem livre.
Onde ele mora?"

"(mora) no mato, né, na selva. (...) Porque, gato, é do mato... Esses bicho aqui são tudo do mato. Lá no Paraná, mataram uma bicha dessa bem pertinho de onde nós morava, como daqui ali... Lá em Pernambuco, meus filho era tudo caçador, matava cada bichona dessas, tinha aquele montão de carne... Era tão gostoso..."

1988), a diferença de natureza entre o genérico da premissa maior do silogismo e aqueles genéricos que são usados nas narrativas. Vou retomar a seguir apenas os elementos principais para a presente argumentação.

O silogismo, produto mais bem acabado da escrita, e "carro-chefe" da ciência galileiana, caracteriza-se pela inclusão de um particular em um genérico, como já vimos, é restringir o conhecimento, fechar as perspectivas a partir da qual se fala do objeto. Assim genéricos como: "O plástico não enferruja.", que criam um efeito de sentido segundo o qual a única "qualidade" (predicado) que se pode enunciar a respeito do plástico é "não enferrujar". Existe aí um mecanismo de ocultamento de outros sentidos possíveis, que se torna mais eficaz com a presença do verbo no chamado "presente omnitemporal". No mesmo movimento, esta estrutura tem o poder de apagar as marcas da enunciação, dando a ilusão da objetividade e da verdade completas: não importa quando, quem, nem onde ou para quem esse genérico se dirija; seu efeito de sentido é sempre exatamente o mesmo (garantir que um fenômeno permaneça idêntico, quando se mudam as "variáveis"...). Conforme afirmei anteriormente, "...o genérico dos silogismos está direcionado para a formalização de uma estrutura (ou melhor de um discurso, acrescento agora) científica..." (op. cit. pag.113).

No entanto, contra essa ilusão da onipotência do sujeito com relação ao sentido de seu discurso, gostaria, antes de falar do outro genérico (aquele das narrativas) de antepor o que coloca a análise do discurso, nas palavras de seu maior teórico, Michel Pêcheux:

"...todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. (...) Todo enunciado, toda seqüência de enunciados, é pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação." (1990, pag.53)

A citação de Pêcheux nega a visão da transparência do sentido (e da linguagem) que o genérico do silogismo procura instituir. O que Pêcheux propõe é o discurso enquanto acontecimento, é o sentido enquanto determinado por condições de produção que são tanto enunciativas quanto sócio-históricas. Do ponto de vista que estou discutindo aqui, um desses "pontos de deriva possíveis" é a substituição daquele genérico do silogismo, que procura restringir a interpretação, por outro, que, ao contrário, abre as perspectivas para visões (e sentidos) alternativas. Esse processo de deslizamento de sentidos produz o efeito de transformar as premissas maiores em visões particulares do mundo, que são expressas, nos casos que estou examinando aqui, por uma estrutura narrativa, seja ela de ficção, de experiência pessoal, ou "casos".

Mas, que genéricos são esses? Trata-se dos provérbios, "slogans", máximas, rezas, fórmulas adivinhatórias, etc, que estão profundamente em "fórmulas encapsuladas" (conforme de Lemos, 1984), resumos historicamente constituídos das

experiências e atividades do homem sobre o (no) mundo. Trata-se de genéricos que codificam os valores e crenças de uma cultura. Muitos deles, especialmente os provérbios, na verdade, ultrapassam as fronteiras de uma cultura específica e simbolizam sistemas culturais: por exemplo, ocidental ("Per aspera ad astra"); ou ocidental-cristão ("Deus ajuda a quem cedo madruga"); ou ocidental-islâmico ("Olho por olho, dente por dente"). É interessante notar que esse processo de generalização não tem origem apenas na tradição oral. Existem máximas que são na verdade recortadas de obras escritas e acabam sendo usadas separadamente do seu contexto inicial, que é, muitas vezes literário. "The child is the father of the man.", por exemplo, um verso da belíssima poesia de Wordsworth intitulada *My Heart Leaps up* (Hayward, 1958, pag. 261), mas transformou-se na representante condensada de uma visão a respeito da infância, do desenvolvimento e da educação. É o equivalente da máxima popular, menos literária e menos lotrada: "É de pequenino que se torce o pepino".

A função desses genéricos é, portanto, de transformar sistemas de valores e crenças, de cultura para cultura, de geração a geração. A sua aparente descontextualização é enganosa, visto que eles se prestam ao uso em inúmeros contextos. São, portanto, fórmulas genéricas abertas, ao contrário dos genéricos dos silogismos, que são fechados.

O que está em jogo, no primeiro caso, é todo um processo cultural (histórico) de apropriação da palavra alheia. O genérico das narrativas é polifônico, visto que a linguagem ali está "(...) superpovoada com as intenções alheias." (Bakhtin, 1981, pag. 293, cit. em Hutcheon, 1992, pag. 111). O genérico do silogismo tenta instituir a monologia, mas falha, exatamente por ser impossível a existência do intradiscurso. Segundo Pêcheux (1988) os mecanismos que garantem a coesão, co-referência, enfim, a coerência lógica do "fio do discurso", ficam apenas ao nível consciente da relação sujeito/sentido. O funcionamento intradiscursivo nos dá apenas a dimensão temporal e espacial "...daquele discurso com relação a si mesmo (o que eu disser agora com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois)." (op.cit., pag. 166). O processo de constituição histórica do sujeito do discurso e dos sentidos possíveis de serem veiculados em determinada época (o interdiscurso) ficam aparentemente apagados no genérico do silogismo. Ideologicamente, este processo dá sustentação às duas ilusões a que Pêcheux (1969) se refere (a ilusão que o sujeito tem de ser a fonte, a origem de seu próprio discurso, e a ilusão da materialidade do pensamento), quanto ao constructo ideológico que o autor denomina de "o impossível sujeito da ciência" (1988, pag. 166).

Dentro dessa discussão, a ocorrência das narrativas pode ser vista como uma forma de resistência (no discurso) dos analfabetos ... tentativa de imposição de um sentido único em um contexto que, historicamente, ancora-se na dialogia "testar raciocínios lógico-verbais". Orlandi (1992) trata desta questão enquanto tema que deve ser referido ... política do silêncio em uma de suas formas; a saber, o silêncio constitutivo. Diz Orlandi que:

"(...) a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada."

O silêncio constitutivo teria, segundo a autora, o efeito de impedir a veiculação de "... sentido que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma "outra" formação discursiva, uma "outra" região de sentidos." (op. cit., pag. 76).

Assim funciona o genérico fechado dos silogismos: silencia outros sentidos possíveis, monologiza o dizer.

No entanto, o que se pode ver nos "dados" que estou analisando é um movimento do sujeito do discurso que, ao se ver impedido de significar naquele lugar, desloca-se para outra região discursiva, e significa de outro modo. No caso, traz as narrativas para enfrentar os silogismos.

Do ponto de vista ideológico, então, os raciocínios formalizados discursivamente de maneira "coerente e lógica" criam a ilusão da transparência da linguagem e do sujeito descentrado, planejador do seu próprio dizer. A superioridade do "sujeito da ciência" está fundada nessa ilusão, que é necessária, visto que garante a identificação do sujeito consigo mesmo e seus "semelhantes" (conforme Pêcheux, 1988, pag. 171). Mas deste movimento de mostrar o raciocínio não descentrado como único caminho para a verdade resulta que outras práticas discursivas alternativas, como a narrativa, passam a ser consideradas "inferiores", "inadequadas", etc.

Para o(a) leitor(a) que porventura esteja conjecturando se por acaso eu não atravessci aqui a linha estreita que separa o elogio do "déficit" do elogio da "superioridade intelectual", adianto que não é o caso.

O fato central a ser enfatizado aqui, para fugir a uma visão romântica, é que existem formações discursivas mais letradas que são mais eficazes do ponto de vista da participação dos sujeitos que as usam no social, e que essas formações não estão ... disposição de todos os indivíduos em uma formação social dada.

A eficácia maior desses discursos está no fato de que criam a ilusão do sujeito e do sentido transparentes, e dão maior poder aquelas que os usam porque produzem um efeito de sentido através do qual é atingida a descentração: a figura do sujeito fora de si mesmo, olhando para aquilo que diz, e examinando seu discurso como um objeto que pode ser compartilhado "tal e qual" com seu interlocutor.

Sem dúvida nenhuma, saber ler e escrever torna as pessoas mais fortes. A capacidade para suspender as regras, colocá-las fora de si, não está ligada ao raciocínio lógico, mas ... escrita. O uso da escrita é que possibilita o poder de abstração, e a abstração, por sua vez, a "verdadeira arma simbólica" que permite a eficácia, tanto do ponto de vista enunciativo, quanto do ponto de vista histórico-discursivo.

A eficácia histórica da escrita, está ligada a um processo de produção de sentidos que se tornam permanentes, e que acabam criando mecanismos de inclusão e exclusão, um jogo ideologicamente regrado, onde o "mais fraco" (antropologicamente falando) nunca leva a vantagem.

Do ponto de vista enunciativo, a escrita acaba também sendo altamente eficaz, na medida em que produz discursos pretensamente "objetivos", que estão fora do alcance dos analfabetos (como também dos alfabetizados excluídos das práticas mais sofisticadas de letramento). A história da constituição do sentido do discurso lógico inclui um mecanismo que apaga os traços enunciativos. É como se as palavras não tivessem essa história de constituição de sentidos. Isto dá ao silogismo uma característica de estranheza, que se torna especialmente aguda para os analfabetos. É um mecanismo de exclusão que se configura discursivamente.

Desta perspectiva, a produção de narrativas pode ser vista como uma forma alternativa de estrutura discursiva que é usada para enfrentar o heterogêneo, a estranheza que o discurso "alfabetizado" do outro desperta. A narrativa constrói para esses adultos um lugar de onde eles podem olhar as coisas e uma perspectiva que serve "como proteção ideológica e narcísica contra a heterogeneidade de sentido introduzida pelo silogismo." (Authier, com. pessoal).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M.M. 1981 The Dialogic Imagination: Four Essays by M.M. Bakhtin
Texas: University of Texas Press (org. M. Holquist)
- BAKHTIN, M.M. 1985 Estética de la Creación Verbal México: Siglo Veintiuno
- HAYWARD, J. (Ed.) 1958 The Penguin Book of English Verse Victoria: Penguin Books
- HUTCHEON, L. 1991 Poética do Pós-Modernismo Rio de Janeiro: Imago
- LEMOES, C.T.G. de 1984 "Teorias da Diferença e Teorias do Déficit" Anais do Seminário Multidisciplinar de Alfabetização INEP/MEC
- ORLANDI, E. 1992 As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP
- PÊCHEUX, M. 1969 Analyse Automatique du Discours Paris: Dunod
- PÊCHEUX, M. 1988 Semântica e Discurso - Uma Crítica Afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP
- PÊCHEUX, M. 1990 O Discurso: Estrutura ou Acontecimento Campinas: Pontes Editores
- TFOUNI, L.V. 1988 Adultos Não-Alfabetizados: O Averso do Averso. Campinas: Pontes Editores (CNPq, FAPESP, CAPES).

NO CAMINHO DE ÁREAS DIALETAIS BRASILEIRAS: [tʃ] NO DECURSO *it*

Suzana Alice Marcelino Cardoso
Universidade Federal da Bahia

A mesa-redonda em que se insere este trabalho se propõe discutir questões relativas à diversidade do português do Brasil e examinar a delimitação de áreas dialetais com base em dados que descrições já efetivadas vêm permitindo. Nessa perspectiva e com base nos atlas lingüísticos já publicados, trago considerações sobre a africada palatal surda [tʃ], presente no que se constitui, no padrão geral da língua, o decurso *it*, em casos tais como muito, uito, biscoito etc.

A natureza multidialetal de cada falante implica na e decorre da diversidade de que as línguas se revestem, diversidade que se configura na linha da horizontalidade, a da diatopia, e na linha da verticalidade, que se matiza em nuances diastráticas, diafásicas, diacrônicas e etárias. O conhecimento dessa diversidade, ou melhor dito, dessas diversidades, constitui-se não apenas num exercício ou num esforço de descrição da língua enquanto instrumento social de comunicação, mas também conduz a que, conhecendo-as, possam ser desenvolvidas de forma harmônica outras facetas da vida sócio-cultural do país com as quais tem a língua uma interface comum. Assim, e entre muitos outros fins, o conhecimento de áreas lingüísticas servirá de fundamentação ao ensino do vernáculo. O reconhecimento de peculiaridades fonéticas de cada região contribuirá/concorrerá para o aperfeiçoamento do processo de alfabetização, levando a uma melhor compreensão das dificuldades reveladas pelas crianças e à busca adequada de meios para saná-las. A identificação de áreas lexicalmente particularizadas há de permitir, na interrelação entre os diversos saberes formalmente apreendidos, uma relevante contribuição dos estudos lingüísticos às outras ciências, como, por exemplo, às ciências da saúde e mais especificamente na relação médico-paciente na anamnese. Conhecer-se, pois, a dialeção do português do Brasil e delimitar áreas próprias a cada fenômeno constitui-se num trabalho que ultrapassa os muros da lingüística, pois os seus resultados debordam para outras áreas do conhecimento numa prestação de serviço de significação e relevância.

Nesta comunicação me proponho examinar um tipo de ocorrência da africada palatal surda [tʃ] com base nos dados que fornecem o Atlas Prévio dos Falares Bajanos¹, o Atlas Lingüístico de Sergipe², o Esboco de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais³ e o Atlas Lingüístico da Paraíba⁴ e na observação aos materiais dos inquéritos realizados na Bahia e em Sergipe⁵, delimitar a área em que se registra, descrever os contextos em que ocorre confrontando-os com outros que se revelem pertinentes, discutir a sua natureza e, por fim, examinar a relação com as demais realizações africadas documentadas no português do Brasil. Ao incursionar sobre o tema, retomo

uma questão abordada por Rossi (1969) quando ao tratar das africadas no falar de Mato Grosso introduz a questão das por ele denominadas "africadas baianas" das quais vem a se ocupar, posteriormente, em 1971⁶.

O Atlas Prêvio dos Falares Baianos, o Atlas Linguístico de Sergipe e o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais documentam, na área a que se reportam, a presença de uma africada palatal surda em contextos tais como os que se ilustram com as seguintes formas: [di,le^htʃi] (de leite), [pe,ze^hlʃu] (rejeito), [peitʃu] (peito), [kɔ,tʃt] (coité), [mũtʃu] (muito), [otʃu] (oito). Ou seja, para os casos em que o padrão ideal da língua tem uma vogal anterior alta seguida de oclusiva dental surda, a realidade lingüística dessa região apresenta uma africada palatal surda que, por sua vez, comuta, no mesmo contexto, com outras realizações, como será mostrado a seguir.

A carta 48 do EALMG (Ver mapa 1) traça a isófona, naquele Estado, de [tʃ], documentada nas mesmas circunstâncias e contexto em que ocorre na Bahia e em Sergipe. Como se pode observar, Minas Gerais, quanto a esse fenômeno, está dividida em duas sub-áreas: a parte extrema Norte, contígua ao Sul da Bahia, onde se registra [tʃ] e a parte restante do Estado, que integra três diferentes falares, segundo a classificação de Nascentes (Ver mapa 2), caracterizada pela ausência dessa realização africada.

Na Bahia (Ver mapa 3), a africada se distribui, basicamente, pela zona litorânea, expandindo-se na direção Nordeste (pontos 17,19,26,29). Ao lado desses, registra-se também nos pontos 35 e 36, zonas próximas ao limite com Minas Gerais, e no ponto 42, no Oeste e já distanciado da área de maior frequência de uso da africada.

Os dados sobre Sergipe (Ver mapa 4) revelam a continuidade de ocorrência na faixa litorânea, com adentramento ao Norte, justamente seguindo a margem do Rio São Francisco que serve de linha limítrofe entre esse Estado e o de Alagoas.

O exame dos dados constantes do quarto atlas regional já publicado no Brasil, o Atlas Linguístico da Paraíba, mostra que na área que recobre não se documenta esse tipo de africada. Reunindo as informações constantes dos quatro já referidos atlas lingüísticos, pode-se observar (Ver mapa 5) que a africada palatal surda, registrada nos casos do decurso *ij* no padrão geral de uso da língua, tem um percurso definido entre o Norte de Minas Gerais, passando pela Bahia e atingindo Sergipe. Se este último é o ponto extremo da realização, não disponho — não dispõe ainda a dialectologia no Brasil — de elementos para categoricamente afirmar, pois, entre Sergipe e Paraíba, permeia uma vasta área da qual não se tem informação específica sobre o fenômeno em causa. Pode-se, no entanto, e a partir da afirmação de Marroquim⁷ (1945):

"O ditongo *sõa* claramente quando está antes da explo-

siva *t...*; *peito, peitada, peitoril. leite, feítico...*"

levantar a hipótese de que, pelo menos naquela época, a realização africada palatal surda, nesse contexto, não se documentava na área. O ponto limite ao Sul parece poder ser traçado sem margem de erro, pois os dados do EALMG configuram de maneira clara a área de presença/ausência de [tʃ].

A africada [tʃ] dos "falares baianos" ocorre em distribuição inteiramente

diversa da que caracteriza a mesma realização nas demais áreas onde tem sido documentada. Assim, na região de São Paulo e Mato Grosso, registra-se sistematicamente nos casos em que a língua padrão tem /s/ - código escrito ch e x. Na região do Rio de Janeiro, por sua vez, é atestada nos casos em que as outras variantes dialetais e o próprio padrão da língua têm uma oclusiva dental surda seguida de vogal anterior alta, graficamente representadas por ti e te.

Na área dos "falares baianos" a africada [ts] ocorre quando se tem presente o decurso it. O quadro, pelo menos para a Bahia e Sergipe⁸, uma vez que os dados referentes a Minas Gerais não permitem análise similar, assim se configura:

a) A africada [ts] ocorre quando no padrão da língua se tem /i + t/, como em [oitu], [bis,koitu], e com a descrição seguinte:

I. Em idênticos contextos, [tʃ] :: [t] e [tʃ], como em:

[kɔ_itʃ] :: [kɔ_it] :: [kɔ_itʃ].

III. Com a presença de /i/ silábico, tem-se ou [t] ou

[tʃ], mas não se registra [tʃ]:

[ka,britu], [ka,brítu].

b) A africada [tʃ] ocorre quando no padrão da língua se tem /i + t + i/, como em [feiti,seiru], e com a seguinte descrição:

I. O /i/ precedente pode ser silábico ou assilábico:

[fitʃi,seru] :: [feitʃi,seru].

II. Em idênticos contextos [tʃ] :: [t] e [t]:

[feitʃi,seru] :: [feit_i,seru] :: [feit_i,seru].

c) A africada [tʃ] ocorre quando no padrão da língua se tem /t + i/, como em /so ,veti/, e com a seguinte descrição:

I. Sempre precedido de vogal:

[so,detsi], [kɔ,ɣtʃi], [sapa,tʃina].

II. O /t/ que se lhe segue é sempre silábico.

III. Em idênticos contextos, [ts] :: [t] e [t]:

[po, detʃi] :: [po, detʰi] :: [po, deti].

O quadro geral da africada palatal surda no português do Brasil e nas áreas consideradas pode ser descrito, numa perspectiva eminentemente sincrónica e de forma sumária, nos seguintes termos:

Realização nas 4 áreas consideradas	Realização segundo o padrão da língua	Representação no código escrito
	/s/	ch
	/s/	ch, x
[tʃ]	/ti/	ti, te
	/ti/	it

Uma incursão mais aprofundada na área de Bahia e Sergipe, permitida pela familiaridade com a documentação original e pelo acesso que a esses materiais me é facultado, permite algumas considerações complementares à questão:

a) Para o fonema /t/ ocorrem na área cinco diferentes possibilidades de realização, a saber:

/t/ oclusiva dental surda

[t] variante apical, particularmente tensa, de /t/

[t] variante palatalizada de /t/

[tʰ] variante aspirada de /t/

[tʃ] africada palatal surda

b) Das variantes fonéticas documentadas, duas delas apresentam o traço

palatalidade. Assim, e por essa razão, a expectativa poderia conduzir a que se esperasse ver a coexistência das variantes [j] e [tʃ] de forma mais representativa e num mesmo espaço geográfico. A realidade, porém, é outra e demonstra que onde se tem /t/ precedido e/ou seguido de /j/, casos em que ocorre a africada palatal surda, tem-se de forma mais representativa a presença de [tʃ] e o não registro de [t].

c) Os dados e a relação que entre eles se estabeleceu deixam claro que as realizações [tʃ] e [t] não mantêm entre si nenhum grau de dependência ou vinculação a uma distribuição complementar, ao contrário, [tʃ] se compatibiliza, na área, sistematicamente com /t/ e/ou com [j] e só em raras ocorrências com [j].

A africada "baiana" [tʃ], numa perspectiva diacrônica, apresenta-se desvinculada da africada de idêntica natureza existente no português arcaico e, hoje em dia, ainda conservada em certas áreas localizadas. Do ponto de vista sincrónico, a africada [tʃ] é interpretada como um caso de palatalização condicionada da oclusiva /t/ que no dizer de Rossi (1971:41):

"... repete em última análise a história da africada /tʃ/ do espanhol, embora deva ser encarado com plena consciência da frase de Schuchardt: 'toda mudança fonética repete-se infinitamente no espaço e no tempo', complementada pela observação de Silva Neto: 'o que nos leva à necessidade de buscar uma explicação particular e histórica para cada caso...'"

A natureza desta realização — fonema ou variante fonética? — é questão que também levanta e discute o citado Autor. Para encaminhá-la, Rossi (1971) examina a possibilidade de encontrar pares mínimos que se opõem pelo contraste /tʃ/ : /t/, /tʃ/ : /tʃ/, e enumera alguns:

[.mũtʃa] (muito) : [.mũtu] (monto, verbo)

[.gatʃa] (gaita) : [.gata] (gata)

[.otʃu] (oito) : [.otu] (variante estrática de "outro")

[ma,letʃa] (maleita) : [ma,leta] (maleta)

[de,tʃa] (deitar) : [de,sa] (deixar)

[.motsʃa] (moita) : [.moʃa] (mocha).

Conclui pela interpretação da africada "baiana" [tʃ] como "variante de /t/ no decurso /it/", por considerar que "não dispomos de materiais que permitam uma apreciação

3. À africada [tʃ] da área de Mato Grosso pode-se aplicar, em parte, o que se tem afirmado em relação ao falar "caipira", mas é preciso que se acrescente o fato particular de, nessa região, estar a realização vinculada a formas que no padrão da língua têm hoje uma constrictiva palatal surda /ʃ/ que representa diferentes etimologias, como atestam as grafias, ainda distintas, com *ch* e *x*.

4. A africada baiana e a que se documenta no Rio de Janeiro configuram um processo de mudança condicionada, em ambos os casos, pela presença da vogal palatal /i/, ainda que em distribuição específica e diferenciada para cada uma dessas regi_ es.

NOTAS

1. ROSSI, Nelson. (1963). Rio de Janeiro: INL/MEC.
2. FERREIRA, C., MOTA, J., FREITAS, J. et al. (1987). Salvador: UFBA/IL/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
3. RIBEIRO, J. ZAGARI, M.R.L., PASSINI, J. et al. (1977). Rio de Janeiro: MEC/Fundação de Rui Barbosa /Universidade Federal de Juiz de Fora.
4. ARAGÇO, M.S. da S., MENEZES, C.B. (1984). Brasília: UFPb/ CNPq.
5. No que se refere à Bahia e a Sergipe, pela possibilidade de acesso direto aos materiais de campo, arquivados sob a guarda do nosso Programa de Dialectologia, foram considerados, além dos dados registrados nos respectivos atlas, outros não cartografados e constantes das transcrições de campo do APFB e dos registros magnetofônicos dos inquéritos lingüísticos realizados para o ALS.
6. ROSSI, Nelson. (1971). As africadas baianas: um problema de lingüística descritiva. II Congresso Brasileiro de Língua e Literatura. Gernasa e Artes Gráficas. 7. MARROQUIM, Mário, *A língua do Nordeste*. São Paulo, Ed. Nacional, 1945, p.73.
8. O levantamento exaustivo dos contextos com *it, iti, ti* segundo o uso padrão e sob as mais variadas realizações que se encontram documentadas no APFB e no ALS foi feito pela estudante Maria Lúcia Souza Castro, bolsista de iniciação científica do CNPq, a quem registro os meus agradecimentos pelo trabalho primoroso de fichamento e classificação das ocorrências constantes desses dois atlas.

ISÓPONA DE [t_s]



REPRODUÇÃO DA CARTA 48 do EALMG
M A P A 1

ÁREAS LINGÜÍSTICAS DO BRASIL
(Divisão proposta por ANTONIO NASCENTES)



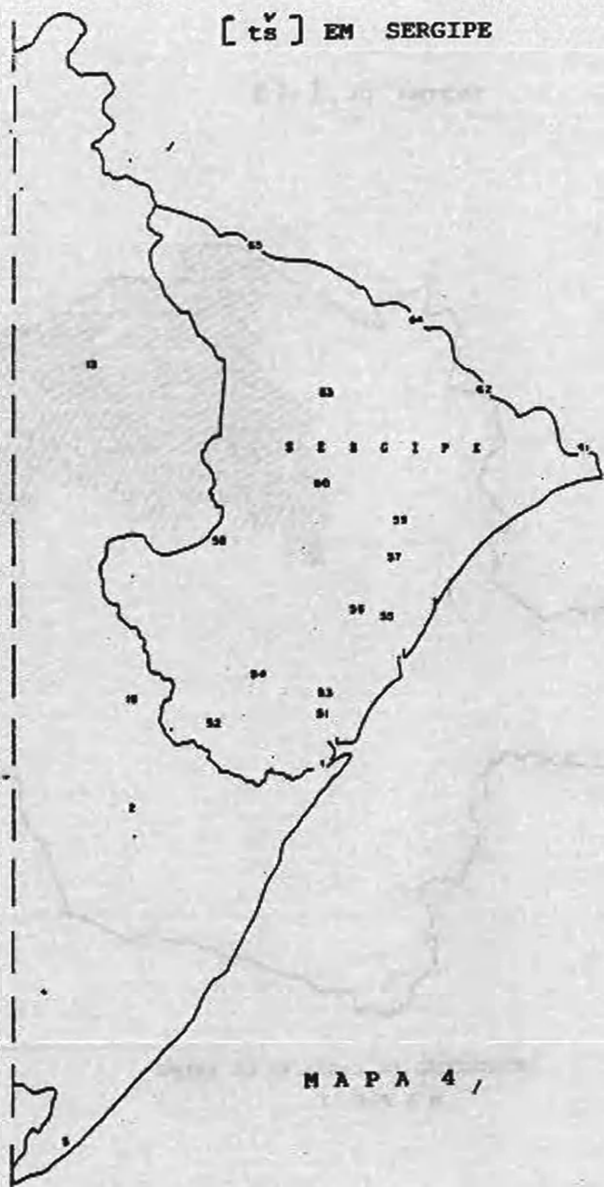
MAPA 2

[tš] NA BAHIA



M A P A 3

[ts̃] EM SERGIPE



MAPA 4 /

[t̃s̃] NO DECURSO IT



----- Limites Administrativos interestaduais

————— Limites do ESTADO BAHIANO

▨ [t̃s̃] no decurso IT

M A P A 5

ÁREAS FONÉTICAS DO PARANÁ: DADOS PRELIMINARES DO ALERS

José Luiz Mercer
UFPR

A equipe do "Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul" (ALERS) já concluiu os levantamentos em meio rural e se encontra empenhada no trabalho de transcrição fonética do material coletado. No Paraná, que conta 107 pontos de inquérito, realizou-se uma exploração preliminar dos dados já transcritos, com vistas a um balizamento da realidade fonética do Estado. Pretendia-se com esse estudo determinar áreas que, pela sua homogeneidade, dispensassem novos pontos de inquérito ou que, ao contrário, por sua feição indefinida, estivessem a merecer adensamento da rede.

Embora seus dados de partida não formassem amostra completa pela quantidade ou pela abrangência, a sondagem chegou a um resultado muito significativo, que passamos a relatar. Trata-se da apreensão de três feixes de isófonas, definindo cada qual uma área fonética, conforme se vê nas cartas anexas. Começamos pelas isófonas de maior extensão, que são as seguintes:

- a) ditongação de /a/ tônico final seguido de /s/;
- b) ditongação de /u/ tônico final seguido de /s/;
- c) conservação de /c/ átono final;
- d) realização apical de /R/.

Essas quatro isófonas coincidem grosso modo em seu trajeto: cruzam o território paranaense de leste a oeste, entre os paralelos 24º e 25º 30'S. As duas primeiras, que se encontram reunidas na Carta 1, mostram maior congruência entre si, o que, evidentemente, se justifica por sua natureza fonética comum. De sua parte, embora sem que mantenham semelhança fonética, as duas últimas casam seus percursos, como se vê pela Carta 2.

Esses dois pares de isófonas se opõem por um fato que é relevante para a análise geolingüística: as isófonas da ditongação indicam os limites de um processo que é dominante ao norte e ao leste dessas linhas, ao passo que as duas outras isófonas fixam os limites setentrionais de fenômenos que dominam a porção ao sul. Isto posto, pode-se dizer que, de forma esquemática, esse feixe de quatro linhas divide o Paraná em norte e sul e circunscribe, no sul, uma área a leste com ocorrências de ditongação de tônica final, pelas quais se liga ao norte.

A divisão fundamental operada por esse conjunto de linhas é, sem dúvida, a cisão entre norte e sul, que sulcam de forma concordante desde próximo às barrancas do Paraná até o ponto 212 (Piral do Sul). É só nesta altura que se dá a bifurcação, infletindo-se as isófonas da ditongação para o sul, enquanto a linha de conservação do [e] mantém o rumo nordeste, avançando para Jaguariáiva e Sengés, já próximo à

fronteira com São Paulo.

Como se viu, as isófonas da ditongação, ao cruzarem as outras duas, criam uma área a sudeste, que se definirá tão só por essas linhas de mesma natureza. Evitando uma subdivisão em base tão limitada, e atendendo ainda ao espírito de geometria, deu-se preferência a opor o norte ao sul apenas pelas isófonas do sul, definindo-se o norte por exclusão.

Essa divisão - no que se pode chamar Área Norte e Área Sul - vem indicada no Atlas Linguístico do Paraná (ALP), de Vanderci AGUILERA¹, cuja Carta 186 traça as isófonas do /R/ em verruga, indicando para as realizações apicais um domínio sensivelmente semelhante àquela consignado pela nossa sondagem. Já não se registra o mesmo grau de coincidência entre nossos resultados e as Cartas 188 e 189 do ALP, relativas às isófonas da realização de /te/ em ponte. O ALP oferece ainda duas outras linhas fonéticas de divisão entre norte e sul, que são as isófonas do /o/ átono final em cravo, na Carta 184 e a conservação de [c] inicial de estrela, na Carta 185.

Cabe aqui lembrar que uma das isófonas que separa o território estadual em norte e sul é dada por traço de que a comunidade falante tem consciência e utiliza como distintivo linguístico. Trata-se da conservação/aleitamento do [c], que, como é sabido, condiciona a presença ou ausência de palatalização de [t] no xiboleto "leite quente". A consciência por parte dos falantes é indicativo da saliência dialetal do traço.

Depreenderam-se dois outros conjuntos de isófonas - um no quadrante noroeste, outro no quadrante sudoeste. O feixe do noroeste é formado por estas quatro isófonas, as quais ostentam notável congruência:

- a) realização velar do /R/;
- b) alta frequência de alçamento de /e/ átono final;
- c) alta frequência de alçamento de /o/ átono final;
- d) resolução de /l/ em trava de sílaba por [w] ou [r].

A Carta 3 mostra a área delimitada por esse feixe de isófonas, a que chamamos Subárea Noroeste.

O feixe de isófonas que percorre o quadrante sudoeste também é composto de quatro isófonas:

- a) resolução de /l/ em trava de sílaba por [l] ou [w];
- b) não-ditongação de /a/ átono final seguido de /s/;
- c) manutenção de /lj/ postônico;
- d) ausência de rotacismo.

Mas, ao contrário do que ocorre no quadrante noroeste, onde se tem uma área de limites relativamente claros - graças à boa congruência das isófonas -, o feixe do sudoeste é frouxo e forma largo emaranhado, tal como mostra a Carta 4. A área por ele determinada, nos seus limites mais amplos, compreende o que habitualmente se chama o Oeste e o Sudoeste e, ultrapassando o feixe norte-sul, inclui ainda os pontos 107, 122, 126, 148, 152, 155 e 158 do que se tem como o Norte do Estado. Como esses pontos

¹ Cf. AGUILERA 1990, Cartas 185-9, Vol. II.

estão envolvidos também pelo feixe do noroeste, fica patente o caráter fluido das linhas do quadrante sudoeste, que muito provavelmente avançam além do que outras isoglossas - não disponíveis por ora - definiriam como fronteiras da área. Em todo caso, a melhor definição dessa área, que denominamos Subárea Sudoeste, escapou ao alcance da sondagem.

Pondo-se de parte as Subáreas Noroeste e Sudoeste, o que resta da Área Norte e da Área Sul são regiões que não se demarcam por nenhuma isófona. São "não-marcadas". Opõem-se às suas vizinhas a oeste de forma negativa - por não terem as características da oponente; e entre si pelas características das áreas Norte e Sul, que não lhes são exclusivas, pois que as compartilham com as vizinhas do oeste. Em diagrama:

norte x		norte -x
sul y		sul -y

No quadro de referências estabelecido pelas isófonas disponíveis, se se retirassem as características de oposição norte/sul das regiões de leste, a que chamaremos respectivamente Subárea Nordeste e Subárea Sudeste, estas não teriam nada de seu para se contradistinguirem. Não que não haja diferenças entre os falares da Lapa, ao sul, e de Jacarezinho, ao norte, por exemplo. Mas, das características que o falar da Lapa opuser ao de Jacarezinho, nenhuma será exclusiva da Subárea Sudeste, onde se localiza a Lapa.

A esta altura, cabe perguntar: por que os três feixes de isófonas operam essas compartimentações do território paranaense? A que fatos da história se prendem as áreas resultantes dessa compartimentação?

Não custa esforço perceber que essas áreas se ligam às "três ondas colonizadoras" pelas quais se efetuou a ocupação do Paraná e que produziram suas três comunidades regionais: Paraná Tradicional, Norte, Sudoeste e Oeste. Basta confrontar as Cartas de 1 a 4 com as Cartas 5 e 6 se assegurar disso.

Naturalmente, não há que se esperar coincidência absoluta entre as áreas fonéticas com a base territorial dessas comunidades regionais. É suficiente uma correspondência básica de localização, e esta é patente. Também é de todo evidente - dispensando comprovação - a relação de adequação entre os traços fônicos que definiram as áreas e as características fonéticas dos contingentes que ocuparam o Norte, o Sudoeste e o Oeste: paulistas e mineiros, de um lado, e gaúchos e catarinenses, de outro.

A história da ocupação do Paraná, como se mencionou há pouco, produziu três comunidades regionais. Mas as subáreas resultantes dos três feixes de isófonas são em número de quatro. Como se explica essa diferença? A colação das cartas históricas com as cartas isofônicas autoriza a formular a seguinte hipótese de interpretação.

Até que não se iniciasse a colonização do Norte, a partir de 1860, o território

Sudoeste constem de negação de características caipiras²:

- a) resolução de /l/ por [l] ou [w], e não por qualquer das outras alternativas, que incluem [r], isto é, o rotacismo;
- b) não-ditongação de /a/ tônico final seguido de /s/;
- c) não-palatalização de /l/ na sequência /lj/ postônica;
- d) ausência de rotacismo.

Esse caráter negativo das isófonas da Subárea Sudoeste pode constituir um princípio de explicação para a forma revolta de sua disposição: refletiriam, ainda que parcialmente, a distribuição errática de isolados caipiras na região até a chegada dos imigrantes do sul e o encontro com os pioneiros paulistas, mais ao norte.

Na linha de encontro entre as frentes sulina e nordestina formam-se com frequência áreas de transição, que se estendem próximas ao rio Piquiri, segundo um rumo noroeste-sudeste.

A relativa heterogeneidade das Subáreas Sudeste e Nordeste, por oposição às de oeste, se deverá, muito provavelmente, à maior antiguidade de sua ocupação. Como se sabe, as regiões de ocupação recente tendem a ser mais homogêneas linguisticamente³. No caso da Subárea Sudeste, a heterogeneidade conhece outra fonte, - a Capital -, que, a partir de certo momento de seu crescimento demográfico e comercial, passou a repercutir por primeiro as inovações oriundas dos grandes centros.

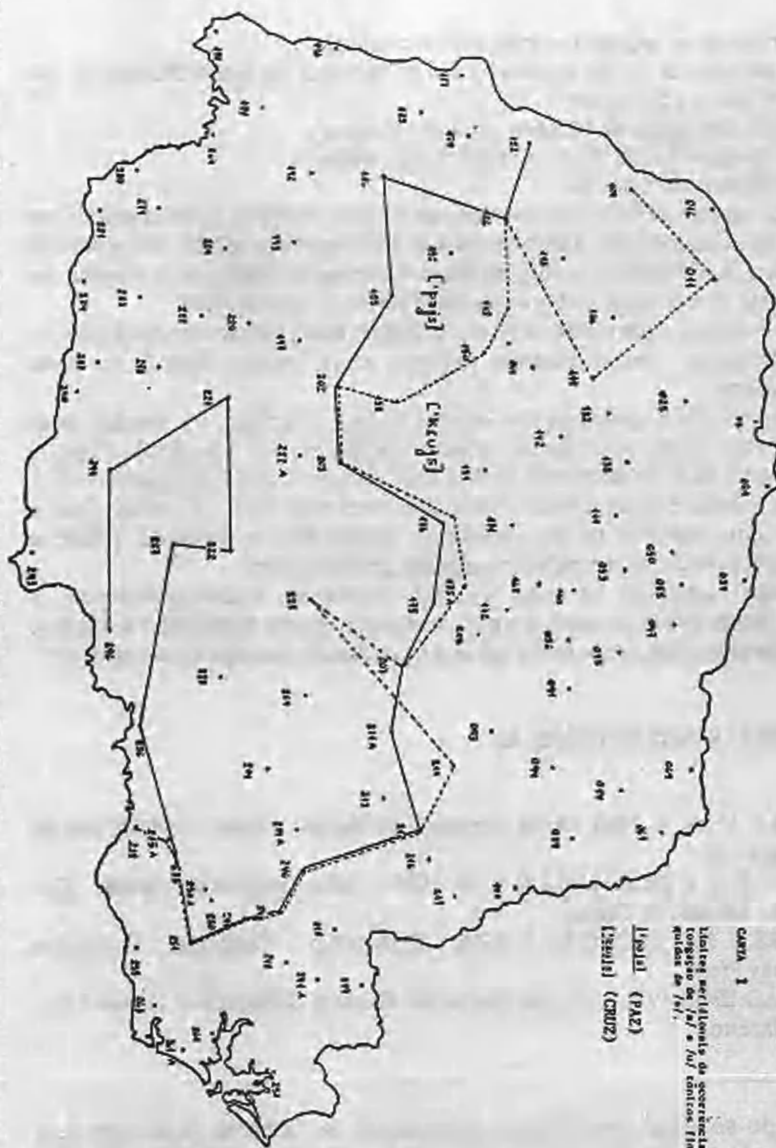
Embora sugestivos, os dados aqui apresentados são apenas preliminares, e somente a grande massa de material ainda por transcrever trará consistência e acuidade ao cotejo das áreas linguísticas do Paraná com o processo de ocupação de seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. de A. 1990. Atlas lingüístico do Paraná. Assis : UNESP, tese de doutorado. 2v.
- CARDOSO, J. A. e WESTPHALEN, C M. 1986. Atlas histórico do Paraná. 2.e. Curitiba : Livraria do Chain.
- CHAMBERS, J. K. e TRUDGILL, P. 1986. Dialectology. Cambridge : Cambridge University Press.
- FUNDAÇÃO IBGE 1971. Sinopse preliminar do censo demográfico: Paraná 1970. Rio de Janeiro.

²Permitindo-se uma simplificação caricatural: a Subárea Sudoeste é a Subárea Sudeste sem as marcas caipiras. Que se trata de simplificação, não há dúvida: a retroflexão está presente nessa subárea, embora de maneira discreta.

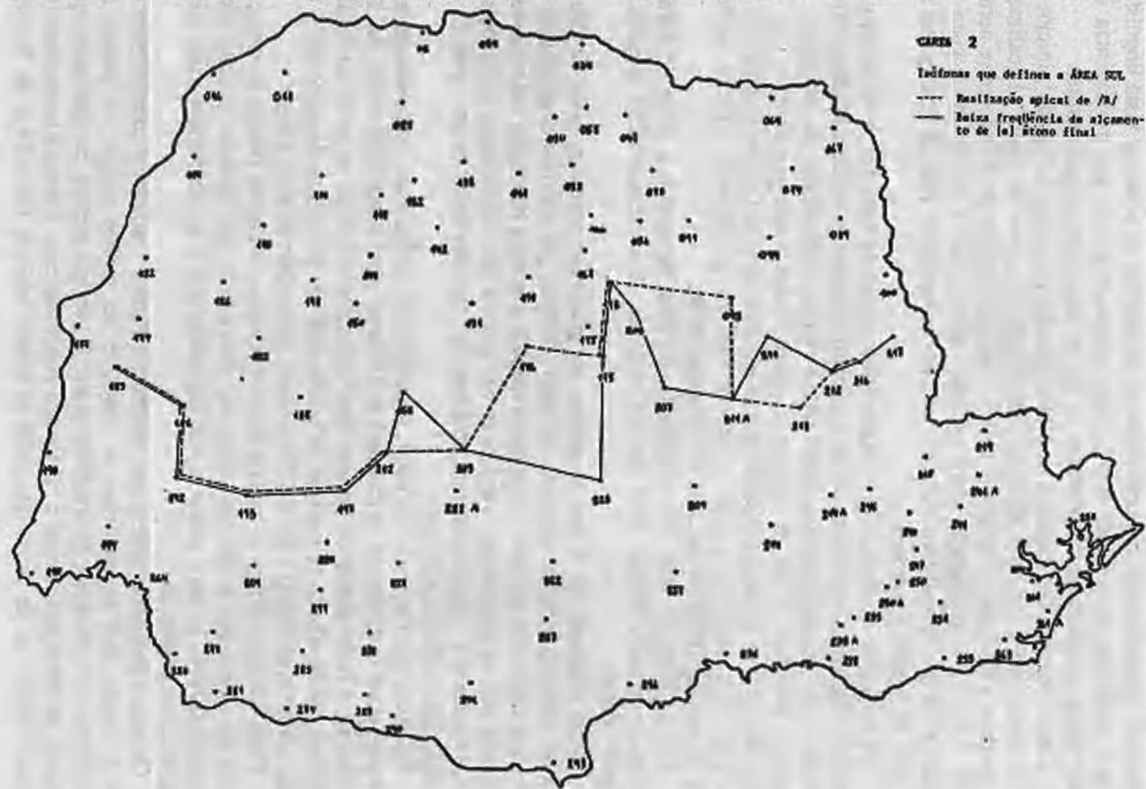
³Cf. CHAMBERS 1986, p.180.

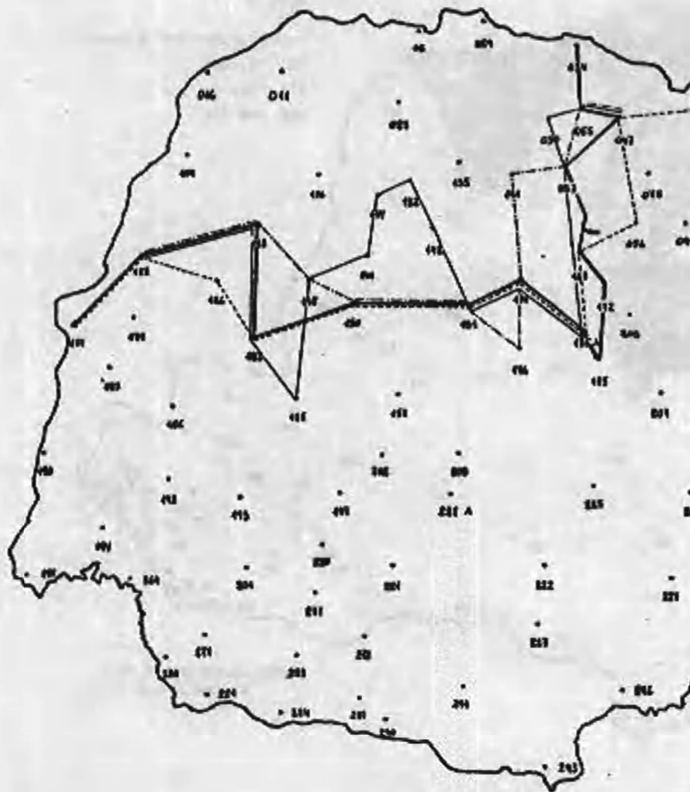


MAPA 1

Mapa de los 41 municipios del departamento de Cauca.

PAZ (PAZ)
MUN (MUN)
CÓDIGO (CÓDIGO)

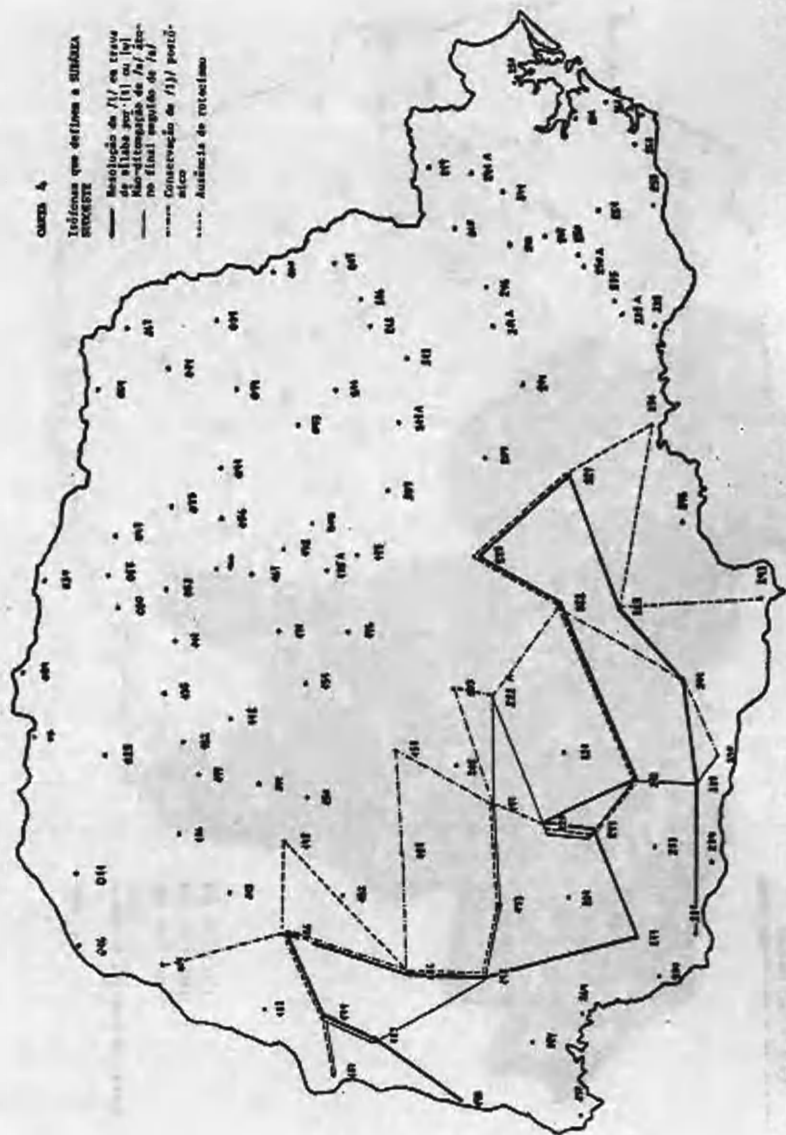




Carta 4

Indicações que definem a SUDREZA
SUDREZITA

- Resoluções de 7/1 em traço de alçado por (1) ou (2)
- no final do artigo de 7/1
- Consequência de 7/1) por 2-3
- Ausência de rotacionismo



INSTITUTO CAROLINO (1944) - 2^a Ed. - 111 p.
ACERCA DEL 1940 - 2^a Ed. - 111 p.



GRUPO 5
Distribución de vegetación en 1940 en península
Ibérica.

- área 111
- área 112
- área 113

GRAN 6

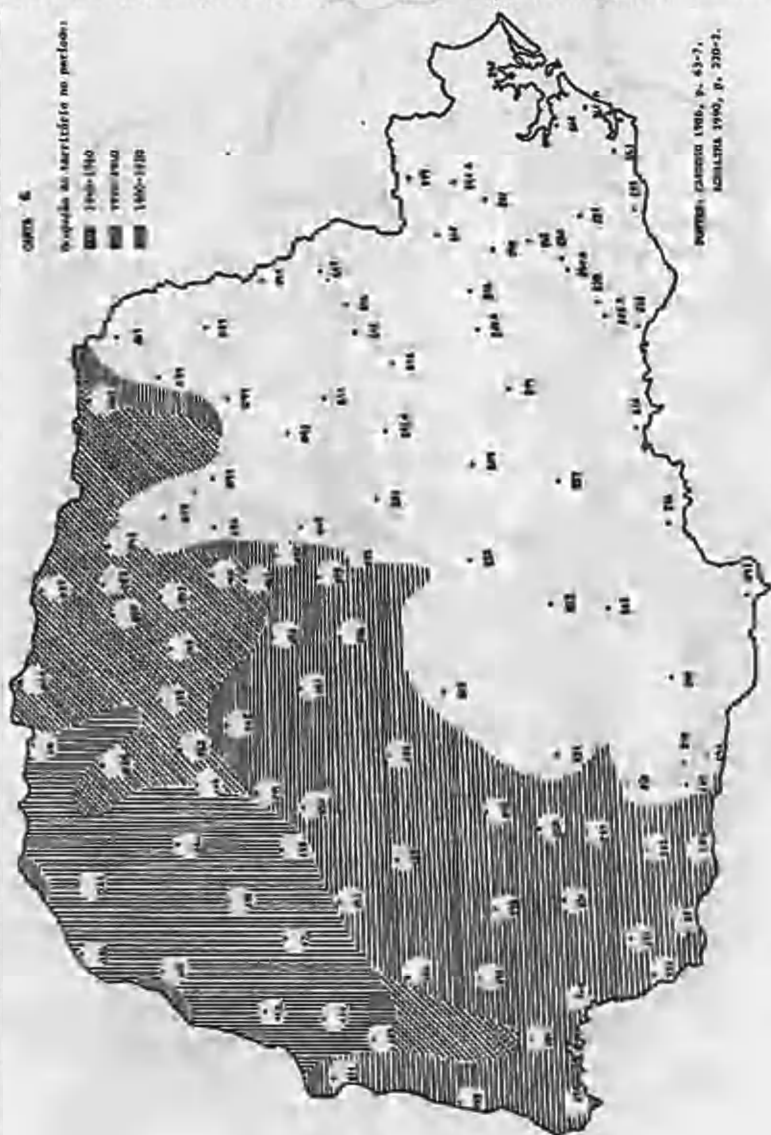
División de territorios no poblados:

1940-1949

1950-1959

1960-1969

1970-1979



PORTER, CAMPOS (1969, p. 63-7).
MULLER (1969, p. 230-2).

PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DE LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL

Margarida Maria Taddoni Petter
USP

São raros os estudos sobre línguas africanas em nosso país; entretanto, recentemente, surgiram alguns trabalhos que, se não se identificam como pesquisa nessa área, trazem de forma subjacente essa problemática. Podem ser considerados como "estudos de caso" e merecem ser avaliados em profundidade para que se possam formular hipóteses consistentes sobre a presença, a função social das línguas africanas no Brasil e seu grau de integração no português.

Destacarei nesta exposição dois desses trabalhos, buscando identificar linhas de pesquisa que possam ser desenvolvidas a partir de desdobramentos desses estudos. O primeiro trata do falar da comunidade negra de João Ramalho, cidade vizinha de Assis, no interior de São Paulo, cujo projeto inicial está relatado na revista *Alfa*, nº33, 1989. Seus autores são Jeane Marie Sant'Ana Spera e João Roberto Inácio Ribeiro. Nesse artigo, são expostas e analisadas algumas particularidades lingüísticas da comunidade, identificada pelo seu isolamento e resistência à inter-relação com membros de outros grupos.

O segundo é a obra de Julieta Andrade, *Cultura crioula e Lanc-Patúá no norte do Brasil* (1988), trabalho apresentado como tese de doutoramento da autora. A par do estudo da cultura crioula, Andrade revela a existência da *lanc-patúá*, meio de comunicação utilizado principalmente na região do Amapá, por crioulos vindos de regiões de colonização francesa, inglesa e holandesa que, além de suas línguas maternas e do português, utilizam-se da *lanc-patúá*.

1. JOÃO RAMALHO

O estudo da língua dos negros de João Ramalho é uma investigação sociolingüística em que os autores, fundamentados na observação da realidade, objetivam demonstrar que as mudanças lingüísticas são resultantes do contato de povos e línguas.

A comunidade de João Ramalho se constituiu há cinquenta anos, fundada por Joaquim e Oscar, dois baianos que se instalaram com suas famílias na região próxima da cidade. Devido ao crescimento de sua população, uma dessas colônias, a chefiada por Joaquim Francisco dos Santos, composta por quinze famílias, deslocou-se para outra localidade, mais próxima da cidade de João Ramalho. O objeto de análise de Spera e Ribeiro é a língua desse pequeno povoado.

Sobre a organização social desse grupo os autores informam que a ampliação das famílias se dá por casamentos inter-grupais, não sendo bem vista a ligação com "estrangeiros". Quanto ao trabalho, foi observado que os homens mais velhos ficam na aldeia; os de meia idade trabalham na vizinhança, para atender facilmente à comunidade, em caso de urgência; os mais jovens trabalham em lavouras de cana próximas. As mulheres exercem as funções domésticas, só as mais jovens trabalham fora.

A pesquisa baseou-se em gravações feitas com cinco informantes de diferentes faixas etárias: Joaquim (90), Maria (50), Gildo (48), José (23) e Valmir (10). São apresentados os resultados do levantamento lexical sobre os temas: flora, terra, fauna, homem, parentesco, costumes, lendas e superstições. Os itens comentados destacam as diferentes realizações segundo o falante.

A primeira observação de ordem fonológica refere-se à troca do /r/ intervocálico por /l/. Ex: *alcia, olcia* - isto comum na fala de Joaquim, o mais velho, e pouco freqüente na dos demais. Outra troca observada em Joaquim é a do /n/ por /l/. Ex: *luyem*, por *nuvem*.

A palavra *lua* é realizada, por Joaquim e por Maria (50); os demais dizem dizem *luu*. Da mesma forma, *sol* é realizado pelos mais velhos. Os exemplos evidenciam a coexistência de estágios de língua diferentes; um anterior, conservado pelos mais velhos, e um moderno, utilizado pelos mais jovens.

Também referem os autores à permanência de certas formas arcaicas ou regionais no léxico, como *tiiú*, para lagarto que, conforme o dicionário Aurélio é utilizado no nordeste para designar o *telú*, lagarto grande. Outro exemplo é *sentinela*, no sentido de velório, outro regionalismo do nordeste, segundo o mesmo dicionário.

É relatada a existência de termos que revelam "qualquer coisa de poético", como certas palavras onomatopáicas, a exemplo de *quiqui*, para sovaco, e *hoboia*, para bolha; e o uso do diminutivo quando se referem a palavras tabus, como diabo, chamado *coisinha, bichinho, cãozinho*. Outro tabu linguístico é *chuva de fido* (*flô, frô*), para referir-se à chuva de pedra, porque, segundo Joaquim, "si fala qui é pedra, cai maiô".

A atenção dos autores também foi despertada pela visão mágica que têm do mundo essas pessoas, notadamente os mais velhos. Relatam crenças como a de que a estrela cadente é sinal de vivez ou fuga de moça. Essa visão mágica é bem patente em Joaquim e pouco presente nos mais jovens, que preferem dizer "o véu sabe".

Em conclusão, os autores julgam ter encontrado "um rico filão para estudos dialetológicos e linguísticos" (p.153).

Embora esse artigo seja a primeira etapa da abordagem da realidade linguística dessa comunidade, seus autores não se referem à possibilidade de vincular essas peculiaridades linguísticas a um substrato de língua africana e tentar averiguar a origem dessas diferenças. Aliás, só é relatado o fato de serem negros os integrantes desse povoado, sem qualquer menção a sua origem africana.

O isolamento em que vivem os membros dessa comunidade, responsabilizado pela lentidão das transformações linguísticas e pela coexistência de vários estágios de

língua, sugere que se investiguem as razões do afastamento social e da organização clânica dessa comunidade. A busca desses elementos certamente nos levará às condições de convivência dos africanos no Brasil, que nos revelarão, entre outros fatos, o contato da diversidade de línguas africanas com o português. Essa pesquisa, possivelmente, explicará algo sobre os arcaísmos ou "desvios", observados nessa comunidade, em relação ao português padrão.

2. LANC-PATUÁ

O estudo de Julieta Andrade (1988) focaliza um grupo de imigrantes e brasileiros natos que vivem no Amapá e que se comunicam através da lanc-patuá, os que se auto-denominam *cueol huezillen*. Essa população chegou ao Brasil no final das décadas de trinta e quarenta, atraídos pela descoberta de jazidas de ouro no Amapá. São procedentes da então Guiana Inglesa (Guiana), Guiana Holandesa (Surinã), Guiana Francesa, Martinica, Santa Lúcia, Barbados e Guadalupe.

O encontro desses povos em nosso território pôs em contato uma grande variedade lingüística: os originários de Santa Lúcia falavam inglês e seu patuá, quem vinha da Guiana Francesa falava francês e seu patuá, *lanc-patuá*; os procedentes do Surinã expressavam-se em taki-taki, djukaka e num patuá do inglês; os da Guiana falavam inglês e seu patuá. O contato desses povos passou a fazer-se pela lanc-patuá, patuá do francês, que passou a ser a língua franca para essas populações que, posteriormente, passaram a expressar-se em português.

Segundo a autora, a integração entre crioulos é perfeita; estes, os não crioulos, consideram aqueles "gente boa, trabalhadeira e direita, mas que têm uma língua e uns jeitos que o povo não entende" (p.32). Os *cueol* se dão bem aqui porque não precisam mais fugir, "encontraram aqui um ponto de chegada para suas almas peregrinas que tinham sido escravas em *marronage* (a cor da pele de muitos o diz), corsários ingleses (há os de olhos bem azuis), huguenotes (... a *lanc-patuá*) ou judeus que buscaram paz nas Américas (e cuja marca está nas orações manuscritas)" (p.45).

Julieta Andrade afirma que esperava encontrar traços de religiões africanas (candomblé, vodu), mas o que encontra é a cabala, nos símbolos escritos contra o mal, orações com nomes extraiados do Pentateuco e outros livros proféticos - todos traços judaicos (p.89).

O mobiliário, os nomes de pessoas, as comidas, as bebidas e a lanc-patuá ligam os crioulos prioritariamente à França, mas também à Inglaterra e à Holanda. Conforme a autora, "traço doameano é a ausência de *r*, na fala da *lanc-patuá*. Traços africanos são encontrados na cor da pele de muitos crioulos, no ritmo da dança, no jeito de dançar, na maneira de cantar, na capacidade de simplificação e de pronúncia da língua-mãe, no *r* que aparece bem quando falam francês ou português e que some na *lanc-patuá*" (p.89).

Após a "fonética", Julieta Andrade passa em revista as classes gramaticais: nome, adjetivo, advérbio, preposição, interjeição, conjunção. A título de ilustração retomarei alguns dados apresentados pela autora (pp.66-86):

A - O substantivo desconhece a classificação quanto ao gênero. Caso sua indicação seja necessária, propõe-se *nom* (homem) e *fam* (mulher). Ex:

polis nom - "policial (masculino)"

polis fam - "policial (feminina)"

lapolis - "a polícia, corporação"

B - A pluralidade é indicada pelo contexto ou pelo uso do "plural restritivo".

Ex: *timun bel* - "criança(s) bonita(s)"

e timun bel - "estas, as crianças que estão próximas, são bonitas"

C - O artigo definido propõe-se ao substantivo e tem as formas *a* ou *an*, quando a última sílaba da palavra for nasal.

Ex: *caminhon* - "caminhão"

caminhoan - "o caminhão"

chapo - "chapéu"

chapoa - "o chapéu"

D - O artigo indefinido antepõe-se ao nome e tem a forma *hion*. Ex:

hion caminhon - "um caminhão"

E - Também propõe-se ao nome o pronome adjetivo possessivo. Ex:

chapo muen - "meu chapéu"

F - Os pronomes pessoais têm a mesma forma para o sujeito, objeto, adjetivo possessivo e são invariáveis em gênero e número.

Ex: *u* - "você, tu, te, ti, teu, tua, teus, tuas".

G - Os pronomes substantivos possessivos têm uma forma própria, não variando também em gênero e número. Ex:

lanum - "o(s) nosso(s), a(s) nossa(s), de nós, para nós".

H - O verbo é invariável em número e pessoa. Os tempos verbais são indicados por partículas antepostas. Ex:

ca (ka) - para o presente

cai - para o futuro

fi - para o pretérito

Ca tem equivalente no *kreyol* do Haiti - *ka, kap, kapab* (< *capable*), mas no Brasil é destituído do sentido de potência, capacidade, significa o mesmo que *estar*, no presente contínuo - Ex:

muen ca acul - "eu estou escrevendo"

li ca sotì - "ela está saindo"

Apoiada em semelhança com *kreyol* do Haiti, a autora explica outras formas verbais. A forma infinitiva do verbo é a mesma que a francesa, grafada sem o *r* final. Ex: *chantè* "cantar". Algumas revelam influência do português, como *modifiqué* "modificar".

Há explicações engenhosas sobre o semantismo de certos verbos, como *ter* cuja forma é *nin*, próxima de *tenir*, segundo Jourdain (1956) e derivado de *gagner*, segundo Valdman (1978). Andrade indaga "a título de indicação, é bem verdade que o escravo, como o colonizado, nada possui de seu, o que lhe pertence foi recebido, ganho do patrão, proviria daí o sentido de posse em verbo derivado de *gagner* (ganhar)?" (p. 79).

A autora procura estabelecer, ainda, comparações entre a *lanc-patua* e o dialeto caipira, com respeito a modificações e simplificações que parecem constantes, tendo sido também levantadas por lingüistas com relação a crioulos derivados do francês. Transcrevo, a seguir, alguns exemplos (pp.85,86).

Lanc-patua

Dialeto Caipira

1- *sastifé*

sastifeito

(comum entre pessoas do povo no meio rural e urbano francês)

2- invariabilidade das formas verbais

nunc c

nois é

3- posposição do determinante

pahuen muen

padrinho m'u

4- aglutinação de dois vocábulos em um

pacó (pas encore "ainda não")

vosmecê

5- assimilação do /z/ do determinante plural

les élèves - *zelev* "os alunos"

zóio

les oeufs - *z / z* "os ovos"

zunha

zoreia

Um aspecto que merece ser realçado na exposição de Julieta Andrade é sua preocupação em descrever, sem julgar recursos expressivos como sendo mais ou menos ricos; fato notável se considerarmos que não é lingüista e que fundamentou suas análises lingüísticas em obras como a de Valdman (1978), em que o autor, descrevendo o crioulo em relação ao francês, enfatiza a aspecto negativo daquele: ausência de distinção de gênero, ausência de hipotaxe, ausência de vogais arredondadas, ausência de grupos consonantais, não obrigatoriedade de marcadores de plural, etc.

A presença dessa língua africana, desse crioulo do francês aculturado no Brasil provoca inevitavelmente a discussão sobre o desenvolvimento de uma língua crioula no Brasil. Como se sabe, a "mescla lingüística" (Tarallo, Alkimin, 1987, p.9) surge em situações de impasse comunicativo, que gera a necessidade de se criar uma nova língua, formada pela mistura de elementos de cada código em contato.

Apesar da inexistência de um crioulo do português no Brasil, deve-se destacar que outras "línguas africanas" aqui identificadas como a *falange* do Cafundó e a *calunga*, de Patrocínio (Vogt, Fry, 1982) são línguas que apresentam mescla de contatos, em que pese sua diferenciação do chamado "crioulo". Enquanto este apresenta forte influência do léxico da língua de superstrato, aqueles (falange, calunga) revelam um léxico de substrato (língua africana) e estrutura de superstrato (português).

Em vista desses fatos, deve-se reconhecer que o português brasileiro, ao integrar substratos indígenas e superstratos africanos, português e outros, se não é uma língua crioula é, com certeza, uma língua mestiça.

Chama a atenção, nos estudos sobre a fala dos negros de João Ramalho e sobre a *lanc-patúá*, o fato de que essas línguas, instrumento de comunicação e expressão de comunidades isoladas, de minorias, tendem a restringir seu uso e a fixar certos domínios discursivos nos quais eles são aceitos. A língua dos negros de João Ramalho é classificada como expressão arcaizante, e dos mais velhos; a *lanc-patúá* tende a cristalizar-se num emprego doméstico; da mesma forma, a falange do Cafundó e a calunga de Patrocínio caracterizam-se como códigos secretos.

Essa distribuição de domínios discursivos, que atribui um significado social diferente a cada código utilizado se, por um lado, colabora para a manutenção do isolamento e favorece a perda dessas línguas, por outro lado, no caso da falange e da calunga, confere a seus usuários o status de africanos. Segundo Vogt e Fry, "seus usuários acrescentam à sua identidade étnica de pretos e à sua identidade social de pedes caipiras o status de africanos" (1988, p. 138).

É também essa demarcação social e cultural que faz da língua africana do candomblé uma língua sagrada, ritualizada pelo uso, símbolo de resgate da identidade perdida, e que vem resistindo quase que impermeável às mudanças lingüísticas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta e a investigação dos falares desses grupos isolados, guiada, até então pela preocupação sociolingüística e dialetológica de caracterizar a fala de estratos sociais minoritários, pode levar a concluir-se que a cultura e as línguas africanas atuaram e atuam de forma pontual, esporádica, sem deixar vestígio na língua portuguesa do Brasil e na sociedade brasileira. É necessário integrar essas descobertas num contexto mais amplo, tratando a questão lingüística brasileira com uma equipe interdisciplinar, formada por pesquisadores lingüistas - conhecedores de línguas africanas, indígenas e européias - , antropólogos, historiadores e arqueólogos - que

coloborem para indicar a localização dos diferentes povos africanos que para cá foram trazidos.

Tendo em vista a urgência dessa investigação, torna-se inadiável a criação de um grupo de trabalho de campo, que assegure também a formação de estudantes pelo contato direto, pela participação ativa na pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Julieta. *Cultura crioula e lanc-patua no norte do Brasil*, São Paulo, G.H.G, 1988.
- SPERA, J.M. Sant'Ana, RIBEIRO, J.R. Inácio. "O falar da comunidade negra de João Ramalho", in *ALFA*, São Paulo, nº33.
- TARALLO, Fernando, ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos - Línguas em Contato*, São Paulo, Ática, 1987.
- VALDMAN, Albert. *Le créole: structure, statut et origine*, Paris, Klincksieck, 1978.
- VOGT, Carlos, FRY, Peter. "Ditos e feitos da falange africana do Cafundó e da calunga de Patrocínio - ou de como fazer falando", in *Política lingüística da América Latina*, Eni P.Orlandi (org.), Campinas, Pontes, 1988.

DESCOBRINDO LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL

Yeda Pessoa de Castro
UFBA

Nossa hipótese de trabalho não é nova, mas está fundamentada em novos tipos de dados, só agora revelados, a partir de uma reorientação metodológica em campos de pesquisa, como o lingüístico ou etnolingüístico e o domínio banto, que, por motivos de ordem histórica e epistemológica, não foram ainda devidamente cuidados na abordagem dos aportes africanos no Brasil. A pesquisa também levou em consideração fatos importantes da nossa História que esboçam o perfil da geologia social do país.

A análise dos dados, assim obtidos, provocou uma reflexão mais profunda sobre o reconhecimento da parte do influxo de línguas africanas na questão das diferenças que deram ao português do Brasil um caráter distinto da sua matriz falada em Portugal e que também diz respeito à diversidade lingüística brasileira em seus aspectos regionais.

A MATRIZ AFRICANA

Se for aceito que o Brasil é um "país-ponte" de convergência de extremos sócio-culturais, o Brasil compartilha de três espaços legítimos: 1) o espaço ocidental, "eurocêntrico", com predominância no domínio da produção econômica e da tecnologia; 2) o espaço sul-americano, pela sua situação geográfica continental; 3) o espaço africano, com maior incidência no âmbito cultural, em decorrência da própria história do Brasil.

Tendo em vista que a cultura é o traço fundamental da identidade de um povo, conclui-se que o espaço africano foi o mais significativo na configuração do perfil da nacionalidade brasileira. Ainda sob esse aspecto, devemos considerar a ação lingüística dos seus principais atores, no caso, os falantes africanos em contato com o português colonial e seus descendentes no Brasil.

Por 300 anos de contato direto entre colonizadores portugueses e escravos negros, a emergência de um processo de interação étnica e cultural foi possível em vários graus, devido a alguns fatores favoráveis de natureza sócio-econômica e também lingüística. Entre eles:

- a maioria de escravos negros em relação ao número de portugueses e outros colonizadores europeus, e que determinaria no séc. XVIII o desaparecimento, de uma língua veicular de base tupi que era corrente

no Brasil;

- o isolamento social e territorial em que foi antida a colônia, condicionando um aspecto de vida conservador e de tendência niveladora, onde se destacou a atuação sociolinguística do escravo ladino sobre um número maior de ouvintes, juntamente com a interação socializadora da "mãe-preta" na intimidade da família colonial, a começar da criança;

- a ocorrência de grandes mudanças sociais e econômicas durante o séc. XIX, numa época em que a maioria da população era constituída de crioulos e mestiços, já nascidos no Brasil, e, portanto, mais desligados de sentimentos nativistas e susceptíveis à aceitação de padrões europeus então vigentes.

No que pese a evidência do impacto da herança africana e da sua exploração em vários meios, o avanço do componente negro-africano na modelação do perfil da cultura nacional e da língua falada no Brasil, que não são acontecimentos isolados nesse processo, continua sendo subliminar, graças ao verniz eurocêntrico que se lhe opõe na maioria das regiões do país e entre camadas sócio-economicamente favorecidas. Essas alimentam um ensino conservador, onde as civilizações européias são privilegiadas em detrimento das necessidades geradas pela vida associativa externa e dos anseios da comunidade que o cerca.

Uma correta interpretação das culturas negro-africanas, de seus códigos, seu conseqüente resgate do âmbito meramente folclórico ou lúdico, sua valorização e adequada difusão, permitirão que seu avanço, além de subliminar, passe a ser explícito no Brasil.

PRESTÍGIO DA ESCRITA

Sabemos que a resistência para tratar de questões relativas às línguas negro-africanas no Brasil passa, antes de tudo, pelo prestígio atribuído à escrita face à oralidade, por uma pedagogia que sempre privilegiou o ler e escrever diante da não menos importante arte de falar e ouvir. Apesar das exceções vale observar que são os cursos tradicionalmente denominados de letra responsáveis pela formação de profissionais na área de línguas em várias universidades, e alguns dentre eles não dispõem de um laboratório para o ensino prático das línguas estrangeiras que ministram.

Por outro lado, convém lembrar que, em conseqüência do parâmetro que se colocou entre povos que conhecem uma forma de escrita literária e povos que se valem da tradição oral, os últimos terminaram sendo vistos, por mais essa razão infundada, como se fossem portadores de uma cultura inferior ou até mesmo desprovidos de qualquer tipo de cultura. Esse argumento absurdo, que serviu, entre outros, aos propósitos colonialistas europeus no mundo, é uma presunção

evolucionista que ainda pode ser encontrada na suposta inferioridade cultural atribuída ao povo banto em sua origem face aos sudaneses no Brasil.

Em relação às lutas de resistência negra, por exemplo, está sempre presente a alegação que os escravos sudaneses islamizados "sabiam ler e escrever", sem, no entanto, explicar que se referia a orações copiadas do Corão, em caracteres arábicos, o que não conferia, aos poucos capazes de fazê-lo, competência linguística em árabe. A idéia que passa é, antes de mais nada, querer legitimar através desse casuismo, a extensão das revoltas que promoveram na primeira metade do século passado na cidade do Salvador e adjacências.

Tomando esse acontecimento como referencial histórico, desenvolveu-se a tendência de tentar justificar a grandeza de Palmares através de uma óptica sudanesa, apesar dos nomes de origem banto dos seus líderes maiores, Ganga Zumba e Zumbi. De uma parte, a preferência recai no povo aladá, cujo reino, em documentos antigos, era descrito por colonizadores e traficantes de escravos, como "possuidor de civilizações superior, organização militar severa e notável talento artístico". De outra parte, no filme Quilombo, de Cacá Diegues, os palmerinos falam iorubá e cultuam os orixás do seu panteon, numa época em que não se tem notícia da presença de povos iorubafones no Brasil, mas cuja língua é prestigiada pela escrita e pelo seu conhecimento através de cursos ministrados regularmente no Brasil, desde 1962, no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

EQÚÍVOCO EPISTEMOLÓGICO

Devido a orientações metodológicas iguais a essas, os dados lingüísticos não são devidamente utilizados em proveito de temas históricos e sócio-anropológicos relacionados ao negro no Brasil.

Em 1988, no importante congresso sobre escravidão que reuniu, em São Paulo, especialistas de várias partes do mundo, inclusive da África, não houve um momento para se discutir a questão de línguas africanas, uma omissão que pode chegar às raias do absurdo de se imaginar que o africano só começou a falar "línguas de colonização européia! Por outro lado, deve ser notado que, na imaginação popular, línguas africanas são dialetos, com uma conotação depreciativa, enquanto o continente africano é visto como um país singular, onde se fala a semelhança do nagô do candomblé da Bahia.

Na Bahia, em sua aceção popular e de uso externo, nagô significa os falares africanos ocorrentes nos terreiros de candomblé, e, por extensão, qualquer modo de falar que também seja inteligível para o interlocutor comum. Quanto à comunidade dos terreiros, nagô denomina: 1) um sistema de crenças e ritos ancestrais africanos, mas de tradição iorubá, que é cultivado por grupos inclusivos de natureza étnica-regiliosa, conhecidos por "nação" nagô ou queto; 2) um sistema lexical baseado em diferentes línguas africanas que foram faladas no Brasil, com predominância de um repertório iorubá, e que serve como meio de expressão

a eles atribuído, ao contrário do que se observa para as línguas indígenas. Essas últimas ganharam foros de língua, com sua inclusão no elenco de cursos em departamentos da universidade, por terem merecido uma literatura produzida, desde cedo, por jesuítas e intelectuais brasileiros.

Sabemos que as línguas indígenas sempre foram faladas no Brasil e, quanto às línguas africanas, nada sabemos, porque faltam documentos lingüísticos do tempo da escravidão e os papéis oficiais do tráfico foram destruídos em 1891. E este fato, porém, não é motivo para afastar das nossas preocupações que elas foram faladas no Brasil, e, por outro lado, são faladas e já escritas na África, dispondo, hoje, de uma importante bibliografia. Tão pouco, ele inviabiliza a investigação, se essa for reorientada para o repertório importando, visto como um documento vivo de línguas africanas no português do Brasil, e da sua história, o que torna esse conhecimento de interesse não apenas dos estudiosos de assuntos afro-brasileiros.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando que a tradição oral é depositária do acúmulo das experiências materiais e espirituais vivenciadas pelo grupo, a investigação, neste caso, deve partir das manifestações folclóricas e dos falares africanos correntes nas comunidades de religião afro-brasileira e daquelas geograficamente localizadas em antigos núcleos de quilombos e senzalas, que também se encontram em várias regiões do país. Em seguida, através dos diferentes níveis sócio-culturais de linguagem dos falares regionais chegar até o português de uso corrente no Brasil. Por fim, recorrer à bibliografia disponível, completando as informações pela pesquisa na própria África, de acordo com a direção por elas apontada.

Esse procedimento, susceptível de extensões a outros espaços, nós o seguimos, tomando como hipótese de trabalho os aportes africanos nos falares da cidade do Salvador e Recôncavo, duas regiões que sempre estiveram interligadas por uma linha histórica contínua.

Os dados assim obtidos, de um universo de cerca de mil palavras, alargados e aprofundados pela informação histórica existente, revelaram línguas do grupo banto como as mais importantes pela sua antiguidade e superioridade numérica dos seus falares no Brasil, entre elas, o quicongo, o quimbundo e o umbundo. Exemplo significativo, entre outros, é a palavra *çaçula*, de uso exclusivo e corrente no Brasil com

o sentido de "filho mais novo", em lugar de benjamim, sem que o brasileiro em geral tenha noção de que se trata de um aporte africano, o que corrobora a tese do processo de interação sociolingüística da "mãe-preta" na intimidade da família colonial, a começar da criança, e na condição, também, de ladina. Quanto às línguas kwa do oeste-africano, as do grupo ewe, que foram registradas em um

documento em Vila Rica, no Séc. XVIII, principalmente o fon, revelaram-se anteriores ao iorubá. Essa, mais do que as outras, concentrada nos aspectos religiosos da sua cultura e formando poucos derivados portugueses, a partir de uma mesma raiz africana, o que já denuncia uma importação relativamente mais recente. Por outro lado, chamou a nossa atenção o fato de que, na maioria dos casos estudados, ocorria uma adaptação morfológica mais do que uma

evolução fonética das palavras importadas, diante das semelhanças casuais, mas notáveis, do sistema lingüístico das línguas banto e kwa identificadas com o sistema do português do Brasil, entre elas sete vogais orais, reconstruídas no protobanto e próprias do iorubá e do fon que também conhecem as vogais nasais, e a estrutura silábica CV, com exceção da nasal silábica (N) para as línguas banto, estabelecendo a fórmula CVCV como representante da estrutura ideal.

Não estaria, então, nessa proximidade relativa e provavelmente em outros fatos dessa natureza o elo que está faltando para fechar uma questão lógica, ainda em aberto, quanto à parte do influxo de línguas africanas no português do Brasil, se o Brasil possui a maior população negra do mundo concentrada fora do continente africano?

CONCLUSÃO

E chegamos a uma hipótese compatível com as circunstâncias extralingüísticas que foram favoráveis a esse processo: o português do Brasil, naquilo em que ele se afastou, na fonologia, do português de Portugal, é, antes de tudo, o resultado de um movimento explícito dos sistemas fônicos africanos em direção ao sistema do português e, em sentido inverso, do português em direção aos sistemas fônicos africanos, sobre uma matriz indígena pré-existente no Brasil.

Conseqüentemente, o português de Portugal, arcaico e regional, foi ele próprio africanizado, de certa forma, pelo fato de uma longa convivência. A complacência ou resistência face a essas influências mútuas é uma questão de ordem sócio-cultural, e os graus de mestiçagem lingüística correspondem, mas não de maneira absoluta, aos graus de mestiçagem biológica que ainda se processam no Brasil.

Finalmente, sabemos que esta hipótese de trabalho é polêmica, envolve uma decisão política e está sujeita a uma descrição do português e das línguas do grupo banto e kwa identificadas. Também sabemos que para a execução plena dessa tarefa é necessário a participação de especialistas de outras áreas afins de conhecimento e dos três continentes, mas, sobretudo sabemos que à Universidade cabe a responsabilidade de preparar profissionais nas áreas de competência em questão, a fim de recuperar o passo do compasso da história que perdeu. Caso

contrário, o negro continuará sendo tratado como um personagem omissos e silente na História e, por ela, omitido e silenciado.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL BÁSICA

PESSOA DE CASTRO, Yeda. De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia au Brésil. Lumbumbashi, Université, Nationale du Zaïre. 2v., 1977 (Tese de doutorado).

_____. A presença cultural negro-africana no Brasil: mito e realidade. Salvador, CEAO/UFBA, Série Ensaio/Pesquisas, 10, 1981.

_____. Língua e nação de candomblé. África. São Paulo, CEA/USP, 4, 82-97, 1982.

_____. Das línguas africanas ao português do Brasil. Afro-Asia. Salvador, CEAO/UFBA, 14, 81-106, 1983.

_____. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. Sociedade, Cultura e Língua. João Pessoa Shorin, 83-90, 1990.

_____. No canto do acalanto. Salvador, CEAO/UFBA, Série Ensaio/Pesquisas, 12, 1990.

DE L'AFRIQUE AU BRÉSIL : AVATARS DE LANGUES ET DE LANGAGES

Emilio Bonvini
C.N.R.S. - France

Que la linguistique générale s'intéresse de plus en plus aux langues africaines, cela ne surprendra personne. Pratiquement encore inconnues au début de ce siècle, les langues africaines ont acquis en quelques décennies le titre de noblesse qui les a placées au même rang que les autres langues du monde, grâce notamment à des travaux d'analyse et de description de haut niveau, de plus en plus nombreux, réalisés par des linguistes étrangers ou autochtones. Pour nombre d'entre elles, une politique linguistique de développement, délibérément menée par les jeunes états africains indépendants, a favorisé leur passage du statut de langue ethnique à celui de langue nationale et, en de rares cas, à celui de langue officielle. Ces trente dernières années ont été ainsi marquées par un effort scientifique d'une ampleur jusque-là inédit à l'égard de la connaissance des langues africaines dont témoignent les très nombreuses publications. Celles-ci ont été consacrées à de très nombreux problèmes touchant à la fois à l'inventaire, la classification, l'analyse, la description, la typologie, la dialectologie, le comparatisme, l'enseignement et l'aménagement linguistique. Cet intérêt pour les langues africaines s'est, en outre, déplacé géographiquement, puisque des pays "nouveaux" dans ce domaine - tels que les Etats-Unis, le Canada, le Japon, et même la Finlande - ont envahi le devant de la scène scientifique en reléguant au deuxième rang, parce qu'il ont su s'en donner les moyens, les pays des anciennes colonies, Grande Bretagne en particulier.

Sur le plan scientifique, la linguistique africaniste a considérablement évolué depuis 25 ans, aussi bien pour le degré de finesse atteint par les descriptions d'un nombre accru et varié de langues que par ce qui est des exigences théoriques. Il est désormais possible de travailler sur les langues africaines avec une précision comparable à celle obtenue dans l'étude des langues d'autres domaines linguistiques, indo-européen en particulier. De plus, les phénomènes dégagés par les africanistes ont questionné d'autres domaines de la linguistique : linguistique historique et comparative, phonologie, syntaxe, et aussi linguistique théorique et sciences cognitives. Le terrain des langues africaines a ainsi favorisé l'émergence ou le rayonnement de certains concepts linguistiques repris par la réflexion généraliste. A titre d'exemple, et pour n'en citer que les plus significatifs : a) en phonologie, les notions de "ATR (advanced tongue root)" pour les voyelles, de "down step" et de "faille tonale" pour les tons, de "charme" et de "gouvernement" pour la syllabe et le mot phonologique, b) en grammaire, ceux

d'énonciation, d'indices de Personne-Aspect-Mode, de construction sérielle ("série verbale"), de focalisation et de thématization.

Par contre, qu'un linguiste africaniste, ou un ethnolinguiste, éprouve le besoin de se pencher sur la réalité linguistique du Brésil afin de mieux comprendre certains faits africains et mieux éclairer certains problèmes de linguistique générale, cela peut surprendre out ne pas paraître évident. Pourtant la réalité linguistique brésilienne semble l'y inviter à plusieurs titres. Nous n'en évoquerons ici que trois, correspondant à trois problématiques distinctes mais interconnectées : celle des langues africaines transportées au Brésil, celle de l'oralité et celle des langues en contacts. Nous les évoquerons très brièvement et les esquisserons à grands traits.

1. Problématique des langues africaines transplantées au Brésil.

Les apports linguistiques africains au Brésil se répartissent essentiellement selon deux grandes aires de provenance : aire bantou et aire ouest-africaine. Dans les deux cas, il ne s'agit que d'un nombre restreint de langues, presque insignifiant par rapport au nombre considérable des langues (1400 environ) attestées sur le continent africain. Il s'agit principalement, mais non exclusivement de :

a) quelques langues bantou (sur un total actuel d'environ 450) de la côte ouest - situées approximativement dans une zone allant du 4° au 14°S et du 12° au 18° E, partagée par les actuelles républiques du Congo, Zaïre et Angola - et dont la répartition linguistique correspond à deux sous-groupes de la classification proposée par le linguiste M. Guthrie : dans la partie Nord, le groupe "H" qui comprend le kikongo (H 10), parlé par les Bakongo, dans une zone correspondant à l'ancien Royaume du Congo, et le kimbundu (H 20), parlé par les Ambundu, dans la région centrale de l'Angola, correspondant à l'ancien royaume de Ndongo, dans la partie Sud, le groupe "R", dont la langue principale est le umbundu parlé par les Ovimbundu, principalement dans la région de Benguela en Angola (N.B. - La traite, bien sûr, ne s'est pas limitée à la côte ouest. La côte orientale de l'Afrique est aussi concernée, Mozambique en particulier, dont les langues principales, makwa et makonde, sont classées dans les langues bantou du groupe P. Dans cette zone, cependant, la traite ne semble pas avoir atteint des proportions réellement significatives par rapport à la problématique soulevée ici).

b) quelques langues de la famille kwa (environ soixante langues) de l'aire ouest-africaine - situées dans une zone comprise entre le 0° et le 6° E et le 8° et le 4° N, qui commence concrètement à la "Volta Region" du Ghana et s'étend aux parties sud du Togo, du Bénin et du Nigéria - subdivisée, selon la classification proposée par J.Greenberg, en kwa occidental et en kwa oriental. Parmi les langues du groupe kwa occidental (aujourd'hui désigné comme "kwa" tout court), ce sont surtout les parlers ewe, gen, aja, fon qui ont été transplantés au Brésil où ils sont désignés par le terme *jeje*, tandis que parmi les langues du groupe oriental (aujourd'hui reclassé dans le groupe Bénoué-Congo), ce sont surtout les parlers yoruba qui l'ont été, désignés au Brésil par les termes *nagô-ketu*.

Liée essentiellement à la traite des esclaves, et de ce fait aux divers cycles qui la caractérisent, la transplantation de ces langues a connu deux apogées distincts, correspondant à deux époques : XVIIe-XVIIIe s. pour les langues bantoues de la côte ouest, XVIIIe-XIXe s. pour les langues kwa.

Ces les langues de la traite - et c'est là un trait novateur par rapport à l'ensemble des langues africaines de l'époque - ont été rapidement confrontées à l'écriture, mais différemment selon qu'il s'agit des langues bantoues de la côte ouest ou des langues kwa. Cinq documents majeurs datant du XVIIe siècle sont consacrés aux premières : 1641, un catéchisme bilingue (kikongo-portugais), précédé de quelques notions de grammaire, du P. Francisco Paconlo; 1650, un catéchisme quadrilingue (latin-italien-kikongo-portugais) du P. A.F. Hyacintho de Vetralla; 1659, grammaire et vocabulaire en latin de la langue kikongo du même P. A.F. Hyacintho de Vetralla; 1661, catéchisme trilingue (latin-kimbundu-portugais) du P. Antonio de Coueto; 1697, première grammaire en portugais de la langue kimbundu du P. Pedro Dias. Par contre, un seul document sous forme de cahier manuscrit est consacré aux langues kwa, rédigé en 1731 et en 1741 : *Obra nova de Lingoa Geral de Minna traduzida ao nosso Igélonia por Antonio da Costa Peixoto*. Il s'agit d'un manuel d'apprentissage d'un parler fon rédigé à l'attention des maîtres des esclaves pour faciliter leurs relations avec ces derniers.

Au plan linguistique, les langues kwa et bantu sont typologiquement distinctes, bien qu'appartenant à une seule grande famille qui les englobe, la famille Niger-Congo. A titre d'exemple, les langues kwa se caractérisent essentiellement par les traits suivants : a) au plan phonologique, un système vocalique de 7 à 9 voyelles orales (parlers ewe) avec possibilité de présence du trait ATR (Advanced tongue root) et un système de voyelles nasales; système consonantique caractérisé par la présence d'une dentale sonore rétroflexe [ɖ], de labiovélares [kp, gb] et par l'absence de consonnes nasales ; b) au plan morphologique, un système nominal caractérisé par l'absence de système de classe, mais doté d'un système complexe de spécificatifs suffixés; un système verbal non flexionnel, mais doté de spécificatifs préfixés. Ce système admet, en outre, une construction de type sériel (série verbale) qui sert de support à la fonction prédicative. Les langues bantu, par contre, se caractérisent par les traits suivants : a) au plan phonologique, système vocalique de 5 voyelles, absence de voyelles nasales, système consonantique caractérisé par la présence d'un système développé de consonnes nasales, nasalisées et affriquées; b) au plan morphologique, le nominal s'intègre dans un système complexe de classes marquées par des préfixes, tandis que le verbal, également complexe, se présente comme un ensemble où le radical est obligatoirement précédé de marques spécifiques qui correspondent aux indices de Personne (Sujet et/ou complément)-Temps/Aspect-Mode, et est suivi d'extensions à valeur dérivative ainsi que d'une voyelle thématique à valeur aspectuelle.

Lors de leur transplantation au Brésil et en dépit de leurs différences, ces langues ont partagé une situation commune, plus exactement un traumatisme souvent

irréparable, pour ne pas dire irréversible. Déracinées et arrachées à leur niche écologique, ces langues ont d'abord cessé d'être le support collectif et quotidien d'une culture, c'est-à-dire le lieu privilégié de la mémoire collective, normalement condensée dans la tradition orale (épopées, contes, proverbes, devinettes, chants, prières, toponymie, anthroponymie, zoonymie, etc.). Elles ont cessé aussi d'être l'outil privilégié du transfert de l'expérience du groupe en tant que forme organisée d'enseignement et d'apprentissage explicite de la connaissance et de la sagesse du groupe. En deuxième lieu, ces langues ont été soumises à un certain vidage sémantique : sens devenu brutalement désuet ou en port à faux, parce que ne reflétant plus la réalité africaine et encore sans prise sur la réalité nouvelle : notions différentes, nouvelles dénominations (plantes et pharmacopée, chasse et animaux, techniques nouvelles et nouveaux produits de consommation). Langues enfin soumises à des contacts linguistiques nouveaux : disparition des variantes dialectales et nouvelles langues de voisinage (autres langues africaines issues de la traite, langue portugaise des maîtres, langues amérindiennes).

Face à cette dislocation forcée et à distance des langues africaines de la traite, le linguiste africaniste d'aujourd'hui est tenté d'y voir une double opportunité : celle retrospective de pouvoir saisir d'éventuels états anciens, et peut-être archaïques, de certaines langues africaines, ainsi que les effets de leur première confrontation avec une langue indo-européenne ; celle prospective de mieux cerner les mécanismes sous-jacents à la rencontre avec la modernité à laquelle sont confrontées actuellement en Afrique les langues africaines. On peut comprendre aisément l'un et l'autre espoir si l'on considère un double fait. D'une part toute langue est en perpétuel état d'évolution, bien que son rythme évolutif dépende de divers facteurs internes et externes (contacts entre cultures différentes, satisfaction de nouveaux besoins, afflux de mots nouveaux, rythme plus lent dans des cellules sociales très homogènes et renfermées sur elles-mêmes...). A la suite de l'éloignement géographique considérable provoqué par l'esclavage, il faut donc s'attendre à ce que la même langue de départ ait évolué selon son propre rythme, ses propres modes et selon les lieux, d'où deux états différents de langue, où les convergences et les divergences acquièrent, aux yeux du linguiste, une signification de grande importance. Lorsqu'il aborde le problème des langues africaines au Brésil, le linguiste africaniste espère ainsi comparer deux états de langue différents.

D'autre part, on peut s'interroger sur les effets produits sur le langage par les changements culturels intervenant dans une société donnée, puisqu'il y a un rapport certain entre une société et la langue. Un état de langue reflète un état de pensée, un certain type de structure sociale, un ensemble de techniques défini, une appréhension cognitive particulière du milieu. On peut alors se demander - lorsqu'une population se trouve confrontée à de nouvelles possibilités (nouvelles techniques, nouvelles ressources cultivées) ou à de nouvelles situations marquées par des contraintes nouvelles (contacts sociaux particuliers avec d'autres populations, changement de langue, de société ou de culture) comment une population ajuste-t-elle son langage ? C'est en fonction et sur la base de cette interrogation que le linguiste peut estimer importante l'étude des langues des "isolados" au Brésil, censés être les descendants d'anciens esclaves, ou encore celle

des langues africaines (yoruba, en particulier) employées dans les cultes afro-brésiliens. Dans cette adéquation entre langue et nouvelle culture réalisée au Brésil, il peut même y voir, dans une sorte de projection et avec une anticipation de 50 ans et plus, ce que deviendront certaines langues africaines, confrontées d'une manière analogue aux changements intenses de culture et de société. Il lui importe d'entrevoir, dans cette confrontation/compétition rapide avec la modernité, ce qui a des chances de subsister, et peut-être de résister.

2. Problématique de l'oralité.

Nous venons d'évoquer le terme de "tradition orale". Il faut souligner ici, conformément à l'acquis des études africanistes de ces vingt cinq dernières années, que lorsqu'il s'agit de réalité africaine, le terme d'"oralité" n'est pas l'équivalent d'absence d'écriture, mais plutôt le privilège accordé à un type particulier de communication, celui de l'échange direct de la parole. Un échange qui se situe au-delà de l'échange linguistique inter-individuel. Essentiellement communautaire, ce échange est pris en charge par des "paroles organisées", étroitement liées à l'expérience totale du groupe, celle du passé, celle du présent et celle à venir. Il s'agit donc de "paroles-miroirs" de la vie d'un peuple, paroles denses, qui concernent la vie du groupe, celle d'hier, d'aujourd'hui et de demain. Ce sont ces paroles que les étrangers occidentaux désignent par le terme de "textes oraux" et qui constituent la "tradition orale". Mais ces textes n'existent que pour la vie et la survie du groupe. Le mot "tradition" n'acquiert donc son sens plein qu'en référence à cette dimension spatio-temporelle : proférée dans l'espace communautaire d'un groupe donné, elle s'enracine dans le passé pour permettre au vécu d'aujourd'hui de s'orienter, sans relâche et d'un même élan, vers le demain à venir. Grâce à elle, une communauté se "re-crée" elle-même constamment, en faisant être de nouveau, par l'intermédiaire de la parole proférée, ce qu'elle a été et ce qu'elle veut être. Voilà, nous semble-t-il, la dynamique profonde de la tradition orale en Afrique noire.

Il est évident qu'au Brésil, au temps de l'esclavage "vie" et "survie" ne pouvaient pas avoir le même sens qu'en Afrique : l'esclave noir devait, d'abord et surtout, vivre et survivre en tant qu'individu. Une "tradition orale", s'il elle existait ne pouvait être, en quelque sorte, que "détournée" de sa visée africaine de départ, orientée vers une "vie" et une "survie" nouvelles et différentes dans leur contenu. Or, il ne fait aucun doute qu'il a existé et qu'il existe encore aujourd'hui au Brésil une tradition orale bien vivante, aux sources franchement africaines, constituée d'innombrables "paroles organisées" : formules rituelles, prières, chants, contes, proverbes, devinettes ... formulées parfois dans une langue africaine, mais le plus souvent en portugais. A travers ces "paroles", c'est bien une "âme" africaine qui a survécu et qui vit aujourd'hui encore au Brésil. On les retrouve surtout, mais pas exclusivement, dans les cultes afro-brésiliens, véritables centres culturels africains au Brésil. A travers ces "paroles organisées", les Noirs sont parvenus à sauvegarder leurs croyances et leurs sensibilités, à rester eux-mêmes malgré tout, et, mieux encore, à rendre parfois leurs croyances attirantes aux yeux de ceux-là mêmes qui, de par leur culture, sont les descendants

Ne constitue-t-elle pas une sorte de prototype évolutif vers lequel pourrait d'ailleurs évoluer, en Afrique, la tradition orale africaine d'aujourd'hui, confrontée aux problèmes posés par sa rencontre inéluctable avec la modernité ? La réponse à ces questions, on le conçoit aisément, peut être cruciale et non seulement pour l'ethnolinguiste.

3. Problématique des contacts de langues.

Lors de leur transplantation au Brésil, les langues africaines ont été plongées brusquement dans un brassage inédit de langues les plus hétérogènes : langues africaines de familles différentes, éloignées dans l'espace, langues amérindiennes, langues européennes, le portugais évidemment, mais aussi le néerlandais, bien que partiellement et pour une très brève période. Ce brassage s'est étalé pendant trois siècles, alimenté par l'arrivée régulière et massive d'un total de 12 millions d'esclaves, selon les estimations communément admises.

Retracer l'historique exacte de ce brassage, en dessiner les avatars, c'est une tâche pratiquement impossible non seulement par son ampleur, mais surtout par l'absence de témoignages écrits, représentatifs et probants. Dans l'état actuel de nos connaissances, on ne peut formuler que des conjectures. Celles émises jusqu'à présent ont été surtout des tentatives pour jeter une lumière sur la situation linguistique actuelle, en particulier d'une part sur l'absence manifeste de langues africaines (en dehors de celles pratiquées à des fins rituelles dans les cultes afro-brésiliens, candomblés notamment) et aussi d'un créole portugais à base africaine, d'autre part sur la présence de traits spécifiques dans le portugais parlé au Brésil qui le distinguent nettement de celui du Portugal et dont d'aucuns voudraient en faire le résultat d'un impact des langues africaines.

En raison de sa cohérence et de l'ampleur de la documentation qui la soutient, l'étude la plus significative et aussi la plus récente concernant cette problématique est, sans aucun doute, celle de Yeda Pessoa de Castro, en particulier son étude *Os falares africanos na interação do Brasil colônia*, publiée en 1980 par l'Université Fédérale de Bahia et le Centro de Estudos Baianos (29 p.). Après avoir donné une vue globale de la problématique et un aperçu historique des diverses approches, l'auteur émet des hypothèses tout à fait intéressantes et plausibles sur l'émergence successive de quatre "dialectes" à la suite des contacts séculaires des langues africaines, entre elles d'abord, et avec les autres langues ensuite : *dialecte des "senzalas"*, à base bantu (kimbundu, kikongo et umbundu), qui aurait servi de langue véhiculaire entre esclaves d'origines diverses (XVI^e-XVII^e s.) ; *dialecte "rural"*, dérivé du précédent et servant au contact direct et prolongé dans les plantations et les usines à sucre, non seulement entre les esclaves mais aussi entre les maîtres et ces derniers ; *dialecte des "minas"*, au XVIII^e s., à base ewe, permettant, surtout dans les mines d'or et de diamants, un contact direct maîtres-esclaves et dont nous disposons un échantillon d'un grand prix dans le manuscrit *Obra nova de Lingua Geral de Minna traduzida ao nosso Igloma*

por Antonio da Costa Peixoto ; dialecte des "villes", enfin, a base yoruba (nagô) attesté au XIXe s. dans les villes de Salvador et de Pernambuco.

Plus importante encore, à notre avis, est l'hypothèse avancée par l'auteur à la fin de son exposé relatif au rôle de la langue portugaise et aux raisons de la disparition d'une part de ces dialectes et, d'autre part, de l'absence au Brésil d'un créole portugais : "Depois de 300 anos de integraçào social e linguística dos falares africanos em contato direto e permanente com a língua dominante, o nivelamento daqueles dialetos no Brasil pode ter sido acelerado pelo português ele mesmo, especialmente por causa das semelhanças casuais, mas notáveis, entre o sistema linguístico do português de uma parte, e das línguas africanas do grupo banto e kwa, de outra parte. Assim encontramos as razões subjacentes aos fatores de ordem extralinguística para explicar o fato de n'ò haver sucedido, no Brasil, uma língua crioula do tipo que se encontra nas demais ex-colônias das Américas onde a presença africana também foi marcante" (p. 22). Et de donner, à titre d'exemple, deux ressemblances structurales, l'une concernant le système vocalique, l'autre la voyelle en tant que centre syllabique.

Ce rapprochement du système linguistique du portugais et de celui des langues kwa et bantu, éveille tout particulièrement l'attention et la curiosité du linguiste africaniste. Celui-ci souhaiterait vérifier de très près le bien fondé de cette hypothèse en produisant une mise en parallèle systématique des données, saisies au moins à trois niveaux : niveau lexicographique, niveau phonologique, niveau syntaxique. Diverses raisons semblent imposer une telle étude. Au plan théorique et méthodologique d'abord, bien que distincts, ces niveaux exigent d'être traités conjointement pour que des conclusions concernant le système de la langue puissent être tirées. Une étude limitée au plan lexicographique, celui des emprunts par exemple, ou phonologique, ne peut guère servir que d'indice et non pas d'argument. Dans cette mise en parallèle, d'ailleurs, le plan syntaxique pourrait revêtir une importance plus significative. En second lieu, en raison des études actuellement existantes aussi bien sur les langues kwa que sur les langues bantu de la région concernée, il est possible de réaliser, de manière systématique et fine, le rapprochement des données réalisé simultanément aux trois niveaux. Il serait, enfin, souhaitable de mener une comparaison systématique :

a) d'une part sur le continent africain, d'un côté entre le créole portugais et les langues africaines de la zone géographique concernée (par exemple, entre les créoles du Cap-Vert et de Guinée Bissau et les langues Ouest-Atlantiques) et aussi entre les créoles S'otomense, Principense et Angolar et les langues bantu (en particulier le kimbundu pour ce dernier) ; de l'autre côté entre le portugais parlé en Afrique (Angola et Mozambique surtout) et les langues africaines présumées sous-jacentes à des faits de contacts. Les exemples suivants concernant le portugais de l'Angola, bien que trop insuffisants, pourraient servir de suggestion :

- (1) ò màkà yóyó
/o/problema/esse/
"o problema está aí" (português de Angola)

"áí está o problema"

(2) ò màkà yíyí

/o/problema/este/

"o problema é este" (português de Angola)

"este é o problema"

(3) ngákùbékélà kúdyà

/ng+á+kù+bék-él-a / kúdyà / (= análise morfológica)

/1ra pess. sing. + Tempo + pron.objeto indireto + radical verbal("trazer)-
derivativo("para")-aspeto / comida /

/eu-passado-voz-trazer-para-perfeito /comida/ (= análise morfosintáctica)

"eu te trouxe comida" (português de Angola)

"trouxe-te comida" ou "trouxe comida para ti"

b) d'autre part, entre le portugais parlé au Brésil et le portugais parlé en Afrique par rapport aux mêmes langues africaines, ce qui permettrait de mieux faire ressortir les ressemblances et les différences et aussi les spécificités dans les contacts de langues.

Ce ne sont que des suggestions.

Ces quelques remarques à propos des trois problématiques soulevées ici, aussi sommaires qu'elles soient, n'ont qu'un seul but ; exprimer la double conviction que la réalité langagière brésilienne, dans ses avatars, peut éclairer la recherche africaniste - et probablement généraliste - dans la compréhension des faits de langage de l'Afrique noire et que d'autre part les connaissances linguistiques actuelles sur les langues africaines sont indispensables à une compréhension en profondeur du mécanisme évolutif de la réalité langagière au Brésil.

O CONVÊNIO USP/VITAE

Lygia Corrêa Dias de Moraes
USP*

Iremos tratar aqui de um convênio voltado especificamente para os interesses da educação no país. Trata-se do convênio estabelecido entre a Universidade de São Paulo e VITAE -- Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, em que também entra, como parte interessada, a Secretaria Estadual da Educação.

VITAE -- para os que não a conhecem -- é uma sociedade civil sem fins lucrativos que entre nós desde algum tempo se vem voltando de diversas formas para o incentivo, primeiramente, à cultura, sobretudo pela oferta de bolsas a artistas e para projetos de natureza artística, cultural e científica; agora, para o trabalho em prol da melhoria do ensino e da educação, que decidiu financiar. Esta instituição apresenta-se aqui como um dos braços (ao lado de Antorchas, na Argentina, e Andes, no Chile,) da Fundação Lampadia, sua mantenedora, de sede na Europa. Um de seus projetos é este de que iremos agora falar, o de "Atualização em Língua Portuguesa para Professores de 2º grau".

Parte de um projeto de maior alcance, o de Língua Portuguesa forma trio com um semelhante de Matemática e outro de Física: andam os três de braços dados desde o início, em 1990, ano das definições e preparativos para uma ação que começaria em três centros -- USP, para Língua Portuguesa, ITA (Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, em São José dos Campos), para Física, e IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada, no Rio de Janeiro), para Matemática.

Desde o início, porém, se previu o alargamento para outros núcleos, que deverao vir a ser dez ou onze. O Projeto Piloto, naqueles três centros, cncetou suas atividades em 1991. Funcionam já mais dois núcleos (sempre para as três áreas), a partir de 1992; o da Universidade Federal de Minas Gerais e o da Universidade Federal do Ceará. Os demais entrarao em ação a partir de 1993.

Qual a razão da presença e do interesse das Universidades ?

Não se pode negar que é antes de tudo o cumprimento de um dever, previsto, mesmo, na Constituição, em seu artigo 207, quando estabelece que "as universidades obecerão ao princípio da indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

* Do DLCV da FFLCH, juntamente com a Profª Drª Irenilde Pereira dos Santos, do DL, coordenadora do Projeto "Atualização em Língua Portuguesa para Professores do 2º grau".

É certo que nem sempre se prestigia a obediência a esse princípio: o valor acadêmico geralmente é medido muito mais pela pesquisa, pesada em termos de produção científica. O que, de resto, explica uma certa dificuldade em atrair os docentes universitários para tal tipo de atividade.

Mas a Universidade não pode esquecer-se de seu inevitável envolvimento com a realidade nacional, sabendo que, entre os grandes problemas que nela se configuram, está em primeiro lugar, sem dúvida, a educação. Já em 1982 dizia o então secretário adjunto de Ensino Superior do MEC, prof. José Ferreira Ramos (Educação e Seleção, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 6: 6, jul-dez/1982): *"O que se espera da universidade é que ela se envolva com a pré-escola, com os 1º e 2º graus (regulares e supletivos), não apenas pela função-ensino, mas institucionalmente, através de uma ação conjugada de todo o seu complexo didático-científico, ou seja, através de sua atividade de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços de apoio técnico nos demais segmentos da educação."* E a esta tarefa que ela atende, no Projeto de que tratamos.

Escolheu-se agir em relação ao 2º grau em vista de seu caráter: primeiro, terminal para muitos, que deverão, pois, deixar a escola como cidadãos já formados — e bem formados.

Em segundo lugar, por ser o preparatório para a universidade, à qual interessa receber candidatos de bom nível. Finalmente, porque para uma parte de seus alunos é também profissionalizante, não só nos cursos técnicos, como nos de Magistério, que os habilitam para o ensino em suas quatro séries iniciais — fundamento de toda a educação subsequente.

Dessa forma, a necessidade do trabalho da universidade junto a esse grau se impõe indiscutivelmente. Pesquisa recente da Fundação Instituto de Administração da USP revelou que no estado de São Paulo apenas cerca de 25% dos jovens em idade para fazê-lo estão no 2º grau; as taxas de evasão e repetência superam as do 1º grau, sendo respectivamente de 21% e 11,12%. Por outro lado, ainda em São Paulo, apenas o ensino de 1º grau consome 92% dos recursos disponíveis para a educação. Aí estão as justificativas da opção de agir junto ao 2º grau.

Decidiu-se também privilegiar o ensino público, nele indo buscar os sujeitos da ação do Projeto. Ou seja, na seleção dos professores-alunos o primeiro critério é pertencerem à rede pública. Apenas para citar um dado objetivo, lembre-se o que revelam os relatórios da FUVEST de 1989 e 1990, quanto à escolaridade prévia de seus candidatos: na inscrição, não era grande a diferença de porcentagem entre os oriundos da escola pública e os da escola particular. No entanto, no momento da matrícula, o que significa aprovação, aumentava muito. Em 1990, por exemplo, era de 62,8% da particular e 26,7% da pública — dado revelador de uma profunda injustiça social e de um número não calculável de capacidades e vocações perdidas.

Ainda nesse sentido, é cláusula dos convênios que as secretarias estaduais da educação atribuam créditos, para fins de acesso na carreira, aos professores participantes dos cursos e atividades do Projeto.

Além disso, entendendo como tarefa a mais para o professor a sua participação em cursos em período de férias e, durante o ano, em encontros de fins de semana (além das tarefas reais que em muitos casos leva para casa), estabeleceu-se não só a oferta de material e o financiamento das despesas de transporte, hospedagem e alimentação, como também uma bolsa, que não é entendida como remuneração, mas que visa a permitir aos participantes enfrentar despesas extra e, principalmente, adquirir livros e outros instrumentos de atualização permanente.

A escolha das disciplinas obedeceu a um critério coerente: a matemática como modelo das ciências exatas, a física como a que busca a explicação dos fenômenos da natureza, a língua portuguesa como instrumento fundamental para compreensão e expressão de conceitos de qualquer espécie.

Nas três áreas, a finalidade comum é, mais do que transmitir e atualizar conhecimentos, propiciar aos participantes, professores de 2º grau, as condições para o desenvolvimento de uma postura crítica em relação à matéria e ao seu ensino, de forma a garantir-lhes autonomia intelectual e melhor capacitação em seu desempenho profissional. Em outras palavras: mudança de atitude.

Em 1990, convidada por VITAE a integrar o Projeto na área de Língua Portuguesa, a Universidade de São Paulo delegou a tarefa à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, que por sua vez indicou para sua execução os departamentos de Letras Clássicas e Vernáculas e o de Linguística.

Desenvolveu-se a partir daí um Projeto-Piloto, com características que logo o diferenciaram. Uma é que não se limitava a oferecer cursos de reciclagem aos professores de 2º grau, mas todo um ano de interação, iniciando-se por cursos de verão e continuando em encontros de outono, novo curso no inverno e encontros de primavera, sempre com o mesmo grupo de participantes. Ou seja, não apenas uma ação esporádica, mas uma ação continuada, prevista para um ano e na realidade prolongada além disso, como vem provando a participação de professores da primeira turma em encontros da segunda e o contacto mantido entre eles e a coordenação.

A filosofia básica é a de dar apoio e interagir com o 2º grau, nunca pretender tutelá-lo.

Tal empreitada, evidentemente, requereu todo um trabalho de gerenciamento e organização burocrática e de infraestrutura, que coube às coordenadoras designadas, o que requer contacto contínuo com VITAE, por um lado, e por outro, com as instâncias acadêmicas e administrativas da Universidade. Disso não se tratará aqui.

Ainda dentro dos propósitos maiores do Projeto, cabe à coordenação de Língua Portuguesa procurar e manter contacto com outras universidades do País, visando à formação de um rede que facilite a comunicação entre os núcleos envolvidos e uma ação concertada em âmbito nacional.

Por outro lado, há também a necessidade do contacto seguido com as outras duas áreas, Matemática e Física, para uma atividade harmônica e coerente, mediante aplicação de critérios não iguais, mas homogêneos. Um dos aspectos desse entrosamento é que se procura selecionar candidatos da mesma região geográfica (até de uma mesma

escola), dando-lhes os cursos, sempre que possível em regime de internato, na mesma época.

Para terminar, os resultados até agora.

Têm sido animadores, ainda que pequenos, em número, dado estar-se trabalhando até o momento apenas com duas turmas. Em 1991 tivemos, em Língua Portuguesa, 31 participantes em janeiro, dos quais voltaram 23 para o curso de julho. Em 1992, 37 em janeiro, dos quais quase todos confirmaram sua volta para o curso a desenvolver-se em julho.

Para os próximos anos, contamos com perspectivas igualmente animadoras. Deverão entrar em ação mais sete ou oito núcleos no país, localizados sempre em Universidades com condições de agir nas três disciplinas. E empenho de todos nós, os envolvidos no Projeto, que cremos na Educação, que a rede se forme e atue conjuntamente na elevação do ensino de 2º grau.

frequência entre as ocorrências ortográficas dentro do sistema da escrita é estar contribuindo para um ensino-aprendizagem mal sucedido.

O alfabetizador tem os seus primeiros contatos com esses conhecimentos durante o período que ainda é aluno do curso de magistério. Cabe ao professor de Língua Portuguesa desse futuro alfabetizador, portanto, oferecer-lhe oportunidade de conhecer essas complicadas relações entre sons e sinais gráficos.

O ensino da Fonologia tem-se atido apenas à classificação articulatória dos sons da fala; basicamente um conteúdo apresentado através de um quadro esquemático daquela classificação. Para uma geração de alunos em que a tradição oral da língua é bem mais marcante que a escrita, o ensino das relações entre sons e letras não atinge, na maioria das vezes, os resultados esperados. Se o objetivo é fazer com que o futuro alfabetizador perceba estas distinções de fato, então o melhor meio de atingi-lo é fazer a fixação dessas complicadas relações através da escrita. Atividades de redação, portanto, podem ser utilizadas como forma eficiente na fixação das distinções entre sons e sinais gráficos.

Experiência realizada por mim com alunos do Curso de Habilitação para o Magistério, da EEPSP "Prof. Akio Satoru", da cidade de Urânia, SP, veio comprovar uma melhor percepção da relação fônica e as convenções ortográficas. Vejo atestar também que os alunos passaram a se preocupar não apenas com a mensagem mas também com a forma do enunciado.

Vejamos a seguir algumas propostas de redação que têm como principal objetivo o ensino de Fonologia para os alunos do magistério. Segue, junto de cada proposta, exemplo de redação produzida por alunos.

I. Narração a partir de imagem visual



Tema: a partir dos elementos sugeridos no desenho, construa uma narrativa de, no mínimo, vinte linhas. O seu texto deverá explorar o uso de, pelo menos, dois sons também sugeridos pelos elementos do desenho.

1. Garotos de agora...

Guilherme era um garoto que vagava pelas ruas de Goiânia, como tantos outros garotos. Um dia andava devagar e sem rumo, quando o cansaço chegou. Sentou-se na sarjeta em frente de uma loja de instrumentos musicais. E, de repente, aquele som dos "Inimigos do Rei" "pegou de jeito" os seus ouvidos. E Guilherme, que já estava "ligado na cola", começou sua viagem...

Agora ele fazia parte de um conjunto de muitos jovens de sua geração. Sua guitarra tinha um som agudo muito exagerado. Seus movimentos eram muito agitados e, por isso, as gotas de seu suor respingavam nos guardas que os protegiam, pois muitas garotas queriam agarrar aquele "gato" que tinha bigode e fazia muitos gestos com sua guitarra (sua guitarra feitosa). Feitosa como era, há muito tempo, sua gente: grande, negra, de "garra"

Um sujeito o pegou pela gola da jaqueta e, como a droga alucinógena já não o "pegava de jeito", sentiu-se como um garoto largado nas ruas de um país sem garantia, onde a justiça só fica dentro dos "gabinetes" e, com isso, os garotos de rua ficam sob as "garras" dos "generais" das drogas.

(Ivete Zanovelli Domingues e
Maria A. Sanches Barison - 3ª Mag.)

2 - O garoto Gustavo e sua Guitarra

O garoto Gustavo tinha o gosto diferente dos outros garotos. Levava jeito para tocar guitarra. Mas seus pais tinham um outro desejo: era o de que ele fosse jogador.

Gustavo gostava de jogar, mas não de jogar bola e, sim, de "jogar gatos pela janela". E, quando o gato cala na grama do jardim, soltava um gemido agudo, que Gustavo aproveitava para tocar na guitarra.

O jovem gostava mesmo era de guitarra, como quase toda a juventude gosta. Seu jeito desajeitado dava a impressão de sujeira. Os guardas o confundiam com mendigo, mas ele não ligava, pois para ele todos os que tocavam guitarra tinham aquele jeito, jeito de guerra.

Gabriel era um grande amigo de Gustavo e também gostava de tocar guitarra. Mas era muito mais ganancioso que Gustavo, pois só queria ganhar muito dinheiro e não sabia o que era viajar para descansar.

Gustavo, nos finais de semana, jogava sua guitarra no bagageiro do carro e guiava para algum lugar deserto. Eram nesses lugares que inventava suas melodias desajitadas.

Na sua guitarra havia uma águia gravada. A águia, para ele, significava liberdade e glória. E isto era tudo o que sentia quando estava tocando guitarra.

(Márcia Magali Marques e
Marta Pereira Franco - 3º Mag.)

II - Proposta: Nos versos abaixo, extraídos do poema "O Girassol", de Vinícius de Moraes, notamos a ocorrência da letra "r" em três posições diferentes nas palavras. Usando do mesmo processo aliterativo, faça um texto em prosa ou verso, explorando o "r" e suas ocorrências gráficas. O assunto de sua redação será de sua escolha.

"Roda, roda, carrrossel
Roda, roda, rodador
Vai rodando, dando mel
Vai rodando, dando flor."

I. Rui vendedor

Rui, vendedor
Vendia arroz
Melro, terra, carroça,
beterraba, jarra, barraca.

Vendia rádio,
relógio, rcpolho, roda,
remédio, remo, rosa.

Vendia porco,
retrovisor, amor, flor,
despertador, porta, barco.

Vendia anti-rugas
para enrugados.

Vendia baralho, rosário,
arame, palmeira, banheira,
verdura, amora.

Os cravos, os brincos, os braceletes

III - Proposta: Elabore uma narrativa de acordo com o assunto de uma das sugestões abaixo:

1. Criança na rua...
2. Desemprego...

O seu texto deverá ser construído em três parágrafos. No primeiro você deverá fazer o possível para utilizar, na maioria das palavras, a letra Z; no segundo, você deverá utilizar a letra S e, no terceiro, você deverá fazer uso da letra X.

Observação: Todos esses sinais gráficos deverão ser empregados com o som /z/.

1 - Desemprego...

Zico sentia-se desprezado todas as vezes que ia procurar emprego. Seus amigos zombavam ao ver a cara de tristeza que ele fazia, mas ele nunca ficava zangado. Às vezes ficava com vontade de dar zapes em algumas falsas amizades. Resolveu desprezar os zunzuns que essas amizades faziam e resolveu pedir serviço a um fazendeiro.

Foi primeiro falar com o caseiro. Esperou-o perto da casa, embaixo das árvores. O caseiro atendeu-o logo e resolveu falar com o patrão. Serviço só tinha no roseiral que ficava nas aguadas bem longe da casa. Zico resolveu aceitar.

Zico trabalhava em exagero, exaltava o patrão, fazia tudo de forma exemplar... Tudo, tudo para ter êxito. Mas Zico era exaltado e, quando um amigo o exarcebou, exasperou-se também e... novamente de seu emprego foi exonerado.

(Roseli Moura da Silva Porto e
Sônia Destro Pereira - 4º Mag.)

IV - Proposta: Escolha um dos fragmentos de texto constantes na coletânea abaixo, e redija uma narração, na qual se encaixe o fragmento escolhido. A sua redação deverá ser elaborada de acordo com a significação representada pelo fragmento que escolheu. Além disso, você deverá explorar, em todo o seu texto, o uso de palavras com as mais variadas ocorrências gráficas do som predominante no fragmento.

Fragmento 1 - "A moça, sem experiência, saiu sozinha a passeio pelo espaço sideral."

Fragmento 2 - "A moça, sem experiência, saiu sozinha a passeio pelo espaço sideral?"

Fragmento 3 - "A moça, sem experiência, saiu sozinha a passeio pelo espaço sideral!"

Fragmento 4 - "A moça, sem experiência, saiu sozinha a passeio pelo espaço sideral..."

1 - Moça sem destino

A moça, ao sair a passeio pela calçada, viu seqüestros, assassinatos e muito sangue escorrendo e descendo o asfalto. Assustada, a moça entrou em casa, ficou na sala sentada no sofá, pensando no que estava acontecendo. E, angustiada, ficou pensando na violência das cidades e que não poderia mais sair para os seus passeios.

Então, a moça, sem experiência, saiu sozinha a passeio pelo espaço sideral. Pensava, assim, em ficar livre das violências terrestres. Pensava também em expandir só a paz no espaço.

Já no espaço, a moça sentiu a sensação da satisfação ao ver os astros. Mas, de repente, sentiu sangue em seu pescoço. Ao olhar de relance, viu sondas automáticas, mísseis, aviões seqüestrados. Percebeu que o espaço também era alvo de violências. Então começou a pensar se existia um lugar sem assaltos, sem sangue, sem destruições, sem destruidores e exploradores...

Não... Não... Não havia exceção.

(Silene Maria Agostinho - 3º Mag. e
Rosilene Tomiu Franco - 4º Mag.)

Apenas uma contribuição para melhor compreensão da língua

É a partir das redações elaboradas pelos alunos que podemos concluir que a verdadeira aprendizagem é aquela que nós mesmos construímos. Quando o aluno consegue perceber a organicidade do registro alfabético-fonético-etimológico da linguagem escrita e suas relações com a linguagem falada está contribuindo não só para a sua aprendizagem, mas, e principalmente, para a de seus futuros alfabetizados.

A prática da redação, como forma de fixação das diferenças entre os sons e as letras, tem-me parecido uma forma que garante maior eficácia no ensino-aprendizagem na medida em que o aluno aprende a construir o próprio conhecimento, desenvolvendo a capacidade de raciocinar sobre a língua que usa - principal instrumento de trabalho do alfabetizador.

PROJETO VITAE-USP DE LÍNGUA PORTUGUESA. ASPECTOS ACADÊMICOS

IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS (1)

Nada parece mais fácil que começar a falar sobre cursos "voltados especificamente para o magistério de primeiro e segundo graus". Nos últimos tempos, em todo o País, os órgãos públicos da área educacional têm devotado uma atenção aos docentes, sob a forma de cursos de curta duração, com vistas à "reciclagem" ou ao "treinamento". Diante disso, em todas as localidades, exibem-se vários modelos desses cursos.

Difícil, entretanto, constitui visualizar a ação de tais cursos na prática educativa para os vários segmentos envolvidos - alunos, pais, professores, autoridades educacionais e sociedade em geral. Mais difícil ainda se torna mostrar uma possível integração entre essa modalidade de ensino e as atividades de extensão desenvolvidas pela Universidade.

Desnecessário se torna dizer que ambos os aspectos, apontados como "difíceis", foram as molas propulsoras que se alinharam à nossa frente como desafios e têm-nos levado a participar ativamente da coordenação do Projeto "Atualização em língua portuguesa para professores de segundo grau". Nesse sentido, o presente texto, apresentado na mesa-redonda - *A integração da Universidade com o segundo grau: Língua Portuguesa* (2), constitui apenas uma faceta de um trabalho desenvolvido com muito empenho por docentes e professores-alunos (docentes de segundo grau - alvo do Projeto), nos últimos três anos, no Convênio VITAE - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, acompanhado de perto por VITAE e pela Universidade de São Paulo.

Para entender com maior clareza o Projeto, é preciso remontar ao início de suas atividades, no primeiro semestre de 1990. Desde essa época, o objetivo pretendido jamais de se constituiu na "quantidade de conteúdos" a ser ministrada ao professor-aluno, clientela a ser atingida. Interessava, principalmente, proporcionar condições para que o professor-aluno pudesse, no contato com o docente da Universidade, desenvolver uma atitude crítica em relação à matéria a ser ensinada, de forma a garantir-lhe autonomia intelectual no desempenho de suas funções e melhor capacitação para a atuação em sala de aula. A partir dessa premissa, por parte de todos, houve um esforço "concentrado e incansável", seguido muito de perto por VITAE, para que o Projeto não se caracterizasse como "mais um curso de atualização para professores".

Na impossibilidade de lidar com os diversos conteúdos ministrados pelo professor de segundo grau, a Coordenação direcionou sua ação para o ensino/domínio

da língua materna. Dessa forma, adotou como cenário para desenvolvimento das atividades o binômio língua oral-escrita, com enfoque para o estabelecimento de uma relação dialética entre o uso de ambas e o ensino da segunda. A partir daí, a Coordenação voltou-se para a seleção dos professores-alunos e preparação dos cursos a serem ministrados no ano seguinte. Foi feita divulgação junto à clientela da Secretaria da Educação de São Paulo, por meio de cartas enviadas às Divisões Regionais de Ensino de todo o Estado e à imprensa. Num primeiro momento, apareceram duzentos e trinta e oito professores da rede pública e particular. Foram selecionados trinta e cinco docentes de língua materna de escolas de segundo grau da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, na maioria efetivos. Teriam direito a um pequeno "pro-labore", almoço gratuito e certificados homologados pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP -, desde que obtivessem frequência e aproveitamento satisfatórios.

Em janeiro de 1991, começava o Curso de Verão na Universidade de São Paulo, ministrado no Prédio de Letras, em período integral. Consta de três módulos de trinta horas cada um, a saber: 1) Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa; 2) Morfossintaxe da Língua Portuguesa; e 3) Produção e Recepção de Textos em Português. Os temas para os três cursos vinham da experiência da Coordenação no Convênio USP-CENP. O primeiro módulo iniciava com o estudo da língua portuguesa do ponto de vista da Linguística e da Gramática Normativa, efetuado pela Prof.^a Irenilde Pereira dos Santos (DL-USP) e, a seguir, focalizava a caracterização e classificação dos sons da fala e dos elementos básicos do sistema fonológico do Português, parte levada a cabo pelos Professores Edgard José Casares (DL-USP) e Ângela Cecília Souza Rodrigues (DLCV-USP). O segundo módulo buscava um reexame da estrutura morfossintática do Português, bem como uma proposta de revisão crítica de alguns aspectos da gramática tradicional e terminava por apontar novas perspectivas didático-pedagógicas para o ensino da gramática. Desenvolvido pelas Professoras Ieda Maria Alves (DLCV-USP) e Lygia Corrêa Dias de Moraes (DLCV-USP), contou com a colaboração da Prof.^a Odete Altman S. Campos (UNESP) que proferiu uma palestra sobre aspectos morfossintáticos da língua oral. Ao final desse módulo, projetou-se o vídeo "Aprendizagem da escrita", para que os professores-alunos pudessem aquilatar as etapas constantes do processo de aprendizagem da escrita. Finalmente, o terceiro módulo, ministrado pelo Prof. Antônio Suárez Abreu (DL-USP), partindo de modelos teóricos da Pragmática e da Linguística Textual, visava à preparação dos alunos-professores para o ensino da produção de textos. Foi projetado o filme "Sociedade dos poetas mortos" e pediu-se aos professores alunos que destacassem os elementos de coesão e coerência no texto. Durante as duas semanas do curso, alternavam-se aulas teóricas, projeções de filme e atividades práticas. Nos intervalos de quinze minutos em cada período, havia um cafezinho no salão comunitário, onde ficava um "stand" da Editora da Universidade de São Paulo, que estaria presente em todos os cursos e encontros posteriores.

Durante o Curso de Verão compareceram, na qualidade de observadores, professores universitários de quatro outros núcleos - Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Passo Fundo. Os dois primeiros viriam a ser os próximos nucleadores, isto é, seriam os

dois próximos centros de difusão do Projeto, sob a supervisão da Universidade de São Paulo,

Também participava do Projeto um membro da Equipe de Avaliação do Projeto, sob a direção da Profª Nícia Bessa do Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ora assistia a aulas, ora entrevistava professores-alunos, professores e a Coordenação. Essa equipe, proposta por VITAE, viria a pôr em prática uma avaliação formativa, cujo objetivo se consistia em destacar pontos que necessitassem de reorientação ou que deveriam continuar, à medida que o projeto se desenvolvia. Desde o início, a equipe integrou-se ao projeto, propondo alternativas e destacando itens, colaborando, de forma séria e competente, nos rumos que a ação do projeto tomou.

Ao final do Curso de Verão, os professores-alunos, bastante animados, apesar do cansaço de duas semanas de curso intensivo, manifestavam sua satisfação pelo alto nível dos módulos e a utilidade dos conteúdos para sua prática pedagógica. Queixavam-se apenas que haviam recebido muita informação em tão curto espaço de tempo. Não obstante, solicitavam a continuidade do Projeto.

Esses dois últimos itens foram suficientes para que fosse desencadeado um "acompanhamento espontâneo". A Coordenação solicitou o planejamento dos professores-alunos para o ano letivo e pediu-lhes que respondessem a um roteiro que contemplava itens sobre a prática pedagógica a partir dos ensinamentos ministrados nos módulos do curso de verão. Os professores-alunos não só responderam como se manifestaram por carta e alguns poucos por telefone e pessoalmente, em busca de mais subsídios. O contato com os professores-alunos ensejou que se colhessem sugestões para o temário para o módulo de julho. A essa altura, VITAE, a partir da observação dos resultados positivos alcançados pelas equipes de Física e Matemática, acesava com a possibilidade da realização do Curso de Inverno em regime de internato. Aceita a idéia por parte da Coordenação, partiu-se para a instalação da secretaria do Curso e a sala de aula no Grande Hotel "Águas de São Pedro", para a realização do Módulo IV - "A produção de texto: a narrativa", que viria a ser ministrado pelas Professoras do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP: Benilde Justo Caniato, Guaraciaba Micheletti, Helena Nagamine Brandão, Ieda Maria Alves, Lygia Corrêa Dias de Moraes, Márcia Paula Marcondes de Toledo e Norma Seltzer Goldstein, de 12 a 16 de agosto. Juntamente com o curso, que se propunha a reexaminar os fundamentos dos mecanismos narrativos e mostrar como podiam ser trabalhados na prática pedagógica, fizeram-se duas sessões de relatos de experiências. Constavam as últimas de aplicações feitas pelos professores-alunos do ensinamento dos módulos do Curso de Verão em sala de aula. As discussões e os comentários sobre os módulos e os relatos iam além do espaço da sala de aula, continuavam às refeições e nos salões do hotel, à noite. A essa altura, o entrosamento entre coordenação, professores e professores-alunos era muito bom. Nesse sentido, o regime de internato foi extremamente benéfico. Além disso, permitiu que não houvesse interferência externa, tais como horários e compromissos, que, vez por outra, interrompem a ação continuada

de cursos de atualização realizados no local de trabalho dos docentes, fora do regime de internato.

Ainda em Águas de São Pedro, os coordenadores dos quatro núcleos observadores e a Coordenação da Universidade acordaram um temário comum, que viria a constituir-se num eixo comum para Língua Portuguesa a partir do ano seguinte. Os três tópicos - a) Noções básicas de Linguística; b) Leitura e Escrita (Produção e Recepção de Texto); e c) Análise Linguística do Língua Portuguesa - passavam a constituir uma referência temática para a integração entre todos os núcleos.

No segundo semestre, foram instituídos os encontros com os professores-alunos. Decidiu-se que seriam realizados a cada dois meses e buscariam propiciar a retomada do material visto nos módulos, com vistas a discussão, aprofundamento e complementação. Para o primeiro os alunos solicitaram a abordagem dos aspectos linguísticos do texto literário. Foi então realizado o Primeiro Encontro de Primavera, com uma conferência do Prof. Dr. Antônio Cândido de Mello e Sousa, Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sobre a análise do poema.

No Segundo Encontro, promoveu-se uma discussão sobre o planejamento do ano seguinte, partindo dos ensinamentos emanados dos módulos. Além disso, falou-se da possibilidade da formação de um Grupo Integrado de Estudos e Ensino da Língua Portuguesa, cujo objetivo seria a produção de pesquisa para o ensino da Língua Portuguesa, bem como a publicação de um boletim informativo. Este último deveria ser o primeiro elo de integração entre todos os núcleos do Projeto, que já principiava por crescer de forma rápida. Havia interesse não só por parte das instituições envolvidas nos três centros que sodariam o Projeto no ano seguinte como, principalmente, por professores-alunos que queriam participar do Projeto.

Dentro desse entusiasmo, desenvolveram-se preparativos para o Curso de Verão de 1992. Desta vez, ao invés de tentar abranger todo o Estado, tentou-se uma concentração da atuação do Projeto numa única região. Isso permitiria a canalização de recursos humanos e materiais, principalmente na atuação dos professores-alunos após a realização dos cursos. A convite da Coordenação de Física, o Curso de Verão de Língua Portuguesa foi realizado nas dependências do Instituto Tecnológica de Aeronáutica, em São José dos Campos, em regime de internato. Por duas semanas, houve uma boa integração entre os participantes de Língua Portuguesa e Física, atestada não só no uso de dependências comuns (restaurante, salão de café e "stand" da EDUSP) como na participação em atividades de uma área ou outra. Trinta e oito professores-alunos de Língua Portuguesa da Região do Vale do Paraíba assistiram a três módulos: a) Noções básicas de Linguística; b) Análise linguística: noções fundamentais de Morfossintaxe; e c) Mecanismos de coesão e coerência no texto escrito. Basicamente os três módulos continham conteúdo semelhante ao do ano anterior. Entretanto, adequando-se aos tópicos do núcleo comum, redirecionou-se o conteúdo informacional e continuou-se a enfatizar a visão crítica em relação à gramática, bem como a reflexão sobre a prática pedagógica dentro dessa perspectiva. A avaliação dos alunos apontava para o excelente

nível dos três módulos e possibilidade de aplicação na prática pedagógica. Novamente solicitavam a necessidade de acompanhamento posterior para complementação e aprofundamento, pois sentiam que o espaço de duas semanas era insuficiente.

No ITA, enquanto se desenvolvia o Curso de Verão, a Coordenação viajou aos dois núcleos que principiavam a disseminação do Projeto - Fortaleza e Belo Horizonte - Ademais, durante dois dias, esteve reunida com os futuros nucleadores para 1991 - Campinas (São Paulo II), Araraquara (São Paulo III), Juiz de Fora (Minas II), Uberlândia (Minas III), Salvador, Rio de Janeiro e Vitória.

O Primeiro Encontro de Outono foi novamente realizado em São José dos Campos. Já para o Segundo Encontro de Outono, realizado na Universidade de São Paulo, foi convidada a Profª Maria Silvia Olivi Louzada, membro da Equipe Técnica de Língua Portuguesa da CENP, que discorreu sobre a Proposta Curricular para o Ensino de Português - 2º grau, que acabara de ser publicada.

Para o Segundo Encontro de Encontro, saiu o primeiro número do Boletim Informativo, em nível nacional, publicado na Universidade de São Paulo. Continha um Editorial, notícias dos três centros, material dos alunos e um calendário de eventos. Dessa forma, o boletim passou a ser totalmente integrado, tendo-se iniciado um compromisso de que seria editado por um centro diferente a cada vez.

A partir daí, o Projeto entrou numa fase de razoável estabilidade, permitida pela ação continuada e integrada. Passou a caracterizá-lo:

1 Cursos de Verão (três módulos em janeiro-fevereiro) e Curso de Inverno (um módulo em julho);

2 Acompanhamento, realizado sob a forma de encontros periódicos bimestrais - os de Outono (dois no primeiro semestre) e os de Primavera (dois no segundo semestre);

3 Boletim integrado;

4 Publicações dos diversos centros, sob a forma de apostilas distribuídas aos professores-alunos, bem como artigos em periódicos nas universidades a que o Projeto se vincula.

Do ponto de vista acadêmico, os onze núcleos vêm pensando em alguns pontos que permitam o prosseguimento da ação continuada e integrada com resultados positivos. Dois deles começam a ser articulados. O primeiro concentra-se num esforço para buscar uma maneira de implementação do Grupo Integrado de Estudos e Ensino da Língua Portuguesa (GIEELP), que se afigura de capital importância para a divulgação e/ou fomento de pesquisa especificamente para essa modalidade de ensino. O segundo, não menos cobijado, se constitui numa publicação integrada, que reúna parte significativa do material já produzido ou que venha a ser produzido e que espelhe as diretrizes principais do projeto.

Um outro, que não consta do rol anterior, acaba de se tornar realidade. No momento em que este texto está sendo escrito, VITAE, atendendo prontamente a uma solicitação dos coordenadores dos onze núcleos, está doando um "kit-leitura" a cada participante do Projeto. Da mesma forma que os professores do Projeto de Física

receberam um "kit" com o equipamento básico para o desenvolvimento de experiências de Física, quase seiscentos professores de Português, atualmente integrados ao Projeto, em todo o País, estão recebendo um "kit-leitura", constituído do Novo Dicionário de Aurélio da Língua Portuguesa, da Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra e de cinco outros livros.

Ainda nesse momento, vem a notícia de que o Relatório de Avaliação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo destaca a atuação séria e competente do Projeto de Língua Portuguesa e a integração da Universidade com o ensino secundário.

É indubitável que o reconhecimento do trabalho efetuado pelo Projeto de Língua Portuguesa, por parte de VITAE, que o vem acompanhando de perto, de forma impecável e sensível, e por parte da Universidade de São Paulo, em suas diversas instâncias, que não tem descurado de seu apoio, sempre pronto, constitui a visualização da ação desses cursos na prática educativa e a possibilidade de integração entre essa modalidade de ensino e as atividades de extensão desenvolvidas pela Universidade, de que falávamos no começo deste texto.

Entretanto, para que projetos dessa natureza possam prosseguir, atuando efetivamente na busca de melhores condições educacionais e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos deste País, torna-se absolutamente imprescindível o envolvimento pleno de todos os segmentos educacionais e políticos. A partir de 1994, como já estava previsto desde o início, VITAE retira-se do Projeto. Caberá às Secretarias de Estado da Educação, juntamente com as Universidades Públicas já integradas ao Projeto e as Coordenações, levar adiante o desafio e, quiçá, conseguir novos tentos.

NOTAS:

(1) - Professora Associada do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Coordenadora do Projeto "Atualização em língua portuguesa para professores de segundo grau", Convênio VITAE-USP, juntamente com a Profª Drª Lygia Corrêa Dias de Moraes do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(2) - Da referida mesa-redonda constante da programação da Associação Brasileira de Linguística, durante a 44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, realizada no dia 17 de julho de 1992, participaram também: Dr. Hércio Ulhoa Saraiva - Gerente Geral de VITAE, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social; Lygia Corrêa Dias de Moraes (Coordenadora do Projeto) e Célien Caviochia de Vasconcelos, aluna participante do Projeto-turma de 1991

UM ESTUDO DA ÊNCLISE NAS ESTRUTURAS COMPLETIVAS DO PORTUGUÊS ARCAICO*

Ilza Ribeiro (UEFS-BA)
(Doutorado-UNICAMP)

1. Pretendemos apresentar aqui algumas reflexões sobre a estrutura sintática do português arcaico (PA) e levantar questões sobre as propostas teóricas de análise do fenômeno de clítico em segunda posição. Essa restrição de clítico à segunda posição, conhecida na literatura linguística como lei Tobler-Mussafia (T-M), tem sido atestada em documentos da fase arcaica dessa língua (cf., por exemplo, Benincá (1992), Salvi (1990) e Uriagereka (1992)). Centralizaremos nossas observações nos casos de ênclise em sentenças completivas finitas, observados na versão portuguesa do documento "Os Diálogos de São Gregório" (DSG), séc. XIV¹.

Em trabalhos anteriores (cf. Ribeiro: 1990/ 1991/ 1992a/ 1992b), propomos que o PA reflete propriedades estruturais de uma língua V2 (*verb-second*). Nossa proposta é que o PA tem uma projeção X⁰ especial, que permite recursividade generalizada de AGRP, como também parece admitir recursividade do constituinte CP das encaixadas². Desse modo, as sentenças encaixadas podem apresentar características típicas de sentenças raiz. Consideramos que o posicionamento enclítico ou próclítico dos complementos clíticos nas sentenças raiz e encaixadas depende de condições estruturais relacionadas com o estatuto teórico dos constituintes XPs que antecedem os clíticos e os verbos, ou seja, as possibilidades de ênclise ou próclise são definidas de acordo com o estatuto sintático desses XPs, segundo eles sejam ou elementos deslocados/ topicalizados, ou constituintes de Spec/X⁰³.

A estrutura clausal que estamos assumindo para o português arcaico, baseada fundamentalmente nas hipóteses defendidas por Cardinaletti & Roberts (C&R) (1991) quanto à caracterização de estruturas com recursividade de AGRP, é como em:

(1) XP [CP Spec [C⁰ [AGR1P Spec [AGR1' AGR1⁰
[AGR2P Spec [AGR2' AGR2⁰]TP

O núcleo AGR1⁰ é a posição para complementos clíticos e AGR2⁰ a dos afixos verbais. Observa-se nos DSG uma variação quanto à posição do verbo finito em relação ao clítico, em estruturas-S: o verbo pode ser movido do VP só até o núcleo AGR2⁰ e permanecer aí, ou o verbo é movido até a posição núcleo AGR1⁰. O verbo pode ainda ser movido até o núcleo C⁰. Spec/AGR1' e Spec/AGR2' podem ser definidas como posições potenciais de realização de sujeito, por serem especificadores de um núcleo AGR (Rizzi, 1991b), embora haja variação intralingüística quanto ao estatuto dessas

enmigo que recebeu em sa casa em semelhança de pobre, fazia-o mais pera defamar o bispo que. (1.25.20)

Desde den Besten (1983) que os fenômenos raiz são analisados como envolvendo movimento para um núcleo C^0 , um movimento em princípio válido para as sentenças raiz, mas não válido para as encaixadas em geral, por esta posição já estar preenchida por um complementador (tipo "que") nas completivas, ou por um traço abstrato +QU nas sentenças encaixadas +QU. Desse modo, se assumimos que ênclise resulta de movimento de V^0 para C^0 , então construções como as em (3) devem requerer uma estrutura com duplo C^0 , um para hospedar o complementador que e outro para hospedar o verbo.

Tem-se admitido, sobretudo a partir do estudo de sentenças completivas V2 de línguas tipo alemão, que os verbos ponte são capazes de ter propriedades raiz e que eles permitem recursividade de CP em seus complementos. Esta poderia ser a explicação para a possibilidade de recursividade de CP e, assim, de ênclise nas completivas em (3), visto que os verbos contar e cuidar podem ser incluídos na classe denominada verbos ponte. Contudo, parece-nos que a propriedade de recursividade de CP nos DSG não se limita a uma classe de complementos selecionada por verbos ponte. Voltaremos a este tópico nos itens 3.2 e 4, quando outros dados serão apresentados.

3. Certas assimetrias entre sentenças raiz/ completivas, de um lado, e encaixadas relativas e adverbiais, de outro, observadas nos DSG, e a hipótese de $AGR1^0$ como uma posição para clíticos, em princípio independente da posição de realização da morfologia verbal ($AGR2^0$), nos permitem derivar de um modo direto certas características da estrutura sintática do PA. Os fatos em foco evidenciam uma certa simetria estrutural entre as sentenças raiz e as completivas. Discutiremos três delas aqui, a nosso ver, as mais marcantes. São estas propriedades das completivas que nos levam a postular uma estrutura com possibilidade de recursividade de CP.

3.1 O fenômeno da interpolação, já observado por filólogos e linguistas (cf. Mattos e Silva (1989), Uriagereka (1992) e Salvi (1990), por exemplo) implica na possibilidade de diferentes tipos de elementos poder intervir entre o pronome clítico e o V finito. Sentenças relativas e adverbiais como (sublinhados nossos):

- (4) a) ata que Ihi a alma saisse do corpo (4.12.13)
- b) graça que Ihi Deus ante dera (1.17.16)
- c) ainda que o el primeiramente salvasse (1.7.20)

ilustram esse fato e, ao mesmo tempo, evidenciam que não há movimento generalizado de V^0 para $AGR1^0$ nas encaixadas relativas e adverbiais: o V^0 pode permanecer na posição núcleo $AGR2^0$, enquanto o clítico ocupa a posição núcleo $AGR1^0$.

Nas sentenças raiz, por outro lado, clítico e V tendem a ocupar sistematicamente a mesma posição sintática, sem que um constituinte XP ocorra entre eles, como em:

(5) a) D'alguns cousas me calarei (1.5.25)

b) E esto lhí fazia o prazer (1.1.12)

c) O seu homen lhi disse (1.8.25)

Considerando que o movimento de V^0 para $AGR1^0$ não é forçado por fatores morfológicos (os afixos flexionais para formar o verbo flexionado estão contidos em $AGR2^0$) e que $AGR1^0$ parece não atrair o movimento do verbo, como as subordinadas em (4) acima ilustram, deduzimos que o movimento generalizado de V^0 para $AGR1^0$ nas sentenças raiz se deve a requerimentos relacionados à propriedade V2 desta língua, portanto, um tipo de movimento de V^0 que não é desencadeado pelo clítico.

Em Ribeiro 1992b propomos que a restrição V2 do PA pode ser fundamentalmente satisfeita no nível $AGR1P$. Contudo, isto não significa que o nível CP nunca seja ativado nas estruturas V2; ao contrário, algumas determinadas estruturas V2 como, por exemplo, as que envolvem elementos com estatuto tipo operador, ou as iniciadas com certos advérbios preenchedores de $Spec/C'$, são realizações do nível CP. Assim, a nossa proposta é que em construções como as em (5) o nível CP não é ativado; o sujeito ocupa $Spec/AGR1'$, clítico e verbo estão em $AGR1^0$. A restrição V2 é, então, satisfeita neste nível (cf. nota 5).

Observa-se também, nos exemplos (4) e (5) acima, uma certa assimetria em relação às posições de realização do sujeito lexical e do clítico: os sujeitos lexicais das encaixadas relativas e adverbiais tendem a ser realizados em uma posição entre o clítico e o V, ou seja, o sujeito tende a ser realizado em $Spec/AGR2'$. Nas sentenças raiz, por outro lado, como V é movido para $AGR1^0$, o sujeito se realiza fundamentalmente como em:

(6) a) Sujeito cl + V

b) XP cl + V Sujeito

Na representação (a), o sujeito satisfaz o requerimento V2, ocupando a primeira posição da sentença (cf. exemplo (5c)); na representação (b) um constituinte XP qualquer satisfaz V2; o sujeito, então, ou é pós-verbal (cf. exemplo (5b)), ou é nulo (cf. exemplo

(5a)).

Nas estruturas completivas, clítico e verbo parecem ocupar a posição núcleo AGR1⁰ e o sujeito (lexical) tende a ocorrer em Spec/AGR1', como nas sentenças matriz (e diferentemente das advérbiais e relativas). Os exemplos abaixo ilustram esse fato:

(7) a) ...entendeu que os pobres avian ja sa parte
(1.17.16)

b) ...viu que o enmiigo a atormentava continuamente
(1.24.19)

Nas construções (7a) e (7b), o verbo se move para AGR1⁰ e o sujeito é um constituinte de Spec/AGR1'⁵. Observa-se na construção (a) que o advérbio *ja* ocorre em posição pós-verbal, diferente da posição ocupada por ele na relativa abaixo:

(8) o bõd logar a que o ja levaron (1.29.23)

em que o advérbio *ja* antecede o elemento verbal. Se consideramos que o advérbio ocupa a mesma posição nestas duas construções (possivelmente em adjunção a AGR2'), podemos examinar o posicionamento do advérbio *ja* em (7a) como evidência de que o verbo foi movido para uma posição hierarquicamente mais alta do que a que ele ocupa na relativa em (8). A mesma observação podemos fazer em relação à ordenação do verbo e do advérbio nas construções (4c) e (7b); o advérbio *primeiramente* precede o verbo na encaixada adverbial em (4c), enquanto que o advérbio *continuadamente* segue o verbo na completiva em (7b). Se nos dois casos os advérbios estão em adjunção a AGR2', então o verbo foi movido para AGR1⁰ em (7b), mas é um constituinte de AGR2⁰ em (4c).

O NP sujeito das completivas também pode ocupar a posição Spec/AGR2'; mas, observa-se que, neste caso, clítico e verbo estão em AGR1⁰, enquanto que nas relativas e adverbiais o clítico está em AGR1⁰ e o V⁰ em AGR2⁰ (cf. exemplos em (4)). Exemplificamos tal construção abaixo:

(9) Osmo que ante se acabaria o dia que eu leixasse de contar... (1.1.29)

Considerando que sujeitos definidos devem ocupar uma posição de atribuição de Nom, o constituinte *o dia* não deve estar dentro do VP. Analisamo-lo como realização de Spec/AGR2'⁶.

Podemos dizer que (7) e (9) ilustram o posicionamento padrão dos constituintes sujeito, clítico e verbo nas completivas nos DSG. No entanto, a estrutura mais comum das relativas e adverbiais nos DSG é: cl + sujeito + verbo. É esta, portanto, uma diferença importante entre completivas e encaixadas, diferença essa que aproxima o padrão de realização estrutural das completivas ao das sentenças raiz.

Se estamos no caminho certo dizendo que as sentenças raiz em (5) refletem requerimentos relacionados com o fenômeno V2, então o comportamento das construções completivas em (7) e (9) resulta da propriedade V2 dessa língua⁷.

Não podemos deixar de observar que o documento em estudo não apresenta propriedades de uma língua V2 perfeita, no sentido de que não há rigidez quanto ao V em segunda posição, podendo também o V ser realizado em terceira ou quarta posições⁷. Isto faz com que estruturas raiz e completivas como as abaixo:

(10) a) E a mha cabeça ja a el ten metuda na sa boca (4.36.17)

b) e disse aos mandadeciros ... e que logo se el verria depós eles (1.31.5)

se realizem nos padrões já observados nas construções relativas e adverbiais: o clítico ocupa a posição AGR1⁰ e o verbo está em AGR2⁰. Os advérbios *ja* e *logo* estão topicalizados em Spec/AGR1', uma posição de possível realização de elementos topicalizados (cf. nota 5). Os sujeitos são constituintes de Spec/AGR2'.

A generalização que emerge a partir das considerações feitas até aqui é que V⁰ parece só se deslocar para AGR1⁰ para satisfazer restrições relacionadas com o fenômeno V2, qualquer que seja o fator que requer a colocação de V⁰ em segunda posição nas línguas V2.

3.2 O segundo fato que nos leva à reflexão de uma simetria entre completivas e sentenças raiz e propor uma estrutura com recursividade de CP para as completivas está relacionado com o fenômeno da ênclise nas completivas finitas dos DSG. Julgamos que as possibilidades de ênclise nas estruturas completivas estão relacionadas com o problema da recomplementação no PA.

Estruturas completivas com recomplementação são frequentes nos DSG, como em (sublinhados nossos):

(11) a) rogo-te que se te nembras d'alguis que mh'os digas (1.31.40)

b) E pero non he pera creer -diz San Gregorio -que o bõo logar a que o ja levarom que o perdesse (1.29.23)

c) mandou-lhi dizer que el que o ia ver (2.14.4)

Entre as duas realizações de que ocorre um constituinte sintagmático, geralmente, mas não exclusivamente, uma sentença adverbial, como em (a). No exemplo (b), um NP complexo se realiza entre os dois elementos da recomplementação e em (c), um NP pronominal. Nestas construções o pronome complemento está sempre proclítico ao

verbo, como ocorre nos outros tipos de sentenças encaixadas.

O segundo que das estruturas de recomplementação pode ser omitido. Quando isto ocorre, dois padrões de colocação de clíticos emergem (sublinhados e colchetes nossos; utilizamos os colchetes como um recurso para facilitar a explanação):

(12) a) Ja ora podes entender, Pedro, [que [aquelas cousas que Deus ordiou e soube ante que o mundo fosse feito,] [compriron-se pelas orações dos santos homens]] (1.16.32)

b) Ca non he duvida [que [aquele que ante sa morte fez muitas boas obras per que prougesse a Deus, pela oraçon do seu amigo] [podia-lhe Deus tanto ben dar]] (1.29.24)

c) E portanto cuida, Pedro - disse San Gregorio - [que [aqueste homen que o spiritu maao recebeu en sa casa por hospede,] [feze-o mais por louvor do mundo ca por fazer ben]] (1.25.24)

(13) a) ca temia o santo bispo [que, [se os homens soubessen aquelo que acaecera,] [tanta vãã gloria lhi creceria en seu coraçõ] quanto louvor lhi dessen os homens aa de fora] (1.17.19)

b) mandou aos seus discipolos [que [alguus nûragres daqueles que lhi viiam fazer] [non-no dissessen a nengua ata que ...]] (1.17.20)

c) rogo-u o cavaleiro de tan gram coraçõ [que [o don que lhi dava] [non-no despreçasse]] (1.27.6)

As construções acima mostram que quando o segundo que é omitido, o pronome pode ocorrer enclítico ao verbo, como nos exemplos em (12), ou proclítico, como em (13).

Proponho analisar as estruturas com recomplementação como segue. Essas construções são exemplos de estruturas com recursividade de CP, com um constituinte topicalizado/ deslocado entre o núcleo C⁰ mais alto e a segunda realização de CP. Quando o segundo que é realizado, como em (11), ênclise não pode ocorrer, nem é necessária, por a posição C⁰ já estar preenchida. A próclise ocorre como esperado; não há violação à lei T-M: que ocupa a primeira posição da sentença e o clítico se realiza em AGR1⁰.

Quando a segunda realização de que é omitida, próclise deixaria o clítico em primeira posição, gerando uma estrutura agramatical; assim, a ênclise é obrigatória nestes contextos, como evidenciam os exemplos em (12). Assumimos que essas construções resultam de movimento de V⁰ para C⁰, deixando o clítico em AGR1⁰; a

posição Spec/C' está vazia. No entanto, se a posição Spec/C' for preenchida, como ocorre nas construções em (13), com, respectivamente, tanta vã glória, non e non, a próclise ocorre; neste caso, clítico e verbo ocupam a posição núcleo C'.

Este mesmo padrão é observado nas sentenças raiz, como em:

- (14) a) E quando el non estava presente, achegou-se o senhor bispo a arca (1.19.5)
- b) E pois veo o scu filho Bonifacio, confortô-a per sas palavras quanto pôde (1.22.11)
- c) E os frades assi o fezeron (1.15.7)
- d) A verdade daquesta profecia mais claramente a vemos (2.15.14)
- e) E quando chegaram ao rio, tan aginha o passaram (1.2.46)

Em (14a) e (14b) os elementos topicalizados/deslocados estão fora do domínio CP e ênclise é requerida uma vez que a próclise deixaria o clítico em primeira posição. Por outro lado, nos exemplos (14c), (14d) e (14e) próclise é possível porque os constituintes assi, mais claramente e tan aginha ocupam a primeira posição da sentença, ou seja, Spec/C'.

Os casos de variação entre ênclise e próclise em estruturas iniciadas com o que é analisado como sendo o NP sujeito, como as apresentadas em (2), que repetimos abaixo:

- (2) a) E o santo bispo ameaçou-o cortesmente (DSG, 1.28.21)
- b) E San Gregorio lhi disse enton (DSG, 1.16.2)

podem ser analisados da mesma forma, ou seja, a ênclise ocorre em (a) porque o constituinte o santo bispo é um NP deslocado/topicalizado; em (b), por outro lado, tem-se próclise porque o NP San Gregorio ocupa a posição sujeito Spec/AGR1'. Pode-se observar nos dados que só NPs definidos aparecem nas estruturas com ênclise, tipo (2a), enquanto que NPs definidos e indefinidos podem ocorrer nas estruturas com próclise, tipo (2b). Tal distribuição permite-nos uma análise em que o NP sujeito das construções com ênclise são na realidade elementos deslocados/topicalizados, fora do domínio CP. Nestes casos, então, o uso enclítico do pronome é a forma esperada.

Queremos ainda, antes das nossas conclusões finais, apresentar algumas reflexões sobre as estruturas negativas do *corpus*, por acreditarmos que elas também oferecem evidências de que sentenças raiz e completivas parecem poder projetar as mesmas possibilidades estruturais.

Os enunciados negativos apresentam comportamentos distintos, a depender do

tipo de estrutura em que eles ocorrem. Nas relativas e adverbiais, o elemento de negação aparece sistematicamente entre o clítico e o verbo; nas sentenças raiz, por outro lado, ele sempre antecede o clítico, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

- (15) a) se o alguen non conhecese (1.7.20)
- b) porque se non achegou a seu marido (1.24.8)
- c) outras cousas que se non poden veer (4.1.15)
- (16) a) mais estes meniños non ch'os daremos (1.28.20)
- b) E non vos dix'eu da primeira que ... (2.3.18)
- c) - Non ti semelha, Pedro,...(3.11.15)
- d) E ele non lhos quis dar (1.28.27)

Na construção relativa (15c) e nas adverbiais (15 (a) e (15b) a ordem padrão da negação é depois do clítico; nas sentenças raiz em (16), o elemento da negação antecede o clítico. Analisamos o elemento de negação que ocorre nessas construções raiz como um constituinte X^{\max} topicalizado em Spec/C'; clítico e verbo ocupam o núcleo C^0 . Em (16a) e (16d), respectivamente, os constituintes estes meniños e ele estão fora de CP.

O exemplo abaixo ilustra de um modo bem claro a distribuição da negação e dos clíticos em sentenças matriz e encaixada:

- (17) E non lho dissera se o non conocera (4.30.9)

A negação antecede o clítico na sentença matriz e o segue na encaixada.

Nas sentenças completivas as duas estruturas são possíveis:

- (18) a) Conselho-ti que me non des tan gram tresteza (1.28.23)

b) mandou que o non dissesen a nengu (1.17.22)

- (19) a) mandou que alguen miragres non-no dissesen (1.7.20)

b) mais semelhava que o vio non se acrecentava do barril mais que nacia en el (1.20.5)

Quando o nível CP não é ativado, ou seja, quando não há recursividade de CP, como nos exemplos em (18), as estruturas completivas negativas apresentam o mesmo padrão observado nas relativas e adverbiais: o clítico precede a negativa; quando o nível CP é ativado, nas construções em que um constituinte qualquer ocorre entre as duas posições núcleos C^0 , a negação precede o clítico, como ocorre nas sentenças raiz. A análise para essas construções é a mesma proposta para os exemplos em (16): a negação ocupa Spec/ C' e clítico + verbo estão na posição núcleo C^0 . Os constituintes alguns miragres em (19a) e o vjo em (19b) ocupam uma posição entre as duas projeções de C^0 .

4 Muito pouco sabemos dizer sobre o estatuto sintático dos constituintes que até o momento denominamos ambigüamente *topicalizados/deslocados*. A característica marcante desses elementos é a de serem de algum modo retomados por um pronome lembrete; mesmo quando são constituintes clausais adverbiais, eles parecem ser retomados pela forma pronominal neutra *g*. Desse modo, pode-se dizer que eles se caracterizam como o que a literatura lingüística tem denominado *elementos deslocados à esquerda*, e, portanto, são gerados na posição em que eles aparecem. Isto explica a possibilidade de construções em que coocorrem elementos deslocados e topicalização em Spec/ C' , como na construção (13a), por exemplo, sem haver violação do PCV. Mesmo quando o elemento deslocado é o "sujeito", julgamos ser possível admitir que é uma estrutura de deslocamento de NP sujeito, retomado por um pronome nulo. Realmente, numa língua de sujeito nulo, espera-se que o pronome expletivo/lembrete em posição sujeito seja nulo. Nos dados por nós analisados não encontramos realizações lexicais de pronome sujeito expletivo.

A questão que levantamos agora é: Está a possibilidade de recursividade de CP relacionada com propriedades dos verbos matriz ou está relacionada com o estatuto sintático dos constituintes deslocados? Os exemplos de recomplementação citados acima são quase todos completivas de verbos epistêmicos/declarativos, exceto o (19), que é realização de uma completiva da forma verbal semelhar. Não é provável que semelhar possa ser um verbo ponte. Além disso, o padrão de posicionamento dos clíticos nas sentenças adverbiais abaixo (sublinhados nossos):

(20) a) porque todo tempo do dia d' hoje non nos abastaria pera os contar
compridamente (1.31.43)

b) Ca tan sobejo foi o prazer da carne que ouve que aquilo que fez con seu marido
fezera-o con outro qualquer (1.24.7)

parece-nos semelhante ao que observamos até agora em relação às estruturas completivas com recursividade de CP: em (a) a negação pode estar em Spec/ C' , clítico +

verbo em C^0 ; em (b) o verbo se desloca para C^0 produzindo ênclise.

Se esta é uma análise possível para as construções em (20), então a recursividade de CP não deve ser definida pelas propriedades dos verbos matriz, mas pelo estatuto sintático desses constituintes deslocados, qualquer que ele seja.

NOTAS

* Agradecemos a Charlotte Galves, a Mary Kato e Giampaolo Salvi comentários e sugestões feitos a este estudo.

1. Nossa análise tem por base empírica a versão portuguesa do documento "Os Diálogos de São Gregório, leitura crítica e filológica de Mattos e Silva (1971). Este documento é datado por ela (cronologia interna) como anterior a 1385.

2. Cf. Salvi (1990) para uma proposta similar, mas não idêntica, quanto à possibilidade de recursividade de CP.

3. Benincá (1992) também relaciona as possibilidades de ênclise e próclise ao estatuto teórico dos constituintes na periferia à esquerda da sentença.

4. Os exemplos dos DSG serão citados seguidos dos números do livro, capítulo e linha, de acordo com a citação de Mattos e Silva (1971).

5. C&R propõem que $AGR1^0$ é o núcleo atribuidor de Caso Nominativo nas línguas que apresentam uma estrutura com recursividade de AGR. Seguindo essa proposta e observando as possibilidades estruturais de atribuição de Nom definidas por eles, analisamos as posições de realização do NP sujeito nos DSG como segue. A posição $Spec/AGR2'$ é a posição básica de realização do NP sujeito em sentenças raiz e subordinadas; isto é derivado do modo como Caso Nominativo é atribuído: designação de Nom sob regência é uma opção selecionada por esta língua. A posição $Spec/AGR1^0$ das estruturas raiz e subordinadas é potencialmente uma posição de sujeito, desde que é o especificador de um núcleo que contém AGR^0 (cf. C&R (1991) e Rizzi (1991b)); contudo, como designação de Nom sob uma pura relação formal de concordância $Spec/núcleo$ não está disponível para esta língua, o sujeito só se realiza nesta posição quando uma relação de coindexação (concordância de traços gramaticais) pode ser estabelecida entre o núcleo e o elemento em sua posição de especificador. Neste caso, portanto, o NP sujeito só pode ocupar $Spec/AGR1^0$ quando o verbo ocupa a posição núcleo $AGR1^0$. Assim, $Spec/AGR1^0$ pode hospedar um NP sujeito, quando Nom puder ser atribuído a essa posição e/ou estar disponível para movimentos de topicalização de adjuntos ou de argumentos internos do VP. Isto explica a possibilidade de V2 nas sentenças raiz e encaixadas.

6. A construção em (9) ilustra a realização de uma completiva V2.

7. Essa também é uma observação feita por Benincá (1992) em relação a outros corpora do português antigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENINCÓ, P. (1992). Complement clitics in Medieval Romance: the Tobler-Mussafia Law. (a ser publicado em A. Battye & I. Roberts, Language Change and Verbal Systems).
- den BESTEN, H. (1983). "On the Interaction of Root Transformations and Lexical Deletive Rules", in W. Abraham (ed) On the formal Syntax of the Westgermania. Amsterdam, John Benjamins.
- CARDINALETTI, A. & ROBERTS, I. (1991). Clause Structure and X-Second. (a ser publicado em W. Chao & G. Harrocks, eds. Levels of Representation).
- CHOMSKY, N. (1981). Lectures on Government and Binding. Dordrecht, Foris.
- GALVES, C. (1992). "Clitic Placement in European Portuguese: Evidence for a non Homogeneous Theory of Enclisis. Apresentado no workshop sobre o Português. Lisboa.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1971). A mais antiga versão portuguesa dos "Quatro livros dos Diálogos de São Gregório". Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo. 4 vs. mimeog.
- . (1989). Estruturas trecentistas; elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa, Estudos Gerais, Imprensa Nacional.
- RIBEIRO, I. (1990). Evidências para uma fase V2 no português antigo. mimeog.
- . (1991). Evidence for a V2 fase in Old Portuguese (a ser publicado em em A. Battye & I. Roberts (eds), Language Change and Verbal Systems).
- . (1992a). A sintaxe da ordem. (a sair em
- . (1992b). Colocação dos complementos clíticos e a estrutura sintática do português antigo. mimeog.
- RIZZI, L. (1986). "Null Objects in Italian and the Theory of *pro*". Linguistic Inquiry 17, 501-537.
- . ((1990) "Speculations on Verb-Second". In: M. Nespore et al (eds) Grammar in progress: A Festschrift for Henk van Riemsdijk. Dordrecht, Foris.
- . (1991a). "Residual Verb Second and the Wh Criterion". University of Geneva Technical Reports in Formal and Computational Linguistics, n^o. 2.
- . (1991b). "Proper Government and the Definition of A-Positions". in GLOW Newsletter, 26.
- ROBERTS, I. (a sair). Verbs and Diachronic Syntax. Dordrecht, Kluwer.
- SALVI, G. (1990). La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica. Medioevo Romano. Volume XV. Società editrice Il Mulino Bologna.
- URIAGEREKA, J. (1992). A Focus Position in Western Romance. mimeog.

TEMPO VERBAL: UM PROBLEMA DISCURSIVO OU GRAMATICAL?

Ângela C. S. Rodrigues (USP)

As observações que vou fazer a respeito do tema do nosso encontro, estão relacionadas com as questões extremamente diversificadas com que tenho convivido na tentativa de descrever o processo de flexão verbal modo-temporal no português culto do Brasil, a partir de dados colhidos em inquéritos do NURC/Brasil, que constituem o *corpus* mínimo do PROJETO DE GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO. Apesar da quantidade imensa de dúvidas que ainda me restam, alguns pontos gradativamente vão se tornando mais e mais claros para mim, que assumi a tarefa de estudar da flexão modo-temporal. Aqui estão alguns deles:

1. UNIDADE DE ANÁLISE

Uma primeira questão foi a da definição da unidade de análise. O estudo da flexão verbal modo-temporal tornou necessário distinguir-se o vocábulo verbal como unidade de análise, entendido como vocábulo formal, significativo, unidade composta, cujas regras de construção são rigidamente estabelecidas pela gramática da língua. Assim, parte-se do pressuposto de que em português, as categorias gramaticais tempo e modo são categorias indicadas pela morfologia do verbo, nos seus morfemas modo-temporais, o que nos autoriza a rotular de formas de pretérito imperfeito do indicativo vocábulos como *falava, vendia, partia*, que apresentam os morfemas modo-temporais {*va*} e {*ia*}. O vocábulo verbal se "dobra" a novos empregos pela adição de segmentos fônicos significativos à direita do tema verbal, indicando as categorias gramaticais de tempo e modo, e também aspecto. É neste primeiro momento do trabalho de análise que surgem questões como as que apresento a seguir.

A primeira delas: a possibilidade de se questionar a descrição das formas de pretérito perfeito do indicativo feita por diferentes lingüistas, independentemente do modelo de análise adotado. Eles postulam um morfema 0 / de pretérito perfeito do indicativo (CÂMARA Jr., 1970; MIRA MATEUS, 1982). CÂMARA Jr. restringe-se às 1ª e 2ª pessoas do singular e do plural, e à 3ª do singular, pois se refere ao morfema {*ra*} (átomo) como SMT de 3ª do plural. Assim, {*i*} e {*u*} seriam SNP, respectivamente 1ª e 3ª pessoas do singular exclusivamente do pretérito perfeito.

Pergunta-se se os dados sob análise não nos autorizam a pensar em cumulação de valores, por um lado número-pessoal, por outro modo-temporal nos morfemas {*i*} e {*u*} de pretérito perfeito, adicionado diretamente ao tema verbal, com possível acomodação fônica da VT (*falei, falou, vendi, vendeu, parti, partiu*); têm estatuto diverso os morfemas {*va*} e {*ia*}, por exemplo, do pretérito imperfeito, que indicam

é um tempo misto, absoluto-relativo, pois é definido por um ponto de referência localizado antes do presente e por situação localizada antes do ponto de referência. Representação: ME - MR - MF. Incavelmente, ao valor temporal se agrega um valor aspectual nestes termos, questão que não consideramos neste trabalho.

Por outro lado, a complexidade das noções ligadas às formas predominantemente analíticas, ditas de futuro, assinalada por gramáticos e lingüistas, confirma-se com os dados colhidos nos inquéritos do NURC/Brasil: nem sempre é fácil separar nas formas de futuro do presente a categoria tempo da categoria modo pelo fato de elas exprimirem diferentes graus de certeza. Pressupondo que os usos modais jogam com as virtualidades inerentes ao vir-a-ser, e os usos temporais caracterizam as formas de futuro quando a possibilidade se avizinha da certeza, penso ser possível postular um valor básico temporal para as formas de futuro do presente. Assim, MF, MR - ME = futuro do presente.

Em síntese: o estudo da flexão modo-temporal exige que pensemos nas propriedades semânticas das estruturas lingüísticas. Em outras palavras, impõe-se que sejam consideradas as significações consubstanciadas nas formas verbais flexionadas, entendida a flexão como *um recurso para uma série de operações semânticas que se efetuam sobre a significação lexical básica, modificando-a de várias maneiras possíveis* (CASTILHO, 1991).

3. TEXTO E DISCURSO

Se propusemos até agora um tratamento semântico das formas verbais flexionadas, isto não quer dizer que estamos descartando a necessidade da inclusão de traços pragmático-discursivos na descrição do processo de flexão modo-temporal em português. Ao contrário, são fundamentais para a própria interpretação semântica das formas verbais. Se o tempo constitui uma categoria dicitiva, a referência desse elemento dicitivo não pode ser apreendida ou estudada independente-mente do contexto em que ocorre. Mais que isso, se os enunciados ou formas lingüísticas apresentam aceção ou significado básico que não depende da situação concreta em que se realiza, a apreensão da totalidade da significação depende também de outros fatores, um deles, a situação da comunicação; ou ainda, entendendo-se a análise do discurso como o estudo da organização da expressão lingüística além do nível da frase, não poderíamos deixar de levar em conta a unidade textual para a cabal compreensão do significado das formas verbais. Um componente pragmático-discursivo precisa ser levado em conta na descrição da gramática da língua, na medida em que sugere condições de produção das formas lingüísticas em geral. Limito-me a apresentar dois fatos que confirmam tal pressuposto.

3.1 Pretéritos imperfeito/perfeito

Numa avaliação da "distribuição das formas do pretérito imperfeito e perfeito nos textos dos inquiridos sob análise, observamos: 1. que eles não aparecem isolados, mas entram na organização e fragmentos de textos coesos, amarrados, com unidade temática; 2. que constituem textos em que o informante narra eventos, vivenciados ou não por ele mesmo; 3. nesses blocos narrativos aparecem mescladas formas de pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. Consideremos o seguinte excerto:

Inf. tenho impressão que ali levou tanto tempo de ensaio... bom eu quando: tinha uns dezoito quinze a dezoito anos eu estudei balé... e tive oportunidade de trabalhar fazer uma cena como o: o balé russo... er era uma novIDADE né? teatro porque só estudando estudando quando chegou o balé russo aqui em São Paulo eles pediram para que as alunas do do do da Prefeitura que éramos nós... aquele grupo TOdo fosse fazer uma cena num num dos números que eles apresentam era *Pássaro de Fogo* me parece... eu achei aquilo horrroso viu? me chocou tremendamente porque... éh por detrás dos bastidores é Uma coisa horrível né?... é tudo tão:... parece tão tão mascarado sei lá e quando aparece em cena o público vê uma coisa totalmente bonita né?... aquelas luzes... quer dizer aquilo me chocou era tão criança eu me lembro que eu... já achava... diferente o Municipal era LINDo maraviLHoso visto do lado de cá né?

Nesse trecho, DID, SP, 234:254-270, a informante relata sua experiência de aluna de balé quando da vinda de uma companhia de balé russa a São Paulo: os fatos que constituem o núcleo da sua narrativa (estudei, chegou o balé, pediram para as alunas, achei, aquilo me chocou), que estão expressos em pretérito perfeito, e as circunstâncias secundárias (tinha dezoito anos, era aluna, era uma maravilha, éramos nós, era tão criança, já achava, era lindo) em pretérito imperfeito. Seus comentários a respeito do espetáculo, ou dos bastidores do espetáculo, aparecem representados por formas verbais no presente do indicativo (é uma coisa horrível, é tudo tão mascarado, aparece em cena, o público vê, eu me lembro).

Por isso, consideramos, com WEINRICH, as diferentes situações comunicativas uma possível condição de produção das formas de pretérito imperfeito e perfeito nos inquiridos sob análise, ou, o tempo linguístico como instância do discurso. Os pretéritos perfeito e imperfeito fazem parte do grupo dos tempos da narração.

Numa outra perspectiva de análise (funcionalista), usando as palavras de NEVES (1992), em que se levam em conta as relações coesivas intra-textuais, é fundamental que se tenha percepção do tempo como categoria que *perpassa todo o texto, constituindo marca de junção, quer pela seqüenciação (avanços) quer pela projeção de*

proposta como tema de discussão deste encontro.

BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA Jr., J.M. *Estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1970.
- COMRIE, B. *Tense*. Cambridge University Press, 1985.
- CORÔA, M.L.M.S. *O tempo nos verbos do português. Introdução à sua interpretação semântica*. Brasília, Thesaurus, 1985.
- LONGO, B.O.N. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. Tese de Doutorado. UNESP, Araraquara, 1990. (mimeo.)
- MIRA MATEUS, M.H.; BRITO, A.M.; DUARTE, I.S.; FARIA, I.H. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina, 1983.
- NEVES, M.H.M. *A investigação das formas verbais no enunciado*. Araraquara, 1992. (mimeo.)
- PERINI, J.A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo, Ática, 1985. Coleção Princípios.

ELEMENTOS EXOFÓRICOS NO DISCURSO RELATADO

Beatriz Nunes de Oliveira Longo (Unesp)

A maioria dos estudos sobre semântica da frase considera o tempo verbal como uma categoria exofórica, ou déitica, por relacionar determinados momentos ao tempo do enunciado, que é o "agora" (cf. Lyons, 1979, por exemplo).

A partir da década de 70, muitos autores têm utilizado o esquema de definições temporais proposto por Reichenbach (1947/1980) - que se baseia em relações de simultaneidade e anterioridade entre três pontos, o da Fala, o do Evento e o da Referência - procurando ampliá-lo ou adaptá-lo. Como exemplo, podemos citar, entre outros, Ilari (1981), Corôa (1985), Comrie (1986), Declerck (1987). Não nos deteremos na discussão de tais definições, que consideramos bastante conhecidas. Queremos apenas salientar que nenhum dos autores questiona a déixis como propriedade do tempo verbal.

Entretanto, quando se passa para os domínios da frase complexa e do texto, a questão deixa de ser consensual. Uma controvérsia interessante surge especificamente no caso do uso dos tempos no discurso citado e no relatado. Já Benveniste, ao introduzir a oposição discurso/história, argumentava que, para a classificação dos elementos lingüísticos "indicadores", o essencial seria a sua relação com a "presente instância de discurso":

De fato, desde que não se vise mais, pela própria expressão, a essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância do discurso mas aos objetos reais, aos tempos e lugares históricos. Daí as correlações como eu/ele, aqui/lá, agora/então (). (Benveniste, 1976, p. 280)

Mais adiante, ao discorrer sobre as formas verbais, afirma o autor (p.281-2) que o tempo do verbo é sempre relativo à instância na qual figura a forma verbal, mas que certos enunciados remetem a uma situação objetiva, ao domínio da "terceira pessoa", isto é, não ao discurso, mas à história.

Instaura-se assim a polémica sobre o discurso relatado: de acordo com Benveniste, os indicadores de pessoa, tempo, lugar, objeto mostrado, etc não deveriam ser considerados exofóricos nessa modalidade de enunciação. Por outro lado, se considerarmos que o tempo verbal é nesse caso um elemento endofórico, temos de negar a própria definição dos tempos.

Além de Benveniste, outros autores, ao analisar frases complexas ou textos, apontam o que poderíamos chamar de dupla foricidade do tempo verbal. Mira Matsuo et al. (1983, p.113), ao estudar a localização e a ordenação temporal do discurso relatado, concluem que este se localiza "temporalmente em relação ao agora da

enunciação, e a descrição do estado de coisas que ele reproduz é localizada relativamente ao então da sua enunciação." Assim, segundo as autoras, numa frase como (1), teríamos um evento, "mentir", cujo termo-origem da localização temporal não seria o "agora", mas sim o momento que contém a enunciação descrita na frase matriz:

- (1) O João confessou que tinha mentido à Ana, na véspera.



Houweling (1986) e Lo Cascio (1986) estabelecem uma distinção entre tempos dêiticos e anafóricos. Segundo os autores, os tempos anafóricos estariam vinculados a antecedentes no texto, ligando-se indiretamente ao momento da enunciação. Dessa maneira o Imperfeito, por exemplo, seria um tempo anafórico, pois ancora-se no Perfeito numa frase como (2):

- (2) Estava escrevendo uma carta quando ele entrou.

A respeito de tais estudos, temos algumas ressalvas a fazer. Primeiramente, embora concordemos que o Imperfeito é um tempo não-autônomo do ponto de vista textual, a ancoragem nem sempre se realiza endoforicamente. Um exemplo citado por muitos autores é o que se realiza, no português, como "Era uma vez...", nos contos de fada; entretanto, o Imperfeito, nesse caso, não se vincula a um intervalo de tempo dentro do texto, mas a um momento qualquer dentro de outro universo de discurso, como o próprio Lo Cascio reconhece. Por outro lado, em frases simples temos também exemplos de Imperfeito dêitico:

- (3) Esta cidade era um lugar maravilhoso.

- (4) Você estava falando sobre a alimentação.

Percebe-se assim que é difícil estabelecer um quadro fixo de tempos dêiticos e anafóricos.

Outro problema, e este mais grave, a nosso ver, está no fato de que os tempos não-autônomos, mesmo quando se ancoram em outro ponto do texto, mantêm referência própria, ou seja, não se estabelece a co-referência com os antecedentes.

Observe-se que, segundo Halliday e Hasan (1976, p. 31), a referência endofórica se dá quando um item, em vez de ser semanticamente interpretável por si só, vai buscar sua interpretação em outro ponto do texto. Como isso não acontece no caso dos tempos verbais, parece possível questionar o estatuto anafórico das relações entre os tempos no texto. Talvez por isso Lo Cascio seja obrigado a reconhecer que "quando os tempos expressam uma relação anafórica, eles simultaneamente expressam uma relação dêitica" (p. 199).

Vejamos um exemplo:

(5) Pedro disse que tinha saído.

Aparentemente, o evento tinha saído se define como anterior ao evento dizer, que por sua vez estabelece uma relação de anterioridade com o "agora" (cf. o exemplo apresentado por Mira Matcus). Entretanto, basta ampliar um pouco a frase para perceber certas distinções importantes:

(6) Pedro disse que na hora do assalto ele tinha saído.

Na verdade, o evento sair tem como ponto de referência o intervalo de tempo identificado pelo adjunto "na hora do assalto", e não pelo evento dizer. Isso fica ainda mais claro se alterarmos o tempo da frase matriz e estabelecermos algumas comparações:

(7) Pedro diz que na hora do assalto ele já tinha saído.

(8) ? Pedro diz que na hora do assalto ele já saiu.

Nas duas frases, o evento da encaixada é anterior ao da matriz. Entretanto, o grau de aceitação de ambas é bem diferente. A segunda provavelmente será considerada inaceitável por grande parte dos falantes. Isso ocorre porque, independentemente da sua ancoragem, os tempos verbais conservam suas características e propriedades sintático-semânticas; o Pretérito-Mais-Que-Perfeito, por definição, permite uma leitura segundo a qual o evento sair é visto como anterior à "hora do assalto", mas o Perfeito só admitiria a interpretação de simultaneidade. Consequentemente, não seria possível a combinação com já, que implica anterioridade.

Disso tudo, deduzimos que, independentemente das condições co/contextuais, os tempos verbais têm um significado básico, que, mesmo em contextos idênticos, pode levar a interpretações diversas (cf. Longo, 1990, p. 158-161). Não é possível afirmar, portanto, que determinados tempos têm de se apoiar em outros elementos do texto para que possamos especificar sua interpretação.

Parece-nos mais razoável supor que os elos entre os tempos se estabelecem no texto através de transições mais ou menos homogêneas -segundo se repita um mesmo tempo ou se utilizem tempos pertencentes a um mesmo grupo⁽¹⁾ - que garantem a coesão sequencial e, consequentemente, a textualidade. Dessa maneira, os tempos verbais podem ser considerados como um dos fatores coesivos no texto. Em outras palavras, embora o significado básico de um tempo deva ser compatível com o seu uso no texto, e a tipologia textual seja muitas vezes o fator dominante na escolha de um grupo de tempos, não se pode negar que a temporalidade influi na definição da leitura. Já a função discursiva no texto pode determinar o uso dos tempos, mas não defini-los semanticamente. Finalmente, gostaríamos de tecer algumas considerações

sobre as mudanças que os tempos sofrem na passagem do discurso citado para o relatado. Comrie (1986), procurou demonstrar que, para vários elementos da frase, ocorre uma mudança do centro dêitico, desviando-se os elementos sensíveis ao centro do locutor do discurso original para corresponder ao centro da pessoa que relata o enunciado. Assim, de acordo com o autor, se João diz a Maria: "Você é inteligente", e eu for contar isso a alguém, direi: "João disse a Maria que ela era inteligente".

No caso do tempo verbal, entretanto, esse desvio não ocorre. Segundo Comrie, no russo, por exemplo, os tempos permanecem sempre os mesmos nos verbos; no inglês as mudanças obedecem a uma regra de seqüência de tempos, pela qual, depois de um verbo no pretérito na oração-matriz, o verbo na oração encaixada deve recuar para o passado em relação ao tempo do discurso citado. Que não há mudança de centro dêitico para os verbos pode ser comprovado se observarmos o discurso relatado depois de um verbo-matriz no futuro:

- (9) a. João dirá: Estou cantando.
b. João dirá que está cantando.

Outro exemplo é o do pretérito no discurso relatado, depois de verbos-matrizes no futuro; segundo Comrie (1986, p. 112 ss.), supondo-se que estamos no dia 15 de maio, podemos prever que João dirá, no dia 20, as seguintes palavras: "Cheguei no dia 16 de maio." Na transposição, temos:

- (10) (No dia 20 de maio) João dirá que chegou no dia 16.

Se ocorresse mudança de centro dêitico, teríamos as seguintes frases:

- (9') João dirá que estará cantando.
(10') João dirá que chegará no dia 16 de maio.

No português, não podemos postular uma regra de seqüência de tempos para explicar todas as mudanças. De qualquer modo, não é nosso propósito explicar aqui as alterações sofridas pelos tempos no português, pois isso fugiria aos objetivos do trabalho. Desejamos apenas ressaltar que não se observam mudanças quando o verbo-matriz está no futuro. Se os tempos fossem meros elementos referenciais, não exofóricos, deveria haver transformações também nesses casos, e não só nas frases com verbo-matriz no pretérito.

Concluímos então que, embora alguns tempos, em determinados empregos, tenham uma função discursiva não-autônoma, ancorando-se em outros pontos do texto, não lhes é possível atribuir estatuto meramente anafórico. Segundo o próprio Lo Cascio (1986, p. 199), o comportamento dos tempos verbais é diferente do dos advérbios temporais, pois sempre há uma localização do evento expresso pelo verbo como

simultâneo, anterior ou subsequente ao tempo primário, isto é, ao momento da fala. O significado básico e, portanto, a referência, não se alteram e nem se apoiam em outros elementos do texto. Consequentemente, devemos considerar os tempos verbais como elementos exofóricos, mesmo no discurso relatado.

NOTAS DE REFERÊNCIA

(1) A esse respeito, remetemos o leitor para Weinrich (1968), que estabeleceu uma oposição entre dois grupos temporais de verbos, de acordo com a atitude assumida pelo locutor ao construir seu texto (de comentário ou de narrativa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, É. Problemas de linguística geral. São Paulo, Nacional, 1976.
- COMRIE, B. Tense. 2a. ed. Cambridge, CUP, 1986.
- CORÓIA, M. L. M. S. O tempo nos verbos do português. Uma introdução a sua interpretação semântica. Brasília, Thesaurus, 1985.
- HALLIDAY, M. & HASAN, R. Cohesion in English. Londres, Longman, 1976.
- HOUWELING, F. Deictic and anaphoric tense morphemes. In: LO CASCIO, V. & VET, C. Temporal structure in sentence and discourse. Riverton, Foris, 1986.
- ILARI, R. Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português - notas de um projeto de pesquisa. In: Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981:181-193.
- LO CASCIO, V. Temporal deixis and anaphor in sentence and text: finding a reference time. In: LO CASCIO, V. & VET, C. Temporal structure in sentence and discourse. Riverton, Foris, 1986.
- LONGO, B. N. O. A auxiliaridade e a expressão do tempo em português. Tese de doutoramento. Araraquara, UNESP, 1990.
- LYONS, J. Introdução à linguística teórica. São Paulo, EDUSP, 1979.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. Gramática da língua portuguesa. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual. Coimbra, Almedina, 1983.
- REICHENBACH, H. Elements of symbolic logic. Nova Iorque, Dover, 1980 [1947].
- WEINRICH, H. Estructura y función de los tiempos en el lenguaje. Madrid, Gredos, 1968.

TEMPO VERBAL: UM PROBLEMA DISCURSIVO OU GRAMATICAL?*

María Luiza M. S. Coróia
FEDE/UNICAMP

Explicitemos, de início, que entendemos o tema deste encontro como a seguinte pergunta a ser respondida: quais serão os parâmetros teóricos mais apropriados para tratar o fenômeno TEMPO VERBAL? Não por menos importantes, deixaremos de lado, por ora, os aspectos morfológicos e focalizaremos mais a indagação sobre qual será o âmbito teórico em que caberá um estudo da significação dos tempos verbais.

Estão em pauta dois aparatos teóricos bem diferentes: o gramatical e o discursivo. São duas perspectivas que colocam o analista em dois pontos de observação distintos: embora possam olhar para um mesmo conjunto de fenômenos, a percepção que terão do seu objeto de análise será, fatalmente, reflexo do "olhar", do "lugar", da experiência de cada um. Não nos esqueçamos de que a tarefa de identificar e delimitar o objeto já é parte do aparato de qualquer teoria: o conjunto de fenômenos a que damos o nome de tempo verbal pode estar no horizonte dessas duas formas diferentes de "olhar". Será, então, diferentemente circunscrito e alvo de diferentes categorias de análise. Importante é estarmos atentos às citadas terminológicas e conceituais para percebermos que, às vezes, sob o mesmo rótulo, aparatos interpretativos diferentes falam necessariamente de coisas diferentes.

É verdade que a nenhuma teoria compete solucionar os problemas que não se impôs. Mas como é freqüente que algumas soluções sejam apenas parciais, a nossa tendência é procurar outro lugar para colocar tais problemas, esquecendo, muitas vezes, que a própria formulação do problema já é parte da teoria... Conseqüentemente, podemos dizer que, se a gramática tem apenas explicação parcial para o que se colocou, ou esse modelo de gramática é deficiente em seu poder explicativo, ou o problema está mal colocado. Dizendo de outro modo: em abordagens gramaticais e discursivas que se supõem eficientes, a colocação do problema tempo verbal terá, fatalmente, soluções diferentes em cada uma. Mais do que a colocação do problema, a solução também será diferente, mas não menos completa em cada um dos enfoques. Ou seja, considerar TEMPO VERBAL um problema tanto gramatical quanto discursivo não significa juntar impunemente dois aparatos teóricos diferentes, pois não podemos deixar de trazer a consideração que tais interpretações se dão por meio de categorias diferentes. Nada nos impede, no entanto, de inquirir se o mesmo fenômeno, tomado como dois objetos de análise que gravitam em universos teóricos diferentes, pode ser mais bem compreendido

* Este estudo é parte da tese, em elaboração, que aborda a questão mais detalhadamente.

na comparação de interpretações obtidas em universos de análise diferentes. Ou, complementarmente, se essas interpretações não seriam inócuas. Tomemos, então, como hipótese de trabalho a opinião de COMRIE (1984), para quem a interpretação da forma verbal independente do contexto, embora mais pobre do que sua interpretação em uso, deve com esta manter uma consistência sistemática.

Lembremos aqui que a gramática encara o problema dos tempos verbais segundo um princípio de constância em relação ao qual será possível avaliar as mudanças provocadas pela oposição entre as formas verbais. Como herança helenística, a descrição gramatical tem vocação para o que há de sistemático e constante, tradicionalmente "assentado" na língua; como herança filosófica, propõe-se uma classificação exaustiva e abrangente dos fatos da língua (Cf. NEVES, 1987). Juntando os dois aspectos, a gramática busca a analogia das formas, estabelecendo paradigmas. Por isso, os conceitos gramaticais são de caráter compulsivo, obstrutor, e impõem decisões do tipo sim/não ao falante: categorias gramaticais são, portanto, de passagem obrigatória no uso da língua (Cf. JAKOBSON, 1969). Uma interpretação gramatical procura, assim, identificar que forças constrictoras levam o falante a usar as formas lingüísticas que usa.

essa concepção de línguas como estruturas fechadas e completamente determinadas, a abordagem discursiva opõe a concepção de línguas como semi-estruturas, semanticamente indeterminadas, que ganham determinação ao serem utilizadas em contextos específicos. Fatores outros que não os especificamente lingüísticos contribuem também para a significação. Esses fatores são os indicadores de certas direções interpretativas que extrapolam a simples combinatória dos signos lingüísticos. Portanto, as condições de emprego não são estranhas a uma interpretação lingüística, mas parte dela. Isto caracteriza a abordagem discursiva de um fenômeno lingüístico (Cf. POSSENTI, 1988). Assim visto, discurso é a colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com uma certa finalidade; atividade que sempre se dá em uma instância concreta entre locutor e alócutário (IDEM). Como as marcas dessa interação se fazem presentes nessa manifestação lingüística, há atividade *com* a língua e *sobre* a língua, simultaneamente. A constituição do lugar de uma análise do discurso exige, então, que a língua não seja apenas um código; é necessária essa indeterminação que vem do não explícito, do dependente do contexto. Indeterminação que se refere à capacidade que têm as línguas naturais de estabelecer mais de uma relação de significação entre estrutura sintática e interpretação semântica (Cf. FRANCHI, 1977). Mas não se confunde indeterminação com imprecisão: a tarefa contínua e sempre inacabada de trabalhar a relação entre a língua e os diversos sistemas de referência é constitutiva da língua mesma (Cf. POSSENTI, 1988 e FRANCHI, 1977). E estes sistemas de referência não são artificiais ou abstratos, mas culturais e históricos. É nestes sistemas de referência que o falante constitui o discurso porque escolhe os recursos - entre eles, os gramaticais - que lhe parecem mais adequados para os efeitos que quer produzir. Podermos dizer, então, que a

articulação do sentido não se dá unicamente pela expressão lingüística mas também por ela.

Simplificadamente, poderíamos dizer que uma abordagem gramatical procura a significação no que é dito; uma abordagem discursiva procura-a também na maneira de dizer.

Como não é nosso objetivo aqui discutir os diferentes estatutos de sujeito com que a lingüística - e especialmente, a análise do discurso - tem se ocupado, tomamos como se pacífico fosse que as marcas do sujeito são parte integrante de seu discurso. Sob uma ótica menos discursiva e mais gramatical, de fato, pouca polêmica causa incorporar os elementos dêiticos à análise de expressões lingüísticas. Orienta-se, então, para as pessoas do discurso o paradigma da flexão verbal. Mas situar essas pessoas em uma perspectiva histórica amplia-lhes também a dimensão temporal. Assim, as coordenadas temporais relevantes na manifestação lingüística são parte integrante da temporalidade desse discurso tanto quanto o são os morfemas gramaticais que organizam temporalmente a relação entre o lingüístico e aquilo de que o lingüístico trata. Não é nosso propósito aqui, repetimos, discutir o estatuto do sujeito ou o grau de consciência e liberdade presentes nessa "intervenção". Importa muito mais admitir que os morfemas temporais, constituidores dos paradigmas verbais, representam apenas a parte emergente de uma temporalidade que se marca na formatação superficial de um discurso, ou de um texto, mas revelam as raízes temporais do trabalho do sujeito *com* e *na* língua: são resultado de processos cognitivos que hierarquizam a organização da expressão lingüística, quer seja esta tomada como sentença, quer o seja como discurso, ou texto.

As análises que consideram a língua como trabalho - que abrem espaço para os interlocutores e as condições de produção - instauram um ponto de vista diferente do estritamente gramatical na análise lingüística mas não o excluem, pois a descrição das formas como condições gramaticais de ocorrência de determinados elementos da língua pode ser considerada a base inicial de uma análise do discurso. Neste sentido, POSSENTI (1988) adverte que não se deve opor discurso a nenhuma categoria bem assentada mas propor que todas as categorias bem assentadas não devam excluir o discurso. Os usos efetivos da língua envolvem realidades de extensão maior do que as palavras e as sentenças, mas não há dúvida que palavras e sentenças são entidades com as quais a língua opera. Além disso, palavras e sentenças são qualitativamente diferentes de discurso: qualquer entidade maior que aquelas já é discurso porque a articulação de frases depende da "escolha" do sujeito. A significação do discurso não resulta, assim, exclusivamente do sentido proposicional do enunciado, mas não deixa de ser compatível com ele. Se a língua fosse um sistema sem indeterminações, os resultados de uma certa articulação de frases seriam sempre os mesmos a cada instância em que ocorressem. Mas sabemos, empiricamente, que não é isso o que acontece: em diferentes circunstâncias, ou contextos, enunciados diferentes podem realizar a mesma significação; enunciados semelhantes podem criar contextos diferentes. Isto porque entre os interlocutores está a língua, sobre a qual é possível um trabalho diferente de

discurso que dele toma até o nome. Também não é por acaso que, no sentido inverso, esse uso caracteriza um tipo de discurso, o discurso histórico. Considera-se que nesse tipo de discurso as marcas de sujeito ficam abrandadas para ressaltar a pretensão a uma verdade atemporal, "independente" das coordenadas temporais que se instauram na enunciação (Cf. BENVENISTE, 1989 e ROBIN, 1975, entre outros). Uma das maneiras de se produzir esse efeito de sentido é o recurso à forma verbal de presente, que se caracteriza por não se reduzir gramaticalmente ao momento da fala e por isso ser associada a verdades eternas e atemporais (Cf. LYONS, 1977; ILARI, 1981, entre outros). No discurso histórico, as datações são marca importante na identificação temporal do fato histórico, como são, no discurso do dia-a-dia, pretensão a uma conceituação "objetiva" do tempo. A partir dessa relativa "neutralidade" (também) temporal do sujeito, é que se pode conceber o sujeito histórico como diferente do enunciador do discurso ou do texto. E aí se chega ao ponto fundamental caracterizador desse tipo de discurso.

Do ponto de vista estritamente gramatical, teríamos que considerar a flexão de presente livremente intercambiável com a flexão de pretérito. Entretanto, considerando suas condições de uso como efeitos de sentido - na ordem do discurso, portanto - representam estas, duas alternativas, opções bem diversas e muito pouco neutras. Isto é, não se escolhe impunemente uma ou outra: a escolha gramatical tem conseqüências discursivas.

Assim, embora fundamentado em possibilidades gramaticais, como é da "escolha" do sujeito o emprego da flexão de presente para designar um tempo passado, situa-se no âmbito do discurso a explicação do porquê desse uso específico, e não de outro. Estamos, então, dizendo que no emprego do presente histórico a) as regras gramaticais não são violadas, já que se mantém o paradigma verbal que esgota as oposições formais entre as flexões de tempo verbal; b) mais especificamente, uma interpretação de nível semântico, apoiada na relação não-linear entre os três construídos temporais, mantém-se coerente com a caracterização gramatical; c) a interpretação discursiva, dando conta da motivação para este uso, não é supérflua mas perfeitamente motivada, e com as anteriores consistente.

Deixa aí o presente chamado histórico de ser um "uso especial" da forma de presente: revela-se como mais um dos mecanismos gramaticais de que lança mão o sujeito para se constituir na constituição de seu discurso. E longe de ser excepcional, é bem sistêmico.

Retornando à nossa questão inicial sobre quais parâmetros teóricos seriam os mais adequados para uma interpretação do fenômeno TEMPO VERBAL, a reflexão que vimos fazendo nos leva a responder que cada um pode ser, ao mesmo tempo, um problema da gramática e um problema do discurso. Importante, entretanto, é reconhecer que colocá-lo no horizonte de duas "formas de olhar" diferentes implica reconhecê-lo como objetos diferentes, que requerem, conseqüentemente, soluções diferentes. Assim, a passagem de uma análise gramatical para uma discursiva não é uma questão de junção.

nem de acréscimo, nem ao menos uma complementação no sentido estrito, mas uma mudança qualitativa; não é uma extensão de fronteiras, mas um modo distinto de organizar os dados. São dois sistemas teóricos - como tais completos em si mesmos - acionados a partir de lugares diferentes de observação, que constituem objetos de análise diferentes sobre o mesmo conjunto de fenômenos lingüísticos.

Uma abordagem discursiva pode ajudar a identificar os elementos relevantes para uma interpretação, digamos, mais formal. Por seu lado, como nem tudo é indeterminado no discurso, uma descrição exaustiva, digamos gramatical, dos elementos lingüísticos sobre os quais se constitui o discurso pode ser a base inicial para uma abordagem discursiva, pois, ao fim e ao cabo, trata esta de uma atividade de natureza lingüística. Assim, o problema do TEMPO VERBAL que a gramática se coloca deve e pode ser, no seu território, exausta e completamente solucionado. Admitir uma abordagem discursiva é, além de integrar o locutor no seu texto, admiti-lo atuando na e pela língua, admitir que nem tudo que é lingüístico é formal e redutível a paradigmas de base lógica. Mas considerarmos a língua como resultado do trabalho dos falantes é também considerar que aquilo que é formal e lógico na língua também pode ser discursivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BENVENISTE, E. (1989). PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL, vol.I e II. Campinas, Ponte.
2. COMRIE, B. (1984). "Tense and Time Reference: from Meaning to Interpretation in the Chronological Structure of a Text", IN: JOURNAL OF LITERARY SEMANTICS.
3. CORÔA, M. L. (1985). O TEMPO NOS VERBOS DO PORTUGUÊS. Brasília, Thesaurus.
4. FRANCHI, C. (1977). "Linguagem: atividade constitutiva". IN: ALMANAQUE, 5, São Paulo, Brasiliense, p.9-27.
5. GRANGER, G.G. (1960). "Língua e sistemas formais". IN: STUMPF et al., FILOSOFIA DA LINGUAGEM. Coimbra, Almedina, p. 139-171.
6. ILARI, R. (1981). "Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português - notas de um projeto de pesquisa". IN: ESTUDOS DE FILOSOFIA E LINGÜÍSTICA. São Paulo, T. A. Queiroz e EDUSP, p. 181-194.
7. JAKOBSON, R. (1969). "A concepção de significação gramatical segundo BOAS". IN: LINGÜÍSTICA E COMUNICAÇÃO. São Paulo, Cultrix, p. 87-97.

8. LONGO, B. (1990). A AUXILIARIDADE E A EXPRESSÃO DO TEMPO EM PORTUGUÊS. Tese de Doutorado UNESP (inédita).
9. LYONS, J. (1977). SEMANTICS, Cambridge, Cambridge University Press.
10. NEVES, M. H. M. (1987). A VERTENTE GREGA NA GRAMÁTICA TRADICIONAL. São Paulo, Hucitec e Editora da UNB.
11. POSSENTI, S. (1988). DISCURSO, ESTILO E SUBJETIVIDADE. São Paulo, Martins Fontes.
12. REICHENBACH, H. (1948). ELEMENTS OF SYMBOLIC LOGIC. New York, The MacMillan Company.
13. ROBIN, R. (1975). HISTÓRIA E LINGÜÍSTICA. São Paulo, Cultrix.

PROJETOS DE DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA: PROJETO TERMINOLÓGICO CONE SUL: TERMISUL

Maria da Graça Krieger(UFRGS)

1 - ORIGEM E OBJETIVOS

A preocupação com a pesquisa terminológica e com o papel da Universidade, como lugar de produção do saber e de divulgação de conhecimentos específicos que beneficiem a sociedade, deu origem ao Projeto Terminológico Cone Sul (TERMISUL). Um grupo de seis professoras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul estruturou em 1990 um projeto com este fim, contemplando a pesquisa pura e aplicada em Terminologia e Tradução.

O TERMISUL tem também promovido uma série de Cursos de Extensão, ministrados por especialistas brasileiros e estrangeiros, com vistas a uma melhor formação em Terminologia, posto que o Brasil ainda não possui tradição de pesquisa na área.

Em síntese, quatro grandes objetivos merecem destaque no Projeto. Os dois primeiros, mais amplos e já referidos, são a constituição de um núcleo de pesquisas terminológicas no RGS e a contribuição para a integração dos países do Cone Sul; os dois últimos, mais específicos, consistem na elaboração de um dicionário do Meio Ambiente e na organização de um banco de dados terminológicos, ainda em fase de execução.

2 - A ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO TRILÍNGUE DO MEIO AMBIENTE

Optamos por implementar o banco de dados a partir da organização de um dicionário em português, espanhol e inglês sobre o Meio Ambiente com ênfase na terminologia jurídica ambiental brasileira, destinado a um público leigo.

A opção pelo Meio Ambiente, além de responder à demanda atual, relaciona-se à necessidade própria da terminologia de trabalhar com especialistas de área. O interesse e a disponibilidades de pesquisadores do Centro de Ecologia da UFRGS permitiu constituir a equipe multidisciplinar necessária.

A elaboração do dicionário tem passado por diferentes etapas, cuja descrição, a seguir apresentada, evidencia um pouco da complexidade e da metodologia da consecução de instrumentos terminográficos.

Na primeira etapa, que tem por finalidade a reunião das fontes e o conhecimento do tema, surgiu logo a dificuldade de acesso à bibliografia, sobretudo

estrangeira, mais especificamente a de língua espanhola. O ideal é trabalhar com a bibliografia de todas as línguas que se pretende apresentar os equivalentes lingüísticos, forma de evitar a tradução termo a termo. Esse é um princípio metodológico de todo trabalho em terminologia bilingüe ou multilingüe.

Além disso, para a pesquisa terminológica, a documentação é fundamental, pois a partir dela realiza-se a seleção dos termos.

Mesmo com dificuldades de acesso uma bibliografia extensa, o que de todo modo é muito difícil, especialmente numa área como a do Meio Ambiente em que proliferam publicações, iniciamos a fase da coleta de termos.

Vale observar que não é aconselhável realizar um trabalho terminográfico, especialmente o primeiro, sobre domínios vastos e em expansão. A experiência, que o TERMISUL não tinha, recomenda a pesquisa sobre domínios menores, mais fechados, cujos conceitos já estão bem melhor assentados e não em forte mutação como é o caso do Meio Ambiente; área inclusive muito marcada ideologicamente.

Apesar dos impasses iniciais, chegamos ao levantamento de 3.562 termos, que denominamos base TERMI. Para o processamento de dados, estamos utilizando o sistema Micro- Isis, desenvolvido pela UNESCO e distribuído pelo IBICT. Apesar de não ser um programa específico de terminologia, está sendo adaptado às necessidades do Projeto.

Ao mesmo tempo, formulamos nossa primeira ficha terminológica. Embora já tenhamos reformulado, por três vezes, este instrumento básico de registro de dados, registramos as seguintes informações: termo, fonte, informações gramaticais, contextos, definição, equivalentes, nome do pesquisador, a data de inscrição dos dados. Registramos ainda se o termo consta em dicionários de língua ou em glossários e dicionários terminológicos.

Para o registro relativo aos dicionários, servimo-nos de três dicionários de língua - português, espanhol, inglês -, além de um conjunto de 10 dicionários especializados entre as 3 línguas.

A consulta aos dicionários foi considerada importante instrumento de auxílio na seleção dos termos. Cabe ressaltar que um dos maiores problemas na produção de instrumentos terminológicos é a ausência de critérios estabelecidos para a seleção dos termos. Essa problemática amplia-se quando a área compreende vários subdomínios, como é o caso do Meio Ambiente, o que exige a determinação dos limites de sua terminologia.

Enfim, a consulta sobretudo aos dicionários de língua tem nos auxiliado especialmente porque adotamos como um dos critérios de seleção lexical, a análise do termo não do ponto de vista do significante, mas do significado, ou seja, consideramos se o plano do conteúdo traz informações específicas e diferenciadas que ultrapassam o sentido dado pela língua comum.

Acrescente-se que definimos como o processo seletivo fundamentado apenas no critério de frequência, e inadequada a proposição comum de descarte dos termos registrados nos dicionários de língua como componentes do léxico geral.

Neste último caso, trata-se de um ponto de vista que concebe as terminologias técnico-científicas como constituindo uma língua totalmente diferente da língua comum. Em verdade, a diferença fundamental define-se ao nível do plano do significado e não do plano do significante do termo.

Após a definição de critérios dessa ordem e já com grande número de termos repertoriados, passamos a uma segunda fase do trabalho, em que, por diferentes razões, fomos levados a redefinir os rumos da pesquisa.

Nesta etapa, pareceu-nos conveniente fazer um recorte no vasto domínio que é o Meio Ambiente. Optamos então por fazer um dicionário jurídico dos termos ambientais, julgando que o recorte jurídico, ou seja, a ênfase na terminologia da legislação ambiental seria um trabalho novo e uma contribuição mais efetiva para a integração latino-americana. De outro lado, seria uma forma de reduzir a amplitude da terminologia repertoriada.

Entretanto, outras dificuldades foram surgindo, iniciando pela obtenção da legislação nas diferentes línguas. Acrescenta-se a isso que a legislação ambiental é muito localizada. Há legislações federais, mas também estaduais e municipais em virtude dos problemas específicos de cada região.

Além disso, um dicionário comporta definições, que devem ser resultantes do amálgama dos contextos. Privilegiar uma definição seria, em última instância, alterar a verdade.

A solução encontrada foi a de limitar a nomenclatura aos termos ambientais recorrentes na legislação federal brasileira, abarcando leis, decretos e resoluções de âmbito nacional.

Deste levantamento resultaram 3.451 termos, que chamamos a base LEGIS. A listagem desses termos já foi enviada a 20 especialistas brasileiros, incluindo-se advogados ambientalistas. Antes disso, a lista foi objeto de depurações a cargo dos pesquisadores do Centro de Ecologia.

A terceira fase do trabalho, na qual nos encontramos atualmente, visa a estabelecer a microestrutura do verbete. Para tanto, estamos buscando solucionar um dos maiores impasses da pesquisa com a legislação: as leis não só têm muito poucos contextos definidores, como frequentemente os termos são utilizados no interior de uma mesma lei de modo incoerente e impreciso.

Verificamos, desse modo, que as leis não constituem boas fontes de consulta, quando se trata de repertoriar um domínio de natureza científica.

De outro lado, constatamos que são poucos os termos ambientais de natureza jurídica *stricto sensu*, embora encontre-se ampla terminologia ambiental na legislação específica.

Assim para chegar à microestrutura do verbete e também definir a macroestrutura, fizemos, diante das duas categorias de termos, uma análise quantitativa dos subdomínios presentes no conjunto dos termos ambientais genéricos. Para tanto, tomamos por base as classificações do Tesouro Intervoc que estipula três grandes subdomínios para o Meio Ambiente: Recursos Naturais, Poluição e Qualidade

Ambiental.

Fomos levados a criar um quarto subdomínio, chamado provisoriamente de Aspectos Sociais, que comporta tanto termos especificamente legais, quanto outros que não se enquadram na tripartição do Intervoc.

Vale lembrar que a determinação do subdomínio é de grande valia tanto para orientar a construção das definições, como configurar melhor a representatividade do corpus.

Considerando todos esses dados, estamos agora propondo uma microestrutura organizada com base em dois sistemas paralelos, ou seja, verbetes compostos por:

a) termo com definição da própria lei

Incluindo todo um sistema de referências que, para além da indicação do contexto legal reproduzido, o verbete faz remissão a outras fontes legais em que o termo também aparece;

b) termo sem definição legal

Neste caso, a definição será construída a partir dos contextos que subsidiam os termos repertoriados na base LEGIS.

Esta categoria de termos também comportará as indicações remissivas a fontes legais, configurando-se as implicações dos termos com a legislação.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de uma dupla forma de tratamento é resultante da constatação da convivência de uma terminologia específica das leis ambientais com outra genérica do Meio Ambiente nos textos legais.

Tal dualidade, inerente à terminologia da legislação ambiental, terá também repercussões na organização macroestrutural do dicionário, porquanto poderemos, ao invés de uma globalização dos termos, apresentá-los separadamente, distinguindo os termos com implicação legal intrínseca daqueles que constam da legislação, mas não chegam a alcançar o verdadeiro estatuto da terminologia jurídica ambiental.

A exigência de princípios organizadores dessa ordem expressa um pouco da complexidade do trabalho em terminologia, especialmente quando a área escolhida é de larga abrangência, sendo constituída, a rigor, mais por uma multiplicidade de recortes, do que por uma unidade específica.

Para finalizar, é importante dizer que, a despeito dos problemas próprios dos domínios técnico-científicos, a produção de instrumentos terminográficos que se pretendem criteriosos, não pode prescindir de tratamento lingüístico.

O EDITORIAL ENQUANTO DISCURSO ARGUMENTATIVO

Maria Adélia F. Mauro (FFLCH - USP)

Este texto faz parte de um estudo mais amplo que estamos desenvolvendo sobre a organização e estratégias argumentativas de editoriais. No estudo a que nos referimos, trabalha-se com um 'corpus' constituído de editoriais publicados pela FSP e OESP, no período de junho de 1989 a junho de 1990. Tais editoriais agrupam-se em torno de dois grandes temas - as últimas eleições presidenciais e os primeiros meses do governo Collor -. Aqui, em função de nossa participação neste Encontro sobre "Argumentação e Textualidade", fizemos um recorte na amostra e privilegiamos um de seus subconjuntos temáticos: "Partidos, Candidatos, Programas, Campanha".

1. Qual o ponto de vista que orienta essa análise? De uma forma um tanto sumária, podemos explicitar o ponto de vista sob o qual o editorial enquanto discurso argumentativo é enfocado, tal como segue:

- o editorial como uma forma discursiva é entendido "como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua e de outros elementos não propriamente linguísticos com certa finalidade, atividade que sempre se dá numa instância concreta e entre um locutor e um alocutário" (Possenti, 1988 : 49-51).

- o editorial enquanto manifestação da ação de um locutor individualizado indissocia-se da instância de enunciação, constitui "um acontecimento único" e firma-se como uma ocorrência de "estilo";

- o editorial, enquanto discurso que se manifesta num determinado tipo de texto, constitui uma forma de fala que conduz à ação (ação que busca a adesão, que visa a persuadir o ouvinte); assim, o importante é desvelar no texto - "editorial" - as marcas dessa intencionalidade.

Dos princípios acima enunciados sobreleva a importância de se considerar a organização argumentativa desses discursos ou textos, situando-os em relação às "condições de sua produção" e pensando essa organização como um ato de argumentação que envolve todo o discurso e não só apenas partes do mesmo (Osakabe, 1979: 96).

No momento, dando-se ênfase às "condições de produção" e centrando a atenção no polo da produção, ou seja, no locutor concebido como "agente criador" do discurso, podemos desvelar, nos editoriais aqui analisados, como a capacidade de "invenção" do locutor é posta em funcionamento. A facilidade de descobrir em um certo dado o persuasivo leva o locutor a uma seleção de dados, a escolher aquilo que deve ser retido.

Assim, a conceitualização do referente implicada nesse processo seletivo se faz a partir daquilo que Perelman chama de "objetos de acordo", sobre os quais o locutor estabelece o ponto de partida da argumentação, visando à adesão do ouvinte. São esses

deputado (= Roberto Freire, candidato do PCB) (...) recorreu ao bode expiatório favorito do comunismo pós-Gorbachev, Josef Stalin, tentando se justificar⁶; "a perestroika (...) é, de acordo com o raciocínio comunista brasileiro, o resgate de algumas teses marxistas que passaram para o segundo plano com o predomínio da concepção stalinista do socialismo"; "insistir no erro de creditar falhas a alguns dirigentes (...) como tentia fazer o deputado Roberto Freire (...) é contudo, mais do que fetiche, uma perigosa superstição"; "o regime que está falindo na União Soviética não é stalinista, mas o comunista mesmo".

- do PDT do engenheiro Leonel Brizola em "Caudilho, sim, mas matreiro"

(...) "o engenheiro Leonel Brizola (...) como sempre fez em todas as eleições que disputou (...) elegeu um alvo de atrair: a 'classe dominante' brasileira"; (...) "recorreu à outra de suas armas favoritas...: a idéia de perseguição"; "o engenheiro Brizola, de repente, pareceu desesperar para a evidência da necessidade de uma abertura qualquer para seu empederuido ideário político-administrativo"; "o leitor apressado (...) pode saudar a conversão do velho lobo populista ao rebanho dos liberais modernos e pragmáticos"; "o candidato se mostra suficientemente esperto, para exibir um polimento moderno e liberal, sem, contudo, (...) abjurar de suas velhas crenças socialistas e populistas"; "na verdade, o Brizola moderno, pragmático, tolerante e liberal que emerge das páginas do Estado é o caudilho de sempre (...)"; "a tolerância aparente é apenas uma forma matreira de o caudilho manter o controle..."

- do PRN e do cidadão Fernando Collor de Mello em "Marajá entre caçadores de marajás"

(...) "pelo teor da acusação e pelo conteúdo da resposta o ex-governador (Collor de Mello) apressou-se em responder a uma acusação que não lhe foi feita (...) esquecendo-se de explicar a denúncia nela, na verdade contida"; "o Sr. Fernando Collor de Mello, que tem aparecido ao eleitorado brasileiro como o paladino da moralidade e o cruzado na luta contra os 'marajás' (...) não informou (...)"; "tal explicação seria extremamente oportuna, pois permitiria ao eleitorado brasileiro ter uma visão clara das ações efetivas do candidato que combate o favorecimento de familiares"; "no momento, o cidadão Fernando Collor de Mello reúne as esperanças de 42% (segundo o Gallup) do eleitorado brasileiro, desejosos de pôr termo ao nepotismo, à corrupção e aos desperdícios na administração pública"; "a força de sua popularidade (...) será abalada se continuar a responder com evasivas e frases feitas a fatos certos e determinados"; "dificilmente o caçador de marajás manterá a sua imagem intocada se continuarem a ser produzidas evidências de que no fundo s; sa, pode ser, também, um marajá entre os caçadores de marajás".

Essas "significações" lançam dúvida sobre a imagem de Collor de Mello que, em 13 de junho de 1989, recebia no editorial "Um surto de sensatez", a seguinte apreciação:

"No começo do ano, uma ameaça pairava sobre a primeira eleição direta presidencial em 29 anos no Brasil: (...) tudo indicava que a disputa se limitaria mesmo

no âmbito das esquerdas: "mas um fenômeno na política brasileira alterou substancialmente, nos últimos meses, o quadro sucessório: o furacão Collor"; "a candidatura do PRN (...) chegou ao surpreendente primeiro lugar nas pesquisas de opinião pública por representar para o brasileiro comum, a negação da política tradicional e o combate ao desperdício na administração pública".

O levantamento dessas significações permite configurar um quadro das imagens que esse locutor constrói, não só partindo do seu "lugar" ideológico, como também do "lugar" que presume que seu ouvinte se situe. A imagem dos partidos e candidatos se forma, a partir de um sistema de crenças e valores pressupostamente comuns e que subjazem ao próprio discurso.

O "lugar" ideológico de onde o jornal fala e de onde retira os princípios que orientam a sua crítica estão bem demarcados e é a partir deles que tenta demolir o "lugar" ideológico de seus "adversários" políticos (no momento, os partidos e candidatos que se contrapõem, ideologicamente, ao seu ideário liberal). O locutor demonstra perfeito domínio e convicção das bases teórico-práticas que alicerçam a sua posição política, bem como tem pleno conhecimento dos princípios que individualizam as práticas político-partidárias a que se contrapõe. E é apontando essa "individualização" dos partidos políticos que o jornal vai mostrando, também, a sua individualização ideológica. Claro está que, apesar da imagem de "independência" crítica que pretende passar diante do público, o jornal não logra esconder suas "simpatias"... E ao "tomar posição" o faz com a finalidade de persuadir o eleitor a agir conforme sua orientação: votar na "direção" do moderno. E se, apenas um dos candidatos (apesar das dúvidas que possam pairar sobre ele) preenche as condições desejáveis, o "sentido" do voto já não está pressuposta no próprio discurso e ao leitor não caberia apenas, "naturalmente", inferi-lo?

O jornal OESP toma uma posição francamente contrária aos partidos políticos de esquerda e aos que por eles são apoiados. Esta posição do OESP pode ser compreendida via as significações ou noções acima elencadas que manifestam o embate político de duas correntes ideológicas que correspondem ao "lugares": o antigo e o moderno; a utopia (a ideologia) e o realismo (pragmatismo). Claro que tipo definido de ouvinte implica um tipo de "lugar", como também um tipo de "lugar" define o locutor. Nesses editoriais o locutor busca identificar-se com os "lugares" do moderno, do pragmatismo e, portanto, daquilo que julga ser útil para o "bem comum", no caso, o eleitorado ou povo brasileiro, com quem se identifica ou assume a "voz".

Assim, são considerados antigos, ultrapassados e retrógrados os que cultivam valores prejudiciais ao bem estar coletivo, tais sejam: "a tendência terceiro mundista"; "xenofobia em relação ao capital e à tecnologia do exterior"; o "grevismo exagerado"; "a má administração pública"; "as ilusões utópicas do socialismo"; "a defesa do modelo estatizante-planificador"; "as velhas crenças socialistas e populistas"; "o caudilhismo político"...

Colocam-se do lado do moderno, pragmático, tolerante, liberal os que creem que: "as ilusões utópicas do socialismo só podem ser combatidas pelo realismo quase

didático dos processos eleitorais livres e abertos"; "a questão da estatização versus privatização não é um falso problema (...)"; "o nepotismo, a corrupção, os desperdícios na administração pública, a política tradicional são práticas que devem ser negadas."

Do lado do antigo, ultrapassado, retrógrado estão todos os partidos que o jornal situa no "âmbito da esquerda" ou que, de certa forma, são apoiados por grupos de esquerda; o PMDB, o PT, o PDT, o PCB... Apontando para a modernidade surge o "furacão Collor", cujos índices de preferência, nas pesquisas de opinião pública, apontam-no como favorito, "por representar para o brasileiro comum, a negação da política tradicional" (...).

Com esse discurso, o locutor tem a intenção de "esvaziar" a conotação "ideológica" que marca, na circunstância histórica, o discurso político-partidário das "esquerdas", trazendo para a arena da discussão as questões de ordem econômica e administrativa (pragmatismo). Esta oposição utopia/realismo é trazida à presença do ouvinte reiteradamente nos editoriais analisados e de forma especialmente irônica, em dois editoriais "Um surto de sensatez" e "A falência do comunismo", quando o locutor se utiliza de argumentos dos "adversários" para reforçar a sua tese. E ao fazê-lo (re)põe argumentos enunciados por "oponentes" que, embora situados no "âmbito das esquerdas", não podem deixar de reconhecer o pragmatismo que rege o funcionamento da economia de mercado. Do modo como são aproveitados pelo locutor, tais argumentos se apresentam ao leitor (eleitor) como índices da rendição dos adversários face à evidência dos fatos.

É o que se pode depreender quando se põe em destaque a opinião de Lula que, num "surto benigno de sensatez" afirma:

(...) "É preferível pagar melhores salários ao trabalhador e cobrar o pãozinho mais caro que subsidiar o trigo para o pão ser mais barato (OESP - 2, 13/06/89)".

Ou quando se "aproveita" a opinião de Roberto Freire:

(...) "a economia não pode ser vista com um fêchê, pois não funciona por princípios, mas por eficiência, para atender às necessidades do homem (OESP - 2, 25/07/89)".

Esta visão pragmática parece se sustentar na crença de que os problemas da nação e do mundo não podem ser debatidos, exclusivamente, sob a ótica da ideologia, mas trazidos para o contexto dos embates dos interesses econômicos. A modernidade, na percepção do locutor, orienta-se para o "novo", abandonando "velhas utopias", "modelos de regime político já ultrapassados pela própria história e "moldes mentais que vêm do passado". Ao se constituir como um locutor orientado para a modernidade, não deixa de construir, por contraposição, o modelo desejável de regime político e econômico...

E ao construir sua argumentação sobre esses "objetos de acordo" acredita na sua eficácia de persuadir o assíduo "leitor" (eleitor) a deliberar, no momento da decisão do voto, de acordo com sua visão moderna e pragmática. Aos que escapam ao jogo articulado dessas significações, cabe encontrar, criticamente, os espaços para a contra-

argumentação.

Tentando estabelecer uma comparação dos editoriais do OESP com os da FSP, no tocante às imagens que mutuamente constroem a respeito do referente, escolhemos os seguintes editoriais da FSP: "Desconfiar de todos", "Os candidatos e o Estado", "Miséria de uma campanha". É interessante notar que estes editoriais não se dirigem, particularmente, a cada um dos partidos e candidatos; são editoriais que tratam do tema de forma genérica, alicerçando-se em "verdades" e, sobretudo, em "valores".

Uma análise das significações que se manifestam nestes três editoriais permite configurar qual a perspectiva sob a qual o locutor "percebe" o momento político vivido pela Nação.

Partindo de "verdades" que creem ser partilhadas pelo seu auditório, esboça o "pano de fundo" em que se processa a campanha eleitoral: "a conjuntura econômica marcada pelas mais sérias pressões inflacionárias e pelos mais evidentes sinais de falência financeira e ética do setor público" ou, de forma ainda mais particularizada, "os desmandos ocorridos sob o Governo Sarney".

Diante deste quadro, o locutor critica, indistintamente, partidos e candidatos que, em sua percepção, não estão à altura das exigências do momento histórico e político que vive a Nação: "empenham-se numa campanha que acumula obviedade e mistificações"; "se indiferenciam na ausência de programas e na timidez de suas concepções". Esta posição da FSP é radicalmente diferente da adotada pelo OESP em relação à crítica que faz às contradições "ideológicas" flagradas nas opiniões omitidas, individualmente, pelos representantes de cada partido. A FSP não utiliza a oposição entre "partidos que se situam no âmbito das esquerdas" e "os que estão fora desse esquema, apontando para a modernidade", como faz OESP. Antes, os separa segundo duas tendências - a ala dos "auto-denominados liberais" e a dos "auto-denominados progressistas" - ambas criticadas por contribuírem, indistintamente, para a "miséria de uma campanha".

Entretanto, não demonstra "simpatia" por uma determinada candidatura não poupando "liberais" nem "progressistas", "desconfiando de todos".

E, ao não "transigir de seu compromisso com o apartidarismo em benefício do leitor, o locutor procura construir uma "imagem" digna de crédito, de confiança perante seu auditório. Ao desqualificar a campanha eleitoral que está sendo conduzida num clima de "exaltações retóricas", "de interesses simétricos da convivência, do fisiologismo e da obediência a preconceitos ideológicos", a FSP se qualifica como "prestando um serviço ao eleitor", não só no espaço desses editoriais, mas também ao publicar a série "Menos Governo, menos Miséria" que "reconhece os números que ilustram o grau das distorções (...) cometidas em nome de um modelo de desenvolvimento fundamentado na concentração de renda". Aquilo que seria o papel esperado dos partidos e candidatos, ou seja, uma maior "profundidade à discussão"; "o debate, a disputa de interesses, o confronto de soluções e alternativas" está sendo preenchido pela FSP que assume o papel de promotora e provocadora do debate.

A FSP fala a partir de alguns "lugares" específicos, contrapondo-se "ao modelo

de desenvolvimento fundamentado na concentração de renda, nos entraves à iniciativa privada, no cartorialismo, no favorecimento, na irresponsabilidade e na fisiologia", defendendo de forma programática, a atuação do Estado " como instrumento de regulação da política econômica e como agência de justiça social e redistribuição de renda" (...) (FSP-6, 25/07/89).

Esta concepção da FSP se apóia em "valores": "a democracia é um instrumento de mudança" e a mudança exige "uma redefinição por completo do perfil do Estado e da sociedade" (FSP - 12, 03/10/89). Assim, enquanto o locutor aponta qual a direção programática em que o debate deva ser orientado, vai criando no leitor (eleitor) mais uma "disposição para a ação" do que propriamente uma "decisão por uma ação". Pois, conhecendo todas as "variáveis e informações" o leitor (eleitor) poderá se decidir não tanto em função dos candidatos em si, mas em função de "programas de ação".

Mas se o locutor "desconfia" de todos os partidos e candidatos, desqualifica a campanha eleitoral por sua carência programática, em quem votar? Assim, poderia se interrogar o leitor dessa seção editorial que enfrenta, na prática, uma situação de decisão de voto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- OSAKABE, H. Argumentação e discurso político. São Paulo: Kairós, 1979.
PERELMAN, Ch. & OLBRECHTS-TYTECA, L. Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique. 2.ed. Bruxelas : P.U.B., 1983.
POSSENTI, S. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

diferencia um teórico de outro e permite a Greimas avançar na construção de um modelo de análise da enunciação.

Em artigo publicado em 1974, na revista *Significação*, L'énonciation (une posture épistémologique), Greimas estabelecia relações entre o discurso e a gramática sócio-semiótica que lhe é subjacente, ao falar do jogo de simulacros das situações sociais refletidas e construídas no discurso: "Le récit, le discours, c'est encore un lieu privilégié où on peut étudier cette grammaire socio-sémiotique et vice-versa"⁽²⁾. No volume 2, do *Dicionário de semiótica*, Greimas e Courtés definem as situações extralinguísticas como realidades semióticas construídas, vislumbrando-se aí a possibilidade de, semiotizando o contexto, incorporá-lo à análise.

A análise semiótica vem, portanto, procurando integrar à descrição dos dados linguísticos objetivos a condição figurativa do texto. Na busca de um caminho científico de análise, contexto e texto tomam a forma de um percurso gerativo de sentido, que deverá estar na base e no centro de qualquer abordagem.

Lançando mão dos conceitos de *embregem* e *deseembregem*, Greimas oferece a noção fundamental do texto como simulacro do espetáculo do mundo. A enunciação, instância interposta entre a virtualidade e a atualização do dizer, será o lugar da construção desse simulacro. Se ele é, pois, o lugar da mediação, estarão aí os elementos do texto/mundo: o eu, o outro, o objeto, interrelacionados e entrecruzados para produzir o dizer e o existir.

A dificuldade teórica consiste exatamente em, semiotizando esse lugar, que é o lugar do vir-a-ser, isolar o que não seja forma semiótica, ou seja, estabelecer fronteiras nesse território fluido que vai do que é "naturalmente" dado ao que é construído⁽³⁾.

O caminho da análise só poderá ser o da construção de um modelo que, considerando o texto como produto de um percurso de geração, semiotize todos os patamares desse percurso, aí incluída, naturalmente, a instância da enunciação.

A formulação canônica de Greimas - "L'énonciation est un énoncé dont seul l'actant objet est manifesté"⁽⁴⁾ - aponta para um método e um princípio. Depreendida, por pressuposição lógica, a partir dos dados do enunciado, a enunciação precede o texto, particularizando, no nível discursivo, o plano narrativo do percurso gerativo de sentido. O sujeito da enunciação, aquele que ao se apropriar da palavra confisca-a de outro, elabora, no discurso, o embate entre o seu simulacro e o simulacro deste mesmo outro que ele finge afastar para em seguida acolher, num espaço e num tempo figurativizados em referência virtual ou concretamente comum.

É através do procedimento narrativo da *deseembregem* que o sujeito da enunciação projeta-se para fora desta instância, instalando-se, como simulacro, no enunciado. É reconhecido naquilo que não é - actantes, coordenadas de espaço e tempo. O eu-aqui-agora do enunciado já não são os mesmos da enunciação: serão seus simulacros discursivos a ocultar/revelar o eu-aqui-agora do sujeito da enunciação. Por oposição, o procedimento da *embregem* simula recuperar a instância da enunciação, instalando no enunciado o eu-aqui-agora ilusórios do ser do sujeito. Eis aí o que se denomina a *competência discursiva no sentido estrito*; a inserção das figuras do mundo

e das configurações discursivas ampliarão esse saber-fazer, caracterizando-se assim a competência discursiva no sentido lato.

A semiótica da enunciação deverá, portanto, analisar as formas e os valores das correlações entre o sistema extra-textual - ponto de partida figurativo do texto - e o enunciado, que explicita a configuração actancial do texto. Semióticistas como Landowski e Urbain vêm trabalhando no sentido de desenvolver procedimentos teóricos para sistematizar as possibilidades metodológicas de uma semiótica das situações, que pretende não só estabelecer modelos de "deictização" e de aspectualização espaço-temporal (no nível discursivo), mas também operar com o conceito sêmio-narrativo de modalização.

Em La société réfléchie, Landowski estabelece como desafio a ser vencido pela semiótica a tarefa de redefinir o contexto do discurso como uma linguagem⁽⁵⁾. O sujeito que, ao "tomar a palavra" constrói enunciados, constrói também, como reflexo e como origem, a situação de que fala. Esse mundo construído, que é, ao mesmo tempo, linguagem verbal e outras linguagens, está dado no discurso, cujo percurso de produção de sentido será desvendado pelo descobrimento das instâncias de semiotização do real, aqui entendido como o referente e sua representação.

Incorporando esta perspectiva de uma semiótica das situações, Jean-Didier Urbain, em seu trabalho Idiologues et Polylogues: pour une sémiotique de l'énonciation, propõe o estabelecimento de uma tipologia das formas da enunciação, em que a base da análise estará na concepção dialógica de todo texto e a novidade metodológica consistirá na integração do "fora do texto" à investigação semiótica:

L'analyse actantielle de la relation dialogique sera donc dévorinats à l'origine de l'interprétation et permettra de développer une véritable sémiotique de l'énonciation, ouverte au hors-texte et, de ce fait, intégrante.⁽⁶⁾

Compreendendo o diálogo como o arquétipo da enunciação (mesmo que o enunciado se manifeste como monólogo, será sempre concebido como dualidade actancial fundamental, ainda que interna), o autor tratará das relações entre dois sujeitos (S1 e S2) e das modalizações que essa troca possibilita, a partir da seguinte definição semiótica de enunciação:

l'énonciation réfère primordialement à un énoncé d'état natif unissant deux sujets par une relation conjonctive.⁽⁷⁾

Essa relação conjuntiva é o substrato fático indispensável ao nascimento da relação dialógica, relacionando-se ao conceito de comunhão fática de Malinowski, retomado também por Benveniste: estado interativo coesivo inicial propício ao desenvolvimento da comunicação. O enunciado descritivo elementar é, pois, a transformação semiótica do ato fático inicial em relação conjuntiva entre S1 e S2.

relação a ser submetida a um processo de diversificação modal que irá produzir diferenciações figurativas.

Num primeiro patamar de diversificação da relação dialógica, temos duas modalizações complementares e constitutivas, que caracterizam a alternativa estratégica primitiva entre S1 e S2:

S1=S2: relação igualitária (homogênea, equilibrada, fundadora de um consenso de identidade de poderes)

S1 \ominus S2: relação diferencial (heterogênea, desequilibrada, fundadora de um consenso de desigualdade de poderes)

A partir da relação diferencial, estabelece-se um segundo patamar de diversificação modal, composto de modalizações complementares, modificando especificamente R (= conjunção) e engendrando entre S1 e S2 duas figuras típicas: a dominação (S1>S2) e a submissão (S1<S2).

A relação dialógica representada pela troca entre dois pólos (S1 e S2) é uma idealização actancial. Na verdade, a estrutura actancial do diálogo é ao menos triádica. A mediação da troca sofrerá complexificação através de um trabalho semiótico que vai instaurar um fenômeno perturbador na relação intersubjetiva elementar. Esse trabalho semiótico gerador da mediação recairá sucessivamente ou simultaneamente sobre os três fatores fundamentais da comunicação - Contexto, Enunciador, Enunciatário. A partir desses dados, Urbain propõe alguns modelos de descrição, que a natureza deste trabalho não nos permite aqui expor, mas cuja eficácia nos parece relevante, uma vez que sugere procedimentos de análise que poderão oferecer estratégias para a abordagem semiótica da enunciação. Fixando-se nos pólos clássicos do processo da comunicação, o autor tenta demonstrar a riqueza de relações que, ora a implicação, ora a duplicação, ora o embaralhamento de papéis, podem produzir.

É esse jogo e esse movimento que a análise tentará apreender: identificando os actantes, os papéis que exercem através das modalizações operadas, examinando os procedimentos da embreagem e da desembreagem, reconhecendo os atores e as figuras que servem à tematização proposta pelo texto, observando os investimentos semânticos e ideológicos que preenchem os papéis actanciais e os dados figurativos. Mais que relacionando, integrando texto e contexto, percebidos como percursos de construção do discurso que identifica um sujeito social, a análise semiótica deverá, como já previa Bakhtin, considerar a interação verbal a forma, o meio e o produto da instância da enunciação. A troca linguística, que tem como suporte o próprio meio social, define a natureza ideológica da atividade verbal. Qualquer que seja o texto, sua produção decorre da descoberta de valores e reproduz ou instaura, a partir da assunção de um sujeito modalizado pelo querer-ser e pelo querer-fazer, uma axiologia.

Assim, os subsídios aqui apresentados nos encaminham sempre na direção da abordagem do fenômeno discursivo como matéria social e ideológica, a dar forma e existência ao espetáculo do homem no mundo, através dos textos.

O que nos permite concluir fazendo uma releitura da "máxima" greimasiana: "hors du texte, point de salut", em que o semiótico pretende ressaltar a importância

do texto para a análise, imaginando que o autor desejava mesmo era mostrar que a salvação (ou a danação!) do homem é existir na palavra.

NOTAS

- (1) BENVENISTE, 1989, p.63.
- (2) GREIMAS, 1974, p.22.
- (3) GREIMAS & COURTÉS, (s.d.), p.410.
- (4) GREIMAS, 1974, p.10.
- (5) LANDOWSKI, 1989, p.195.
- (6) URBAIN, 1991, p.3.
- (7) id., p.15.

BIBLIOGRAFIA:

- BAKHTIN, M. 1981. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec.
- BENVENISTE, E. 1989. Problemas de lingüística geral II. Campinas, Pontes.
- GREIMAS, A.J. 1974. L'énonciation (une posture épistémologique), in: Significação, Revista Brasileira de Semiótica, 1. Ribeirão Preto, SP.
- _____. & COURTÉS, J. (s.d.) Dicionário de semiótica. São Paulo, Cultrix.
- _____. 1986. Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Vol II. Paris, Hachette.
- LANDOWSKI, E. 1989. La société réfléchie. Paris, Scuil.
- URBAIN, J.D. 1991. Idiologues et Polylogues: pour une sémiotique de l'énonciation, in: Nouveaux Actes Sémiotiques, 14. Université de Limoges, PULIM.

**ENUNCIÇÃO E HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA NAS
INTERLOCUÇÕES DO CONTO
"THE OUTSTATION" DE W. S. MAUGHAM.**

**Regina Maria Guarneri Domiciano
UEL- LONDRINA**

No conto "The Outstation" de W.S. Maugham, Allen Cooper, um ajudante de ordens chega ao posto de colonização inglesa em Borneo, para trabalhar sob as ordens do "resident" Warburton. A sua função é fazer os malaios capturados trabalharem. Nem o comportamento de Cooper nem o tratamento que ele dá aos seus subordinados e aos presos agradam o "resident" Warburton. Inicia-se um conflito entre Warburton e Cooper, entre este e seus serviçais, culminando com seu assassinato.

**A CENA ENUNCIATIVA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS PARA
ANÁLISE**

O enredo do conto apresenta uma trama simples, mas a interação entre Cooper e Warburton - realizada em várias interlocuções - reveste-se de um tom polêmico. Dado que a Análise do Discurso (daqui em diante AD) formaliza construtos teóricos para recuperar uma realidade social heterogênea no processo de funcionamento do discurso, utilizaremos certos conceitos da AD co-relacionados com a concepção bakhtiniana da enunciação para concluir que a heterogeneidade constitutiva é mostrada no discurso literário.

A inauguração de interlocutores na instância textual é teoricamente elaborada via mecanismos da debragem actancial. Os dois grandes tipos de debragem são: enunciativa (para enunciados com "eu") e enuncivas (com enunciados com "ele"). Há, ainda, as debragem de segundo grau que instaura os interlocutores. A debragem de segundo grau é um mecanismo que introduz interlocutores / interlocuções na instância enunciativa. A debragem de segundo grau pode ser considerada uma das instâncias da constituição heterogênea da enunciação do texto literário, pois ela instaura o espaço para o resgate da dimensão heterogênea constitutiva dos (sujeitos)-enunciadores-locutores.

A AD concebe dois sujeitos na dimensão discursiva: o sujeito-locutor que se apresenta como "eu" no enunciado, e sujeito-enunciador que é a perspectiva que esse "eu" constrói no processo de produção do sujeito na enunciação. As várias posições de sujeito-enunciador na dimensão enunciativa correspondem a diversas formações discursivas que autorizam o dizer do sujeito-enunciador. Os sentidos desse dizer não

Elas se abrigam na dimensão da heterogeneidade. Enquanto a heterogeneidade mostrada tem um lugar no fio do discurso (Authier,1990,p: 30), a heterogeneidade constitutiva não tem, nele, um lugar específico. Enquanto a heterogeneidade mostrada é marcada no fragmento lingüístico, o mesmo não ocorre com a heterogeneidade constitutiva. Na primeira, o fragmento lingüístico preenche esse lugar e constitui uma alteridade que remete seja para um outro ato de enunciação, seja para a língua enquanto exterior ao discurso em enunciação. A segunda instaura-se na cena enunciativa e é recuperada por um processo de interpretação, configurado interdiscursivamente. A materialidade discursiva é a representação dessa heterogeneidade numa prática langagiére.

A materialidade discursiva (dimensão da heterogeneidade constitutiva na cena enunciativa) é também representada na produção/recuperação dos efeitos de sentidos. Este espaço interdiscursivo é representado na cena enunciativa, mas é recuperado segundo Bronckart(1990) através dos construtos teóricos das representações do contexto (a representação do parâmetro social, dos parâmetros do ato de produção, os mecanismos de decisão discursiva) das representações do referente, e da representação da constituição de significações. A apreensão dessas representações dá - senas palavras, expressões e proposições que se dimensionam como uma "outra" língua, um "outro" registro discursivo, um "outro" discurso, uma "outra" modalidade de sentidos/significações. A heterogeneidade constitutiva na cena enunciativa do discurso literário se configura, então, por essas posições teóricas expostas acima.

Colocamos no início do trabalho, que concentraríamos a análise nas interações interlocutivas entre Cooper e Warburton. Essas interações, provenientes de debreagens internas na instância da enunciação, são recortes que podem representar a estruturação do funcionamento discursivo heterogeneamente constituído. Podemos dizer que a dimensão da heterogeneidade constitutiva é resgatada na cena enunciativa, quando é uma interação interlocutiva, por meio de três mecanismos que são exteriores/interiores do interdiscurso: relações de força, relações de sentido e relações de antecipação.

O mecanismo das relações de força - representação do parâmetro social - coloca os locutores (sempre sujeitos, mas nem sempre sujeitos enunciadore) na arena da interlocução para circular dizeres e efeitos de sentidos autorizados pela posição que eles ocupam nas estruturas das relações sociais. Uma das funções dessas posições é autorizar os sujeitos a dizerem o que dizem. Essa autoridade e os efeitos de sentidos que ela elabora são produtos da historicidade dessas relações sociais, cristalizadas e incorporadas na materialidade dos sentidos das palavras e das estruturas modalizantes.

O mecanismo das relações de sentido - parâmetro de decisão discursiva - evidencia o dialogismo do dizer. Não há possibilidade da materialização lingüística concomitante de duas vozes. Mas para que uma delas, ao ser enunciada, produza certos efeitos de sentidos é preciso que outras vozes ressoem paralelamente na cena enunciativa.

O mecanismo da antecipação coloca o interlocutor como elemento constitutivo das representações imaginárias do social. O locutor está impregnado do interlocutor e vice versa. De um dos polos ve-se o outro. O locutor/interlocutor resgata, interpelado pelas formações imaginárias, a posição do outro nas relações de força. Isto em termos discursivos quer dizer que o locutor/interlocutor representa na prática langagiere, pelo mecanismo da antecipação, a relação entre seu enunciado e o lugar onde ele fala, vendo o lugar do outro. Isto é também heterogeneamente constitutivo.

Todas essas relações são heterogeneamente constitutivas na dimensão discursiva da cena enunciativa. A reincidência dessas relações, estruturando o exterior e o interior na cena enunciativa, vai sobredeterminar a semântica das interações interlocutivas.

A análise que proponho tenta recuperar a produção dessa heterogeneidade constitutiva no discurso literário.

ANÁLISE DAS INTERLOCUÇÕES

A análise não será exaustiva e as interlocuções não aparecem na ordem que estão no conto.

Warburton: "I daresay you want to have a bath and a change. I shall be very pleased if you'll dine with me tonight. Will eight o'clock suit you?"

Cooper: "Any old time will do for me."

É cena enunciativa: interlocução- mecanismo de debragem de segundo grau.

Atividade social que estrutura essa interlocução: convite para jantar - atividade de constituição significativa, isto é, institucionalizada na seguinte sintaxe: banho, sugestão e marcar a hora (já já temos elementos de uma atividade ideologicamente marcada pela aristocracia). A aristocracia se significa ideologicamente na configuração dessa atividade instituída (= de instituição) e de constituição significativa..

Atividade comunicativa:

Warburton, (sujeito-enunciador) na posição de locutor na configuração da cena enunciativa de comunicação faz um convite e o seu interlocutor ao tomar a posição de (sujeito-enunciador) locutor aceita o convite.

Atividade "langagiere"

(solicitando a representação do contexto, do referente-sujeito presentes no mecanismo de relação de força)

O sujeito-enunciador-locutor Warburton marca o seu dizer como sendo um membro da aristocracia. A aristocracia "fala" por ele nas estruturas sintáticas: *I darsay...; I shall be very pleased; na escolha do léxico dine, suit*. Ao mesmo tempo que a aristocracia "é falada" por ele, Warburton se coloca como autorizado a dizer como diz. A relação de forças se instaura quando Cooper participa da interlocução com *"Any old time will do for me"*. Assim como o sujeito-enunciador-locutor (Warburton) fala por uma posição social ideológica instituída - a aristocracia-, o sujeito-enunciador-locutor (Cooper) também fala por uma configuração social ideológica como membro da classe burguesa vindo da colônia. É na expressão *"Any old time will do for me"* que o sujeito-enunciador-locutor (Cooper) configura a recusa dos signos impostos pela aristocracia ao fato (refeição) e resgatados na linguagem, desalojando-os como alguma coisa do passado, sem mais direito à existência. A expressão *"any old time"* que parafraseia *"eight o' clock"* é um ato de fala (individual) de um locutor, mas ela recupera, na inter-relação, o ressoar de vozes socialmente instituídas, portanto vozes-signos.

O sujeito-enunciador-locutor (Warburton) enuncia a configuração ideológica da atividade social que se dimensiona no seu dizer como uma atividade significativa (de signo) - isso que o seu interlocutor (Cooper) resgata na sua formação imaginária do outro: sujeito-enunciador-locutor (Warburton); e a formação imaginária dele: sujeito-enunciador-locutor (Cooper) como interlocutores: sujeitos que ocupam posições diferenciadas na estrutura de classes sociais.

O sujeito-enunciador-locutor faz desse *"any old time"* invadir toda a configuração significativa da cena enunciativa do sujeito-enunciador (Warburton), invasão que não apaga a heterogeneidade constitutiva dessa interlocução, pelo contrário, ela é mostrada para resgatar os sentidos - instituídos, de recusa, de imposição, que está o circulando nessa prática langagiére da cena enunciativa.

A DIGRESSÃO E A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO FALADO

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade
USP

INTRODUÇÃO

O texto falado tem características organizacionais específicas e o seu estudo permite observar a complexidade do seu processo de produção, visto que nesse processo operam não só fatores lingüísticos como também interacionais.

Ao se estudar o texto conversacional não só como produto, mas também como processo, torna-se possível descrever seu modo de organização, as estratégias e as marcas inerentes às atividades conversacionais. A esse respeito os analistas da conversação têm tomado o tópico discursivo como um dos principais organizadores do texto falado, cujo encadeamento permite que se estabeleça a coerência.

O tópico discursivo pode ser definido "como aquilo sobre o que se está falando" (Brown e Yule, 1983: 73). Pode-se dizer que ele é, nessa acepção, uma questão de conteúdo, estando na dependência de um processo colaborativo que envolve os participantes da atividade interacional.

O sentido do texto, isto é, a sua coerência é construída durante a interação e se instaura por meio de uma série de fatores contextuais, tais como: conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, circunstâncias em que ocorre a conversação, pressuposições, etc.

O conceito de tópico torna-se de fundamental importância para o entendimento da organização conversacional e é consenso entre os estudiosos que os usuários da língua têm noção de quando estão discorrendo sobre o mesmo tópico, de quando mudam, cortam, criam digressões, retomam, etc.

1. CONCEITO DE DIGRESSÃO

Uma digressão "é uma porção da conversa que não se acha topicamente relacionada com o material conversacional imediatamente precedente nem com o material que lhe segue, enquanto o último é topicamente relacionado com o primeiro" (Keenan e Schieffelin, 1976: 342).

Esquemmatizando essa explicação, tem-se:

- 1a. etapa: retirada de um tópico (A);
- 2a. etapa: introdução de um tópico (B);
- 3a. etapa: retirada do tópico (B);

4a. etapa: reintrodução do tópico (A).

A digressão se localiza, então, na 2a e 3a etapas. Dascal e Katriel (1982) complementam essa explicação dizendo que "uma digressão pode ser caracterizada por uma mudança tópica sucessiva envolvendo o mesmo tópico" (p. 70).

Para analisar-se uma digressão, é preciso observar em que condições um desvio tópico origina uma mudança, uma evolução natural ou uma digressão. É evidente que num contexto interacional, qualquer intervenção ou mudança pode provocar uma alteração, abandono ou flutuação do tópico. Essa mudança no fluxo conversacional tanto pode provocar um abandono do tópico que vinha sendo desenvolvido (mudança tópica) quanto uma reintrodução do tópico original (digressão):

Dado que uma conversação é evento comunicativo dinâmico, ocorre uma constante progressão de tópicos discursivos e esta progressão não é tida ou sentida como incoerente. Esse fato pode ser explicado porque, durante a evolução natural de um diálogo, os tópicos têm uma série de relevâncias que podem ser detectadas e selecionadas pelos falantes, dando origem a novos tópicos. Entretanto, no que se refere à digressão, há um vácuo ou lacuna e não se percebe uma relação imediata com algum elemento básico das relevâncias tópicas, criando-se então uma relevância marginal.

A escolha de um desenvolvimento tópico marginalmente relevante, em geral, vem manifestada por algum tipo de marcador, como por exemplo: *a propósito, isto me lembra que*. Este marcador de digressão permite, logo após o trecho digressivo, não só a volta ao tópico anterior como também a continuidade de novas propostas.

Muitas vezes as digressões são introduzidas sem qualquer tipo de marca formal, mas a volta ao tópico prévio é feita por repetições de constituintes ou de orações. Essas repetições funcionam, conforme observa Marcuschi (1990: 1), "como estratégias de monitoração rítmica de coerência, favorecendo a coesão superficial e auxiliando a geração de seqüências mais compreensíveis. Propiciam uma textualidade menos densa e maior grau de envolvimento interpessoal sobretudo no caso de repetições mútuas. Tornam-se, assim, um mecanismo que contribui para a sintaxe e organização discursiva".

2. TIPOS DE DIGRESSÃO

Dascal e Katriel (1982) sugerem uma classificação das digressões em três tipos básicos:

a. **digressão baseada no enunciado:** caracteriza-se por apresentar uma espécie de relação de *conteúdo* (semântico ou pragmático) entre o enunciado principal vigente e o digressivo. De modo geral, essa digressão é introduzida ou encerrada por operadores de digressão (marcadores conversacionais), tais como: *a propósito...*; *por falar nisso...*; *já que você mencionou isso /.../ voltando ao assunto.*

Veja-se o exemplo a seguir:

(1) **Contextualização:** L2 introduz o tópico "O abandono da vida profissional de L1 por causa dos filhos", fazendo uma pergunta a L1. Esta começa a desenvolver o

que a digressão baseada na interação funciona sobre uma dimensão conversacional diferente. O que importa nesse tipo de digressão não está explicitado verbalmente porque é social, é consensual e insere-se numa dimensão implícita que sustenta o encontro.

(2) **Contextualização:** L1 responde a uma pergunta de L2, introduzindo o tópico "Necessidade de carreira profissionalizante de L1. Nesse segmento, a locutora diz por que escolheu a carreira profissionalizante, mas interrompe o desenvolvimento do tópico e faz uma digressão ao mencionar o problema do horário: "meu horário está atrapalhando a nossa--..." (al. 1565). A interrupção é bastante rápida e quando L1 reintroduz o tópico, repete a última estrutura utilizada antes da digressão: "por uma carreira profissionalizante..." (al. 1565).

L1 porque... eu a fiz o curso normal... porque eu havia perdido o meu pai fazia: ah no no primeiro colegial ...e: eu precisava... ter uma ah optar por uma carreira pro-- meu relógio está atrapalhando a nossa--... por uma carreira profissionalizante... eu achei que as coisas dali para frente seriam mais difíceis eu comecei o colegial...

(ID2 360, al. 1562-1567, p. 175)

Através do exemplo dado, fica evidente que o que provoca uma digressão baseada na interação é uma relevância motivadora. Esta relevância pode ser explicada a partir do contexto situacional, ou seja, um item relevante topicamente pode ser motivacionalmente relevante para uma pessoa e não ser para outra.

c. digressão baseada em seqüência inserida: refere-se a uma grande variedade de atos de fala correlativos, esclarecedores, informativos, parentéticos, etc. É uma espécie de estágio intermediário entre a digressão baseada no enunciado e a baseada na interação. Isto se explica por uma caracterização dupla. De um lado, embora esteja ligada ao enunciado, não é topicamente relevante. De outro, tem maior relação com o enunciado prévio do que a digressão interacional.

Caracteriza-se por ser uma seqüência que modifica, por exemplo, uma outra seqüência par do tipo pergunta-resposta. Essa seqüência é bastante comum e revela uma característica interacional importante, visto que ela pode servir tanto para esclarecimento, como para manipulação da pergunta, orientando-a de alguma forma. Um exemplo bastante evidente de inserções que são paráfrases da pergunta com a finalidade de interpretá-la com determinada intenção é o que ocorre em debates ou entrevistas.

(3) **Contextualização:** O documentador está entrevistando uma mulher da 2a. faixa etária (38 anos) sobre o tema: alimentação.

Doc. e o que que você costuma comer em cada uma dessas refeições?

Inf. bem :...eu não estou entendendo BEM aonde você quer chegar com esse "o que você costuma COMER em cada uma dessas refeições"

Doc. desde o café da manhã até a hora do jantar...o que você costuma comer em cada um deles?

Inf. ah como eu já disse né? as comidas comuns arroz verduras:: carne...

(I DID 235, al. 22-30, p. 120)

Como anteriormente a documentadora já havia perguntado quais as refeições que a informante fazia normalmente e que tipo de comida ela comia, No trecho acima, a informante pede um esclarecimento criando, então, uma seqüência inserida. Depois que a documentadora refaz a pergunta (al. 27), a informante utiliza o marcador *ah*, introduzindo o enunciado "como eu já disse", revelando que de certa forma ela já havia respondido a pergunta logo no início da entrevista e por isso o pedido de esclarecimento.

A seqüência inserida é baseada no ouvinte, já que é uma resposta a um enunciado anterior não totalmente aceito ou compreendido. O fato de desempenhar uma função metacomunicativa ou metalingüística é o que a distingue do material conversacional em que está encaixada. Portanto, pode-se dizer que ela marca uma espécie de salto e é notada como uma pausa no fluxo conversacional.

Dascal e Katriel (1982: 88) afirmam que esses três tipos de digressão estudados podem ser descritos em um processo unificado, que sugere o *sucesso comunicativo* ou a *fluência interacional* de um encontro.

3. DIGRESSÃO E CONTINUIDADE TÓPICA

A continuidade tópica pode ser observada pela exterioridade dos segmentos. A um segmento textual pode seguir-se outro que volta ao anterior, ou um outro segmento que é externo ao anterior. Este segmento pode ser assinalado por um marcador conversacional (e, mas, agora, então, etc.) inicial e, deste modo, seu caráter fica evidenciado, ou pode ser estabelecido implicitamente.

Por outro lado, a progressão do texto também é feita por retomadas, e é assim que, através de repetições, vão ocorrendo os pinçamentos que recuperam elementos enunciados antes de uma digressão e necessários ao próprio avanço do texto. A repetição é, portanto, básica para o estabelecimento da continuidade tópica.

A categoria da continuidade decorre, segundo Koch et alii (1990: 11), "de uma organização seqüencial dos segmentos tópicos, de forma que a abertura de um apenas se dá após o fechamento do outro, precedente".

Na tentativa de tecer um texto adequadamente, verifica-se que - após uma digressão - o falante vale-se de marcas linguísticas, tais como: repetições e/ou marcadores conversacionais para encadear novos segmentos e fazer com que haja progressão textual. A seguir, veremos cada um deles.

3.1 Uso de repetições

A repetição é, conforme Marcuschi (1990:1), "a produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo". O autor designa que a matriz (termo que indica a primeira entrada de um segmento discursivo que depois será repetido) caracteriza-se por operar como base ou modelo para a projeção de outro segmento construído à sua identidade ou semelhança, ou seja, a repetição nos níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico ou pragmático. Entretanto, cabe ressaltar que a criatividade ou a atividade reformuladora podem ser verificadas, visto que a repetição não é um *espelhamento automático* e a matriz funciona de forma paradigmática em sua relação com o segmento repetido.

Considerando-se que é sempre produzida visando a uma finalidade, a repetição apresentará traços de *seletividade* em relação à sua matriz. Esta relação se dá na seleção e marcação de um foco localizado em algum ponto da cadeia de constituintes em relação à matriz. Desse modo, a matriz opera como proposta de composição textual-discursiva, ou seja, é a base para a topicalidade e a argumentação. Por meio da repetição do segmento matriz, o falante faz uso de um mecanismo de composição textual, visando a assegurar a condução do tópico discursivo em andamento e também a compreensão.

As digressões são, como já se viu anteriormente, porções textuais inseridas no tópico discursivo em andamento. A volta ao tópico prévio se dá a partir de marcas formais como repetições de constituintes ou repetições oracionais, isto é, segmentos que já haviam sido mencionados e que agora reintroduzem o tópico.

Como já foi visto no exemplo (2), a digressão é um desvio do tópico que vinha sendo desenvolvido, visto que estabelece uma nova relevância. A volta ao tópico anterior pode ser feita através da repetição de elementos da estrutura desse tópico: "por uma carreira profissionalizante".

A repetição auxilia a reintroduzir o tópico discursivo, pois tem caráter bidirecional (retrospectivo e prospectivo), já que serve para pinçar o tópico que ficou interrompido e, ao trazê-lo novamente à tona, faz com que ele tenha continuidade ou progressão.

Na língua falada, a repetição é uma estratégia para se conseguir a coerência. Por seu intermédio instaura-se a coesão, as seqüências são encadeadas de modo mais adequado propiciando a compreensão. A textualidade se estabelece dinamicamente, já que permite um envolvimento interpessoal mais estreito. Pode-se dizer, portanto, que a repetição contribui para a sintaxe e a organização discursiva das conversações que apresentem trechos digressivos, na medida em que auxilia na progressão textual, na manutenção do tópico prévio e na continuidade da interação.

3.2 Uso de Marcadores Conversacionais

A conexão pode se dar pelo uso de certos marcadores conversacionais de valor coordenativo. A coordenação é um mecanismo que especifica o modo pelo qual o que se vai seguir está sistematicamente conectado com o que veio antes. Assim, a coordenação é tomada como um expediente de coesão textual, com um valor determinado na sintagmatização que produz o texto.

Os co-ordenadores (1) ou nexos de coordenação (e, mas ou) são elementos que ressaltam a ordenação lado a lado, pois garantem a independência sintática dos elementos que separam ou ligam. Pode-se dizer ainda que são recursos para organizar a progressão textual e mantêm seu núcleo sêmico específico. Segundo Moraes (1987), são elementos que atuam em mais de um nível e é possível compreendê-los nos níveis sintático, semântico e conversacional integradamente.

A autora afirma que esse uso está previsto na definição de base sintática: "a conjunção é a marca de relação de coordenação que se estabelece entre dois elementos pertencentes ao mesmo nível hierárquico" (p. 85).

Ao organizar o texto conversacional, os nexos de coordenação sempre relacionam dois elementos do mesmo nível hierárquico: morfemas, sintagmas, orações, períodos, porções tópicas, subtópicos, tópicos e supertópicos.

Os nexos de coordenação são aqui observados sempre na interação linguística e, em particular, nas funções de marcador conversacional.

A expressão marcador conversacional serve para designar não só elementos verbais como também prosódicos e não linguísticos que desempenham uma função interacional qualquer na fala. Podem ser produzidos tanto pelo falante como pelo ouvinte.

Como trabalham na organização da interação, na articulação do texto e na orientação da força ilocutória, os marcadores são considerados - por Marcuschi (1986) - elementos multifuncionais. Verifica-se, então, que o uso da língua na interação verbal ocorre com a aplicação de princípios pragmáticos e regras linguísticas.

Os marcadores conversacionais podem ser definidos como "elementos sintaticamente independentes e sequencialmente dependentes, que articulam unidades (sintáticas, tonais, proposicionais), organizando o texto conversacional" (cf. Schiffrin, 1987: 35).

Visando à construção de textos falados onde haja intercompreensão, os interlocutores se valem de procedimentos linguístico-discursivo-interacionais que são, muitas vezes, introduzidos por um marcador conversacional.

(4) Contextualização: No D2 360, as locutoras estão desenvolvendo o tópico "Expectativa de novo concurso para procurador do estado". Na al. 475, L2 - que é procuradora - está falando a respeito do acúmulo de trabalho que existe na procuradoria

(1) Termo empregado por Neves (1984) para ressaltar a ordenação lado a lado, que implica independência sintática entre os segmentos.

e passa, através de uma digressão baseada no enunciado, a referir-se à facilidade de complementar o trabalho em casa (relevância marginal). Esta digressão é introduzida pelo marcador *mas* que funciona como um operador de parêntese temático, isto é, serve para assinalar a entrada do novo argumento, buscando destacar a necessidade de haver um novo concurso para procurador, já que há muito trabalho e é preciso, muitas vezes, terminá-lo em casa. Verifica-se, neste segmento digressivo, o traço sêmico de adição, que o nexó de coordenação *mas* carrega, apontando de modo mais intenso do que o de desigualdade, visto que apresenta um caráter de continuador de argumentos.

Ao terminar a digressão, L2 reintroduz o tópico prévio ("Expectativa de novo concurso para procurador do estado") através do marcador *mas*: "mas realmente nós estamos precisando de bastante gente... (estamos precisando deMAIS lá)". Nota-se que a locutora retoma o tópico com o marcador *mas* reafirmado por *realmente* e enfatizado por *deMAIS*, fazendo uma espécie de avaliação. O marcador *mas* permite a volta ao tópico prévio devido a seu traço de desigualdade, isto é, a perspectiva aberta pela digressão permite que esse marcador articule sintaticamente a retomada ao tópico inicial. O marcador é usado com a finalidade de anunciar uma continuação e, para tanto, lhe vale o traço de adição, mas como essa continuação é distinta da digressão, lhe vale o traço de desigualdade.

L1 acarreta mais trabalho para vocês...

L2 acarreta...mas muitÍSSIMO... a gente trabalha...eu::lá eu já vi que (esse período) período da manhã...mas eu trago muito processo para casa e faço em casa...que para eu voltar lá à tarde cria muito problema com as crianças eu ficar tempo to/...tempo todo fora de casa...tempo integral fora de casa realmente dá muito...problema com eles...então::eu trabalho (no) horário que eles estão na escola...e o resto eu trago para casa...ainda eu tenho essa possibilidade

L1 (certo)

L2 de eu poder trazer para casa porque aí eu fico trabalhando em casa mas tomando conta toda hora preciso interromper no meio de um negócio para:... levar um ao banheiro para dar uma comida para outro::...e as coisas de casa que a gente aten/tem que atender normalmente com as crianças BRIGas que a gente tem que repartir

L1 apartar

L2 tem que apartar::isso toda hora...mas aí

L1

()

L2 eu estou em casa...estou super/supervisionando o que

o pessoal está fazendo...não é?...então (né)? fica
mais fácil...e::o que não dá para fazer durante o
dia eu faço à noite...mas realmente nós estamos pre-
cisando de bastante gente...(está precisando deMAIS
lá)

(I D2 360, al. 475-500, p. 148)

CONCLUSÃO

Neste breve estudo sobre o tema, procurou-se mostrar que a digressão deve ser analisada, através de uma perspectiva ampla de coerência conversacional, como um elemento que colabora na construção da textualidade. É um procedimento empregado constantemente pelos falantes e não provoca rupturas ou descontinuidades no fluxo conversacional.

Para assegurar a progressão textual, os falantes - após o uso de uma digressão - se valem de recursos para voltar ao tópico prévio; dentre esses recursos foram observadas as repetições e os marcadores conversacionais com valor coordenativo. Verificou-se que esse mecanismo empregado pelos falantes promove a condução e manutenção do tópico discursivo, instaurando a solidariedade conversacional entre os interlocutores, na medida em que propicia dinamismo e continuidade à interação.

Ao examinar diferentes tipos de digressão, constatou-se que o sentido de coerência de uma conversação contendo digressões varia conforme o tipo empregado e assinala uma forma de relevância.

Para um estudo mais completo sobre a digressão, será preciso aprofundar as teorias de linguagem relacionadas ao contexto verbal e não-verbal, visto que essas teorias poderão explicar o funcionamento e as inter-relações dos diferentes tipos de contexto que intervêm na construção do significado comunicativo das digressões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, G. e YULE, G. (1983). *Discourse Analysis*. Cambridge, Cambridge University.
CASTILHO, A. T. de e PRETI, D. (orgs.) (1987). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: Diálogos entre dois informantes*. São Paulo, T. A. Queiroz/FAPESP, vol. II.
DASCAL, M. e KATRIEL, T. (1982). "Digressions: a study in conversational coherence". In Petöfi, J. S. (ed). *Text vs. sentence*. Hamburg, Buske, vol. 29, p. 76-95.

- KEENAN, E. D. e SCHIEFFELIN, B. B. (1976). "Topic as a discourse notion: a study of topic in conversation of children and adults". In Charles, N (ed.) *Subject and topic*. New York, Academic Press, p. 335-384.
- KOCH, I. G. V. et alii (1990). *Organização tópica na conversação*. (a publicar).
- MARCUSCHI, L. A. (1988). *Coesão e coerência na conversação (organização tópica)*. Versão preliminar datilografada.
- _____. (1990). *A repetição na língua falada e sua correlação com o tópico discursivo*. Recife, UFPE, versão preliminar.
- MORAES, L.C.D. (1987). *Nexos de Coordenação na Fala Urbana Culta de São Paulo*, Tese de Doutorado, USP, São Paulo.
- NEVES, M.H.M. (1984). *A coordenação interfrasal em português*. Tese de Livre-Docência, UNESP, Araraquara.
- PRETI, D. e URBANO, H. (orgs.) (1988). *A linguagem falada culta no cidade de São Paulo: Diálogos entre informante e documentador*. São Paulo, T.A. Queiroz/FAPESP, vol. III.
- SCHIFFRIN, D. (1987). *Discourse markers*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHUTZ, A. (1970). *Reflections on the problem of relevance*. New Haven, Yale University Press.

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE TURNOS

Luiz Antônio da Silva
USP

Este trabalho tem como ponto de partida um artigo publicado no vol. IV da publicação do Projeto NURC/SP, em co-autoria, intitulado "O Turno Conversacional" (Galembeck *et alii*, 1990).

A conversação é uma prática rotineira na vida dos seres humanos e elemento básico para a interação. Quando dois interlocutores mantêm um diálogo, a tradição cultural e as normas sociais prevêm que cada um tenha a vez de falar. Enquanto um está na condição de ouvinte, o outro está na condição de falante e vice-versa.

Quando se estuda um texto conversacional, um dos aspectos a analisar é a definição de TURNO. Ingve, num artigo de 1970, identifica o turno como ponto de partida para o estudo das atividades conversacionais.

Marcuschi, no seu trabalho de 1986, define TURNO como a produção de um falante enquanto ele está com a palavra. Ter o turno significa, portanto, estar na vez de falar, isto é, ter a palavra e estar de fato usando-a. Por isso Marcuschi não considera como turno a produção do ouvinte durante a fala de alguém, embora reconheça que isso seja significativo para o desenvolvimento do discurso conversacional.

Em nosso trabalho, definimos como TURNO cada intervenção dos interlocutores. Isso significa dizer que até a produção do ouvinte, do tipo "UHN UHN", "SEI", "ENTENDI", foram consideradas como turno, se bem que foram consideradas como um tipo diferente de turno.

Isso tudo implica dizer que o ouvinte não apenas ouve, mas também fala. Por isso, de acordo com Ingve (1970) e Edelsky (1981), fizemos a distinção entre "TER O TURNO" e "TER A PALAVRA". "Ter o turno" significa intervir na interação conversacional, podendo essa intervenção ser manifestada por meio de sinais não-verbais. "Ter a palavra" significa deter o desenvolvimento do tópico; ser o condutor principal do diálogo; aquilo que Marcuschi chama de "falante corrente".

Sacks, Schegloff e Jefferson (SSJ), no clássico trabalho de 1974, definem a regra básica da conversação: "FALA UM DE CADA VEZ". Segundo eles, no momento em que um turno está sendo produzido, têm os ouvintes a capacidade de prever a unidade que o falante planeja usar e, dessa forma, perceber o primeiro momento em que a fala estará possivelmente completa. Esse primeiro ponto de possível completude é denominado de "LUGAR RELEVANTE PARA A TRANSIÇÃO (LRT)". LRT é o momento em que pode dar-se a conclusão do turno e a troca de falantes. O LRT é identificado, pelo ouvinte, por meio da presença de marcas segmentais, supra-

MODELO DE SSI (1974)

Técnica 1 : O falante em questão escolhe o próximo falante e este toma a palavra iniciando o próximo turno;

Técnica 2 : O falante em questão pára e o próximo falante toma o turno pela auto-escolha.

ISSO GERA ALGUMAS SITUAÇÕES ESPECÍFICAS:

SITUAÇÃO 1:

LOCUTOR X : fala e pára (escolhe o interlocutor Y como próximo falante utilizando a técnica 1).

SITUAÇÃO 2:

LOCUTOR X : fala e pára (não escolhe o próximo falante; um dos outros interlocutores assume a posição de falante, utilizando a técnica 2).

SITUAÇÃO 3:

LOCUTOR X : fala e pára (nenhum outro interlocutor assume a palavra; o locutor X continua a falar).

MODELO DE MARCUSCHI (1986)

LOCUTOR X : fala e pára;

LOCUTOR Y : toma a palavra, fala e pára;

LOCUTOR X : retoma a palavra, fala e pára;

LOCUTOR Y : volta a falar e pára.

MODELO DE DUNCAN (1973)

SITUAÇÃO 1: FALANTE - OUVINTE

Um dos interlocutores assume a posição de falante e o outro de ouvinte. Enquanto um assume a palavra, desenvolvendo o enunciado, o outro participa como receptor da mensagem.

SITUAÇÃO 2: OUVINTE - FALANTE

Neste caso, há uma troca das posições. O locutor que era falante torna-se ouvinte e vice-versa.

SITUAÇÃO 3: FALANTE - FALANTE (Turnos simultâneos)

Os dois interlocutores reivindicam, ao mesmo tempo, a posição de falante. Esse estado de interação representa um colapso no sistema para a manutenção do diálogo. Essa situação pode ser provocada quando, depois de um momento de silêncio, os dois interlocutores começam a falar ao mesmo tempo.

SITUAÇÃO 4: OUVINTE - OUVINTE

O falante anterior encerra seu turno e pára de falar, cedendo, assim, a vez ao interlocutor. Este não assume a posição de falante e o resultado é o silêncio. Representa, também, colapso no sistema da conversação e será mudado quando ocorrer uma das três possibilidades abaixo:

1a : O falante percebe que o ouvinte não quer assumir a palavra e continua como falante;

2a : O ouvinte, depois do silêncio, resolve assumir a condição de falante;

3a : Os dois interlocutores, depois do silêncio, falam ao mesmo tempo, provocando a terceira situação: FALANTE-FALANTE.

Estudaremos quatro exemplos, retirados de Castilho e Preti (1987). Nas indicações, aparece o número do inquérito, as linhas e as páginas.

EXEMPLO 1

L1 (...) de maneira que foi uma experiência muito marcante ... mas nem por isso eu posso generalizar... e acusar de negativas... as viagens de trem feitas nessas

circunstâncias... não sei se o R. teria alguma outra particularidade relativa a transportes...

L2 apenas eu gostaria de... de... de... de situar o seguinte...
(NURC/SP 255, L. 296-301, p.107)

Neste exemplo, observamos a técnica 1 de SSJ (1974). L1, falante em questão, escolhe seu interlocutor como próximo falante. Como os dois falantes são bem comportados, percebemos que é possível aplicar a técnica de Marcuschi (1986). De acordo com os estudos de Galembeck *et alii* (1990), temos um exemplo de passagem requerida pelo falante. A entrega do turno é feita de maneira explícita, como se dissesse "agora é a sua vez de falar".

EXEMPLO 2

L1 (...) mas as restrições que tenho à televisão como Entidade cultural... são as mais sérias possíveis...

L2 é eu gostaria de acrescentar C. o seguinte...
(NURC/SP 255, L. 642-644, p.114-115)

No exemplo 2, verificamos a ocorrência da técnica 2 de SSJ (1974). L1, falante em questão, conclui seu turno e pára. Neste caso, temos um exemplo de passagem consentida pelo falante. Há a presença de marcadores supra-segmentais, como a entonação descendente e a pausa. O ouvinte, por intermédio desses marcadores, pode entender que o interlocutor concluiu o turno, chegando, assim, a sua vez de tomar o turno.

EXEMPLO 3

L2 esse negócio de lei de zoneamento não está funcionando ?

L1 não que eu saiba não::... não é tão... tão forte essa lei não não consegue... moldar a cidade...

|

| não porque eu ouvi depois que::...

L2 depois que estabeleceram aí::

L1 (tem isso) porque envolve interesses econômicos muito... Fortes muito grandes... que dobram essa lei... certo ?

(NURC/SP 343, L. 82-88, p.19)

A primeira intervenção de L2 é um exemplo de passagem requerida pelo falante. O falante L2 faz uma pergunta a seu interlocutor, entregando-lhe, portanto, o turno. L1 não está muito seguro a respeito do que está dizendo. Podemos verificar as

hesitações, marcadas pelas pausas e pelo alongamento. Como seu interlocutor hesita, L1 resolve, depois de uma pausa, expor o que pensa sobre o assunto. Observe-se, portanto, que L2 ainda não havia concluído seu enunciado, causando sobreposição de vozes, entre a primeira intervenção de L1 e a segunda de L2. Houve, aqui, um exemplo de assalto com "deixa". L2 interveio no momento da hesitação de L1 (pausa). L2, contudo, também não está seguro de sua posição; há hesitação (alongamento) e L1 aproveita para retomar o turno: outro exemplo de assalto com "deixa". O assalto de L2 foi frustrado, pois podemos ignorar a sua intervenção. Observe-se que entre a primeira e a segunda intervenção de L1 há lógica sintática, a despeito da intervenção de L2. Verifique-se que podemos aplicar, neste caso, a situação 3 do modelo de Duncan (1973).

EXEMPLO 4

L2 mas isso acho que não tem né ? em::... lugar nenhum da cidade a não _
ser talvez... assim

L1 [me parece que...

L2 bairro em termos de visão::

L1 me parece que está ahn:: envelhecida a cidade né ? ... ahn:: muita
construção... antiga não tem muita construção nova...

(NURC/SP 343, L. 37-43, p.18)

Os dois interlocutores estão discorrendo sobre a arquitetura da cidade de São Paulo. L1 acha que não há uma linha arquitetônica definida. L2 discorda. Entre a primeira intervenção de L2 e a primeira de L1, há um exemplo de assalto sem "deixa". Como L1 não concorda com a posição de seu interlocutor, interrompe-o bruscamente, utilizando um marcador típico para isso: "me parece que". Foi uma tentativa de assalto frustrada, pois L2 tenta concluir seu enunciado. Para sustentar seu turno, L2 utiliza o alongamento ("visão::"). L1 volta a assaltar o turno de L2, utilizando o mesmo marcador ("me parece que"), aproveitando o alongamento do final do enunciado de seu interlocutor. É um exemplo de assalto com "deixa" e, desta vez, foi bem sucedido, conseguindo tomar o turno e expor suas idéias.

Com essas considerações, pretendemos esboçar algumas reflexões a respeito dos mecanismos utilizados pelo falante e pelo ouvinte durante a conversação. Assim, vimos como os turnos são distribuídos durante o processo de interação conversacional, quais as estratégias que falante e ouvinte utilizam para tomar, entregar ou assaltar o turno.

A RELEVÂNCIA DO PORQUÊ NA ORGANIZAÇÃO DO TEXTO CONVERSACIONAL

Marli Quadros Leite
Doutorado USP

O objetivo deste trabalho é demonstrar o papel organizacional do operador *porquê* no texto oral-dialogado, a partir de princípios teóricos da Análise da Conversação e da teoria da Relevância, de SPERBER & WILSON (1986).

Da tese de Sperber & Wilson trazemos, para a nossa análise de enunciados construídos com o operador *porque*, alguns pontos fundamentais: primeiro, a noção de que os enunciados da linguagem natural, espontânea, são passíveis de receber regras dedutivas inferidas não-demonstrativamente. Isto é, mesmo sob perfeitas condições de realização, a comunicação pode falhar ou, ao contrário, mesmo sob condições de realização precárias, a comunicação pode ocorrer; segundo, a idéia de empregar regras dedutivas para enunciados de linguagem espontânea - regras de eliminação - para a interpretação inferencial destes enunciados; finalmente, a idéia de relevância do enunciado, muito própria à análise de textos oriundos da língua falada, porque, nessa modalidade lingüística, não raro encontramos enunciados sintaticamente, ou mesmo semanticamente, incompletos, em razão da elisão ou truncamento de muitos elementos, mas que são aceitos pelos ouvintes, dada a sua relevância contextual.

Tomemos alguns exemplos para demonstrar a nossa classificação dos operadores em operadores discursivos argumentativos (ODA) e operadores discursivos interativos (ODI), presentes no *corpus*, aplicando a cada um a regra de eliminação própria a enunciados construídos com o *porquê*.

Em princípio, analisar textos cujos enunciados sejam relacionados pelo operador *porque* é apenas partir da fórmula P porque Q, cuja regra de eliminação é

Input: P porque Q

Output: (i) P → antecedente

(ii) Q → consequente

(iii) Q é a causa de P → resultado do envolvimento de P e Q.

para comprovar a relação lógico-semântica existente entre P e Q. Isto pode acontecer, sempre assim tão linearmente, se o *corpus* for originário de texto escrito, ou se for criado pelo analista. Diferentemente ocorrerá se se tiver o objetivo de investigar a atuação do operador em textos orais, em que há variações na regra.

Nesse tipo de texto, tanto pode haver elementos interpostos entre o P e o Q, quanto pode haver a interrupção da estrutura P porque Q, causando, muitas vezes, problemas à análise sintática, mas não interferindo na compreensão dos enunciados.

É necessário esclarecer que, em razão de esta ser uma análise de textos

conversacionais, entendemos imprescindível tentar manter as suas peculiaridades. Isto significa que, na medida do possível, não realizaremos o "enxugamento" do texto, eliminando marcadores, fragmentos ou invertendo as posições de orações intercaladas, porque o enunciado foi relevante aos interlocutores naquela forma. Segundo SPERBER & WILSON (1986:86) o interlocutor processa, cognitivamente, as informações dos enunciados por ele ouvidos, o "input", ativando imediatamente os conceitos estocados em sua memória, sob três endereços diferentes: a entrada lógica que abriga as regras lógicas, a serem aplicadas a cada enunciado processado; a entrada enciclopédica que contém as informações sobre a extensão ou denotação dos conceitos; e a entrada lexical que é a contraparte, em linguagem natural, de cada conceito. Ao final desse caminho, que é automática e inconscientemente realizado pelo ouvinte, está a informação compreendida, o *output*. Neste trabalho, o objetivo é analisar as informações do *input* e não o caminho cognitivo pelo qual ela percorre, resultando as informações do "output". Aliás, quanto a este, faremos as suposições e inferências que os dados lingüísticos nos permitirem fazer. Portanto, consideraremos demonstrativas as inferências que são conduzidas pelos termos da regra de eliminação P porque Q e não-demonstrativas as que não podem ser tiradas dos termos desta regra.

Examinemos os seguintes textos, sendo o operador de (1) do tipo ODA e de (2), do tipo OD1:

(1)

EF (153: 63-7)

... agora o processo nos Estados Unidos foi inicialmente lento... porque a própria indústria cinema/ cinematográfica americana... não acreditava... ah que o cinema falado... ah estivesse vindo realmente para valer...

Esse exemplo adequa-se perfeitamente à regra de eliminação padrão P porque Q. Confrontando a regra vazia (1) com a preenchida (1a) pelas informações dos enunciados, teremos:

Input: P porque Q

Output: (i) P

(ii) Q

(iii) Q é a causa de P

(1a) **Input:**

o processo nos Estados Unidos foi inicialmente lento... porque a própria indústria cinema/cinematográfica não acreditava que o cinema falado... ah estivesse vindo realmente para valer...

Output:

(i) o processo nos Estados Unidos foi inicialmente lento...

(ii) porque a própria indústria cinema/cinematográfica não acredita que o cinema

falado... ah estivesse vindo realmente para valer...

(iii) a indústria cinematográfica não ter acreditado no cinema falado, causou a lentidão

do seu desenvolvimento.

As poucas marcas conversacionais deste texto, as pausas, marcadores (ah) e um truncamento (cinema/), têm a função de permitir que o discurso do falante tenha fluência, pois, parece claro que ocorrem à medida em que ele, em milésimos de segundos, vai planejando o seu discurso.

A análise de (1) demonstra claramente a função desempenhada pelo operador: articula os argumentos P e Q, revelando a sua faceta de operador discursivo argumentativo (ODA). Trazendo à luz as funções da linguagem, descritas por Halliday, observamos que, nesse exemplo, as mais salientes funções são a textual e a ideacional, por estar o operador desempenhando uma função eminentemente coesiva, além de veicular mensagem. Em outros casos, a função interpessoal pode estar mais saliente do que as outras duas, mesmo sendo a textual considerada uma hiperfunção.

Analisando outras ocorrências do operador, observamos que nem sempre a sintaxe e a semântica do texto estão, como em (1), linearmente coordenadas. Observemos o que está posto no texto (2), quando o informante L1 fala sobre a resistência do ator Paulo Autran a participar de novelas.

(2)

D2 (62:1445-46)

...esse tem amor à arte... porque:: novela isso é comercializado

Para preencher a regra de eliminação, as orações desse texto ficariam assim distribuídas:

(2a)

Input: ... esse tem amor à arte... porque:: novela isso é comercializado

Output: (i) esse tem amor à arte

(ii) porque:: novela isso é:: comercializado

(iii) (?) esse (Paulo Autran) ter amor à arte, causou a comercialização das novelas

É óbvio que nem o falante teve a intenção de veicular o sentido exposto em (iii), advindo da estrita relação dos termos da regra de eliminação, nem o ouvinte assim a compreendeu. Essa conclusão pode ser tirada pela análise do cotexto e, também, porque a conversação fluiu normalmente, sem ter havido interpelações do ouvinte, para esclarecimentos.

Foi a observação da existência de textos montados na base do *porquê*, mas sem obediência à instrução padrão fornecida por ele, que nos levou à nossa segunda classificação: a de *operador discursivo interativo (ODI)*. Nos textos em que há um ODI, a função interpessoal predomina sobre as demais, porque os dados interacionais, mais que os lingüísticos, fornecem a relevância do enunciado, por meio de algum efeito contextual, mesmo sem haver, aparentemente, uma relação lógico-semântica entre o antecedente (P) e o conseqüente (Q).

Os enunciados articulados pelo *porquê* sempre nos fazem pensar na organização linear P porque Q. É esta a ordem dos enunciados já estudados por lingüistas tais como O. Ducrot, C. Vogt, Van Dijk, Moeschler e outros.

A análise dos textos conversacionais gravados pelo Projeto NURC/SP, no entanto, nos fez observar que há outras disposições desses elementos nos textos. São os enunciados em que há orações intercaladas entre o P e o operador, entre o operador e o Q ou os enunciados nos quais falta um ou mais termos da fórmula P porque Q, ou os que têm recursividade do conseqüente, quando ele é conseqüente de um antecedente e ao mesmo tempo antecedente de outro conseqüente.

Vejam os exemplo (3):

(3)

EF(377-225-29)

(...) a parte mais difícil do teste... é se adaptar... esses padrões que foram construídos a partir de uma amostra representativa... para uma outra amostra... né? porque: aí vai influir meio cultural::: social::: né?...

Inicialmente, é preciso registrar que não é tarefa fácil a determinação dos termos antecedente e conseqüente do *porque*. Isto se deve à flexibilidade do termo conseqüente. Em termos formais, não há como fugir da delimitação, mas, em termos interpretativos, não há como ficar preso ao limite da oração. Portanto, por um lado, estamos presos à forma, quando reduzimos ou enquadramos o texto a uma fórmula ou regra e, por outro, estamos livres para ampliar o nosso universo interpretativo, em busca dos efeitos contextuais que levam os interlocutores às inferências.

Em (3), por exemplo, as termos da regra de eliminação nem sempre podem ser montados na base de uma oração antecedente, mais o operador, mais a oração conseqüente, porque o sentido de P começa na primeira oração e estendendo-se por mais duas até o operador que articula uma explicação, global, para o antecedente. Daí a dificuldade de análise dos dados complexos da língua oral, sem alterá-los, para tornar menos árduo o trabalho do pesquisador. Nesse caso, por exemplo, se procedêssemos a duas nominalizações, transformaríamos três orações em uma, e estaria resolvido o problema, porque teríamos a nossa única oração para ocupar a posição (f) do output da regra de eliminação. Mas não o faremos, e a regra deverá conter as três orações criadoras do efeito contextual que deve ter levado o ouvinte à inferência que o fez compreender o sentido do enunciado. Assim, teremos:

(3a)

Output (i) a parte mais difícil do teste... é se adaptar... esses padrões que foram construídos a partir de uma amostra representativa... para uma mostra né?

(ii) porque: aí vai incluir o meio cultural:: social:: né?...

(iii) a influência do meio cultural é a causa da dificuldade de adaptação do teste construído por amostra representativa.

Desse modo, transformamos o que na sintaxe aparece como um antecedente P, ampliado por três orações, em um termo possível de formar uma conclusão lógica, depois de processada a regra.

Vê-se, então, que esse caso não é tão simples como os que, usualmente, são tomados para análise da atuação do operador. No fundo, no entanto, não é diferente daqueles, porque a reunião de todos os seus termos resultou na fórmula original P porque Q.

Tomemos outro exemplo para verificar como estão organizados os termos da regra de eliminação:

(4)

D2(62:343-44)

L2 você sempre teve idéia quando estava... porque normalmente você vê um garoto:: hoje em dia ele está estudando né?

Neste texto, cujos elementos lingüísticos têm função predominantemente interacional, não é possível recuperarmos todos os termos da regra.

O enunciado em pauta é relevante pelos efeitos contextuais que desencadeia, mas não pelo conjunto de seus elementos lingüísticos. Nestes casos, é impossível a organização da regra de eliminação, pois o enunciado não oferece condições para que possamos tentar demonstrar por meio dele a provável inferência a ser feita pelo ouvinte. Segundo Sperber & Wilson toda inferência da língua natural é não demonstrativa, mas, neste trabalho, reduzimos o âmbito deste conceito e chamamos demonstrativas as inferências feitas a partir de enunciados que dão lugar à montagem da regra de eliminação e, não demonstrativas as inferências feitas a partir de enunciados que não dão lugar à montagem da regra de eliminação. Vejamos (4a):

(4a)

Output (i) você sempre teve a idéia quando estava...

(ii) porque normalmente você vê um garoto hoje em dia ele está estudando né?

(iii) estar um garoto estudando hoje em dia é a causa de você ter a idéia quando estava...

A conclusão é absurda. Se o enunciado for trabalhado, como agora o foi, o resultado será, assim, desastroso mas, também o será se nele inserirmos os elementos elípticos: com certeza não haverá diferença se acrescentarmos depois do quando a locução na escola. Também não seria diferente se considerássemos, como ensina MORAES (1987: 159), um verbo (como acho, digo, penso, etc.) implícito ao enunciado, para compor a posição (i) do output, porque a conclusão seria provável, mas forçada. Para efeito de análise, consideremos:

(4b)

Output (i) eu acho isso

- (ii) porque normalmente um garoto está estudando né?
- (iii) um garoto estar estudando é a causa de eu achar que você teve a idéia de estudar economia quando estava na escola.

É bom observarmos que tivemos de criar elementos, trazê-los do contexto, ou eliminar alguns outros característicos da linguagem falada, para tornar a conclusão aceitável. Este é um procedimento correto quando se tem o objetivo de estudar o texto oral para provar a sua lógica, buscando termos presentes na sua estrutura profunda a fim de, pela via indireta, provar a sua relevância. No entanto, nossa opção foi trabalhar, na medida do possível, com o produto da conversação tal como ele ocorreu, para tentar descobrir em que condições é possível a ocorrência do porque e, como, a partir destas, ele cria textualidade.

Por isto, sobre o nosso exemplo, podemos afirmar que, embora na regra de eliminação a conclusão tenha sido absurda, por não ser possível enquadrar nela enunciados que têm a função interpessoal muito mais saliente do que as demais, o enunciado é relevante, pois o ouvinte teve "background" para processar a informação e continuar a conversa.

Acreditamos, então, que é possível, se no enunciado há um ODI, existir uma proposição em que um dos termos seja inferido do contexto, através de inferências não-demonstrativas; mas um enunciado assim não se enquadra na regra de eliminação, não pode ser formalizado.

Exemplo que merece ser comentado é o de número (5):

(5)

DID(18)

(...) e o cavalo que cobre as éguas é o garanhão... porque em geral ... os cavalos são castrados... porque o cavalo castrado é mais manso... e: e o garanhão é mais bravo mais briguento

Para que entendamos melhor esse texto, é preciso explicar que o primeiro conseqüente (porque em geral os cavalos são castrados) foi formulado para explicar a palavra garanhão e, por causa desta explicação, houve um encadeamento de orações

em que um conseqüente serviu de termo antecedente em relação a outro conseqüente.

Também para esse texto não se pode montar a regra de eliminação. A sua compreensão implica inferências não-demonstrativas, sendo os operadores da categoria ODI, o que, como já demonstramos, impossibilita a montagem da regra. Mas é possível apresentar a recursividade de modo bem fácil, vejamos:

1º e o cavalo que cobre as éguas é o garanhão... porque em geral os cavalos são castrados..

2º [os cavalos são castrados] porque o cavalo castrado é mais manso

Como todos os artifícios encontrados para explicar o que um ouvinte pode ter inferido são artificiais, este também o é; só tem a vantagem de não trazer termos, supostamente, não superficializados pelo falante. Ora, sabe-se que um enunciado é relevante a um contexto se, para a sua compreensão, o esforço cognitivo despendido for mínimo.

Na língua oral, as interrupções sintáticas, os fragmentos, não afetam o contínuo do discurso, pois os dados lingüísticos são automaticamente completados por outros dados, à disposição do ouvinte, no contexto de situação, na sua memória semântica ou episódica e nos supostos conhecimentos de mundo, compartilhados pelos interactantes. No entanto, se a análise do discurso oral for realizada do ponto de vista formal, as interrupções terão de ser notadas. No texto de número (6), por exemplo, poderemos verificar o que acabamos de dizer:

(6)

DZ(62:1544-46)

L2 (...) seria o professor vive daquilo... porque:: nós tivemos nossos professores normalmente eles... eles exerciam profissão fora

Mais uma vez observamos quão complexa é a língua oral. É claro nesse texto que a oração introduzida pelo porquê não mantém uma relação imediata, textual, com as outras que a cercam. Podemos fazer algumas suposições, partindo dos elementos que o texto nos oferece, e dizer que o falante iria explicar a sua afirmação (seria o professor vive daquilo), mas resolveu tomar outro caminho. A hesitação do falante pode ser confirmada pelas pausas que fez antes de enunciar o porquê e, quando o enunciou, pelo prolongamento de sua última vogal. Nesse ponto, o falante resolveu voltar ao passado - o verbo no passado comprova isto - e referir-se à situação profissional de seus professores, deixando incompleta uma estrutura lingüística antes enunciada. Formalmente a regra de eliminação ficou também incompleta (P porque), mas o enunciado foi relevante porque pôde ser completado, via inferência não-demonstrativa, pelo ouvinte.

Pelos exemplos apresentados, vimos ser possível, no texto conversacional, a existência de enunciados formulados com o porquê que escapam ao padrão P porque

Q. São enunciados em que um dos seus termos é inferido pelo ouvinte, e essa inferência é não-demonstrativa. Assim, ocorrem textos que podem ter a seguinte estrutura, além da estrutura padrão:

- a. Pop - estando ausente o Q (ex. n^o 6);
- b. opQ - estando ausente o Q (ex. n^o 4) ;
- c. PopQopQ - estando o Q, recursivamente, funcionando como P em relação a outra oração (ex. n^o 5).

Finalmente, pode-se afirmar ser o porquê um elemento de extrema importância para a organização do texto conversacional já que assume tanto funções lingüísticas quanto interacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London, Edward Arnold Ltd, 1985.
- MORAES, Lygia Corrêa Dias de. *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*. São Paulo, FFCLH/USP, Tese de Doutorado, 1987.
- PRETI, Dino & CASTILHO, Ataliba T. de (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, v. I São Paulo, T. A. Queiroz, 1986.
- _____. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, v. II São Paulo, T. A. Queiroz, 1986-1987.
- PRETI, Dino & URBANO, Hudinilson (orgs.). *A Linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, v. III. São Paulo, T.A. Queiroz, 1986.
- _____. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, v.IV - Estudos. São Paulo, T. A. Queiroz, 1990.
- SPERBER, D. & WILSON, D. *Relevance, communication and cognition*. 2 ed. Oxford, Basil Blackwell, 1988.

PAPEL TEMÁTICO: VALOR DE DIFERENCIAÇÃO DE DISCURSOS POLÍTICOS

*Marísia Carneiro
UFRJ/UGF*

1. INTRODUÇÃO

A investigação científica, em todas as áreas do saber, tem-nos mostrado resultados de que vemos surgir conceitos e fatos novos que provocam a necessidade de os cientistas revisarem e reformularem suas teorias. É o que observamos, por exemplo, nas abordagens formalista e funcionalista dos estudos lingüísticos. Em ambas permanece o dilema do objeto de estudo: frase ou discurso. Restringir os estudos da gramática à frase tem sido metodologicamente eficaz para a compreensão da competência lingüística e para a construção da teoria gerativa. Por outro lado, localizar os fatos e problemas das línguas naturais na função pragmática da competência, referindo-os ao contexto discursivo e cultural é, também, enfoque indispensável ao avanço da Lingüística na compreensão desses aspectos da realidade das línguas. Além disso não se pode deixar de enfrentar os desafios dos estudos lingüísticos que situam e observam os conhecimentos da competência lingüística no meio discursivo, levando-se em consideração as referências contextuais e ideológicas como o fez Marcellesi, por exemplo.

Particularmente, em nosso trabalho, tese de doutorado apresentada ao Departamento de Lingüística e Filologia da UFRJ, tentamos intermediar o fato discursivo e a teoria lingüística e assim contribuir para que a representação de dados pesquisados em discursos políticos se faça de maneira original e coerente com conceitos da competência gramatical de que lançamos mão. Nossa experiência consistiu em analisar, verbos e nominalizações, em frases extraídas de discursos políticos proferidos por Getúlio Vargas a destinatários diferentes - Classes Trabalhadoras e Classes Produtoras -, baseando-nos em pressupostos da teoria da Semântica Conceitual, uma abordagem léxico-semântica desenvolvida em trabalhos de Gruber, Jackendoff e Pinker.

Nosso objetivo é mostrar que essa teoria restrita à competência gramatical contém conceitos que nos permitem desvelar aspectos da correspondência entre a sintaxe, a semântica e o discurso. A partir da análise de 444 itens lexicais, tomados na forma de um de seus subverbetes e extraídos de frases de dois discursos políticos, detectamos, também, diferentes posturas do orador, notando as relações semânticas que ele constrói entre emissor e destinatários. Alcançamos resultados interessantes quanto à diferenciação desses discursos.

proeminência do sujeito. No nível do discurso, onde trabalhamos nossos objetivos, os itens lexicais que estão em posição de sujeito e que fazem referência ao emissor e/ou destinatário podem receber predominantemente o papel de Agente, e menos frequentemente o papel de Tema. Em outras palavras, podemos usar a frequência da distribuição dos papéis temáticos na estrutura-a para encontrar, no nível do discurso, a maior ou menor proeminência do emissor e do destinatário, que, especialmente no discurso político, assumem a função de agente da ação política ou dela se afastam em graus variáveis.

Para computar a totalidade dos papéis temáticos envolvidos nas duas pessoas discursivas, dentro da estrutura-a, tivemos que efetuar a análise da configuração semântica e do seu mapeamento sintático do subverbe de cada verbo realizado no enunciado do discurso. Uma análise superficial não nos mostraria todos os valores semânticos decorrentes das relações argumentais porque, como nos mostra Jackendoff (1987:384):

[...] não há nada a evitar que duas posições indexadas na estrutura conceitual conecte o mesmo índice e, portanto, sejam preenchidas com a mesma informação a partir da sintaxe.

Portanto, um mesmo SN pode receber mais de um marcador temático; um mesmo argumento pode receber mais de um papel temático. Esse procedimento se explica pela regra de fusão argumental, que nos interessa, sobretudo, porque mostra a necessidade de verificarmos, nas camadas da ação e temática, os papéis diferentes que são atribuídos a argumentos abertos e a argumentos implícitos.

Dessa maneira computamos a frequência dos papéis temáticos correspondentes aos dois participantes de dois discursos de Getúlio Vargas. O emissor - Governo - é o mesmo em ambos os discursos; o destinatário é que muda. O discurso de 10/5/1952 foi proferido às Classes Trabalhadoras no Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, Rio de Janeiro. O discurso de 12/7/1952 foi proferido às Classes Produtoras no Hotel Balcário de Santos, São Paulo. Pela decomposição exaustiva do subverbe de cada item lexical, obtivemos as frequências dos papéis temáticos correspondentes a essas duas pessoas do discurso (emissor e destinatário). Assim, além do aspecto da correspondência entre níveis da gramática e discurso, pudemos, também, interpretar os números percentuais como evidência da seleção lexical, tomada para integrar as estratégias do emissor e atender às intenções ideológicas que orientam a sua interlocução. Diferencamos os dois discursos, verificando, na sua intersubjetividade, a empatia entre aquelas pessoas e a proeminência de uma sobre a outra. Julgamos que os discursos de Getúlio Vargas prestam-se a esse tipo de análise construtiva porque o getulismo, exemplo de movimento populista na América Latina, traz em si a marca da ambigüidade. Os dados demonstram as formas puramente lingüísticas dessa

ambigüidade, permitindo materializar, no plano da produção da linguagem, os sujeitos da ação política.

Em nosso método de análise cumprimos os seguintes passos:

- 1º- reconhecimento dos verbos e das nominalizações em cujas estruturas argumentais identificamos emissor e/ou destinatário.
- 2º- identificação do significado de cada subverbe realizado no enunciado, tomando por base o verbe do dicionário;
- 3º- interpretação do significado, isto é, reconstrução do significado (glosa) através do reconhecimento dos primitivos conceituais, de sua configuração pela atribuição dos papéis temáticos e através, também, da restrição seletional dos argumentos; e
- 4º- mapeamento da estrutura sintática na estrutura semântica, identificando os argumentos abertos e os implícitos ou lexicalizados.

A interpretação dos conteúdos argumentais para identificarmos as referências ao emissor e aos destinatários mereceu de nós solução original. Fixamos critérios pelos quais a pessoa do discurso está referida no conteúdo argumental pelas relações de: 1) grupo, classe, pessoa; 2) atividade; 3) meios; e 4) espaço físico. Encontramos, assim, no grupo 1, expressões referenciais transparentes, v.g., "proletariado", "produtores", e expressões referenciais não-transparentes, v.g., "bem-estar de todos", as quais representam diferentemente os destinatários. No grupo 2, encontramos expressões referenciais não-transparentes, v.g., "iniciativa governamental". No grupo 3, expressões referenciais não-transparentes, v.g., "máquina governamental". E, no grupo 4, v.g., "país". A relação é bem ampla. Esses exemplos servem para ilustrar como trabalhamos a relação entre o conteúdo argumental e as pessoas do discurso.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados nós os apresentamos em onze quadros. freqüências dos verbos analisados, freqüências das formas que correspondem ao emissor/ou ao destinatário e freqüências da distribuição dos papéis temáticos. Cada quadro mostra-nos os números resultantes das análises dos subverbetes de itens lexicais retirados dos discursos às Classes Trabalhadoras e às Classes Produtoras. Estes ficam diferenciados pelas freqüências em que se dá a correspondência entre papéis temáticos e as pessoas do discurso, num e noutro. Assim transitamos entre os módulos sintático e semântico para alcançarmos o discurso.

Em primeiro lugar calculamos a percentagem de verbos e de nominalizações analisados: no discurso às Classes Trabalhadoras, 61,36% em relação ao total desses itens lexicais ali encontrados; e no discurso às Classes Produtoras, 58,15%. Esses números representam a freqüência dos itens lexicais em cujos conteúdos identificamos o emissor e/ou o destinatário. Em ambos os textos, nossa análise abrangeu, portanto, mais

de 50% do total de ocorrência de verbos e de nominalizações, o que sustenta a validade de nossos dados, tendo em vista a unidade total de cada discurso.

Para efeito comparativo fizemos, também, o cálculo das formas gramaticais e das expressões referenciais que de algum modo representam as pessoas do discurso. Em resumo, observamos que, no discurso às Classes Produtoras, o destinatário aparece representado predominantemente por proformas de 1ª pessoa do plural (24,71%) - e está implicitamente referido em índice mais elevado (48,24%) nas expressões referenciais não-transparentes. Por outro lado, no discurso às Classes Trabalhadoras, o destinatário aparece representado, predominantemente, por proformas de 2ª pessoa do plural (26,26%) - está implicitamente referido em índice mais elevado (45,45%) nas expressões referenciais não-transparentes. Quanto ao emissor, este aparece representado por proformas de 1ª pessoa (singular: 21,27% e plural: 22,34%) no discurso às Classes Produtoras, e predominantemente por proformas de 1ª pessoa do singular (34,32%) no discurso às Classes Trabalhadoras, em contraste acentuado com a 1ª pessoa do plural (7,46%).

A seguir destacamos os principais dados dos quadros V a XI. Os percentuais colhidos do discurso às Classes Produtoras estão nos quadros V, VI e VII; os do discurso às Classes Trabalhadoras estão nos quadros VIII, IX e X. No quadro XI apresentamos a frequência de ocorrências de formas que separam o emissor do destinatário do discurso.

Os quadros V e VI contêm os dados que nos permitiram calcular as frequências de distribuição de papéis temáticos apresentadas no quadro VII (Classes PRODUTORAS). Este nos mostra claramente que o emissor (Governo) corresponde ao papel temático de Agente em 22,8% dos casos - índice bem superior ao do destinatário (13,6%), e ao papel de tema em 19,96%, índice quase igual ao do destinatário (17,54%). Portanto, o emissor ganha posição de destaque nos planos sintático e semântico; por extensão, achamos que ele se destaca no plano discursivo. Ele ocupa, predominantemente, a função de sujeito sintático, sendo agente da ação verbal, o que o conduz, no discurso, a assumir a função de agente da ação política. Entretanto, consultando o quadro VI que mostra a frequência total de papéis temáticos correspondentes ao emissor e ao destinatário, constatamos que o emissor se destaca, em relação ao destinatário, em 9,65%, que é a diferença entre o total de papéis temáticos a que ele corresponde e o total a que o destinatário corresponde. Levando-se em conta, também a identificação do emissor e do destinatário, sugerida pelos dados do quadro XI e o predomínio da 1ª pessoa do plural nesse discurso às Classes Produtoras, apontamos esses fatos como provas lingüísticas da ambigüidade do discurso populista, posto que existe a tendência, naquele discurso, de o emissor, agente da ação política, identificar-se lingüisticamente com o destinatário. O emissor tende a dar o mesmo valor semântico a si e ao destinatário (Classes Produtoras).

Os quadros VIII e IX contêm os dados que nos permitiram calcular as frequências apresentadas no quadro X, onde observamos a distribuição dos papéis temáticos no discurso às Classes TRABALHADORAS. Ali constatamos que o emissor

corresponde ao papel temático de Agente em 18,86% índice quase igual ao do destinatário, 16,42%, e ao papel temático de Tema em 9,1%, índice bem inferior ao do destinatário, 26,34%. Assim, confirmamos a tendência populista de o governo identificar-se com o povo, na defesa dos interesses deste. Aparentemente os resultados dos dois discursos se equivalem. Entretanto, o destinatário é destacadamente o Tema da relação argumental e, por extensão, o objeto da ação política. Além disso, ele corresponde, de forma individualizada, a papéis temáticos em frequência superior à do emissor, com a diferença de 17,08%, que é quase o dobro do mesmo tipo de diferença, encontrada no outro discurso, onde o destinatário corresponde a menor quantidade de papéis temáticos individualizados que o emissor. Além disso, a predominância do destinatário em 2ª pessoa do plural e em expressões transparentes, em contraste com o emissor, cuja forma de referência predominante é a 1ª pessoa do singular, destaca as posições do eu e do vós, separando emissor de destinatário. Por tudo isso e pela proeminência dos papéis temáticos em relação à posição de sujeito, afirmamos que, no discurso às Classes Trabalhadoras, o destinatário assume posição mais destacada, como agente da ação política. Confirmamos, também, a ambigüidade do discurso populista, na medida em que o emissor (Governo) não tende a atribuir a si e ao destinatário (classes trabalhadoras) o mesmo valor semântico.

4. CONCLUSÃO

A análise e a interpretação dos dados da distribuição dos papéis temáticos desvela um conflito latente na produção de sentido do discurso populista. Linguisticamente isso se evidencia pela posição que o emissor assume em face dos diferentes destinatários dos dois discursos de Getúlio Vargas. A aplicação de conceitos da Semântica Conceitual ajudou-nos a conhecê-lo. Comprovamos, afinal, a hipótese de nossa tese: a análise da correspondência entre a sintaxe, a semântica e o discurso contribui para a diferenciação entre discursos.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, Marisia T. Papel temático: valor de diferenciação de discursos políticos. Rio de Janeiro, UFRJ - Faculdade de Letras, 2º sem. 1991, 643 fl. mimeo. Tese de Doutorado em Linguística.
- CHOMSKY, N. Knowledge of language: its nature, origin and use. New York, Praeger, 1986.
- GRIMSHAW, J. Argument structure. Cambridge, The MIT Press, 1990.

ERROS EM TRADUÇÃO DO FRANCÊS PARA O PORTUGUÊS: DO PLANO LINGÜÍSTICO AO PLANO DISCURSIVO

Angela Maria da Silva Corrêa

A tese¹ que ora apresento tem como ponto de partida a crítica à tradução brasileira do romance *Kamouraska* de Anne Hébert,² escritora quebequense contemporânea, publicado em 1970 pelas Editions du Seuil. A tradução a que me refiro tem por título *A máscara da inocência*, feita por Leônidas Gontijo de Carvalho³, publicada pela Editora Civilização Brasileira.

A escolha desse texto deve-se ao fato de que se encontram na tradução uma série de inadequações e erros, que diluem e comprometem os sentidos interpretáveis no texto original.

A partir da leitura da resenha da Profa. Miriam Lemle (publicada em 1990, mas à qual tive acesso bem antes de ser publicada)⁴ sobre o livro *The cow went to the swamp - a vaca foi pro brejo* de Millôr Fernandes, onde as "traduções falidas" são apresentadas como um jogo baseado em falhas no conhecimento lingüístico, convence-me de que se impunha um estudo mais aprofundado a respeito do que seja erro de tradução, e a elaboração de uma classificação e de uma tipologia de erros de tradução - o que, por certo, serviria como ponto de partida para uma discussão sobre as dificuldades da tradução.

O texto da tradução de *Kamouraska* prestou-se muito bem a esta empreitada, pois, ao primeiro confronto com o texto original identifiquei uma série de inadequações e equívocos considerados normalmente erros crassos.

Empreendi então um confronto sistemático do TLT-1 (o texto traduzido) com o TLO (o texto original) elencando os erros encontrados que serviram de corpus para a presente análise.

E para respaldar minha crítica numa experiência pessoal e refletir sobre as operações interpretativas e produtivas envolvidas no ato tradutório, traduzi cerca de 1/3 do romance, anotando dúvidas, dificuldades e justificativas.

Assim, ao longo da análise dos erros, a cada observação crítica, apresento uma outra proposta de tradução, justificando-a.

Em minha busca de subsídios teóricos, deparei-me com um grande número de autores que, seguindo Jakobson (num artigo do livro *Ensaio de lingüística geral de 1959*)⁵ vêem na tradução um ato comunicativo onde o tradutor tem a dupla função de receptor de uma mensagem produzida na língua original e emissor de uma mensagem equivalente na língua de tradução. O trabalho do tradutor é visto como o de um mediador que descodifica e recodifica mensagens para torná-las acessíveis aos que não dominam a LO.

Procuro então discutir as implicações dessa função de mediador à luz de concepções mais recentes do que seja o ato comunicativo, notadamente a concepção do ato de linguagem segundo Patrick Charaudeau (1983 e 1984)⁶.

Num primeiro momento, o tradutor é obrigatoriamente um leitor - um sujeito interpretante do texto produzido por um sujeito comunicante. A produção de um texto romanesco é sobredeterminada por um contrato literário romanesco, assim como a sua interpretação. Entretanto, o sujeito comunicante (o escritor), no seu dizer romanesco, produz as imagens de um narrador e de um destinatário consumidor de histórias, constituindo-se então um contrato ficcional.

Ao começar a ler um romance, atualizamos uma série de expectativas sobre o que e como ele será contado, baseados em nosso conhecimento de mundo e em nosso conhecimento textual. E nos preparamos para assumir o papel criado pela "mise-en-scène" discursiva do comunicante. O leitor-tradutor de um romance não pode deixar de levar em conta o contrato literário sobredeterminante ao próprio contrato ficcional: deverá poder identificar-se não apenas ao consumidor de histórias, mas também com a imagem de destinatário mais abrangente, a quem se dirige a proposta estética do escritor.

Assim, o texto não é acessível em si, mas como resultado da tarefa de um sujeito leitor, que constrói sentidos a partir de seu "status" psico-social, dos saberes que compartilha com o escritor, e de um esforço interpretativo que visa a hipotetizar as intenções de comunicação do escritor do TLO.

Num segundo momento, o tradutor assume o papel de um produtor de texto na língua de tradução, sem abandonar sua posição de leitor, apesar do fato de seu "status" psico-social ser o de decodificador e recodificador de um texto pré-existente.

Outra noção que faz parte do "status" psico-social do tradutor é a do Contrato de fidelidade. Os leitores de uma tradução esperam que o TLT seja fiel ao TLO. Na visão semiolinguística do ato de linguagem (a que adoto em minha tese), o sentido do texto depende do esforço interpretativo de um leitor, não estando presente em imanência no mesmo. Como então situar o Contrato de fidelidade? Se dissermos que o tradutor deverá ser fiel à sua leitura, então qualquer tradução será fiel, pois é o reflexo da leitura de quem traduz. O tradutor terá então a meta de ser fiel à melhor leitura possível - aquela que der conta das interpretações possíveis num determinado momento histórico e num determinado contexto socio-cultural. Ele busca intencionalmente os efeitos de sentido que permitam ao futuro leitor do TLT uma leitura análoga à melhor leitura possível do TLO.

Redefinindo o Contrato de fidelidade: é a obrigação assumida pelo tradutor, face a seu leitor, de que o TLT permita um percurso de leitura análogo ao leitor do TLO sem deixar de lado as contingências socio-históricas-culturais tanto do ato produtivo do escritor do TLO, quanto as do ato interpretativo do leitor do TLT.

Assim, o ato tradutório envolve um processo interpretativo e um processo produtivo por parte do tradutor que, para isso, atualiza suas competências linguística, discursiva e situacional.

Com base nesses princípios, procurei determinar os tipos de erros por falhas na competência lingüística, por falhas na articulação das competências lingüística e discursiva, por falhas na competência discursiva e finalmente por falhas na competência situacional, mais especificamente por uma insuficiência na bagagem cultural.

Os erros por falhas na competência lingüística se prendem a vários fatores:

A) Manejo inadequado de estrangeirismos na língua de tradução, conservando em francês unidades lexicais que já foram incorporadas como tais na língua portuguesa, unidades lexicais próprias ao francês do Canadá sem que nenhuma explicação seja fornecida, e mesmo outras, por comodidade ou displicência em não procurar traduzi-las por suas correspondentes lexicais em português.

B) Falsas inferências da significação de vocábulos, traduzidos injustificadamente por outros que não guardam uma correspondência semântica com o original- p. ex., "sourcils" traduzidos por "pestanas", "lucarne" por "trepadeira". Não pretendo com essa crítica eliminar a possibilidade ou mesmo a necessidade, de não se levar em conta as correspondências semânticas entre unidades lexicais de LO e LT no TLT. Assinalo os casos para os quais não encontrei nenhuma justificativa a não ser a própria displicência do tradutor.

C) Armadilhas da semelhança fônica entre unidades lexicais; verifica-se que apesar da boa difusão dos livros de Paulo Rónai, vários de seus "falsos amigos" aparecem no texto examinado, como "lame" traduzido por "lama" (em vez de "onda" ou "vaga"), "violon" traduzido por "violão" (em vez de "violino"), "rame" por "ramo" (em vez de "remo"). Verifica-se também a ocorrência de confusão entre homônimos ("son" traduzido por "som" e não por "farelo") e parônimos ("ateindra" traduzido por "esperará" em vez de "atingirá"). Tais falhas explicam-se pelo falso pressuposto de que a toda semelhança fônica deve corresponder uma semelhança de significado, ignorando-se assim a autonomia, na língua, entre os planos fônico e semântico, e as divergências significativas decorrentes de evoluções semânticas diversas de língua a língua.

D) Armadilhas da idiomatização: inúmeros erros levantados prendem-se à ignorância da idiomatização de processos de derivação e de composição. Os vocábulos derivados com prefixo "re-" em francês, por exemplo, nem sempre mantêm intacta a autonomia significativa deste prefixo. A tradução de "renvoyer" por "enviar novamente", quando no contexto em questão a tradução correta seria "adiar", é um dos exemplos que se prendem a este tipo de falha.

E lexias (unidades lexicais formadas da reunião de outras unidades lexicais) tais como "vieilles filles", "mauvais garçon", "emploi du temps" foram traduzidas erradamente ("velhas filhas", "rapaz mau", "emprego do tempo" [sic]) por ignorância de que seu significado global não resulta da soma dos significados isolados das partes, isto se aplica igualmente a lexias adverbiais, prepositivas e verbais (as chamadas

expressões idiomáticas) tratadas como se fossem sintagmas onde cada componente deve ser traduzido isoladamente, ou confundidas com outras de significado diverso.

Tais erros demonstram a insuficiência de conhecimento lexical por parte do tradutor - que falha ao não perceber os elementos lexicais constantes de um sem número de lexias, e ao deixar de investigar se determinadas formas pronominais sem referência clara pertencem ou não a lexias.

E) Erros na estruturação de sintagmas e enunciados na LT.

Influenciada pela estrutura gramatical do francês, o tradutor produziu uma série de enunciados que infringem as regras gramaticais do português. Verificam-se, entre outros, erros de regência, erros de emprego de indefinidos, de preposições. Outros enunciados, apesar de aceitáveis, são decalques de uma estrutura característica do francês, de baixa frequência em português. Trata-se de uma construção sintática que se constitui num verdadeiro cacete: "vive sonhando, a boca cheia de pedrinhas", onde se suprime a preposição que introduz a especificação de modo.

Os erros por falha na articulação das competências linguística e discursiva foram assim classificados porque apesar de dizerem respeito principalmente a uma insuficiência de conhecimentos linguísticos, poderiam ter sido detectados pelo tradutor se este tivesse tido consciência de que sua tarefa era a de produzir um texto, e de que, para isso, deveria ter o cuidado de manter, no TLT, o mesmo tipo de coerência encontrada entre os componentes do TLO, não só quanto à estruturação semântica dos enunciados, quanto à própria estruturação discursiva.

Os erros arrolados sob este tipo de falha provêm ora do desconhecimento ou desconsideração da polissemia dos vocábulos, ora do desconhecimento da gramática da LO.

Desconhecer a polissemia dos vocábulos leva o tradutor a escolhas que afastam o TLT do sentido interpretável em TLO, ferindo o contrato de fidelidade pois resulta na construção de referentes diversos daqueles construídos pelo escritor. É o que ocorre, por exemplo, na tradução de "lâcheté" por "covardia" quando a situação descrita leva apenas ao sentido de "fraqueza", não implicando o traço significativo "medo".

Em outras seqüências, é a própria coerência do texto em LT que fica comprometida: em "tornar-se novamente viúva", por exemplo, o verbo "tornar-se" interpreta-se como um processo gradual, enquanto que a qualificação "viúva" interpreta-se como resultante de uma mudança brusca.

Em outras ocorrências, a escolha errônea da acepção do vocábulo resultou em uma tradução que, apesar de aceitável no âmbito do enunciado, associa-se a esquemas cognitivos em desacordo com a cena que está sendo narrada. Traduzir "trappeur" por "negociante de peles", por exemplo, é inadequado para uma seqüência em que está sendo qualificada a capacidade auditiva acurada, propriedade característica do "caçador".

Os erros por desconhecimento da gramática manifestaram-se na tradução equivocada de sintagmas preposicionais e na confusão entre o artigo indefinido "des" e

a contração da preposição "de" com o artigo "les", homônima ao indefinido. Em todos os casos levantados houve prejuízo à coerência textual.

Verificaram-se também erros na interpretação de categorias gramaticais- confusão entre advérbios e indefinidos, adjetivos e advérbios, indefinidos e substantivos, adjetivos e verbos e mesmo entre substantivo e advérbio.

Não sustento, com estas observações, que as categorias gramaticais tenham de ser obrigatoriamente mantidas de LO em LT- pois, ao contrário, muitas vezes é imperativo que sejam mudadas. Mas nos casos examinados, o resultado, na maioria das vezes, foi a produção de enunciados incoerentes ou de seqüências de enunciados incoerentes- como a tradução do indefinido "personne" por "uma pessoa" no enunciado "Viva e ágil como uma pessoa no mundo, salvo..."

Ao examinar os erros por falhas na competência discursiva, detenho-me principalmente nas regras de estruturação dos componentes enunciativos e dos componentes retóricos.

Estando os componentes retóricos a serviço da subjetividade do EU-comunicante, abordo a sua tradução dentro do estudo dos componentes enunciativos que dizem respeito a um comportamento "linguagístico" elocutivo, isto é, um comportamento que se caracteriza pela presença de marcas explícitas do enunciativo em seu enunciado, apontando para o processo de enunciação (entendendo-se enunciação como o processo em que o sujeito comunicante mobiliza a língua em seu proveito).

Começo esta parte da tese pelo estudo da tradução dos componentes enunciativos alocutivos- aqueles que referem, no discurso, ao sujeito destinatário. Procuo mostrar, através da crítica ao TLT, como a tradução dos pronomes "tu" e "vous" do francês depende estreitamente das relações que se constroem ficcionalmente entre os personagens do romance, e também entre a personagem principal e o leitor. Verifica-se que, "grosso modo", deve ser mantida a correspondência "tu"-você, e "vous"- o senhor, a senhora, e "vous"-você (no caso de um referente múltiplo). Defendemos a utilização do tu do português para traduzir "tu" nas seqüências em que a personagem principal, Elizabeth d'Aulnières, dirige-se imaginariamente ao seu "grande amor", o amante George Nelson, e ao filho nascido desta união, para acentuar as alusões líricas das mesmas.

Neste aspecto, critico o TLT por usar "você" inadequadamente para traduzir tanto "tu" quanto "vous". Qualifico tal procedimento de erro por falha na competência discursiva, uma vez que a escolha do pronome depende da estratégia discursiva posta em cena- a ser mantida, quanto possível, entre TLO e TLT.

Entretanto, para a tradução de "tu" e "vous" também se coloca a possibilidade de que a referência à 2ª pessoa seja interpretada, em português, apenas através da concordância verbal (que coincide com a da 3ª pessoa). Proponho tal solução sempre que a situação encenada e o sentido da seqüência o permitem. Em vários pontos do texto, procuro jogar propositalmente com a ambigüidade do sujeito não lexical, ficando

a meio caminho entre a formalidade de "o senhor", "a senhora" e a informalidade de "você".

Comento e critico as traduções das formas de tratamento "Madame", "Monsieur" e "Mademoiselle" também em função de seu papel na "mise-en-scène" discursiva (ao contribuírem para definir, por exemplo, o "status" dos personagens a quem são atribuídas e dos que as utilizam).

No estudo da tradução dos componentes enunciativos elocutivos- aqueles que se estruturam tomando o "hic et nunc" do sujeito enunciativo como ponto de referência- detenho-me na crítica à tradução dos dêicticos e dos anafóricos. Teço considerações a respeito da tradução de tempos e modos verbais, e a respeito da tradução dos componentes retóricos.

Mostro como a tradução dos dêicticos e dos anafóricos depende de um cálculo da posição do sujeito enunciativo com relação ao que está sendo mostrado ou retomado no discurso - o que muitas vezes é mal resolvido em TLT-1. Por exemplo não há correspondência exata entre a série "ici- là- là-bas" do francês e as séries "aqui- ali- aí" e "lá- lá- acolá" do português, no que se refere aos dêicticos adverbiais. Como saber se "là" deve ser traduzido por "ali", "al" ou "lá"? Quanto aos demonstrativos, enquanto na maioria dos casos a ocorrência de "ce" (e flexões) sem as especificações "ci" ou "là" (que podem acompanhá-los para efeitos de contraste) é a mais corrente, em português temos o trio "este-esse-aquele" (e flexões). Como traduzi-los sem levar em conta a "mise-en-scène" discursiva?

Comento traduções errôneas de tempos e modos verbais (sem pretender à exaustividade) mostrando as funções discursivas das formas verbais dentro do romance, e como tais funções deveriam ser mantidas na tradução. O procedimento enunciativo característico deste romance quanto ao tempo é o de fazer coincidir os acontecimentos narrados com o momento da narração- o *agora* do EU-enunciativo.

Quanto aos componentes retóricos, após examinar as possibilidades de manter harmonias sonoras no texto, critico a tradução de comparações e de metáforas à luz da necessidade de se manter, em TLT, o contrato literário romanesco do TLO - o que inclui a construção de uma rede temática análoga ao do TLO. Assim, encontrando supressões de metáforas e traduções de expressões figuradas que eliminam referências temáticas relevantes para a dimensão simbólica do texto, mostro como as mesmas poderiam ter sido mantidas.

Finalmente, critico a tradução dos componentes do enunciativo elocutivo- o comportamento enunciativo que põe em cena uma 3ª pessoa. Entre outros pontos, abordo as diversas traduções de enunciados construídos com o pronome "on", cuja tradução correta depende, como nos demais comportamentos enunciativos, do exame da "mise-en-scène" discursiva que constrói o seu valor referencial. Distingue-se então o pronome "on" genérico referindo-se a todo e qualquer indivíduo da classe dos humanos, independentemente de seu papel enunciativo, do pronome "on" de 3ª pessoa, referindo-se ora a um ou a mais de um elemento não especificados de um conjunto, ora à totalidade de um conjunto; distingue-se também o pronome "on" que deixa de ser

delocutivo, referindo-se ora à 1ª pessoa ora à 2ª pessoa do discurso, dissimulando comportamentos elocutivos e alocutivos. Em todos os casos examinados, foram propostas traduções em estreita dependência da "mise-en-scène" discursiva, não sendo possível generalizar uma ou duas fórmulas de tradução de enunciados com "on".

Dentro do enunciativo delocutivo, abordo ainda a tradução de "discursos citados" (discursos construídos como se fossem a reprodução da fala espontânea dos personagens), mostrando que, pertencentes a uma variante sociolinguística diferente da que é utilizada pelos narradores, devem ser marcados como tais no TLT. Nestes casos, entra em jogo a competência do tradutor em distinguir diferentes modos de organização discursiva ligados a fatores sociais e às situações de enunciação construídas no texto.

Por fim, a tradução dos componentes do enunciativo delocutivo se articula com a competência situacional do tradutor, por ser dependente da bagagem cultural que permite, a este último, identificar citações, estejam elas destacadas ou dissimuladas ao longo da narrativa. Examinou e comento a tradução de referências a cerimônias religiosas, a preces, a passagens bíblicas e a canções folclóricas, propondo um tratamento diferenciado a estas últimas: mantê-las na língua original e traduzi-las em nota de pé de página.

Concluo então fornecendo três diferentes definições de erro de tradução:

A) De início, postulo que há erro quando o tradutor desobedece às correspondências semânticas entre unidades lexicais das duas línguas sem que tal desobediência resulte numa adequação melhor do TLT: à realidade cultural do leitor, à proposta estética do escritor, à estratégia discursiva da sequência do texto, à coerência textual, às regras de uso da LT, às regras de estruturação sintática ou semântica da LT.

B) Uma segunda definição propõe que há erro quando o tradutor produz enunciados ou sequências de enunciados incoerentes, seja por escolha inadequada de componentes lexicais da LT (isto é, quando não correspondem à significação atualizada no TLO), seja por estabelecer relações gramaticais erradas entre componentes lexicais (isto é, relações que não correspondam semântica ou discursivamente àquelas interpretáveis no TLO).

C) Finalmente, considera-se que há erro de tradução quando o tradutor modifica as estratégias enunciativas do TLO (ou seja, as relações temporais, modais, espaciais, anafóricas e interlocutivas aí construídas) cuja transposição em TLT é possível, embora, muitas vezes, através de adaptações. Neste plano, não é mais lícito falar-se de correspondências semânticas entre unidades lexicais, mas de correspondências discursivas entre enunciados ou entre sequências de enunciados, a serem buscadas pelo tradutor no TLT.

Procuro pois analisar e comentar as implicações linguísticas e discursivas dos principais tipos de erros que, encontrados na tradução para o português de um determinado romance escrito em francês, são reveladores das principais dificuldades de tradução de um texto romanesco desta língua. Através do levantamento desses erros foi

LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA: GOBSECK E FALCÃO, DUAS FACES DE UMA MOEDA

Kati Eliana Caetano Uetanabaro
UFMS

Os discursos, por constituírem manifestações da linguagem humana, consagram-se como o lugar de apreensão das relações entre homem e sociedade. Em primeiro lugar, porque eles expõem as concepções ideológicas do falante sobre o mundo; em segundo, porque se apresentam, ao mesmo tempo, como unidades portadoras de sentido, determinadas pela ação de forças sócio-históricas.

O ponto de partida deste trabalho consiste no reconhecimento dessa relação e na tentativa de explicar os mecanismos que sustentam, do ponto de vista da composição formal dos textos, a articulação da análise imanente com a contextualidade histórica. O tema geral tratado diz respeito, portanto, às relações entre formações discursivas e sociedade.

Essa questão é discutida no estudo de um estereótipo passional - a paixão pelo dinheiro - expresso na ocorrência da avareza, ou seja numa manifestação específica da paixão intensa de busca de riquezas. O tema da avareza está motivado por fatores históricos associados ao afil de riqueza e à evolução da sociedade capitalista, no interior da qual o dinheiro passa a desempenhar novas funções, convertendo-se em categoria supra-ordenadora da realidade. Na relação com os bens simbólicos da riqueza está simulado um dos modos essenciais de relacionamento humano, tal como ele vai se delineando no processo de formação do mundo moderno. Por isso, sua análise tem a vantagem de tornar mais explícita a relação entre as produções discursivas e a vida social, uma vez que os textos sobre o assunto mostram a ação do dinheiro sobre o comportamento humano e o seu papel nas relações sociais.

A preocupação com esse processo de simulação do mundo determinou a escolha da literatura como o campo de análise da avareza. Nessa classe de discursos, a aparência do real resulta de uma exploração profunda das potencialidades criativas da língua, dando a impressão de que no espaço da ficção está plasmado o jogo de forças instituído no meio humano. Além disso, como afirma D. Bertrand (1987: 33 - 34), "os textos literários oferecem um viveiro notável para tudo o que toca a discursivização dos sentimentos, dos estados de alma, dos afectos, das paixões."

A opção pelo texto literário deve-se, em suma, ao fato de que ele integra o rol de discursos predominantemente figurativos, geradores de diversos efeitos de sentido, entre eles o de representação de uma formação social.

Motivada por esses dois propósitos - relação entre literatura e sociedade e pelos vínculos entre homem e dinheiro - a escolha dos textos literários para análise recaiu

sobre o conto *Anekdota pecuniária* (*Histórias sem data*, 1974, V. II) de Machado de Assis e o romance *Gobseck* (*Scènes de la vie privée*, 1984) de Honoré de Balzac.

A decisão por um trabalho comparado surgiu do interesse pela questão do ordem teórica da relação entre literatura, história e sociedade. O cotejo do tema em duas formações sócio-econômicas põe em evidência tanto aspectos distintos da instância lingüística quanto fatores de natureza histórica. Quanto a Balzac e Machado, são escritores consagrados pela profundidade com que analisam as sociedades de seu tempo. Além de explorarem sobejamente em suas obras a ação do dinheiro sobre o comportamento humano, ambos os autores vivem o momento de consolidação da sociedade moderna; experimentam assim a particularização do todo, representado na sociedade capitalista do século XIX. Seus textos são também exemplares porque levam às últimas conseqüências duas formas de desdobramento da relação homem-dinheiro. Essas categorias integram as obras estudadas num contexto histórico específico, caracterizado na sua origem pela valorização do entesouramento e em seguida pela ação voltada para a transformação do dinheiro em capital.

Os dois textos analisados narram histórias de personagens que buscam avidamente o dinheiro. A diferença fundamental entre ambos é que para a personagem balzaquiana a relação do apego ao dinheiro está estruturada na prática da usura e é sobretudo dessa perspectiva de espoliação de outras pessoas que sua história é contada. No texto de Machado, o apego manifesta-se na veneração, na idolatria do dinheiro, concretizada na atitude contemplativa de seus sinais de valor, com prazeres de ordem estética e sexual. Essa divergência de projetos de vida associa-se à distinta valorização do objeto ansiosamente buscado: para Gobseck, o dinheiro investe-se do valor modal de poder. Com base no reconhecimento desse poder atribuído aos homens pela posse de dinheiro, é que a personagem recorre a um modo de vida excessivamente econômico e a uma prática calculada de espoliação. Na história de Falcão, é o amor pelo dinheiro em si, destituído de qualquer valor modal, que determina sua conduta regrada (como uma forma de proteção do bem apreciado) e, ao mesmo tempo, a manifestação de outras atitudes passionais como o egoísmo e o crime, derivados da extensão do valor de propriedade a todas as coisas e até mesmo às pessoas.

O que é interessante observar nessas duas histórias, do ponto de vista da análise do discurso, é que as práticas dos sujeitos e suas diferentes relações com o dinheiro (componentes do nível narrativo) determinam outras instâncias de elaboração dos textos, que reiteram elementos extraídos de uma tradição cultural relativa à avarosa e apresentam, ao mesmo tempo, outras virtualidades semânticas resultantes da especificidade de seus arranjos e da peculiaridade das determinações sócio-históricas.

Assim, no nível da organização discursivo-figurativa, Gobseck é descrito como um ser que incorpora na sua conjeição física as características dos sinais de valor do dinheiro. Como o ouro e a prata representam na obra de Balzac toda a riqueza, são seus traços semânticos que transitam para a configuração do ator. São as características do ouro enquanto metal que servem para descrever Gobseck, mas evidentemente valorizadas pelo seu valor econômico, que inclui a matéria no contexto de produção

e valorização do homem, combinando-o disforicamente aos traços humanos definidores do ator.

O processo de desumanização pela ação dinheiro corresponde, no plano figurativo, à superposição do traço sêmico /material/ sobre o humano. Essa isotopia da /materialidade/, presente nas figuras do "ouro", da "prata", do "bronze" e do "mármore", recobre expressivamente a configuração do sujeito. A assimilação entre Gobseck e o dinheiro especifica-se em processo metafórico pela reiteração de traços sensoriais do objeto:

visuais cromáticos: tons de branco, cinza, dourado, prata, averme- lhado, amarelo	"cette figure palé et blafarde" "face lunaire" "vermeil décoré" "gris cendré" "les traits... coulés en bronze" "jaunes ... ses petits yeux" "le peu de crâne jaune... sa resemblance avec la marbre." "regard blanc et sans chaleur" "son visage blême qui sentait l'argent" (p.90) "dur, froid et poli comme une colonne de marbre." (p. 103) "sa figure... de bronze" (p. 125) "oeil métallique" (p. 125) "l'effet du grincement produit par un flambeau de cuivre quand on le pousse sur un marbre" (p. 122)
olfativos: cheiro metálico	
táteis: sensações de dureza e frieza	
sonoros: som estridente, metálico ou agudo	

"sa petite voix
flutée" (p. 92)

A disseminação de traços semânticos do dinheiro representado pela moeda, atualiza-se na variação cromática dos metais, nas sensações resultantes de seu contato, no seu odor e no ruído que provocam em atrito com outros objetos. Alguns desses componentes sêmicos estendem-se contigüamente a outras figuras, dotando-as das atribuições semânticas da /frieza/, da /dureza/ e da /rigidez/, indicadoras da impassibilidade e da impenetrabilidade do ser humano.

"visage blême" (p. 102)

"Les lèvres du vieillard se tirèrent vers les coins de sa
bouche absolument comme des rideaux, et ce sourire muet fut
accompagné d'un regard froid." (p. 92)

"fixait sur moi des yeux impassibles dont le feu
clair me troublait." (p. 92)

"un regard froid" (p. 103)

"Gobseck se mit à rire, de ce rire muet qui lui
était particulier." (p. 121)

"oeil métallique" (p. 125)

"sa froide impassibilité" (p. 105)

Observa-se o mesmo efeito com relação à tonalidade das cores, plasmadas na imagem do ator em seu ponto mínimo de intensidade. Pode-se afirmar que, em relação ao estado de saturação de uma cor, Gobseck reteve as nuances marcadas pela ausência dos seus traços peculiares de /brilho/ e /vivacidade/.

A riqueza cromática com que o usuário é descrito, desde os tons do amarelo, passando pelo dourado desbotado ("vermeil dedoré") até o branco, o cinza e o prateado é sintomática não só da relação homem-dinheiro, mas também, nesse caso, do simbolismo das cores na categorização da alma humana. As figuras de natureza cromática compõem as tintas adequadas para registrar a avidez (olhos amarelos de uma fúria, os traços moldados em bronze, a recorrência do tom amarelo da pele) e a perda da sensibilidade e da compaixão (o rosto pálido e descorado, a face lunar, os cabelos cor de cinza, a pele amarela do crânio que reforçou a sua parecença com o mármore, a cor do metal cujo dourado se apagara).

Por conseguinte, desenvolve-se no discurso o tema da valorização do ouro, manifestado tanto no sistema ideológico exposto por Gobseck quanto nas suas ações e concretizado na projeção de traços semânticos do "ouro" no campo semântico "humano". Essa constituição plástica formaliza adequadamente o sujeito narrativo. Gobseck foi apresentado como o homem convicto do poder do dinheiro, que adquire, no seu sistema de valores, um poder autônomo e se apresenta como o equivalente universal no sistema de trocas, por isso são as características de sua materialidade que passam para a imagem física do ser humano, transformando-o na representação viva do poder

emanado da riqueza. Nem poderia ser outro o efeito desse procedimento figurativo em Gobseck, tendo em vista que nele a adoração do dinheiro se manifesta como resultado da compreensão do movimento social e se atualiza na prática econômica da especulação financeira dentro de tal contexto. O sentimento afetivo simples diante do ouro, desvinculado do investimento na circulação de mercadorias, implicaria a falta de poder requerido por Gobseck.

No conto de Machado, o vínculo homem-dinheiro adquire outra organização figurativa. Falcão compraz-se em admirar, tocar e sentir as moedas. A relação estabelecida com o objeto está tematizada portanto na veneração do dinheiro. Desse sentimento provém a conduta econômica em Falcão, porque a posse do objeto visado significa para ele uma forma de prazer sintetizada na sua apreciação sentimental. Justifica-se, desse modo, o arranjo figurativo diferente no conto *Anedota pecuniária*, em que a ganância se concretiza na extensão de particularidades humanas ao objeto, que passa a suscitar reações passionais no homem. Nesse caso, a relação homem-dinheiro está firmada sobre laços de sentimentalidade, que promovem a animização do objeto. Ao contrário de Gobseck, em *Anedota pecuniária*, o dinheiro está representado metaforicamente na amada que suscita o amor do amante:

"Falcão saiu dali com a coleção na alma; falou dela à sobrinha, e, imaginariamente, desarrumou e tornou a arrumar as moedas, como um amante desgrenha a amante para tocá-la outra vez." (p. 435)

Os sentimentos entre Falcão e o objeto amado caracterizam prazeres sensoriais diferentes, expressos por figuras que reiteram a satisfação diante do dinheiro. Assim, percebem-se marcas sensoriais visuais como no trecho:

"Falcão antes de lhe pôr a mão, agarrou-o com os olhos" (quando viu o dólar pela primeira vez)

"Vai muitas vezes à burra, que está na alcova de dormir, com o único fim de faltar os olhos nos rolos de ouro e maços de título. Outras vezes, por um requinte de erotismo pecuniário, contempla-os só de memória."

"Falcão mirou-as primeiro de um olhar universal e coletivo; depois começou a fixá-las especificamente; (diante da coleção de moedas)

marcas sensoriais visuais e táteis como: "Pegou trêmulo na nota, examinou-a bem, virou-as, revirou-a". Falcão dobrou a nota vagarosamente, sem tirar-lhe os olhos de cima"

sério, refletindo o ponto de vista pessimista diante do espetáculo presenciado na França pós-revolucionária. Em Machado, o tom é humorístico, irônico, com efeito cômico.

Não há como em Balzac a preocupação em desvelar a sociedade que motivou as ações de Gobseck, porque para Machado interessa desmascarar o moralismo do leitor que preceitua um castigo à avidez de Falcão. No primeiro caso, parece haver uma determinação natural para a escolha do tom amargo, que reflete o sentimento pessimista experimentado no quadro das relações sociais; no segundo, a possibilidade do riso tolerante decorre da constatação da fragilidade humana exposta em todas as suas facetas.

Por discutirem um tema invariante, calcado no problema da medida no trato com o dinheiro, os textos de Balzac e Machado precisam ser contextualizados no conjunto de uma tradição literária. Com base nessa constatação, outro componente da análise de discurso - o problema da intertextualidade - deve ser examinado. Nesse ponto do trabalho, duas questões foram verificadas: uma concernente à existência de um modelo ternário de quantificação expressa na relação excesso, meio-termo e falta, presente nos textos sobre o tema e identificado em textos da Antiguidade; outra, relativa a algumas observações teóricas sobre a avareza.

A contextualização com discursos filosóficos e literários ao longo dos séculos aponta modelos invariantes de recorrência narrativa e discursiva, sustentados na busca de valores (sempre aspectualizada pela intensidade) que se projetam sobre uma escala em que a figura do dinheiro se posiciona sempre no topo de uma relação múltipla, em oposição a filhos, sentimentos, emoções, etc. A divergência de perspectivas no tocante à definição do trinômio excesso-meio-termo-falta manifesta-se sob a forma de uma diversidade de vozes, que em Balzac e Machado assumem o papel histórico de relativização da imagem do avaro e do usurário, em função do contexto histórico-econômico no qual se integram as obras estudadas.

Do ponto de vista semiótico, a avareza passa a ser descrita como um efeito modo-passional com derivações enunciativas diferentes, conforme a função assumida por tal prática em cada momento conjuntural de evolução da sociedade burguesa. Assentada no binômio economizar/acumular, e definida aspectualmente pelo excesso e pela duratividade, a avareza pode manifestar-se predominantemente quer na história do apego mesquinho ao dinheiro, quer na narração de uma práxis especulativa (sobretudo na usura, nos textos analisados), conforme o percurso privilegiado pelo narrador. A ênfase sobre uma das vertentes da conduta humana na relação com o dinheiro não elimina, no entanto, a ocorrência de outras paixões, desencadeadas pela atribuição do valor "dinheiro" a quaisquer objetos e até mesmo a pessoas. Essa concomitância passional transparece nas atitudes de mesquinhez, sovinice, egoísmo, ou seja, em todas as circunstâncias em que a valorização dos bens desejados, efetivada pelo avaro, destoa do sistema valorativo das ideologias sociais. Assim, o apego a coisas insignificantes e a concepção dos vínculos humanos como uma forma de posse encontram suas origens no reconhecimento da propriedade privada e na atribuição de um poder autônomo ao dinheiro. Do arranjo dessa concomitância passional, em

consonância com uma conduta fortemente marcada pela especulação ou pelo apego, derivam as saídas enunciativas do discurso para o humor, a ironia ou a dramaticidade.

Pelo privilégio dado a certos percursos passionais representativos da avareza; pela manifestação de uma concomitância passional reveladora do papel atribuído ao dinheiro e pelo tom assumido na exposição do tema, os textos de Balzac e Machado participam desse debate secular, instituído como o espaço geral de ocorrência da configuração discursiva.

No cotejo intertextual, a originalidade dos dois autores deve ser destacada: ambos, cada um a seu modo, aproveitam a discussão de um tema antigo como mediação para outros debates. Em Balzac, o tema da avareza deflagra outro debate relacionado ao desvelamento da sociedade francesa da época. Exatamente por tal procedimento está inscrita a contextualização do usurário, extralido do depósito cultural na obra balzaquiana. Esse movimento do romance para o histórico-social se efetiva em Gobseck pela transparência dos móveis materiais que condicionam o aparecimento da paixão. Tal perspectiva tem a vantagem de abordar a avareza não como um fenômeno da "patologia social", mas como uma expressão intensa da atitude do homem diante do papel reificado do dinheiro. Em Machado, o tema serve de pretexto para desnudar o moralismo do leitor, que é induzido durante todo o texto a concentrar sua atenção apenas sobre a paixão excessiva de Falcão, seguindo os apelos feitos pelo narrador, que ao final os apresenta como reações estereotipadas e moralistas do próprio leitor.

O enfoque diferenciado dos enunciadotes acaba impondo algumas conclusões teóricas sobre a definição de realismo, que se apresenta também diversificada nas obras analisadas.

Convencionalmente, o realismo na literatura sempre foi visto a partir de uma perspectiva centrada na relação texto-referente (discurso-realidade). Com o avanço dos estudos de teoria literária e de lingüística, sobretudo com o impulso dos estudos de enunciação, o caráter realista da obra passa a ser discutido em termos de um efeito de sentido de realidade. Tanto mais realista será uma obra quanto maior for a credibilidade do leitor com relação ao discurso narrado, pois o efeito de referente constitui em essência um dos recursos para a criação de efeitos de sentido de verdade. Se a verdade passa a fundamentar-se não mais sobre a fidelidade que o discurso mantém com o mundo natural, mas sobre a forma de captar e reconstruir a realidade pelo enunciatário, compartilhada pelo enunciatário, então o que conta não são propriamente os fatos da realidade, e sim os fatos do discurso.

Se esse é o fenômeno que sustenta os vínculos entre texto e realidade, é curioso observar como o enunciatário incorpora, por seu lado, tal relação, quando ele assume a atitude explícita (e estratégica) de mostrar ao enunciatário uma determinada realidade. Aqui se explicam, mais uma vez, as diferenças entre os textos de Machado de Assis e de Balzac, tendo em vista que a posição adotada pelos seus respectivos enunciadotes determina o processo de construção discursiva em todos os níveis semióticos.

Balzac, por exemplo, propõe-se a desvendar a sociedade francesa do século XIX, por isso o enunciatário utiliza o recurso estratégico de distanciamento em relação ao

enunciatório, organizando o fio narrativo da história sob a forma de uma rede de interlocutores responsáveis pela multiplicidade de perspectivas sobre o fato narrado.

Nesse caso, o leitor não é solicitado a participar da narrativa, já que ele se configura como o interlocutor a quem se desvenda imparcialmente a realidade. O realismo pretendido pelo enunciador balzaquiano é aquele centrado sobre a relação discurso-referente, com o objetivo de dotar o leitor da sensação de visualizar a sociedade francesa da época. O texto balzaquiano pontualiza a análise do estereótipo passional, contextualizando-a num processo em que o desejo de posse de dinheiro não é o móvel primeiro das paixões humanas, mas o efeito resultante da adequação do comportamento dos indivíduos à sociedade francesa pós-revolucionária. Nesse sentido, o trabalho do escritor realista consiste em desvelar esse processo, porque através dele aparecem desmascarados os mecanismos que regularizam a nova vida social.

Em Machado, ao contrário, o cíclo de realidade não surge propriamente da aspição discursivamente explícita de retratar com fidelidade o referente, mas de uma ação provocativa eficaz sobre o enunciatório. Se a realidade tem múltiplas facetas, dependendo de relações claramente variáveis entre o homem e o mundo, então multifacetados se apresentam os valores investidos nos objetos e nas ações humanas. Em consequência, a tentativa de representação assumida do real é comprometedora para o enunciador, que pode se tornar vulnerável à crítica contrária às suas opiniões.

A solução acaba sendo buscar efeitos de realidade na revelação da fragmentação da verdade, sem comprometer o sujeito do discurso, mas comprometendo ao mesmo tempo todos os pontos de vista possíveis. Com essa tática, a sociedade afigura-se extremamente complexa para ser representada em sua essência, e a atitude do enunciador machadiano que a apreende desse modo resulta estrategicamente realista.

Essas duas maneiras de criar efeitos de realidade — uma anunciada, explicitamente centrada na relação discurso/realidade; outra implícita, relacionada à "desficcionalização" do texto pela "ficcionalização" do enunciatório — marcam a originalidade das obras dos autores estudados no tratamento de um tema extraído da memória cultural.

Em suma, a análise sêmico-lingüística estabeleceu formas distintas de ligação entre discurso e realidade revelando os procedimentos formais responsáveis pela impressão de que no espaço ficcional está representada a vida em sociedade. Com os estudos intertextuais, esse vínculo (língua-referente) teve a vantagem de ser abordado, ao mesmo tempo, no quadro de uma tradição e na especificidade de um momento histórico. Resulta daí que o sentido passa a ser buscado não nos limites do texto, mas na relação entre textos, a partir da qual os efeitos de realidade podem ser especificados por sua posição no diálogo antigo de um tema recorrente. Com esse jogo intertextual, tanto ganha em amplitude significativa o texto literário, quanto ficam expostos os caminhos indiretos abertos pela literatura para o estudo da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- BALZAC, H. de - *Gobseck - Une double famille*. Paris, Flammarion, 1984.
- BARROS, D. L. P. de - *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo, Atual, 1988.
- BERTRAND, D. - "Os discursos de uma paixão." In: *Enunciação enunciada e semiótica discursiva II. Cruzeiro semiótico*, Porto, Associação Portuguesa de Semiótica, (6):32-46, jan. 1987.
- FIORIN, J. L. - *Elementos de análise do discurso*. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1989.
- GREIMAS, A. J. & FONTANILLE, J. - *Sémiotique des passions: des états de choses aux états d'âme*. Paris, Seuil, 1991.
- ZILBERBERG, C. - "Figures et parcours de la passion pour l'or". *Cruzeiro Semiótico*, Porto, Associação Portuguesa de Semiótica, pp. 37-47, mar. 1990.

PROJETO VARSUL

Prof. Paulino Vandresen

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O Projeto VARSUL tem por objetivo organizar um banco de dados para o estudo da língua portuguesa falada na região Sul. Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apresentam situações lingüísticas típicas de contato com as línguas de colonizadores alemães, italianos, eslavos, japoneses etc., além de sofrer influências do espanhol nas áreas fronteiriças.

1.2 - Os pesquisadores das universidades da região Sul, a partir de 1982, organizaram vários "Encontros Regionais para o Estudo do Bilingüismo e Variação Lingüística" com a finalidade de divulgar trabalhos em andamento e discutir formas de cooperação inter-institucional.

Na organização dos seis encontros realizados, verificou-se claramente uma divisão de interesses no estudo de três aspectos da realidade lingüística da região: a) Bilingüismo - contato do Português com as línguas dos imigrantes e grupos indígenas remanescentes; b) O estudo da Variação Lingüística Urbana, considerando entre outros aspectos sociais os grupos étnicos (germânico, italiano, eslavo fronteiriço etc., que compõem a população; c) as diferenças intraregionais, particularmente a linguagem de áreas rurais assinaláveis em atlas lingüístico.

Paralelamente aos encontros regionais foram estimuladas linhas de pesquisa nos cursos de pós-graduação em letras da região, levando ao desenvolvimento de teses e dissertações nestas três áreas.

1.3 - Com o objetivo de coletar dados para facilitar o desenvolvimento de dissertações, teses e trabalhos de professores, as equipes decidiram encaminhar projetos inter-institucionais à FINEP, CNPq e INEP.

1.3.1 - Na área de estudo do Bilingüismo, o INEP financiou um projeto encaminhado pela UFSC que resultou em relatório de 267 páginas, com informações históricas e sociolingüísticas sobre as colônias alemãs e sua expansão no território catarinense.

1.3.2 - A equipe de dialetologia encaminhou projetos ao CNPq e FINEP conseguindo recursos para o Projeto ALERS (Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul) que está sendo desenvolvido.

1.3.3 - O Projeto "Variação Lingüística Urbana na Região Sul: Censo" foi preparado em 1987 pelos professores Dra. Solange A. Lira (UFSC), Dra. Leda Bisol (UFRGS) e Dr. Carlos Alberto Faraco (UFPR) e encaminhado à FINEP através da FAPEU (Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária da UFSC). Neste

projeto foram solicitados recursos para a coleta de dados das capitais, ficando as cidades do interior dos estados para uma segunda etapa. Nos primeiros dois anos o projeto não foi contemplado com recursos. Recencaminhado em 1989, o projeto foi aprovado mas os recursos foram pagos no 2º semestre de 1990 em OTNs congelada de janeiro. Como a inflação fora muito alta, os recursos mal deram para comprar gravadores e fitas para se dar início ao trabalho.

No 2º semestre de 1990 fizemos uma exposição de motivos e um pedido de termo aditivo ao convênio, em que nos fossem pagos os valores previstos que viabilizassem a execução do projeto, em sua primeira etapa. Atendidos já no início de 1991, as atividades de pesquisa puderam ser retomadas, com perspectivas de conclusão da 1ª etapa até o final de 1992.

Deve-se destacar que além do apoio decisivo da FINEP, tivemos apoio do CNPq com bolsas de Pesquisa, AP e IC e das fundações estaduais e das próprias universidades. Estes apoios permitiram adiantar atividades de coleta de dados em cinco das nove áreas urbanas previstas no Projeto VARSUL (Panambi-RS, Flores da Cunha-RS, São Borja-RS, Chapecó-SC e Irati-PR).

2 - O PROJETO VARSUL

2.1 - Como já salientamos no início desta exposição, esta pesquisa tem por objetivo inicial a constituição de um banco de dados, do português falado em áreas urbanas representativas dos três estados do Sul. O primeiro subprojeto recolheu os dados das três capitais.

2.2 - A execução do projeto está a cargo de três equipes de lingüistas das Universidades Federais:

- UFRGS (Leda Bisol e Clarice Knies)
- UFSC (Paulino Vandresen, Izete Lehmkuhl Coelho e Diva Zandomenego)
- UFPR (Cecilia Inês Erthal e Iara Bemquerer Costa)

estando em curso a assinatura de convênios para a inclusão da PUC-RS. Na coleta de dados e principalmente na transcrição e digitação são envolvidos bolsistas IC e AP e na análise dos dados já estão sendo envolvidos alunos de Mestrado e Doutorado que poderão usar o Banco de Dados na elaboração de suas teses e dissertações.

2.3 - A metodologia utilizada na 1ª etapa segue as linhas gerais da sociolingüística variacionista.

Em termos de amostragem a estratificação foi feita de acordo com as seguintes variáveis sociais:

- a) Idade - 25 a 50 anos
 mais de 50 anos
- b) Sexo - masculino e feminino
- c) nível educacional - primário (4ª série do 1º grau) ginásial (1º grau completo) e colegial (2º grau completo).

Além disso, a seleção do informante foi condicionada a ter vivido na capital no período da aquisição da fala (até 12 anos) e depois disso não ter se afastado por período superior a um ano. Estipulou-se também que fosse filho de pais nascidos e criados na área metropolitana.

Para cada cidade foram selecionados e entrevistados 24 informantes, de acordo com a estratificação estabelecida em termos de idade, sexo e escolaridade.

2.4 - Na segunda etapa da pesquisa serão colhidos dados de mais nove cidades, totalizando 288 informantes, 96 por estado, 24 por cidade. Nesta 2a. etapa entrará um novo fator social na estratificação da amostra: a etnia. No Paraná se dará destaque ao português falado pelos descendentes de imigrantes eslavos e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina ao português falado na área fronteira (influência do espanhol) e nas áreas de colonização alemã e italiana. No Rio Grande do Sul já foram coletados os dados da área fronteira em São Borja, da área italiana em Flores da Cunha e da área alemã em Panambi. Em Santa Catarina foram coletados dados em Chapocó, em que predomina a colonização italiana e no Paraná, em Irati, colônia eslava.

2.5 - As entrevistas, com duração de uma hora, versam sobre assuntos livres, narrativas de experiências pessoais e tentam captar a fala informal do informante.

Feita a entrevista, faz-se a avaliação da gravação. Se aprovada, faz-se uma cópia para ser usada na transcrição sendo o original arquivado com os dados sobre o informante.

2.6 - A transcrição das fitas é feita segundo um manual de transcrição utilizado nos três estados, para garantir uma uniformidade de critérios. A necessidade de revisões deste manual na medida em que apareciam problemas foi um dos fatores do atraso no cronograma da pesquisa. Além da dificuldade de reunir representantes das três instituições, havia sempre a necessidade de revisar tudo o que já havia sido transcrito.

A transcrição é feita em formulário próprio de três linhas. Na primeira, a fita é transcrita no sistema ortográfico convencional. Na segunda, são assinaladas as variantes fonéticas, com símbolos existentes no teclado do micro. Na terceira linha são assinaladas outras informações, como classe das palavras, ênfase, etc.

2.7 - Concluída a transcrição, feita normalmente por bolsistas, passa-se à atividade de revisão, feita por professores da equipe. Esta etapa foi a mais difícil e crítica, face aos afastamentos de professores por aposentadoria e para cargos administrativos ou formação no exterior.

2.8 - Feita a revisão, a entrevista é digitada utilizando-se um "módulo Editor" especialmente preparado para o Projeto VARSUL, por um grupo de especialistas da UFRGS. Desta forma os dados são estocados em disquetes, distribuídos às instituições que participam do Projeto, podendo dele extrair relatórios para leitura e análise das entrevistas. Cada entrevista digitada ocupou de 250 a 300 páginas, no seguinte formato:

entrevistas transcritas e digitadas (aproximadamente 21.000 páginas).

e) Módulo Editor.

f) Módulo Interpretador.

g) Pacote VARBRUL para cálculo das probabilidades.

h) Manual do usuário.

3.2 - Cada instituição participante da pesquisa terá todos os dados do projeto, graças ao sistema de permuta vigente. A preparação dos relatórios de computador das entrevistas e sua encadernação é de responsabilidade de cada instituição.

As regras de acesso aos dados por pesquisadores nacionais e estrangeiros estarão estabelecidas no "Manual do Usuário".

3.3 - Devido a dificuldades com o sistema de transcrição e principalmente a perda de professores vinculados ao projeto por aposentadoria ou afastamentos temporários que atrasaram as revisões das transcrições, estamos atrasados em nosso cronograma da 1a. parte da pesquisa - os dados das capitais. Em compensação já adiantamos a 2a. etapa do projeto, com a coleta de dados e transcrições de entrevistas de cidades do interior dos estados.

O término da 1a. etapa está fixado para 15/12/92. Devido às férias escolares, o "Banco de Dados VARSUL I" deverá estar disponível em março de 1993.

4 - TRABALHOS DE PESQUISA

4.1 - Os dados do Projeto VARSUL já estão sendo usados para trabalhos de pesquisa. Os bolsistas IC e AP estão sendo estimulados a fazerem pequenos trabalhos que têm sido apresentados em seminários internos de pesquisa promovidos pelas universidades. Esta prática é interessante para que as bolsas do CNPq ou Fundações Estaduais realmente funcionem como um programa de preparação de recursos humanos para a pesquisa. Nesta reunião da SBPC estão sendo apresentados 9 trabalhos de bolsistas do Projeto.

4.2 - Os primeiros bolsistas do Projeto VARSUL já estão vinculados a programas de Mestrado das universidades participantes, com projetos na área da sociolinguística que visam explorar e analisar os dados do Projeto VARSUL. Isto significa que o projeto VARSUL, nos próximos anos estará formando Mestres e Doutores que desenvolverão suas teses e dissertações utilizando o "Banco de Dados".

4.3 - No segundo semestre de 1991, como conclusão de um seminário de Sociolinguística ministrado pelo Prof. Dr. Sebastião Votre (UFRJ) foram desenvolvidos 19 trabalhos produzidos por professores do Projeto, alunos de pós-graduação e bolsistas IC e AP/CNPq e publicados em volume intitulado "Cadernos de Pesquisa no Projeto VARSUL" Florianópolis, 1991 (202 páginas).

4.4 - Após a conclusão da primeira etapa do projeto serão desenvolvidos projetos mais ambiciosos desenvolvidos pelos pesquisadores envolvidos no projeto.

4.5 - Paralelamente, continuam os trabalhos de coleta de dados, transcrição e digitação constantes da 2a. etapa do projeto, ainda sem previsão de conclusão pois, o projeto está sem recursos face a séria crise por que passa o CNPq que só vem pagando as bolsas de um projeto integrado, aprovado quanto ao mérito. Outra dificuldade enfrentada é a diminuição da equipe inicial por aposentadoria e afastamentos para cargos administrativos ou pós-graduação e a dificuldade de reposição destas perdas.

Mesmo com esses percalços o Projeto VARSUL segue com otimismo, no ritmo possível, certos de estarmos prestando uma importante contribuição para uma melhor descrição do Português falado na região.

